

IZABEL FRANÇA DE LIMA
MARIA APARECIDA MOURA
ORGANIZADORAS

**INFORMAÇÃO
ESTUDOS
ÉTNICO-RACIAIS
GÊNERO
DIVERSIDADES**

NYOTA

**INFORMAÇÃO,
ESTUDOS ÉTNICO-
RACIAIS, GÊNERO E
DIVERSIDADES**



Izabel França de Lima
Maria Aparecida Moura
Organização



**INFORMAÇÃO,
ESTUDOS ÉTNICO-
RACIAIS, GÊNERO E
DIVERSIDADES**

Florianópolis, SC
Rocha Gráfica e Editora Ltda.
2023

Selo Nyota
Franciéle Carneiro Garcês da Silva
Nathália Lima Romeiro
Coordenação

Comitê Editorial e Científico

Natalia Duque Cardona (UdeA)	Wellington Marçal de Carvalho (UFMG)
Rubens Alves da Silva (UFMG)	Márcio Ferreira da Silva (UFMA)
Daniella Camara Pizarro (UDESC)	Fábio Francisco Feltrin de Souza (UFFS)
Claudia Mortari (UDESC)	Gerson Galo Ledezma Meneses (UNILA)
Carina Santiago dos Santos (UDESC)	Luisa Tombini Wittmann (UDESC)
Lourenço Cardoso (UNILAB)	Samanta Coan (Muquifu)
Barbara Barcellos (UFS)	Mariana Cortez (UNILA)
Gustavo Silva Saldanha (IBICT/UF RJ)	Priscila Sena (UFRGS)
Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)	Lia Vainer Schucman (UFSC)

Comitê de Avaliadores Ad Hoc

Alegria Celia Benchimol (UFPA)	Jobson Francisco da Silva Júnior (UEPB)
Ana Cristina de Albuquerque (UEL)	Leilah Santiago Bufrem (UFPE)
André Vieira de Freitas Araújo (UFPR)	Luciane Paula Vital (UFSC)
Bernardina Maria J. Freire de Oliveira (UFPB)	Marcio Ferreira da Silva (UFMA)
Denise Braga Sampaio (UFBA)	Maria Cristina Palhares (UNIFAI)
Denysson Axel Ribeiro Mota (UFCA)	Natália Bolfarini Tognoli (UFF)
Edilson Targino de Melo Filho (UFPB)	Priscila de A. Barreto Côrbo (Colégio D. Pedro II)
Edvaldo Carvalho Alves (UFPB)	Priscila Sena (UFRGS)
Erinaldo Dias Valério (UFPE)	Renata Lira Furtado (UFPA)
Gláucia Aparecida Vaz (UFRGS)	Sale Mario Gaudencio (UFERSA)
Henriette Ferreira Gomes (UFBA)	Thiago Henrique Bragato Barros (UFRGS)
Janayne Carvalho do Amaral (UFRJ)	Vinícios Souza de Menezes (UFS)
	Wellington Marçal De Carvalho (UFMG)

Diagramação: Nathália Lima Romeiro; Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Arte da Capa: Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Ficha Catalográfica: Priscila Fevrier - CRB 7-6678

Revisão textual: Pedro Giovâni da Silva e autorias

Informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades / Izabel França de Lima; Maria Aparecida Moura. (Org.) - Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora; Selo Nyota, 2023.
546 p.

Inclui Bibliografia.

Disponível em: <https://www.nyota.com.br/>.

ISBN livro físico: 978-85-60527-49-6

ISBN livro digital: 978-85-60527-50-2

1. Ciência da Informação. 2. Informação. 3. Informação étnico-racial. Gênero. 4. Decolonialidade. I. Lima, Izabel França de. II Moura, Maria Aparecida. III. Título.

ESSA OBRA É LICENCIADA POR UMA
LICENÇA *CREATIVE COMMONS*



Atribuição – Compartilhamento pela mesma licença 3.0 Brasil¹

É permitido:

Copiar, distribuir, exibir e executar a obra
Criar obras derivadas

Condições:



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar o crédito apropriado ao(s) autor(es) ou à(s) autora(s) de cada capítulo e às organizadoras da obra.



COMPARTILHAMENTO POR MESMA LICENÇA

Se você remixar, transformar ou criar a partir desta obra, tem de distribuir as suas contribuições sob a mesma licença² que este original.

¹ Licença disponível em: <https://goo.gl/rqWWG3>. Acesso em: 01 jun. 2019.

² Licença disponível em: <https://goo.gl/Kdfiy6>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO13

Izabel França de Lima

Maria Aparecida Moura

SEÇÃO

**INFORMAÇÃO, QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL,
DECOLONIALIDADE E INCLUSÃO23**

**TATIANA NASCIMENTO: POÉTICA, RESISTÊNCIA,
MEMÓRIA E DECOLONIALIDADE25**

Dávila Maria Feitosa da Silva

Anna Raquel de Lemos Viana

Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante

Izabel França de Lima

**O TRAÇADO INTERCULTURAL NA REPRESENTAÇÃO DA
INFORMAÇÃO: ALINHAVANDO O DOMÍNIO DA
INDUMENTÁRIA41**

Ana Isabel Ferreira Wanderley

Gracy Kelli Martins

**SISTEMAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DOS
SABERES INDÍGENAS59**

Maria Aparecida Jacques de Arruda

Rosangela Formentini Caldas

**A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA DE UMA COMUNIDADE
QUILOMBOLA ATRAVÉS DAS FONTES DE
INFORMAÇÕES: DOSSIÊ VIDAL MARTINS95**

Kariane Regina Laurindo

Daniella Camara Pizarro

**OBJETOS DE APRENDIZAGEM COMO DISPOSITIVOS
INFORMACIONAIS FACILITADORES DE INCLUSÃO
PARA PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN113**

Giulianne Monteiro Pereira

Isledna Rodrigues de Almeida

Ronnie Anderson Nascimento de Farias

Izabel França de Lima

PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA INFORMACIONAL129

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Dirnele Carneiro Garcez

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Priscila Rufino Fevrier

Ana Paula Meneses Alves

SEÇÃO

**CONHECIMENTO, SABERES TRADICIONAIS E
INTERCULTURALIDADE145**

**COLETIVIDADES DIGITAIS DE MULHERES NEGRAS. O
CASO DO BLOG BLOGUEIRAS NEGRAS147**

Thais Pereira da Silva

Marco Antônio de Almeida

**CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E PATENTES:
CONTRADIÇÕES E DESAFIOS EM TORNO DAS
PROTEÇÕES INTELECTUAIS.....165**

Beneildo Rodrigues Oliveira Pereira

Edivanio Duarte de Souza

REFLEXÕES CRÍTICAS SOBRE A INTERCULTURALIDADE NA ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO: UM DIÁLOGO ENTRE CATHERINE WALSH E NATALIA DUQUE CARDONA.....181

Dirnele Carneiro Garcez

Rodrigo de Sales

INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL E RACISMO: UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES DO PERFIL DO QUILOMBO INTELECTUAL NO INSTAGRAM201

Priscila Rufino Fevrier

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Dirnele Carneiro Garcez

Nathália Lima Romeiro

Ana Paula Meneses Alves

REPRESENTAÇÃO FEMININA POR MEIO DE OBRAS LITERÁRIAS: O TRATAMENTO TEMÁTICO PARA A PERSONAGEM FUNESTA225

Brenda de Souza Silva

Fabio Assis Pinho

SEÇÃO

GÊNERO, SEXUALIDADE E INFORMAÇÃO.....239

OS LUGARES EPISTÊMICOS: A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO GÊNERO-SEXUALIDADE DOS(AS) PESQUISADORES(AS) BIBLIOTECÁRIOS(AS) NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO241

Sérgio Rodrigues de Santana

Raimunda Fernanda dos Santos

Carla Daniella Teixeira Girard

Maytê Luanna Dias de Melo

PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA MUSEUS DAS MULHERES..259

Stephanie Cerqueira Silva

Maria José Vicentini Jorente

JUSTIÇA DE GÊNERO E SEXUALIDADE: CAMINHOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE OBSERVATÓRIO LGBTQIA+277

André Iribure Rodrigues

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO PARA MULHERES ENCARCERADAS313

Mayrily Aparecida Araújo Moreira

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

SOB AS MÃOS MASCULINAS: REPRESENTAÇÕES DE MULHERES EM XILOGRAVURAS PRODUZIDAS POR HOMENS EM JUAZEIRO DO NORTE (CE)327

Ariluci Goes Elliott

Elieny do Nascimento Silva

Vitória Gomes Almeida

FEMINISMO NA LITERATURA INFANTOJUVENIL PUBLICADA NO BRASIL: PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....343

Patrícia Mallmann

Gilda Olinto

Thaís Lamas

ENSINO DE COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO: FORMAS DE IDENTIFICAR E CONSTRUIR PRÁTICAS CRÍTICAS E FEMINISTAS361

Andréa Doyle

Gilda Olinto

**NARRAR A SI COMO ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA:
INFORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS EM
DISPUTA NO DOCUMENTÁRIO "APRESENTAÇÃO
NOIVA DO CORDEIRO", UMA PRODUÇÃO
COMUNITÁRIA377**

Juliana Andrade Perdigão

Fabício José Nascimento da Silveira

**A INSTITUCIONALIDADE DOS ARQUIVOS PESSOAIS
DE MULHERES409**

Elisa Maria Lopes Chaves

Maria Leandra Bizello

**PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO INSTAGRAM:
INVESTIGANDO DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO427**

Nicole Tirello Acquolini

Rodrigo Silva Caxias de Sousa

**GÊNERO, FEMINISMOS E SEXUALIDADE:
APROFUNDAMENTOS DA NONA DIMENSÃO DA
COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO445**

Anna Cristina Brisola

Carla Maria Martellote Viola

**FEMINISMO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DE
TESES E DISSERTAÇÕES.....463**

Caroline Corrêa Pinheiro

Danielly Oliveira Inomata

**A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE
LGBTQIAP+ NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: UMA
ANÁLISE SOB A ÓTICA DA REPRESENTAÇÃO DA
INFORMAÇÃO.....479**

Aderlon dos Santos Geronimo

Gracy Kelli Martins

Henry Poncio Cruz de Oliveira

Aurora Cuevas Cerveró

**REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADES NA CIÊNCIA: A
PERSPECTIVA DOS PESQUISADORES DA CIÊNCIA DA
INFORMAÇÃO.....507**

Letícia Pereira de Souza

Rodrigo Silva Caxias de Sousa

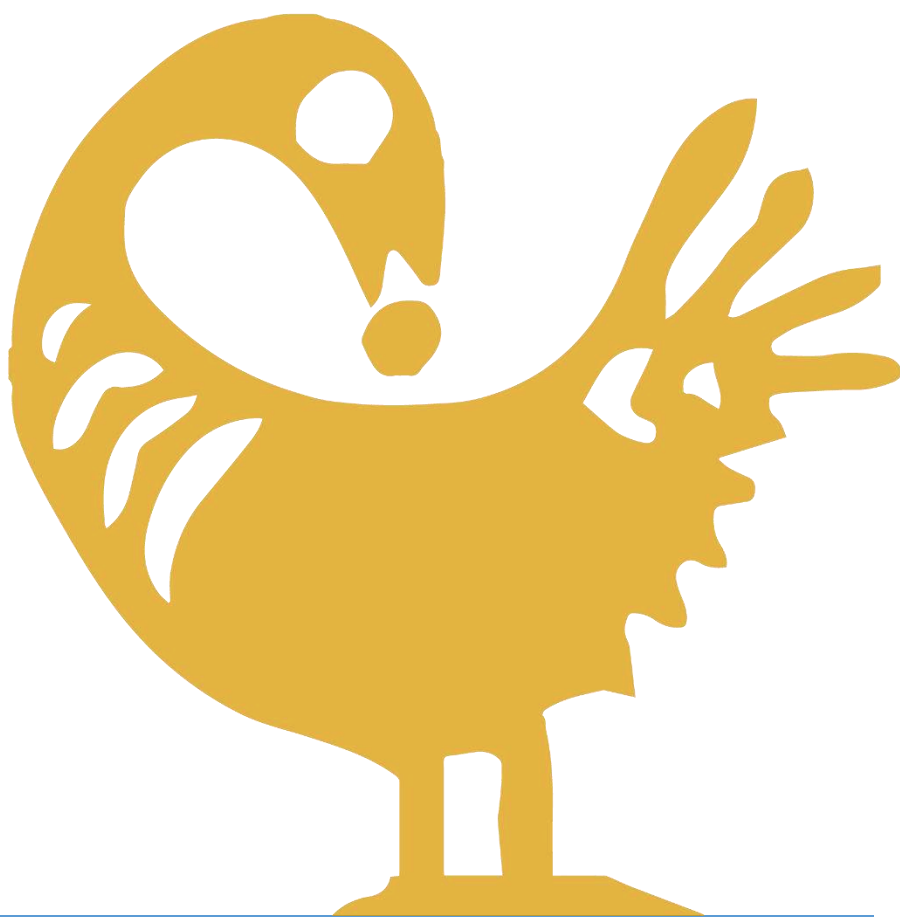
SÍNTESE BIOGRÁFICA DAS PESSOAS AUTORAS525

SOBRE AS ORGANIZADORAS.....545

APRESENTAÇÃO

Izabel França de Lima

Maria Aparecida Moura



A Ciência da Informação tem por desafio sócio-histórico realizar o enfrentamento das assimetrias sociais expressas nos processos de produção do conhecimento, por vezes reiteradas e naturalizadas em seus dispositivos estruturantes. Tal enfrentamento, articula-se à construção coletiva de reflexões e perspectivas mais comprometidas com a superação dos contornos históricos da dominação, observadas especialmente na desigualdade social presente na injustiça distributiva dos bens epistêmicos.

Para Foucault³, o dispositivo,

É um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode tecer entre estes elementos (FOUCAULT, 2000, p. 244)

A dimensão agêntica e projetiva dos sujeitos na produção do conhecimento, associada à extemporaneidade e à fabulação, conforme proposto por Hartman (2021)⁴, pode produzir estranhamentos e fissuras "ao curso esperado e usual da invisibilidade" e morte social dos sujeitos subalternizados devido ao pertencimento racial, dissidências sexuais e de gênero e outros marcadores sociais de desigualdade.

A concepção de diferença envolve distintas clivagens e revela hierarquias sociais que tendem a indicar as condições pragmáticas da diferenciação social em torno das categorias empíricas e necessariamente relacionais de raça, gênero, sexo, idade, cor e classe. Trata-se de identidades continuadas e dependentes dos processos de interpretação e que exigem, ao mesmo tempo, uma

³ FOUCAULT, Michel. Sobre a História da sexualidade. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

⁴ HARTMAN, Saidiya. Vênus em dois atos. SPILLERS, Hortense et al. *Pensamento negro radical: antologia de ensaios*. São Paulo: Crocodilo: N1 Edições, 2021., p.105-130.



ruptura com a tendência à essencialização, conforme destaca Schwarcz (2012)⁵.

Entende-se que os dispositivos de informação e conhecimento, quando não confrontam as estratégias de poder neles subsumidos, podem operar como acentuadas "gramáticas de morte e captura" que desumanizam, enquanto organizam, classificam e disseminam.

Diante da complexidade desse contexto social, o GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades, da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (Ancib) busca articular os esforços coletivos e históricos, identificados nos estudos e pesquisas realizadas no campo, como uma força política agregadora que nos permita atuar de forma sistemática no enfrentamento da injustiça epistêmica e seus desdobramentos.

Este livro, na forma de coletânea, se insere em um processo mais amplo de reflexão sobre as temáticas abordadas no seio do GT 12 da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib), que vêm sendo desencadeadas na Ciência da Informação nas duas últimas décadas do século XXI. Constituindo-se em um importante ponto de inflexão nesse processo de sistematização e produção de conhecimentos, tem por objetivo aprofundar pesquisas em informação com foco em raça, classe, gênero, sexualidades e culturas a partir das perspectivas interseccionais e sociocríticas. A coletânea é composta por 25 textos revisitados e ampliados de trabalhos aprovados e apresentados no GT 12 de Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades durante o XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (XXII ENANCIB) de 2022.

Com o mesmo título do GT 12, "Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades", a coletânea representa um conjunto de reflexões profundas e interdisciplinares que exploram a interseção entre os campos da Ciência da Informação, Gênero, Estudos Étnico-Raciais e Diversidades. É composta por uma série de capítulos elaborados por especialistas comprometidos com a

⁵ SCHWARCZ, Lília M. *Nem preto, nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.



transformação social e o empoderamento de grupos historicamente marginalizados. Esta obra visa lançar luz sobre as complexas conexões entre informação, identidade, representação e justiça social.

A organização dos textos se dá em três seções temáticas. A primeira seção, intitulada "Informação, Questão Étnico-Racial, Decolonialidade e Inclusão", é composta pelos seis primeiros capítulos. A segunda seção, chamada "Conhecimento, Saberes Tradicionais e Interculturalidade", apresenta os 5 capítulos seguintes. Já a terceira e última seção, intitulada "Gênero, Sexualidade e Informação", é composta por um maior número de capítulos, totalizando 14.

Iniciando com o Capítulo 1, "Tatiana Nascimento: Poética, Resistência, Memória e Decolonialidade", das autoras Dávila Maria Feitosa da Silva, Anna Raquel de Lemos Viana, Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante e Izabel França de Lima, apresenta uma análise da poesia de Tatiana Nascimento. As autoras exploram a importância de sua obra como forma de resistência, comunidade e representação das experiências de mulheres negras lésbicas. Abordam ainda a decolonialidade, a resistência ao epistemicídio e o papel da internet como espaço de (re)existência e reconstrução narrativa.

Na sequência, o Capítulo 2, "O Traçado Intercultural na Representação da Indumentária: alinhando o Domínio da Indumentária," das autoras Ana Isabel Ferreira Wanderley e Gracy Kelli Martins, examina a indumentária como fonte valiosa de informação social e cultural. Neste texto é explorada uma abordagem interdisciplinar que transcende a museologia, considerando questões sociais e de produção. As autoras defendem a necessidade de representações interculturais e justas na Ciência da Informação, reconhecendo e valorizando a diversidade de conhecimentos no mundo.

O Capítulo 3, "Sistemas de Mediação Cultural no Âmbito dos Saberes Indígenas", das autoras Maria Aparecida Jacques de Arruda e Rosângela Formentini Caldas, destaca a importância dos saberes indígenas. As autoras examinam como a tecnologia pode ser usada para preservar e disseminar esses conhecimentos valiosos. Ademais, argumentam pela necessidade de políticas



inclusivas e descolonizadas para proteger a cultura e promover o desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, o Capítulo 4, "A Preservação da História de uma Comunidade Quilombola através das fontes de informações: Dossiê Vidal Martins", das autoras Kariane Regina Laurindo e Daniella Camara Pizarro, revela como a preservação da história de comunidades quilombolas pode ser realizada através de dossiês eletrônicos. O texto traz como destaque a importância da Ciência da Informação na disseminação dessas histórias para o combate ao racismo estrutural.

O Capítulo 5, "Objetos de Aprendizagem como dispositivos informativos facilitadores de inclusão para pessoas com Síndrome de Down", de autoria de Giulianne Monteiro Pereira, Isledna Rodrigues de Almeida, Ronnie Anderson Nascimento de Farias e Izabel França de Lima, explora a dos Objetos de Aprendizagem para a inclusão de pessoas com Síndrome de Down. No texto há o destaque de como a tecnologia pode eliminar barreiras, promover igualdade e melhorar a qualidade de vida.

Concluindo a primeira seção da coletânea, o Capítulo 6, "Princípios da Justiça Informacional", das autoras Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnele Carneiro Garcez, Leyde Klebia Rodrigues da Silva, Priscila Rufino Fevrier e Ana Paula Meneses Alves, apresenta a justiça informacional como uma esfera vital da justiça social. As autoras argumentam pela inclusão dos princípios de justiça informacional na Biblioteconomia e Ciência da Informação, visando a transformação social, a inclusão e a busca pela equidade em informação.

Iniciando a segunda seção, o Capítulo 7, "Coletividades Digitais de Mulheres Negras: o caso do Blog Blogueiras Negras", de autoria de Thais Pereira da Silva e Marco Antônio de Almeida, aborda o papel das tecnologias de informação na construção de coletividades digitais, focando nas experiências das mulheres negras. Nele, as autorias discutem como as TICs podem empoderar e transformar a luta por igualdade, equidade e representatividade.

O Capítulo 8, "Conhecimentos Tradicionais e Patentes: Contradições e Desafios em Torno das Proteções Intelectuais", dos autores Beneildo Rodrigues Oliveira Pereira e Edivanio Duarte de Souza, analisa a relação entre conhecimentos tradicionais, patentes



e proteções intelectuais, considerando a valorização e respeito pelos intelectuais saberes de povos e comunidades tradicionais.

Já no Capítulo 9, "Reflexões Críticas sobre a Interculturalidade na Organização do Conhecimento: um Diálogo entre Catherine Walsh e Natalia Duque Cardona", de autoria de Dirnele Carneiro Garcez e Rodrigo de Sales, explora como a interculturalidade pode enriquecer a organização do conhecimento na Biblioteconomia e Ciência da Informação. As autorias dialogam sobre a promoção dos saberes dos povos colocados em lugares de subordinação social, informacional e epistêmica e inclusão, diversidade e justiça social.

O Capítulo 10, "Informação Étnico-Racial e Racismo: uma análise das interações do perfil do Quilombo Intelectual no Instagram", das autoras Priscila Rufino Fevrier, Franciéle Carneiro Garcês da Silva, Dirnele Carneiro Garcez, Nathália Lima Romeiro e Ana Paula Meneses Alves, investiga a discriminação étnico-racial no contexto do Instagram, tendo como base o Projeto Quilombo Intelectual. Neste texto é possível identificar como o racismo e outras violências raciais são expressas no contexto das mídias sociais, assim como a desinformação sobre as questões étnico-raciais ainda são presentes na sociedade brasileira.

Finalizando a segunda seção, o Capítulo 11, "Representação Feminina por meio de Obras Literárias: o Tratamento Temático para a Personagem Funesta", de autoria de Brenda de Souza Silva e Fabio Assis Pinho, discute a importância da literatura infantojuvenil feminista, explorando como obras literárias podem ser ferramentas para examinar questões de gênero e promover a igualdade.

A última seção se inicia com o Capítulo 12, "Os Lugares Epistêmicos: a Produção da Informação Gênero-Sexualidade dos(as) Pesquisadores(as) Bibliotecários(as) na Ciência da Informação", de autoria de Sérgio Rodrigues de Santana, Raimunda Fernanda dos Santos, Carla Daniella Teixeira Girard e Maytê Luanna Dias de Melo. O capítulo aborda a produção e representação de informações de gênero e sexualidade na Ciência da Informação, enfatizando a importância da interculturalidade e inclusão.

No Capítulo 13, "Perspectivas Interdisciplinares na Ciência da Informação para Museus das Mulheres", das autoras Stephanie Cerqueira Silva e Maria José Vicentini Jorent, explora a convergência entre Tecnologias da Informação e Comunicação



(TIC), Design da Informação (DI) e Curadoria Digital (CD) para a criação de ambientes virtuais em museus das mulheres. Destaca como esses museus podem enriquecer discussões socioculturais contemporâneas.

No Capítulo 14, "Justiça de Gênero e Sexualidade: caminhos para a estruturação do Observatório LGBTQIA+", do autor André Iribure Rodrigue, volta a atenção para as representações LGBTQIA+ na publicidade televisiva brasileira e seu impacto nas redes sociais. O autor investiga como essas representações desafiam normas heteronormativas, explorando a interação do público com as marcas anunciadas. Enfatiza como o observatório pode influenciar positivamente narrativas midiáticas, monitorar representações e contribuir para uma sociedade mais inclusiva e justa.

No Capítulo 15, "Políticas Públicas de Gênero para Mulheres Encarceradas", das autoras Mayrilly Aparecida Araújo Moreira e Maria Cleide Rodrigues Bernardino, é discutida a importância de políticas públicas para melhorar a situação de mulheres encarceradas, garantindo direitos, oportunidades e ressocialização.

Quanto ao Capítulo 16, "Sob as Mãos Masculinas: Representações de Mulheres em Xilogravuras produzidas por homens em Juazeiro do Norte (CE)", das autoras Ariluci Goes Elliott, Elieny do Nascimento Silva e Vitória Gomes Almeida, este analisa representações de mulheres em xilogravuras, com destaque para a necessidade de explorar perspectivas femininas e desafiar representações tradicionais.

O Capítulo 17, "Feminismo na Literatura Infantojuvenil publicada no Brasil: pesquisa e extensão universitária", das autoras Patrícia Mallmann, Gilda Olinto e Thaís Lamas, aborda o feminismo na literatura infantojuvenil no Brasil, destacando sua diversidade e objetivo de eliminar desigualdades de gênero. Discute a socialização diferenciada desde a infância, aponta para a persistência do sexismo na sociedade e ressalta a importância de educar com valores feministas. Destaca um projeto de pesquisa sobre literatura infantojuvenil feminista e busca mapear essa literatura, abordando biografias de mulheres históricas e desconstrução de estereótipos de gênero.

O Capítulo 18, "Ensino de Competências em Informação: formas de identificar e construir práticas críticas e feministas," das



autoras Andréa Doyle e Gilda Olinto, mergulhou na intersecção entre Ciência da Informação e teorias feministas, destacando como essas abordagens podem ser aplicadas para promover uma relação crítica com a informação e combate às desigualdades de gênero.

Tratando de um aspecto interessante, temos no Capítulo 19, "Narrar a Si como estratégia de resistência: informação e representações sociais em disputa no Documentário 'Apresentação Noiva do Cordeiro', uma Produção Comunitária", escrito por Juliana Andrade Perdigão e Fabrício José Nascimento da Silveira, o qual enfoca na exploração do poder da narrativa como ferramenta de resistência. O capítulo examina a influência das representações sociais nas identidades de gênero e discute como a comunidade pode redefinir sua própria narrativa por meio da produção e compartilhamento de histórias autônomas.

Abordando a temática dos arquivos, o Capítulo 20, "A Institucionalidade dos Arquivos Pessoais de Mulheres," de autoria de Elisa Maria Lopes Chaves e Maria Leandra Bizello, investiga a carência de documentos e arquivos relacionados às mulheres, destacando a necessidade de preservar e disseminar os vestígios históricos das mulheres que muitas vezes foram relegados ao âmbito privado. A importância da inclusão desses materiais nas instituições arquivísticas é enfatizada como um meio de superar a disparidade entre os registros históricos de homens e mulheres.

O Capítulo 21, "Práticas Informacionais no Instagram: investigando desinformação de Gênero," das autoras Nicole Tirello Acquilini e Rodrigo Silva Caxias de Sousa, explora o complexo entre desinformação e desigualdades de gênero no cenário digital contemporâneo. O capítulo examina as práticas informacionais no Instagram e destaca a importância de abordar a desinformação de gênero sob a lente da Ciência da Informação.

O Capítulo 22, "Gênero, Feminismos e Sexualidade: aprofundamentos da Nona Dimensão da Competência Crítica em Informação," das autoras Anna Cristina Brisola e Carla Maria Martellote Viola, como o título indica, enfoca na nona dimensão da Competência Crítica em Informação. As autoras exploram como questões de gênero, feminismos e sexualidade podem ser conectadas a essa abordagem para a transformação social e empoderamento.



O Capítulo 23, "Feminismo e Ciência da Informação: análise de Teses e Dissertações", das autoras Caroline Corrêa Pinheiro e Danielly Oliveira Inomata, desafia paradigmas sexistas e antropocêntricos na produção do conhecimento científico. As autoras destacam o papel da Ciência da Informação na redução das desigualdades de gênero e exploram a importância dos estudos feministas nesse contexto.

No que tange ao Capítulo 24 intitulado "A Representação social da Comunidade LGBTQIAP+ na Comunicação Científica: uma análise sob a ótica da Representação da Informação", as autorias são Aderlon dos Santos Geronimo, Gracy Kelli Martins, Henry Poncio Cruz de Oliveira e Aurora Cuevas Cerveró. Neste texto, as autorias examinam a representação informacional da comunidade LGBTQIAP+ e enfatizam a necessidade de uma representação justa e precisa para promover a inclusão e combater os estereótipos.

Finalizando a coletânea, temos o Capítulo 25, "Reflexões sobre Desigualdades na Ciência: a perspectiva dos Pesquisadores da Ciência da Informação", de autoria de Letícia Pereira de Souza e Rodrigo Silva Caxias de Sousa. Este último capítulo aborda as desigualdades étnico-raciais e de gênero na Ciência da Informação, e destaca a importância da conscientização e da mudança estrutural para criar um ambiente acadêmico mais igualitário e diversificado.

Neste livro, convidamos as pessoas leitoras a explorar a rica urdidura de conhecimento interdisciplinar que emerge da interseção entre informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades, e considerados como práticas desse pensamento para uma sociedade mais inclusiva e equitativa.





SEÇÃO

**INFORMAÇÃO, QUESTÃO
ÉTNICO-RACIAL,
DECOLONIALIDADE E
INCLUSÃO**





TATIANA NASCIMENTO: POÉTICA, RESISTÊNCIA, MEMÓRIA E DECOLONIALIDADE

**Dávila Maria Feitosa da Silva
Anna Raquel de Lemos Viana
Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante
Izabel França de Lima**



1 INTRODUÇÃO

A literatura, como uma expressão que pode enunciar enfrentamento de ideias, é uma ferramenta de transformação social. Candido (2006, p. 49) destaca que a literatura age sobre a sociedade “delimitando setores de gosto e correntes de opinião, formando grupos, veiculando padrões estéticos e morais”.

Compreendendo essa arte como uma intervenção importante e entendendo sua complexidade ao tratar sobre aspectos dos sujeitos negros, e ainda mais para mulheres negras, como defendido por Lorde (2019, p. 47),

para as mulheres negras, então, a poesia não é um luxo. É uma necessidade vital da nossa existência. Ela cria o tipo de luz sob a qual baseamos nossas esperanças e nossos sonhos de sobrevivência e mudança”.

Nesse sentido, questiona-se: como a poética de Tatiana Nascimento difundida nas mídias sociais atua como instrumento de memória de mulheres negras e prática de resistência? Tatiana Nascimento é autora e poeta contemporânea, slammer, cantora e compositora, doutora em Estudos da Tradução pela Universidade Federal de Santa Catarina e licenciada em Letras pela Universidade de Brasília. Ela iniciou sua carreira literária com a publicação de “lundu”, em 2016 (LITERAFRO, 2019).⁶

Com base na perspectiva do silenciamento histórico a que negras e negros foram submetidos e do sofrimento causado pelas consequências da colonização, do racismo e, no caso das mulheres negras, da prática conjunta de racismo e sexismo; considerando, também, a importância de verificar como a posição social da autora atribui um papel específico à criadora de arte, conforme Candido (2006), objetiva-se discutir a poética de Tatiana Nascimento difundida nas mídias sociais, especificamente em blog, YouTube e Instagram, tratando da importância da memória de mulheres negras presentes na internet.

⁶ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



Este trabalho compreende a escrita de Tatiana Nascimento como uma prática de resistência, baseando-se na seguinte perspectiva: “não há regras ou dados pré-definidos necessários a analisar a resistência ao racismo” (SANTANA, 2020, p. 22). Ele se alinha ao pensamento de Pollak (1989) sobre o que ele denomina por memórias subterrâneas, que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, opõem-se à memória oficial, no caso da memória nacional.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o alcance do objetivo, a netnografia foi a ferramenta metodológica utilizada, pois “permite o estudo de objetos, fenômenos e culturas que emergem constantemente no ciberespaço a partir do desenvolvimento e da apropriação social das tecnologias da informação e da comunicação (TIC)” (CORRÊA; ROZADOS, 2017). A netnografia não tem como interesse modificar a zona observada. A/O pesquisadora/or verifica (coleta os dados) para descrever e interpretar. Isso porque sua origem está na etnografia; o que as diferenciam é que a etnografia se dispõe a investigar as culturas em seus locais, na ambiência de uma população ou grupo social: “a netnografia visa estudar essas comunidades culturais sem uma localização física fixa, por estarem alocadas no ciberespaço” (FERRO, 2015, p. 3).

Dessa forma, discutimos a poética de Tatiana Nascimento difundida nas mídias sociais, especificamente em blog, YouTube e Instagram, nos anos 2013, 2014, 2017, 2020 e 2022. Os escritos aqui analisados foram retirados do seu blog “Palavra, Preta! Poesia di dendê”, que funciona desde junho de 2013, do YouTube e do perfil da autora no Instagram @tatiananascivento. Com a intenção de fortalecer o entendimento das produções poéticas como parte de experiências e vivências carregadas de subjetividades, trataremos aqui como “escrevivências”, termo cunhado pela intelectual negra Conceição Evaristo.

A extração das informações sobre as postagens foi feita de maneira manual. Para responder aos objetivos desta pesquisa, foram elencados os seguintes critérios de análise: 1) aspectos da



lesbianidade e identidade racial; 2) ancestralidade; 3) elementos sociais, políticos e culturais.

A seguir, apresenta-se uma breve explanação sobre o significado de escrevivência.

2.1 Escrevivência

O termo escrevivência foi elaborado pela escritora, professora e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense: Maria da Conceição Evaristo de Brito – Conceição Evaristo. Em sua obra "Becos da Memória", que, até o momento, encontra-se em sua terceira edição, por meio de sua escrita, Conceição afirma o teor ficcional "con(fundindo) escrita e vida, ou melhor dizendo, escrita e vivência" (EVARISTO, p. 12, 2017).

Dessa forma, a autora e a personagem cumprem um papel importante de revisitar histórias que podem ser consideradas nossas, que foram perdidas no trajeto de sequestro escravocrata de vidas e memórias. "Becos da Memória" é uma das importantes obras de Conceição e ela atribui a Maria-Nova a parceria de comungar várias vozes femininas e negras para a construção da escrevivência de Becos da Memória.

Também já afirmei que invento sim e sem o menor pudor. As histórias são inventadas, mesmo as reais, quando são contadas. Entre o acontecimento e a narração do fato, há um espaço em profundidade, é ali que explode a invenção. Nesse sentido, venho afirmando: nada que está narrado em Becos da memória é verdade, nada que está narrado em Becos da memória é mentira. Ali busquei escrever a ficção como se estivesse escrevendo a realidade vivida, a verdade. Na base, no fundamento da narrativa de Becos está uma vivência, que foi minha e dos meus. [...] Busco a voz, a fala de quem conta, para se misturar a minha. Assim nasceu a narrativa de Becos da memória. Primeiro foi o verbo de minha mãe. Ela D. Joana, me deu o mote: "Vó Rita dormia embolada com ela". A voz de minha mãe me trazer lembranças de nossa vivência, em uma favela, que já não existia mais no momento em que se dava aquela narração. "Vó Rita dormia com ela, Vó Rita dormia embolada com ela, Vó Rita dormia embolada com ela..." A entonação da voz de mãe me jogou no passado, me



colocando face a face com o meu eu-menina. Fui então para o exercício da escrita. E como lidar com uma memória ora viva, ora esfacelada? Surgiu então o invento para cobrir os vazios de lembranças transfiguradas. Invento que atendia ao meu desejo de que as memórias aparecessem e parecessem inteiras. E quem me ajudou nesse engenho? Maria- Nova. (EVARISTO, 2017, p.14).

Compreendendo que a memória é construída coletivamente, valemo-nos da definição “escrevivência” para apresentar a escritvivência de Tatiana Nascimento, além de corroborar com o pensamento de Audre Lorde (2019), que, para mulheres negras, “a poesia não é um luxo”, como também com Grada Kilomba (2019), em sua obra “Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano”.

Kilomba (2019) aborda o trauma colonial que foi memorizado, no sentido de que não foi esquecido. A lembrança traumática, por se tratar de uma recordação de sofrimento, dor e lesões que acompanham o cotidiano de negros e negras. Com isso, quebrar o silenciamento é urgente, silenciamento que foi imposto como um projeto político de eliminação da memória e, conseqüentemente, da identidade das negras e dos negros.

Portanto, entendemos aqui a produção de Tatiana Nascimento como uma escrevivência que está atrelada à sua condição de mulher negra, lésbica, na sociedade brasileira, juntamente com as experiências vistas, vividas, ouvidas e lidas, ou seja, elementos que a individualizam e que a inserem em um coletivo que compartilha de experiências aproximadas.

Na seção seguinte, apresentaremos a Tatiana Nascimento e algumas de suas escrevivências.

3 A AUTORA TATIANA NASCIMENTO

Tatiana Nascimento dos Santos é brasiliense, 42 anos, artista, cantora, compositora, tradutora, zineira, editora, pesquisadora em literaturas da diáspora negra sexual – dissidente. Tatiana é editora-cofundadora da “padê editorial”, coletivo editorial que publica livros artesanais de autoras negras, lésbicas, travestis, pessoas trans, bissexuais – com tiragem pequena. A padê editorial foi fundada em



2016. Ela também é cofundadora e realizadora da Palavra Preta (Mostra Nacional de autoras negras); Idealizadora da Quanta! Mostra de Artistas LGBTs do DF; integrante do Coletivo de Escritores da Literatura LGBT do DF; e idealizadora, cofundadora e realizadora do primeiro Slam das Minas nacional, de Brasília/DF.

"A menina que sonhou poemas desde a infância" (LITERAFRO, 2019) publicou os títulos: "lundu" (2016), "esboço" (2016), "mil994" (2018), "07 notas sobre o apocalipse, ou, poemas para o fim do mundo" (2019), "cuírlombismo literário: poesia negra lgbtqi desorbitando o paradigma da dor" (2019), "um sopro de vida no meio da morte" (2019), "leve sua culpa branca pra terapia" (ed. trilingue) (2019), "um sopro de vida no meio da morte" (2019), "Oriki de amor selvagem: todos os poemas de amor preto (ou quase)" (2020), "racismo visual, sadismo racial: quando (?) nossas mortes importam" (2020), além de traduzir os títulos "Entre nós mesmas", poesia de Audre Lorde (2020), e "Calamidades", ensaios de Renee Gladman (2021).

Suas obras recebem reconhecimentos e indicações: "lundu" foi selecionado no Projeto Nacional Leia Mulheres na categoria "Melhores Livros de 2016" e foi o "Livro do Mês" em maio de 2018, no projeto "Lendo Mulheres Negras", em Salvador, e em dezembro de 2017, em Brasília (LITERAFRO, 2019). Por sua vez, "lundu" e "mil994" foram referências no título "The Art of Brasília: 2000-2019", de Sophia Beal.

4 ASPECTOS DA DECOLONIALIDADE E O ENFRENTAMENTO AO EPISTEMICÍDIO

A linguagem também é transporte de violência. Por isso, precisamos criar novos formatos e narrativas. "Essa desobediência poética é descolonizar" (KILOMBA, 2019, não paginado). Kilomba (2020) nos leva a refletir sobre a invisibilidade do conhecimento artístico, seja em performance, imagens, textos falados e escritos. A intelectual ainda acrescenta que escrever é um ato político, pois, nessa ação, assumimos a posição de sujeito, "autora e autoridade na minha própria história" (KILOMBA, 2019, p. 28).

O giro decolonial, termo escrito pela primeira vez por Nelson Maldonado Torres no ano de 2005, refere-se ao "movimento de



resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 105). Objetiva, pois, a decolonialidade do poder (MIGNOLO, 2007); portanto, a libertação da matriz colonial de poder, sendo assim sua consequência (MIGNOLO, 2007)

Mignolo (2007, p. 29) afirma que "não se trata das portas que conduzem a 'verdade' (aletheia) mas a outros lugares: aos lugares da memória colonial; aos vestígios da ferida colonial de onde se tece o pensamento decolonial". O movimento decolonial liberta a produção de conhecimento da episteme eurocêntrica, concedendo lugares de fala a culturas e povos anteriormente dominados pelo imperialismo.

Esse movimento também se reflete no feminismo, quando Gonzalez (2020) já defendia a criação de um feminismo afro-latino-americano que reconhecesse a exclusão das mulheres negras e indígenas, as quais, apesar de participarem das discussões da discriminação com base na orientação sexual, sofriam outra discriminação tão grave quanto à primeira: a de caráter racial.

Hooks (2021, p. 26) reforça essa posição quando afirma que "ninguém se preocupou em discutir como o sexismo atua tanto independentemente do racismo quanto simultaneamente a ele para nos oprimir". Hooks (2021, p.27) descreve com maestria a posição de fragilidade das mulheres negras nas lutas sociais, "quando falam de pessoas negras, o foco tende a ser homens negros; e quando falam sobre mulheres, o foco tende a ser mulheres brancas. Em nenhum espaço isso é mais evidente do que no vasto corpus de literatura feminista" (grifos da autora).

As mulheres negras estão, dessa forma, numa situação de dupla vulnerabilidade social, na qual nem são defendidas pelos movimentos negros nem pelo movimento feminista. É nesse contexto que Vergès (2020, p. 31-32) defende que, "quando os direitos das mulheres se resumem à defesa da liberdade [...], temos o direito de perguntar se esses direitos não estariam sendo concedidos pelo fato de outras mulheres não serem livres".

É em meio a esse cenário que a escrita e arte de Tatiana Nascimento surge como um instrumento de memória das mulheres negras e de resistência decolonial, expresso na subversão nas suas



produções acadêmicas e escritos poéticos, o que ela denomina por “heterocissexualização”.

e a colonização, invés de um rasgo histórico que pára um momento no tempo, foi e é um projeto civilizatório de determinada matriz étnico-racial que exclui civilizações outras, e suas práticas/conhecimentos/modos de vida tradicionais, inclusive e de forma muito fundamental à manutenção de sua supremacia econômica, cultural e política. planificar as práticas, expressões, vivências e experiências sexuais que sejam divergentes ao seu modelo civilizatório ideal, entender um conjunto de povos milenares como um único povo dum único pensamento e duma única prática sexual é, assim, racismo colonial (NASCIMENTO, 2018, não paginado).

O ato de se tornar sujeito corrobora com o pensamento de Nascimento (2018, não paginado), quando ela diz que:

quando comecei a ler lésbicas negras, aprendi que para muitas dessas escritoras (de poesia, prosa e/ou teoria acadêmica) uma urgência era/é criar nossas próprias palavras e/ou retomar palavras ancestrais, y com isso permitir que uma comunidade fundamentada na palavra autodeterminada seja criada: no caso, comunidades negras lésbicas.

Esse posicionamento é reforçado por Ribeiro (2019, p. 33) ao afirmar que “a reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida”. A autora reforça ainda que “mulheres negras vêm historicamente produzindo saberes e insurgências” (RIBEIRO, 2019, p. 68) e que colocá-las numa posição de quem não rompe o silêncio seria prendê-las à lógica do discurso colonial, atribuindo “poder absoluto ao discurso dominante branco e masculino” (RIBEIRO, 2019, p. 68).

Nesse sentido, Ribeiro (2019) defende que o lugar de fala seja ocupado pelos grupos historicamente discriminados. Daí a importância de analisar como a poética de Tatiana Nascimento atua



como instrumento de memória de mulheres negras e prática de resistência.

5 INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: ESCRIVÊNCIAS POÉTICAS

Para se chegar à compreensão de informação étnico-racial, é importante destacar o que se entende por informação. Ainda no período anterior à criação da escrita, do registro de informação, as narrativas orais existiam e atendiam às necessidades informacionais dos povos daquele período, que se organizavam pelas narrativas que eram repassadas. “Em outras palavras, a informação sempre foi fundamental para o desenvolvimento da sociedade humana, propiciando o seu crescimento e, conseqüentemente, trazendo progresso para a população” (FREIRE, 2004, p. 17).

O termo “informação” tem característica polissêmica. Existe uma diversidade de conceitos, utilizados por diversos autores, em variadas áreas do conhecimento, tal como nas ciências naturais, sociais e humanas. Quanto ao campo etimológico da palavra informação, ‘Informare’, de origem latina, significa dar forma, colocar em forma, criar, representar, construir ideia ou uma noção. Entendendo a etimologia da palavra, Araújo (2001) associa esse processo da seguinte forma.

[...] através da análise etimológica do termo informação, um ponto se destaca. Temos que, seja como processo de atribuição de sentido, seja como processo de representação para a comunicação, a informação comporta um elemento de sentido, ou seja, o objetivo do ato de informar é o envio e a apreensão de sentido. Podemos considerar que se não ocorre atribuição de sentido (recepção) e processo de representação (geração e transferência) do fenômeno informacional não se desenvolve (ARAÚJO, 2001, sem página).

Intelectuais da área estudam há tempos a sistematização dos conceitos de informação na Ciência da Informação e em outros campos de conhecimento, como citado anteriormente. Pensando a trajetória teórica das múltiplas contribuições sobre o fenômeno da



informação, as décadas de 1960 e 1970 se destacam com base nas concepções de Borko, Shera, Belkin, entre outros intelectuais. Buckland (1991), usando como base a diversidade do termo “informação”, elenca três como principais:

- **informação como processo:** o autor manifesta na perspectiva de quando um indivíduo é informado de algo, ou seja, “[...] informação é o ato de informar” (BUCKLAND, 1991, p. 2).
- **informação como conhecimento:** empregado para expressar o conhecimento que foi comunicado, aquele que foi captado na informação como processo.
- **informação como coisa:** entende-se que aqui a informação é remetida para objetos, como documentos que carregam dados que podem ser comunicados. “Qualquer expressão, descrição ou representação seria informação como coisa” (BUCKLAND, 1991, p. 3).

É possível afirmar que os conceitos apresentados demonstram os aspectos material e cognitivo da informação, tangível e não tangível. Dessa forma, é importante também evocar o aspecto social. Analisando a condição da informação para além da perspectiva física, considerando os aspectos históricos construídos, “pode-se concluir que os sujeitos criam mecanismos informacionais (percepção, memória, imagem, etc.) para reconhecer, interpretar e transmitir significados” (NASCIMENTO; MARTELETO, p. 2004). Ou seja, a informação é vista como problema da sociedade, compreendida como fenômeno inerente à cultura da humanidade.

Marcada pela polissemia que caracteriza o termo informação, e entendendo essa multiplicidade de conceitos que a constituem, Oliveira (2010) desenvolve um conceito de informação étnico-racial, por compreender a necessidade específica para as produções informacionais com o recorte étnico-racial. Destarte, o autor a conceitua da seguinte forma:

[...] todo elemento inscrito num suporte físico, (tradicional ou digital), passivas de significação linguística por parte dos sujeitos que a usam, e tem o potencial de produzir conhecimento sobre os elementos históricos e culturais de um grupo étnico na perspectiva da afirmação desse grupo



étnico e considerando a diversidade humana (OLIVEIRA, 2010, p 56).

Como pode ser notado, o conceito em questão abrange os diversos suportes informacionais, sejam físicos ou virtuais, como também atende aos variados grupos étnicos. Nesta pesquisa, aplica-se à negritude. É relevante reforçar qual o tipo de informação étnico-racial estudada aqui: a escrituragem da Tatiana Nascimento.

6 MEMÓRIA E VOZES MULHERES NA PALAVRA, PRETA!

Aqui serão apresentadas algumas das escrituragens da Tatiana Nascimento, seguida de suas análises, tendo em vista que tais escritos trazem temas e aspectos caros que perpassam a subjetividade que compreende dores, silenciamentos e traumas.

Assim, a literatura afrofeminina pode ser configurada e entendida como uma arma contra o registro oficial, um elo entre passado e presente, privado e coletivo, pois é no registro de lembranças individuais que ela nos fornece o conhecimento da memória social, histórica e cultural de um povo que tem que se reorganizar em terras estrangeiras (FERREIRA, 2013, p.72).

As escrituragens estabelecem um elo entre o passado e o presente, traçando uma linha contínua de experiências, lutas e resistência. Ao registrar as lembranças individuais, resgatam e mantêm viva a memória coletiva, transmitindo às gerações futuras uma compreensão mais profunda de suas origens e experiências. Essa conexão temporal permite a reflexão sobre os desafios enfrentados no passado e sua relevância para o presente, conforme poema a seguir:

O amor é preto:
o amor é preto sim
e tá bem perto.
e de tão perto, plantou-se dentro.
de tão dentro, transbordou todo.
por transbordar, tocou a tudo,
y tudo que toca faz transformar.



o amor é, preto, sim
e faz é tempo
que tem todo o tempo
dos mundos todos
que precisar
pra vc entender,
pra sentir,
ser amor,
preto,
y (se) dar.

No poema, a voz poética expressa a vivência e a experiência do amor. Através das palavras, Tatiana compartilha sua perspectiva única sobre o amor, descrevendo-o como algo preto, próximo, profundo e transformador. Essa expressão poética reflete a escrevivência ao dar voz e valorizar a experiência pessoal, afirmando que o amor é algo sentido e vivenciado profundamente.

Além disso, o poema desafia visões dominantes e estabelece uma narrativa própria, reivindicando a validade da experiência do amor na vida da autora. Por meio da escrevivência, o poema busca resgatar e valorizar perspectivas marginalizadas, subvertendo narrativas hegemônicas e permitindo que outras vozes sejam ouvidas.

O poema sugere que o amor é algo que se enraíza dentro de nós, transbordando e afetando tudo o que toca. Ele é descrito como um agente transformador, capaz de mudar e influenciar tudo ao seu redor. A ideia de que o amor tem todo o tempo necessário para se manifestar em todos os mundos sugere uma universalidade e atemporalidade desse sentimento.

Além disso, alguns aspectos podem ser ressaltados:

a) Representatividade: o poema, ao afirmar que o amor é preto e ao explorar a experiência do amor de uma perspectiva negra, pode ser relacionado à busca por representatividade. A autora usa sua escrita para explorar e expressar suas vivências, emoções e experiências pessoais, revisitando questões de raça, identidade e amor. O poema é um exemplo dessa busca por representação e valorização das vozes e perspectivas negras na literatura.

b) Desconstrução de estereótipos: o poema desafia estereótipos associados à raça e ao amor, ao afirmar que o amor é



preto. Esse tipo de desconstrução é uma característica presente nos poemas, que buscam romper com as narrativas hegemônicas e questionar as representações estereotipadas atribuídas a pessoas negras. Ao redefinir o amor como algo preto, o poema contribui para a desconstrução desses estereótipos e para a construção de uma nova narrativa.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo, foi possível refletir sobre a importância de mulheres negras presentes na internet, como uma prática de resistência. O estudo foi feito com base na poética de Tatiana Nascimento em escritos no blog “Palavra, Preta! Poesia di dendê”, do Instagram e do YouTube.

As produções contemporâneas apresentadas neste trabalho constituem um campo plural que emergiu de vozes historicamente subalternizadas pelo poder colonial. Nesta perspectiva, a poética de Tatiana Nascimento, com base no olhar da Ciência da Informação, sustenta-se pelo cenário da memória e o resgate da sua história, operacionalizada pela escrevivência, que é uma expressão de decoloniadade, desconstruindo as epistemologias construídas por estruturas coloniais de poder.

Os relatos de Tatiana nos fazem pensar sobre táticas de vida e de resistência de mulheres negras. A utilização e a apropriação da internet por essas mulheres têm contribuído na transmissão da escrita, da oralidade, do corpo, da estética e da memória. Sites, YouTube e Instagram possuem um nível de alcance grande e, com isso, têm contribuído na disseminação de informações e conhecimentos produzidos por mulheres negras.

Por fim, a literatura da Tatiana Nascimento compreende aspectos da memória, da lesbiandade negra, da ancestralidade e da decolonialidade. Dessa forma, contribui-se para que outras mulheres negras acessem sua escrevivência e possam assim criar laços de apoio mútuo e compromisso político.



REFERÊNCIAS

APOCALIPSE QUEER. **Produção de Pri Bertucci**. São Paulo: SSEXBBBOX, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KAcdmfd7psM&list=PLI4GnqPdfGfEzje5gLgJtSZvVIKrJ7LX9&index=3>. Acesso em: 26 maio. 2022.

ARAÚJO, Eliany Alvarenga. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGamaZero** - Revista de Ciência da Informação, v. 2, n. 5, p. 1-9, out. 2001.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S010333522013000200004>

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society of information Science**, [s.l.], v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CANDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CORRÊA, Maurício; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em Ciência da Informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 1-18, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

FERREIRA, Amanda Crispim. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. 2013. Dissertação (mestrado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

FERRO, Ana Paula Rodrigues. A netnografia como metodologia de pesquisa: um recurso possível. **Educação, gestão e sociedade: revista da Faculdade Eça de Queirós**, [s.l.], Ano 5, n. 19, p. 1-5, ago., 2015.

REIRE, Gustavo Henrique Araújo. **Comunicação da informação em redes virtuais de aprendizagem**. 2004. 175 p. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, Laurentino. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.



GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. (org.). **Por um feminismo Afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?** mulheres negras e feminismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantaço**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro, Cobogó, 2019.

KILOMBA, Grada. O Brasil é uma história de sucesso colonial. **CNN Brasil**, 2020. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/o-brasil-e-uma-historia-de-sucesso-colonial-lamenta-grada-kilomba/>. Acesso em: 03 maio 2023.

LITERAFRO: O portal da literatura afro-brasileira. **Tatiana Nascimento**. Disponível em: <http://www.letas.ufmg.br/literafro/autoras/1193-tatiana-nascimento>. Acesso em: 21 maio. 2023.

LORDE, André. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte, Autêntica, 2019.

MIGNOLO, Walter D. El pensamiento decolonial: desprendimiento y apertura. Un manifiesto. In: CASTRO-GOMÉZ, Santiago; GROSFUGUEL, Ramón. **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos e Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007. p. 25-46.

NASCIMENTO, Denise Morado; MARTELETO, Regina Maria. A "Informação Construída" nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bordieu. **DataGamaZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 5, n. 5, out., 2004.

NASCIMENTO, Tatiana. **Criar sem amor é colonizar**. 2022. 1 imagem. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CYy2bQlrOir/>. Acesso em: 26 maio. 2022.

NASCIMENTO, Tatiana. **Da palavra queerlombo ao cuêrlombo da palavra**: poesia preta lgbtqi de denúncia da dor até direito ao devaneio. Palavra, preta! poesia di dendê, 2018. Disponível em: <https://docs.google.com/document/d/1EKbiPGBjOGBCXy0MhkWQfS9XT21-AIKv/edit>. Acesso em: 20 maio. 2023.

OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação étnico-racial ao projeto "A Cor da Cultura". 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)



– Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista estudos históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

SANTANA, Bianca. **A escrita de si de mulheres negras**: memória e resistência ao racismo. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.



O TRAÇADO INTERCULTURAL NA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO: ALINHAVANDO O DOMÍNIO DA INDUMENTÁRIA

Ana Isabel Ferreira Wanderley

Gracy Kelli Martins



1 INTRODUÇÃO⁷

A presente reflexão particulariza o domínio da indumentária,⁸ cujos estudos representacionais, no cenário brasileiro, costumam advir do campo da Museologia, por se tratar de um artefato informacional comumente encontrado em instituições museológicas.

Sob o prisma social, o estudo da indumentária favorece a compreensão da cadeia de produção e as questões sociais envolvidas frente à narrativa exposta pelo material que compõe as roupas. Em outras palavras, esse material narra “quem as fabricou e em quais circunstâncias, da mesma maneira que revela como cada civilização se orientou a partir da maneira como se relacionou com os objetos de seu tempo” (ARAÚJO; DIAS; ABREU, 2018, p. 116). Considerando essas possibilidades investigativas, Araújo, Dias e Abreu (2018) ressaltam que a indumentária nem sempre foi vista como fonte de estudo para algumas áreas, como as Ciências Sociais, por exemplo, e, quando tal temática é abordada, costuma-se evidenciar o viés mercadológico, olvidando-se seu valor informativo e documental e, inclusive, sua dimensão artística:

Os estudos recentes do vestuário e da moda como fontes para os estudos históricos repercutem na ausência desses artefatos não somente nos arquivos, como também nos museus e na própria academia e velam seus sentidos complementares que permitem apreender acerca de questões sociais, econômicas, religiosas e políticas. (ARAÚJO; DIAS; ABREU, 2018, p.105)

Neste sentido, buscando contribuir com os estudos que vêm se desvelando em novas proposituras teóricas, e em consonância com as colocações de Maria Clara Passos e Bárbara Pinheiro (2021, p. 119), as quais asseveram que “a emergência dos marcos teórico-

7 Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).

8 Categorizadas como “objetos pessoais”, as peças de indumentária são definidas como “objetos usados, como vestimentas ou calçados, por seres humanos e incluem coberturas de cabeça e máscaras que complementem trajes” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 77).



decoloniais na América Latina tem desencadeado um investimento epistemológico coletivo", intentamos debater a respeito de pontos que norteiem as concepções sobre a representação de artefatos informacionais em uma perspectiva decolonial e intercultural. Esse interesse tem como base de entendimento o pensamento de Dirnele Garcez e de Rodrigo Sales (2021, p. 2), que afirmam: "para que a pluralidade dos conhecimentos seja colocada em debate no âmbito da organização do conhecimento, é necessário adotarmos uma postura decolonial ou decolonizadora". Sob essa orientação, apoiamos-nos na assertiva de Catherine Walsh (2006) de que o pensamento decolonial assume opções fronteiriças e interculturais com o fim de garantir a pluralidade.

Nessas perspectivas, pensar sobre a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (ORIC), possibilita novos debates a respeito dos estudos de sua área e amplia suas práticas metodológicas, tendo em vista que a interculturalidade "está ligada às geopolíticas do espaço e do lugar, às lutas históricas e atuais dos povos indígenas e negros e à construção de projetos sociais, culturais, políticos, éticos e epistêmicos orientados para a transformação social e para a descolonização" (WALSH, 2006, p. 21).

Com base nesse contexto, conjecturamos os pressupostos teóricos que fundamentam a análise desses artefatos informacionais, visando "desbravar" caminhos epistêmicos alternativos que favoreçam a dialogia com a diversidade cultural que permeia o domínio da indumentária. Desta feita, objetivamos discutir as aproximações entre o paradigma intercultural na ciência da informação e a proposta da desclassificação no âmbito da representação do domínio da indumentária. Para tanto, em termos metodológicos, procedemos a uma investigação exploratória e bibliográfica, sob o amparo da abordagem de cunho qualitativo.

A propositura deste trabalho no campo da Ciência da Informação (CI) se justifica por tomar como base as discussões empreitadas por Natália Duque-Cardona (2020) referentes ao paradigma intercultural na CI e a proposta desclassificatória de García Gutiérrez (2011), que jogam luz sobre os processos dicotômicos e reducionistas que formam a tradição de estudos da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento,



na CI, e alicerçam a discussão sobre as características históricas, sociais e culturais que as indumentárias carregam, numa perspectiva decolonial e intercultural, como uma possibilidade de se refletir sobre o domínio da indumentária.

2 ESBOÇANDO AS LINHAS CULTURAIS DA INDUMENTÁRIA

A moda se configura como um conjunto de significações no âmbito dos anseios dos sujeitos inseridos em seus grupos sociais, fenômeno que gera um sistema próprio de comunicação que traduz determinada estrutura de relações econômicas, sociais e subjetivas por meio das roupas (RIBEIRO, 2002). Sob tal raciocínio, a roupa é a “materialidade da comunicação e [...] deve ser entendida em seu conteúdo estético, plástico e emocional, bem como histórico e cultural; mais palpável e perceptível pela sua materialidade do que propriamente moda” (RIBEIRO, 2002, p. 336). Merlo e Caracio (2012, p. 11) acrescentam que o vestuário se configura como uma máscara para o indivíduo, uma vez que as vestes eleitas “sofrerão uma interpretação tanto da pessoa que as está utilizando quanto daquela que percebe o vestuário do outro”. Além disso, o vestuário pode ser compreendido como uma indumentária, “pois esse é o termo empregado para se referir ao conjunto de artefatos utilizados pelo homem [pelas pessoas] para cobrir seu corpo” (MERLO; CARACIO, 2012, p. 11, acréscimo nosso). Como um elemento informacional e comunicativo, a indumentária possibilita identificar o indivíduo em um recorte temporal e espacial, inserido em algum movimento da moda.

Miller (2013), a seu turno, explicita que, na perspectiva semiótica, o vestuário pode representar significações diversas, como diferenças de gênero, de classe, de nível educacional e de ocupação até traços mais sutis de personalidade. A roupa simplesmente comunica. Esse delineamento teórico gera, contudo, limitações, já que entrevê as roupas como meras servas que têm a função de representar o indivíduo: “Em si mesmas, são criaturas sem valor, superficiais, de pouca consequência, simples trechos inanimados” (MILLER, 2013, p. 22). Assim, Miller (2013, p. 23) refuta a ideia de superficialidade da indumentária e defende que, antes de prover representações do sujeito, as roupas “fazem de nós o que



pensamos ser". Para o autor, as roupas, como nossos bens mais pessoais, configuram-se como intermediários entre a percepção de nossos corpos e a do mundo exterior (MILLER, 2013). Nem sempre a expressão individual do sujeito se revela por meio da roupa, uma vez que pode vestir o que é convencionado pelo grupo social do qual faz parte. São inúmeras experiências, vivências, emoções e sentimentos que podem advir da relação do sujeito com a indumentária. Ademais, ao longo do processo histórico, a vestimenta vem adquirindo sentidos próprios para além do indivíduo que a veste ou a performatiza. Apesar dos supostos efeitos de caráter homogeneizante do capitalismo global, Miller (2013) ratifica a presença de perspectivas culturais distintas e defende que se deve ampliar a mirada ante a indumentária, observando-se a miríade de experiências e de expectativas que envolvem o sujeito (a si próprio e ao outro) e as roupas.

Assim como Miller (2013), que averigua a relação do sujeito com suas vestes, Santos (2020) propõe o redimensionamento do conceito de moda a partir da perspectiva decolonial. Em consonância, pois, com a perspectiva intercultural que envolve a nossa pesquisa, a moda seria então entendida enquanto uma maneira de se relacionar com o vestuário, dentre as inúmeras existentes, não havendo hierarquizações entre essas múltiplas formas. Desta feita, "o vestuário incorpora a moda, uma vez que esta última existe apenas como uma relação social que se estabelece com o primeiro" (SANTOS, 2020, p. 184). A autora complementa que:

Com tal abordagem, desejamos inserir a moda, como forma de relação com o vestuário vinculada especialmente com o Renascimento Europeu, no mesmo nível sociocultural das demais formas de se relacionar com o vestuário, retirando o potencial evolucionista do termo que entende que as sociedades não ocidentais se utilizam do vestuário de uma maneira tradicional ou costumeira, ou seja, que possuem costume ou indumentária. (SANTOS, 2020, p. 185)

Santos (2020) sugere o distanciamento das hierarquizações de cunho ocidental (colonialista), que distinguem o modo de se vestir dos povos não ocidentais como atrasados ou incivilizados. O



que se defende é o reconhecimento e o respeito à multiplicidade de formas de se relacionar com a vestimenta, em conformidade com sua visão de mundo, sua cultura, sua própria lógica.

Tendo em vista essa pluralidade discursiva tecida nos fios dos vestuários, percebemos que, para além dos caracteres físicos da indumentária, é preciso situar esse objeto em um contexto cultural mais amplo (que abarca igualmente as comunidades discursivas historicamente subalternizadas), para identificar e sistematizar a terminologia que perfaz esse domínio. Vislumbrando essas particularidades, discorreremos, portanto, sobre os posicionamentos epistêmicos que permeiam o campo da organização do conhecimento (OC), sob a ótica de García Marco, para, em seguida, apresentar (e entrelaçar) o enfoque intercultural e a proposta da desclassificação como caminhos possíveis para o estudo representacional deste domínio.

3 A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO NAS TRAMAS DA INTERCULTURALIDADE

Com base na análise crítica dos paradigmas que influem no campo da CI, notadamente no campo da organização e representação do conhecimento, García Marco (1995) esmiúça os modelos, metodologias, instrumentos e aplicações que emanam de tais paradigmas. Considerando o cenário de profusão tecnológica e informacional, o autor assevera a necessidade de compreender e atender às necessidades/demandas sociais informacionais e, neste sentido, conceitua a OC enquanto uma disciplina científica aplicada que aponta a tal intento, posto que se dirige a:

[...] melhorar a circulação da informação dentro e através dos sistemas mediadores – os centros de seleção, armazenamento, recuperação e disseminação da informação – para produzir novos conhecimentos e/ou facilitar o acesso aos já existentes. Como disciplina aplicada, precisa estabelecer seus fundamentos teóricos em outras disciplinas aplicadas que tenham relação básica e nas constatações das inúmeras disciplinas aplicadas que a ela se relacionam. (GARCÍA MARCO, 1995, p. 100, tradução nossa)



Em síntese, o autor destaca, como objetivo central da OC, a otimização da circulação do conhecimento na sociedade. Percebemos nessas definições que se evidenciam o aspecto interdisciplinar da área e o seu caráter pragmático – o fim prático de favorecer o acesso e a construção de novos conhecimentos. Após traçar a noção de OC, García Marco (1995), fundamentando-se na concepção de paradigma de Kuhn, explora os posicionamentos paradigmáticos que permeiam o campo da OC, quais sejam:

- a) **A etapa pré-científica: o paradigma conservacionista** – A organização das disciplinas se dava a partir do caráter empírico-profissional; a ênfase recai na gestão e conservação dos acervos, nas soluções práticas dos problemas que se apresentavam;
- b) **O paradigma fisicalista-informacional** – Observa-se, neste paradigma, a influência da teoria de Shannon e Weaver, pretensa a estruturar as bases científicas da CI. A teoria matemática da comunicação favoreceu a sistematização dos elementos que compõem o processo comunicativo e a propositura de uma unidade de medida objetiva da informação. Ressaltamos que este modelo não previa os aspectos de sentido da informação.
- c) **O paradigma semiótico-linguístico** – Forte influência da visão estruturalista da linguagem, sobretudo dos estudos de Saussure. Tais estudos promoveram importantes resultados na semântica e na lexicografia, influenciando, portanto, a construção de instrumentos linguísticos para a recuperação da informação. Sob este paradigma, emerge a expressão linguagens documentais enquanto elementos fundamentais para a constituição de ferramentas para a indexação e classificação.
- d) **O paradigma lógico-matemático** – Preponderância das ferramentas teóricas matemáticas no campo da representação e organização automática do conhecimento. Embora este paradigma dialogue com o paradigma fisicalista (quanto à transmissão física da



informação), as pesquisas se dirigem à formalização de processos inteligentes, a fim de sanar as problemáticas que envolvem a aquisição, o processamento e a representação da “informação de sentido”. Assim sendo, as teorias matemáticas se relacionam com os campos da psicologia cognitiva, linguística, entre outros campos de estudo do fenômeno humano, que culminaram no desenvolvimento do próximo paradigma – o cognitivo.

- e) **O paradigma cognitivo** – Evidencia-se a construção de sentido; a representação e recuperação da informação são observadas em termos de processo cognitivo. Desta feita, áreas como a psicologia cognitiva e a psicologia social municiam modelos para a investigação dos procedimentos comunicativos em seus aspectos sociais e de sentido – motivações, emoções, aprendizagem, entre outros elementos que permeiam a conduta informacional do sujeito. Procura-se elaborar modelos que prevejam o comportamento do usuário frente ao sistema de informação.

Embora não pretenda esgotar a discussão acerca dos posicionamentos que permeiam a OC, García Marco (1995) sinaliza outros paradigmas em expansão, como os enfoques economicista e empresarial, as investigações de cunho histórico, além do enfoque sociológico, que coopera para a análise das necessidades e tipos de usuários. Considerando este cenário paradigmático, questionamos: como nos situar frente à pluralidade de modelos/teorias? Cada enfoque apresenta possibilidades e limitações e, neste sentido, García Marco (1995) aponta a complementaridade dos modelos e assevera a necessidade de se evitar um enfoque reducionista, posto que as disciplinas (que dialogam com a OC) podem cooperar no alcance do objetivo essencial de otimizar a circulação do conhecimento. O autor acresce que:

[...] dada a ausência de um verdadeiro modelo integrador e a complementaridade objetiva dos diferentes modelos, **cada um pode optar por se especializar na abordagem que melhor se adapta às suas necessidades e aos seus projetos**. A unidade surgirá dinamicamente enquanto não perdermos de vista o



objetivo de nossa disciplina – melhorar o fluxo de informações em nossas sociedades – nem a necessidade de respeitar a metodologia científica. (GARCÍA MARCO, 1995, p. 108-109, tradução nossa, grifo nosso)

Depreendemos que, para além de escolher o enfoque que mais se adéqua aos propósitos da investigação a que se propõe, necessário se faz evitar um viés reducionista deste mesmo estudo. Sobre esse aspecto, a discussão atinente a caminhos/paradigmas alternativos para o campo da OC se faz necessária, visando robustecer o compromisso social e ético na otimização do fluxo informacional, apartando-se de “olhares” reducionistas e/ou enviesados.

Nesse sentido, partindo de reflexões decoloniais – e particularmente interculturais –, Duque-Cardona (2020) analisa o papel social da Biblioteconomia e da CI. Para tanto, a interculturalidade crítica, sob a perspectiva de Walsh, é compreendida enquanto um marco analítico através do qual é possível tecer reflexões e prover caminhos mirando a transformação da realidade, fundamentado em valores como respeito, legitimidade, simetria, justiça social e dignidade. No que concerne ao campo específico da ciência, a interculturalidade crítica

[...] tem sido uma possibilidade potente para compreender como as sociedades modernas herdaram os métodos de produção científica e em torno destes se configuraram centros de poder que legitimam e validam o conhecimento. (DUQUE-CARDONA; RESTREPO-FERNÁNDEZ, 2022, p. 6, tradução nossa)

Desta feita, sob as lentes da interculturalidade, conforme Duque-Cardona e Restrepo-Fernández (2022), torna-se perceptível a herança colonial moderna no conhecimento científico, ao evidenciar os processos de colonialidade do conhecimento, sobretudo nas formas de produção de conhecimento. Em nome dessa colonialidade, prioriza-se o conhecimento branco, patriarcal e capitalista em detrimento de saberes outros, estes distantes da matriz eurocêntrica/colonial. A interculturalidade provê um marco



analítico essencial para a compreensão de que o conhecimento exige:

[...] processos de emancipação urgentemente, pois embora a Europa tenha contribuído para o desenvolvimento científico, fê-lo à custa do sacrifício e devastação de corpos e subjetividades, de processos de expansão, dominação e maus tratos da terra. A interculturalidade, por sua vez, aponta para a justiça social, para exercícios que através de vários níveis permitem a formação de ciências ligadas ao nosso ambiente e à nossa condição humana. (DUQUE-CARDONA; RESTREPO-FERNÁNDEZ, 2022, p. 7, tradução nossa)

Percebemos, pois, que a perspectiva intercultural incide na mudança de foco – descentralização do olhar para o conhecimento hegemônico e estabelecimento de diálogos baseados no respeito e dignidade com outras formas de produção de conhecimento. Duque-Cardona e Restrepo-Fernández (2022) ressaltam ser imprescindível, contudo, que o reconhecimento das vozes/saberes, subalternizados historicamente, não impliquem sua apropriação, de modo a não desembocar em novos processos de colonialidade do saber.

Mediante as conexões entre a interculturalidade e a produção do conhecimento científico, Duque-Cardona (2020) se dirige à investigação dos propósitos da Biblioteconomia e da CI – quais as bases epistêmicas que sustentam estes campos do saber? Assim, partindo dos denominados paradigmas epistemológicos da CI – físico, cognitivo e social –, desenhados por Capurro (2003), Duque-Cardona (2020) dirige seu olhar ao contexto da América Latina e Caribe e reflete sobre as interconexões entre a sociedade e o fenômeno informacional e para as premissas que embasam a área, de modo a prover liames entre a teoria e a práxis. A seguinte questão emerge: CI para quê e para quem? Constatando a diversidade cultural e social latino-americana, Duque-Cardona (2020) revisita os paradigmas clássicos e sugere novas análises sob um marco intercultural, independente da perspectiva ocidental hegemônica (eurocêntrica ou anglo-saxônica), promovendo visibilidade e reconhecimento das múltiplas vozes imbricadas nas malhas informacionais. No cenário da contemporaneidade, Duque-Cardona



(2020) avigora o papel social (e intercultural) da CI e postula que, neste campo científico, mediante a compreensão do uso e da gestão informacional, a descolonização do ser através do saber implica contribuir para:

[...] a emancipação intelectual e social dos sujeitos a partir do conhecimento e apreensão de saberes. Assunto que consegue, a partir do trabalho com a informação local, a visibilidade e vivificação da palavra falada, a incorporação no ciclo de transferência da informação de sujeitos produtores de conhecimentos e de tesouros humanos vivos. Estes elementos dão lugar a decolonialidade do saber uma vez que incluem a promoção, apropriação e produção de conhecimentos não brancos, europeus, masculinos e "científicos", discutindo o estatuto do conhecimento "científico" e valorizando e incorporando às comunidades e sujeitos o legado intelectual de povos ancestrais e grupos populacionais subalternizados. (DUQUE-CARDONA, 2020, p. 61-62, tradução nossa)

Duque-Cardona (2020) efetua o exame da CI sob o prisma da decolonialidade, impelindo-nos à releitura de seus alicerces, permitindo-nos contemplar a produção dos conhecimentos locais devidamente contextualizados com a história e memória latino-americanas. CI para quê e para quem? Ambos os questionamentos se configuram como os pilares para esmiuçar e compor um entendimento outro da CI que preveja o reconhecimento, o respeito, a inclusão das múltiplas vozes que a perfazem. Segundo Duque-Cardona (2020), a possibilidade de um paradigma intercultural favorece a observação da área sob uma lente distinta que dá lugar a "outros saberes, epistemes e discursos, que permitem uma visão mais ampla da informação, por exemplo, em termos de produção e transferência de saberes locais" (DUQUE-CARDONA, 2020, p. 65, tradução nossa).

Ante estas reflexões, enfatizamos a necessidade de abarcar as diversas formas de expressão da linguagem – sua produção e representação –, a partir de um olhar intercultural. As autoras pontuam que, para além de favorecer a compreensão do mundo sob novas lentes – que evidenciam, reconhecem e acolhem as nuances invisibilizadas da realidade –, a CI, nesses termos, pode auxiliar na



transformação coletiva “dos meios e modos de produção e **representação do conhecimento**” (DUQUE-CARDONA; RESTREPO-FERNÁNDEZ, 2022, p. 14, tradução nossa, grifo nosso).

4 COSTURANDO O PANO DE FUNDO: APROXIMAÇÕES ENTRE DESCLASSIFICAÇÃO E INTERCULTURALIDADE

Ponderamos que, sob o prisma de uma interculturalidade crítica aplicada à CI, conforme exposto por Duque-Cardona (2020), mister se faz a análise do pensamento hegemônico de cariz opressor, a fim de (re)pensar e (re)dimensionar os processos de representação da informação. No que toca ao campo da OC, García Gutiérrez (2011) contesta as premissas tradicionais que fundamentam as teorias e a práxis da OC e propõe, assim como Duque-Cardona (2020), uma perspectiva alternativa, de caráter complementar e não substitutiva do pensamento dominante. Esse reposicionamento epistêmico envolve o entrelaçamento dialógico entre teorias críticas diversas, das quais se destacam: as teorias pós-coloniais, estudos feministas, hermenêutica diatopical e o pensamento complexo. García Gutiérrez (2011) assevera que regras explícitas e implícitas (que abarcam aspectos ideológicos, culturais, memorialísticos e identitários) dirigem o ato de classificar. Considerando este terreno difuso e complexo, García Gutiérrez (2011) questiona a lógica racional (ocidental/hegemônica) que embasa o pensar classificatório da realidade, sobretudo na contemporaneidade, caracterizada pela globalização, profusão das tecnologias digitais e pelo crescente processo de homogeneização cultural. Na visão do autor, a classificação pode ser apreendida como uma:

[...] operação epistemológica e gnosiológica de primeira ordem que impregna a totalidade e nosso relacionamento com o mundo completamente. A mente percebe todos os tipos de objetos – materiais ou simbólicos – de acordo com categorias fornecidas por uma dada cultura – um paradigma científico, neste caso – de um modo que representações de tais objetos são apenas re-semantizações elaboradas em processos complexos de semiose que habitualmente transcendem a cultura. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 2)



A profusão e intensificação do uso das tecnologias digitais impõem o aceleração desse processo de ressignificação, posto que a rede digital se propaga por múltiplos ambientes dos quais outras comunidades discursivas participam (ou não), já que essa “digitalidade” costuma impor uma lógica de mundo e, por conseguinte, várias classificações globais que mormente refletem uma suposta cultura hegemônica, instrumentada por aqueles que dominam os imperativos tecnológicos. Gutiérrez (2011) nos faz questionar se a lógica enciclopedista do Iluminismo de organizar o conhecimento do mundo, consoante padrões normalmente rígidos e essencialistas, não permanece até os dias atuais. Essa tônica classificatória se sustenta sob a tríade das reduções que refletem o pensamento colonial, quer dizer, as reduções metonímica, dicotômica e analógica.

É justamente mirando uma OC ética e inclusiva, que congregue as múltiplas vozes imbricadas no fenômeno informacional, que García Gutiérrez (2011) problematiza esses binarismos/reduções e sugere uma nova posição desclassificatória que sorve do pensamento decolonial. De modo geral, é possível compreender as reduções da seguinte maneira:

- a) **Redução metonímica** – Processo de homogeneização, identificação da parte como o todo, fragmentação e redução drástica dos processos de compreensão, enunciação e classificação sob a égide da racionalidade contemporânea hegemônica. Trata-se de um posicionamento que favorece a disseminação de preconceitos e visões parciais (enviesados) de mundo.
- b) **Redução dicotômica** – Visão de um mundo construído por modos de pares diametralmente opostos, no qual uma das instâncias desse binômio (a primeira instância) tende a se revestir de maior relevância em uma espécie de hierarquização (norte vs. sul, homem vs. mulher, rico vs. pobre etc.).
- c) **Redução analógica** – Alude às categorias científicas e epistemológicas que, sob os moldes do pensamento hegemônico colonial, não suportam as constantes mudanças de uma supra-ordenação totalista. O objeto deve se adequar às categorias desenhadas,



classificação que não acompanha o dinamismo do mundo. Neste sentido, há uma categoria definida e tudo o que não se enquadra nesta categoria é reduzido a uma categoria que não pertence ao “mesmo” e se classifica como o “outro”.

Ao minudenciar as limitações da visão classificatória dominante, García Gutiérrez (2011) sugere uma abordagem crítica e pós-colonial como “lentes” para apreender a realidade e (des)estruturar a sua (des)classificação. Então, o que seria a desclassificação da organização do conhecimento? Implica, primeiramente, questionar a nossa posição de enunciação quando olhamos para os objetos e os classificamos. Quais as nossas suposições, premissas, valores? Tem-se de, nessa perspectiva, como princípio, observar que não há neutralidade no ato classificatório. A partir dessas elucubrações, reconhecer a multiplicidade de vozes/narrativas e assegurar oportunidades igualitárias para a diversidade de conhecimentos, lógicas, visões, sentidos e existências.

A desclassificação basicamente envolve a introdução do pluralismo no núcleo lógico de classificação. É uma operação metacognitiva e não automática que, em cada ação do classificador, requer uma completa consciência de incompletude, vieses e subjetividade explícita. Com a tecnologia atual, é possível elaborar procedimentos e sistemas de classificação baseados em desclassificação. Mas tais técnicas e ferramentas também terão que passar por uma revolução epistemológica em todos os seus protocolos e estratos. (GARCÍA GUTIÉRREZ, 2011, p. 9)

Embora questione o modo essencialista de classificar (lógica unicista e reducionista), García Gutiérrez (2011) pondera que a desclassificação não implica a negação da classificação em seus moldes tradicionais. A desclassificação, na verdade, prevê uma lógica plural e não-essencialista, na qual não se evitam a dúvida, a contradição, os mundos possíveis, as alternativas, posto que o sentido e as relações entre os termos dependem do contexto em questão. É perceptível, nessa linha de raciocínio, a quebra da linearidade classificatória e das hierarquizações engessadas. Da



redução à pluralidade (de ser e saber), esse é o caminho empreendido por García Gutiérrez (2011, p. 12) para constituir a proposta da desclassificação.

Ante o exposto, quanto à revisitação da nossa proposta de discussão, revolvemos o artefato informacional que suscitou nossas inquietações – a indumentária. Esse objeto têxtil se encontra no limiar entre o produto/artefato artístico e o documento e detém valor informativo que reflete as nuances políticas, sociais, econômicas, artísticas e culturais das sociedades (em suas diversidades), suscitando reflexões por meio de um marco analítico decolonial que amplia a compreensão intercultural nos estudos em ORIC. Concordamos com Duque-Cardona (2020) ao afirmar que

[...] a possibilidade de um paradigma intercultural permite, mais do que reinventar, observar [algo] com uma lente diferente da habitualmente utilizada, dando lugar a outros saberes, epistemes e discursos, que nos permitem ampliar o olhar sobre a informação, por exemplo, em termos de produção e transferência de saberes locais. (DUQUE-CARDONA, 2020, p. 66, tradução nossa, acréscimo nosso)

Percebemos que García Gutiérrez (2011) e Duque-Cardona (2020) acentuam a necessidade de considerar a natureza social, cultural e histórica do fenômeno informacional, reforçando os liames interdisciplinares da CI, de modo a provocar (re)leituras de seu arcabouço epistemológico. Este (re)posicionamento crítico envolve, entre outros aspectos, refletir sobre as necessidades e competências informacionais (e representacionais) de grupos tradicionalmente marginalizados, contemplando a diversidade linguística e cultural das múltiplas comunidades discursivas. Aceitamos o ponto de vista desses autores e acreditamos que um “olhar” intercultural e decolonial municia teorias e procedimentos que cooperam com a análise do domínio da indumentária sob uma tônica dinâmica, flexível e crítica.

Pensar a indumentária em sua diversa classificação, com suas nuances, referências e vozes, clama por uma representação que a liberte de modelos pré-definidos e possibilite a multiplicidade de valores e pertencimentos inerentes aos seus recintos simbólicos. Tomando este fio da meada, para trazer à discussão



possibilidades outras para a OC, empreendemos essa reflexão, olhando para os processos, produtos e instrumentos de organização e representação sob uma abordagem intercultural e desclassificatória, o que possibilitará uma emancipação da lógica dominante, presente nos discursos e, conseqüentemente, na representação dos domínios do conhecimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abalizamos que a proposta desclassificatória da OC – sob os auspícios do enfoque intercultural – configura-se como via promissora e essencial para o estudo dos matizes que conformam o domínio da indumentária de modo ético, plural e inclusivo, guiado por uma proposta alternativa de pensamento que não visa substituir as tradições classificatórias, mas promover uma complementação epistemológica pautada na pluralidade e na diversidade, aspectos que precisam estar incluídos nos processos, nos produtos e nos instrumentos ORIC.

Torna-se cada vez mais evidente a complexidade do fenômeno informacional, da coexistência salutar entre diversos modelos e teorias explicativas e que a emergência de novos enfoques epistêmicos não implica necessariamente o abandono/esquecimento de uma abordagem anterior. Outrossim, exige pensar um fazer representacional que, ao possibilitar o acesso à informação/conhecimento, esteja potencialmente fundamentado no desenvolvimento de classificações e terminologias não mais como instrumentos de poder, mas como estruturas promotoras de justiça social e informacional, que reflitam o mundo e sua diversidade de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, F. C. M.; DIAS, F. C.; ABREU, J. P. L. Nas tramas do tecido: perspectivas de tratamento para arquivos de moda a partir da experiência com a marca Osklen. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas** (Portugal), n. 10, p. 104-119, 2018.



CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. p. 1-21.

DUQUE-CARDONA, Natalia. ¿Ciencia de la Información para qué y para quien? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia e de la Información em el contexto universitário. *In: Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação: Contribuições da Colômbia e do Brasil*. CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 25-44.

DUQUE-CARDONA, Natalia; RESTREPO-FERNÁNDEZ, María Camila. El conocimiento situado en la Bibliotecología y Ciencia de la Información (CI): desafíos en el Antropoceno. **Liinc em Revista**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. e5909, 2022.

FERREZ, Helena Dood; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. v. 1. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

GARCEZ, Dirnele Carneiro; SALES, Rodrigo. Decolonizando a organização do conhecimento. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 14, 2021.

GARCÍA GUTIÉRREZ, Antonio. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

GARCÍA MARCO, Francisco Javier. Paradigmas científicos en representación y recuperación de la información. *In: GARCÍA MARCO, Francisco Javier (org.). Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación*. v. 1. Actas del Primer Encuentro del Capítulo Español de la Sociedad Internacional para la Organización del Conocimiento. Zaragoza: Universidad. 1995. p. 99-112.

MERLO, Márcia; CARACIO, Karen. Moda e indumentária aplicada ao estudo da museologia. **ModaPalavra e-periódico**, n. 10, p. 6-17, jun./dec. 2012.

MILLER, Daniel. Por que a indumentária não é algo superficial. *In: MILLER, DANIEL. Treco, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. p. 21-65.

PASSOS, Maria Clara de Araújo; PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Do epistemicídio à insurgência: o currículo decolonial da Escola Afro-Brasileira Maria Felipa (2018-2020). **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 7, n.1, p. 118-135, 2021.



RIBEIRO, Heloísa. Moda e museu: uma relação longe do lugar e fora do tempo? *In*: MINISTÉRIO DA CULTURA. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 34. 2002.

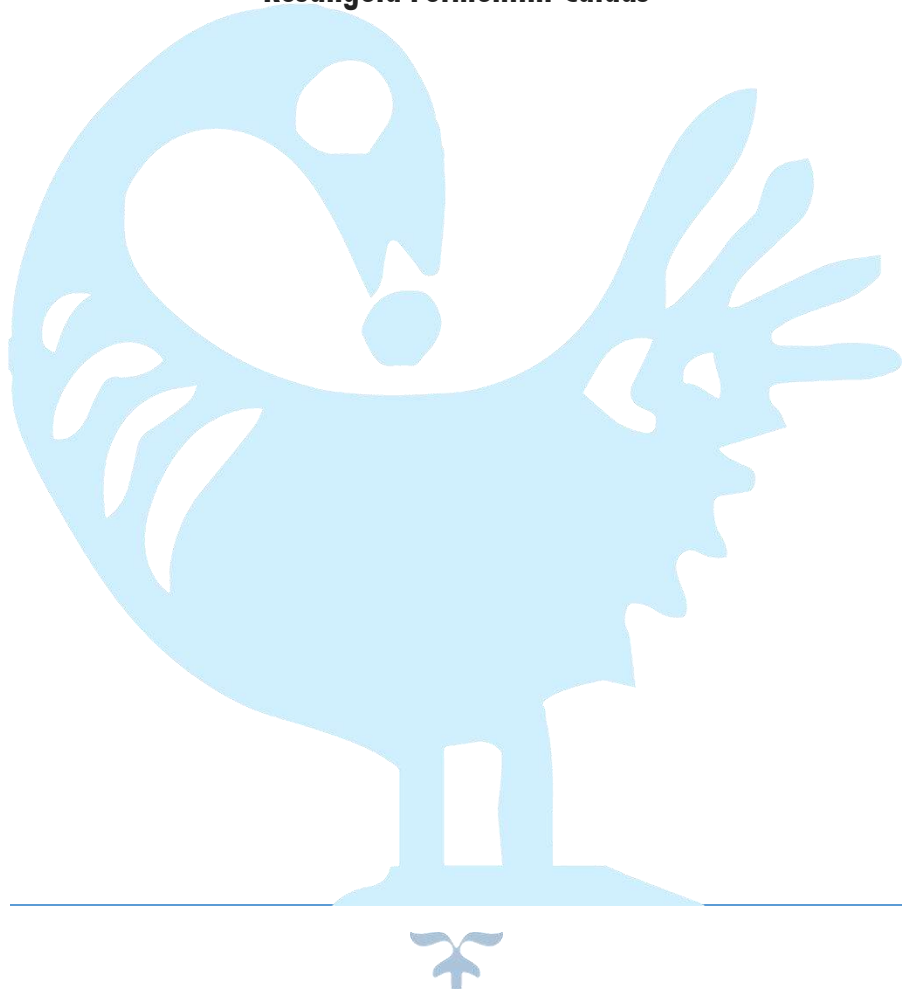
SANTOS, Heloisa Helena de Oliveira. Uma análise teóricopolítica decolonial sobre o conceito de moda e seus usos. **ModaPalavra**, Florianópolis, v. 13, n. 28, p. 164–190, abr./jun. 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial. *In*: WALSH, C.; LINERA, A. G.; MIGNOLO, W. **Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento**. Buenos Aires: Del Signo, 2006. p. 21-70.



SISTEMAS DE MEDIAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DOS SABERES INDÍGENAS

**Maria Aparecida Jacques de Arruda
Rosangela Formentini Caldas**



1 INTRODUÇÃO⁹

Na dinâmica de uma sociedade globalizada, que procura melhorias e aperfeiçoamentos a partir de insumos informacionais, destaca-se no Brasil agrupamentos de povoados tradicionais, como no caso dos indígenas. Esses povoados, são reconhecidos pela existência da preservação de suas culturas nativas e que, portanto, distinguem-se como cidadãos usuários e produtores de informações e conhecimentos. Na contrapartida a este fato, nos parece diante de levantamentos de referenciais bibliográficos realizados ao longo da última década, que muito pouco tem sido mencionado e/ou ainda reconhecidos na área da Ciência da Informação.

As populações indígenas, configuram-se como sujeitos informacionais, que necessitam espaços de estudos mais aprofundados e socialização da informação, pois produzem valiosos bens que contribuem tanto para a inserção sociocultural, como para o empoderamento etnocultural, capazes de preencher lacunas informacionais para melhores entendimentos histórico-sociais em magnitudes que atingiriam aspectos geopolíticos e até mesmo de uma biodiversidade tamanha a importância de estudos dessa natureza.

A informação e o conhecimento se fundem em saberes significativos e, ao serem organizados e disponibilizados, podem ser potencialmente mediados entre a interação de sujeitos que os requerem para variadas necessidades. Também há de se destacar, que as tecnologias de informação e comunicação, muito facilitam a apropriação e disseminação desses saberes, sustentando a interação entre tais sujeitos, no contexto à formação de objetos informacionais, auxiliando intensamente, no enriquecimento e concepção da identidade cultural das populações.

Na contemporaneidade brasileira, as organizações indígenas vêm dialogando sobre alguns tópicos consoantes a: Saberes e fazeres etnológicos; direitos sociais; cidadania e protagonismo no campo e na cidade; documentos que comprovam e garantam as suas terras; saúde; educação; produção agrícola sustentável;

⁹ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



governança de recursos naturais, entre outras lacunas. Destaca-se, que esse núcleo, ainda clama pelo reconhecimento e valorização de suas culturas de natureza etnológica, frente a uma sociedade ocidentalizada, sob o prisma eurocêntrico que muitas vezes os subjugam, desvalorizam e até mesmo violam direitos historicamente conquistados, perpassando um poder coercitivo que reiteradamente é colocado pela sociedade.

As populações indígenas, possuem uma vasta riqueza etnocultural de saberes e conhecimentos tradicionais, que, deveriam ser reconhecidas e valorizadas mundialmente. Assim também, essa população, tem se despertado para a importância de ações documentárias, participando das atividades de documentação de natureza etnológica relacionados aos seus interesses, no sentido de descentralizar as práticas documentárias (MELLO, 2018), rompendo com os processos hegemônicos do Estado, em relação à guarda informacional, e de cultura de natureza etnológica.

Acredita-se que, uma estratégia documental adequada para os saberes dos povos indígenas, depositados nos repositórios da FUNAI, contribuem para defender os seus interesses e transparecem para a sociedade, o fundamento da importância de suas trajetórias na própria condição de consolidação cultural em si mesma.

Portanto, a partir da articulação de um sistema de gestão e mediação cultural e de conhecimentos específicos dos indígenas, agregado com dispositivos informacionais (Biblioteca e Museu) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que alcance, de forma remota, as comunidades nativas, poderia ser preenchido variadas lacunas de respostas às necessidades observadas na preservação da informação e do conhecimento de tais localidades, e que ainda serviriam de embasamento para a cultura brasileira. Destarte, para essa imprescindível inter-relação sociocultural, são as ações de implementação de sistemas de gestão e de mediação cultural e/ou saberes de natureza etnológica, as quais, podem potencializar as interações de sujeitos que buscam informações para variadas necessidades.

Em busca de corroborar com tais conjecturas e, na perspectiva de responder, se, no contexto da existência de um



sistema de gestão e mediação cultural e de saberes de natureza etnológica, poderia ocorrer contribuições de desenvolvimento social, de cunho político institucional aos indígenas brasileiros, propôs-se como objetivo geral desta pesquisa, levantar ações que contribuam na promoção da proposta de um sistema de gestão e mediação cultural e de saberes de natureza etnológica, vinculado com os dispositivos informacionais (Biblioteca Curt Nimuendajú e Museu do Índio) da FUNAI. Tal sistema é visto como uma ferramenta moderna e necessária para organizar, salvaguardar e mediar saberes indígenas e indigenistas, entre as diversas etnias brasileiras.

Com o exposto, faz-se pertinente apresentar alguns conceitos e pontos de vistas de teóricos e pesquisadores que tem discutido essa temática, tanto na área da Ciência da Informação, como nas áreas correlacionadas e que a seguir se dispõe.

2 POVOS INDÍGENAS DO BRASIL

Historicamente, os povos indígenas brasileiros foram e são vistos como grupos isolados de culturas periféricas e marginalizadas. No entanto, a diversidade desses povos, representada pelas distintas culturas, devido às suas línguas e saberes próprios, faz deste, um país plural, com vasto patrimônio cultural de natureza etnológica. Segundo o censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existia no Brasil naquele ano do levantamento, o total de 896.917 indígenas, contabilizado 305 etnias indígenas e 274 línguas distintas e, com diferentes formas de pensar, ver e perceber o mundo que os cercam, em suas diversidades (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2022, documento eletrônico).

Tal riqueza multicultural brasileira, constituída pela pluralidade étnica, encontra-se alicerçada pela cosmologia e crenças mitológicas, a partir das quais, os povos originários se orientam e garantem sentido nas ações cotidianas, permitindo inclusive, interpretar acontecimentos e avaliar as decisões em suas formas de viver a partir da natureza que os cercam. Salienta-se que a riqueza demonstrada nesta pluralidade é tamanha, que cada uma



das etnias tem um jeito de viver de forma digna, unidas e compartilhadas, a seu modo.

2.1 Conhecimento como insumo do etnodesenvolvimento

Os conhecimentos e/ou saberes de natureza etnológica – a cultura indígena – organizada em um só ambiente informacional, contribuem para o etnodesenvolvimento, pois garantiria espaços de divulgação informacional, de políticas, de manifestações, de conhecimentos, contribuindo para a plena existência e desenvolvimento dos povos indígenas. Compreende-se que, o conhecimento indígena, seria aquilo que uma comunidade nativa (local) acumula ao longo de gerações em um ambiente particular. É o conhecimento local, único e tradicional, existente e gerado em torno das condições específicas dos povos indígenas de uma determinada área geográfica (MOLE; EKWELEM; DIN, 2018, tradução nossa). Esse tipo de conhecimento é de natureza tácita e é encontrado nas memórias e atividades das pessoas, e por isso, quando por exemplo um ancião morre, é como se uma biblioteca tivesse sido incendiada. Assim também, Paiva (2014) entende a informação indígena, como aquela que se refere aos povos originários, logo, a informação registrada, englobaria diversos tipos de textos, independente do suporte, entretanto, se ocuparia do conhecimento indígena (e sobre eles).

Notável se faz pensar no conhecimento sociocultural na simultaneidade do impacto ocasionado diretamente nas esferas política e econômica visto que, as ações e reações motivadas pelo complexo das estruturas das raízes das comunidades, geram processos geopolíticos, influenciando, no caso dos povos indígenas, até mesmo na biodiversidade que impulsiona o crescimento e o desenvolvimento dos países.

No entendimento de Dantas e Ferreira (2013, p. 109), sobre informação e conhecimento etnológico, “[...] há uma relação de interdependência entre essas matérias-primas que alimentam continuamente a geração de novos saberes”, pois “[...] o conhecimento é o resultado de um processo histórico pelo qual, as experiências do meio em que se vive afetam diretamente no modo de agir do homem, no seu relacionamento com a natureza (BARROS;



LEHFELD, 2007, apud DANTAS; FERREIRA, 2013, p. 109). Deste ponto de vista, o conhecimento é formado com base nas informações adquiridas cotidianamente, a partir das interações sociais, em contextos formais ou informais, independente de serem alfabetizados ou não (DANTAS; FERREIRA, 2013). Neste sentido, conhecimento ou saberes, são informações e experiências adquiridas por meio de aprendizados ao longo da vida (MOLE; EKWELEM; DIN, 2018).

As formas de saber, no entendimento de Belluzzo e Silva (2017, p. 06), "[...] se relacionam entre si, mas não necessariamente estão se sucedendo uma à outra linearmente. Elas necessitam ser entendidas em relação ao contexto em que são usadas e em relação às funções que preenchem [...]". As autoras afirmam que, o saber é oriundo da sociedade que o produz - advêm das relações sociais. Assim, o conhecimento e o pensamento do sujeito do saber, que o adquirir, acham-se vinculados ao contexto social da comunidade em que são produzidos (BELLUZZO; SILVA, 2017).

Deste modo, compreende-se que cada povo, cada etnia, traz em seu âmago um olhar, uma compreensão de mundo e de existência de forma particular. Assim também, tem sua forma específica de conhecer e de saber, tendo como "o grande livro¹⁰" a natureza e seus ensinamentos, adquiridos a partir da observação diária do mundo, do cosmo que os envolvem. Haja visto, na opinião de Ndlovu (2017, p. 128) "[...] a ideia de formas indígenas de conhecer, ver e imaginar o mundo tem o potencial de permitir outra imaginação do mundo para além da visão ocidentalista já defunta" [...]. O autor se refere, neste sentido, aos conceitos e formas de conhecer e aprender, impostos pela sociedade euro-norte-americana, já ultrapassada na atualidade.

Apesar do exposto, a população indígena brasileira, são as menos beneficiadas com os avanços, desenvolvimentos e mudanças sociais e culturais de nosso país. Por isso, que essas questões são entendidas como os novos desafios paradigmáticos a serem enfrentados pelas populações ameríndias no Brasil. Revés de, não só acessarem e apoderarem-se de diferentes tipos de

¹⁰ Daniel Munduruku em vídeo aula sobre "Formação de saberes indígenas: identidade e diversidade". Disponível em: Instituto Conhecimento Liberta (ICL). www.icl.com.br. Acesso em: mar. 2022.



informações, mas também, serem reconhecidos como produtores e consumidores de saberes e conhecimentos. Para tanto, essa população necessita ter um espaço informacional específico de preservação de suas diversidades étnicas culturais e que, este chegue e/ou alcance de forma remota, a todas as comunidades nas diversas regiões do país. Inclusive, o espaço ora proposto, tem a pretensão de possibilitar os acessos e posses informacionais pelos indígenas, para, deste modo, contribuir com a conservação e manutenção de seu *habitat*, de forma sustentável, a fim de contribuir para o progresso e para o etnodesenvolvimento desses povos; assegurando-lhes assim, suas desvinculações dos poderes hegemônicos informacionais e Estatal que vigia e controla a produção documental e de informações dessa natureza, desde o início da República brasileira (MELLO, 2018), e também, o reconhecimento e valorização de suas diversidades culturais, pela população não indígena.

2.2 Políticas públicas na conjuntura dos povos indígenas

Entende-se por políticas públicas, conjuntos de ações e decisões de governantes, voltadas para a solução de problemas da sociedade em geral, ou seja, são a totalidade de metas e planos nas esferas nacional, estadual ou municipal que um governo planeja para conseguir o bem-estar da sociedade e o interesse público.

No âmbito indigenista, concebe-se as políticas públicas na intervenção que o Estado nacional efetua desde o início do século XX, para o cotidiano dos povos indígenas que habitam o território brasileiro. Este processo, teve início em 1910 junto ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que a organizou, com o propósito de minimizar conflitos gerados devido às ocupações de territórios por diversos agentes econômicos em expansão, como fazendeiros, mineradoras, madeireiras, entre outras empresas (LUCIANO, 2006). Com o tempo, essa política indigenista acabou por atender muito mais aos interesses daqueles grupos econômicos, que se interessavam pelos espaços indígenas, do que, em garantir os direitos dos nativos.

A política indigenista brasileira, desde os períodos colonial, tem apresentado ambiguidade, pois ao mesmo tempo que garantia



direitos e proteção das populações indígenas, através de leis que proibiam a escravização; em outros momentos, permitia essa escravização e assassinatos de grupos indígenas julgados inimigos. "Portanto, de um lado, "proteção", por outro, "cativeiro e morte". Tudo isso estando vinculado a um processo de catequese e de "civilização" (VENERE, 2005, p. 46, aspas do autor).

A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), no ano 1967, tornou-se sucessora do SPI e, tinha como principal objetivo executar políticas indigenistas do Brasil. "[...] com a proteção e promoção dos direitos indígenas, demarcando e fiscalizando as terras pertencentes à essa população e garantindo o desenvolvimento sustentável, o acesso aos direitos sociais e de cidadania" (ALVES; VIEIRA, 2017, p.100). Esse órgão é responsável pela intervenção nas causas indígenas até atualidade.

A FUNAI foi projetada para superar os antigos impasses do SPI, para executar as tarefas de tutela do Estado sobre os povos indígenas em territórios nacionais, no entanto, segundo informações na *website* PIB (Povos Indígenas do Brasil), essa instituição acabou reproduzindo a antiga. Sua criação foi inserida no plano mais abrangente da ditadura militar (1964-1985), que pretendia reformar a estrutura administrativa do Estado em função da promoção da expansão político-econômica para o interior do País, principalmente para a região amazônica (PIB on-line, 2023).

As políticas públicas indigenistas, foram totalmente subordinadas em função dos planos nacionais, quais eram: construção de estradas, de hidrelétricas, expansão de fazendas e extração de minérios, a partir das terras indígenas. As práticas da FUNAI durante os governos militares, em relação aos indígenas, foram marcadas pela perspectiva assimilacionista, permeando assim, a história do SPI.

Até o ano 1991, a FUNAI era vinculada ao extinto Ministério do Interior, o qual, exercia grande interferência sobre as suas ações. A presidência dessa instituição, entre as décadas de 1970 e 1980, era exercida, em grande maioria, por militares ou políticos de carreiras que não se interessava pelas causas indígenas ou, às vezes, eram contrários aos interesses destes. A administração geral foi mantida em Brasília, os postos indígenas preservados, e as inspetorias transformadas em delegacias regionais. A FUNAI se estruturou aos



moldes do SPI, ficando um pouco centralizado e com muita rigidez burocrática em três níveis: nacional, regional e local (SOUZA LIMA, 2001 apud PIB on-line); o quadro funcional daquela antiga agência, extinta por irregularidades, foi transferida para a atual.

Percebe-se que, desde que foi instituído, esse órgão estatal, vem construindo histórias de ineficiência, desinteresse e dificuldade de operação, criando mais limitações nas suas intervenções a favor dos indígenas. Isso provocou situações críticas, conflituosas e de emergências decorrentes dos planos de colonização e exploração econômica que chegavam aos extremos do país (PIB ON-LINE, 2023).

A cada novo governo federal, novas modificações, novas regras, novas políticas, por meio de novos presidentes/gestores, são exercidas. Comungando desse ponto de vista, Mello e Souza (2015, p. 34), expressam que: O Estado brasileiro possui períodos oscilantes entre governos democráticos e ditatoriais, ou seja, aqueles que respeitam os direitos humanos, a liberdade de opinião e as liberdades individuais e coletivas, e aqueles autoritários, que têm como principais características o cerceamento das liberdades individuais, o obstáculo aos dispositivos legais de respeito à dignidade humana e ao direito à informação, e, conseqüentemente, o impedimento ou dificuldade do acesso à informação, individualmente ou pela sociedade aos documentos e informações produzidas pelos órgãos estatais.

Confirmando, deste modo, que em variados momentos, a FUNAI não consegue cumprir com seu papel, e/ou objetivo para o qual foi criada, que é o de: Garantir o cumprimento das políticas públicas indígenas; cuidar dos povos nativos e de sua diversidade cultural e étnica em todas as escalas (FUNAI, 2022).

As políticas indigenistas, que deveriam representar e atender aos indígenas, ficam no cenário político do Estado como meros coadjuvantes, permanecendo sempre como subordinadas às diretrizes políticas do Estado (MELLO, 2019). Lembrando que, com a formação dos diversos movimentos políticos dos indígenas, empreendidas com o intuito de reivindicar melhorias para essa população, conseguiram realizar, nos últimos tempos, uma série de ações que resultaram em um maior reconhecimento e no atendimento mais eficaz das políticas públicas indígenas.



3 MEDIAÇÃO CULTURAL DE SABERES/CONHECIMENTOS INDÍGENAS

O sentido mais apropriado da mediação, se refere à processos de interconexão entre as esferas cultural e social, visto que, as interações são baseadas na dialogia devido ao seu efeito socializador cultural. Para que a cultura se torne um elo com a comunicação, se faz necessário que uma dependa da outra; afinal, um fenômeno cultural também funciona como um processo de comunicação (SIMIONESCU, 2018).

Como por exemplo, a mediação cultural e informacional são ações dialógicas de interações entre as partes de um sistema social-cultural que alia e permite o encontro das ideias, da cultura, do pensamento e do conhecimento, num processo relacional entre atores e agentes informacionais (ALMEIDA JUNIOR, 2017), pois, os espaços de mediações culturais e de saberes, contribuem para as interações e conexões de sentidos entre mediadores e mediados.

A mediação cultural, age como um processo múltiplo de possibilidades para a atuação sociocultural, se manifesta como um elo entre o sujeito e os objetos informacionais e culturais, entre as comunidades e suas formas de saberes e os dispositivos informacionais, os quais facilitam a compreensão e o aprendizado daquele que busca, usa e se apropria dos conhecimentos/saberes, representados e armazenados em artefatos culturais, históricos e informacionais. Portanto, é fundamental se pensar na gestão, para as ações mediadoras estratégicas em espaços informacionais.

3.1 Tipologias de mediação e a gestão cultural

As discussões a respeito da temática mediação, mediação da informação e cultural têm a contribuição de estudiosos e pesquisadores que apresentam valiosas ideias que facilitam a compreensão das práticas e dos processos informacionais no contexto da Ciência da Informação, principalmente de estudiosos brasileiros “que buscam fortalecer e demarcar teoricamente a pesquisa em torno da mediação na Ciência da Informação” (SANTOS NETO, BORTOLIN, 2020, p. 147).



Com efeito, a mediação é um processo dinâmico de intermediação, que visa viabilizar não só a posse de um objeto cultural ou informacional, mas, relações e convivências dos sujeitos entre si – é uma ação portadora de sentidos, incrustados, tanto nos objetos, como nos sujeitos culturais e seus respectivos contextos (PERROTTI; PIERUCCINI, 2014). Assim, a ação mediadora não está só intermediando elementos físicos, mas produzindo sentidos ao sujeito mediado, na dinâmica dos campos cultural e social.

É preciso ponderar que a mediação da informação e/ou da cultura deve primar por fornecer ao usuário, inúmeras possibilidades de interpretação diante da posse informacional; e o agente mediador, como elemento terceiro do processo, deve ser também, um provocador, estimulador, capaz de produzir diversos questionamentos, e comportamentos emocionais. Isso quer dizer que, ao se apropriar da informação, o sujeito cognoscente irá associá-lo ao seu conhecimento anterior que, por sua vez, é resultado de seu desenvolvimento sociocultural e histórico. Essa apropriação informacional poderá gerar dúvidas/conflitos. Os quais suscitarão novas necessidades informacionais e assim sucessivamente (ALMEIDA JUNIOR, 2017).

O agente mediador para Gomes (2014, p. 49) é o sujeito que “medeia polos (instâncias sociais, sujeitos sociais e dispositivos culturais), [...]”, esse agente é também um protagonista social que representa em sua essência, o processo de mediação. Dessa lógica interativa e dialógica entre mediador e mediado é que se infere o desenvolvimento do protagonismo informacional de povos indígenas, pois a mediação informacional e da cultura possibilita um olhar sistêmico e orgânico frente as fissuras informacionais que ocorrem em todos os espaços sociais. Nessa perspectiva, a ação mediadora proporciona entendimentos do conjunto de ações coletivas e individuais de uma comunidade organizacional.

No contexto da Ciência da Informação, parafraseando ALMEIDA, (2008, p.3), “dentre os muitos conceitos de mediação que alcançam transversalidade nas disciplinas científicas [...]”, discorre-se sobre reflexões e discussões da mediação consciente da informação e da cultura, na perspectiva de direcionar o indivíduo para apropriação da informação etnocultural, para consciência



crítica e ao protagonismo social, ignorando demais conceitos nas outras áreas, por exigir discussões mais profundas.

Compreender que os espaços informacionais interligados e/ou interconectados via redes de internet e as novas tecnologias de comunicação são ambientes potencializadores de interações/conexões entre as pessoas e que facilitam novos fluxos informacionais, é estabelecer um ponto de partida para alavancar um sistema de mediação informacional/cultural. Portanto, para Gomes (2019), a mediação da informação se centra na relação dialógica, possibilitando ao profissional buscar a realização do trabalho compartilhado e colaborativo, apresentando sua condição de protagonista social em prol do coletivo e do bem comum. Já para Oliveira, Batista e Pimentel (2021), a mediação cultural é uma ação produzida para fomentar as relações entre objeto cultural e as pessoas, propiciando aceder obras e/ou produções culturais para um maior número de pessoas, porque são atividades desenvolvidas, na maioria das vezes, entre as relações políticas, culturais e espaços públicos.

A relação cotidiana do homem com a realidade e com o conjunto de artefatos criados pelas práticas sociais, como costumes, tradições, valores e normas, expressões e experiências sensoriais, visuais, sonoras, linguagens, dentro outros é que dá significado à vida material, imaterial ou simbólica do indivíduo. Esse conjunto de práticas é entendido como cultura (MARTELETO, 1995).

Neste sentido, as ações culturais desenvolvidas com e para as populações de uma determinada comunidade têm que levar em consideração as práticas sociais, essas bagagens de mundo, da vida, das pessoas, para ser entendida e processada pelo sujeito mediado pois, os gostos e concepções de mundo, são coletivos e influenciados pelo meio sociocultural. Sem tais ponderações, as atividades propostas apresentarão modelos prontos, falsificados, impostos e não mediados, por não considerar essas experiências e práticas culturais.

3.2 Gestão de sistemas que agregam cultura e conhecimento

Entende-se a gestão como uma ação que vai além das rotinas técnicas de um espaço informacional (selecionar, organizar,



classificar, armazenar e compartilhar) mas, e principalmente, trabalhar as relações humanas, interna e externamente e gerir um espaço e/ou sistema informacional ultrapassa o local e transcende ao externo, seja físico ou *online*. Para Lapolli (2003), um sistema de gestão, pode ser entendido como sistema de informação, porque é formado pela combinação organizada da informação, das pessoas, da tecnologia e dos processos.

Para um eficiente compartilhamento de informações e/ou conhecimentos pressupõe a existência de um ambiente e de ferramentas apropriados à inserção, organização e disseminação desses ativos, de forma que possam facilitar os fluxos e acessos de maneira prática e rápida pelos sujeitos requerentes. Por conseguinte, se faz importante o desenvolvimento de um sistema de informação, tal qual uma plataforma que possa efetivar o compartilhamento de informações e conhecimentos para as organizações indígenas do Brasil. Um sistema que funcione como uma ferramenta de gestão de ativos culturais nativos, que tenha a finalidade de garantir às populações originárias brasileiras o acesso à documentos, e às informações neles contidos que garantam e resguardem seus direitos legais, de forma interligada e coordenada pelas atividades de instituições públicas, tal qual a FUNAI em forma de política pública informacional.

Uma plataforma de um sistema de gestão de informação, pode ser associada a um efeito de rede, onde vários grupos organizacionais, acessam e desenvolvem seus produtos e serviços informacionais e culturais, de forma interligadas, formando um conjunto de ativos organizados, que possam fluir com eficiência entre os vários ambientes conectados. Nessa perspectiva, tal sistema interativo entre organizações e/ou instituições, em diálogo com as comunidades indígenas, são características de ações políticas de gestão de sistemas, operando de forma cooperativa, para a efetivação de novas práticas de agregação etnocultural, interligadas às tecnologias de informação e comunicação (TICs), como serviços informacionais destinados aos povos indígenas brasileiros.

Conforme elucidado, deslinda-se que o processo de criar, organizar, compartilhar, usar e gerenciar o conhecimento é o que define a gestão do conhecimento de uma organização, a qual, ao



pretender operar com eficiência e eficácia, transforma as informações em conhecimento, agregando valor e enriquecendo a aprendizagem e o desenvolvimento intelectual.

Assim, entende-se a gestão do conhecimento indígena dotado de conhecimentos tácitos e explícitos, pois esses, são originários da relação sociocultural nas comunidades étnicas, munidos de estruturas cognitivas e emocionais que inclui valores, crenças e suposições, vividas e compartilhadas na realidade entre os membros da organização. Afinal, é a partir desses conhecimentos que surgem novas estruturas e renova-se as já existentes.

A gestão desses conhecimentos/saberes e culturas, é visualizada na perspectiva de um sistema de informação, elaborado a partir de processos estratégicos, como ferramentas de mediação cultural e informacional às comunidades indígenas fazendo-se necessário, a elaboração de estratégias de captação/registros desses insumos a partir de gravações sonoras, de vídeos, fotografias, formas escritas, entre outras, pois, são essas, tomadas de decisões gerencias para a recuperação, organização, armazenamento, preservação, para posterior disseminação e/ou mediação.

4 MEDODOLOGIA

Os caminhos metodológicos percorridos no desenvolvimento deste estudo, foram um conjunto de procedimentos intelectuais, reflexivos e técnicos, adotados para encontrar respostas, da questão levantada sobre a temática proposta. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, caracterizada como exploratória e explicativa. O método definido para melhor alcançar o objetivo da pesquisa foi, o método denominado gestão baseada em evidências, o qual, sustenta três ou mais fontes informacionais, para assegurar resultados confiáveis e, atingir o propósito que se pretende.

A pesquisa exploratória determina-se, quando a temática escolhida é pouco explorada e, o pesquisador pretende ter maior familiaridade com o problema. Este tipo de pesquisa, aprimora as ideias ou, a descoberta de intuição (GIL, 2008) e, os estudos descritivos procuram analisar os fenômenos pesquisados fazendo



descrição detalhadas de como esses fenômenos se apresentam. A pesquisa explicativa, no entendimento de Kauark, Manhães e Medeiros (2010), quando realizada nas ciências sociais, requer o uso do método observacional, porque assume, geralmente, as formas de pesquisa experimental ou *ex post facto*. Visando neste caso, estabelecer relações de causa-efeito através de manipulações diretas das variáveis, relativas ao objeto de estudo, buscando identificar as causas do fenômeno.

Quanto a abordagem metodológica, refere-se à um estudo qualitativo ao qual, Minayo (2002, p.21), diz que se preocupa, "com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Trabalha com diversos universos que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis".

As análises realizadas nas fontes de evidências, utilizou-se do apoio nos procedimentos da análise de conteúdo de Bardin (2016) a fim de permitir inferir diretrizes e subsídios, baseadas nas melhores práticas, evidenciadas nos textos científicos e nas comunicações – como fontes de evidências pertinentes, para atingir os objetivos elencados. Assim, pôde-se vislumbrar a construção de diretrizes de políticas públicas informacionais nas organizações indígenas.

4.1 Método de gestão baseada em evidências

O método de gestão baseada em evidência (GBE), almejou alcançar o objetivo proposto, de maneira crítica e comprovada, pois, demanda três ou mais fontes de evidências, como garantia de resultados confiáveis e consistentes na pesquisa.

Esse método, também é conhecido como prática baseada em evidências (PBE) – oriundo da medicina e que norteou as evidências de pesquisas científicas bem desenvolvidas (ALMEIDA, 2008). Atualmente, é entendido como um uso consciente, claro e crítico de melhores e atuais evidências integradas com experiências clínicas, valores e preferências do paciente (SACKETT *et al*, 1996 apud CIOL; BERAQUET, 2009). A partir 1992, o método expandiu-se por outras áreas do conhecimento como a Educação e Administração, se apresentando como um método para resoluções de problemas



científicos. Segundo Rousseau (2006) o importante na GBE, é se alicerçar em várias fontes de evidências para que na prática, o resultado do estudo não seja comprometido quando se baseia em apenas uma fonte.

Na Ciência da Informação (CI), as práticas de pesquisas em bibliotecas baseadas em evidências, estão se tornando importantes e imprescindíveis aliados, principalmente, onde os recursos tecnológicos são escassos (BOOTH, 2002). Além disso, as complexidades da comunicação não confiáveis na Internet, dificuldades de acessos de fontes de evidências e o desafio de interpretar a literatura de pesquisa, sobretudo, onde o inglês não é a primeira língua, tem desafiado os profissionais da informação a se aperfeiçoarem e se voltarem para uma nova perspectivas sobre esse fazer profissional. Nestes casos, a gestão baseada em evidências é uma abordagem pragmática para preencher essas e demais lacunas.

4.2 Técnicas de coleta de dados

Para coletar dados informacionais como fontes de evidências para esta pesquisa, optou-se pelos seguintes procedimentos:

- I. Pesquisa Bibliográfica (levantamento de estudos científicos da área da CI que abordam a temática em questão);
- II. Levantamento de informações em Organizações – referente à temática na *website* da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), (análise de documentos e fontes informacionais mais focados nas políticas informacionais);
- III. Profissionais (Expertise) – Pesquisadores que estudam e desenvolvem projetos com populações indígenas;
- IV. Liderança – Representante que atue com e/ou para uma comunidade indígena.

Para a primeira fonte de evidência, definiu-se como escopo para a pesquisa o Portal de Periódicos da Capes e Base Brasileira de Pesquisa em Ciência da Informação-BRAPCI, contemplando os textos publicados entre os anos 2000 e 2021, sendo especificamente, pesquisas da área da CI brasileira, e como expressões de buscas: «conhecimento indígena», «saberes indígenas», «gestão do conhecimento etnológico», «Informação



indígena», «Ambiente informacional indígena (arquivo, biblioteca, museu)», «Política informacional indígena», «mediação cultural indígena». No processo de busca, coleta e seleção das bibliografias, estabeleceu-se que somente os artigos que apresentassem os descritores acima mencionados, nos campos: título, resumo ou palavras-chave da publicação, seriam analisados.

Para o levantamento de informações na segunda fonte de evidência, definiu-se as mesmas expressões de busca supracitadas, direcionadas para: A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e seus dispositivos informacionais (Biblioteca e Museu do Índio); a Organização das Nações Unidas (ONU) do Brasil e Internacional; e também, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Ressalta-se que tais instituições, foram identificadas por meio de seus *websites* (endereços on-line) na Internet. A justificativa da escolha foi por serem exemplos de Instituições que realizam estudos, pesquisas e relatos de experiências no seio das diversas comunidades indígenas no Brasil e na América Latina. Para além de recuperarem e armazenarem documentos, artefatos e outras fontes informacionais em seus espaços, como os repositórios, biblioteca e museu – as quais são potenciais fontes de evidências para uma boa prática de gestão informacional.

Quanto aos profissionais, foram considerados os professores e/ou pesquisadores indígenas e/ou indigenistas regionais do Estado do MS (antropólogos, sociólogos, educadores e afins) que estudam essa temática e que acumulam conhecimentos específicos, os quais colaboraram com suas experiências profissionais nesta pesquisa; estes foram cotados como uma terceira fonte de evidência.

Na evidência da liderança, participou um gestor público, indígena, pertencente a uma comunidade étnica. Para a coleta de informações para esta evidência, foi realizada uma entrevista semiestruturada, a qual, segundo Triviños (1987, p.147) "é um dos principais meios que tem o pesquisador para realizar a coleta de dados [...] sendo uma das mais importantes no enfoque qualitativo, porque esta, ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o



informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessária, enriquecendo a investigação".

4.3 Procedimentos de análise dos dados

As análises realizadas nas quatro fontes de evidências da GBE, foram assistidas pelo método de análise de conteúdo e permitiram inferir diretrizes e subsídios, baseadas nas melhores práticas evidenciadas. A análise de conteúdo é um procedimento indicado por Bardin (2016) e consiste na técnica de leituras aprofundadas em cada resposta dada pelos sujeitos de uma pesquisa e/ou mensagens como formas de comunicações ou textos científicos, a fim de se compreender a exposição da informação nas opiniões ou ideias dos sujeitos, seja na forma oral ou escrita. Outro importante tópico a se ressaltar é que ela permite ao pesquisador, observar e analisar as expressões indiretas e/ou implícitas nas respostas e conteúdos identificados na coleta de dados.

Para Oliveira (2008), esta análise decodifica as representações sociais sobre determinado objeto; inconsciente coletivo em determinado tema; repertório semântico ou sintático de determinado grupo social ou profissional; análise da comunicação cotidiana, seja ela verbal ou escrita, entre outros. A técnica de análise de conteúdo deve ser realizada em três fases:

- 1) A pré-análise – que consiste, de modo geral, na organização e leituras flutuantes nos primeiros contatos com o material eleito a ser analisado (BARDIN, 2016).
- 2) A exploração do material selecionado – utiliza-se de procedimentos preestabelecidos como a codificação (BARDIN, 2016). A codificação corresponde à escolha das unidades de registro (recorte do texto em unidades significativas). A escolha das categorias de análise (classificação e agregação) é uma das etapas mais importantes da codificação, pois, é nessa etapa que as unidades de registros são agregadas e classificadas por meio da operação de categorização (BARDIN, 2016; SILVA; FOSSÁ, 2015),



- 3) O tratamento dos resultados obtidos – a inferência e a interpretação, em que os dados brutos serão trabalhados e interpretados; enfim, o que foi desenvolvido através da análise em todo o material (SILVA; FOSSÁ, 2015).

Para esta pesquisa, os dados coletados foram analisados, por meio da análise categorial temática apresentado por Bardin (2016) a qual, consiste no desmembramento do texto em categorias temáticas, proposto para atender aos objetivos da pesquisa, ou seja, a análise categorial, a qual funciona por operações de desmembramentos equivalentes. As categorias iniciais foram definidas, posterior às coletas de dados. Entre as técnicas que compõem o escopo da análise de conteúdo, aplicou-se a da análise categorial, para interpretar os dados obtidos, seja a partir da pesquisa bibliográfica em bases de dados científicas, seja a partir do questionário e da entrevista semiestruturada, aplicados aos sujeitos da pesquisa. A escolha pela análise categorial é respaldada pelo fato de que “é a melhor alternativa quando se quer estudar valores, opiniões, atitudes e crenças, através de dados qualitativos” (SILVA; FOSSÁ, 2015, p. 8).

Com as leituras e interpretações dos textos levantados, das respostas do questionário, e da entrevista que foram aplicados aos sujeitos envolvidos com a temática – foi elaborado recortes das palavras e/ou fragmentos das unidades de contexto, que possibilitou, a codificação semântica, a partir destas, posteriormente, construiu-se os indicadores.

5 ANÁLISE DOS DADOS

As categorias inicialmente definidas, surgiram a partir dos descritores determinados no levantamento e identificação dos artigos em bases de dados informacionais. Tais núcleos foram agrupados e a partir de conceitos norteadores, formaram a denominação de uma categoria recomendada para a proposta de sistemas de mediação cultural.

No quadro 1 é possível visualizar os descritores que, depois de aplicados seus conceitos norteadores, determinaram as categorias iniciais e que por meio da GBE, se apresentaram enquanto categorias recomendadas. Assim, no caso dos



descritores: Informação; conhecimento e saber indígena; e gestão da informação/conhecimento indígena, apresentou-se, os "Ativos informacionais". Estes, estão ligados aos processos e atividades de gestão de conhecimentos sob a ótica dos indígenas e seus sistemas comunitários, visto que, um sistema vivo está constantemente criando novos conhecimentos, os quais, estão profundamente ligados às atividades do dia a dia e aos sistemas sociais comunitários.

Quadro 1- Descritores e Categorias

Descritores	Categorias Recomendadas
Conhecimentos indígenas Saberes Indígenas Gestão conhecimento etnológico	Ativos Informacionais
Biblioteca, arquivo, museu Repositório indígena Tecnologias	Ambientes Informacionais
Recursos materiais, financeiros e humanos Políticas Públicas	Estruturas Organizacionais

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os descritores Biblioteca, arquivo, museu e repositórios indígena e as tecnologias foram reunidas em categorias denominadas "Ambientes informacionais" e destacaram-se como sendo os espaços de interações sociais que gerenciam o contexto, no qual se dá informações, conhecimentos e saberes. Já os descritores, políticas informacional/cultural e cultura indígena, ao serem agregadas originaram as categorias "Estruturas organizacionais": Entendidas como a ordenação e agrupamentos de atividades e recursos materiais, financeiros e humanos, que visam o alcance dos objetivos e resultados de uma organização. São estruturas relacionadas à institucionalização de políticas públicas informacionais, constituída e planejadas para atender a população indígena brasileira.



5.1 Elaboração das categorias iniciais

Com vista a responder ao problema levantado e ao objetivo da pesquisa que se propôs, os dados coletados foram analisados, por meio da análise categorial temática (unidades de registros), apresentado por Bardin (2016) que consiste no desmembramento do texto em categorias temáticas, apresentadas para atender ao objetivo da pesquisa.

As categorias iniciais configuram-se como as expressões de buscas que procederam dos levantamentos bibliográficos. Resultaram do processo de codificação das leituras dos títulos, resumos e palavras-chave, totalizando dezoito artigos recuperados; destes, nove artigos continham as expressões buscadas, enquanto os demais, foram descartados por não apresentarem os termos requeridos. Cada temática descrita é decorrente dos trechos selecionados, a partir da leitura dos mesmos. As categorias apresentadas, estão pautadas na entrevista, no referencial bibliográfico e na análise do site da FUNAI.

5.2 Discussão dos resultados

O Quadro 2 evidencia, a partir dos descritores, os sujeitos informacionais, pessoas produtoras, consumidoras e mediadoras de saberes e conhecimentos. Saberes e/ou conhecimentos indígenas, aqui recomendados de ativos, são entendidos por Zaman (2015) como um sistema vivo, por serem muito mais reflexivos e por estarem intimamente imbricado nos processos e atividades de gestão de conhecimentos, provenientes da visão de mundo dos indígenas e de seus sistemas comunitários.

Desse modo, por ser algo inerente às atividades do dia a dia, um sistema vivo detém a capacidade de gerar novos saberes, na medida em que se avolumam os desafios, nestes tempos, da vida primitiva em comunidade, de suas necessidades materiais e espirituais; dos intercâmbios culturais incidentes a que estão sujeitos esses povos. Para gerir (administrar) os ativos informacionais.

O Quadro 3, infere-se que o descritor gestão do conhecimento indígena/etnológico, está diretamente vinculado com a categoria



inicial, visto que, um ambiente de preservação da memória documental indígena é um espaço de gestão de insumos, de natureza etnológica, o qual é uma ação emergente para preservação documental e cultural desses povos.

Quadro 2 – Processo Inicial da Análise de Conteúdo

Descritores	Conceito Norteador	Categoria Inicial
1. Conhecimentos indígenas	Esse movimento de valorização histórica dos “conhecimentos indígenas” e/ou “tradicionais” reflete, em grande medida, uma transformação da maneira como esses conhecimentos são representados [...].	I. Indígenas como sujeitos informacionais
2. Saberes indígenas	<p>Junto com as pessoas e as coisas, os saberes também circularam ao longo dos séculos, formando redes estabelecidas sobre os mecanismos relacionais de apropriação, tradução e transformação [...].</p> <p>Verifica que a aquisição e a transmissão desse saber se dá pela observação e pela oralidade no contato cotidiano do trabalho com esses produtos, seguindo armazenado apenas na memória de seus detentores.</p>	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na gestão do conhecimento, os ativos tácitos e/ou intangíveis referem-se às coisas que um indivíduo sabe, e não podem ser expressas, usando a linguagem. O contexto das comunidades tradicionais é o facilitador para o desenvolvimento de saberes originários; ambientes propícios de cultura que favorece os processos de capacitação e engajamento, com novas informações



e *know-how* (habilidade, expertise, capacidade). Já os ativos tangíveis são, então, documentos e registros informacionais de natureza etnológica, os quais formam um conjunto de valor agregado, fundamental para o desenvolvimento das potencialidades dos povos indígenas (MELLO; PIMENTA, 2018).

Por isso, é possível considerar que esses ativos e os materiais culturais indígenas são um corpo de conhecimento altamente contextualizado, onde as atividades coletivas são partes essenciais do sistema de gestão; além disso, essas comunidades têm um sistema de governança integrado de crenças culturais e mitológicas que controlam essas manifestações coletivas (ZAMAN, 2015). Faz-se necessário uma compreensão do conhecimento indígena e de sua importância na vida da comunidade, adotando uma perspectiva integrada o bastante para incluir aspectos relevantes como: Plantas, nutrição, saúde, crenças, comunicação, agricultura e pesca, religião, artesanato, ferramentas, entre outros.

Os indígenas, ao serem capacitados para gerir seus próprios conhecimentos/saberes, passam a lutar pela preservação e desenvolvimento de seus próprios acervos, entendendo a importância da salvaguarda da memória indígena ancestral, tornando-se protagonistas no resgate de saberes, na preservação de suas línguas originárias, na disseminação e transferências de informações e/ou, de suas culturas e histórias originárias (MELLO, 2019).

A capacitação de agentes indígenas para exercícios de gestão de seus ativos informacionais, diz respeito à promoção de habilidades para o aprimoramento das diversas atividades técnicas de organização e desenvolvimento de espaços informacionais para usufruto de seu povo. A gestão para capacitação, no âmbito das comunidades indígenas, constitui-se de atitudes de inovação social, visto que desenvolve capacidade do pessoal sobre formas de gerir e preservar ativos etnicoculturais; propicia aprendizagem e habilidades de acessos e posses de informações e da cultura étnica.



Quadro 3 – Processo Intermediário da Categoria Recomendada Ativo Informacional

Descritores	Conceito Norteador	Categoria Inicial
<p>3.Gestão do conhecimento etnológico</p>	<p>Similarmente para a discussão da chamada nova configuração documentária se faz necessário ponderar sobre a emergência da preservação dos estoques informacionais depositados em repositórios públicos ou geridos por entidades autônomas, como os administrados pelos próprios povos indígenas em seus centros de documentação.</p>	<p>II. Memória documental indígena</p>
	<p>Na possibilidade de uma pessoa indígena de sua comunidade, administrar (gerenciar) um sistema cultural e de saberes étnicos, organizado pelos indígenas[...]... é uma coisa muito possível sim, mas precisa desse primeiro...um apoio ali e tal...capacitação a respeito do que vai ser feito e aí faz [...].</p>	
	<p>[...] a ação museológica indígena relaciona-se com a tradução de categorias, práticas e conceitos voltados a “uma determinada (re)apropriação de acervos museais [...] as comunidades indígenas possuem formas próprias de preservar e transmitir o que lhes é significativo, de acordo com suas cosmologias e formas de organização social [...], e essa gestão independe dos museus, da museologia.</p>	

Fonte: Elaborado pelas autoras.



O Quadro 4, revela que a partir das tecnologias, há um entendimento, que os acessos as novas tecnologias da informação e comunicação por parte dos nativos, promoveria a inclusão digital indígena, sinalizando que, por exemplo, sistemas de informação como os repositórios, são ferramentas que conduzem à mediação cultural, imprescindível para acessos e posses de insumos informacionais pelos indígenas e também, para troca e/ou compartilhamento intercultural de natureza etnológica.

Mello (2019, p. 102) entende que “os acervos que compõem o Museu do Índio e as informações de natureza etnológica, que são ali disseminadas, acabam por refletir a diversidade cultural dos povos indígenas do país”. Assim, a documentação de natureza etnológica produzida pelo estado brasileiro subsidia uma série de ações que venham contemplar especificidades culturais ou, outras demandas da seara jurídica (MELLO, 2019). Esses espaços informacionais tribais são mantenedores da cultura porque levam tecnologias, revitalizam histórias e idiomas. As tecnologias de informação e comunicação são ferramentas de inclusão social tecnológicas em ambientes informacionais, as quais podem ajudar seus usuários a aprender manuseá-las e, usá-las como suportes de interações e de acessos informacionais.

As tecnologias são instrumentos facilitadores da interação dialógica entre as populações, ambientes e objetos da informação e da cultura. As rádios indígenas são exemplos de meios tecnológicos de comunicação que transmitem informações intertribais, alcançando diversos espaços e comunidades étnicas, as quais também as utilizam para mandar e/ou compartilhar vozes, mensagens entre os seus. As tecnologias da informação e comunicação compõem espaços imprescindíveis na difusão de saberes às comunidades tradicionais favorecendo o acesso democrático à informação e propiciando práticas de leituras e a difusão do conhecimento tradicional. Pinto (2008) argumenta que “a inclusão digital representa um canal privilegiado para equalização de oportunidades da nossa desigual sociedade em plena era do conhecimento.



Quadro 4– Tecnologia e repositórios, contribuindo para Ambientes Informacionais

Descritores	Conceito Norteador	Categoria Inicial
<p style="text-align: center;">4. Tecnologia e repositórios</p>	<p>[...] emergência da ação informacional indígena para a defesa dos seus interesses. Temos vivenciado resultando numa transformação qualitativa da informação produzida sobre os povos indígenas, assim como também no entendimento da importância documental existente em repositórios informacionais.</p>	<p>III. Inclusão digital indígena</p>
	<p>[...] inclusão digital/intercultural; os múltiplos saberes culturais existentes; a implementação das novas tecnologias da informação e do conhecimento, a partir da etnologia na cibercultura [...];</p>	
	<p>Tem muitos indígenas no canal do <i>Youtube</i> por exemplo que ensina o guarani [língua], tem uma menina [indígena], ela tem um canal que está sempre ensinando umas coisinhas, falando de uma coisa ou de outra [da etnia guarani].</p>	
	<p>A utilização de novas tecnologias desponta para um viés importantíssimo, o qual também, queremos tratar aqui, o da comunicação interna. Um exemplo é o audiovisual produzido por uma comunidade Guarani [...].</p>	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A última categoria (Quadro 5), destaca que os ambientes informacionais, sejam eles arquivo, biblioteca e museu, ou ainda as estruturas organizacionais, que contribuem para a formação e manutenção das políticas de natureza etnológica, são organizadas



e sistematizadas, sendo imprescindíveis para as comunidades indígenas. Os ambientes ou espaços informacionais indígenas devem ser prioridades nos planos de desenvolvimento de políticas públicas governamentais. Instituições e/ou organizações informacionais de natureza etnológica, de proteção, de apoio ao desenvolvimento, manutenção e perpetuação da cultura e da comunidade nativa, são de importância e urgência nas pautas de políticas públicas estatais.

No ano de 2007, a Organização Internacional das Nações Unidas (ONU) em uma Assembleia Geral, nos Estados Unidos, sobre povos indígenas, segundo Fullmer (2021), elaborou a Declaração sobre os Direitos dos Povos Indígenas, na qual, apresentava algumas ações sobre causas indígenas e, ali, conferiu-se credibilidade e subsídios para fomentar novas iniciativas em instituições de patrimônio cultural, tal como a bibliotecas. Assim também, organizações como a *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), têm se manifestado sobre seu interesse na promoção de cooperação internacional nas áreas de ambientes informacionais, culturais e de serviços de informações para as comunidades indígenas; cooperação essa que possa atender as necessidades globais, nacionais, comunitárias, culturais e linguísticas, e incentivar lideranças indígenas dentro do setor (IFLA, 2019).

Os ambientes informacionais, seja uma biblioteca, um arquivo, um museu ou um repositório, são espaços que possibilitam a valorização e preservação de patrimônios culturais. São lugares de conhecimento, de pesquisa, de estudo, de guarda da memória e mantenedores da cultura indígenas.

Os arranjos organizacionais, configuram-se como estruturas que possuem em seu bojo, atividades institucionais legitimadas. É fundamental se pensar, em políticas públicas, voltadas para o reconhecimento das estruturas institucionais e organizacionais. Para o etnodesenvolvimento de comunidades deve-se manter o propósito de construir espaços e ferramentas que favoreçam as comunidades indígenas, no processo de restituição de seus próprios sistemas de revitalização cultural e de saberes.



Quadro 5– Ambiente Informacional e estruturas como fator de autonomia sociocultural

Descritores	Conceito Norteador	Categoria Inicial
<p>5.Ambiente informacional indígena (arquivo, biblioteca, museu)</p> <p>Políticas</p>	<p>Os povos indígenas vivem um processo de crescente autonomia na utilização das ferramentas documentais, assim como também no processo de salvaguarda e disseminação de informação em repositórios indígenas [...].</p>	<p>IV. Autonomia Informacional Indígena</p>
	<p>O valor informativo que há nos documentos se fez ainda mais importante, pois é a partir dos elementos probatórios contidos nos arquivos indigenistas que vamos encontrar a comprovação [...].</p>	
	<p>Devido às especificidades da coleção bibliográfica e a importante relação que a instituição tem com os povos indígenas, a biblioteca adquire uma especificidade única enquanto responsável pela disponibilização de informações etnológicas sobre e para os povos originários do Brasil.</p>	
	<p>Sim, sempre ia na biblioteca pegar um livro, um texto... na biblioteca da cidade...ia pegar um livro pra minha filha quando me mandava, a gente conversa lá e pegava o livro [...]; Ideia sobre uma Biblioteca, Seria uma coisa boa né, que pode interligar e acho que toda informação é boa, né?</p>	

Fonte: Elaborado pelas autoras.



As políticas públicas informacionais e culturais, fomentadas a partir da visão do neoinstitucionalismo, implicam mudanças estruturais a serem adotadas pelas instituições públicas estatais que atuam, diretamente, com população indígena brasileira. Embora pouco se saiba sobre políticas públicas informacionais para os povos indígenas no Brasil, destacam-se os trabalhos do Museu do Índio e da Biblioteca Curt Nimuendajú, que são instituições informacionais, mantidas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Elas gerenciam documentos, materiais e artefatos culturais indígenas. Contudo, sob a ótica de suas extensões, são ainda consideradas incipientes ou insuficientes, pois resta perceptível que estas instituições não chegam até as comunidades mais distantes dos grandes centros urbanos do Brasil.

O desenvolvimento de projetos políticos, que oportunizem às comunidades indígenas tradicionais entenderem acerca da organização e preservação de suas culturas, poderia ser uma forma de dar atenção e de conduzir ao fornecimento de recursos valiosos para o etnodesenvolvimento; mormente quando se considera a preservação do meio ambiente, como florestas, rios, oceanos, dentre outros espaços e recursos naturais. Essas práticas devem ser estimuladas, mas precisam ser registradas e compartilhadas entre as etnias e demais sociedades. Afinal, ao reconhecer e valorizar o etnodesenvolvimento, estaríamos encorajando a abertura de diálogos entre os indivíduos nativos, possibilitando-lhes maior liberdade e autorrealização. Nesse quesito, respeitar crenças, valores e princípios éticos propiciaria soluções de problemas multidimensionais, pois ocorreria uma interação dialógica entre comunicação e cooperação. Portanto, a promoção de espaços e/ou ambientes com atividades de desenvolvimento para as comunidades indígenas apresentam várias vantagens como a gestão de recursos terrestres, hídricos e da biodiversidade. Projetos políticos de atenção à população indígena, devem ser planejados e elaborados de forma integrada entre comunidades indígenas, instituições governamentais, universidades e/ou empresas, estabelecendo, um Comitê gestor para as ações a serem desenvolvidas.

As perspectivas, relacionadas às políticas de implantação de ferramentas e estruturas tecnológicas para as comunidades



indígenas vão ao encontro das ideias e/ou de modelos relatados por pesquisadores dedicados à essa temática; estes entendem e defendem a importância das tecnologias para diversas ações de inovações e desenvolvimento de comunidades indígenas.

No Brasil, a atual conjuntura de invasões e disputas fundiárias de terras indígenas, por mineradores, fazendeiros, agricultores, usineiros entre outros, tem gerado constantes conflitos e violências para com a população indígena. Tais invasões acarretam doenças por desnutrição, contaminações por produtos químicos usados, deliberadamente, por esses invasores nos ecossistemas, poluindo o solo, as águas de rios, os biomas nativos, o ar das localidades onde vivem os indígenas, os quais correm sérios riscos de vida. Diante disso, urge políticas estratégicas de reconstrução, recomposição dos espaços étnicos, de melhorias, sobretudo da saúde indígenas, incluindo a segurança alimentar.

6 CONSIDERAÇÕES

A gestão baseada em evidências é um processo de tomada de decisão em pleno desenvolvimento de ações, a partir de uma informação científica, atualizada, verdadeira, crítica e consciente; para responder e/ou esclarecer uma questão, ou, para corroborar uma indagação que necessita ser evidenciada, esclarecida. Para isso, reúnem-se diversas fontes de informações que possam garantir uma resposta ou resultados confiáveis para resolução do problema e para tanto, se direciona ao processo de mediação cultural/informacional, pois o sentido da mediação está diretamente relacionado aos processos de interconexão nas esferas social e cultural devendo ser um recurso a sua aplicabilidade em ambientes informacionais indígenas.

Esta pesquisa, trouxe evidências para reconhecimento de um ambiente informacional e cultural de natureza etnológica, a qual favorece o encontro, a interação dialógica, a troca de saberes, conhecimentos, por meio de acessos informacionais de forma física, digital ou on-line. Esses ambientes, em contexto das comunidades locais, ao possibilitarem a interação, viabilizam a mediação cultural, onde os próprios indígenas controlam os processos pelos quais suas diversidades são culturalmente



mediadas entre os povos. Evidenciou-se também, lacunas e carências informacionais de comunidades indígenas que precisam ser supridas por um sistema de gestão e mediação cultural de saberes.

Teve-se por pretensão ainda, contribuir para a proposta de políticas públicas que venham a garantir e efetivar um sistema de gestão e mediação cultural de saberes indígenas como forma de mediar informações e/ou culturas por meio da interação social com as comunidades, a partir da gestão de ativos, ambientes e estruturas informacionais. Dessa forma, identificou-se, diversas carências de políticas existentes, principalmente de assistência no desenvolvimento local, no financiamento de equipamentos agrícolas fundamentais a que os indígenas trabalhassem a terra para o plantio de seus alimentos e demandas de estruturas tecnológicas.

Ressalta-se que este estudo vai ao encontro dos objetivos da Agenda 2030, proposto pela ONU em relação aos trabalhos que devem se concentrar em promover os direitos humanos, igualdade de gênero e senso de cidadania global; promover a inclusão e a diversidade através do combate à discriminação e ao racismo; promover os direitos dos povos indígenas por meio do combate a estereótipos e preconceitos persistentes e emergentes, sendo essa população, considerada dentre as mais pobres do mundo. São, porém, os maiores detentores do conhecimento vital de gerações sobre como viver com a natureza e estar em equilíbrio e harmonia com o mundo natural.

Assim também, a UNESCO tem desempenhado um papel de liderança na construção de sociedade do conhecimento inclusiva, que propõe acesso universal à informação e conhecimento. Uma sociedade onde as pessoas têm capacidade, não apenas de adquirir informações, mas também de transformá-las em conhecimento, compreensão e objetivos que as capacitam a melhorar seus meios de subsistência e contribuir para o desenvolvimento cultural, social e econômico de suas sociedades e/ou comunidades, tais quais as comunidades indígenas brasileiras. Quanto à FUNAI, observou-se um alerta para que essa instituição elabore processos estratégicos de gestão dos fluxos informacionais de saberes indígenas, que possam ser acessados, por todas as comunidades nativas do Brasil,



e por demais interessados nesses conhecimentos. Percebe-se, uma urgência de políticas públicas informacional e cultural, que favoreçam as apropriações de forma remota, por meio das tecnologias de informações e comunicações – as quais, devem ser elaboradas conjuntamente com o Ministério da Cultura, com o Ministério dos Povos indígenas, e agentes indígenas representantes de etnias brasileiras.

As diretrizes e políticas públicas identificadas servem não só para resgatar e armazenar conhecimento e/ou saberes indígenas, mas sim levar ao reconhecimento, inclusive na academia, para apoiar estudos e pesquisas como ativos científicos, imprescindíveis para o etnodesenvolvimento local sustentáveis, ativos de alto valor econômico, social, cultural, para o desenvolvimento das nações; saberes originários que podem ser utilizados na prevenção de desastres naturais e na recuperação do meio ambiente, e, na manutenção ecológica da natureza, bens valiosos e sustentáveis que precisam ser registrados, gerenciados e preservados para gerações futuras. Esses ativos informacionais, devem ter outro entendimento, além da visão ocidentalista europeia e para isso, é necessário e primordial, sua descolonização, a partir do entendimento e pensamento étnico, originário.

Sugere-se que estudos futuros relacionados a temática da cultura e conhecimento indígena, sejam mais frequentes no Brasil e principalmente na área a Ciência da Informação. Tais estudos poderiam apresentar espaços de excelência para resgatar, organizar, salvaguardar e mediar informações com resultados que irromperiam valiosos para serem compartilhados, pois contribuiriam para a valorização e entendimento da formação de nossa sociedade, possibilitando um olhar preciso em direção ao desenvolvimento e melhoria de vida das populações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. G. **O papel do profissional da informação bibliotecário no apoio à prática da medicina baseada em evidências: olhares convergentes entre profissões em Salvador.** 2008. 225 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.



ALMEIDA JÚNIOR, O. F. Ação cultural e protagonismo social. *In*: GOMES, H. F.; NOVO, H. F. (org.). **Informação e protagonismo social**. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 45-58.

ALVES, D.; VIEIRA, M. V. A legislação indígena no Brasil republicano do SPI à FUNAI: avanços e continuidades. **Albuquerque: Revista de História**, v. 9, n. 18, p. 85-109, jul. dez. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. *E-book*.

BELLUZZO, R. C. B.; SILVA, D. S. Gestão do conhecimento e saber nas bibliotecas universitárias: uma reflexão de importância na contemporaneidade. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 5-27, jan./jun. 2017.

BOOTH, A. Evidence-based librarianship: one small step. **Health Information and Libraries Journal**, [s.l.], v. 19, p. 116-119, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1046/j.1471-1842.2002.00373.x>

CIOL, R.; BERAQUET, V. S. M. Evidência e informação: desafios da medicina para próxima década. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, n. 3, p. 221-230, set./dez. 2009.

DANTAS, C. F. N.; FERREIRA, R. S. Os conhecimentos tradicionais dos(as) erveiros(as) da Feira do Ver-o-Peso (Belém, Pará, Brasil): um olhar sob a ótica da Ciência da Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 18, n. 2, p. 105-125, abr./jun. 2013.

FULLMER, Millicent. Já estamos lá? Visualizando a cultura indígena na biblioteca de hoje. **Diário da IFLA**, [s.l.], v. 47, n. 3, p. 313-320, 2021. [documento eletrônico].

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI). Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br>. Acesso em: maio, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. *E-book*

GOMES, H. F. Protagonismo social e mediação da informação. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p.10- 21, mar./ago. 2019. DOI: <https://doi.org/10.21728/logcion.2019 v5n2.p10-21>.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C.; MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna, BA: Via Litterarum, 2010.

LAPOLLI, P. C. **Implantação de sistemas de informações gerenciais em ambientes educacionais**. 2003. 98 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia



de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

LUCIANO, G. dos S. Movimento indígena etnopolítica: história de resistência e luta. *In*: LUCIANO, G. dos S. **O Índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Secretaria de Educação, Alfabetização e Diversidade; Museu Nacional, 2006. Cap. 2, p. 56- 85. *E-book*.

MARTELETO, R. M. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 1-8, 1995. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v24i1.613>

MELLO, R. P. S. O fenômeno informacional indígena e o processo de documentação. **InCID: Revista Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 9, n. 1, p. 93-108, mar./ago. 2018. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v9i1p93-108.

MELLO, R. P. S. de. **Fenômeno informacional indígena na contemporaneidade**. 2019. 312 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. Rio de Janeiro: IBICT, 2019.

MELLO, R. P. S. de; SOUZA, R. de M. As novas configurações políticas institucionais do Estado brasileiro: demandas de acesso à informação para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) de 2014 a 2015. **RACIn: Revista Analisando em Ciência da Informação**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p.34-52, jul./dez. 2015.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa social**: teoria método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLE, A. J. C.; EKWELEM, V.; DIN, C. L. Repackaging indigenous knowledge for non-indigenous user in university libraries. **Library Philosophy and Practice**, Lincoln, p. 1-17, summer, 2018. <https://digitalcommons.unl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=5481&context=libphilprac>. Acesso em: maio 2023.

NDLOVU, M. Por que saberes indígenas no século XXI? uma guinada decolonial. **Epistemologia do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 127-144, 2017.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out./dez. 2008.



OLIVEIRA, J. P. de; BATISTA, L. M.; PIMENTEL, M. B. Mediação cultural: pistas para a construção de ações transversais em arte, cultura e educação. In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). Departamento Nacional. **Mediação cultural em arte educação**. Rio de Janeiro: SESC, Departamento Nacional, 2021, p. 16-25. (Educação em Rede, v. 19). [recurso eletrônico].

PAIVA, E. B. Conceituando fonte de informação indígena. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 24, n. 1, p. 61-70, jan./abr. 2014.

PERROTTI, E.; PIERUCCINI, I. A mediação cultural como categoria autônoma. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 01-22, mai./ago. 2014. DOI: 10.5433/1981-8920.2014v19n2p01

PINTO, A. A. A “inclusão digital indígena” na Sociedade da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 37-51, 2008.

POVOS Indígenas no Brasil (PIB): Órgão Indigenista Oficial. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/%C3%93rg%C3%A3o_Indigenista_Oficial. Acesso em: 15 maio. 2023.

RIBEIRO, J. S. de A. N.; ZIVIANI, F.; TADEU, H. F. B.; NEVES, J. T. de R. Gestão do conhecimento e sistemas de informação na cadeia de suprimentos global. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 215-289, maio/ago. 2019.

ROUSSEAU, D. M. Is there Such a thing as “Evidence-Based Management”? **Academy of Management Review**, [s.l.], v. 31, n. 2, p. 256-259, 2006.

SANTOS NETO, J. A. dos; BORTOLIN, S. Mediação e difusão em arquivos: inter-relações teóricas. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 144-161, jan./jun. 2020. DOI: <https://doi.org/10.36517/2525-3468.ip.v5i1.2020.43289.144-161>.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: Exemplo de Aplicação da Técnica para Análise de Dados Qualitativos. **Qualitas Revista Eletrônica**, [s.l.], v. 17, n. 1, maio 2015.

SIMIONESCU, Codruța-Diana. Cultural heritage, Identity and Cultural Mediation. **Rev. Hermeneia**, [s.l.], n. 21, 2018.

SOUTO, L. F. **Gestão da informação e do conhecimento: práticas e reflexões**. Rio de Janeiro: Interciência, 2014. *E-Book*.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo**. São Paulo: Atlas, 1987. *E-book*.



VENERE, M. R. **Políticas públicas para populações indígenas com necessidades especiais em Rondônia**: o duplo desafio da diferença. 2005, 139 f. Dissertação (Mestrado em Políticas públicas) Núcleo de Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Fundação Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, RO, 2005.

ZAMAN, T., *et al.* Modelling indigenous knowledge creation as a living system. **International Journal of Knowledge Management Studies**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 136-150, 2015. DOI: 10.1504/IJKMS.2015.071760.



**A PRESERVAÇÃO DA
HISTÓRIA DE UMA
COMUNIDADE
QUILOMBOLA ATRAVÉS
DAS FONTES DE
INFORMAÇÕES: DOSSIÊ
VIDAL MARTINS**

Kariane Regina Laurindo

Daniella Camara Pizarro



1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo¹¹ refere-se ao relato de pesquisa de dissertação que estudou a primeira comunidade reconhecida pela Fundação Cultural Palmares como comunidade remanescente quilombola na capital do estado de Santa Catarina. Além da produção da dissertação na categoria de mestrado profissional, conferido ao Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação da Universidade do Estado de Santa Catarina – PPGInfo/UDESC, a pesquisa em questão gerou como produto um dossiê eletrônico¹².

Tanto a dissertação quanto o dossiê foram organizados a partir das narrativas de remanescentes e dos documentos coletados, os quais representam as histórias e memórias da comunidade Vidal Martins.

Intitulado como “Informação e memórias que resistem: quilombo Vidal Martins em Florianópolis”, a pesquisa relata a trajetória das irmãs Helena Vidal de Oliveira e Shirlen Vidal de Oliveira. As irmãs, motivadas por narrativas de seus antepassados, no ano de 2013 iniciam uma busca exaustiva em cartórios, igrejas, cemitérios e diferentes órgãos públicos por documentos que comprovem as histórias sobre a comunidade que lhes foram relatadas. De acordo com o relato dos seus pais, tios e avós, Helena Vidal de Oliveira e Shirlen Vidal de Oliveira, assim como toda a família, são descendentes diretos de pessoas que foram escravizadas em engenhos de farinha e igrejas católicas na Ilha de Santa Catarina.

Assim, como o conhecimento do parentesco com pessoas escravizadas, também é constatado pelas irmãs que sua família residia em uma comunidade remanescente quilombola até meados da década de 1960, quando foram retirados das terras na qual seus ancestrais viviam.

Ao perceberem o contexto histórico e social no qual a família foi constituída, as irmãs, Helena Vidal de Oliveira e Shirlen Vidal de

¹¹ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).

¹² Para acessar a dissertação e o dossiê: <https://www.udesc.br/faed/ppginfo/defesas/2021>. Acesso em: 11 maio 2022.



Oliveira, iniciam uma árdua procura por documentos legais que comprovem as histórias de seus antepassados.

E nesse percurso, foram coletados inúmeros documentos relacionados à família Vidal Martins. Documentos estes, que se tornam peça-chave para que a família inicie o processo de restituição de posse das terras na qual seus familiares residiam. Desde então, a comunidade enfrenta batalhas judiciais que reivindicam um total de 1.014 hectares de terras as quais estão sobrepostas no *Camping* do Parque Estadual do Rio Vermelho.

Desta maneira, compreende-se toda a importância histórica e social que a comunidade Vidal Martins representa para a sociedade e, pretende-se aqui combater o esquecimento, apagamento e invisibilidade de comunidades remanescentes quilombolas. Isto posto, a pesquisa de mestrado buscou organizar memórias e documentos em forma de um dossiê o qual representa um lugar de memórias tanto para os remanescentes quanto para a sociedade florianopolitana e brasileira.

Por conseguinte, questiona-se como problema de pesquisa: Quais os registros informacionais existentes sobre as histórias e memórias da comunidade remanescente quilombola Vidal Martins? Assim, o objetivo geral para o presente artigo é o de: **apresentar os registros das histórias e memórias do Quilombo Vidal Martins em Florianópolis, levantados na pesquisa da dissertação supracitada.**

2 QUILOMBO, MEMÓRIA E FONTES DE INFORMAÇÃO: TORNANDO VISÍVEL O QUE TENTARAM INVISIBILIZAR

A organização das memórias da comunidade Vidal Martins representa não só a preservação e manutenção da história dos Vidal. Está diretamente ligada à preservação da memória de diversas comunidades quilombolas que, por sua vez, são representantes coletivas da história mais cruel da humanidade, a escravidão. Assim, faz-se importante mencionar os conceitos de memória e quilombos para melhor compreensão da ligação entre ambos.

Para tanto, quilombos representam resistência à escravidão, resistência territorial, ao trabalho forçado e às condições desumanas de vida, trata-se do refúgio de pessoas que brutalmente



foram escravizados que, na maioria das vezes em fugas exercem a sua liberdade em espaços compartilhados com outras pessoas em condições semelhantes (LAURINDO, 2021). De acordo com Leite (2000, p. 335), “[...] a noção de quilombo como forma de organização, de luta, de espaço conquistado e mantido através de gerações”.

Partilhando do potencial memorial que as comunidades remanescentes quilombolas possuem, compreende-se aqui por Memória, o conceito que o historiador francês Pierre Nora (1993, p. 9), define como:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.

Cercada de memórias que se fazem fortes e ainda resistentes a Comunidade Vidal Martins simboliza lembranças que não se representam apenas nas mazelas advindas do período escravocrata, ao contrário, elas simbolizam, força, cultura, organização e práticas sociais, tratativas com a natureza sem agredi-la, tradicionalidade, ancestralidade, dentre outros.

Em vista disso, a pesquisa corrobora com o caráter social da informação no âmbito da Ciência da Informação (CI) e a Biblioteconomia contribuindo para o processo de resistência, reconhecimento e legitimação de diferentes grupos na sociedade, visto que a informação é fundamental para o indivíduo. Como citam Santos e Lubisco (2019, p. 366), a informação é,

[...] necessária e útil aos indivíduos porque os incita a ter um olhar crítico dos fatos de sua realidade, possibilitando, assim, uma incorporação, reflexão, imaginação e assimilação de conhecimentos capazes de dar significados ao desenvolvimento de suas ações ou atividades.

Nesse entendimento, é observado que a comunidade Vidal Martins se configura como uma fonte de informação, tanto para seu registro como comunidade remanescente quanto para registro



histórico da capital catarinense, já que ao abordar sobre a comunidade é inevitável dissociá-la da história local do município de Florianópolis.

As fontes de informação são compreendidas como conteúdo constituído por diversos tipos de meios e formas, tais quais: documentos jurídicos, registros em imagens, e relatos de entrevistas, além das mais conhecidas como os livros, artigos e catálogos. Araujo e Fachin (2015, p.83) explanam que, "Fonte de informação pode ser qualquer coisa, que tem a característica de informar algo para alguém [...]".

O acervo documental recuperado, juntamente com as narrativas dos remanescentes entrevistados compilados no dossiê apontam para períodos de ditadura militar, da criação do Parque Estadual do Rio Vermelho e a da sociedade escravagista em Florianópolis. Caracterizando assim, diversas fontes de informação de diferentes períodos na história da cidade bem como do país.

Quanto ao período escravagista, ele é abordado por Freitas (2001), de acordo com a autora que fez uma extensa pesquisa no Arquivo Público do Estado foram encontrados documentos que, faz referência à população negra em Santa Catarina. Diante disso, o Quilombo Vidal Martins vem narrando uma história ainda não conhecida em Florianópolis. História essa, a qual se entrelaça com o desenvolvimento social e a identidade cultural da referida cidade.

Nesse sentido, é de extrema importância ressaltar que a escrita e materialização das memórias do quilombo como registro e transmissão cultural, advindo de narrativas dos remanescentes reforça o sentido da oralidade para culturas de origem africanas (QUEIROZ, 2015).

A oralidade é apreciada como matéria-prima na pesquisa e, é de tamanha a riqueza de detalhes, a qual é apresentada nos relatos dos entrevistados, que interpretam o passado por meio de lembranças. Mas, principalmente, é através das memórias passadas a eles por seus ancestrais que se entende este coletivo como um lugar de memórias. À vista disso, é importante registrar e ordenar a memória de forma escrita, materializando-a. Nesse sentido, Pizarro, Laurindo e Vieira (2015, p. 33) inferem que,

[...] o ato de escrever serve, justamente, para organizar e alinhar estes pensamentos de forma coerente possibilitando



uma leitura posterior e a transmissão de um conteúdo significativo.

Ainda no entendimento da importância da escrita para o registro das memórias do quilombo, o filósofo Vilém Flusser (2010), nos atenta para a importância do ato de escrever e registrar pensamentos, memórias e histórias. De acordo com o autor, é quando a obra escrita encontra o "outro" que ela alcança a sua intenção secreta, "Escrever não é apenas um ato reflexivo, que se volta para o interior, é também um gesto (político) expressivo, que se volta para o exterior." (FLUSSER, 2010, p. 20).

Assim, ao registrar as memórias do Quilombo Vidal Martins, em um suporte como o dossiê, pode-se caracterizar o documento como um lugar de memórias, guardando dados e fatos sobre o quilombo e seus representantes. Para Nora (1993), "lugar de memória" são como rastros de memória materializada na forma de instituição/monumento específica que salvaguardam aquilo que deve ser lembrado, pois é preciso lembrar a sociedade aquilo que ela não deve esquecer. Para o autor, os lugares de memórias têm a função pedagógica de exercer o papel de lembrar e evitar o esquecimento.

Portanto, a construção desse dossiê é também um gesto político, como cita Flusser (2010), visto que o dossiê eletrônico do quilombo se torna expressivo e se volta para o exterior, atingindo, então, visibilidade como um "lugar de memória" para a comunidade remanescente quilombola Vidal Martins.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A pesquisa de dissertação aqui relatada, consiste em uma reunião de memórias e fontes de informações referentes a história do Quilombo Vidal Martins. Baseada em uma metodologia com aportes teóricos para não só pensar o passado, mas, também, fazer para uma relação com o presente. Nesse contexto, a natureza da pesquisa foi de origem aplicada. Em relação ao problema de pesquisa, é de abordagem aplicada, qualitativa, descritiva e exploratória.



Como procedimentos técnicos, ressalta-se a pesquisa bibliográfica e documental. Propôs-se a realizar um levantamento em diversas fontes, tais como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos registrados em cartório, e outros órgãos de origem oficial, com o objetivo de elaborar a contextualização da temática, bem como seu embasamento teórico. Foi concebida sob a metodologia de História Oral, por possibilitar aos remanescentes do quilombo registrar sua história para que outros possam ter conhecimento da sua visão quanto a um grupo social ao qual estão inseridos e são pertencentes, pois, se reconhecem entre si.

Como metodologia de pesquisa, a História Oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano. Os dados para o encadeamento são obtidos através de conversas com pessoas (relatos orais) [...] (CASSAB; RUSCHEINSKY, 2004, p. 8).

Assim, "A entrevista de história oral – seu registro gravado e transcrito – documenta uma versão do passado." (ALBERTI, 2005, p. 19). Ao utilizar a história oral como um método necessário para o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se como instrumento para a coleta de dados a entrevista semiestruturada e um questionário de caracterização.

Foi utilizada, para melhor organizar e analisar os dados e narrativas, a metodologia de categorização. Para melhor elucidar as etapas que compuseram a organização e análise dos dados e narrativas coletadas, seguiu-se os seguintes passos:

- a) inicialmente, foram criadas categorias a partir do roteiro de entrevista e dos objetivos propostos¹³;
- b) em seguida, foram realizadas as transcrições de cada entrevista;
- c) na revisão de literatura, foi realizada a pesquisa bibliográfica em diferentes bases de dados e repositórios digitais, em busca de conteúdos bibliográficos referentes à comunidade Vidal Martins, sendo que a pesquisa foi realizada sem

¹³ As categorias de análise estão representadas na seção a seguir.



recorte cronológico, utilizando os seguintes termos de pesquisa: “Quilombo Vidal Martins”; “Quilombo em Florianópolis”; e “Comunidade quilombola Vidal Martins”;

- d) para o levantamento documental, a busca foi realizada, também, sob diversos aportes que possibilitassem uma coleta consistente com os objetivos propostos, assim, obteve-se resultados encontrados em diferentes lugares;
- e) o diário de campo está composto por visitas realizadas antes e durante a pandemia;
- f) na última etapa, aplica-se às categorias de análise das fontes bibliográficas, documentais e narrativas dos trechos que constam informações relevantes a cada categoria de análise.

Desta forma, foram formadas as etapas para realizar a análise dos discursos depois de gravados e transcritos, reunindo as memórias da comunidade. Os discursos, depois de transcritos, estão organizados de forma cronológica nos apêndices da dissertação. Foi realizada a avaliação das categorias linguísticas mais citadas, os conceitos mais falados e o agrupamento das falas similares, para, enfim, estabelecer as categorias de classificação.

Além disso, só foi possível estabelecer as categorias após a pesquisa documental e bibliográfica, já que nelas encontram-se elementos e categorias relevantes para o registro memorial, através de documentos da comunidade.

Quanto à metodologia para a composição do dossiê, este foi organizado em uma estrutura com: capa ilustrada; capítulo de apresentação; capítulo Quilombo Vidal Martins; capítulo Memórias que compõem a história a partir das narrativas dos remanescentes do quilombo Vidal Martins; e, capítulo com as Considerações finais.

4 RESULTADOS NA PESQUISA

Quanto ao levantamento bibliográfico, foram recuperados somente dois trabalhos, uma tese na área da literatura publicada em 2020 e um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na área da antropologia publicado em 2017 no que tange a ao quilombo Vidal Martins.



Já em relação ao levantamento documental, foram recuperados vinte e cinco itens, dentre eles constam: notas de jornais do século XIX recuperados nas hemerotecas da biblioteca Nacional e Catarinense; portarias no Diário Oficial da União (DOU); documentos do século XIX no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; transcrições de certidões no Arquivo Histórico Eclesiástico de Santa Catarina; imagens de diversas certidões no *Site FamilySearch*; documentos no Arquivo Quilombo Vidal Martins; imagens nas redes sociais da comunidade; e matérias jornalísticas em diferentes jornais.

Por fim, sobre as entrevistas, estas foram realizadas com pessoas que representam eixos dentro da comunidade, um grupo composto por: uma das líderes, Shirlen Vidal de Oliveira, a qual representa a organização da comunidade quanto ao levante documental; um jovem, Vitor Vidal da Silva, o qual representa o pensamento dos mais novos na comunidade; e por uma anciã, Dona Jucélia Beatriz Vidal de Oliveira, a qual representa o transmitir das narrativas ancestrais para os descendentes.

Assim, juntamente com as entrevistas, também foram respondidas as perguntas referentes aos perfis dos entrevistados, se utilizando do questionário de caracterização, um dos instrumentos de coleta de dados, que nos permite compreender melhor o relato de seus discursos. Sendo eles:

- a) Shirlen Vidal de Oliveira, 40 anos, identifica-se como mulher preta quilombola, possui ensino médio completo, casada, descendente direta de Vidal Martins (trineta). É a vice-líder da comunidade, e junto com a irmã, Helena Vidal de Oliveira, iniciaram a trajetória de reconstrução da história da comunidade. Atualmente, Shirlen é secretária-geral da associação da comunidade e coordenadora da área de educação escolar quilombola Vidal Martins no Sistema Estadual de Jovens e Adultos (SEJA);
- b) Vitor Vidal da Silva, 17 anos, declara-se homem negro, tataraneto de Vidal Martins. Estudante, representa o que os jovens na comunidade compreendem sobre serem remanescentes quilombolas. Filho de Helena Vidal de Oliveira, Vitor reconhece a sua história e se reconhece nos dizeres da avó e do tio-avô;
- c) Dona Jucélia Beatriz Vidal de Oliveira, 63 anos, declara-se mulher negra, bisneta de Vidal Martins. Matriarca da



comunidade, mãe de Shirlen Vidal de Oliveira e Helena Vidal de Oliveira. Dona Jucélia juntamente com seu irmão Odílio Vidal de Oliveira atualmente são os responsáveis pela manutenção e conservação da história da comunidade através da sua oralidade. São os Griôs do Quilombo. (LAURINDO, 2021, p.75-76)

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção tem o intuito de subsidiar a discussão dos resultados atendendo ao objetivo desta pesquisa. De forma breve as análises serão apresentadas, contudo, faz-se necessária leitura na íntegra da pesquisa que está detalhada e embasada na documentação e narrativas recuperadas. A leitura na íntegra torna-se importante também, para a apreciação das imagens de documentos antigos referentes às pessoas que fazem parte da história da comunidade.

Foram aplicados nas categorias de análise os trechos das narrativas nas entrevistas e nos questionários de caracterização; trechos do diário de campo; fontes bibliográficas; e fontes documentais. Os resultados e a análise desses trechos estão organizados conforme as categorias definidas, que assim seguem:

Memórias ancestrais: trata das memórias dos mais velhos, que a comunidade não só reconta a sua história, como, também, traz novos fatos que compõem a história de Florianópolis. Fatos um tanto esquecidos ou silenciados estão surgindo e com eles a representatividade de um grupo pouco mencionado na construção da "História Oficial";

Compreensão sobre a história do Quilombo: versa sobre a compreensão da história do Quilombo a qual está regida pela chegada em embarcações de tráfico negreiro, as mazelas que sofreram as pessoas raptadas de sua terra natal, e as terras que foram repassadas para pessoas escravizadas, entre elas Vidal Martins;

Espaço de compartilhar memórias: aborda as memórias transmitidas pelos ancestrais da comunidade Vidal Martins e que compõem sua história. Aqui destaca-se o ato de transmitir essas memórias as quais estão simbolizadas, também, por um ritual, e os espaços que fazem parte desse ritual. Observemos em nosso



cotidiano nos almoços em família, as reuniões de família na casa dos mais velhos em que logo após as refeições todos ouviam os causos das avós e avôs durante horas. Tudo está inteiramente ligado a um ritual de educação, educação tradicional através da oralidade, o contar e recontar suas memórias, além de uma tradição, é também um ato de educação, contudo, em espaços familiares;

Autorreconhecimento como remanescentes quilombolas: mostra o que se é observado nas falas dos remanescentes a respeito da construção de identidade e uma mudança social de autodescrição, aceitação e principalmente de orgulho, no caso dos nossos entrevistados, orgulho em serem pessoas negras/pretas, e remanescentes quilombolas;

O papel das mulheres na história do quilombo: aborda o quanto as mulheres da família Vidal são fortes e resilientes. O papel das mulheres na construção da história do Quilombo está diretamente entrelaçado com o papel das mulheres negras na história do Brasil. Dessa maneira, assim como se reconhecem remanescentes quilombolas, o gênero feminino para a comunidade é sagrado, respeitado, e arrisco dizer cultuado, pois, antes e hoje, ainda são elas que estão na frente da resistência e garantindo a permanência dos seus;

A retirada dos remanescentes das terras: traz o processo de reflorestamento que o engenheiro florestal Henrique Berenhauser realizou, em meados do século passado, onde hoje é o Parque Florestal do Rio Vermelho. Existem inúmeras notas encontradas sobre o assunto nos jornais a partir da década de 1960 e foi nesse processo que se iniciou a retirada dos descendentes de Vidal Martins das terras onde viviam com suas famílias. Além disso, a retirada da comunidade deve-se também a um fato de amplitude nacional, quando, no golpe de 1964, na Ditadura Militar, os poucos moradores descendentes dos escravizados foram definitivamente retirados das terras pelo governo militar. Ao retirarem os remanescentes, utilizaram do argumento de que as terras pertenceriam a comunidade até que o último escravizado estivesse vivo, como se a escravidão vivida pelos seus antepassados já tivesse sido paga, assim, o Estado dá o golpe final e tira da região tudo o que represente esse passado na história do município;



Reconhecimento como comunidade quilombola enquanto lugar de memórias e vivência: contemplada nas falas das entrevistas as quais possuem uma força tão significativa que para alguns leitores pode até gerar um som, um som vindo de dentro, como se explodisse de emoção. São essas falas cheias de desejos, entre eles desejo de reparação. Reparação da terra, da vida, das violências e das incontáveis injustiças sofridas. Através dos relatos, é possível identificar uma concretização do espaço físico e memorial enquanto lugar de memórias e vivências dentro da comunidade;

Processo de busca e desafios: processo árduo, desde a locomoção do bairro até o centro da cidade de Florianópolis, as incursões por cartórios, cemitérios e diferentes órgãos governamentais. Não foi nada fácil, tampouco o fato de reservar dinheiro para custear os gastos, como passagens de ônibus e os custos das certidões encontradas. Os desafios e dificuldades ainda persistem, pois mesmo com leis e com uma documentação sólida, que garante a origem das terras para os remanescentes, eles ainda não obtiveram uma decisão final, terminando com essa batalha judicial que já dura mais de dez anos, além dos séculos de atrocidades. Porém, cada vez mais a comunidade se fortifica e consolida a sua história;

Contribuição para a pauta quilombola: aponta o ato de lutar pela posse de sua terra judicialmente, e principalmente, manter-se na luta por essa restituição, mesmo com o passar dos anos e os inumeráveis percalços que fariam muitos desistirem. A luta da comunidade para a pauta quilombola em parte é uma afronta para uma sociedade branca elitista que insiste em silenciá-los. E em parte, essa luta é o estopim para outras se reconhecerem e, para outras comunidades continuarem firmes na busca por melhorias para suas comunidades. Pois, juntas são mais fortes e em grande quantidade dificulta a tentativa de invisibilização ou silenciamento que possam surgir;

Relação com a comunidade ao entorno: foi observado que a comunidade Vidal Martins ainda encontra uma resistência com relação à comunidade ao entorno. Nesse sentido, a mídia é uma forte aliada na disseminação de informações que corroboram com uma equivocada imagem da comunidade. Mas também é



observado que existe uma rede de relacionamentos com pessoas de fora do Quilombo, que estão presentes no processo que busca por essa reparação histórica para a comunidade. Por fim, é importante mencionar que a comunidade quilombola não se deixa abater por uma mídia sensacionalista, e nem pelos desinformados que fazem inferências falsas ao seu respeito. Ao contrário, a comunidade usa em prol dela mesma todas as notícias sobre ela, sendo boas ou ruins.

6 QUILOMBO VIDAL MARTINS: MEMÓRIAS QUE RESISTEM

A junção das categorias anteriormente mencionadas, formam, através das narrativas e dos documentos recuperados, a história da comunidade remanescente quilombola Vidal Martins, que será brevemente apresentada.

A história da comunidade tem início no fim do século XVIII, quando teria chegado em Desterro¹⁴ uma embarcação com o primeiro ancestral dos Vidal Martins. De acordo com as narrativas, foram raptados de África um pai e um filho, ainda criança. No curso da viagem as pessoas que adoeciam tinham pedras amarradas aos seus pés e eram lançadas no mar. E o mar foi o destino da criança que não aguentou a viagem até o continente brasileiro.

Seria este “Pai”, o primeiro antepassado de Vidal Martins a viver na região do bairro Rio Vermelho. Pai de dona Jacinta que vem a ser a mãe de Joana, que por sua vez é mãe de Vidal Martins. A partir de Joana, já é possível relacionar as narrativas com os documentos recuperados¹⁵. Joana dá à luz a Vidal Martins em 20 de maio de 1845. No ano de 1850, ela é vendida para o então primeiro pároco da igreja do distrito de São João do Rio Vermelho, o Reverendo Cônego Antônio de Santa Pulcheria Mendes de Oliveira. Assim, com menos de cinco anos, Vidal Martins foi separado da sua mãe.

Mesmo separados, Joana mantém sua relação com o filho. Essa aproximação é observada nas certidões de batismo¹⁶ dos

¹⁴ Desterro era o nome da ilha de Santa Catarina antes de ela ser batizada como Florianópolis.

¹⁵ Figura 11 da dissertação.

¹⁶ Figuras 14, 15, 16, 17 e 18 da dissertação.



filhos de Vidal que tem como padrinhos os tios, filhos de Joana do seu casamento após a separação do filho. Vidal Martins continua residindo nas terras do senhor de engenho Manuel Martins Galego, casa-se com Maria Joana de Jesus, e com ela constituiu família residindo nas mesmas terras.

De acordo com as narrativas, as terras foram deixadas como herança para todas as pessoas escravizadas pela família Martins Galego, e nelas as pessoas que foram escravizadas e seus descendentes fazem moradia até o início da década de 1960. O processo de retirada dos remanescentes quilombolas, deve-se em dois momentos: inicialmente, com uma empreitada florestal realizada na tentativa de conter as dunas na região. O plano era de plantar árvores de origem norte-americanas que futuramente tornou-se um grande problema para a vegetação e fauna nativas. Durante esse processo, algumas famílias deixam o espaço devido a ameaças e ao trabalho forçado na construção do florestamento. Também, destaca-se os casos de grilagem nas terras quilombolas nessa fase. A última e definitiva fase da retirada dos remanescentes acontece em 1964, quando no regime da ditadura militar o Estado através do Exército retira por completo os últimos remanescentes quilombolas da terra, "*.... é porque não consideraram não quiseram nem saber, não tá no teu nome, os escravos já morreram mais velho né já morreram vocês não têm direito*" (LAURINDO, 2021, p. 99).

Retirados das terras, cada família vai em busca de novos lugares para morar, e assim, se dissipam, contudo, os descendentes diretos de Vidal Martins passam a residir próximos do espaço que foram expulsos. Atualmente, os remanescentes de Vidal Martins residem em um espaço de aproximadamente 900 metros quadrados, que comporta mais de 30 famílias, assim, desde 2013 os descendentes reivindicam a sua história e suas terras que equivalem um total de 1.014 hectares sobrepostas no Parque Florestal do Rio Vermelho.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Brevemente foram apresentados os dados da pesquisa de mestrado profissional, relacionado ao estudo realizado na primeira comunidade de Florianópolis a receber o título de comunidade



remanescente quilombola pela Fundação Palmares. Este relato de pesquisa não dispensa a leitura da dissertação na íntegra que possui as imagens dos documentos coletados referentes aos Vidal, alguns são datados do século XIX além dos relatos dos remanescentes que através da História Oral descrevem com magnitude as concepções da formação da história da comunidade. Contudo, o presente relato de pesquisa abordou os pontos centrais da pesquisa.

Assim, mesmo apresentados de forma breve, o presente trabalho contempla o objetivo geral deste artigo de: apresentar os registros das histórias e memórias do Quilombo Vidal Martins em Florianópolis, levantados na pesquisa de dissertação supracitada. Da mesma maneira, responde à pergunta de pesquisa que buscou identificar: Quais os registros informacionais existentes sobre as histórias e memórias da comunidade remanescente quilombola Vidal Martins?

A pesquisa originou um dossiê eletrônico que coletou documentos das mais diversas fontes de informação para a sua formação, dentre eles registros de batismos e casamentos lavrados nos cadernos de registro de pessoas escravizadas. Assim, este dossiê além de organizar as memórias da comunidade endossa o período escravocrata em Santa Catarina, a construção de um Parque Florestal em Florianópolis, bem como relata fases do golpe militar de 1964 no município, fato este que tem uma mobilização nacional.

O registro escrito e organizado das memórias do Quilombo Vidal Martins, representado no dossiê está relacionado a uma fonte de informação sobre e para a comunidade. Apresenta-se documentos e relatos, configurando assim um lugar de memórias que tem a função de lembrar a sociedade o que não se deve ser esquecido e resgatar o que por muito tempo foi invisibilizado e silenciado.

Por fim, espera-se que esta pesquisa sirva como sugestão de continuidade para futuras pesquisas com essa temática. Em vista disso, tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação podem contribuir para essa pauta, atuando na manutenção antirracista através da disseminação dessas histórias. E principalmente, no ativismo para construir uma sociedade



equânime que se contrapõe a falácia da democracia racial e atua no combate aos privilégios da branquitude, os quais por muito tempo silenciaram histórias como a da comunidade Vidal Martins e da história negra da cidade de Florianópolis.

Terminamos este relato de pesquisa com a fala de uma das entrevistadas que demonstra as memórias de um povo que foi escravizado. Mas que não quer ser lembrado somente por esse período terrível já que não é a escravidão que representa esta comunidade. Apesar de todas as adversidades, eles estão e se fazem representados! Mantiveram-se, viveram e vivem; amaram e amam; resistiram e resistem. E o mais importante de tudo, seguiram e seguem unidos.

[...] eu vou defender essa história aqui com a minha vida! Eu vou defender essa história como se fossem eles que tivessem lutado hoje, porque eles lutaram nos anos passado. Eu vou defender para eles, eu vou defender por ele, sabe? Eu não vou deixar ninguém chegar dizer que a história da Joana foi insignificante, que a história da Maria Rosa, da Sabina, sabe? [...] então a nossa força vem também de toda a história deles, sabe? De todo o sacrifício deles, de tudo aquilo que o vô falava, da tristeza no olho dele, de querer dar para nós e não ter pra dar, mais sabia que tinha e não podia pegar mais. É uma certa raiva mesmo, Kariane, uma certa sede de justiça e de justiça feita. Sim! Era deles, é deles. Não era deles, é deles porque a Princesa Isabel e... é libertou os negros, ela esqueceu, né? De acertar o contrato trabalhista, né? Porque ela esqueceu, ela tinha que simplesmente dizer assim: pô! "eu libertei, mas cadê a rescisão desse povo?". Não teve rescisão. Então esse é só uma parte da rescisão... (LAURINDO, 2021, p.160).

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 236p.

ARAUJO, Nelma Camêlo; FACHIN, Juliana. Evolução das fontes de informação. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 81-96, 2015.



CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. Indivíduo e ambiente: a metodologia de pesquisa da história oral. **BIBLOS** - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande, v. 16, p. 7-24, 2004.

ENANCIB. **GT 12**: informação, estudos étnico-raciais, gênero e diversidades. Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades. Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/enancib2022/programacao/gt-12/>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FLUSSER, Vilém. Metaescrita. In: FLUSSER, Vilém. **A escrita**: há futuro para a escrita? São Paulo: Annablume, 2010. Cap. 1, p. 17-24.

FREITAS, Patrícia. Algumas pistas sobre o negro no período colonial através da documentação do arquivo público do estado de Santa Catarina. **Ágora**, v. 16, n. 33-34, p. 58, 2001.

LAURINDO, Kariane Regina. **Informação e memórias que resistem**: quilombo Vidal Martins em Florianópolis. Orientadora: Daniella Camara Pizarro. Coorientadora: Cláudia Mortari. 2021. 207 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Unidades de Informação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, [s.l.], v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

NASCIMENTO, Abdias do. **O quilombismo**: documentos de uma militância panafricanista. Petrópolis: Vozes, 1980. 281 p. ISBN (Broch.).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Houry. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 07-28, dez. 1993.

PIZARRO, Daniella Camara; LAURINDO, Kariane Regina; VIEIRA, Keitty Rodrigues. O ato de refletir e o ato de escrever sobre a escrita: a metaescrita de Vilém Flusser. In: MATOS, José Cláudio Morelli; BRITO, Evandro Oliveira de (org.). **Leitura e escrita na construção do conhecimento**. São José: Centro Universitário Municipal de São José, 2015. Cap. 2. p. 29-42.

SANTOS, Bruno Almeida dos; LUBISCO, Nídia. A Informação e Seu Caráter Social. In: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; LIMA, Graziela dos Santos (org.). **Bibliotecári@s Negr@s**: informação, educação, empoderamento e mediações. informação, educação, empoderamento e mediações. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 359-372.





OBJETOS DE APRENDIZAGEM COMO DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS FACILITADORES DE INCLUSÃO PARA PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

Giulianne Monteiro Pereira

Isledna Rodrigues de Almeida

Ronnie Anderson Nascimento de Farias

Izabel França de Lima



1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS¹⁷

A Inclusão, enquanto temática, vem sendo pesquisada e discutida há algum tempo nas mais diversas áreas, mas desde a década de 1980 vem tomando uma maior amplitude devido aos vários movimentos sociais e ações políticas voltadas às Pessoas com Deficiência (PcD). No que concerne à Ciência da Informação, têm-se percebido uma crescente produção acadêmico-científica em diversas subáreas que envolvem questões referentes à sociedade.

Algumas dessas questões refere-se à inclusão social, informacional da PcD e mais especificamente à educacional e digital abordadas no presente texto.

A inclusão tem como objetivo despertar nas pessoas uma consciência de respeito ao outro, fazendo que este sintam-se parte da sociedade de forma efetiva. Novas maneiras de pensar e de conviver estão sendo elaboradas no mundo das telecomunicações e da informática. Assim, faz-se premente refletir sobre os benefícios trazidos pelos recursos tecnológicos no processo de inclusão aqui referenciado.

Segundo Maciel (2000) o ensino regular para se tornar inclusivo precisa de uma análise do ambiente escolar, tanto quanto ter-se conhecimento e ciência do diagnóstico e prognóstico do aluno a ser incluído.

Já a inclusão digital não se limita apenas ao acesso à informação por meio da internet, requer, sobretudo, habilidades para utilizar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para acessar, selecionar, recuperar a informação e dela apropriar-se.

Esse processo da inclusão digital inicia-se a partir do acesso, passa pela alfabetização digital, pelo ensino dos direitos e deveres da cidadania, pelo desenvolvimento das habilidades de pesquisa e produção na internet e até pela programação (WARSCHAUER, 2006).

Segundo Lévy (1999), as TICs vêm se tornando, de forma crescente, importantes instrumentos da cultura da sociedade e sua utilização um meio concreto de inclusão e interação no mundo. As mudanças ocorridas na sociedade em razão dos avanços e

¹⁷ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



inovações foram responsáveis tanto por outras maneiras de acesso e disseminação de informação, outrossim, quanto ao modo das pessoas se relacionarem com a informação e com o mundo. (CASTELLS, 1999). Por isso, Mazzoni *et al.* (2001, p. 29) afirmam que “ter acesso à informação é parte indissociável da educação, do trabalho e do lazer, e isso, naturalmente, também se aplica às pessoas com deficiência”.

A relação entre informação e educação já vem sendo discutida na Ciência da Informação desde os anos 2000, conhecida e tratada por pesquisadores como infoeducação. Tal afirmação pode ser evidenciada nos trabalhos de Pieruccini (2004), Perrotti e Pieruccini (2007; 2013; 2016 *apud* SOUSA; FREIRE, 2022) e de outros pesquisadores da área, como pode ser visto em recente levantamento realizado por Sousa e Freire (2022).

A infoeducação articula os quadros educativos aos contextos informacionais tanto de ordem teórica quanto prática, evidenciando as relações cada vez mais complexas entre informação e educação. (PIERUCCINI, 2004). Sousa e Freire (2022) pontuam que a infoeducação possui uma estreita ligação com as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) e suscitam questões educacionais, políticas e institucionais. Perrotti e Pieruccini (2007, p. 91), explicam que a infoeducação pode ser entendida como:

[...] área de estudo situada nos desvãos das Ciências da Informação e Educação, voltada à compreensão dos contextos existentes entre apropriação simbólica e dispositivos culturais, **como condição à sistematização de referências teóricas e metodológicas necessárias ao desenvolvimento dinâmico e articulado de aprendizagens e de dispositivos informacionais.** (PERROTTI; PIERUCCINI, 2007, p. 91 *apud* SOUSA; FREIRE, 2022, p. 54, grifo nosso).

Nesse contexto, é indispensável analisar e refletir sobre o uso das TICs e sua consequente transformação na vida das pessoas nos diferentes âmbitos, sejam pessoas com deficiência ou mesmo as pessoas que apresentam alguma dificuldade em decorrência da idade avançada.

No Brasil, de acordo com o último censo (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 45 milhões de



peças declararam ter pelo menos um tipo de deficiência, seja do tipo visual, auditiva, motora, mental/intelectual. Desse quantitativo, há uma estimativa de que há 300 mil pessoas vivendo com a Síndrome de Down (SD) e, ainda segundo os dados do recenseamento demográfico, a prevalência da Síndrome de Down é de um a cada 700 nascimentos no país. (IBGE, 2010).

Nas pessoas com ou sem deficiência, dando ênfase aqui as pessoas com Síndrome de Down, a tecnologia vem com o propósito de auxiliar nas atividades diárias deste público, tornando-as mais intuitivas, estimulando o interesse e eliminando algumas barreiras no processo de ensino-aprendizagem aumentando assim as possibilidades de acesso e uso da informação.

Assim, através dos recursos tecnológicos é possível se reinventar, buscar novas maneiras de ensino e de aprendizagem. Dentre esses recursos tecnológicos podemos citar os Objetos de Aprendizagem (OA) que possibilitam a elaboração de novas estratégias pedagógicas; facilitam a disseminação do conhecimento; ampliam a abrangência da educação à distância e são essenciais para a preservação e socialização da informação. (REIS; FERNEDA, 2017).

De maneira geral os OA podem ser entendidos como todo objeto que pode ser utilizado como um elemento didático para o aprendizado, haja vista que os OA visam promover o ensino-aprendizagem, auxiliando no desenvolvimento intelectual, educacional e profissional, facilitando a construção do conhecimento e proporcionando melhorias no ensino de pessoas com deficiência, entre elas, as pessoas com Síndrome de Down, por meio da aplicação de componentes curriculares que estimulam a atenção e concentração.

Nesse contexto, este artigo objetiva refletir sobre o uso dos Objetos de Aprendizagem para o processo de inclusão digital e educacional de pessoas com Síndrome de Down. Constitui-se num estudo exploratório, com abordagem qualitativa, realizada a partir da revisão da literatura em portais/sites, cartilhas, livros, artigos, teses e dissertações a respeito da temática abordada, de modo a propiciar uma melhor compreensão dos aspectos, da utilização e da importância dos Objetos de Aprendizagem como dispositivos informacionais na inclusão das pessoas com Síndrome de Down.



2 OBJETOS DE APRENDIZAGEM COMO DISPOSITIVOS INFORMACIONAIS DE INCLUSÃO

Com o surgimento das TICs, surge o conceito de inclusão digital. O termo Inclusão Digital pode ser definido como o uso de ferramentas digitais a fim de proporcionar a inclusão social, não somente às pessoas com deficiência, mas para todos aqueles que são estigmatizados (DEMO, 2005).

Quando a questão é a inclusão digital de pessoas com deficiência, muita das vezes se tem em mente que essas pessoas não têm as mesmas capacidades que as pessoas ditas "normais". Entretanto, com base em estudos e pesquisas, é possível notar que as pessoas com alguma deficiência não são menos desenvolvidas que as demais, apenas têm um ritmo diferenciado de desenvolvimento.

De acordo com Bonilla e Pretto (2011) o modelo pedagógico legado das escolas e das universidades, que enfatiza a memorização, a linearidade, a transmissão de conhecimento, também passou a ser evidenciado em iniciativas de inclusão digital, à medida que estas propõem, em sua concepção de trabalho, oferecer cursos e oficinas de informática, favorecendo também a "inclusão social".

Um projeto educacional para ser inclusivo deve atender a todas as pessoas com deficiência ou não. De acordo com Filatro (2004) deve possuir as seguintes características: situado, flexível, reflexivo, recursivo e contemplar as diferentes necessidades educacionais e estilos de aprendizagem dos alunos em qualquer nível educacional, oferecendo ao aluno a oportunidade de escolha e interação.

A escolha de utilizar os recursos adequados, de gerenciar seu tempo e de construir, desconstruir e reconstruir coletivamente o conhecimento é fundamental para o desenvolvimento do aluno, bem como, a interação, direitos estes muitas vezes negados ao aluno com deficiência. (AFFONSO, 2017).

Nessa perspectiva, para que se tenha uma educação realmente inclusiva, é fundamental que haja uma interação entre governos, sociedade, escolas, educadores, profissionais que auxiliem as pessoas com deficiência e a família, de forma a buscar



soluções na construção adequada de um currículo que atenda as diversas fases do processo de ensino-aprendizagem, bem como as necessidades e demandas sociais do cotidiano.

Considerando essa dimensão de ensino e aprendizagem, pesquisas como de Schlünzen e Schlünzen (2006) comprovam que o uso das TICs possibilita meios que favoreçam a inclusão digital, social e até mesmo educacional de pessoas com características diferenciadas, inclusive com algum tipo de deficiência.

Dentre os recursos tecnológicos, destacam-se os Objetos de Aprendizagem e, embora, os estudos sobre OA já serem realizados há algum tempo, ainda não há um conceito universalmente aceito.

Segundo a *Learning Technology Standards Committee* (LTSC)¹⁸ "um OA é definido como qualquer entidade – digital ou não digital – que pode ser usada (reusada ou referenciada) para aprendizagem, educação e treinamento.". (LTSC, 2002, p. 5).

Objetos de Aprendizagem, segundo Hoffmann *et al.* (2007), podem ser:

- a) Qualquer entidade (um livro, uma árvore, um céu estrelado);
- b) Qualquer entidade digital (documentos digitais em geral);
- c) Qualquer entidade com objetivo educacional (um livro, uma calculadora desde que tais objetos possam ser, de alguma maneira, reagrupados em blocos maiores para compor uma aula ou uma disciplina ou um curso) e,
- d) Qualquer entidade digital com objetivo educacional (qualquer arquivo digital - texto, imagem, ou vídeo que seja usado para facilitar e promover a aprendizagem).

Esses OA têm como características:

- a) Possibilitar a elaboração de novas estratégias pedagógicas;

¹⁸*Learning Technology Standards Committee* (LTSC) é um comitê da *Institute of Electrical and Electronics Engineers* (IEEE) para a padronização de tecnologias educacionais.



- b) Facilitar a disseminação de conhecimento;
- c) Ampliar a abrangência da educação on-line;
- d) São essenciais para a preservação e socialização da informação.

Santarosa (2010) destaca a importância dos Objetos de Aprendizagem para a educação inclusiva e para a educação geral destacando alguns aspectos que, na prática, são alcançados, tais como:

- a) As apresentações de meios/ferramentas /softwares que geram motivação intrínseca;
- b) Ênfase no desenvolvimento de processos mentais superiores, em oposição à memorização/retenção de informação;
- c) Promoção da construção conjunta do conhecimento, favorecendo a cognição coletiva;
- d) Criação de espaços de inclusão em oposição à segregação.

Os Objetos de Aprendizagem apresentam duas perspectivas: a pedagógica e a técnica. As características de caráter pedagógico são aquelas relacionadas aos objetos que auxiliam o trabalho do professor e do estudante, visando a construção do conhecimento. As características técnicas reportam às questões de padronização, armazenamento, reutilização, entre outros, preocupando-se com os elementos digitais dos OA. (NESI, 2018).

Assim, a relação do uso de Objetos de Aprendizagem na educação enquanto dispositivo informacional que facilita a inclusão dos alunos implica em lidar com o diferente, em inventar formas de enfrentar as dificuldades existentes na realidade educacional.

Pieruccini (2004) pontua a importância desses dispositivos informacionais na Educação, principalmente por entender tais dispositivos como todo e qualquer mecanismo capaz de possibilitar a "relação organizar a realidade e fornecer um instrumento para o pensamento (um texto, uma mensagem fotográfica, cinematográfica, um ambiente, uma prática) [...]". (PIERUCCINI, 2004, p. 43)



Por se tratar de um recurso didático interativo, os OA podem ser acrescidos de outros recursos digitais, fazendo com que os usuários tenham acesso às experiências práticas e simulações de algo com o qual talvez só tivessem contato teórico.

Nessa perspectiva, os OA enquanto dispositivos de informação, podem ser vistos como recursos facilitadores para inclusão de pessoas com deficiência, pois em determinados contextos ajudam a minimizar as limitações destes sujeitos facilitando a sua comunicação, o acesso e o uso de informações, bem como, o seu desenvolvimento cognitivo.

3 OBJETOS DE APRENDIZAGEM E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Cada pessoa, tendo ela deficiência ou não, possui um tempo diferente para o aprendizado, no entanto, ela é capaz de aprender. Para garantir a aprendizagem do aluno com deficiência é necessário superar a ideia que o deficiente está fadado ao fracasso por causa das suas limitações e considerar que pode aprender e se desenvolver dentro de suas características.

Para que a aprendizagem do aluno com deficiência aconteça é fundamental a adaptação aos materiais e instrumentos utilizados que lhe possibilitem o aprendizado.

De acordo com os autores Schlünzen (2000), Valente (1991), Almeida (2003) e Deliberato (2009) pesquisas comprovam que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especialmente o uso do computador, possibilita meios que são favoráveis à inclusão digital, social e educacional das pessoas de um modo geral e, especificamente das Pessoas com Deficiência (PcD), posto que, conforme Valente (1991) o computador pode se apresentar como ferramenta que auxilia tanto no de aprendizado da criança como na interação pessoas e objetos.

Para Valente (1991, p. 3),

[...] os sistemas computacionais apresentam hoje diversos recursos de multimídia, com cores, animação e som, possibilitando a apresentação da informação de um modo que jamais o professor tradicional poderá fazer com giz e



quadro negro, muito embora, este use giz colorido e seja um exímio comunicador.

Dentre os recursos computacionais cuja peculiaridade é promover o processo de ensino de diferentes conteúdos e conceitos disciplinares, os OA apresentam-se como um dos recursos do processo de ensino e aprendizagem, potencializando a aprendizagem de todos os estudantes, inclusive daqueles que têm algum tipo de deficiência e auxiliando os professores na adoção de novas estratégias de ensino. Santarosa (2010, p. 279) conclui que:

Um objeto de aprendizagem em um contexto geral pode promover atitudes inovadoras e importantes, tanto no processo de aprendizagem do sujeito que se utiliza do mesmo, quanto do mediador (educador) que favorece o seu uso. A utilização de objetos de aprendizagem em áreas específicas transcorre da mesma forma, sustentando a ideia de que é necessário conhecer e planejar antes de aplicar.

Assim os Objetos de Aprendizagem atuam como mediadores do aprendizado, oferecendo a possibilidade de desenvolvimento de conhecimentos significativos e seu uso, no contexto aprendizagem, abrange todos os envolvidos no processo educacional, ou seja, todos os estudantes com ou sem deficiência, pais e profissionais.

Goyos e Freire (2000) apresentam algumas vantagens nos processos de ensino e aprendizagem que podem ser também aplicadas aos OA voltados para as pessoas com deficiência, as quais são:

- a) **Precisão:** Em relação ao material apresentado, também, nas respostas dos usuários (aprendizes), que podem ser mantidos constantes para o uso de diferentes educadores, assuntos ou aulas;
- b) **Eficiência:** apresentação sucessiva de tarefas ou temas de estudos em uma mesma tela. O registro da interação do aprendiz é automático, não dependendo da ação do professor, aspecto este que deve ser tido como importante, uma vez que permite envolvimento do profissional, neste momento, com outras necessidades do usuário.



Dessa forma, os OA podem ser considerados recursos que visam potencializar o ensino de pessoas com deficiência através da interação lúdica, divertida e motivadora.

4 OBJETOS DE APRENDIZAGEM PARA PESSOAS COM SÍNDROME DE DOWN

No grupo de pessoas com deficiência, encontra-se a Síndrome de Down (SD) ou Trissomia do 21. A Síndrome de Down foi descrita pelo médico inglês John Langdon Down em 1866, que a princípio denominava de "mongolismo". A Síndrome de Down é uma das anomalias mais comuns, apresentando em todas as raças, etnias, classes, e podem acontecer tanto em meninos quanto em meninas. (COELHO, 2016).

A SD é uma alteração genética ocorrida durante ou imediatamente após a concepção. As células do ser humano possuem 46 cromossomos (ou 23 pares), em que 22 são autossomos, ou seja, são determinantes das características do indivíduo e um é determinante do sexo. A alteração genética ocorrida na SD caracteriza-se pela presença a mais do cromossomo 21, perfazendo 47 cromossomos e não 46. É a denominada trissomia 21 simples e ocorre em 95% dos casos. (OMODEI; RINALDI; SCHLÜNZEN, 2011, p. 2).

A presença do cromossomo 21 extra na constituição genética determina características físicas específicas e atraso no desenvolvimento. (BISSOTO, 2005). Essas pessoas quando atendidas e estimuladas, têm potencial para uma vida saudável e plena inclusão social e educacional.

Segundo Schwartzman (1999), a Síndrome de Down é marcada por muitas alterações orgânicas, sendo três as principais: hipotonia (flacidez muscular), o déficit intelectual (DI) e a aparência física, sendo que o DI é uma das características mais constantes da Síndrome de Down e irá variar em cada indivíduo. Fisicamente é possível notar: aparência arredondada da cabeça, boca pequena, pálpebras estreitas e levemente oblíquas, única prega palmar, mãos e pés pequenos e grossos, entre outras características; além de ser possível identificar um leve ou moderado retardo no desenvolvimento intelectual. (CASTRO; PIMENTEL, 2009).



Outras características que as pessoas com SD podem apresentar, de acordo com Voivodic (2004), são:

- a) Déficit de atenção, causadas por alterações neurológicas;
- b) Déficit de memória, relacionado à memória auditiva imediata, o que pode afetar a produção e o processamento da linguagem; e
- c) Déficit na memória de longo prazo, o que pode "interferir na elaboração de conceitos, na generalização e no planejamento das situações".

De acordo com Schwartzman (1999, p. 51), "as medidas de inteligência geral e as habilidades linguísticas normalmente encontram-se alterados e não possuem padrão definido", no entanto, a capacidade de aprendizagem poderá ser desenvolvida por meio de estímulos associado a fatores ambientais e sociais.

Segundo Omodei, Rinaldi e Schlünzen (2011, p. 3),

É necessário, ainda, considerar que a pessoa com SD tem a idade cronológica diferente da funcional, portanto, não se deve esperar uma resposta idêntica à resposta daqueles que não apresentam alterações de aprendizagem.

As pessoas com SD possuem dificuldades para resolver e solucionar problemas sozinhas, bem como para realizar atividades escolares. Estas dificuldades ocorrem principalmente porque a imaturidade neurológica pode dificultar funções mentais como: habilidade para usar conceitos abstratos, memória, percepção geral, habilidades que incluam imaginação, relações espaciais, esquema corporal, habilidade no raciocínio, estocagem do material aprendido e transferência na aprendizagem. (SILVA, 2002 *apud* OMODEI; RINALDI; SCHLÜNZEN, 2011, p. 3). Assim, Valente (1991, p. 3) considera que,

[...] os sistemas computacionais apresentam hoje diversos recursos de multimídia, com cores, animação e som, possibilitando a apresentação da informação de um modo que jamais o professor tradicional poderá fazer com giz e



quadro negro, mesmo que ele use giz colorido e seja um exímio comunicador.

Segundo Flórez (1997 *apud* OMODEI; RINALDI; SCHLÜNZEN, 2011, p. 3), "o comprometimento sensorial auditivo, os aspectos inerentes ao déficit intelectual e a dificuldade de memorização conspiram contra o favorável desenvolvimento cognitivo da pessoa com SD."

Ao selecionar os OA verificou-se o seu objetivo e quais habilidades eles contemplavam alguma característica das pessoas com SD.

Dentre os Objetos de Aprendizagem coletados, através de pesquisas em livros/revistas/artigos e em repositórios, poucos estão sendo utilizados especificamente com pessoas com SD, como por exemplo: Contando a luz, Pique Bandeira de Tabuleiro, que estimulam a percepção, questões motoras e sensoriais, desenvolvidos pelo eLaborando¹⁹; Baby Panda's Daily Life²⁰ e Ler e Contar²¹ utilizados para estimular a atenção e concentração desse público-alvo.

Nesse contexto, os Objetos de Aprendizagem podem ser considerados importantes ferramentas para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com deficiência, aqui em especial, a pessoa com Síndrome de Down.

Contribuindo para uma aprendizagem contextualizada e significativa, permitindo a representação de ideias, comparação de resultados, reflexões sobre suas ações e tomada de decisões, depurando o processo de aprendizagem e potencializando as habilidades. (OMODEI; RINALDI; SCHLÜNZEN, 2011).

¹⁹ Laboratório de Pesquisa e Produção de Materiais Acessíveis – parceiro do Movimento Down. Disponível em: <http://www.movimentodown.org.br/2018/09/materiais-para-educacao/>

²⁰ Aplicativo que estimula diferentes conceitos relacionadas a atividades diárias. Disponível para Android.

²¹ O aplicativo estimula a atenção e a concentração e ensina o alfabeto, cores e contagem. Disponível para Android.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos Objetos de Aprendizagem, tanto os digitais como os não digitais, enquanto dispositivos de informação, as pessoas com SD podem desenvolver habilidades não contempladas no ensino regular, com estímulos à criatividade, à coordenação motora e ao raciocínio lógico.

Os OA apresentam diversas oportunidades para se trabalhar com pessoas com Síndrome de Down em qualquer faixa etária, pois são capazes de proporcionar um ambiente privilegiado de aprendizagem em que o lúdico, a solução de problemas, a atividade reflexiva e a capacidade de decisão estejam presentes.

Assim, os OA se apresentam como importantes ferramentas para o ensino e aprendizagem, tornando conteúdos programáticos mais atrativos e prazerosos às pessoas com deficiência, em especial às com Síndrome de Down, bem como auxiliando-as na realização das tarefas diárias.

Enfatiza-se que os OA enquanto dispositivos de informação, podem auxiliar na eliminação das barreiras de comunicação, de acesso e do uso de informações, podendo ser vistos como recursos facilitadores para inclusão de pessoas com deficiência.

Onde o acesso à informação faz toda a diferença na vida de uma pessoa com Síndrome de Down e de sua família, desde o seu nascimento. E através do uso da tecnologia é possível melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão dessas pessoas e de outras com deficiências em todos os âmbitos da sociedade.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, D. D. Dispositivos móveis na educação de pessoas com deficiência visual: importância e impacto na aprendizagem, interação e inclusão social. *In: SEMINÁRIO LUSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA*, 1., 2017, Porto Alegre/RS. *Anais* [...]. Porto Alegre: PUCRS, 2017.

ALMEIDA, M. E. B. **Educação a distância na internet**: abordagens e contribuições dos ambientes digitais de aprendizagem. Campinas: Pontifícia Universidade Católica, 2003.



BISSOTO, M. L. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 4, p. 80-88, mar. 2005.

BONILLA, M. H. S.; PRETTO, N. De L. (org.) **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, A. S. A., PIMENTEL, S. C. Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar. In: DÍAZ, F. et al. (org.). **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: UFBA, 2009. p. 303-312.

COELHO, C. A Síndrome de Down. **Psicologia.pt** - O Portal dos Psicólogos, 2016. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?a-sindrome-de-down&codigo=A096. Acesso em: 03 jun. 2022.

DELIBERATO, D. **Comunicação alternativa: teoria, prática, tecnologias e pesquisa**. São Paulo: Memnon Edições Científicas, 2009.

DEMO, P. Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social. **Inclusão Social**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out./mar., 2005.

FILATRO, A. **Design instrucional contextualizado: educação e tecnologia**. São Paulo: Senac, 2004.

GOYOS, A. C. N.; FREIRE, A. F. Programando ensino informatizado para indivíduos mentais. In: MANZINI, E. J. **Educação especial: temas atuais**. Marília: Unesp Marília Publicações, 2000.

HOFFMANN, A. V. et al. **Objetos de aprendizagem para a TV pendrive: conhecendo e produzindo**. 3. ed. Curitiba: Secretaria da Educação, 2007.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2170&view=noticia>. Acesso em: 18 jun. 2022.

LEARNING TECHNOLOGY STANDARDS COMMITTEE (LTSC). **Draft Standard for Learning Object Metadata** (IEEE 1484.12.1-2002). New York: IEEE, 2002.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MACIEL, M. R. C. Portadores de Deficiência: a questão da inclusão social. **Rev. São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 2, jun. 2000.



MAZZONI, A. A. *et al.* Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

NESI, T. L. **Reformulando um objeto de aprendizagem criado no Scratch**: em busca de melhorias na usabilidade. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado em Formação Científica, Educacional e Tecnológica) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

OMODEI, J. D.; RINALDI, R. P.; SCHLÜNZEN, E. T. M. As contribuições dos recursos tecnológicos para a aprendizagem de pessoas com déficit intelectual. *In*: CONGRESSO ESTADUAL PAULISTA SOBRE FORMAÇÃO DE EDUCADORES, 11.; CONGRESSO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 1., 2011, Águas de Lindóia. **Anais [...]**. São Paulo: UNESP; PROGRAD, 2011. p. 6973-6983.

PIERUCCINI, I. **A ordem informacional dialógica**: estudo sobre a busca de informação em educação. 2004. 232 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2004.

REIS, M. C.; FERNEDA, E. Proposta de um método para o desenvolvimento de objetos de aprendizagem baseado na semiótica e no design da informação. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 3.; CONGRESSO ISKO ESPANHA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, 13., 2017, Espanha. **Anais [...]**. Espanha: Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, 2017.

SANTAROSA, L. M. C. **Tecnologias digitais acessíveis**. Porto Alegre: JSM Comunicação, 2010.

SCHLÜNZEN, E. T. M. **Mudanças nas práticas pedagógicas do professor**: criando um ambiente construcionista contextualizado e significativo para crianças com necessidades especiais físicas. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCHLÜNZEN, E. T. M.; SCHLUNZEN JR, K. Tecnologias, desenvolvimento de projetos, e inclusão de pessoa com deficiência. **Inclusão**: Revista da Educação Especial, v. 14, p. 46-61, 2006.

SCHWARTZMAN, J. S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

SOUSA, M. E. P. de; FREIRE, G. H. de A. Infoeducação nas teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Ciência da informação



no Brasil. **Informação e Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 51-81, jan./mar. 2022.

VALENTE, J. A. **Liberando a mente**: computadores na educação especial. Campinas: Gráfica Central da Unicamp, 1991.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**: a exclusão digital em debate. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Editora Senac, 2006.



PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA INFORMACIONAL

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Dirnele Carneiro Garcez

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Priscila Rufino Fevrier

Ana Paula Meneses Alves



1 INTRODUÇÃO²²

A pandemia da COVID-19 escancarou as dificuldades de populações colocadas às margens no acesso a bens epistêmicos e direitos humanos básicos, como a informação, educação, saúde e outros. No que se refere à educação brasileira, de 2019 para 2020 houve aumento para 5,1 milhões de crianças e adolescentes fora da escola devido à pandemia da COVID-19, que acarretou na suspensão de aulas presenciais, aliadas às dificuldades de acesso à internet e tecnologias. O aprofundamento das adversidades nesse período, fez com que mais de 3,7 milhões de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estivessem matriculados, mas sem obter nenhum acesso às atividades escolares (impresas ou digitais), e nem conseguir aumentar seu aprendizado e rendimento escolar a partir de sua casa (TOKARNIA, 2021). Somado a isso, o governo federal vetou ajuda financeira para internet a estudantes e docentes das escolas públicas de ensino (JÚNIOR, 2021).

Todos esses fatores são injustiças de diversas ordens que promovem a vulnerabilidade social e educacional, e a exclusão informacional da população brasileira. Especialmente, trata-se de ferir o direito à informação e a outros bens epistêmicos garantidos pela Constituição, que permitam o desenvolvimento pessoal, intelectual-crítico e cidadão de crianças e adolescentes em situação de marginalização social.

Tais injustiças têm sido refletidas por diversas autorias do campo dos estudos em justiça social em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCI), tais como Bharat Mehra, Kevin Rioux, Safiya Noble, Punit Dadlani, Laura Saunders, Emily Jones, Tami Oliphant, Johannes Britz, dentre outros, que buscam não só a denúncia, mas a reflexão crítica e a proposição de estratégias para a pesquisa, currículo e cursos de Biblioteconomia e Ciência da Informação, assim como atuação profissional e pedagógica em busca da reparação de direitos e promoção de transformações sociais, educacionais e emancipação de populações vulneráveis.

²² Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



A justiça social é demarcada por diversas esferas, dentre elas, a justiça informacional, a qual considera as pessoas como fontes de informação, sujeitos informacionais e buscadores de informação (MATHIESEN, 2015; SILVA *et al.*, 2021).

Pensando nisso, a questão que direciona esta pesquisa²³ é: como a justiça informacional pode oferecer princípios direcionadores ao campo de estudos biblioteconômico-informacional? Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é promover o diálogo entre justiça informacional, Biblioteconomia e Ciência da Informação, sobretudo propondo princípios para direcionar a construção epistemológica e ações docentes e profissionais no campo.

Para tanto, é importante elucidar o que compreendemos por princípios dentro do contexto deste estudo. Adotaremos princípio como pressuposto, como um enunciado condutor; um ponto de partida, do qual podem ser derivadas outras construções epistemológicas e ações capazes de apontar novos caminhos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008; ABBAGNANO, 2007).

Este estudo faz parte das pesquisas realizadas no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) vinculado à Escola de Ciência da Informação, da Universidade Federal de Minas Gerais e coordenado pelas professoras Ana Paula Meneses Alves e Franciéle Carneiro Garcês da Silva, o qual busca compreender a justiça social e suas facetas em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCl) como fomentadora da emancipação social de pessoas em situação de vulnerabilidades, inclusive, a vulnerabilidade informacional.

2 METODOLOGIA

O fundamento metodológico deste estudo se baseia em uma abordagem qualitativa que se propõe a responder questões particulares inerentes às Ciências Sociais. A abordagem qualitativa tem sido especialmente favorável para analisar exaustivamente os problemas relacionados aos preconceitos, discriminações e

²³ O presente texto foi submetido, avaliado, aprovado, e apresentado no ENANCIB XXII.



racismos. A importância de utilização da abordagem qualitativa é possibilitar o acesso ao conhecimento da realidade por meio da análise do discurso social e das representações simbólicas verbais com que indivíduos de pesquisa expressam desejos, necessidades, carências, valores e interesses, em uma situação concreta experimentada e em um contexto específico. O tratamento do *corpus* de análise é qualitativo, descritivo e analítico para então procedermos à interpretação e compreensão do fenômeno observado e sua conseqüente análise.

O referencial teórico selecionado para este estudo, tem como base à literatura científica dos estudos em justiça social em BDCI, recuperada a partir da busca pelos termos "*information justice*" e "*social justice*" nos idiomas inglês, português e espanhol nas bases de dados *Web of Science*, Biblioteca JSTOR e Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI).

Sendo assim, com relação aos dados coletados, classificamos esta pesquisa como bibliográfica. Ao total, foram recuperados 510 artigos, dos quais 175 são referentes à justiça social em BCI, sendo que oito deles se referiram explicitamente à justiça informacional. Estes últimos servirão de base para elaboração dos princípios da justiça informacional neste capítulo.

3 A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA DE JUSTIÇA SOCIAL EM BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Historicamente, a ética e a filosofia orientaram o campo biblioteconômico-informacional na reflexão teórica e, conseqüentemente, espelham a criação de serviços oferecidos às pessoas frequentadoras de bibliotecas e unidades de informação. Entretanto, efetivamente, pouco se sabe sobre os resultados do trabalho biblioteconômico e do(a) profissional da informação em termos de justiça social e a promoção de emancipação social e informacional em comunidades e pessoas vulnerabilizadas (SHERA, 1976; MEHRA; ALBRIGHT; RIOUX, 2007).

O trabalho de justiça social é central para o desenvolvimento da BDCI, especialmente no que concerne aos valores do bem



público, tratamento e acesso justos à informação, responsabilidade social e democracia. No entanto, muitas pessoas bibliotecárias operam dentro de estruturas políticas e organizacionais que não priorizam os trabalhos antirracista, antissexista, antiLGBTQIAfóbico, e outros, como valores centrais da profissão bibliotecária (GIBSON *et al.*, 2017; VINCENT, 2015).

O trabalho para uma agenda em justiça social em BDCI perpassa justamente por reconhecer o potencial da profissão bibliotecária na construção de mudanças reais de populações colocadas às margens em sociedades racializadas, capitalistas, colonizadas e patriarcais. Tal trabalho pode ser desenvolvido em todos os tipos de bibliotecas e unidades de informação, especialmente, quando relacionados à busca pelos princípios que regem a justiça social, tais como justiça, equidade nas relações, empoderamento e desenvolvimento comunitário, diversidade étnico-racial, de gênero e cultural na participação e envolvimento nas tomadas de decisões, entre outros. Dessa forma, os elementos-chave para construção de uma agenda de justiça social na profissão bibliotecária se referem a (i) identificar como os grupos ou sujeitos em situação de vulnerabilidades estão sendo enfocados; (ii) analisar a necessidade de informação, pontos fortes da comunidade e da biblioteca com vistas a atender tal necessidade, assim como o plano de serviços criado para supri-la; (iii) examinar as abordagens metodológicas usadas para engajar a população na busca pela resolução da necessidade apontada; (iv) verificar se houve e quais foram as mudanças percebidas de forma efetiva no cotidiano e na vida das pessoas enfocadas pelo plano; (v) analisar e avaliar se a necessidade inicial que motivou a criação do serviço e a interação com a comunidade foi atendida, e caso não, quais estratégias devem ser adotadas para resolver tal problema. Tudo isso, considerando a amplitude de produção de conhecimentos no campo biblioteconômico-informacional, a prática profissional ativa para o desmantelamento de injustiças, e a relevância da profissão para os contextos políticos, sociais, econômicos, epistêmicos e informacionais deste século (MEHRA; ALBRIGHT; RIOUX, 2007; ALLARD; FERRIS, 2015; OLIPHANT, 2015; VICENT, 2015).



Considerando esse contexto de agenda elencado, partimos para explorar sobre a justiça informacional, objeto principal deste estudo.

4 DOS ENFOQUES EPISTEMOLÓGICOS AOS PRINCÍPIOS DA JUSTIÇA INFORMACIONAL

No livro intitulado "Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal", o geógrafo brasileiro Milton Santos reflete sobre o papel da ideologia na formação, disseminação e preservação da globalização como a conhecemos atualmente. A globalização pode ser entendida como o ponto máximo do processo de internacionalização do mundo capitalista, e possui fundamentos que a sustentam. Um desses fundamentos é o estado das técnicas, que se refere a um sistema em que várias etapas são realizadas de maneira integrada através do trabalho, das formas e dos lugares onde são aplicadas. Dentre os sistemas de técnicas, Santos destaca a técnica da informação, representada pela cibernética, informática e eletrônica. Essa técnica possibilitou a comunicação entre outras técnicas, desempenhando um papel crucial no tempo, local e momentos em que foram utilizadas, permitindo o desenvolvimento histórico de uma sociedade ou comunidade em determinada época. Embora novas técnicas surjam, as anteriores não desaparecem, apenas novos instrumentos passam a ser utilizados pelos grupos hegemônicos, enquanto os grupos não privilegiados continuam a utilizar conjuntos de técnicas desatualizadas (SANTOS, 2021; SILVA *et al.*, 2022).

Santos argumenta sobre a existência de três realidades em um único mundo. No primeiro, a globalização é vista como uma fábula, na qual um mundo fantasioso é constantemente difundido pelos meios de comunicação de massa, promovendo a ideia de homogeneização no acesso a bens e produtos, redução das distâncias e do tempo, enquanto oculta as desigualdades e diferenças que afetam o exercício universal da cidadania. No segundo mundo, a globalização é considerada perversa, pois resulta no aumento da pobreza, alto índice de desemprego, deterioração da qualidade de vida, precarização da educação, surgimento de novas



doenças, persistência da mortalidade infantil e disseminação da corrupção e egoísmo, formando o que o autor chama de *perversidade sistêmica*. Por fim, o terceiro mundo pode ser compreendido como uma possibilidade de uma globalização mais humana, que valoriza a "sociodiversidade". Essa perspectiva envolve a combinação de povos, grupos étnico-raciais e culturas de todos os continentes, assim como filosofias provenientes de diferentes pontos de vista em oposição ao racionalismo europeu. No plano teórico desse novo mundo, o autor defende a possibilidade de criar novos discursos e metanarrativas que promovam a escrita de uma nova história (SANTOS, 2001; SILVA et al., 2022).

Restringindo esse entendimento que articule globalização, justiça e informação, em seu trabalho *Privacy as contextual integrity*, Helen Nissenbaum (2004) argumenta que, em qualquer sociedade, é necessário distinguir diferentes esferas ou contextos, e cada uma dessas esferas é regida por normas específicas de fluxo de informação (NISSENBAUM, 2004). Assim, o aspecto crucial não é apenas se a informação é adequada ou inadequada para um determinado contexto, mas sim se sua distribuição ou fluxo está de acordo com as normas contextuais de fluxo de informação (NISSENBAUM, 2004; NAGENBORG, 2009).

Pensando em um sentido geral de justiça pelo campo disciplinar da ética da informação, Martha Smith (2001) propôs o conceito de *Global Information Justice* (GIJ) ou Justiça Informacional Global (JIG). Smith compreende as pessoas bibliotecárias e outras profissionais da informação como "eus éticos" nos ambientes globais de informação que "precisariam negociar entre interesses concorrentes e afirmar sua experiência profissional de maneira construtiva e contundente" (SMITH, 1992, p. 565). Assim, delimita como objetivo da JIG conservar a natureza e preservar a humanidade por meio do uso criativo das tecnologias da informação, conhecimento e memória usando as práticas de direitos, responsabilidades e conexões de cuidado. A autora assume esse conceito a partir de três perspectivas diferentes, embora complementares de JIG: "ideal ético, princípio organizador para modelo de análise e como direcionadora de criação de políticas". Na primeira perspectiva, o ideal ético, o objetivo da JIG situa-se na utilização de novas tecnologias para preservar a



humanidade e conservar a natureza e o mundo; na segunda, o modelo analítico irá relacionar questões-chave como acesso, propriedade, privacidade, segurança e comunidade entre ele mesmo e o objetivo da JIG; por fim, na última perspectiva como direcionadora de criação de políticas, a JIG é percebida como base para criar, implementar e estabelecer novas práticas normativas. A autora elucida que o surgimento da internet e o potencial de conexão remota, representou uma ameaça à privacidade e identidade humanas. A noção utópica de justiça informacional global tornou-se evidente na mesma medida que o projeto de globalização. Entretanto, aumentou também a conscientização de que nem todos os direitos humanos estavam sendo acessados de forma justa.

Dessa forma, a questão que direcionou a reflexão de Butcher (2009) em seu texto *At the foundations of information justice* foi: existe justiça na informação? No que diz respeito à tecnologia da informação e comunicação, o autor compreende a informação como injusta, especialmente quando contempla as relações de poder entre as elites (riqueza em informação) e os grupos sociais e étnico-raciais vulneráveis (pobreza em informação). Essa injustiça é demarcada pelos altos custos das taxas e licenças das tecnologias e *softwares* usados para promover o acesso e manipulação de informações de forma remota e real. Situado nos estudos da economia da informação, Butcher (2009) advoga que as leis de propriedade intelectual são utilizadas, muitas vezes, para proteger os interesses financeiros de longo prazo das organizações que lucram ao controlar as informações, ao mesmo tempo em que deixam de lado a preocupação com aqueles sujeitos que as usam.

É a partir dessa estrutura, que se estabelece uma lacuna informacional entre pessoas ricas e pobres em informação, na qual os primeiros serão os privilegiados e passam a ter o domínio e controle do uso e acesso das informações nas sociedades. Existe, portanto, uma oligarquia informacional que promove castas informacionais e estabelece fronteiras de classe e de uso de patentes, medicamentos, sementes e demais produtos e serviços dos quais as pessoas ricas em informação detenham poder (BUTCHER, 2009).



Ainda analisando as tecnologias, em seu livro *Toward Information Justice: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration*, Jeffrey Alan Johnson (2018) evoca a filosofia política e a ética da informação para construir uma visão crítico-constructiva das tecnologias. Inicialmente, o autor demarca que estudar a informação da perspectiva da justiça é um desafio complexo, pois é amplamente aceita a ideia de que a tecnologia seria moralmente neutra. Em contrapartida a essa ideia, entende que valores individuais, sociais e políticos podem desempenhar um papel central no desenvolvimento das tecnologias, e por isso, elas devem ser examinadas de forma crítica. Para demonstrar esse ponto, trouxe exemplos de como modelos de negócios, programas e serviços de digitalização, armazenamento, gerenciamento e agregação de dados não só podem causar exclusões de populações marginalizadas – que sofrem com a pobreza informacional –, quanto a insegurança sobre dados privados e direitos de privacidade das pessoas dada a visão ética inadequada de quem produz tais tecnologias.

Sobre esse último ponto, Eubanks (2011) atribui a existência de uma “alucinação massiva, coletiva e consensual” sobre o poder da tecnologia da informação para promover a igualdade econômica e social ampla, e construir a transparência e responsabilização na governação democrática. Essa alucinação ignora e distorce as demandas por equidade nas tecnologias e cria políticas e organizações promotoras do aprofundamento das desigualdades já criadas. Por isso, investir na tecnologia e ciência também demanda investir simultaneamente na criação de sociedades mais justas (inclusive, informacionalmente), especialmente no contexto do século XXI em que projetos políticos de sociedades vigentes são oriundos da escravidão, exclusão, morte, domínio e exploração daqueles que recebem o status de não-ser humano e são hierarquizados racial e socialmente em prol do desenvolvimento de um mundo que se diz globalizado.

Johnson (2018) entende a informação como uma prática e estrutura social, especialmente no que se refere às mudanças nas distribuições de bens materiais, imateriais e epistêmicos, e no equilíbrio de poder social e político que o acesso e uso da informação permitiria aos grupos sociais. O autor define a justiça



informacional como o julgamento ético fundamental - em termos distributivos e estruturais - dos arranjos sociais para a distribuição da informação e suas influências sobre a autodeterminação e o desenvolvimento humano.

A justiça informacional é um subconjunto da noção mais ampla de justiça política, aplicada a questões de informação e tecnologias da informação e comunicação. Pela lente da teoria da justiça informacional seria possível compreender em quais condições se assumiria que uma sociedade está assegurando a justiça política no domínio da informação. No entanto, só seria possível alcançar uma "sociedade da informação" se, de fato, os focos das justiças distributiva, de reconhecimento e participativa fossem alcançadas pelas sociedades contemporâneas. Sendo as tecnologias parte integrante e fundamental para o desenvolvimento dessas sociedades, a justiça informacional será completa quando houver estruturas distributivas comuns de informação, assim como a garantia de reconhecimento e participação ativa de todos os grupos que compõe as sociedades (HOFFMANN, 2016; JOHNSON, 2018).

A justiça informacional se refere a uma estrutura de justiça social para fornecer aos profissionais da Biblioteconomia e Ciência da Informação elementos que lhes permita reconhecer as questões centrais de justiça social nos serviços de informação. Nesse sentido, definida como justiça para pessoas e comunidades em suas atividades como buscadoras, fontes e sujeitos de informação, a justiça informacional serviria como substituta para a justiça social em grande escala, porque as oportunidades de receber e compartilhar informações são meios centrais para melhorar todos os aspectos da vida das pessoas (MATHIESEN, 2015).

A partir das reflexões abordadas nesta pesquisa, partimos para construção de princípios orientadores da justiça informacional no campo biblioteconômico-informacional, a saber:

Princípio 1: Utilizamos da justiça informacional para o combate às injustiças sociais, econômicas, políticas, educacionais, representacionais etc., bem como para capacitar e emancipar comunidades vulneráveis em informação.



Princípio 2: Conscientes da dualidade ricos em informação versus pobres em informação, repudiamos as lógicas capitalistas de manutenção de poder e comércio sobre a informação, as quais promovem o acesso desigual à informação por parte de grupos geopoliticamente situados e classificados pelos marcadores étnico-raciais, de classe, de gênero, de credo e culturais.

Princípio 3: Acreditamos que a justiça informacional se concretizará com a atuação e formação bibliotecárias críticas e conscientes da existência e operacionalização de sistemas de opressão, exclusão e desigualdades de populações em situação de vulnerabilidades.

Princípio 4: Entendemos que ao projetarmos produtos, programas e serviços em BCI, a orientação em justiça social nos cobra ciência das injustiças sociais e informacionais embutidas em sistemas institucionais, organizações culturais, bibliotecas e unidades de informação.

Princípio 5: Enfocamos a justiça distributiva, de reconhecimento e participativa para estabelecer estruturas comuns de distribuição, recepção e comunicação da informação, na qual as pessoas integrantes das sociedades interagem entre si como pares, sem hierarquias ou castas que as separem, visando criar sociedades social e racialmente justas.

Princípio 6: Entendemos que o direito de acesso à informação, assim como o direito à privacidade, a segurança e a confidencialidade da informação como direitos humanos.

Princípio 7: Advogamos em prol das licenças e softwares de acesso aberto das tecnologias da informação e comunicação como uma das formas de atender à justiça informacional.

Princípio 8: Compreendemos que a educação para a informação, voltada para o desenvolvimento da Competência em Informação para justiça social são fundamentais para que os sujeitos possam identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar diferentes meios para



localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessitem de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para o pleno exercício da cidadania e transformação social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo buscou o delineamento dos princípios da justiça informacional em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCl). Inicialmente, a fundamentação teórica abordou a agenda de justiça social no campo, e após, os conceitos e objetivos da justiça informacional presentes na literatura científica.

O objetivo do trabalho propôs promover o diálogo entre justiça informacional, Biblioteconomia e Ciência da Informação, sobretudo propondo princípios para direcionar a construção epistemológica e ações docentes e profissionais em Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (BDCl). Para isso, tendo como base os estudos da justiça social e informacional em BCI, foram elencados oito princípios direcionadores da ação profissional, da prática pedagógica e da construção de currículos em BDCl.

Como dissemos, ao apresentar nossa compreensão de princípio para este estudo, consideramos cada princípio elencado como um ponto de partida, que apontam novos caminhos e novas pesquisas na interface BDCl e justiça social. Este estudo faz parte de uma série de publicações que vem aprofundando o conhecimento das teorias aqui mencionadas, e adentrando cada vez mais no contexto de justiça social.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Código 001 pela concessão das bolsas de Doutorado às autoras.



REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. 5.ed. rev. ampl. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALLARD, D.; FERRIS, S. Antiviolence and Marginalized Communities: Knowledge Creation, Community Mobilization, and Social Justice through a Participatory Archiving Approach. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 360-383, 2015. DOI: 10.1353/lib.2015.0043. Acesso em: 10 maio 2022.

BRITZ, J. J. Making the global information society good: A social justice perspective on the ethical dimensions of the global information society. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 59, n. 7, p. 1171-1183, 2008. DOI: 10.1002/asi.20848. Acesso em: 12 maio 2022.

BUTCHER, M. P. At the foundations of information justice. **Ethics and Information Technology**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 57-69, 2009. DOI: 10.1007/s10676-009-9181-2. Acesso em 20 maio 2022.

CHOPRA, S.; DEXTER, S. Free software and the economics of information justice. **Ethics and Information Technology**, [s.l.], v. 13, n. 3, p. 173-184, 2010. DOI:10.1007/s10676-010-9226-6. Acesso em: 22 maio 2022.

CUNHA, M. B. da.; CAVALCANTI, C. R. O. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2008.

DADLANI, P.; TODD, R. J. Information Technology and School Libraries: A Social Justice Perspective. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, v. 2, p. 329-359, 2015. DOI:10.1353/lib.2015.0041. Acesso em 01 jun. 2022.

EUBANKS, V. **Digital Dead End: fighting for Social Justice in the Information Age**. London: The MIT Press, 2011.

GIBSON, A. N.; CHANCELLOR, R. L.; COOKE, N. A.; DAHLEN, S. P.; LEE, S. A.; SHORISH, Y. L. Libraries on the frontlines: Neutrality and social justice. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, [s.l.], v. 8, n. 36, p. 751-766, 2017. DOI: 10.1108/EDI-11-2016-0100. Acesso em: 01 jun. 2022.

JOHNSON, J. A. From open data to information justice. **Ethics and Information Technology**, [s.l.], v. 16, n. 4, p. 263-274, 2014. DOI: 10.1007/s10676-014-9351-8.

JOHNSON, J. A. Introduction. In: JOHNSON, J. A. **Toward Information Justice: technology, politics, and policy for data in Higher Education Administration**. Orem, TUT: Springer, 2018. p. 1-21.



JÚNIOR, J. Bolsonaro veta ajuda financeira para internet de alunos e professores das escolas públicas. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, 19 mar. 2021.

HOFFMANN, A. L. Google Books, Libraries, and Self-Respect: Information Justice beyond Distributions. **The Library Quarterly**, [s.l.], v. 86, n. 1, p. 76-92, 2016. DOI: 10.1086/684141.

KUILEMA, J. Social Workers and Broadband Advocacy. **Social Science Computer Review**, [s.l.], v. 31, n. 3, p. 291-305, 2012. DOI: 10.1177/0894439312454266.

KUMASI, K. D.; MANLOVE, N. L. Finding "Diversity Levers" in the Core Library and Information Science Curriculum: A Social Justice Imperative. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 415-443, 2015. DOI: 10.1353/lib.2015.0047.

MATHIESEN, K. Informational Justice: A Conceptual Framework for Social Justice in Library and Information Services. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1353/lib.2015.0044>.

MEHRA, B.; ALBRIGHT, K. S.; RIOUX, K. A practical framework for social justice research in the information professions. **ASIS&T: Proceedings of the American Society for Information Science and Technology**, [s.l.], v. 43, n. 1, p 1-10, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1002/meet.14504301275>.

NAGENBORG, M. Designing spheres of informational justice. **Ethics and Information Technology**, [s.l.], v. 11, n. 3, p. 175-179, 2009. DOI: 10.1007/s10676-009-9200-3.

NISSENBAUM, H. Privacy as contextual integrity. **Washington Law Review**, [s.l.], v. 79, p. 119-158, 2004.

OLIPHANT, T. **Social Justice Research in Library and Information Sciences: A Case for Discourse Analysis**. *Library Trends*, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 226-245, 2015. DOI: 10.1353/lib.2015.0046.

ROSA, J.; TEIXEIRA, C.; SOUSA PINTO, J. Risk factors in e-justice information systems. **Government Information Quarterly**, [s.l.], v. 30, n. 3, 241-256, 2013. DOI: 10.1016/j.giq.2013.02.002.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SHERA, Jesse. **Introduction to library service**: basic elements of library service. Littleton, CO: Libraries Unlimited, 1976.



SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça para quem? justiça social, informacional, racial e de gênero em bibliotecas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ/ANCIB, 2021. p. 1-16.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça social e população negra: um olhar teórico-crítico para Competência em Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 129-162, abr./jun. 2022.

SMITH, M. Infoethics for leaders: Models of moral agency in the information environment. **Library Trends**, [s.l.], v. 40, n. 3, p. 553-570, 1992.

SMITH, M. Global Information Justice: Rights, Responsibilities, and Caring Connections. **Library Trends**, [s.l.], v. 49, n. 3, p. 519-537, 2001.

SOUZA, F. Ensino remoto na pandemia: os alunos ainda sem internet ou celular após um ano de aulas à distância. **BBC News Brasil**, São Paulo, 3 maio 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56909255> Acesso em: 19 maio 2022.

VINCENT, J. Why Do We Need to Bother? Public Library Services for LGBTQI People. **Library Trends**, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 285–298, 2015. DOI: 10.1353/lib.2015.0050.

TOKARNIA, M. Mais de 5 milhões de crianças e adolescentes ficaram sem aulas em 2020. **Agência Brasil**, Brasília, 29 abr. 2021.





SEÇÃO

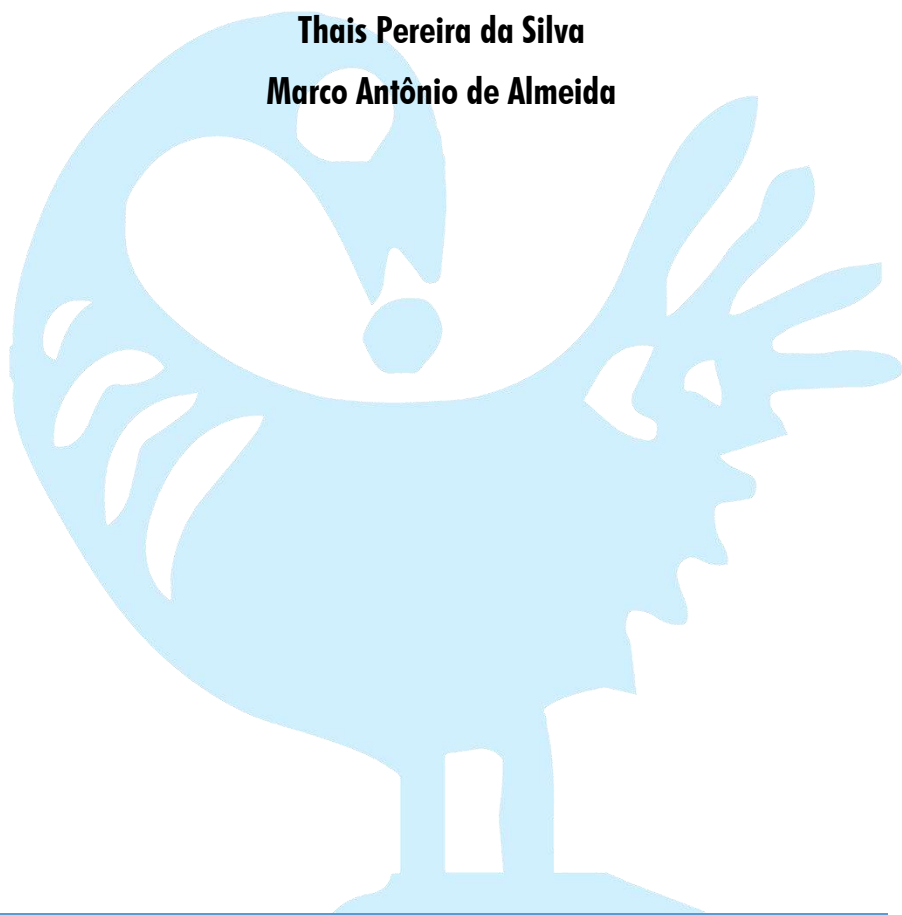
**CONHECIMENTO,
SABERES TRADICIONAIS E
INTERCULTURALIDADE**





COLETIVIDADES DIGITAIS DE MULHERES NEGRAS. O CASO DO BLOG BLOGUEIRAS NEGRAS

**Thais Pereira da Silva
Marco Antônio de Almeida**



1 INTRODUÇÃO²⁴

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) influenciam e alteram as relações sociais, culturais, políticas e econômicas. “Vivemos uma midiaticização intensiva da cultura e da sociedade que não se limita à formação da opinião pública, mas atravessa quase todas as instituições sociais e culturais” (HJAVARD, 2014, p. 21). Almeida (2017) explica que o mundo atravessa uma midiaticização da cultura e da sociedade, que permeia todas as instituições sociais e culturais. As mídias são o ponto de referência e o recurso fundamental para o mundo social, ou seja, o mundo social²⁵ é midiaticizado, é construído por atos de comunicação (COULDRY, HEPP, 2020).

Dessa forma, as mídias (televisão, jornal, livros, rádio, mídias sociais digitais, blogs) têm papel fundamental na construção do mundo social que é compartilhado entre um grupo ou até mesmo um país inteiro. Inúmeras produções da televisão brasileira (novelas e jornais), por exemplo, reproduzem estereótipos racistas e sexistas, o que desenvolve o imaginário simbólico das (os) brasileiras (os) sobre pessoas negras, indígenas e as mulheres.

Nesse sentido, as mulheres negras têm se apropriado das tecnologias digitais de informação e comunicação como ferramenta de luta: organizando mobilizações *online* e *offline* e produzindo informação (conteúdo simbólico) antirracista, antissexista e contra a exploração de classe, que disputam as narrativas sobre o grupo com as mídias hegemônicas. É o caso do blog colaborativo Blogueiras Negras (BN), criado em 2013, por Charô Nunes, Larissa Santiago e Maria Rita Casagrande.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar a apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pela mulher negra como estratégia para disputar as narrativas sobre o grupo com as mídias hegemônicas e desconstruir os estereótipos

²⁴ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).

²⁵ Neste artigo, mobilizamos a seguinte definição para mundo social “é o produto dos nossos processos conjuntos de construção social – em especial a comunicativa. Por meio da nossa variedade de práticas de produção de sentidos construímos o nosso mundo social, como algo comum” (COULDRY, HEPP, 2020, p. 32).



coloniais, que ainda marcam a experiência de vida e a subjetividade da mulher negra.

Para analisar a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelas mulheres negras, utilizamos como método de pesquisa a netnografia, que é a transposição da etnografia para “os estudos de práticas comunicacionais mediadas por computador” (AMARAL, NATAL, VIANA, 2008, p. 35). Desse modo, o pesquisador insere-se nas comunidades virtuais para observar e investigar as práticas culturais, informacionais e de comunicações.

No desenvolvimento do artigo, debatemos sobre as coletividades baseadas nas mídias, refletindo o caso do blog *Blogueiras Negras*. A seguir, verificamos como o blog constitui-se como um dispositivo de informação e comunicação. No terceiro tópico, discutimos a constituição do racismo no país, a partir do conceito de dispositivo de racialidade, elaborado por Sueli Carneiro. Além disso, discorremos sobre as representações negativas das mulheres negras no país, que estão presente no imaginário da população e são reproduzidas nas mídias hegemônicas. Por fim, analisamos como as mulheres negras desconstruem as imagens de controle em seus textos e disputam as narrativas sobre o grupo com as mídias hegemônicas.

2 BN: COLETIVIDADES MEDIATIZADAS

Com o advento das TICs, novas formas de ativismo e coletividades emergem entre as mulheres negras. Mobilizamos a definição de coletividade como “toda figuração de indivíduos que compartilham um determinado pertencimento significativo que, por sua vez, provê uma base de ação e orientação em comum. Pode ser um ‘eu comum’ (...) Pode basear-se em uma “ação situacional organizada em comum” (COULDRY, HEPP, 2020, p.217). Existem duas formas de coletividades. A primeira é a baseada na mídia, ou seja, aquela que não existe sem as TICs (por exemplo, as comunidades online como o blog *Blogueiras Negras*). A segunda são as coletividades midiáticas que não são constituídas pelas mídias, mas são cada vez mais moldadas por elas (por exemplo, a família) (COULDRY, HEPP, 2020).



Durante a década de 2010, as blogueiras Charô Nunes, Larissa Santiago e Maria Rita Casagrande se conheceram no grupo de discussões (*google groups*) Blogueiras Feministas (BF). No entanto, raramente as discussões no BF incluíam a questão da raça. Em 2013, Charô, Larissa e Maria Rita criaram o website Blogueiras Negras (www.blogueirasnegras.org), a fim de reunir textos com reflexões de raça e de gênero, produzidos por mulheres negras.

As mídias ampliam o espaço e novas conexões surgiram ali. O blog Blogueiras Negras é uma coletividade baseada nas mídias e com um “eu comum”: a luta antirracista, antissexista e contra a exploração de classe. Em outras palavras, elas se conheceram nas comunidades online e se uniram em torno de uma ação e orientação comum. Embora os laços entre os atores tenham se fortalecido para além da comunidade virtual, muitas delas apenas se relacionam por meio das mídias sociais do BN, sem interação face a face. Ao mesmo tempo, os textos publicados e disseminados no BN rompem as barreiras desta figuração e repercutem em outras figurações baseadas pela mídia e as midiaticizadas. A comunicação de informações (conteúdo simbólico) com sentido sobre raça e gênero compartilhado entre o grupo constrói a base para as práticas sociais dos sujeitos (COULDRY, HEPP, 2020).

2.1 Dispositivos Infocomunicacionais na luta contra o racismo e o sexismo

Os blogs e os canais nas mídias sociais são dispositivos de informação e comunicação. Mobilizando o conceito de dispositivo de Foucault (2015)²⁶, Marteleto (2015, p. 15) aponta que “os dispositivos de informação e comunicação são constituídos pelas relações entre os textos, os elementos técnicos que exercem a mediação e condicionam as escritas, e também pelos usos, que configuram a sua forma social”.

²⁶ “Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que pode se estabelecer entre esses elementos.” (FOUCAULT, 2015, p. 364).



Nesse sentido, os textos do blog *Blogueiras Negras* são documentos, ou seja, consistem em “suportes informacionais/artefatos materiais dotados de historicidade sob os quais atuam os sujeitos e suas tantas interferências construídas e construtoras de subjetividades e objetividades” (AMORIM, 2019, p. 58). Assim as informações (o conteúdo simbólico) publicadas e disseminadas no blog produzem registro e memória. Desse modo, interferem nas relações e nas práticas sociais (AMORIM, 2019; MARTELETO, 2015).

Por fim, as mulheres negras concebem estes dispositivos como ferramentas fundamentais na luta antirracista e antissexista, a fim de disputar as narrativas com as mídias hegemônicas sobre as mulheres negras.

3 REPRESENTAÇÃO E DISCURSOS SOBRE MULHERES NEGRAS

Sueli Carneiro afirma que existe um dispositivo de racialidade agindo no Brasil. Para a autora, o conceito de dispositivo permite analisar a heterogeneidade de práticas e saberes que permeiam a constituição do racismo e da discriminação racial na sociedade brasileira, que se articulam para alcançar um objetivo estratégico: excluir e dominar o sujeito negro. O dispositivo de racialidade produz um campo ontológico, epistemológico e de poder, no qual saberes, modos de subjetivação e poderes se articulam (CARNEIRO, 2023).

O racismo como dispositivo de poder funciona como disciplinador, ordenador e estruturador das relações raciais e sociais em sociedades multiculturais. No que diz respeito ao presente trabalho, o nosso interesse é analisar os discursos (e os estereótipos) sobre a mulher negra no país, ou seja, o elemento do dito dispositivo de racialidade, que se articula com os saberes – leis, práticas institucionais, entre outros.

A representação faz parte do processo de produção e compartilhamento dos significados entre os indivíduos de uma mesma cultura. Assim sendo, “representar envolve o uso da linguagem, de signos e de imagens que significam ou representam objetos” (HALL, 2016, p. 31). Desse modo, o significado é construído



na linguagem. Pode-se dizer ainda que a representação é a produção dos significados dos conceitos (sobre objetos ou indivíduos) na mente dos sujeitos por meio da linguagem (HALL, 2016).

A opressão entre as mulheres negras engloba três dimensões - a econômica, a política e a ideológica, que agem interconectadas. A dimensão econômica diz respeito à exploração do trabalho da mulher negra para a expansão do capitalismo, primeiro com mão de obra escrava, depois com o trabalho assalariado muito mal remunerado, responsável pela pobreza extrema. A política refere-se à falta de acesso à educação e a exclusão dos cargos públicos. A ideológica está relacionada às imagens de controle surgidas no período colonial que são adaptadas em cada período histórico, a fim de manter a dominação das mulheres negras (COLLINS, 2019a).

Collins (2019b, p. 135) afirma que “as opressões de raça, classe, gênero e sexualidade não poderiam continuar a existir sem justificativas ideológicas poderosas”. As imagens negativas e os estereótipos são utilizados para justificar as opressões. No Brasil, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro destacam a importância de desvelar as relações de poder por trás dos estereótipos relacionados às mulheres negras, que se encontram introjetados no imaginário social e são constantemente reproduzidos nos meios de comunicação e no jornalismo do país e legitimam a dominação socioeconômica do grupo.

A primeira coisa que a gente percebe, nesse papo de racismo é que todo mundo acha que é natural. Que negro tem mais é que viver na miséria. Por quê? Ora, porque ele tem umas qualidades que não estão com nada: irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí, é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha, é malandro e se é malandro é ladrão. Logo, tem que ser preso, naturalmente. Menor negro só pode ser pivete ou trombadinha (Gonzales, 1979b), pois filho de peixe, peixinho é. Mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta. Basta a gente ler o jornal, ouvir o rádio e ver televisão. Eles não querem nada. Portanto têm mais é que ser favelados (GONZALEZ, 2020, p. 78).



Portanto, os estereótipos da mulata hipersexualizada, da empregada doméstica e da mãe preta atravessam a experiência de vida da mulher negra e as mídias hegemônicas reproduzem em suas produções jornalísticas e ficcionais tais representações.

3.1 Da doméstica à mulata hipersexualizada

A Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)²⁷ foi aprovada em 1 de maio de 1943, pelo então presidente do Brasil Getúlio Vargas, porém a lei excluiu as trabalhadoras domésticas. Desse modo, a categoria apenas teve seus direitos reconhecidos, em 2013²⁸, com o Projeto de Emenda Constitucional 72/2013, a PEC das domésticas. O tema foi um dos mais recorrentes entre as publicações do Blogueiras Negra, entre 2013 e 2014.

“A minha empregada doméstica é quase da família” é o discurso utilizado pelas elites como justificativa para não pagar os direitos trabalhistas às domésticas. No artigo “Trabalho doméstico: ‘ela é da família’ não é amor, é navalha na carne”, publicado em 18 de dezembro de 2013 no BN, a arquiteta e escritora Charô Nunes rejeita esta falácia e afirma que o trabalho doméstico descende do trabalho escravo e está contaminado pelas estruturas escravocratas como, por exemplo, que normalizam as longas jornadas de trabalho, acima das 44 horas previstas na CLT, e o não pagamento de hora extra.

Não é incomum que a frase seja usada como armadilha para adocicar o cotidiano e as agruras do trabalho. É a desculpa usada para que aceitem, muitas vezes, receber menos e trabalhar muito mais (...) Ela é da família” não é afeto, é navalha na carne. Trabalhadoras domésticas precisam de salários justos, de condições de trabalho digno, e de reconhecimento. É preciso deixar de lado os discursos dos favores, dos presentes e dos afetos (NUNES, 2013).

²⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm. Acesso em: 20 dez 2017.

²⁸ A PEC das domésticas deu origem à Lei Complementar 150/2015.



Segundo os dados da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)²⁹, que apontam que 62% das trabalhadoras domésticas são pardas e pretas e apenas 30% delas possuem carteira assinada, acreditamos que a desvalorização e a precarização da profissão são determinadas pela intersecção das opressões de raça, de gênero e de classe (NUNES, 2013). O trabalho doméstico é uma das mais fortes raízes do projeto colonial.

A informação é essencial para desnaturalizar a precarização e a romantização do trabalho doméstico. Nesse sentido, a advogada Gabriela Ramos escreve o texto: "A PEC dos empregados domésticos e o processo secular da abolição da escravatura", postado em 28 de março de 2013", que traz uma revisão história pós-abolição.

A abolição oficial, portanto, uniu o útil ao agradabilíssimo nesse contexto já que as/os negras/os libertas/os foram lançadas/os à própria sorte (ou azar) sem nenhuma política pública que os inserissem de fato na sociedade, sendo, portanto, marginalizadas/os, colocadas/os à margem. Diante da necessidade de sobrevivência é que surgiram quituteiras, lavadeiras de ganho e obviamente, os/as empregados/as domésticos (RAMOS, 2013).

Após a assinatura da Lei Áurea, em 13 de maio de 1888, o governo do Brasil incentivou a imigração europeia ao país com o objetivo de embranquecer a população brasileira, embasado nas teorias de racismo científico. Com isso, a mão de obra negra escrava foi trocada pela assalariada branca, deixando a população negra sem emprego e sem nenhuma política pública de inserção na sociedade, após a promulgação da Lei Áurea, o que permanece até os dias atuais (GONZALEZ, 2020).

Como percebemos com a análise do texto de Ramos, um dos únicos postos de trabalho que continuaram nas mãos de pessoas negras pós-abolição, ou melhor, das mulheres negras foi o doméstico. Quais foram as mudanças? Ramos apresenta apenas uma mudança na relação de trabalho entre o empregador e o trabalhador doméstico: ela sai da esfera das agressões físicas para

²⁹ Os dados foram apresentados pela Charô Nunes no texto "Trabalho doméstico: 'ela é da família' não é amor, é navalha na carne", publicado no BN.



as emocionais, o famoso “a minha empregada é quase da família”, que camuflou a baixa remuneração e o excesso de jornada de trabalho das profissionais do ramo. Para a autora, as leis não conseguiram mudar a mentalidade escravocrata da elite que criou outros mecanismos de exploração racista e sexista da mão de obra da mulher negra. Para autora, a PEC das domésticas indica que existe uma nova ordem jurídica.

Charô Nunes e Maria Rita Casagrande entrevistam Creuza Maria Oliveira, presidente da FENATRAD, que começou a trabalhar como doméstica aos 10 anos e entrou na luta pelos direitos trabalhistas da categoria após perceber as diferenças legais entre os outros trabalhadores e as domésticas. Nunes pergunta à entrevistada “quando foi a tomada de consciência dela”, que respondeu “Foi a exploração mesmo, os maus-tratos. Dentro da casa que eu trabalhava ouvia muitas coisas. A minha patroa não permitia que eu estudasse, mas dizia para a filha ‘Se você não estudar, vai ser graxeira³⁰’. E eu estava ali ouvindo aquilo”. Em outro trecho da entrevista, Creuza lembra que muitas pessoas diziam que ela não podia criticar a patroa, pois esta era sua segunda mãe. Após anos de luta por direitos trabalhistas das domésticas, Nunes questiona “O sindicato conseguiu uma grande vitória, o que muitos consideram a segunda abolição das mulheres negras. Quais são os próximos passos?”. Embora Creuza considere a PEC das domésticas um grande avanço na luta das trabalhadoras, ela aponta que a lei não atende todas as demandas das domésticas:

É continuar lutando. A PEC das domésticas foi um avanço importante. Renan Calheiros disse que a PEC era a segunda Lei Áurea e naquele momento a chave da senzala estava sendo jogada fora. No entanto, durante a regulamentação da PEC, numa comissão mista de deputados e de senadores, eles e elas resolveram nos trancar novamente na senzala. O banco de horas, por exemplo, só poderá ser cobrado após 12 meses, o que não acontece com outras categorias. A multa de 40% em caso de demissão sem justa causa será reponsabilidade do patrão e a gente sabe que terá muitos patrões forjando justa causa (CASAGRANDE, NUNES, 2013).

³⁰ Termo utilizado para se referir à emprega doméstica na Bahia.



Assim sendo, notamos que a romantização do relacionamento entre patroas e empregadas domésticas – “você é quase da família” - é mobilizada para negar vínculo de trabalho, silenciando as cobranças das empregadas domésticas por direitos trabalhistas como as (os) demais trabalhadoras (es).

Embora a maioria das mulheres negras ainda trabalhem como empregadas domésticas, existem muitas de nós que trabalhamos em outras áreas. O próprio blog “Blogueiras Negras” tem entre as suas colaboradoras profissionais liberais de várias áreas e acadêmicas. É o caso da psicóloga Mara Gomes, filha de empregada doméstica, que escreve o artigo “De Mucama a Doméstica, um breve relato da mulher negra contemporânea”, publicado em 19 de julho de 2013, no qual a autora reflete como o estereótipo profissional das mulheres negras como empregadas domésticas interferem na sua experiência de vida, mesmo que o estereótipo não seja comprovado na prática.

No texto, a autora relata que seus pais sempre a incentivaram a estudar e ter um emprego que a fizesse feliz, embora

[...] nossos caminhos sempre nos levam a crer que o nosso destino era o de nossas avós, tias, amigas de escola, mães, irmãs, destino que está na televisão, onde a mulher negra só aparece como empregada nos comerciais, filmes e novelas. (GOMES, 2013, s.p.).

O estereótipo profissional da mulher negra como empregada doméstica está alicerçado às imagens negativas das pessoas negras, como a condição para subordinação, sujeita talhada para o trabalho e a incapacidade intelectual, que foram forjadas no período colonial e constituem-se em ferramentas simbólicas que legitimam a dominação socioeconômica das mulheres negras, fundamentais para a reprodução do capital na sociedade moderna. É inegável que as três dimensões de opressões: a econômica, a política e a ideológica agem interconectadas na vida das mulheres negras (COLLINS, 2019; GONZALEZ, 2020).

E a hipersexualização do corpo da mulher negra? “Como todo mito, o da democracia racial oculta para além daquilo que mostra” (GONZALEZ, 2020 p. 80). É no carnaval que o mito é reencenado no Brasil e a empregada doméstica torna-se a rainha das passarelas,



porém seu reinado é curto, durando apenas quatro dias. A Rede Globo, principal emissora de televisão do Brasil, é a responsável pela transmissão dos desfiles das escolas de samba do carnaval brasileiro desde a década de 1970. Em 1991, a emissora criou a personagem Mulata Globeleza³¹ que começou a protagonizar o comercial de divulgação do evento. Entre 2013 e 2014, o programa jornalístico da emissora Fantástico organizou uma competição para escolher a nova Mulata Globeleza. O quadro era apresentado pela atriz negra Sheron Menezes. As concorrentes apareciam de costas sem mostrar seus rostos e o destaque da competição era o corpo das participantes, em especial as bundas. Selecionamos dois artigos que refletem sobre a “caça” à Mulata Globeleza.

Em 23 de dezembro de 2013, no artigo “Vênus de Hotentote em qualquer lugar: a erotização da mulher negra”, Djamila Ribeiro destaca que o corpo da mulher negra não é dela, o corpo da mulher negra é público. A ultrassexualização do nosso corpo torna a nossa imagem exótica aos olhos e às mentes colonizadas, em qualquer lugar do mundo. Tal estigma, como afirma a autora, está relacionado à erotização do corpo da Sarah Baartman, a Vênus de Hotentote (Figura 1). Quem foi Vênus de Hotentote? Baartman nasceu na África do Sul e foi levada à Europa, durante o século XIX. Ali ela se tornou a atração dos espetáculos circenses com o nome Vênus de Hotentote. Após sua morte, Sarah Baartman teve seu corpo dissecado, estudado por cientistas franceses e exibido no Museu do Homem, em Paris (França), até 1974. Como a estrutura física da Baartman era diferente das mulheres europeias, compreendido como “normal”, o corpo da mulher negra, o “Outro” da mulher branca, foi definido como “anormal”, exótico (RIBEIRO, 2013).

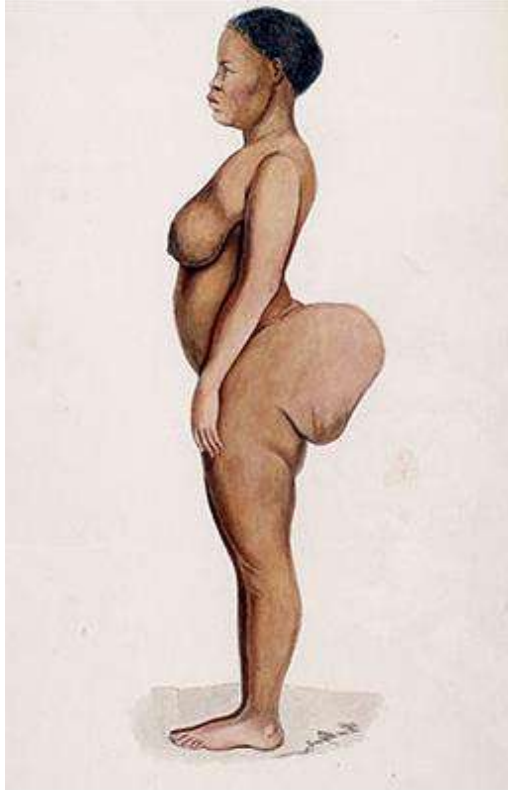
Embora a imagem da mulher negra como exótica e ultrassexualizada esteja associada à Sarah Baartman, consideramos que o estereótipo da mulata lasciva carnavalesca reforça ainda mais essa imagem (GONZALEZ, 2020a; RIBEIRO, 2013). Nas palavras de Djamila Ribeiro (2013), “a erotização da mulher negra está presente em todos os lugares, ainda mais se

³¹ Imagens das mulatas Globeleza de 1991 a 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/cultura/a-evolucao-das-globelezas-do-nude-ao-vestido/>. Acesso em: 10 maio 2019.



aliado ao fato da nacionalidade brasileira. As brasileiras são estereotipadas como sendo excessivamente sensuais". Ou seja, produto de exportação, reconhecido mundialmente, como afirma Lélia Gonzalez (2020).

Figura 1 – Sarah Baartman



Fonte: Blog Blogueiras Negras (2017).

Ribeiro explica que a erotização do corpo da mulher negra foi elaborada durante a experiência colonial e continua sendo reforçado nas mídias hegemônicas

Dessa forma, existem poucas mulheres negras à frente do jornalismo, das telenovelas e dos programas de entretenimento da Rede Globo. "Como objeto sexual, produto a ser vendido", nas palavras de Ribeiro, dificilmente a mulher negra ocupa espaços de destaque que não reproduzam seus estereótipos. Por isso, as



autoras do BN desconstróem a erotização naturalizada da mulher negra e reforçam novas e plurais imagens do grupo.

Mariana Assis dos Santos escreve o artigo "O Sagrado e o Profano: as mulatas e o racismo", publicado em 13 de dezembro de 2013, expondo a sua animosidade com a "caça à Mulata Globeleza", pois interfere em como nós, mulheres negras, somos representadas nas mídias hegemônicas, além de mexer negativamente com a autoestima da mulher negra. "A luta pela visibilidade negra é totalmente legítima e urgente, porém precisamos nos questionar que lugar queremos ocupar?" (SANTOS, 2013).

Figura 2 – Caça à Mulata Globeleza



Fonte: Divulgação da TV Globo (2013).

Santos argumenta que as participantes são bailarinas de samba, artistas, mas foram reduzidas aos seus corpos, "Corpos sem rosto, apenas bundas e coxas bem torneadas", nas palavras da autora. O samba é parte da cultura trazida ao Brasil pelos povos africanos. O samba é arte, sambar exige destreza e gingado dos quadris e dos pés das bailarinas. O pensamento eurocêntrico hierarquiza as culturas e a cultura produzida por negras e negros é considerada inferior. Dessa forma, a arte das sambistas é



invisibilizada pela erotização e ultrassexualização dos nossos corpos.

A autora faz referência ao poema *Nega Fulô*, do escritor Jorge Lima, que reproduz os estereótipos da mulher negra no imaginário brasileiro, que surge no período colonial e segue informando como as negras são vistas na sociedade brasileira até os dias atuais.

Somos eternas Negras Fulô e vemos a ordem escravocrata ser reproduzida em cada comentário grosseiro e despeitado quanto às nossas belas passistas, quando ouvimos homens brancos encherem a boca para falar de seus casos amorosos com mulheres negras e suas infinitas habilidades sexuais, ao mesmo tempo que ostentam suas boas senhoras brancas ao lado (SANTOS, 2013, s.p.).

Criado por Miguel Falabella, em 2014, a rede globo lançou a série televisiva "O sexo e as negras", que reforçava mais uma vez a sexualidade da mulher negra. Para refutar a imagem da mulata lasciva, as Blogueiras Negras publicaram um editorial, em 10 de setembro de 2014, intitulado "Ah! Branco, dá um tempo! Carta aberta ao senhor Miguel Falabella".

Repudiamos suas palavras porque fomos estupradas nas senzalas e continuamos a ser na dramaturgia feita por brancos sobre nós através de imagens estereotipadas em seriados, novelas e minisséries. Esse é um dos mecanismos que a aliança entre o racismo usa para se perpetuar: hipersexualizando a mulher negra que se torna desprezível para outros papéis sociais (BLOGUEIRAS NEGRAS, 2014, s.p.).

As autoras continuam o texto argumentando que, embora muitas mulheres negras ainda trabalhem como empregadas domésticas e cuidadoras, existem várias negras que atuam, como advogadas, bailarinas, médicas, jornalistas, entre outras. Porém raramente a mulher negra é retratada exercendo tais atividades na ficção brasileira. São poucas as obras de teledramaturgia escritas, dirigidas e protagonizadas por pessoas não-brancas.

Publicado em 29 de maio de 2013, o texto "Deixar de ser racista, meu amor, não é comer uma mulata!", escrito por Charô Nunes, descreve cinco elogios racistas que reforçam os



estereótipos da sexualização dos corpos das mulheres. Segundo a autora, os principais elogios racistas são: 1. "Você é uma morena muito bonita" 2. "Seu cabelo é muito bonito, posso pegar?" 3. "Você tem os traços delicados" 4. "Você tem a bunda linda" 5. "Você é uma mulata tipo exportação!". Com 281 comentários, é o *post* com mais interação do BN em 2019. Alguns comentários são: "Uma que nunca esquecerei foi um rapaz que estudava comigo num determinado curso de inglês, certo dia veio até mim e disse que gostaria que eu fosse empregada doméstica da casa dele"; "Incrível esse texto traduz muito dos meus incômodos diários"; "nunca tinha pensado nesse 'você é uma negra linda' dessa forma. Eu, quando falava isso para a minha amiga, queria dizer como se uma das coisas mais lindas nela fosse o fato de ser negra".

Portanto, notamos que as autoras recusam as imagens de controle da mulher negra como a "mulata" lasciva, elaboradas durante o período colonial e que ainda são reproduzidas no imaginário coletivo e nas produções e no jornalismo da imprensa hegemônica, assim como o lugar fixo profissional da preta como empregada doméstica. E por fim, revelam o contexto histórico que fez com que mulheres negras tivessem, em sua maioria, que trabalhar com empregadas domésticas e diaristas, que nada tem a ver com a falta de capacidade intelectual, mas uma relação entre as três dimensões de opressões que atravessam a vida da mulher negra brasileira.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filósofa e feminista negra Sueli Carneiro afirma que existe um dispositivo de racialidade agindo na sociedade brasileira. Para isso, a autora concentra as atenções no discurso, um dos elementos do dispositivo, pois o discurso relaciona-se com o conhecimento e o poder.

As mulheres negras têm se apropriado das TICs como tática e estratégia para a luta por emancipação, desenvolvendo canais nas mídias e weblogs. Para analisar a apropriação das tecnologias de informação e comunicação pelas mulheres negras, é importante examinar as relações sociais que tecem a informação. Nesse sentido, investigamos o blog "Blogueiras Negras", um dispositivo



infocomunicacional, criado em 2013, por uma coletividade baseada nas mídias sociais de mulheres negras feministas e blogueiras.

O BN disputa as narrativas com a imprensa hegemônica, as autoras utilizam a escrita como luta antirracista e como produção de conhecimento, a partir do pensamento feminista negro, uma teoria crítica das mulheres negras. Desse modo, notamos que as escritoras recusam as imagens de controle (estereótipos racistas e sexistas) criadas durante o período colonial e que continuam sendo reproduzidas pelas mídias hegemônicas e que estão interconectadas com as dimensões das opressões econômicas e políticas. Além disso, as mulheres negras utilizam a escrita e as TICs para se autodefinir, nomeando suas próprias experiências, dores, história, memória, imagens, entre outros.

Por fim, acreditamos que compreender os discursos e os saberes (estereotipados) forjados durante o período colonial e reproduzidos em diferentes períodos históricos sobre os grupos excluídos, como pessoas negras e indígenas, é um campo importante de pesquisa para a Ciência da Informação, a fim de refletir sobre a produção e a circulação de informação que legitimam as opressões econômicas e políticas de grupos excluídos. Estas reflexões tornam-se particularmente importantes num momento de "guerra cultural", onde narrativas baseadas em falsas informações circulam pela internet e realimentam o racismo histórico do país.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A. A produção social do conhecimento e as lições de Bourdieu para a Ciência da Informação. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 2, p. 220-224, 2017.

AMARAL, A.; NATAL, G.; VIANA, L. **Revista Sessões do Imaginário - Cinema | Cibercultura | Tecnologias da Imagem**, Porto Alegre, v. 13, n. 20, p. 34-40, dez.2008.

AMORIM, B. R. P. **Documentos Dialógicos, Territórios Dialéticos**: um estudo sobre murais e seu papel na guerrilha simbólico-material do movimento zapatista de libertação nacional. Orientador: Prof. Dr. Gustavo Silva Saldanha. 2019. 303 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –



Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BLOGUEIRAS NEGRAS. Ah! Branco, dá um tempo! Carta aberta ao senhor Miguel Falabella. *In: BLOGUEIRAS NEGRAS*. São Paulo, 10 set. 2014. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/ah-branco-da-um-tempo-carta-aberta-ao-senhor-miguel-falabella/>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de Racialidade**. A construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASAGRANDE M. R., NUNES, C. Entrevista com Creuza de Oliveira. *In: Blogueiras Negras*, São Paulo, 6 nov. 2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/entrevista-creuza-oliveira/> Acesso em: 20 jun. 2017.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

COLLINS, P. H. Epistemologia feminista negro. *In: BERNARDINO-COSTA, J., TORRES-MADONADO, N; GROSFUGUEL, R. (Org.). Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2019b.

COULDRY, N.; HEPP, A. **A construção mediada da realidade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

GOMES, M. De Mucama a Doméstica, um breve relato da mulher negra contemporânea. **Blogueiras Negras**, Fortaleza, 19 jun. 2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/de-mucama-a-domestica-um-breve-relato-da-mulher-negra-contemporanea/> Acesso em: 30 mar. 2017.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

HJARVARD, S. Miatização: conceituando a mudança social e cultural. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014.

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Puc Rio, 2016.

MARTELETO, R. Epistemologia social e cultura digital: reflexões em torno das formas de escritas na web. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 9–25, 2015.

MARTELETO, R.; COUZINET, V. Mediações e dispositivos de informação e comunicação na apropriação de conhecimentos: elementos conceituais e empíricos a partir de olhares inter cruzados. **Revista Eletrônica de**



Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2013.

NUNES, C. Trabalho doméstico: ela é da família não é amor, é navalha na carne. **Blogueiras Negras**, São Paulo, 18 dez. 2013. Disponível em:<http://blogueirasnegras.org/trabalho-domestico-ela-e-da-familia>. Acesso em: 10 jun. 2017.

NUNES, C. Deixar de ser racista, meu amor, não é comer uma mulata! **Blogueiras Negras**, São Paulo, 10 set. 2014. Disponível em:<http://blogueirasnegras.org/trabalho-domestico-ela-e-da-familia>. Acesso em: 10 jun. 2017.

RAMOS, G. A PEC dos empregados domésticos e o processo secular da abolição da escravatura. **Blogueiras Negras**, Salvador, 28 mar. 2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/a-pec-dos-empregados-domesticos-e-o-processo-secular-de-abolicao-da-escravatura/>. Acesso em: 30 mar. 2017.

RIBEIRO, D. Vênus de Hotentote em qualquer lugar: a erotização da mulher negra. **Blogueiras Negras**, São Paulo, 23 dez. 2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/venus-hotentote-lugar-exotizacao-mulher-negra/>. Acesso em: 14 abr. 2017.

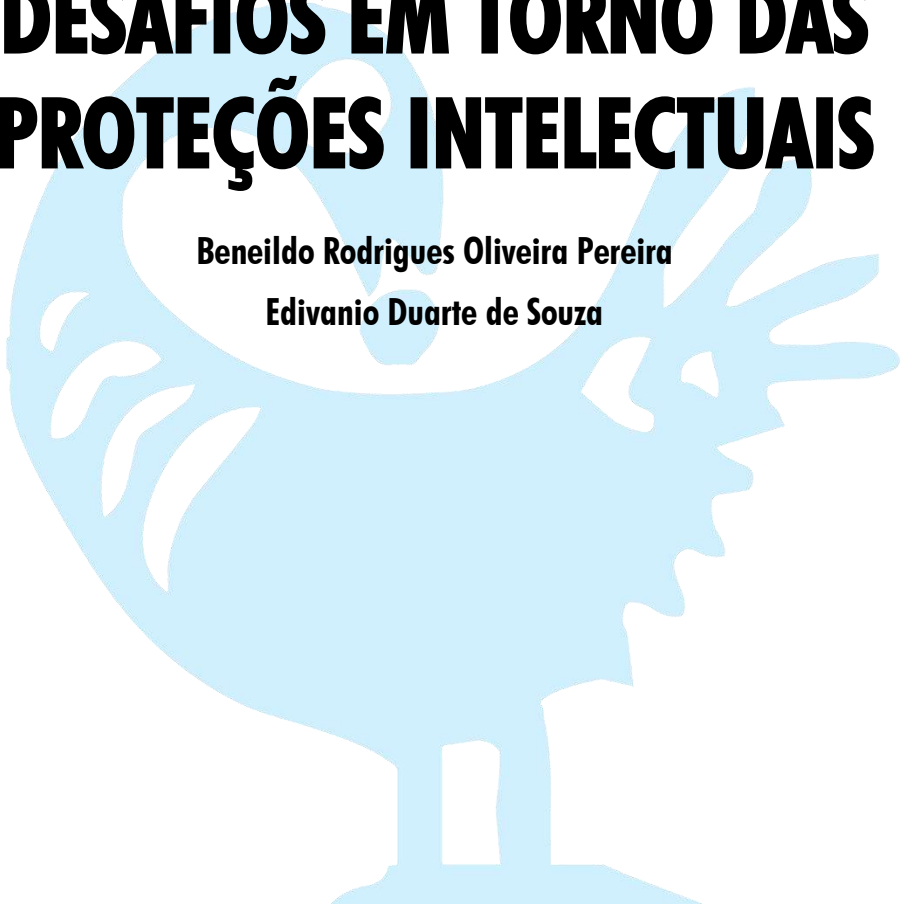
SANTOS, M. A. O Sagrado e o Profano: as mulatas e o racismo. **Blogueiras Negras**, Campinas, 13 dez. 2013. Disponível em: <http://blogueirasnegras.org/sagrado-profano-mulatas-racismo/>. Acesso em: 14 abr. 2017.



CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E PATENTES: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS EM TORNO DAS PROTEÇÕES INTELECTUAIS

Beneildo Rodrigues Oliveira Pereira

Edivanio Duarte de Souza



1 INTRODUÇÃO³²

As produções intelectuais dos povos e das comunidades tradicionais foram, historicamente, invisibilizadas pela ciência moderna. A colonização do saber propôs, nos entendimentos de Mignolo (2010) e Santos (2008), um pensamento universal sobre o que é ciência, descredenciando os demais conhecimentos que fugiam deste modelo global, como aqueles realizados por comunidades indígenas e quilombolas, legitimando apenas o que atendia aos reconhecidos critérios de racionalidade científica.

Em que pese a hegemonia deste modelo de racionalidade, a ciência atual, muitas vezes, apropria-se de conhecimentos de comunidades tradicionais para fundamentar invenções e protegê-las através de normas e de padrões de propriedade industrial, e, por vezes, não atribui o devido reconhecimento intelectual dos conhecimentos construídos ao longo dos anos por tais comunidades, tanto para discussão de apropriação e de preservação, quanto para a justa retribuição.

É certo que o desenvolvimento tecnológico, focado no biomercado, avistou na cultura tradicional associada à biodiversidade uma grande oportunidade financeira, uma vez que estas comunidades detinham conhecimentos ancestrais provenientes da inter-relação entre elas e o meio ambiente. Com efeito, esses conhecimentos, até então desprezados, passaram a representar um grande valor pela possibilidade de exploração econômica (KOCH, 2004).

Com a perspectiva de patenteamento e consequente exclusividade temporária de exploração, a regulação do uso destes conhecimentos apresenta pontos a serem discutidos, desde sua elaboração, ao categorizá-los como sujeitos de direito, desconsiderando os contextos histórico e cultural que estas comunidades têm no papel da preservação e do respeito à biodiversidade, à preservação de suas memórias, à dificuldade de negociação e à atribuição da propriedade legítima a essas

³² Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no XXII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), realizado no ano de 2022, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul.



comunidades, uma vez que a maioria destes é transmitida pela oralidade (FERES; MOREIRA, 2016; KOCH, 2004).

Entende-se a importância que o conhecimento científico representa para o desenvolvimento da Ciência, Tecnologia & Inovação (CT&I), mas discussões sobre o respeito aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade são especialmente importantes para proteção e para preservação da identidade dos povos originários, além da permanência de tais comunidades em seus ambientes, evitando-se o êxodo e a perda de saberes. A partir desse contexto, povoado de ambivalências e desafios, emerge uma série de questionamentos em torno dos impactos na manutenção da diversidade e dos benefícios coletivos, no contexto das proteções intelectuais, que envolvem a patente e os conhecimentos tradicionais.

Nessa perspectiva, objetiva refletir sobre impactos do patenteamento de conhecimentos tradicionais na apropriação de saberes coletivos. O fato é que ambos, patentes e conhecimentos tradicionais, se encontram sob o manto da proteção intelectual, mas em categorias distintas; a primeira protegida pela propriedade industrial e a segunda, pela proteção *sui generis*. Essa condição pode trazer uma série de desafios, quando refletida no contexto mais amplo da proteção da diversidade e dos benefícios, sobretudo, ao se considerar a complexa relação entre mercado e sociedades tradicionais.

Este capítulo realiza, por conseguinte, uma reflexão acerca dos conhecimentos científico e tradicional, diante do direito à proteção de propriedade intelectual e industrial, considerando as contradições e os desafios que cercam as proteções, bem como o respeito à memória e aos saberes construídos ao longo dos anos por povos e comunidades tradicionais, evitando-se a manutenção do que Shiva (2002) denominou de colonização intelectual.

Trata-se de se somar às reflexões acerca do processo de subalternização dos saberes, que tem como referência, em grande medida, a hegemonia da razão europeia como modelo de produção de conhecimentos. Para tanto, buscou-se, inicialmente, abordar as dicotomias entre "conhecimento científico" e "conhecimento não científico", e sua resignificação, ao passar do tempo, que evidencia as relações, aparentemente contraditórias, entre patentes



(conhecimentos científicos) e conhecimentos tradicionais (não científicos). Partindo deste ponto, discute-se acerca das relações de alinhamento e/ou de dominação existentes entre esses conhecimentos.

E, finalmente, estabelece-se algumas ponderações e considerações sobre os fatos levantados, especificamente, no que se refere aos aspectos críticos entre as proteções intelectuais de patentes e de conhecimentos tradicionais.

2 CONHECIMENTO CIENTÍFICO E CONHECIMENTO TRADICIONAL: A HERANÇA DA MODERNIDADE

Historicamente, o conhecimento científico e os conhecimentos classificados como tradicionais ou do senso comum, caminharam gradualmente em direções opostas, estabelecendo barreiras, reprimindo subjetividades e, de certa forma, limitando a observação e a aceitação de outros saberes por considerá-los irracionais e, por conseguinte, ilusórios.

Antes da chamada Revolução Científica no século XVII, as diversas formas de conhecimentos e saberes eram representadas de modo entrelaçado (STRACHULSKI, 2017). Posteriormente, impulsionada por estudiosos como Nicolau Copérnico, Galileu Galilei e Isaac Newton, a ciência provocou uma ruptura em sua forma de se relacionar e de enxergar o mundo, procurando se desconectar das emoções e das experiências (SANTOS, 2008). Essa preocupação em estabelecer uma fronteira entre conhecimentos tinha como objetivo a superação de entraves para a formação de um conhecimento considerado verdadeiro.

Bachelard (1996) ressalta que o conhecimento científico deveria se formar contra a natureza e expõe a necessidade de superação de obstáculos ligados aos conhecimentos pré-científicos. A ciência moderna, descrita pelo autor, distancia-se dos conhecimentos do senso comum, ocupando uma posição elitista e de único conhecimento verdadeiro, em comparação aos demais conhecimentos. Essa posição de ciência legitimava a dominação, a subalternização e, até mesmo, a exclusão de outras fontes de conhecimento que não faziam parte de um conjunto de ideias não ocidentais. Com efeito, "A colonialidade do saber estabeleceu a



ciência moderna como o ponto zero, apagando um conjunto de saberes dos povos, que foram elaborados ao longo de milênios.” (WEDIG, 2021, p. 337).

Santos (2008, p. 17) destaca que a ciência moderna deixou “[...] os cálculos esotéricos dos seus cultores para se transformar no fermento de uma transformação técnica e social sem precedentes na história da humanidade.”. Ela estava regida por um modelo global de racionalidade científica que demarcou “[...] fronteiras ostensivas e ostensivamente policiadas [...]” (SANTOS, 2008, p. 21) aos conhecimentos do senso comum, também chamados de não-científicos.

Essa visão de ciência moderna põe em xeque os demais conhecimentos por considerá-los ilusórios, excluindo a possibilidade de abertura a um novo conhecimento mais autônomo, justo e diverso. Porém, como contraponto, Santos (2008, p. 54) ressalta que este conhecimento científico marcado pelo elitismo “[...] ganha em rigor e perde em riqueza [...]” além de encobrir “[...] os limites da nossa compreensão do mundo e reprime a pergunta pelo valor humano do afã científico assim concebido.” (SANTOS, 2008, p. 74).

Esta divisão entre ciência e não ciência, científico e tradicional, racional e irracional, entre outros, foram conceitos criados com o intuito de se estabelecer uma dicotomia de saberes e uma desqualificação de conhecimentos não-ocidentais, fortalecendo a ideia de domínio sobre povos e comunidades, cooperando para o que Santos e Meneses (2009) classificaram, posteriormente, como epistemicídio, ou seja, o apagamento ou a supressão do conhecimento não racional ou, em outros termos, “alienígena”.

A ideia do mundo europeu e mais largamente ocidental era a de que toda a razão, sabedoria e verdade estavam concentradas na civilização ocidental. As outras nações e civilizações eram atrasadas e infantis, nelas não havia a sabedoria real, mas unicamente mitologia e, ainda, valorizada como superstição. Por essa razão, havia um desprezo total. (TERENA, 2010, p. 27).



Este modo de pensar a ciência, atravessou continentes e séculos, trouxe impactos às diversas áreas de conhecimentos, como, por exemplo, à Ciência da Informação, que apesar de ter surgido no século XX como uma ciência essencialmente transdisciplinar (SILVA; FREIRE, 2012), tinha um enfoque em ciência eurocêntrica, voltada a interesses pela informação de setores hegemônicos. (AGUILAR, 2009).

Segundo Gonçalves e Mucheroni (2021, p. 6), o conhecimento científico moderno pautado no discurso de universalidade de saber “[...] traz uma falsa impressão de cooperação mútua de conhecimento e aculturações de diálogos em equidade [...]”, que contraditoriamente, só reforçava a imposição do “pensamento eurocêntrico”.

É inegável a revolução que a ciência moderna causou a partir de suas novas observações e seus novos delineamentos. Santos e Meneses (2009, p. 11) ressaltam, nesse sentido, que ela não foi “[...] nem um mal incondicional nem um bem incondicional [...]”, apenas distinta e resistente em se tratando da validação de outras fontes de informação e da pluralidade cultural.

Aos olhos do colonialismo, a dignidade da existência do Novo Mundo foi reconhecida, apenas, na sua capacidade de incorporar-se às luzes da moral cristã, da mentalidade capitalista e do racionalismo progressivo do mundo industrial, em sua insaciável voracidade por recursos naturais, cada vez mais distantes. (STROH, 2010, p. 12).

A invisibilidade que o saber científico impôs fragilizou e, muitas vezes, impossibilitou a preservação e a importância dos demais conhecimentos, especialmente os que são produzidos na oralidade, como é o caso das comunidades indígenas, e prejudica, sobremaneira, a preservação e a disseminação destas informações (GONÇALVES; MUCHERONI, 2021). É forçoso reconhecer que o patrimônio intangível ou imaterial destes povos e comunidades tradicionais foi diminuído diante da preponderância do interesse de uma sociedade moderna, que valoriza a natureza econômica da informação e não o seu conjunto.

É certo ainda afirmar que, como todo sistema orgânico, os paradigmas relacionados à visão de ciência anteriormente



apresentada vêm sendo, de certa forma, superados com o passar do tempo, seja por necessidade de novo olhar em relação a conhecimentos até então ignorados ou, como bem ponderou Stroh (2010), por interesses comerciais e tecnológicos. Sendo assim, pode-se citar, por exemplo, a etnociência, que surgiu a partir da metade do século passado e tem como essência a análise integrada entre o social e o natural, estabelecendo um diálogo entre diferentes sujeitos, em sua maioria, comunidades tradicionais. Este movimento instiga que os cientistas vejam o “outro” sob uma nova perspectiva, mas que estes também possam se observar enquanto pesquisadores e transformadores da realidade, considerando que esse alinhamento de diálogos na ciência pode enriquecer o conhecimento científico (CYPRIANO; TEIXEIRA, 2017).

No domínio específico da diversidade de conhecimentos, outro elemento importante, nesta discussão, diz respeito aos movimentos crescentes de decolonização dos saberes, que, como ponderou Mignolo (2001), visa reinscrever, na história da humanidade, tudo aquilo que, de algum modo, foi oprimido e subalternizado, a partir de diversos marcadores sociais, tais como gênero, língua, raça e sexo, entre outros. Trata-se, a rigor, de romper com os padrões hierárquicos coloniais, que, forjados nas lógicas de concentração e dominação de capital, de poder e de saber, fundaram e mantiveram historicamente toda modernidade.

Pode-se perguntar se há avanços em relação à superação da percepção do valor do científico e do não científico, sobretudo, quando se trata da informação e do conhecimento, a partir de uma perspectiva econômica em oposição aos valores tradicionais. E, de outro modo, se a ideia de uma ciência positivista ainda se reflete nas ações políticas e legislativas no que tange ao direito de propriedade industrial. Estas reflexões que se alinham aos saberes transculturais são necessárias, uma vez que estes representam a cultura e a memória de povos e comunidades tradicionais, e que não devem ser descredenciadas pelo simples desconhecimento.



3 PATENTES E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS: DESAFIOS DA PROTEÇÃO INTELECUAL

Preliminarmente, é importante considerar que as proteções intelectuais têm como base a função social da propriedade e se classificam, de modo geral, em direito autoral, propriedade industrial e proteção *sui generis*.

Dentre o rol de proteções industriais, destaca-se a patente, que concede o direito de impedir, por prazo determinado, que outros possam vender e produzir sem o consentimento do detentor da propriedade.

A patente é um título de propriedade temporária sobre uma invenção ou modelo de utilidade, outorgado pelo Estado aos inventores ou autores ou outras pessoas físicas ou jurídicas detentoras de direitos sobre a criação. (BRASIL, 2020a).

De acordo com Thimóteo Júnior (2003), no documento "Patente: história e futuro", elaborado pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), o registro da primeira patente outorgada se deu em 1474, na Ilha de Murano, em Veneza, que tinha como objetivo a proteção de processo de fabricação em escala de peças de vidros que eram tratadas e moldadas de formas bastante distintas. O monopólio dos processos de fabricação aos artistas da ilha trouxe grandes vantagens econômicas e a garantia de proteção e difusão de técnicas de produção. Em relação à primeira patente, esse autor ainda esclarece:

Aquele pedaço de papel descrevia informações que, acumuladas ao longo do tempo em diversas áreas do conhecimento humano, se transformariam numa espécie de enciclopédia da vida sobre a Terra. (THIMÓTEO JÚNIOR, 2003, p. 10).

Considerando-se exclusivamente a patente, as informações têm, em sua essência, a intenção de desenvolvimento econômico e aplicabilidade industrial (produção em escala). Tais características se mantiveram ao longo dos anos e se encontram presentes na Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula direitos e obrigações



relativos à propriedade industrial, ao estabelecer: “art. 8º É patenteável a invenção que atenda aos requisitos de novidade, atividade inventiva e aplicação industrial.” (BRASIL, 1996). No entanto, essa vantagem deve ser vista com cautela para evitar a apropriação monopolística de recursos biológicos e de conhecimentos aplicados a eles (FERREIRA, 2015, p. 6) ou o bioimperialismo. O fato é que ativos intangíveis são cada vez mais importantes para as estratégias das empresas e a concessão de uma patente permite a esta o direito exclusivo de exploração por até 20 anos. “Na nova colonização através da engenharia genética e do patenteamento da vida, todo ser vivo é uma colônia em potencial – dos micróbios ao homem.” (SHIVA, 1996, s.p.).

O atual sistema internacional para a proteção da propriedade intelectual foi elaborado durante a época do esclarecimento e da industrialização no Ocidente, tendo se desenvolvido subsequentemente em função das necessidades sentidas pelas sociedades tecnologicamente avançadas. (WIPO, 2016a, p. 1).

A necessidade de um olhar para os povos e as comunidades tradicionais veio posteriormente, estimulado pelos países em desenvolvimento. Assim, as informações, os conhecimentos e as práticas, individuais ou coletivas, de comunidades originárias, tais como indígenas e quilombolas, passaram a ser objeto de discussão e de proteção intelectual. Ocorre que, por ter uma natureza dinâmica, estes conhecimentos não são fáceis de definir. (WIPO, 2016a). Então, faz-se necessário esclarecer que os conhecimentos tradicionais, dentro do arcabouço legal, são considerados proteções *sui generis*, ou seja, indicam algo único, peculiar. E, por essa característica, possuem uma proteção híbrida, tanto em relação ao direito de propriedade industrial quanto ao direito autoral. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2007).

Segundo o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu art. 3º, inciso I, povos e comunidades tradicionais são definidos como:



[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, s.p.).

Nesse diapasão, o conhecimento tradicional não deve ser compreendido por sua antiguidade, mas como resultado de descobertas, práticas, ações e expressões culturais diversas, “[...] desenvolvido, sustentado e transmitido de geração em geração dentro de uma comunidade, muitas vezes fazendo parte de sua identidade cultural ou espiritual.” (WIPO, 2016a, p. 1). Com efeito, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) aborda estes conhecimentos em três áreas, sendo elas: os conhecimentos tradicionais no sentido estrito (conhecimentos técnicos, práticas, aptidões e inovações relacionadas, entre outros, à biodiversidade, à agricultura e à saúde), expressões culturais tradicionais/expressões do folclore (manifestações culturais, como, por exemplo, músicas, artes, desenhos, símbolos e representações ou execuções) e recursos genéticos (material genético proveniente de plantas, animais e microrganismos) (WIPO, 2016a).

O Brasil dispõe de instrumentos legais para proteção do conhecimento tradicional de povos indígenas, comunidades tradicionais ou dos agricultores tradicionais, tais como a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que regulamenta a Biodiversidade, e o Protocolo de Nagoya, ratificado pelo Decreto Legislativo nº 136, de 11 de agosto de 2020, que regulamenta o acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização à convenção sobre diversidade biológica (BRASIL, 2015, 2020a).

O projeto da Lei da Biodiversidade, como esclarece Wedig (2021, p. 335):

[...] foi elaborado por membros do estado, das indústrias farmacêutica, de cosméticos e alimentar, além de cientistas



de instituições de pesquisa, sem a realização de consulta prévia aos povos e às comunidades tradicionais [...].

O fato de estes povos e comunidades serem excluídos do processo pelo qual serão impactados ainda reflete a marca de colonialidade do saber, em que populações são invisibilizadas por não se enquadrar no modelo científico racional hegemônico.

Estes grupos tradicionais, porém, têm organização social própria e relação peculiar com o meio no qual se encontram inseridos, e, nesta perspectiva, quando a legislação os categoriza como sujeitos de direito com a finalidade de acordos econômicos para utilização de sua sabedoria, essas populações são invisibilizadas e “[...] reduzidas a um receptáculo de mandamentos de otimização e imperativos categóricos [...]” (FERES; MOREIRA, 2016, p. 256).

Shiva (2002, p. 180-181) fez críticas à Convenção sobre a Biodiversidade, ponderando que ela tem “[...] uma ênfase excessiva nas patentes e uma ênfase insuficiente nos direitos de propriedade intelectual e ecológica dos povos nativos e comunidades locais.”. Feres e Moreira (2016, p. 264, grifos dos autores) acrescentam que na aprovação do marco da biodiversidade o principal discurso foi o de “[...] ‘ganhar uma corrida’ com relação à produção de biotecnologia, ao passo que pouco se fala com relação às consequências dessa ‘corrida’ para as comunidades tradicionais.”.

É inegável a importância da proteção de bens de propriedade intelectual e do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico, mas o *know-how* que as empresas possuem deve ser regulado para que a lucratividade e o controle social com a proteção de materiais genéticos e conhecimentos milenares das comunidades tradicionais não sejam mascarados de proteção de biodiversidade e aumento de produtividade. (SHIVA, 2002).

Nesse horizonte, Feres e Moreira (2016, p. 264) defendem “[...] a necessidade de se resignificar o viés interpretativo que se impõe sobre o tradicional [...]”, inicialmente, e a necessidade de se criar mais oportunidades para discussão sobre os impactos históricos e ambientais diante das solicitações destes tipos de patentes, além de ponderar sobre o:



[...] abissal sistema patentário, o qual exclui comunidades tradicionais da caracterização imperativa da ciência, mas ao mesmo tempo se apropria desse conhecimento posto como não-ciência para fundamentar as invenções da modernidade [...]. (FERES; MOREIRA, 2016, p. 264).

Além de iniciativas políticas e legislativas, segundo a WIPO (2016b), há demandas com vistas à criação de bases de dados, com o intuito de preservação e de possível divulgação destes conhecimentos, em adição à sua utilização na gestão da proteção intelectual.

É possível detectar interesses distintos entre o direito à patente e o direito à proteção aos conhecimentos tradicionais, em que a legislação oportuniza a exploração sob uma ótica de proteção da biodiversidade, resguardando a biopirataria e a pilhagem de conhecimento. Torna-se essencial assegurar que estes conhecimentos não sejam desvinculados de seus criadores, mas que estes possam ser beneficiados pelo transbordamento tecnológico de seus conhecimentos.

A informação e o conhecimento refletem características de concentração, dominação e subalternização, apesar de todo arcabouço legal existente. Há de se dar voz e visibilidade a estas comunidades, para que não somente elas possam se beneficiar, mas também para aqueles que estão fora possam compreender a informação, advinda dos conhecimentos tradicionais, como resultado das várias interações sociais, muitas vezes, seculares, e que vão além do que pode ser descrito.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento científico, apesar de ter passado por crises e rupturas paradigmáticas, nos séculos XIX e XX, tornando-se uma ciência mais plural, com reconhecimento da multiplicidade de conhecimentos, ainda não se encontra representada nos diálogos referentes à proteção de parte de conhecimentos produzidos em diferentes setores sociais. Em uma breve reflexão, constata-se uma série de condições que evidenciam lacunas, ambivalências, contradições e desafios na proteção intelectual desses conhecimentos. Esse entendimento se faz bastante presente nas



reflexões e nas discussões acerca das proteções referentes à patente e aos conhecimentos tradicionais.

Do ponto de vista legal, observam-se lacunas em relação à proteção dos conhecimentos de povos e comunidades tradicionais, diante da concessão de patentes, permitindo que empresas, muitas vezes estrangeiras, subtraíam e protejam informações pertencentes à determinada comunidade, fazendo uso da biodiversidade nacional, desconsiderando os impactos econômicos e socioambientais provenientes desta outorga. De modo geral, observa-se que há interesses colidentes entre o direito à patente e o direito à proteção aos conhecimentos tradicionais. Ocorre que, muitas vezes, a legislação possibilita a exploração sob uma ótica de proteção da biodiversidade, abrigando, por vezes, a biopirataria e a pilhagem de conhecimento.

Além disso, do ponto de vista social e epistemológico, é perceptível que a visão elitista da ciência ainda resiste, impondo barreiras a outros conhecimentos que só são reconhecidos quando há interesses econômicos para sua apropriação, mas não considera o meio e as relações destes povos na construção destes conhecimentos, que são a sua essência. Por outro lado, a reflexão em relação à aproximação destes múltiplos conhecimentos tornaria o senso comum menos supersticioso e a ciência mais inteligível (SANTOS; MENESES, 2009), preservando conhecimentos que foram historicamente reprimidos por sua forma de ver e de se relacionar com o mundo.

Considera-se, por fim, que é notória a necessidade de discussões mais aprofundadas referentes ao direito de patente relacionadas aos conhecimentos tradicionais para preservação da cultura destes povos e da biodiversidade, seja através de normas legais mais igualitárias visando à valorização da multiplicidade de saberes, seja pelo uso de bases de dados com informações que impeçam a utilização indevida de tais conhecimentos e recursos biológicos, vislumbrando um cenário biodemocrático, tanto econômico quanto informacional. Em última análise, essas atitudes contribuiriam com a superação de algumas contradições e do estado de subalternização em que se encontram os povos originários e as suas culturas tradicionais.



REFERÊNCIAS

AGUILAR, A. O indigenismo na era da informação. **Ponto de acesso**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 158-191, 2009.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. 316 p.

BRASIL. Ministério da Economia. Patente. **Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)**, 2020a. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/perguntas-frequentes/patentes#patente>. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996**. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em 02 jun. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13123.htm. Acesso em: 02 jun. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto Legislativo nº 136, de 11 de agosto de 2020**. Aprova o texto do Protocolo de Nagoia sobre acesso a recursos genéticos e repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização à Convenção sobre Diversidade Biológica, concluído durante a 10ª Reunião da Conferência das Partes na Convenção, realizada em outubro de 2010 (COP-10), e assinado pelo Brasil no dia 2 de fevereiro de 2011, em Nova York. Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-legislativo-271715400>. Acesso em: 02 jun. 2023.

CYPRIANO, R. J.; TEIXEIRA, R. D. B. L. Etnociência da Ciência: a busca por simetria na pesquisa científica. **Interthesis**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 1-13, set./dez. 2017.



FERES, M. V. C.; MOREIRA, J. V. F. Direito de patente e a invisibilidade do conhecimento tradicional. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, [s.l.], v. 3, p. 248-266, 2016.

FERREIRA, J. P. S. **Bioimperialismo e Direito de Propriedade Intelectual**: disputas pelo acesso ao cupuaçu e ao conhecimento tradicional. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

GONÇALVES, R. A.; MUCHERONI, M. L. O que é epistemicídio? Uma introdução ao conceito para a área da Ciência da Informação. **Liinc Em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, v. 2, p. 1-12, nov. 2021.

KOCH, F. S. **Patenteamento de seres vivos**: a nova colonização na apropriação da biodiversidade e do conhecimento tradicional a ela associado. Curitiba, 2004.

MENEZES, A. H. N. *et al.* **Metodologia científica**: teoria e aplicação na educação à distância. Petrolina-PE, 2019.

MIGNOLO, W. Coloniality of power and subalternity. *In*: RODRIGUEZ, I. (Org.). **The Latin American subaltern studies reader**. Durham: Duke University Press, 2001. p. 424-444.

MIGNOLO, W. **Desobediência epistêmica**: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. Buenos Aires: Del Signo, 2010. 126 p.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 92p.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. Introdução. *In*: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (org.). **Epistemologias do sul**. Coimbra, 2009. p. 9-19.

SHIVA, V. A nova colonização genética. [Entrevista concedida a] SANTOS, Laymert Garcia dos **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 de jul. de 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/4/07/mais/8.html>. Acesso em: 02 jun. 2023.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2002.

SILVA, J. L. C.; FREIRE, G. H. A. Um olhar sobre a origem da ciência da informação: indícios embrionários para sua caracterização identitária. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 17, n. 33, p. 1-29, 2012.



STRACHULSKI, J. Ciência e conhecimento tradicional: a (re)aproximação entre saberes. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, jul./set. 2017.

STROH, P. Y. Introdução. *In*: MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 9-12.

TERENA, M. "Itinenóe Purutuíhako, Ainapó Nhakóe Ambenha Nhánheke, Vookuke Gonhuhótimo Kali Inzonéo, Kuánemaka Kali Émó-Hum, Enómone Vomixóne Ihái Vovokuké". *In*: MORIN, E. **Saberes globais e saberes locais: o olhar transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p. 15-34.

THIMÓTEO JÚNIOR, W. **Patentes: história e futuro**. Brasília: Espaço da Comunicação, 2003. 41p.

WEDIG, J. C. "Conhecimento não se vende": a colonialidade e o embate de perspectivas sobre os conhecimentos tradicionais. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 334-343, maio/ago. 2021.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). Conhecimentos tradicionais e propriedade intelectual. **Nota Informativa**, n. 1, 2016a. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_tk_1.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). O desenvolvimento de uma estratégia nacional sobre a propriedade intelectual, os conhecimentos tradicionais e as expressões culturais tradicionais. **Nota Informativa**, n. 3, 2016b. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_tk_3.pdf. Acesso em: 02 jun. 2023.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Conhecimento tradicional e propriedade intelectual nas organizações multilaterais. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 39-55, jan./jun. 2007.



**REFLEXÕES CRÍTICAS
SOBRE A
INTERCULTURALIDADE NA
ORGANIZAÇÃO DO
CONHECIMENTO: UM
DIÁLOGO ENTRE
CATHERINE WALSH E
NATALIA DUQUE
CARDONA**

Dirnele Carneiro Garcez

Rodrigo de Sales



1 INTRODUÇÃO

O objetivo central desta pesquisa³³ é explorar como a Interculturalidade crítica pode ser aplicada na Organização do Conhecimento, na Biblioteconomia e Ciência da informação. Para alcançar essa compreensão, foi realizada uma análise do diálogo entre a Interculturalidade e a Organização do Conhecimento, a partir das principais referências teóricas e científicas de Catherine Walsh, pedagoga estadunidense, e Natalia Duque Cardona, bibliotecária afro-colombiana. A Interculturalidade e seus estudos vêm a cada dia ocupando mais espaço em diversas áreas da sociedade, embora seja um caminho denso e tortuoso de se trilhar. Definir efetivamente essa perspectiva é uma tarefa difícil, uma vez que sua própria historicidade cria discussões e posicionamentos acerca de sua configuração como se fosse “objeto de convergências e divergências teóricas em que o compromisso político é um elemento recorrente que confirma o caráter crítico de sua abordagem” (BELTRÁN, 2015; QUINTEROLÓPEZ, 2021 p. 78). Natalia Duque Cardona, María Restrepo Fernández e Camila Velásquez Yepes (2021) inferem que o enfoque dos estudos interculturais tornou possível assumir a perspectiva crítica da Interculturalidade como caminho, conceito e ação. No entendimento das autoras, a Biblioteconomia ainda carece de uma ciência viva, ativa e dinâmica capaz de identificar as necessidades existentes conforme o contexto em que está inserida, e através dessa perspectiva, proporcionar melhorias para a comunidade. Foi mediante as análises da Interculturalidade crítica que se tornou possível retomar o entendimento sobre a história do livro, da leitura, da biblioteca e de dispositivos culturais que atendiam “à constituição de instituições culturais para a estruturação de uma memória nacional herdeira dos valores, crenças e princípios do colonialismo” (DUQUE CARDONA; RESTREPO FERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ YEPES, 2021, p. 209). Dessa forma, a Interculturalidade pode ser vista como uma alternativa de enfrentamento à colonialidade por tornar possível a articulação de uma gama de saberes e sua utilização no confronto ao pensamento colonial,

³³ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



podendo ser abordada, inclusive, na Organização do Conhecimento (OC) (WALSH, 2009; 2012; BELTRÁN, 2015).

Para Nestor García Canclini (2004, p. 101), nas pseudocertezas etnocêntricas ou disciplinares, a Interculturalidade é o campo de estudo mais indagador encontrado até hoje, pois busca "através da investigação empírica das relações interculturais e da crítica autoreflexiva das forças disciplinares [...] pensar a partir do exílio. Estudar cultura requer [...] tornar-se um especialista em interseções". Em vista disso, a Interculturalidade torna-se um meio para planejar em conjunto as estratégias culturais na busca pelo desprendimento das narrativas eurocêntricas e a superação dos cerne coloniais ainda atuantes através da colonialidade e suas esferas, a saber: colonialidade do saber, colonialidade do ser, colonialidade do poder, colonialidade da natureza e colonialidade da linguagem (MIGNOLO, 2005; LUGONES, 2014; URQUIZA; CALDERONI, 2017; FERREIRA, 2020). Como podemos observar, o pensamento intercultural não é novo e se constrói em diversas áreas do conhecimento, inclusive na Ciência da Informação. A estrutura deste estudo é organizada da seguinte forma: primeiramente, iniciamos explorando a noção de Interculturalidade por meio das perspectivas de investigadores do Sul global.

Na segunda parte, enfatizamos a abordagem da Interculturalidade crítica por Catherine Walsh, enquanto, na terceira parte, destacamos a abordagem da Interculturalidade no campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação, principalmente através das contribuições de Natalia Duque Cardona.

Por fim, buscamos estabelecer uma conexão entre a Interculturalidade e a Organização do Conhecimento, com o objetivo de identificar como essa abordagem pode ser criada a este espaço investigativo da OC. O estudo foi realizado por meio de uma revisão bibliográfica qualitativa, que utilizou um exercício de interpretação para aproximar a ideia de interculturalidade aos campos da CI e da OC. O corpus bibliográfico foi composto por artigos científicos, livros, capítulos de livros e outras referências bibliográficas relacionadas ao campo biblioteconômico-informacional.



2 A INTERCULTURALIDADE E OS OLHARES DO SUL

A Interculturalidade pode ser entendida como um processo que atua na construção de outros poderes, saberes, seres e vivências que vai além das intenções de uma filosofia intercultural. Trata-se do ato de justificar a inclusão dos excluídos em estruturas educacionais, disciplinares e de pensamento, uma vez que se diz ser universal, mas perpetua comportamentos racializados e excludentes (WALSH, 2009). Joaquín Beltrán (2015) destaca que a Interculturalidade surge como um novo paradigma responsável por apregoar a equidade de grupos distintos através do diálogo e do consenso que determina e desenha a sociedade e a diversidade cultural. Além disso, pode ser definida como um projeto que visa compreender a vida em sociedade a partir de ferramentas criadas para desvendar a sua complexidade. Essa forma de entendimento das relações evidencia “o respeito e o direito à diferença e denuncia as visões essencialistas que justificam a xenofobia, o racismo, a marginalização e a exclusão em nome da cultura” (BELTRÁN, 2015, p. 12).

Além de ser compreendida como uma política de fortalecimento dos saberes tradicionais, a Interculturalidade também é uma estratégia de harmonia e estima às diferenças de múltiplas culturas, tendo como seu principal propósito possibilitar a troca recíproca entre costumes em condições de igualdade (URQUIZA; CALDERONI, 2017; CORTEZ; APRIGIO, 2021). Como princípio epistêmico, a Interculturalidade devolve as possibilidades ao saber do “outro”, que passa a ser visto como uma direção anteposta à edificação dos saberes apresentados como pós-coloniais, e tem como objetivo possibilitar a “coexistência e interrelação de várias culturas e identidades em um mesmo espaço ou formação social” (BELTRÁN, 2015, p. 12; URQUIZA; CALDERONI, 2017).

Há distinções entre a Interculturalidade latino-americana e a Interculturalidade desenvolvida por países do continente europeu, uma vez que, na Europa, a Interculturalidade é usada como forma de pensar a integração de imigrantes de países pertencentes a África e as Américas. Na América Latina, a discussão sobre a Interculturalidade vincula-se aos povos indígenas, a população



originária do continente, sendo estes habitantes locais antes do processo de colonização (REPETTO, 2019). A diversidade é entendida como a coexistência de múltiplas e diferentes ideias em um mesmo espaço, no qual os paradigmas da heterogeneidade e da homogeneidade se sobrepõem (BARRETO; REIS, 2011). Para Fleuri (2006, p. 06), a diversidade é representada por “uma retórica radical da separação de culturas totalizadas, que se fundamentam na utopia de uma memória mítica de uma identidade coletiva única”. Desta forma, o paradigma da diversidade se constrói na busca da compreensão e abarcamento de uma maior diversidade de culturas. A seguir, será apresentada a Interculturalidade a partir da ótica de Catherine Walsh.

3 O PENSAMENTO SOBRE INTERCULTURALIDADE EM CATHERINE WALSH

A abordagem da Interculturalidade no contexto europeu é significativamente diferente da abordagem da América Latina, uma vez que a Europa tem sido historicamente um centro de dominação global e de imposição da modernidade e da colonialidade. Por outro lado, a América Latina destaca a importância de uma abordagem interligada em termos de luta, poder e decolonialidade (WALSH, 2012; REPETTO, 2019). A Interculturalidade é resultado do empenho dos movimentos sociais e políticos de ancestrais que lutaram pelas reivindicações de direitos, reconhecimento e transformação social. Além de também estar associada aos projetos globais de poder, capital e de mercado, atua como suporte no domínio nacional, inter e transnacional de instituições e de cooperação (WALSH, 2012). Walsh entende que a Interculturalidade “só terá sentido, impacto e valor quando for assumida criticamente, como ação, projeto e processo que busca intervir na refundação das estruturas e ordens da sociedade que racializam, inferiorizam e desumanizam” sendo estas práticas oriundas da colonialidade do poder (WALSH, 2012, p. 62). Para a autora supracitada, a Interculturalidade ocorre em três perspectivas distintas, sendo elas, a perspectiva relacional, a funcional e a Interculturalidade crítica. A perspectiva relacional se refere à troca entre diferentes culturas, atores, práticas, saberes, tradições etc., ocorrendo em condição de igualdade ou



desigualdade social. Porém, essa perspectiva acaba encobrindo conflitos e situações de poder e dominação, limitando a Interculturalidade aos relacionamentos individuais, ocultando as demais estruturas da sociedade e diferenças culturais (WALSH, 2012). A perspectiva funcional, apoiada pelas abordagens de Fidel Tubino, advogado e filósofo peruano, defende que a Interculturalidade está internamente envolvida em reconhecer as diferenças e diversidades culturais com a ideia de incluir nas estruturas sociais já estabelecidas os grupos historicamente excluídos. Essa perspectiva é vista como liberal, uma vez que a Interculturalidade é "funcional" ao sistema existente, pois não questiona as assimetrias e desigualdades sociais e culturais, atuando de forma harmoniosa ao modelo neoliberal vigente. Sendo assim, por não buscar a criação de sociedades mais justas e igualitárias, mas sim o domínio dos conflitos étnicos, essa prática realizada através do reconhecimento e respeito à diversidade é vista como uma nova estratégia de dominação (WALSH, 2012). A terceira perspectiva é a Interculturalidade crítica, que se dedica ao problema estrutural-colonial-racial e sua relação com o capitalismo de mercado, partindo do poder, do seu padrão de racialização e da diferença que foi estabelecida em função dele. Essa perspectiva é para Walsh (2012) um apelo de e pelos povos que foram subjugados e subalternizados historicamente, junto a todos que se empenham pela refundação, descolonização social e pela construção de outros mundos. Dessa forma, a questão que direciona a Interculturalidade não é a diversidade étnico-cultural, e sim o enfrentamento à "diferença construída como padrão de poder colonial que continua a transcender praticamente todas as esferas da vida" (WALSH, 2012, p. 65).

3.1 Interculturalidade Crítica

Destaca-se que a ênfase do presente estudo está voltada a esta terceira perspectiva de interculturalidade. A Interculturalidade crítica teve suas origens nas discussões políticas desencadeadas pelos movimentos sociais contra-hegemônicos, apoiadas pelo seu posicionamento em relação ao "problema estrutural-colonial-



capitalista e sua ação de transformação e criação" (WALSH, 2009, p. 22).

Walsh (2009) defende que a Interculturalidade crítica possa ser usada como ferramenta pedagógica por ser capaz de refutar os processos de racialização, subalternização, inferiorização e os padrões de poder exercidos por eles. Além disso, busca a criação e expansão de perspectivas que pensem a articulação e o diálogo com as diferenças apoiadas pela legitimidade, a dignidade e respeito, sem excluir os diferentes modos "outros" que ultrapassam as fronteiras (WALSH, 2009). Sendo assim, esse tipo de pensamento crítico constrói e modifica outros métodos de "poder, saber e ser" capaz de contrastar através da troca de pensamentos com o autêntico e o que é transformado (CRUZ-RÍOS, 2021, p. 27)

A Interculturalidade crítica é inegavelmente decolonial, pois visibiliza e confronta a colonialidade do poder e atua como um indagador para a sociedade contemporânea, não podendo ser reduzida a um processo, um projeto étnico, ou às diferenças entre si (WALSH, 2009; 2012). Walsh ainda destaca sobre a primeira e a segunda dimensões da Interculturalidade, sendo a segunda, a Interculturalidade funcional, atuante nas sociedades e Estados como fortalecedora dos dispositivos (branquitude, racismo, meritocracia etc.) e padrões de poder (patriarcalismo, eurocentrismo etc.) que perpetuam a desigualdade, contribuindo com os interesses neoliberais e o pensamento acrítico sobre os instrumentos e processos causadores de desigualdades. Já a Interculturalidade crítica parte do pensamento crítico de indivíduos submetidos aos processos históricos de submissão e obediência, os quais questionam o poder, seu padrão de racialização e a diferença colonial construída em função disso (WALSH, 2009). Nesse sentido, a Interculturalidade crítica pode ser assumida como uma prática política que visa solucionar o problema estrutural-colonial-racial por meio de transformações de estruturas, das relações em sociedade, das instituições, bem como da construção de condições distintas e melhores para todos. Ademais, a Interculturalidade crítica se preocupa com aqueles que resistem a práticas de desumanização e subordinação, ao mesmo tempo em que luta contra formas de apagamento, silenciamento e subalternização ontológica e epistemológica de povos e sujeitos



racializados. Dessa forma, está em sintonia com a decolonialidade, pois atua como uma ferramenta de denúncia para dispositivos de poder e estratégias que buscam construir relações radicalmente diferentes - de saber, ser, poder e vida. (WALSH, 2009).

3.2 Interculturalidade na BCI

No campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação (BCI), podemos elencar alguns trabalhos que dialogam com as diversas perspectivas elencadas por Walsh. Dentre os temas abordados, existem enfoques sobre: comunicação, mídia, imigração e interculturalidade (COGO, 2001); biblioteca escolar e interculturalidade (FURTADO; OLIVEIRA, 2012); comunicação em saúde, comunicação intercultural e interculturalidade (RAMOS, 2012); conhecimento, diversidade cultural, desigualdade social e interculturalidade (OLIVEIRA, 2014); mediação da informação, interculturalidade, populações indígenas e quilombolas (CHAVES; FREITAS, 2017a,b); gestão intercultural do conhecimento (BANISKI; CIESLAK, 2018); racismo, interculturalidade e corporeidade (CORTÉS; SALGUEIRO, 2019); saúde indígena, cosmologia, educação escolar indígena e interculturalidade (SANGALLI; SOUSA, 2020). Dos trabalhos destacados acima, fruto da busca realizada em maio de 2022 na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e na *Web of Science* (WoS), podemos dividi-las em categorias temáticas como Conhecimento (2), Saúde (2), Biblioteca Escolar (1), Emancipação (1), Comunicação (2) e Educação Intercultural (1). Para fins de elucidação sobre os enfoques – e respeitando o espaço estabelecido para exposição de ideias – podemos delimitar e descrever alguns desses estudos, a saber: O estudo de Andreia Sangalli e Neimar Machado de Sousa (2020) buscou identificar os impactos da COVID-19 em grupos indígenas do Mato Grosso do Sul, entendendo que a precarização de recursos ligados à saúde, informação e alimentação contribuem para propagação de doenças trazidas desde os tempos dos colonizadores, foram (e ainda são) disseminadas facilmente para esses povos tradicionais através da convivência entre essas culturas e a falta de políticas de saúde capazes de preservar e cuidar desses povos. Dessa forma, através



da interculturalidade e da interdisciplinaridade foi possível desenvolver processos informacionais voltados para esses grupos, desvencilhando-se das amarras impostas pelo colonizador de que o conhecimento de povos indígenas seria ífero se comparado aos europeus. Em outra perspectiva, Carla Silva Machado, Keite Silva de Melo e Mirna Juliana Santos Fonseca (2018) propõem, a partir do pensamento de Fleuri (2003) e Candau (2011), a construção de uma educação intercultural capaz de conectar identidades de povos distintos, possibilitar a manutenção de relações e a troca entre os diferentes grupos culturais. Para isso, o desenvolvimento de atividades escolares se dá através das mídias sociais relacionando temáticas interculturais por meio da interculturalidade crítica e tornando a área escolar um ambiente capaz de oportunizar relações mais equânimes entre as pessoas. Gislaíne Martinelli Baniski e Rubens Cieslak (2018) defendem a interculturalidade como um fenômeno para além de sua influência econômica e mundial, que possibilita a aproximação entre diferentes culturas, dessa forma, em seu estudo buscaram compreender como esse fenômeno e as suas dimensões influenciam as práticas de gestão de conhecimento na multinacional da Volvo no Brasil. A interculturalidade é entendida por Lúcia Oliveira (2014) sob uma ótica de confronto e de troca entre grupos que se relacionam através dessa estrutura a qual possibilita a superação das desigualdades, e o reconhecimento e a coexistência de diferentes culturas e conhecimentos. Tracey Bretag (2006) infere que a interculturalidade possibilita o desenvolvimento mútuo e contínuo, além de transformações realizadas por meio de diálogo entre indivíduos, independentemente de suas origens socioculturais-linguísticas. É possível observar que as pesquisas citadas anteriormente corroboram com o discurso de Walsh, uma vez que o que foi descrito como interculturalidade se volta para projetos criados para visibilizar, dar voz e oportunizar trocas recíprocas entre diferentes culturas. Além disso, vão ao encontro da ecologia de saberes proposta por Santos (2006, p. 154) a qual se refere a “um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade da diversidade e da globalização contra hegemônicas que pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer”. Assim, a interculturalidade se relaciona com a ecologia de saberes uma vez



que cria relações que possibilitam novas transformações, trocas, inclusão e fortalecimento de povos socialmente excluídos. Ainda no campo da BCI, e agora pensando a relação entre interculturalidade, ecologia dos saberes e as diversidades culturais, destacamos o pensamento da pesquisadora e bibliotecária afro-colombiana, Natalia Duque Cardona. Em nosso entendimento, Duque Carona é quem tem promovido, por meio de estudos críticos interculturais, uma construção dialética entre conceitos dentro da Ciência da Informação e da Biblioteconomia em Abya-Yala, favorecendo a construção da história e memórias de povos indígenas e tradicionais no Sul global. A seguir, será apresentada a interculturalidade crítica e a sua relação com a BCI, a partir das inferências dessa teórica.

4 A INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA BCI: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO PENSAMENTO DE NATALIA DUQUE CARDONA

É fundamental ressaltar que as reflexões de Natalia Duque Cardona se basearam no pensamento de Catherine Walsh. Segundo a autora, os estudos interculturais foram cruciais para a constituição da Interculturalidade Crítica como uma concepção ética, política, social e epistêmica, além de ser vista como um projeto em si mesmo (DUQUE CARDONA, 2018; 2019). A interculturalidade pode ser vista como uma perspectiva 'suleadora' para a estruturação e a promoção das práticas bibliotecárias, para que, dessa forma, a biblioteca seja reconhecida como um dispositivo atuante no processo de redução das desigualdades sociais, (DUQUE CARDONA, 2018). Duque Cardona (2021, p. 12) também se apoia no pensamento de Fidel Tubino (2012), no qual a interculturalidade assume aspectos de uma "nova tarefa intelectual e prática que questiona a teoria do reconhecimento e da igualdade social para evitar sua dicotomia". Segunda a autora, é desejável assumir uma identidade cultural que se molde e não somente seja reprodutora de uma identidade hegemônica já imposta. Dessa forma, a interculturalidade crítica possibilitou a compreensão de que materiais como livros e bibliotecas se destinavam, inicialmente, a atingir "à constituição de instituições culturais para a



estruturação de uma memória nacional herdeira de valores, crenças e princípios do colonialismo” (DUQUE CARDONA; RESTREPO FERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ YEPES, 2021, p. 209). Ou seja, essa interculturalidade crítica tornou evidente as estruturas coloniais e de poder racial e hierárquico que instalava as populações de origem africana e indígenas como subalternizadas, fato que inviabilizava e impossibilitava as ações de justiça, igualdade e diversidade social via a perspectiva intercultural (WALSH, 2009; DUQUE CARDONA, 2018).

Ao relacionar as bibliotecas e os estudos interculturais, Natalia Duque Cardona e seus colaboradores María Camila Restrepo Fernández e Santiago Velásquez Yepes (2021, p. 211) defendem a ideia de biblioteca como uma instituição que se volta para a memória e, que se vinculada às suas funções sociais, “retomam-se passados vivos e recuperam-se os usos da memória para questionar as relações de colonialidade que ainda existem na América Latina e no Caribe, as quais se evidenciam em profundas lacunas na desigualdade social”. Além disso, a biblioteca - na perspectiva intercultural e como um dispositivo - pode atuar na “descolonização do ser através da abertura do conhecimento e da entrada de memórias subalternas e subterrâneas” (DUQUE CARDONA; RESTREPO FERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ YEPES, 2021, p. 204, tradução nossa). No que concerne às soluções voltadas para pensar a interculturalidade, torna-se evidente a urgência de uma biblioteconomia ativa, dinâmica e envolvida com as demandas atuais voltadas para a sociedade (DUQUE CARDONA; RESTREPO FERNÁNDEZ; VELÁSQUEZ YEPES, 2021). Nesse entendimento, podemos compreender que essas demandas sociais são dinâmicas, e os povos que buscam a biblioteca para obter informação também reivindicam a sua representatividade identitária, cultural e epistêmica dentro dos referenciais teóricos, ações culturais, produtos, serviços, acervos e coleções disponíveis. Especialmente quando abordamos a biblioteca, não podemos esquecer que esta ainda é entendida como um espaço de promoção do discurso hegemônico, assim como de exclusão de povos marginalizados (HONMA, 2005). Por isso, a ação bibliotecária para a Interculturalidade passa por refletir criticamente sobre como povos colocados em lugares de subordinação têm sido



representados na formação bibliotecária, nos sistemas de representação e organização do conhecimento e outras esferas, além de refletir sobre quais saberes estão sendo referenciados na construção epistemológica da Biblioteconomia e Ciência da Informação situadas no Sul global. Somente a conscientização de como essa colonialidade atua nas esferas cotidianas de acesso à informação e pela compreensão do papel biblioteconômico na transformação social dos sujeitos é que efetivamente se concretizaria os princípios decoloniais de ser, estar e produzir conhecimento sob perspectivas decoloniais e interculturais. Segundo Duque Cardona (2018), a intenção é buscar alternativas para transformar a visão hegemônica e favorecer as relações entre o conhecimento e a interculturalidade, para que assim possamos estabelecer a práxis da biblioteconomia com as comunidades e a partir delas.

5 POTENCIAIS DIÁLOGOS ENTRE A INTERCULTURALIDADE CRÍTICA E A ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO

No contexto da BCI, a Organização do Conhecimento é um espaço investigativo responsável, dentre outras coisas, por desenvolver meios formais e sistemáticos de representar conhecimentos para fins de recuperação da informação. Do ponto de vista instrumental, esta responsabilidade é cumprida pelos chamados sistemas de organização do conhecimento (SOCs). Os SOCs podem representar conhecimentos por meio da classificação e categorização de assuntos (sistemas de classificação), do controle terminológico (tesauros, listas de termos, vocabulários controlados etc.), da navegação digital classificada (taxonomias), da modelização de domínios do conhecimento (ontologias) etc. Via de regra, as perspectivas teóricas que orientam as construções dos SOCs, ainda hoje, são oriundas de sistemas de pensamentos hegemônicos que refletem visões de mundo do norte global. Noções categoriais, classificatórias, definitórias, terminológicas e linguísticas que estruturam os SOCs refletem, por consequência, modos que culturas hegemônicas, especialmente eurocêntricas e anglo-saxônicas, enxergam o mundo. No Brasil, segundo o último censo demográfico realizado (IBGE, 2010), existem 305 etnias



diferentes e 274 línguas indígenas. A população indígena no território nacional (lembrando que este território originalmente é deles) é dividida segundo o tronco linguístico, família linguística, etnias ou povos, espalhados pelas cinco regiões do país. Para citar algumas dessas etnias, as populações mais numerosas são: Tikúna, Guarani Kaiowá, Kaingang, Macuxí, Terena, Tenetehara, Yanomámi, Potiguara, Xavante e Pataxó (IBGE, 2010). Quando nos reportamos a 305 povos e 274 línguas, nos referimos a centenas de culturas diferentes, inúmeras formas de pensar, de sentir, de se expressar. Em outras palavras, numerosas formas distintas de se organizar o conhecimento. Por que então insistimos em importar formas de pensar estrangeiras, com línguas estrangeiras? A resposta parece óbvia: não escapamos ainda dos colonizadores. Pelo contrário, quando uma área como a organização do conhecimento insiste em ser exclusivamente orientada por sistemas de pensamentos hegemônicos estrangeiros, ela está reforçando o processo colonizador. E no caso do Brasil, estamos abrindo mão de saber quem somos e como pensamos.

Os instrumentos de representação do conhecimento (os SOCs), diferentemente do que afirmam os mais ingênuos, não são meros instrumentos que servem para organizar e recuperar documentos tematicamente, são dispositivos de poder, dispositivos que ordenam, que dão lugar e nome às coisas, são dispositivos que decidem quem será mostrado ou representado ao mundo, e como será mostrado. Quais instrumentos da chamada organização do conhecimento estão mostrando ao mundo os 305 povos desta terra? Quais instrumentos de controle terminológico estão olhando para as 274 línguas desta terra? A Interculturalidade crítica de Walsh e a abordagem intercultural de Duque Cardona nos conclama, por um lado, a revelar e denunciar o processo invisibilizador de culturas, por outro, nos desafia a criar caminhos de enfrentamento dessa forma de colonização cultural. Nossa crítica de enfrentamento está localizada justamente nas orientações teóricas que embasam as construções dos SOCs, a construção desses instrumentos que formalmente representam saberes. Cada cultura produz e transmite seus saberes/conhecimentos da forma que lhe é peculiar. Nesse sentido, numa perspectiva crítica intercultural, as ênfases para se definir categorias (se for o caso delas existirem),



características de semelhanças e diferenças e o estabelecimento de relações entre saberes deve evocar a própria cultura que a relata. Assim, acredita-se que pensamentos devem ser auto representados em vez de ideologicamente pré-formatados. Categorias ditas universais, como tempo e espaço, por exemplo, certamente não são compreendidas da mesma forma em diferentes culturas. As consagradas categorias aristotélicas (na antiguidade grega), kantianas (no iluminismo europeu) ou rangathanianas (no eixo indo-europeu do século XX), provavelmente nada dizem a respeito do que pode ser tempo e espaço para os Kaingang do oeste catarinense ou para os Guajajara do sul do Maranhão. O desafio está, assim como propôs Duque Cardona, em colocar em relevo as formas de produção, organização e transferência de conhecimentos dos mais variados povos, especialmente daqueles que compõem a população originária e que foram subalternizados em detrimento da supervalorização das formas de organizar o conhecimento dos colonizadores. Em um território composto por 305 povos originários indígenas e por 274 línguas, é uma obrigação ética e moral que profissionais da organização do conhecimento assumam uma postura intercultural crítica e se responsabilizem por descobrir (cartografar) orientações que possam teoricamente embasar suas construções instrumentais. É necessário se comprometer com a elaboração de SOCs que verdadeiramente evoquem as mais variadas culturas e línguas presentes nas etnias indígenas, colocando-as no rol da visibilidade científica e das políticas nacionais. É necessário se comprometer com vocabulários, taxonomias, ontologias, tesouros, classificações ou, até mesmo, sistemas/instrumentos que ainda não conhecemos, desenvolvidos com orientações teóricas Kaingang, Macuxí, Terena, Tenetehara, Yanomámi, Potiguara, etc., etc., etc. Em um país de 305 povos, um único não pode decidir tudo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada neste estudo, concluímos que a Interculturalidade crítica pode ser uma estratégia para enfrentar a colonialidade na Organização do Conhecimento, especialmente por meio dos instrumentos de representação do conhecimento (SOCs).



Verificou-se que há maior desenvolvimento dessas perspectivas em categorias como Biblioteca Escolar, Conhecimento, Saúde, Comunicação, Emancipação e Educação Intercultural. Através da perspectiva crítica intercultural, cada cultura poderia definir suas próprias categorias, características, conhecimentos e saberes, permitindo a representação e visibilidade de grupos socialmente subordinados e silenciados pelo pensamento hegemônico colonizador. Além disso, a prática bibliográfica, apoiada pela reflexão crítica através da interculturalidade, poderia contribuir para determinar os saberes referenciados na construção epistemológica da BCI e proporcionar a visibilidade de conhecimentos, pensamentos e suas formas de produção, organização e transferência de diferentes povos, especialmente da população originária. Dessa forma, a biblioteca e seus atores poderiam se engajar no desvencilhamento de práticas coloniais que ainda persistem nesse ambiente, como preconizado por Natalia Duque Cardona.

Para além do escopo de observação deste trabalho, ou seja, para além das bibliotecas e dos instrumentos que tecnicamente representam o conhecimento, cabe-nos também refletir sobre a possibilidade de decolonizar a organização do conhecimento enquanto espaço investigativo, ou, enquanto campo de estudo autônomo, conforme pretendido pela *International Society for Knowledge Organization (ISKO)*. Se a organização do conhecimento está se emancipando com vistas a consolidar um espaço próprio e autônomo de investigação, não são somente os instrumentos e as bibliotecas ou demais unidades de informação que necessitam se livrar dos caracteres que os consolidam como dispositivos colonizadores, mas sim a mentalidade de quem edifica este espaço. O desejo de decolonização, como visto anteriormente, vem acompanhado da ação de enfrentamento das condições postas. É evidente que cartografar territórios de saberes do Sul, para se descobrir formas de produção e transferência de conhecimentos invisibilizados, e fazer isso de forma crítica e intercultural, do Sul para o Sul, não é tarefa pacífica e demanda extenuante trabalho. No entanto, para que a Organização do Conhecimento possa ser verdadeiramente democrática, justa e inclusiva, e se tornar um espaço propício para a decolonização epistêmica, é crucial que



busquemos nossas próprias formas epistemológicas, arquétipos e modos de organização do conhecimento. Nesse sentido, a interculturalidade crítica de Walsh e Duque Cardona oferece uma perspectiva que nos permite transcender a mera multiplicidade cultural para nos tornarmos verdadeiramente interculturais. Isso nos possibilitaria falar e nos organizar de dentro para fora, em vez de simplesmente seguir a lógica colonizadora imposta de fora para dentro.

REFERÊNCIAS

BANISKI, Gislaine Martinelli; CIESLAK, Rubens. A interculturalidade e sua influência na gestão do conhecimento: a experiência da Volvo do Brasil. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 8, n. Especial, p. 70-85, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21714/2236-417X2018v8nEsp>.

BARRETO, Claudia Santos Gonçalves; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade. **Revista Polyphonia**, Goiânia, v. 22, n. 1, 2012. DOI: 10.5216/rp.v22i1.21207.

BRETAG, Tracey. Developing 'third space' interculturality using computer-mediated communication. **Journal of Computer-Mediated Communication**, [s.l.] n. 11, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2006.00304.x>

BELTRÁN, Joaquín. **La interculturalidad**. Barcelona: Oberta Editorial UOC, 2015.

CARNEIRO, Aparecida Sueli **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguales y desconectados**. Mapas de la Interculturalidad. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2004.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos e diferenças culturais: questões e buscas. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Diferenças culturais e educação: construindo caminhos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011. p. 13-34.

CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva de. Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017, Marília. **Anais [...]** Marília: UNESP, 2017a.



CHAVES, Mayco Ferreira; FREITAS, Lídia Silva de. Entre informações e entre culturas: diálogos entre a mediação da informação e a interculturalidade. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2017b. DOI: 10.22478/ufpb.1981-0695.2017v12n2.36960.

COGO, Denise. Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiatização dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro. **Comunicação & Informação**, Goiânia, v. 4, n. 1/2, p. 11-32, 2001. DOI: 10.5216/c&i.v4i1/2.23453.

CORTÉS, Nestor Gomes Mora; SALGUEIRO, Laís. Os desafios de emancipação da população afro-brasileira: mestiçagem, interculturalidade e corporeidades. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro v. 33 n. 1, p. 63-78, 2020.

CORTEZ, Mariana. APRIGIO, Viviana Talia. A mediação de leitura literária em contextos plurilíngues. In: DUQUE; N. CORTEZ, M. (org.). **Leituras, bibliotecas e escolas: a mediação sobre outras perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 119p.

CRUZ-RÍOS, Paula. Norheya: la autoetnografía y el conocimiento situado, praxis de mi interculturalidad. In: OCAMPO GONZÁLEZ, A.; GONZÁLEZ MACHADO, E. C.; DUQUE CARDONA, N.; SANTILLÁN ANGUIANO E. I. (org.). **Los estudios interculturales: una ventana para el diálogo de saberes desde AbyaYala**. California: UABC/UdeA, 2021. 338 p.

DUQUE CARDONA, Natalia. La incidencia de la biblioteca en la reducción de las desigualdades sociales: hallazgos y caminos a seguir. **Códices**, Bogotá, n. 14, v.1, 79-113. 2018.

DUQUE CARDONA, Natalia. La desigualdad, un suceso no ajeno a la biblioteca: lectura, escritura y oralidad, tecnologías de poder como alternativas a la reducción de las desigualdades sociales. **FORUM**. Revista Departamento de Ciencia Política, Bogotá, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15446/frdcp.n15.74673>.

DUQUE CARDONA, Natalia. As funções sociais da biblioteca escolar em contextos interculturais. In: DUQUE, N.; CORTEZ, M. (org.). **Leituras, bibliotecas e escolas: a mediação sobre outras perspectivas**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. 119 p.

DUQUE CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, Maria Camila; VELÁSQUEZ YEPES, Santiago. Recuperar la memoria de la bibliotecología latinoamericana y del Caribe: los estudios interculturales como ventana de oportunidad. In: OCAMPO GONZÁLEZ, A.; GONZÁLEZ MACHADO, E. C.;



DUQUE CARDONA, N.; SANTILLÁN ANGUIANO E. I. (org.). **Los estudios interculturales una ventana para el diálogo de saberes desde Abya-Yala**. California: UABC/UdeA, 2021. 338p.

FERREIRA, Natalia. Os desafios do tempo presente e a colonialidade da natureza. **Fronteiras**: Revista Catarinense de História, Chapecó, n. 36, p. 69-90, 2020. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2020n36.11741>.

FLEURI, Reinaldo Matias. Intercultura e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16-35, ago. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000200003>

FLEURI, Reinaldo Matias. Políticas da diferença: para além dos estereótipos na prática educacional. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 27, n. 95, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000200009>.

FURTADO, Cassia Cordeiro; OLIVEIRA, Lídia. Biblioteca escolar e interculturalidade: rede social em países lusófonos portal biblon. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 155-169, 2012.

HONMA, Todd. Trippin' Over the Color Line: The Invisibility of Race in Library and Information Studies. **InterActions**: UCLA Journal of Education and Information Studies, [s.f.] v. 1, n. 2. 2005.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Brasileiro de 2010. **Indígenas**, estudos especiais. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://indigenas.ibge.gov.br/estudos-especiais-3/o-brasil-indigena/lingua-falada>. Acesso em: 21 maio 2022.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set.-dez./2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/%25x>.

MACHADO, Carla Silva; MELO, Keite Silva de.; FONSECA, Mirna Juliana Santos. Mídias e interculturalidade: uma relação urgente para a educação étnico-racial e de gênero através das redes sociais. **Acesso Livre**, Rio de Janeiro, v. 10, 2018.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.



OLIVEIRA, Lúcia Maciel Barbosa. Conhecimento e interculturalidade. **DataGramaZero**, [s.], v. 15, n. 3, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2014v9n2.22384>.

QUINTERO-LÓPEZ, Dayro León. Espacio intercultural, interculturalidad en el espacio: claves para pensar geográficamente. *In*: OCAMPO GONZÁLEZ, A.; GONZÁLEZ MACHADO, E. C.; DUQUE CARDONA, N.; SANTILLÁN ANGUIANO E. I. (org.). **Los estudios interculturales una ventana para el diálogo de saberes desde AbyaYala**. California: UABC/UdeA, 2021. 338p.

RAMOS, Maria Natália Pereira. Comunicação em saúde e interculturalidade - perspectivas teóricas, metodológicas e práticas. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 4, 2012. DOI: 10.3395/reciis.v6i4.742

REPETTO, Maxim. O conceito de Interculturalidade: trajetórias e conflitos desde América Latina. **Textos e Debates**, Boa Vista, n. 33, p. 69-88, jul./dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18227/2217-1448ted.v2i33.5986>.

SANGALLI, Andreia; SOUSA, Neimar Machado de. In(formação), interculturalidade e a covid-19 em territórios indígenas de mato grosso do sul. **Liinc em revista**, Brasília, v. 16, 2020. DOI: 10.18617/liinc.v16i2.5384.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

TUBINO, Fidel. **Del interculturalismo funcional al interculturalismo crítico**. Perú: REC PUCP. 2012.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; CALDERONI, Valéria Aparecida Mendonça de Oliveira. A interculturalidade como ferramenta para (des) colonizar. **PRIM@ FACIE**, João Pessoa, v. 16, n. 33, 2017. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1678-2593.2017v16n33.35658>.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. *In*: CANDAU, Vera Maria. **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de)colonialidad: perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, Joaçaba, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, jan./dez. 2012.





INFORMAÇÃO ÉTNICO- RACIAL E RACISMO: UMA ANÁLISE DAS INTERAÇÕES DO PERFIL DO QUILOMBO INTELECTUAL NO INSTAGRAM

Priscila Rufino Fevrier

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Dirnele Carneiro Garcez

Nathália Lima Romeiro

Ana Paula Meneses Alves



1 INTRODUÇÃO³⁴

Para quem considera o acesso à informação um direito de todas as pessoas é desafiador perceber lacunas informacionais no que concerne ao fornecimento de informações para populações em situações de vulnerabilidades. Dentre essas populações estão os povos negros, indígenas, asiáticos, rurais, ribeirinhos e ciganos, para citarmos alguns, os quais se encontram informacional, social, educacional e politicamente vulneráveis, pois historicamente foram colocados em desvantagem no acesso a serviços e produtos de informação, mas, sobretudo, de emancipação informacional.

Considerando que a justiça informacional compõe o Direito Humano Fundamental, objetivamos analisar o perfil do Projeto Quilombo Intelectual (QI) na mídiasocial Instagram. Consideramos que o QI cumpre um serviço informacional de divulgação científica amplificador do acesso a pesquisas desenvolvidas por pessoas negras e outras racializadas com o propósito de promover e divulgar a produção sobre população negra, questões étnico-raciais e Direitos Humanos. Essa análise ocorrerá em dois momentos, a saber: a) através da análise sobre a existência e qualificação do racismo nos comentários de publicações com maiores interações; e, b) na descrição de como as esferas do racismo presentes nos comentários atacam o direito à informação.

Dos processos históricos e sociais experienciados pela sociedade brasileira, o colonialismo e a escravidão enquanto método para instauração da colonização foram utilizados como instrumentos ideológicos centrais para hierarquizar social e racialmente diferentes povos, como ocorreu com os povos indígenas e afrodiáspóricos na história brasileira (QUIJANO, 2010). A população negra até hoje sofre as consequências de tais processos, o que a coloca em situações de subalternidade e opressão nesse sistema de opressões.

Compreendemos que ter acesso a estudos, os quais dialoguem sobre as vivências da população negra, faz com que possamos compreender o contexto social no qual estamos inseridos, permitindo analisar criticamente as estruturas de poder e

³⁴ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



exploração destinadas a essa população.

Assim, este capítulo utiliza de uma pesquisa qualitativa de cunho documental, exploratório e descritivo sobre a divulgação da informação étnico-racial no Quilombo Intelectual através da análise das interações no perfil do projeto.

Para tanto, este trabalho está estruturado em uma seção que apresenta o Quilombo Intelectual, seguida de uma seção sobre instrumentos normativos sobre Direitos Humanos e branquitude e, por fim, a análise dos resultados obtidos a partir da seleção de alguns comentários nas publicações que possuem mais interações nas postagens do QI.

2 A DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO ÉTNICO-RACIAL NO QUILOMBO INTELECTUAL

Quando refletimos sobre a população negra, o que mais se ajusta ao seu contexto e necessidades informacionais é a informação étnico-racial. Esse termo foi trazido para o contexto brasileiro por Henry Poncio de Oliveira e Miriam Albuquerque de Aquino. A informação étnico-racial pode ser compreendida como qualquer componente presente em um meio físico (tradicional ou digital), suscetível de ser interpretado linguisticamente pelos sujeitos que a utilizam, e que possui o potencial de gerar conhecimento sobre os aspectos históricos e culturais de um determinado grupo étnico-racial, com a intenção de fortalecer a identidade do referido grupo e considerando a diversidade humana (OLIVEIRA, 2010).

Assim, a informação étnico-racial está ligada a toda documentação, textos, manifestos, bibliografias, materiais audiovisuais e não visuais obtidos via grupos e coletivos negros, das Instituições de Ensino Superior, Secretarias dos municípios e dos estados, museus, arquivos, entre outros que buscam disseminar e promover o debate e a igualdade étnico-racial, justiça social e direitos para populações marginalizadas, entre as quais a população negra faz parte (OLIVEIRA; AQUINO, 2012).

Dessa forma, fomentar o acesso a informações relacionadas aos Direitos Humanos da população negra é fundamental para que se quebrem ciclos estruturais de racismo nos quais a população



negra foi colocada em situação de marginalização na sociedade brasileira. Para que possamos promover possibilidades de emancipação social, financeira, política e educacional para tais populações são necessárias criações de estratégias, projetos e empreendimentos que agenciem o conhecimento de pessoas negras, sua ancestralidade, valores civilizatórios e demais formas de representatividade negra em diversos espaços.

Nesse sentido, o Quilombo Intelectual – universo desta pesquisa – tem agenciado a intelectualidadenegra no contexto das redes sociais *on-line* buscando atender aos princípios da justiça social no que tange à reparação de violências estruturais de acesso à informação e para atender aosDireitos Humanos estabelecidos. Ao longo dos anos, o Quilombo Intelectual tornou-se um espaço para divulgação seletiva de referências científicas que organiza e dissemina materiaisinformativos com temas relacionados aos Direitos Humanos, especialmente **por** e **para** população negra e outras populações étnico-raciais como os povos indígenas, entremendo o impacto da branquitude na reprodução de violências sistêmicas.

O Quilombo Intelectual começou sua história com o primeiro perfil criado em 2018 noFacebook, idealizado pela bibliotecária e pesquisadora negra Franciéle Carneiro Garcês da Silva. O projeto tinha como objetivo realizar atividades de seleção e disseminação seletiva dainformação que, de acordo com Eirão (2009, p. 21), é entendida como “um serviço personalizado, de valor agregado e direcionado para a necessidade particular de cada usuário”. Sendo assim, o QI apresenta pesquisas desenvolvidas por e sobre pessoas negras, indígenas e LGBTQIA+ e Direitos Humanos.

O perfil do Instagram foi criado em 2019 com o mesmo propósito de democratizar o acesso à informação por parte do público interessado. Em junho de 2023, o perfil do Instagram possuía mais de 18 mil seguidores e 989 publicações, o que consideramos bem-sucedido enquanto mídia social sobre produção cinética.

Destaca-se também que as publicações realizadas no perfil têm como proposta visibilizar tais pesquisas através da identificação estética, que de forma sensível e flexível torna os trabalhos acadêmicos mais atraentes para seu público (QUILOMBO



INTELECTUAL, 2020; SILVA; FIDELES, 2020; SILVA; GARCEZ; SANTOS, 2020).

3 INSTRUMENTOS NORMATIVOS SOBRE DIREITOS HUMANOS E O DEBATE DA BRANQUITUDE

Os Direitos Humanos podem ser entendidos como um conjunto de direitos garantidos por leis, tratados e acordos de natureza internacional, que estão relacionados a aspectos “fundamentais da dignidade universal do ser humano” (GOMES, 2016, p. 26). Nesse contexto, é imprescindível que todas as pessoas sejam protegidas pelos Direitos Humanos de forma abrangente, independentemente de seu pertencimento étnico-racial, classe social, religião, nacionalidade, orientação sexual, condição humana ou idade. Essas interseções estão diretamente relacionadas ao direito à vida, à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho, à segurança, à assistência aos desamparados, bem como a outros direitos fundamentais (BRASIL, 1988).

Embora os Direitos Humanos sejam universalmente aplicáveis a todas as pessoas, é necessário que determinados grupos recebam uma atenção especial com o intuito de promover maior equidade na reivindicação e na expansão de direitos específicos. Essa abordagem prioritária se justifica pelo fato de que esses grupos vivem em contextos nos quais são alvo de discriminação e privações, além de possuírem recursos materiais e informações limitados na luta pela ampliação de seus direitos (VASCONCELOS NETO; LEANDRO; ARRUDA, 2016).

Historicamente, a garantia dos Direitos Humanos é sinônimo de luta e resistência por parte das populações marginalizadas como a população negra, os povos indígenas, a população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outras. Para esta pesquisa, vamos nos concentrar na população negra.

No Brasil, há instrumentos normativos e legislativos que direcionam para a criação de políticas públicas e estratégias que visam erradicar as desigualdades ao mesmo tempo em que atendam aos Direitos Humanos para o pleno exercício da cidadania. Nesse sentido, foram elaboradas leis voltadas para o debate étnico-racial e a reparação histórica às injustiças causadas às populações



negras. Dentre esses instrumentos podemos citar a Lei 12.711/2012 conhecida como a Lei de cotas, a Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial, a Lei 7.716/1989 que definiu os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que as estabelecem a obrigatoriedade da inserção da "História e Cultura Afro-Brasileira e indígena" nos estabelecimentos educacionais brasileiros, dentre outras. Entretanto, esses instrumentos dependem de ciclos políticos de poder, vontade institucional dentre outras esferas que muitas vezes atrasam a efetiva aplicação das referidas legislações (BRASIL, 2012, 2010, 1989, 2003, 2008).

Entendemos que os direitos da população negra são violados e negados quando os sujeitos negros, periféricos ou não, perdem seu direito à vida e têm suas existências cruzadas pela Necropolítica (política da morte) - conceito trazido por Achille Mbembe (2016) - e Necrofilia³⁵ Colonialista Outrocida (política da morte racista) - elaborado por Wallace de Moraes (2020). De um modo geral, esses termos estão relacionados ao extermínio de vidas, sobretudo de jovens e homens negros, pelas mãos do Estado representado pela força policial. Tais jovens e homens negros possuem seu pertencimento étnico-racial vinculado ao estereótipo da criminalidade e vadiagem criado no imaginário social brasileiro; isso já estabelece que seu testemunho e corporalidade são sempre colocados sob suspeição pela polícia e sociedade (MBEMBE, 2016; MORAES, 2020).

Outro aspecto a ser enfatizado é o fato de que pessoas negras, em muitas abordagens, perdem também seu direito à liberdade,

³⁵ Professor Wallace de Moraes (2020) atualizou o termo necropolítica para o contexto brasileiro, conectado com os termos colonialismo, outremização e anarquismo. Para entender mais como ocorre a Necropolítica e Necrofilia, leia: PAULEZE, Thaisa; NOGUEIRA, Italo. Exército dispara 80 tiros em carro de família no Rio e mata músico. **Folha de S. Paulo**, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>. Acesso em: 1 mar. 2022. Veja também: Carro de família no Rio e mata músico. **Folha de São Paulo**, 8 abr. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/militares-do-exercito-matam-musico-em-abordagem-na-zona-oeste-do-rio.shtml>. Acesso em: 1 mar. 2022.



quando são encarcerados de forma arbitrária³⁶ pelas forças policiais, especialmente nos casos em que são reconhecidos erroneamente por fotografia. Isso revela, além de um problema de racismo estrutural, um problema informacional atravessado por uma estrutura racista que incide sobre os sujeitos negros com base nos estereótipos criados pela branquitude os quais percebem as pessoas negras como "iguais", haja vista não conseguirem diferenciarem uma pessoa negra da outra. Essa perda de direitos acontece também quando vemos as mulheres negras não terem acesso adequado à saúde, pois fazem parte das pessoas que menos recebem atendimento médico, sobretudo relacionado ao atendimento ginecológico e pré-natal, com alta taxa de mortalidade materna. Além disso, mulheres negras são as que mais sofrem feminicídio. A população negra continua integrando a parcela da sociedade que desempenha predominantemente ocupações precárias, sendo que uma parte substancial desses trabalhadores não recebe a devida valorização em relação às suas atribuições, além de enfrentar outras formas de violações e violências no ambiente de trabalho. Em 2023, foi constatado que muitas pessoas se encontram em condições indignas de atuação profissional, chegando ao ponto de seus trabalhos serem caracterizados como análogos à escravidão tal como exposto em notícias sobre as condições de trabalhadoras e trabalhadores de vinícolas no sul³⁷ do Brasil no referido ano (CARNEIRO, 2002, 2022; IPEA, 2018a, 2018b).

A autora Ivanete Aparecida da Silva Santos (2015) corrobora a ideia de uma política da morte racista quando ressalta que,

³⁶ Para entender mais como ocorre encarcerados de forma arbitrária da população negra, leia: G1. Exclusivo: 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros. **G1 Fantástico**, Rio de Janeiro, 21 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-porreconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml>. Acesso em: 20jan. 2021.; BRASIL DE FATO. "Eles queriam me matar", diz jovem preso injustamente por policiais no Jacarezinho (RJ). **Brasil de Fato**, Rio de Janeiro, 8 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefatorj.com.br/2022/02/08/eles-queriam-me-matar-diz-jovem-presos-injustamente-por-policiais-no-jacarezinho-rj>. Acesso em: 1 mar. 2022.

³⁷ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2023/03/18/pf-nao-ve-participacao-de-vinícolas-do-rs-em-trabalho-analog-a-escravidao.htm> Acesso em: 20 mar. 2023.



embora na Constituição de 1988 esteja escrito que todas as pessoas são iguais em direitos e deveres, há historicamente uma desigualdade na garantia de direitos entre sujeitos brancos, negros, indígenas e pessoas de outros pertencimentos étnico-raciais. Não há igualdade de direitos no Brasil, pois a população negra historicamente foi discriminada quando se tratava da efetivação dos seus direitos. Diante disso, evidencia que apesar de estar garantido na Constituição Federal de 1988 no art. 5º no inciso xiv, que “é assegurado a todos o acesso à informação [...]”, uma parcela significativa da população não tem acesso à informação em diversos contextos.

Importante dizer que essas desigualdades constantemente são objeto de discussões sociais. Apesar de jamais terem sido extintas, é possível observar que a reivindicação por direitos da população negra esteve em posição de avanço e retrocesso em diferentes tempos históricos. No período escravista, mulheres negras foram tratadas como objetos, serviram de mão de obra escravizada, sofreram estupros, mutilações, torturas e foram utilizadas como reprodutoras e amas de leite para os membros da casa grande. As diferenças entre mulheres negras e brancas, por exemplo, são evidenciadas na reivindicação pelo direito ao trabalho. Mulheres negras sempre trabalharam em um contexto de escravidão enquanto mulheres brancas, especialmente as de classe social mais abastadas, não eram obrigadas a isso, embora ambas fossem consideradas desprivilegiadas em relação a homens brancos. Em uma perspectiva de classificação social e a condição de subalternidade, mulheres negras são consideradas a base da pirâmide, haja vista não serem consideradas como ser humano, serem estereotipadas no exercício da maternidade, estão mais suscetíveis a violência, são as preteridas em relacionamentos afetivos, entre outras condições de subalternidade (HOOKS, 2018).

Patricia Hill Collins (2019) relata que o imbricamento das opressões de raça, gênero e classe, - um legado da escravidão -, se configurou e ainda se configura com o estabelecimento das relações de mulheres negras dentro dessa estrutura patriarcal e racista. bell hooks (2018) reafirma que para além das problemáticas citadas, as mulheres negras foram oprimidas e dominadas por mulheres brancas, haja vista que estas últimas se utilizam do seu



poder de dominação, classe e raça, para violentar e explorar as primeiras. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. O feminismo branco/hegemônico mostra que há um universalismo entre mulheres, onde o gênero é a única questão a ser tratada por esse movimento (KILOMBA, 2019).

A autora Kimberlé Crenshaw (2002) explica que a interseccionalidade é uma abordagem que procura compreender as complexas ramificações e impactos da interação entre diferentes formas de subordinação. Essa perspectiva analisa como o racismo, o patriarcado, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios contribuem para a criação de desigualdades fundamentais que moldam as posições relativas de mulheres, grupos étnico-raciais, classes sociais e outros grupos, qualificando assim diferentes eixos de subordinação.

A pandemia Covid-19 agravou ainda mais essas desigualdades, sendo a população negra e indígenas as mais afetadas pela falta de recursos e políticas governamentais para assistência dessas comunidades. Neste sentido, o agravamento de tais desigualdades neste período reforçou a manutenção dos privilégios da branquitude ao mesmo tempo em que retirou direitos básicos da população pobre e negra. Assim, consolida-se o pensamento racista de que um grupo étnico-racial permanece em lugar de privilégio social enquanto outros estão em lugares de subordinação em relação ao grupo dominante (EURICO; GONÇALVES; FORNAZIER, 2021).

Bento (2002) e Cardoso (2011) defendem que a branquitude se refere à identidade racial branca. Trata-se de um lugar de privilégios racial, econômico e político (simbólicos, subjetivos e materiais), que colaboram para reprodução do preconceito racial, discriminação racial e o do racismo e para a manutenção da população negra em um lugar de subalternidade.

A branquitude é uma posição social que confere privilégios a sujeitos que historicamente foram e continuam sendo beneficiados pelo colonialismo e imperialismo. Esses benefícios se estendem a recursos materiais e simbólicos, mantidos até os dias atuais. É importante destacar que a posição de pessoa branca não é determinada por questões genéticas, mas sim por construções



sociais que perpetuam lógicas de privilégios, vantagens e direitos baseados em fenótipos raciais. A branquitude é, portanto, um dispositivo de hegemonia racial que reforça as dimensões de privilégios de um determinado grupo racial - as pessoas brancas (BENTO, 2002, 2022; SCHUCMAN, 2014).

Bento (2002) complementa a discussão ao revelar o pacto narcísico da branquitude identificando que ele representa também um pacto de destruição. A ideia de narcisismo é uma noção que remete à morte, sendo um acordo de autodestruição no sentido de que é uma sociedade completamente desumanizada e distorcida por um grupo que busca manter seu domínio a todo custo, cada vez mais amedrontado pela crescente amplificação das vozes que questionam a supremacia branca. É por meio desse pacto que eles conseguem manter sua posição privilegiada e seu poder (BENTO, 2002, 2022).

Em complemento à ideia do pacto narcísico como sintomático na construção de eixos de subordinação, Robin DiAngelo (2018) apresenta o termo *fragilidade branca*, como um artifício utilizado por pessoas brancas na produção de desigualdades étnico-raciais. A fragilidade branca é caracterizada pela incapacidade das pessoas brancas de lidar com o mínimo de tensão racial, resultando em reações emocionais (culpa, medo, raiva) e comportamentais (discussão, silêncio, evitar o desconforto) (DIANGELO, 2018).

Ademais, percebemos uma estratégia discursiva que corresponde a fragilidade branca à propagação do mito da democracia racial que aliado à meritocracia, propaga o ideal de que as pessoas negras não ascendem social e educacionalmente por não terem se esforçado o bastante, quando a realidade revela estruturas de poder racializadas construídas para deixar essas populações em lugares de subordinação negando seus direitos plenos de cidadãos brasileiros, dentre eles, de ter acesso a bens materiais, simbólicos e imateriais na sociedade brasileira (SILVA, 2020).

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A coleta de dados foi realizada através do perfil *Quilombo Intelectual* no Instagram. Foram analisadas as publicações



divulgadas no período de maio de 2019 a fevereiro de 2022. Após a primeira análise, retiramos as publicações que não eram divulgações de estudos, tais como realização de sorteios, divulgação de eventos etc. Foram retiradas também as publicações que não tinham comentários ou apenas as que tinham apenas um comentário relacionado à temática do texto divulgado. Ao final foram analisadas e discutidas três publicações com maior engajamento, número de interações para o contexto deste estudo.

Para análise e discussão dos resultados, foram utilizadas as categorias do estudo de Silva e Fideles (2020), especificamente a categoria "Informação étnico-racial científica", as quais já haviam investigado e categorizado o trabalho desenvolvido pelo Quilombo Intelectual nas mídias sociais. As autoras apontam que os temas mais representativos da referida categoria são de publicações sobre: a) Estudos decoloniais, pós-coloniais e contra-coloniais; b) Religiões e religiosidades de matriz africana; c) Feminismo e mulherismo negros; d) Raça, classe, gênero e interseccionalidades; e) Construção da identidade étnico-racial; f) Educação das relações étnico-raciais; g) Estudos críticos da branquitude; h) Racismo (em suas facetas institucional, recreativo, etc); i) Estética negra, corporalidade e identidade étnico-racial; j) Comunicação, teatro e artes; l) Necropolítica, genocídio e epistemicídio; m) Estudos Africanos e da diáspora; n) Intelectualidade e pessoas negras; o) Epistemologias africanas, negras e afrodiaspóricas; p) Formação e prática docente (SILVA; FIDELES, 2020).

A figura 1 ilustra o artigo "Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social", de autoria de Márcia Eurico, Renata Gonçalves e Tales Fornazier, o qual possui mais de 850 curtidas, 11 comentários e 280 salvamentos da publicação. Neste artigo, as pessoas autoras examinam os aspectos relacionados à crise econômica e política, como o aumento do desemprego e do trabalho precarizado e terceirizado, na intensificação do genocídio da população negra; o massacre das comunidades indígenas e quilombolas e a destruição do meio ambiente.



Figura 1 (a,b) - Categoria Informação étnico-racial, subcategoria “Estudos críticos da branquitude” – Imagem da publicação no perfil do Instagram sobre o texto “Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social”.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).



Na **Figura 1 (a,b)** a categoria de análise utilizada foi a “Informação étnico-racial e subcategoria “Estudos críticos da branquitude”. Para análise foi destacado o comentário da **pessoa A** que questiona se o termo branquitude seria um termo racista. A atitude da **pessoa A** se vincula ao que Maria Aparecida Bento (2002) identifica como pacto narcísico da branquitude. Nesse pacto, para além de se promoverem a negação do racismo e seus desdobramentos com a intenção de assegurar seus privilégios de forma contínua, a pessoa branca ignora que a branquitude gera riquezas e poder ao grupo étnico-racial branco, mesmo quando essa pessoa é pobre.

Ao mesmo tempo, a **pessoa A** se sente incomodada com um estudo que apresenta a branquitude e seus privilégios em tempo de pandemia, como se fosse um erro/problema apresentar as desigualdades sociais e étnico-raciais causadas por uma estrutura racializada da sociedade brasileira.

Nesse sentido, no que se refere a esse descontentamento com o referido assunto da publicação em questão, interpreta-se aqui que a **pessoa A** apresenta sua fragilidade ao escrever a passagem: [...] **“Tenho a impressão [que] daqui alguns anos as pessoas brancas terão que pedir desculpas por terem nascido assim”**. Tal trecho nos permite interpretar que o grupo racial branco estaria sofrendo por ter pesquisas que se voltam a analisar a identidade racial branca e seus privilégios numa sociedade racializada. Ignora, no entanto, que existe uma dívida histórica para com as populações negras e indígenas devido aos processos de escravidão e ao projeto de país adotado no pós-abolição, os quais foram criados por uma elite branca dominante para promover ideais de supremacia racial branca no contexto brasileiro, inclusive com instrumentos normativos, controle e proibição no exercício da cidadania de pessoas não-brancas (GUIMARÃES, 1999; MUNANGA, 2003).

Nesse sentido, essa interpretação sobre a branquitude e a invisibilização do racismo e suas estruturas por parte da **pessoa A** evidencia em seu discurso o quanto o racismo e a branquitude são utilizados como ferramentas subjetivas direcionadas a manter o poder ou regime informacional, enquanto nega que as pessoas brancas tenham contribuição na manutenção das desigualdades e, portanto, perpetuam atitudes percebidas como um ataque aos



Figura 2 (a, b, c) - Categoria Informação étnico-racial, subcategoria "Racismo (em suas facetas institucional, recreativo, etc.)" Divulgação do texto "Racismo Reverso: O Porquê da sua Não- existência" e comentários na publicação.



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).



Direitos Humanos de populações não-brancas.

Outro comentário a ser destacado na **Figura 1** é o proferido pela **pessoa B**, no qual estadiz **“Quantas polêmicas pra definir uma só coisa: preconceito!!”**, podemos perceber a fragilidade branca no discurso e o pacto narcísico de forma “sútil”, pois a **pessoa B** não usa a palavra racismo em seu discurso. Apenas reconhece que o preconceito é algo a ser problematizado. Quando a **pessoa F** usa deste artifício, ela concorda com o mito de uma democracia racial, estabelecendo que apenas o preconceito precisa ser combatido, entretanto, não questiona as nuances e os efeitos do racismo na sociedade.

Apesar de haver comentários que revelam a ausência de consciência étnico-racial de alguns sujeitos, também notamos que a interação na página possibilita a troca de saberes e o engajamento político com vistas a promover e ampliar a discussão sobre racismo na sociedade, tal como revela a **pessoa C** quando diz **“Por isso não me canso de insistir: ou nos unimos e Unidos buscamos o empoderamento econômico e político, ou fatalmente seremos exterminados”**. Além do comentário anterior, podemos notar que a **pessoa D** também elabora um discurso aliado com a consciência étnico-racial para enfrentamento do racismo uma vez que destaca **“O racismo é o mais violento dos crimes”**. Nesse caso, observa-se que essa pessoa reconhece as consequências sociais do racismo para a sociedade, principalmente por caracterizá-lo como crime, conforme os instrumentos normativos determinam.

Para destacar a relevância do perfil Quilombo Intelectual para disseminação seletiva da informação e promoção da informação étnico-racial, destacamos o comentário da **pessoa E**: **“Fiquei interessada na leitura”**. Tal comentário nos ajuda a compreender esse espaço também como um local para formação de redes de apoio e compartilhamento de pesquisas científicas por, para e sobre a população negra.

O segundo material analisado (**figura 2 a, b**) é o artigo intitulado “Racismo Reverso: o Porquê da sua Não-existência”, de autoria de Julian Silveira Diogo de Ávila Fontoura, o qual obteve mais de 400 curtidas, 248 salvamentos da publicação e 12 comentários quando publicado no Instagram do QI. No texto, o autor analisa o termo “racismo reverso”. Para isso, no decorrer do seu



estudo, expõe o contexto histórico e social de como a sociedade brasileira está estruturada desde o fim da escravidão até os dias de hoje em ideais racistas e desigualdades raciais e sociais (FONTOURA, 2021).

Para a segunda postagem aqui analisada, representada pela **Figura 2 (a,b,c)** foi aplicada a categoria de análise categoria Informação étnico-racial e subcategoria "Racismo (em suas facetas institucional, recreativo, etc.)". Com o intuito de entender a interação dos seguidores na publicação representada pela **Figura 2c**, foram observados alguns comentários considerados relevantes. O primeiro comentário observado foi da **pessoa M** que diz **"Se levarmos em consideração o que a palavra "Racismo" significa que é, preconceito, discriminação, atitude de hostilidade em relação a determinada categoria de pessoas, veremos que o racismo vai além da cor da pele ou da etnia"**. A partir desse comentário, entendemos que este seguidor usou uma definição do senso comum sobre o racismo, embora não esteja completamente errada, mas, sim, descontextualizada. Podemos interpretar pelo trecho escrito de que o racismo, ou não existe, ou ataca a todas as pessoas. Nessa interpretação, incluiríamos, por exemplo, o racismo contra judeus (pessoas brancas em sua maioria pertencentes ao grupo étnico e religioso oriundo de Judá), os quais sofreram com o Holocausto por não serem considerados brancos no contexto da sociedade europeia. Nesse sentido, são interpretações que buscam inferir que qualquer pessoa sofre racismo (inclusive as brancas), o que se entenderia como racismo reverso. No entanto, ignora que existe o racismo anti-negro, aquele que levou às pessoas africanas a não serem consideradas como seres humanos e, que por isso, o grupo racial branco poderia subalternizá-las, explorá-las e escravizá-las. Importante entender que o racismo reforça hierarquias raciais criadas em prol da manutenção do poder de elites dominantes brancas, as quais utilizam do racismo anti-negro para segregar, dominar e explorar, especialmente em sociedades capitalistas.

Conforme é refletido por alguns autores, o racismo se fundamenta na ideia de uma hierarquização social, onde existe a ideia da existência de "raças humanas" superiores em detrimento as outras, nesse caso a "raça branca", considerada como aquela com maior capacidade intelectual, a mais bonita, civilizada, decente



e outros aspectos. Então, é a partir dessa ideia de raça que se estabelecem as relações de poder (dominação e exclusão) entre os indivíduos na sociedade, representado pela limitação de acesso a direitos, educação, saúde, oportunidades etc. para populações racializadas e marginalizadas dentro de nossa sociedade (GUIMARÃES, 1999; MUNANGA, 2003)

A partir do disposto acima, pode ser entendido que o comentário da **pessoa G**, que fala que "**Realmente, racismo contra brancos não é racismo reverso, é racismo (grifo nosso)**" reforça o pensamento da **pessoa M** de que o racismo reverso existe, e vai na contramão dos conceitos sobre racismos trazidos por intelectuais como Guimarães (1999) e Munanga (2003).

Então, porquê do termo racismo reverso? Já que entendemos que o racismo acontece sob os contextos de dominação, opressão e exclusão a uma raça considerada inferior pelo grupo étnico-racial que se considera racialmente superior, mas que quer escamotear essa discussão sob o pretexto de que o racismo não existe ou que existe para todos os grupos étnico-raciais, incluindo o branco. A partir do pensamento de Fontoura (2021), entendemos que, no contexto político ultraconservador, onde são defendidos valores e costumes específicos, tem havido um aumento na negação do racismo, tanto por parte de indivíduos negros quanto não negros. Esse fenômeno resultou na popularização de uma expressão que reflete uma compreensão histórica e social distorcida do racismo, revelando-se como uma interpretação claramente equivocada: o chamado "racismo reverso". Essa expressão falaciosa busca estabelecer uma equivalência com o racismo, não apenas negando sua existência, mas também invertendo a dinâmica, retratando os indivíduos não negros como alvos de ataques, discriminações e preconceitos com base na cor de sua pele (FONTOURA, 2021).

Nessa concepção, chamamos a atenção o comentário da **pessoa K**, haja vista que ela diz: "**Uma forma simples de explicar a não-existência é que nenhuma outra etnia escravizou raça branca justamente por causa da cor. Cabô, racismo reverso não existe**". Aqui, esta pessoa utiliza-se de entendimentos propagados inclusive pela legislação que obriga o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, haja vista que existe uma dívida histórica com a população negra e também a invisibilização de sua memória



histórica nas instituições e espaços de poder.

A última publicação analisada neste capítulo, a Figura 3 (a,b,c), representa o artigo intitulado **“Mais branca que eu?: uma análise interseccional da branquitude nos feminismos”** de autoria de Geórgia Grube Marcinik e Amana Rocha Mattos. Essa publicação atingiu 826 curtidas e 21 comentários. Neste trabalho, as autoras analisam os desdobramentos sobre os impactos da branquitude nos movimentos feministas. E o que ocorre quando feministas brancas se propõem a refletir e debater sobre a sua identidade étnico-racial (MARCINIK; MATTOS, 2021).

Na Figura 3 (a,b,c,d,e) foi utilizado para análise a categoria “Informação étnico-racial” e subcategoria “Raça, classe, gênero e interseccionalidades”. Para o primeiro momento da análise foram destacados três comentários da **figura 3 b,c**, sendo o primeiro comentário da **pessoa O** que fala: **“Que pobreza de assunto! As universidades poderiam ter um nível mais alto de cultura.”**. Nesse mesmo caminho a **pessoa P** questiona a **pessoa O** dizendo: **“fala aí que tipo de conhecimento e cultura deveria ser produzido pela universidade”**. Por fim, a **pessoa O** responde a questionamento dizendo: **“o menos ideológica e mimimi possível”**.

A partir desses três primeiros comentários podemos compreender que as universidades utilizam em sua grande maioria de perspectivas hegemônicas, a qual evidência perspectivas euro-norte-americanizadas (homens, brancos, classe média, heterossexuais e pseudocristão). A manutenção dessas perspectivas colabora para perpetuação do racismo, do epistemicídio do pensamento de pessoas negras e outras racializadas e contribuem para continuidade dos privilégios simbólicos e materiais da branquitude. Nesse sentido, de acordo com a fala da **pessoa O**, quando ocorre a desobediência epistêmica à centralidade da hegemonia na construção científica, os assuntos oriundos dela como a branquitude seriam percebidos como “pobres, sem cultura, rasos” e que pesquisadores dessas temáticas não “teriam dó e seriam relativos”]. (CARNEIRO, 2005; SILVA, 2020).

Neste último comentário destacado da **pessoa O** **“mimimimimimimimimimimim [...] vcs perdem muito tempo tratando de temas inúteis! “Branquitude” é sério isso gente? Pesquisa científica criando termos sem sentido e relativizando a**



verdade sem dó?!", retomamos a discussão da publicação representada pela figura 1 (a,b) onde refletimos que há um desconforto (fragilidade branca) quando se coloca em evidência estudos que tratam da identidade étnico-racial branca e suas nuances para a sociedade. A ideia de "brancura" e a construção social de ser branco estão estreitamente relacionadas ao privilégio branco, à supremacia branca, à narrativa branca e à transformação de ideologias raciais, incluindo a negação da existência social da raça. Ao confrontar a branquitude, o desconforto surge por evidenciar os privilégios raciais e simbólicos para aqueles marcados pela brancura e as desvantagens para aqueles que são subjugados pela lógica aplicada inversamente aos primeiros (SILVA; GARCEZ; PIZARRO, 2022). Para essas pessoas que não racializam a discussão de forma aprofundada, a visibilização dessas perspectivas críticas põem em xeque a manutenção do pacto narcísico e evidenciam um mundo criado à imagem e semelhança da branquitude. (BENTO, 2002; 2022; SCHUCMAN, 2014; DIANGELO, 2018; MARCINIK; MATTOS, 2021)

A partir das reflexões acima, os comentários da **pessoa O** reforçam o imaginário social brasileiro de uma busca por neutralizar o pertencimento étnico-racial da pessoa branca e seu grupo, onde esse seria concebido por uma lógica universal de ser sujeito. Nessa lógica, são excluídas, racializadas e subjugadas as pessoas que se distanciam fenotípica e culturalmente dessa norma.

Diante das interações discutidas nos exemplos aqui citados, podemos entender que, mesmo o Quilombo Intelectual sendo considerado um espaço de divulgação e discussão de produção de conhecimento científico étnico-racial, não há como garantir que todas as interações que ocorram nesse lugar irão dialogar com o propósito-fim do projeto de ampliação de conhecimentos e enfrentamento aos racismos nas discussões acadêmicas e não acadêmicas. Sendo assim, a realização de pesquisas que visam analisar discursos racistas em espaços alternativos de divulgação científica pode ser considerada uma estratégia para o entendimento dos dispositivos que contribuem para a produção de desigualdades étnico-raciais.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos neste estudo o perfil do Projeto “Quilombo Intelectual” no Instagram, através das interações representadas pelos comentários. Observamos que o racismo e seus desdobramentos estão presentes em comentários de algumas pessoas nas publicações analisadas. Isso revela como o racismo está presente na realidade brasileira e como as subjetividades das pessoas são influenciadas pelo pensamento colonial e racista estruturado para manutenção de poder de grupos raciais dominantes. Esse pensamento leva as pessoas brancas a terem atitudes condizentes com o que chamamos de *pacto narcísico da branquitude* (BENTO, 2022) e da fragilidade branca (DIANGELO, 2018) ao demonstrarem em seus comentários a proteção dos seus privilégios raciais, a partir da negação do racismo e, até mesmo, a replicação da falácia do racismo reverso para se eximir da responsabilidade de ser pessoa branca em uma sociedade racista.

Neste tocante, compreendemos que os Direitos Humanos não podem ser acessados pelas pessoas em situação de vulnerabilidade racial e informacional sem que se extermine o racismo e se conscientize das relações entre raça, classe e gênero como fatores usados para manutenção do poder de elites dominantes. Por isso, concluímos que o Quilombo Intelectual desenvolve um papel relevante e de referência na promoção e disseminação seletiva da informação étnico-racial científica, visibilizando estudos com enfoques nas relações étnico-racial e Direitos Humanos.

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES Código 001 pela concessão das bolsas de Doutorado às autoras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF:Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.



BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Diário Oficial da União**, Brasília, 30 ago.2012. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Lei 12.288/2010, de 20 de junho de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989**. Brasília, DF: Presidência da República, 1989.

BRASIL. **Lei 10.639/2003**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003.

BRASIL. **Lei 11.645/2008**. Brasília, DF: Presidência da República, 2008.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BENTO, Maria Aparecida da Silva. **Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público**. 2002. Tese (Doutorado em Psicologia) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

CARDOSO, Lourenço. O Branco-Objeto: o movimento negro situando a branquitude. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, jan.-jun., 2011.

CARNEIRO, Aparecida S. Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **NQF**, [s.l.], v. 24, n. 2, 2002.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. 339 f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 140, p. 84-100, jan./abr. 2021.

DIANGELO, Robin. Fragilidade branca. **Revista Eco-Pós**, [s.l.], v. 21, n. 3, p. 35–57, 2018.

EIRÃO, Thiago Gomes. Disseminação seletiva da informação: uma abordagem. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 7, n. 2, p. 20–29, 2009.

FONTOURA, Julian S. D. de Á. Racismo Reverso: o Porquê da sua Não-existência. **Interritórios: Revista de Educação Universidade Federal de Pernambuco**, Caruaru, v. 7, n.13, 2021.



GOMES, David F. L. **Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania**. Belo Horizonte: Marginalia Comunicação, 2016.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo: Ed. 34, 1999.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). **Atlas da Violência 2018**. Brasília: Ipea, 5. jun. 2018a.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Jovens e mulheres negras são mais afetados pelo desemprego**. Brasília: Ipea, 31 out. 2018b.

QUILOMBO INTELECTUAL. **Sobre o QI**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.quilombointelectual.com.br/sobreoqi>. Acesso em: 15 fev. 2022.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. 'Mais branca que eu?': uma análise interseccional da branquitude nos feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 29, n. 1, p. e61749, 2021.

MORAES, Wallace S. A Necrofilia colonialista outrocida no Brasil. **Revista de Estudos Libertários da UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 11-29, 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N-1, 2016.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 2003, Rio de Janeiro. **Anais**[...] Rio de Janeiro: PENESB, 2003.

OLIVEIRA, Henry P. C. **Afrodescendência, memória e tecnologia**: uma aplicação do conceito de informação etnicorracial ao projeto "A Cor da Cultura". 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

OLIVEIRA, Henry P. C.; AQUINO, Mirian A. O conceito de informação etnicorracial na ciência da informação. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 466-492, set. 2012.

SANTOS, Ivete A. S. **O peso da cor no acesso aos direitos fundamentais**. 2015. Monografia (Especialização) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

SCHUCMAN, Lia Vainer. "Sim, nós somos racistas: Estudo psicossocial da branquitude paulistana". **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 26, n. 1, p. 83-94, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/10.pdf>. Acesso em: 25 maio 2023.



SILVA, Franciéle C. G.; FIDELES, Lindiwe. S. O. Quilombo intelectual, informação étnico-racial científica e a valorização intelectual da população negra. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 10, n. 3, p. 34-50, 2021.

SILVA, Franciéle C. G.; GARCEZ, Dirnele; SANTOS, Bruno. Quilombo Intelectual e a promoção da autoria e protagonismo negros: a experiência do Momento Griôt com pessoas bibliotecárias negras. *In*: SILVA, Franciéle C. G. (org.). **Bibliotecári@s negr@s**: Pesquisas e experiências de aplicação da Lei 10.639/2003 na formação bibliotecária e nas bibliotecas. Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 381-404. (Selo Nyota).

SILVA, Franciéle C. G. Colonialidade do saber e dependência epistêmica na Biblioteconomia: reflexões necessárias. *In*: DUQUE CARDONA, Natalia; SILVA, Franciéle C. G. **Epistemologias Latino-Americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil, Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 119-202. (Selo Nyota).

VASCONCELOS NETO, Diego V.; LEANDRO, Ariane G. L.; ARRUDA, Pedro H. de M. F. **Fundamentação em Direitos Humanos e Cidadania**. Belo Horizonte: Marginália Comunicação, 2016.



REPRESENTAÇÃO FEMININA POR MEIO DE OBRAS LITERÁRIAS: O TRATAMENTO TEMÁTICO PARA A PERSONAGEM FUNESTA

Brenda de Souza Silva

Fabio Assis Pinho



1 INTRODUÇÃO³⁸

A Ciência da Informação enquanto campo do conhecimento científico surge durante o século XX, tendo a informação como objeto de estudo. Capurro (2003) explana que o foco da área são as relações informacionais com seus usuários, perpassando pelos registros documentais, analógicos ou eletrônicos, considerando uso e acesso. O processo de comunicação informacional não ocorre de forma linear, visto que este percorre divisões e fragmentações, tanto no entendimento da mensagem quanto do seu suporte, ou seja, do contexto em que está inserido.

A partir do exposto, percebemos que a literatura pode ser considerada um dos fios condutores desse complexo processamento informacional, nesse caso, entre autor e leitor. A obra literária é, portanto, um objeto com valor informacional, que existe a partir da criação de relações simbólicas das obras com seus leitores. Logo, notamos uma relação de proximidade entre a literatura e a Ciência da Informação, e com isso, possibilidades de pesquisas envolvendo ambas as áreas do conhecimento.

Nesse contexto, propomos discutir a representação feminina na literatura mediante as perspectivas do campo de Organização e Representação da Informação e Conhecimento (ORIC), pois, além de se enquadrar como um objeto de valor informacional, os livros também são ferramentas de memória e representação, abordam conceitos e usam termos particulares provenientes dos seus autores, criando terminologias próprias.

Nesse sentido, este capítulo explora a possibilidade de que obras literárias são ferramentas potenciais de estudo da Ciência da Informação, onde as mesmas produzem símbolos fundamentados no compartilhamento da expressão artística de seus autores, suas complexidades e discursos em conjunto com seus leitores, estando a informação presente em todas essas etapas.

Por isso, quanto mais discursos são veiculados e acessados pelos indivíduos, informações de fontes e caráter diversos acabam sendo selecionadas e ressignificadas socialmente, gerando

³⁸ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



conhecimento, linguagem própria, valor informacional imbricado em fenômenos socioculturais.

O Livro “A Rainha do Ignoto” foi lançado pela primeira vez em 1899. Esta obra apresenta uma heroína que resgata mulheres em situações de risco, onde estavam sendo violentadas e maltratadas por seus parceiros. A protagonista da trama, Funesta, tinha o desejo de construir uma comunidade feminina empoderada, educada e livre de preceitos misóginos e patriarcais.

Assim, este capítulo busca problematizar a relação simbólica entre a representação temática da personagem Funesta com a representação feminina na modernidade, utilizando o mapa conceitual.

2 A REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DA PERSONAGEM FUNESTA

Capurro e Hjørland (2007) defendem que a informação é um fenômeno humano. Por isso, a informação pode ser disseminada e expressada de várias formas. Dentre estas, existem as relações simbólicas derivadas desse processo corroboradas pelas definições de informação por González (2000), a saber: semântico-discursiva, meta-informacional e infra-estrutural.

Cada qual em seu âmbito, são concernentes a capacidade informacional do conteúdo semântico de um documento, as múltiplas interpretações e a mediação da informação, através de sua transmissão. Esses são elementos necessários para a construção do conhecimento e possuem herança cultural e valor informacional, por sua vez, esse conhecimento perpassa os indivíduos e as manifestações do intelecto humano.

A informação é um ato primordialmente humano, mesmo com o desenvolvimento dos suportes, meios e maneiras de acessar, bem como produzir e transmitir. Capurro e Hjørland (2007, p. 160) compreendem que “em resumo [...] a informação é um fenômeno humano. Envolve indivíduos transmitindo e recebendo mensagens no contexto de suas ações possíveis.”

As obras literárias são um fator importante para a área, a Ciência da Informação é um campo científico com caráter multidisciplinar, por sua vez, os livros possuem um valor informacional entre autor e leitor.



Nessa perspectiva, compreendemos que também podem ser consideradas ferramentas de representação, existe intencionalidade e propósito nas decisões e características estilísticas do escritor, as palavras usadas carregam uma herança cultural, servem não apenas para continuação de narrativa, mas estabelecem relações.

Vejamos o explorado por Sousa e Almeida (2012, p. 26) ao se referirem sobre o papel do sujeito no processo de representação temática:

O indexador realiza a análise de assunto do documento, seleciona os conceitos e apoiado na LD os transforma em uma representação estruturada e condensada. Essa representação servirá para efetivar a comunicação entre usuário e sistema de informação, por meio de termos de indexação ou descritores.

Dada as devidas proporções, durante a criação de obras literárias existe um processo de transformação similar ao apresentado pelos pesquisadores, em que o intelecto humano é convertido numa representação estruturada e condensada, onde o produto final é o livro, um meio de comunicação entre autor e leitor, através do estabelecimento de conceitos e termos.

Portanto, não podemos considerar obras literárias neutras, nem tão pouco as forças socioculturais que as permeiam, alavancando livros aos cânones nacionais ou corroborando com seu apagamento sistemático.

A escritora Emília Freitas criou uma linguagem particular, a fim de se construir significados para suas obras e principalmente suas personagens femininas. Segundo Cavati Sobrinho, Moraes e Fujita (2012) a linguagem está ligada ao sistema simbólico e contém um repertório cultural, assim como as questões gramaticais e intertextuais usadas pela autora.

Compreendemos que não são meras escolhas de expressões linguísticas e terminológicas, elas dialogam entre si e interagem com os sujeitos, seja gerando sentimentos de pertencimento por meio da expressão artística, compartilhamento de ideias ou a luta por espaços mais democráticos e igualitários na produção literária.

Diante disso, Duarte (2009) discorre sobre a escrita feminina



brasileira nos séculos XVIII e XIX, época que condiz com a publicação de *Rainha do Ignoto*. O panorama era avassalador para as mulheres nesse meio, num momento ímpar para a construção literária nacional com a ascensão dos primeiros cânones e firmamento da identidade brasileira, a autoria feminina era relegada ao esquecimento pela indiferença.

As personagens femininas eram escritas majoritariamente por homens, reforçando determinados papéis sociais, padrões e dinâmicas de relacionamentos impostas pela sociedade, assim, foram criadas representações de mulheres unilaterais: filhas, irmãs, mães e esposas.

Ainda, ressaltamos que essas performances são referente as mulheres brancas, ao tratarmos de mulheres negras e a maneira como são representadas, aparecem nos papéis de escravas, bestializadas e hipersexualizadas, ainda lutando para serem consideradas sujeitos.

Segundo Tabak (2011), essa também é a realidade das indígenas, impulsionado pela corrente literária do Romantismo indianista, as obras colocavam o indígena como herói nacional, entretanto, esse movimento acobertou a violência da colonização, em especial, apresentando mulheres indígenas rendidas amorosamente por seus detratores.

Esse determinismo reiterou o papel de serventia esperado das mulheres pela sociedade, corroborado pela comunidade literária composta em sua maioria por homens e contribuiu na criação de representações femininas irreais, presas num arquétipo sem autonomia, liberdade intelectual ou financeira. Contudo, mesmo nesse ambiente adverso houve uma movimentação significativa por parte das escritoras, ainda que escassas, essas mulheres foram as responsáveis por pavimentar as primeiras publicações de autoria feminina brasileira e desenvolver representações de mulheres que condiziam com a realidade, numa luta por igualdade e liberdade.

Dentro do conjunto de personagens femininas nacionais, *Funesta*, do livro "*A Rainha do Ignoto*", possui multicamadas e um desenvolvimento que surpreende pelos caminhos percorridos, nesse sentido, a obra criada por Emília Freitas. Para Cavalcante (2008, p. 104):

Trata-se, no entanto, do primeiro romance de autoria feminina



publicado no Ceará e trazia ainda o cruzamento de diferentes estéticas, gêneros e subgêneros literários. Apresentava elementos do Romantismo, da literatura gótica e também do fantástico-maravilhoso.

Pioneira na escrita fantástica nacional, a autora desenvolve um enredo derivado de lutas e desafios pessoais no meio ficcional. Nesse sentido, as questões abordadas no livro, as dificuldades, motivações de Emília Freitas e também de sua personagem principal, Funesta, são um reflexo utópico do que a autora sempre almejou para si: liberdade.

Usando do lúdico que o gênero fantástico permitia para resistir aos padrões culturais das províncias periféricas do Ceará, trouxe uma Rainha e sua paladinas, seguidoras fiéis que foram resgatadas de situações violentas. Na obra, por vezes faz alusão ao espiritismo, amor ultrarromântico e a angústia, solidão e degradação que esse sentimento causava nas mulheres, bem como, as expectativas dos papéis sociais femininos, sejam esses de mãe, esposa e cuidadora do lar.

Fundamentada numa visão crítica Emília Freitas cria uma sociedade secreta, estruturada no litoral nordestino, governada por Funesta que recruta mulheres em estado de dor devido aos maus tratos que sofriam pelos seus cônjuges ou dores resultantes do desamor e violência, passando a serem suas discípulas, viajando junto com a Rainha combatendo injustiças, recrutando e protegendo outras mulheres.

Mesmo sendo uma obra que se destaca pelo pioneirismo, tanto autora quanto livro não possuem visibilidade na memória literária nacional, sendo que é creditado como a primeira obra fantástica brasileira, além de mesclar estilísticas e gêneros literários diferentes como a ficção científica, utopia e o gótico, sem ser redundante ou atrapalhar nas escolhas narrativas, juntando características opostas, na dinâmica do livro fazem total sentido. Ademais, evidenciam regionalismos nordestinos como identidade nacional.

Além disso, Emília Freitas é a primeira mulher a publicar um romance no Ceará sem o uso de pseudônimo, porém, ela e seus trabalhos estão distantes do seletivo grupo de obras canônicas. Com isso, Schmidt (2012) questiona como a forma de produção cultural,



aquilo que evocamos ou esquecemos, faz parte de um processo histórico que ratifica a deturpação e o apagamento sistemático de grupos sociais minoritários, a "alta literatura" (SCHMIDT, 2012, p. 61) possui interesses específicos quando elenca as obras literárias que compõem os cânones.

Nesse sentido, trazemos uma importante reflexão de Todorov (2000, p. 12, tradução nossa): "os riscos da memória são altos demais para serem deixados intocados". O pesquisador nos alertava sobre os perigos de suprimir a realidade, criando ideias mentirosas. Essa ponderação dialoga diretamente com os questionamentos de Schmidt (2012), ainda, demonstra a potencialidade dos livros como ferramentas de memórias, novamente, existe intencionalidade nas escolhas do que é publicado, disseminado e integrado à memória literária nacional.

Por isso, indagamos como a representação temática da personagem Funesta se relaciona com as mulheres, levando em consideração o esquecimento proposital que a obra sofreu, o arquétipo feminino criado por Emília Freitas, fugindo do esperado pela sociedade oitocentista e os homens.

Entendemos que a produção cultural pode criar representações inverossímeis, assim estabelecendo identidades nacionais que não abarcam determinados grupos, aqui, chamamos atenção para as mulheres. Essas representações geram implicações nos discursos culturais, acabamos acreditando em invenções como a de que a formação literária brasileira não teve participação efetiva de escritoras ou que a existência das mulheres é diminuta em comparação aos homens, criamos percepções unilaterais do que é feminino, quando mulheres são múltiplas. Os sistemas de representação são poderosos, podem promover silêncios históricos.

Na perspectiva da Ciência da Informação é reconhecida, então, a função de metalinguagem dos produtos documentários, como o mapa conceitual, que incorpora à sua elaboração possibilidades de organização do conhecimento, que devem respeitar os interesses e necessidades de variáveis que geram e organizam a informação.

Os mapas conceituais utilizam elementos linguísticos para criar unidades temáticas. E, dessa forma, eles podem ser utilizados



como resultados da análise documentária, feita de forma minuciosa e extensa para que a representação documentária possua todos os assuntos apropriados, uniformes e coesos, pois segundo Cintra et al. (1994, p. 27):

A representação documentária é obtida através de um processo que se inicia pela análise do texto, com o objetivo de identificar conteúdos pertinentes em função das finalidades do sistema – e da representação desses conteúdos – numa forma sintética, padronizada e unívoca.

Portanto, na perspectiva da obra literária desta pesquisa, levamos em consideração os termos usados para caracterizar as personagens, numa terminologia conceitual. Onde, são criadas relações entre si, a partir de uma sintaxe derivada de uma extensa análise textual e dentro de um léxico lógico-semântico, elaborada seguindo parâmetros linguísticos.

Sendo assim, compreendida como uma estrutura cujos termos devem necessariamente estar relacionados para que possam ter significado e sentido, podendo ser usados para a análise das relações simbólicas referentes à personagem Funesta, vislumbrando as relações de gênero na obra e a visão social da mulher.

3 METODOLOGIA

Essa pesquisa tem como objeto de estudo a personagem Funesta, onde busca contextualizar a representação temática da personagem com a visão social moderna da mulher, utilizando da dinâmica terminológica do mapa conceitual. Assim sendo, a natureza da pesquisa é descritiva e exploratória, relatando o que foi encontrado durante a investigação, pelos métodos de pesquisa documental e bibliográfico, levando em conta o exposto por Marconi e Lakatos (2003), onde a abordagem é qualitativa, analisando os discursos presentes no livro.

O aporte teórico foi composto a partir da Representação da Informação e do Conhecimento, levando em consideração as questões de gênero. A intenção é que o olhar seja direcionado aos estudos de gênero e o feminino, bem como, encontrar as



convergências sobre as formas que as mulheres são representadas, nos mais diversos âmbitos. É pertinente ao estudo explicar sobre esses campos, relacionando-os com a obra literária e as possibilidades que ambos podem alcançar.

O modelo metodológico para a construção de mapas conceituais utilizado foi o de Rodrigues e Cervantes (2013), pois, foi a partir dele que os termos concernentes à personagem Funesta foram retirados do livro.

Nesse sentido, salientamos que em prol de uma melhor exposição dos termos, bem como, a criação de significado e explanação do contexto, os termos foram estruturados em mapas conceituais, pois se apresentou como um produto documentário adequado para o processo de análise das relações simbólicas entre a representação de Funesta e a sociedade oitocentista, bem como, a atual.

Entendemos por relação simbólica, a conexão do valor informacional de uma palavra e seu uso, com um receptor, na perspectiva da pesquisa essa dinâmica acontece entre autora e leitores. No caso, a interseção entre os termos usados em "A Rainha do Ignoto" para caracterizar a personagem.

O mapa conceitual permite a criação de elos entre os termos, que representam núcleos temáticos, de Funesta e da representação feminina, ajudando na contextualização com a visão moderna da mulher e a relação simbólica entre a linguagem usada no livro e sociedade, evidenciando os paralelos e distanciamentos da mulher oitocentista e a atual.

Por fim, a terminologia conceitual da personagem, devidamente relacionada entre si, foi averiguada em conjunto com a visão social da mulher contemporânea, numa análise dessas relações simbólicas.

4 ENLACES LITERÁRIOS: A TERMINOLOGIA DA PERSONAGEM FUNESTA

Ao longo do romance, as relações simbólicas de significado e significante, entre personagem e leitor referente a mulher, passam por características e dotes físicos. Onde, na passagem "uma voz doce e triste entoando uma canção francesa" (FREITAS, 2003, p. 34),



Funesta é admirada por sua representação física, fazendo alusão ao ultrassentimentalismo feminino, a partir daí Edmundo, seu parceiro romântico, persegue a mulher misteriosa no rio, conhecida pela população local como Rainha do Ignoto, considerada lenda urbana.

A seguinte passagem apresenta a visão de Edmundo sobre Funesta “Por que capricho aquela criatura misturava o belo com o horrível?” (FREITAS, 2003, p. 23). Nesse momento, é evidenciado o fascínio e medo por ela, relacionado com sua liberdade, onde, é deslumbrado por uma existência feminina independente ao mesmo tempo que a teme por isso.

Ao longo da trama, termos como demônio, bruxa, fada encantada, anjo da saudade, solidão da noite e monstro da Serra do Areré (FREITAS, 2003) aparecem para fazer alusão à Funesta e suas paladinas. Ressaltamos que todas as passagens do livro usadas são provindas dos personagens masculinos, reforçando o impacto que a figura de uma mulher sem amarras matrimoniais ou patriarcais causava.

Outro ponto que salientamos é a construção da personagem a partir dos aspectos encontrados na natureza, em determinado momento Funesta se transforma num pássaro, uma das formas que ela usa na trama para fazer visitas às mulheres em estado de dor ou violência. A natureza também está presente na gruta que ela e suas seguidoras vivem, o Reino do Ignoto é a materialização da liberdade aspirada, é na gruta que elas encontram um espaço para viverem aquilo que almejavam, poderiam estudar, desenvolver novas habilidades e ter uma posição efetiva na comunidade, algo que não era possível fora das fronteiras do Ignoto.

Essa construção se relaciona com o arquétipo da mulher selvagem desenvolvida por Estés (2018), baseado nos contos folclóricos e na figura do lobo.

A Mulher Selvagem carrega consigo os elementos para a cura; traz tudo o que a mulher precisa ser e saber. Ela dispõe do remédio para todos os males (ESTÉS, 2018, p. 13).

Funesta e as paladinas são a personificação desse conceito defendido pela pesquisadora, a narrativa folclórica, sua relação com a natureza feminina e como a “cura” para a problemática central da história, ou seja, o sistema patriarcal que impossibilita a vivência



plena das personagens, está nelas mesmas, no coletivismo alcançado e na necessidade de um movimento feminino unido. Ainda, é explorado a compreensão do feminismo num aspecto mais visceral, mulheres ajudando umas às outras e se empoderando através da partilha de vivências, auxiliando para que todas possam existir em harmonia e juntas, essa relação de empoderamento é evidenciada quando os poderes sobrenaturais da Rainha são passados para suas paladinas no momento que elas decidem se comprometer com a causa.

Cavalcante (2008, p. 105) aponta que “a trama do romance *A Rainha do Ignoto* aborda diferentes temas, inclusive de cunho social, como a escravidão e o papel da mulher na sociedade oitocentista”; devido ao seu teor, o livro causou estranhamento no círculo de leitores da época, sofrendo censura, escassez na sua divulgação e circulação nos veículos, recebendo fortes críticas.

Montenegro (1953) aponta que as características literárias foram esquecidas e a obra passou a ser entendida como um drama simplório que não agradou ao público, por sua vez, Ribeiro (1989) destaca que o atrevimento de Emília Freitas foi recebido de forma preconceituosa.

É fato que essa obra criou linguagens próprias, enveredando por caminhos que repercutem com seus leitores e sociedade, portanto, firmando relações simbólicas.

Funesta é apresentada como uma heroína, evidenciada por sua beleza física, que resgata mulheres de situações de risco, onde é livre para ir e vir, viver dentro do que ela escolheu para si, inclusive no amor, assim a decisão de se relacionar ou não com Edmundo parte somente dela, invés do que é imposto pela sociedade. Funesta e suas paladinas são livres, porém os moradores da província as veem como parte do imaginário local, lendas urbanas grotescas que perpetuam visões femininas perturbadoras.

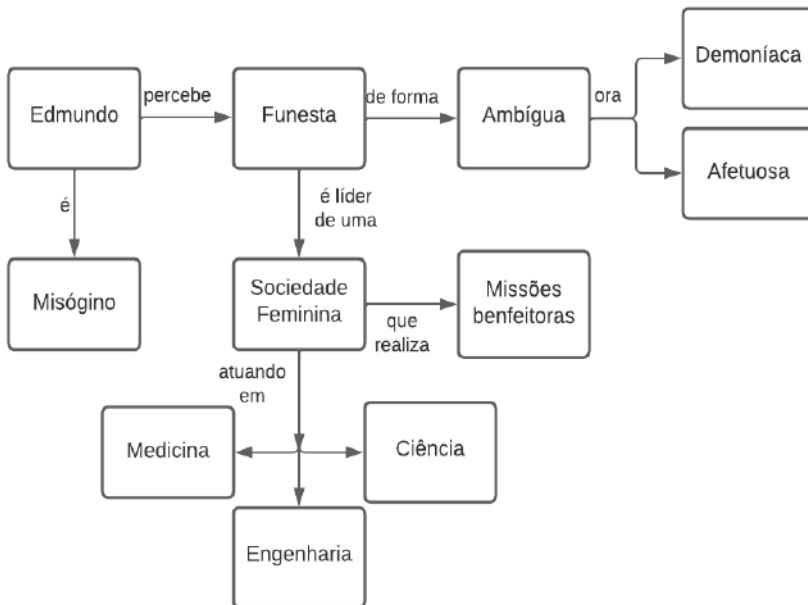
Nessa perspectiva, a seguir, temos um mapa conceitual a partir de termos identificados na obra, a saber: Funesta, Edmundo, misógino, sociedade feminina, missões benfeitoras, ciência, medicina, engenharia, demoníaca afetuosa.

Na figura 1 é identificado a partir da garantia literária, que a personagem Funesta possui uma posição de liderança numa sociedade exclusivamente feminina que realiza missões



benfeitoras às mulheres, atuando em ambiências ditas de preponderância masculina. No intuito de verificar a veracidade dessa atuação, o personagem Edmundo que, por sua vez, possui um perfil misógino, vê Funesta por vezes demoníaca e por vezes afetuosa, características essas que não seriam percebidas se o líder da sociedade fosse homem.

Figura 1 - Mapa conceitual a partir de alguns termos da obra "Rainha do Ignoto".



Fonte: Elaborado pelos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou ampliar a discussão, no âmbito da Ciência da Informação, sobre questões de gênero. Ademais, compreender a carga sociocultural que os termos usados para caracterizar mulheres que subvertiam o papel dado à mulher naquele contexto histórico, pois Funesta, compreendida dentro da proposta de Emília Freitas, perpassando a estética literária e gênero fantástico, é a personificação da liberdade feminina.



É imprescindível averiguar como essas relações influenciam e representam as mulheres, mesmo o livro tendo sido publicado em 1899, ainda é uma discussão relevante. A obra carrega críticas sociais que prevalecem, onde aborda constantemente, dentro do seu gênero e perspectiva, questões como machismo, sexismo, feminismo e os papéis sociais que as mulheres precisam performar.

No campo da Ciência da Informação, por vezes, os produtos documentários são relacionados somente com questões referente à representação e recuperação da informação em sistemas eletrônicos e analógicos, unidades informacionais e documentais, sem se ater a fenômenos socioculturais. Assim, buscamos levar em consideração esses aspectos socioculturais, em especial aqueles usados nas terminologias e mapas conceituais, uma vez que seu uso pode evidenciar ou esconder preconceitos.

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE) pela concessão de bolsa de mestrado para a primeira autora deste trabalho e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de produtividade em pesquisa ao segundo autor deste trabalho.

REFERÊNCIAS

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: ANCIB, 2003.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, 2007.

CAVALCANTE, Alcilene. **Uma escritora na periferia do Império: Vida e Obra de Emília Freitas**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008. (Ensaio).

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. 2009. 210 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.



COADIC, Yves François Le. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

DUARTE, Constância Lima. Arquivos de mulheres e mulheres anarquizadas: histórias de uma história mal contada. **Revista Gênero**, Niterói, v. 9, n. 2, p. 11-17, 2009.

ESTÉS, Clarissa Pinkola. **Mulheres que correm com os lobos**: Mitos e histórias do arquétipo da Mulher Selvagem. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

FREITAS, Emília. **A Rainha do Ignoto**: romance psicológico. 3. ed. Florianópolis: Editora Mulheres, 2003.

GÓNZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Metodologia de pesquisa no campo da Ciência da Informação. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 6, dez. 2000.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MONTENEGRO, Abelardo. **O romance cearense**. Fortaleza: Typografia Royal, 1953.

RIBEIRO, Luis Filipe. A modernidade e o fantástico em uma romancista do século XIX. In: SEMINÁRIO NACIONAL MULHER E LITERATURA, 3., 1989, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1989. p. 135-140.

RODRIGUES, M. R.; CERVANTES, B. M. N. Os mapas conceituais para a visualização de conceitos de áreas do conhecimento em unidades de informação. **Revista ACB**: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 752-776, 2013.

SCHMIDT, Rita Terezinha. Cânone, valor e a história da literatura: pensando a autoria feminina como sítio de resistência e intervenção. **El Hilo de La Fábula**, Santa Fé, v. 1, n. 1, p. 58-71, 2012.

SOUSA, Brisa Pozzi de; ALMEIDA, Carlos Cândido de. Um olhar semiótico sobre o processo de indexação: a questão da representação e do referente. **Informação e Sociedade**, João Pessoa, v.22, n.2, p. 23-34, 2012

SOBRINHO, Heliomar Cavati; MORAES, João Batista Ernesto; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A Linguagem, o Texto e o Documento no contexto da Ciência da Informação. **Scire**, Zaragoza, v. 18, n. 2, p. 135-141, 2012.

TABAK, Fani Miranda. Fronteiras na História Literária: fantástico e utopia em A Rainha do Ignoto. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 104-111, jan./mar. 2011.

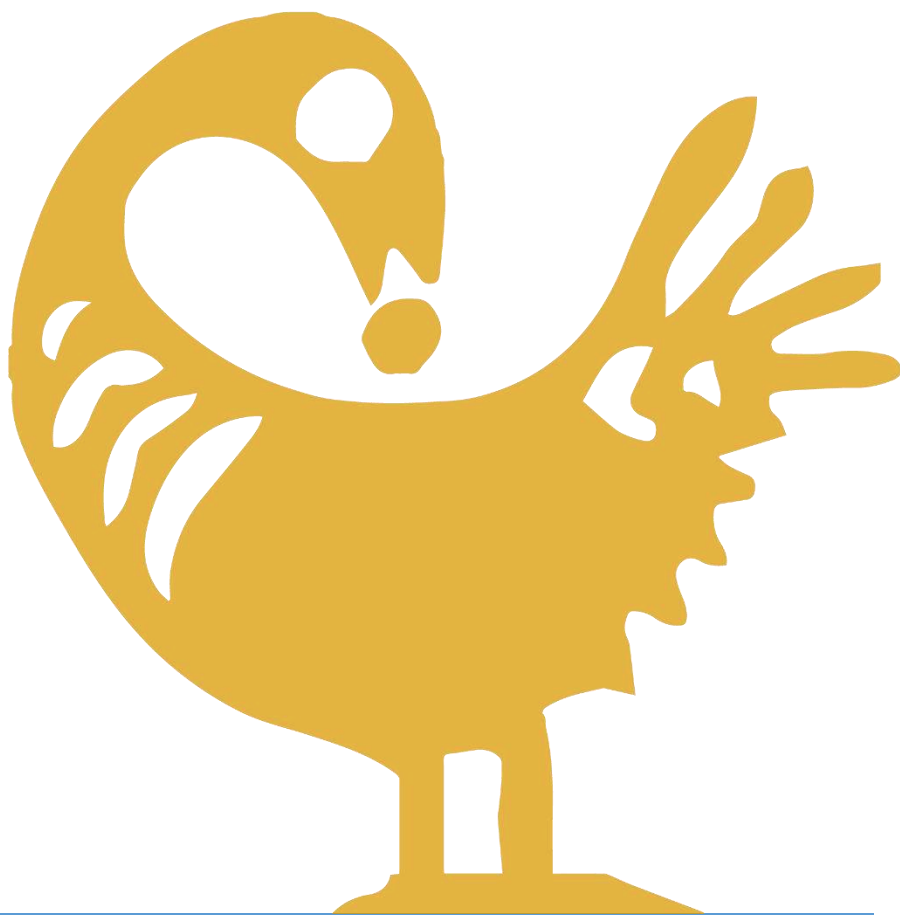
TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.



SEÇÃO

GÊNERO, SEXUALIDADE E

INFORMAÇÃO





OS LUGARES EPISTÊMICOS: A PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO GÊNERO- SEXUALIDADE DOS(AS) PESQUISADORES(AS) BIBLIOTECÁRIOS(AS) NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Sérgio Rodrigues de Santana
Raimunda Fernanda dos Santos
Carla Daniella Teixeira Girard
Maytê Luanna Dias de Melo**



1 INTRODUÇÃO

A Biblioteconomia vem transformando suas atividades a partir das questões como raça, etnia, gênero, sexualidade e classe. A Informação gênero-sexualidade (IGS) e os lugares epistêmicos emergem como vetores orientados pelos estudos da Ciência da Informação (CI) para o campo da ação no foco na dimensão teórica, técnica e histórica-epistêmica da Biblioteconomia. Segundo Santana, Mello e Silva (2020), a IGS são os conteúdos informacionais e comunicacionais que promove ressignificação e harmonização dos corpos e *psiquês* LGBTQIA+. A IGS não se refere ao conceito de gênero e de sexualidade, o seu foco se direciona para a 'interseção informacional' destas duas dimensões com as dimensões étnico-racial e classe econômica (SANTANA; MELO; 2022).

Nesta pesquisa³⁹, os lugares epistêmicos se configuram como a dimensão de ação, aquele(a) que se mobiliza através da língua (escrita, comunicação) por referências internas através da intersubjetividade quando se visualiza a comunidade e os seus diferentes fluxos informacionais. Visando as transformações dos fazeres da Biblioteconomia na atualidade, surge o seguinte questionamento: como os(as) Bibliotecários(as) pesquisadores(as) compreendem os aspectos grupais, sociais e culturais LGBTQIA+ no âmbito da CI?

Seguindo essa linha de raciocínio, esta pesquisa objetiva compreender a produção e contribuição da IGS a partir do lugar de fala (lugares epistêmicos) na CI e sua aplicabilidade para a Biblioteconomia. A justificativa deste trabalho gira em torno das atualizações dos fazeres em Biblioteconomia para atender as demandas sociais e culturais atuais.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa Bibliográfica, Documental e Descritiva. Na pesquisa bibliográfica foram recuperadas Dissertações e Teses como fontes bibliográficas

³⁹ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



nacionais. Já na pesquisa documental foram utilizados os currículos *Lattes* como fontes documentais para fins de identificação de temas de investigações realizadas por pesquisadores(as) no campo. A pesquisa descritiva, por sua vez, evidencia os conteúdos destas fontes bibliográficas e documentais. Tem o foco nos estudos da Abordagem Social da CI, possui abordagem qualitativa, pois aponta a compreensão de relações entre os fenômenos (GÜNTHER, 2006).

Apresenta a interdisciplinaridade de Campos, como orientação epistêmica através do protocolo 'comunicação e a linguagem' (TEIXEIRA, 2004), que marca a comunicação entre pesquisadores(as) de dois campos, com ênfase do uso das terminologias e os conceitos. É preciso fazer essas marcações quanto à Interdisciplinaridade, pois para Carlos (2007) há diversidade interdisciplinar, e para Teixeira (2004) há orientações protocolares. Para Santana, Melo, Souza (2021), visualizar tais aspectos descortina a Interdisciplinaridade da representação esponja e da força Kitsch. Para Bachelard (1996), a palavra esponja imobiliza o pensamento científico, pois ela explica de forma simples e finita um fenômeno. No segundo caso, segundo Santana, Melo, Souza (2021), o Kitsch é uma filosofia, força fugaz e acrílica, que pode emergir por um agrupamento sem critérios e reflexão.

Adotou-se o método Fenomenológico Social, um ponto de convergência entre Sociologia Compreensiva de Weber e a Fenomenologia essencialista de Husserl (SCHUTZ, 1979; CASTRO, 2012), e nesta pesquisa se destaca a intersubjetividade (subjetividade) e o Tipo Ideal. Schutz (1979) destaca a intersubjetividade como a matriz, em que várias mentes em conjunto tendem produzir pensamentos e comportamentos comuns (CASTRO, 2012). Ou seja, a intersubjetividade biblioteconômica, o pensamento e a ação que promovem a fenomenotécnica tanto tradicional quanto progressiva.

Para Boava (2012) o Tipo Ideal é um mecanismo metodológico, uma construção cognitiva do(a) pesquisador(a), uma abstração da realidade utilizada para a investigação da ação social e seus fenômenos. O Tipo Ideal é um reflexo da realidade e não a realidade em si, mas apenas uma representação feita dela a partir de um conjunto de características morfológicas sobre um objeto,



fenômeno e/ou sujeito envolvida em estudo científico (SCHUTZ, 1979).

O *corpus* de análise desta pesquisa foi composto pelo conjunto das Teses e Dissertações em CI que visualiza a produção da IGS. O conteúdo foi recuperado nos repositórios institucionais/temáticos (CI) do Brasil, com o recorte temporal de 2010 a 2022. A análise do conteúdo das Dissertações e Teses foi baseada na norma ABNT NBR 12676/1992 “[...] para análises de documentos – determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação”, a qual visa apresentar as orientações necessárias para o exame de conteúdos de documentos a partir de uma leitura técnica, devendo considerar os seguintes elementos: título e subtítulo; resumo; sumário; introdução; ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos; palavras ou grupos de palavras em destaque; considerações finais e referências. Esses elementos foram considerados nas análises das Teses e Dissertações com vistas a identificar questões concernentes aos seus enfoques e discussões.

O outro conjunto considerado nesta pesquisa se refere às informações extraídas da plataforma Lattes para fins de consulta e análise dos currículos dos(as) pesquisadores(as) para verificar o Lugar de Fala (SPIVAK, 2010) da Biblioteconomia (lugar epistêmico) dos(as) autores(as) das Teses e Dissertações que compreendem o Tipo Ideal, como também dos(as) autores(as) destes pesquisa enquanto bibliotecários(as) pesquisadores/estudantes de Biblioteconomia.

3 OS LUGARES EPISTÊMICOS A PARTIR DOS CORPOS E SUBJETIVIDADES

Compreender os corpos e subjetividades dos(as) bibliotecários(as) pesquisadores(as) no âmbito da CI possibilita compreender como o conhecimento em Biblioteconomia toma contornos mais reflexivos e flexíveis quando agregados as discussões da área, saindo do técnico-epistêmica. Segundo Santos e Aguiar (2020, p. 38), para que o(a) bibliotecário(a):



[...] possa desempenhar atividades em unidades e sistemas de recuperação da informação em diferentes instituições, as suas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) necessitam romper paradigmas para conquistar novos cenários de atuação, sobretudo, em tempos de pós-verdade e de alta incidência de *fake news*.

Complementarmente, é preciso que o(a) bibliotecário(a) conheça a si mesmo(a) para ter condição de entender o(a) outro(a), ter cautela quanto ao preconceito e ao proselitismo, e a indexação não deve quadrar a nenhum desses aspectos, nem pela exclusão (preconceito), nem pelo proselitismo (propaganda) (PINHO, 2010).

Apesar desse autor focar a 'indexação' como contexto que pode gerar exclusão que ocorre através do preconceito e discriminação, essa lógica se aplica a qualquer atividade exercida ou investigada na Biblioteconomia. Assim, se destacam os lugares epistêmicos para tal aplicação, o lugar de fala, sensibilidade, oportunidade, subalternidade e privilégio que podem ser aplicados aos(as) bibliotecários(as) e outros sujeitos que estão no seu entorno.

No Lugar de Fala, segundo Spivak (2010), são pontuados os processos de silenciamentos das falas, memórias e identidade daqueles(as) que são considerados(as) subalternos(as). O lugar de fala, que de acordo com Ribeiro (2017), se figura um local social, não se limitando especificamente às falas dos sujeitos que compõem os chamados grupos subrepresentados. A expressão lugar de fala tem sido utilizada sob a argumentação de que apenas os sujeitos que sofrem determinado preconceito e discriminação podem falar acerca dos problemas sociais que lhes afetam a qualidade de vida, sendo, neste sentido, o(a) oprimido(a) protagonista legítimo de suas lutas.

O Lugar de sensibilidade (escuta) é o lugar dos(as) aliados(a) (RIBEIRO, 2017), são olhares que partem essencialmente da empatia, e significa dizer que o sujeito se põe no lugar do sujeito de fala, através da dororidade e sororidade, assim se esforçando para promover iguais oportunidades às parcelas da sociedade. Para tanto, é fundamental reconhecer os próprios privilégios que estão associados a ser branco (a), homem, cisgênero, heterossexual e afins. Compreende-se que a utilização do lugar de sensibilidade não



surge de modo a superar o lugar de fala, mas, ao contrário disto, é necessário que as pessoas sensíveis, ao discorrer sobre os problemas sociais que não vivenciam promovam estratégias para minimizá-los. (SANTANA; MELO; SILVA, 2020; AQUINO, 2012).

Lugar de oportunidade diz acerca dos sujeitos que procuram aprender sobre a cultura, memória e identidade múltipla e suas complexidades para desconstruir os aspectos reducionistas e estigmas construídos a partir da relação branco(a), homem, cisgênero, heterossexual, crista e afins. Nele o estado anômalo do conhecimento emerge, e o que fora aprendido ao longo da vida e reconfigurado, ou seja, os costumes, hábitos, ideias e filosofias. Nesta pesquisa o lugar de oportunidade pode ocorrer quando é oferecido a um sujeito um discurso ou também na produção de uma pesquisa, assim visualizado um grupo em que ele não tem pertença, mas ele escuta como constrói conhecimentos.

Lugar de subalternidade tem fala negada para reivindicar seus direitos, luta pela igualdade, evocar sua memória, fortalecer identidade. O lugar de subalternidade não está inserido na dimensão de sujeito do discurso, visto que ele é impedido de falar, pois os grupos dominadores se encarregam de fazer manutenção deste lugar (SPIVAK, 2010). Isso ocorre especialmente com a comunidade LGBTQIA+, e ao negar os aspectos sociais/culturais.

Lugar de privilégio, em construção neste estudo, aponta por duas perspectivas, o sujeito que acha que heterossexuais (as) e sujeitos LGBTQIA+ têm as mesmas oportunidades, e o sujeito que sabe que não sofre repressão, opressão, violência, assédio, falta de oportunidade por sua existencialidade. Mas especialmente quando o sujeito tem consciência das desigualdades sociais, econômicas, raciais, sexual e gênero.

4 A REDE EPISTÊMICA DA INFORMAÇÃO GÊNERO-SEXUALIDADE

A nova configuração social da CI no Brasil aponta para a) a visualização dos eixos temáticos: Responsabilidade Social, informação étnico-racial (IER), IGS e gênero (mulher), b) evidencia os marcadores sociais da diferença que compõe os lugares epistêmicos; c) evidencia os lugares epistêmicos, esses que



descontrói o olhar hegemônica da militância na CI como impureza; d) evencia os nomes dos(as) autores(as) como ponto fundamental que demarca o gênero, os lugares epistêmicos e ajuda a diluir a hegemonia, e, e) promove articulações de visibilidade, que são os eventos e outras estratégias desenvolvidas. Todos esses pontos compõem uma rede epistêmica, e eles também ajudam no reconhecimento do(a) usuário(a) da informação na Abordagem Social de Capurro (2003), que considera os sujeitos como seres que percebem o mundo a partir de sua própria consciência e considera seus critérios de avaliação mediante a ação e interação social com seus pares e não pares.

A abordagem social reconhece que é por meio da interação em grupos, comunidades e contextos sociais que estes sujeitos dão sentidos à informação e ao conhecimento que utilizam (SANTANA; COSTA; MELO; SILVA; SOUZA, 2021, p.9). Quanto à rede epistêmica, a mediação da IGS ocorre por meio de 77 (setenta e sete) pesquisadores(as) e lugar de fala, lugar de sensibilidade(escuta) e lugar de oportunidade. A rede vincula 21 (vinte e um) Programas de Pós-Graduação em CI do Brasil.

Esses(as) pesquisadores(as) identificaram na CI 96 (noventa e seis) temáticas LGBTQIA+ que orbitam em torno do construto informação, como também identificou a interdisciplinaridade metodológicas, objetivos diversos, abordagens e lugares epistêmicos - de fala, sensibilidade(escuta) e lugar de oportunidade (SANTANA; COSTA; MELO; SILVA; SOUZA, 2021).

O marco dos estudos da cultura LGBTQIA+ na CI data de 2010 com a defesa da tese intitulada "**Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras" da autoria Fábio A. Pinho pelo PPCI/UNEP, Marília. Porém é preciso conhecer o que antecede a tese de Pinho, enquanto movimento social informacional, assim destaca-se os debates sobre eixos temáticos, a Responsabilidade Social, e posteriormente da IER, e esses acabaram contribuindo para o avanço da visibilidade da cultura LGBTQIA+ e fortalecendo os estudos da IGS.

Isso ocorre uma vez que estes debates antecessores passaram a focar corpos e subjetividades antes invisibilizados na CI. Essas pautas se alinharam posteriormente à cultura LGBTQIA+



quantos aos marcadores sociais com a comunicação intitulada "**Acesso e uso da informação étnico-racial por LGBTQI+ negros/as: Refletindo sobre a identidade eclipsada no contexto universitário**" publicada em 2019 no **II COPENE – NORDESTE – 2019, ST 8 – Acesso e uso de TICs e Informação Étnico-racial na Educação**, coordenado por Leyde Klebia Rodrigues (UFBA) e outros(as). De autoria de Sérgio Rodrigues de Santana e Ewerton Alves, foca-se as tensões em dois marcadores sociais das diferenças, a negritude(raça) e a homossexualidade. O trabalho foi produzido pelo GEINCOS/NEPIERI, núcleo que promoveu as três edições do **e-Geincos** 2008; 2011; e 2013.

O "**I Encontro Decolonialidade e Ciência da Informação: Veredas Dialógicas**", em 2020, uma ação conjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); também em conjunto com o núcleo "Informação, Memória, Tecnologias e Sociedade (iMclusoS/UFPA)" promoveu o seminário "**Lives e Olhares livres: a população LGBTQIA+ no contexto da pandemia da Covid-19**", evento promoveu reflexões sobre o acesso e uso da IGS no contexto pandêmico. Desatesta-se com articulações de visibilidade o **Momentos Bíblia**, o evento promovido pela Biblioteca Douglas Vale do campus Paragominas da UFPA, coordenado por Carla Daniella Teixeira Girard e Milton de Souza Fernandes que tem ocorrido entre 2021 e 2022.

Com relação a **IGS**, além do trabalho marco de Pinho (2010), segundo a rede epistêmica da IGS na CI destacam-se pesquisadores(as) como Gisele Rocha Cortes (UFPA), Henry Pôncio Cruz de Oliveira (UFPA), Izabel França de Lima (UFPA), Michel Batista Silva (UFPA), Raimundo Nonato Macedo dos Santos (UFPA), Jean Fernandes Brito (UNESP), Márcio Matias (UFSC), Guilherme Goulart Righetto (UFSC), Gláucio Barreto de Lima e Denise Braga Sampaio (UFPA - UFC) (SANTANA; COSTA; MELO; SILVA; SOUZA, 2021, p. 9).

Na rede ainda inclui: Thayron R. Rangel (UFF), Pablo Gomes (UFMG), Luís Fernando Vanin (UFSC), Bruno Almeida Santos (UFPA), Nathália Lima Romeiro (UFRJ) e Carlos Wellington Soares Martins (UEMA), um dos(as) principais articuladores(as) dos estudos sociais na CI. Destaca a produção de IGS pelo **Selo Nyota**, em termos de quantidade e qualidade significativos com publicações



de livros e *e-books* sobre as comunidades subrepresentadas o que inclui a LGBTQIA+, reunindo a partir da interdisciplinaridade especialmente de campos através da Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e CI.

Nesta produção se destaca o **"Do invisível ao visível: saberes e fazeres LGBTQIA+ na Ciência da Informação"**, essa articulação de visibilidade foi posta em prática em 2019. E todo esse movimento do paradigma social emerge na relação sujeito-social e seus lugares epistêmicos, especialmente de sujeitos de lugar de fala, possibilitando a articulação e a criação do **"GT 12 Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades"** do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em CI (ENANCIB)".

O GT como articulação de visibilidade será coordenado pela primeira vez pela Dra. Izabel França de Lima (UFPB) e Dra. Maria Aparecida Moura (UFMG) no XXII ENANCIB que ocorreu do dia 7 a 11 de novembro de 2022 em Porto Alegre, promovido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN).

5 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Na coleta de dados foram localizados 4 (quatro) Teses e 8 (oito) Dissertações acerca dos aspectos grupais, sociais e culturais LGBTQIA+ na CI e 12 (doze) currículos Lattes.

De acordo com o total 12 (doze) trabalhos, a UFPB é a instituição que produziu mais trabalhos sobre a IGS, com 2 (duas) dissertações e 2 (duas) teses. Em seguida, a UFMG com 2 (dois) trabalhos, 2 (duas) dissertações, já a UNESP, UFSC, UFC, UFBA e IBICT aparecem com apenas 1 (uma) produção científica.



'Transexuais', 'Lesbicas', 'Corpos LGBTQIA+' e 'Gays'; sociais LGBTQIA+:'Espaço LGBTQIA+', 'Homofobia', 'Direitos LGBTQIA+' e 'Pajubá'; interdisciplinares: 'Gênero', 'Políticas públicas', 'Diversidade sexual' e 'Discriminação e preconceito' e temáticos da CI: 'Memória(LGBTQIA+)', 'Folksonomia', 'Práticas Informacionais', 'Representação do conhecimento', 'Representação da informação', Regime de informação e Responsabilidade social.

As contribuições da tese "**Aspectos Éticos em Representação Do Conhecimento Em Temáticas Relativas à Homossexualidade Masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras", de Fábio A. Pinho (2010), para a Biblioteconomia versa sobre a representação do conhecimento LGBTQIA+, pois destaca o(a) profissional da informação, especialmente os(as) bibliotecários(as) e a Biblioteconomia como orientadores(as) éticos no campo da representação do conhecimento(informação). Para isso foca-se os estudos Terminológicos, a Indexação e o Tratamento Temático como mecanismos para promover a precisão, especificidade, exaustividade de formas sadias com vistas não perpetuar o preconceito, arbitrariedade, inadequação e, por vezes, a imprecisão das linguagens de indexação brasileiras.

Quanto à dissertação intitulada "**Competência em Informação de Minorias Sociais**: Pessoas Trans da Região de Florianópolis, Santa Catarina", de Guilherme Goulart Righetto (2018), as contribuições versam as competências em informação de minorias sociais, destacando as necessidades de informação de mulheres e homens trans, e destaca o desenvolvimento da competência em informação para além das bibliotecas e da biblioteconomia, em que os(as) profissionais deste campo estendam seus conhecimentos para outras organizações e profissionais.

Conclui-se que as necessidades de informação das pessoas trans pelos aspectos informacionais quanto a vulnerabilidade social e da resiliência.

Quanto à dissertação "**Centros de Referência LGBT, espaços de cultura, cidadania e informação**: um estudo na cidade de São Paulo", de Bruno Almeida Santos (2018), a sua contribuição versa sobre a dimensão de unidade informacional e o(a) usuário(a) LGBTQIA+, pois analisa os centros de Referência LGBTQIA+ enquanto unidades informacionais que cumprem como espaços de



acesso da informação, considerando a cidadania e cultura como fundamentais. Foca o(a) usuário(a) LGBTQIA+ de forma prática e teórica nos usos dos centros, e argumenta que os centros enquanto unidade de informação promovem serviços, ações e atividades desenvolvidas como o potencial para que o(a) usuário(a) LGBTQIA+ resolva as problemáticas relacionadas à Identidade de gênero e à sexualidade e no exercício da cidadania e aponta pelo olhar da Biblioteconomia que os centros emergem com serviço de referência.

A Dissertação "**Arquitetura da Informação Pervasiva no contexto do Centro Estadual de Referência dos Direitos de LGBT e Enfrentamento à LGBTfobia na Paraíba**", de Michel Batista Silva, discute a Arquitetura da Informação Pervasiva para recuperar da IGS para o Enfrentamento à LGBTfobia. Chama atenção da Biblioteconomia para os estudos de problemas relacionados à transmissão/disseminação da informação e a computação, pois discute os ambientes informacionais, unidades de informação analógicos, digitais e híbridas, o arcabouço de pressupostos teóricos e técnicos da Biblioteconomia, ou seja, sua preocupação histórica com coleta, preservação, organização, acesso e uso de informações para os diversos públicos, fornece subsídios para o projeto de sistemas de organização dos diversos ambientes informacionais digitais.

Por sua vez, a dissertação "**Vamos fazer um Escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil**", de Nathália Lima Romeiro, contribui no campo da *Folksonomia*, pois o trabalho analisa a violência sexual contra mulheres, especialmente mulheres lésbicas, a partir do estudo da *Folksonomia* das na rede social digital *Facebook*. Assim, considera os ambientes digitais como espaços de ativismo, mas também locus de pesquisa da organização do conhecimento, assim a Biblioteconomia pode se debruçar sobre a organização do conhecimento nestes espaços.

A contribuição de Jean Fernandes Brito (2019) por meio da dissertação "**Arquitetura da Informação em websites de Turismo LGBTQ**" versa sobre a organização, navegação e disseminar a IGS no âmbito turístico LGBTQIA+ em ambientes digitais, focando a



Arquitetura da Informação. Destaca o Pajubá como linguagem no processo de rotulação, ou seja, da Representação da Informação, assim da usabilidade, eficiência e eficácia no acesso e uso de conteúdos informacionais. Pois, para projetar um ambiente informacional digital é imperativo refletir a respeito da diversidade humana que pode constituir o público-alvo.

A contribuição da tese **“Regime de Informação das Políticas Públicas LGBTI+ no Brasil”**, de Raimundo Nonato Macedo dos Santos, ocorre pelo tema Responsabilidade Social da Informação através os estudos de Regime de Informação como estratégia para entendimento das Políticas de Informação, e, sobretudo, par a manutenção das Políticas Públicas destinadas aos sujeitos LGBTQIA+. E nesta análise do Regime de Informação, Políticas de Informação e Políticas Públicas LGBTQIA+ no Brasil, identifica-se os elementos que compõem os contextos, sujeitos, dispositivos de informação, artefatos de informação e ações de informação. Para o autor a Biblioteconomia deve problematizando a temática, e ao fazer esse apontamento a Responsabilidade Social emerge com fundamental na ação estes(as) profissionais.

A contribuição de Flávia Virgínia M. Pinto (2020) por meio da tese **“Transformando Normas e Padrões: as práticas informacionais de pessoas trans na ‘reinvenção do corpo’”** versa nas Práticas Informacionais para construção e manutenção dos corpos trans, pois aborda as Fontes de Informação acessadas, o compartilhamento e produção de informações sobre essas demandas corporais. O trabalho indica a necessidade de futuras pesquisas e ações no campo da Biblioteconomia, para que se avance no debate sobre a marginalização de um setor da população que não se encaixa nas normas culturais.

A contribuição da tese **“A Memória, a informação e o Silêncio da Lesbianidade no Serviço Nacional de informação, nas décadas de 1970 a 1980”**, de Denise Braga Sampaio (2021), para a Biblioteconomia versa nos estudos da Memória LGBTQIA+, com o foco no grupo, perfis e espectral lésbico e sua a trajetória no contexto da Ditadura Militar. Pois destaca a informação e seus apagamentos, silenciamentos como estruturas do regime de informação e memórias hegemônicas e institucionalizadas que



operava na forma de censura em que a comunidade LGBTQIA+, especialmente sobre mulheres, foram banalizadas e subalternizadas.

8 CONSIDERAÇÕES

Com maior e/ou menor grau, os trabalhos analisados trazem o percurso histórico acerca das homossexualidades a partir das injúrias, mentiras e negligências, mas também cita as lutas e estratégias políticas e de resistências, estas aliadas ao caráter resiliência. Isso ocorre porque todos(as) os(as) atores(as) são sujeitos(as) epistêmicos(as) LGBTQIA+, que transitam pelos marcadores sociais como raça, etnia, gênero e classe.

Os trabalhos analisados fazem traçados das estratégias de produção, organização e disseminação da IGS como estratégias informacionais, e isso ocorre através do lugar epistêmico de bibliotecários(as) e/ou estudantes de biblioteconomia, em que o acesso da IGS e uso dela são premissas básicas para qualidade de vida do sujeitos LGBTQIA+.

Compreender essas relações significa apontar que a Biblioteconomia tem alcançado novos espaços e tem agregado a fenomenotécnica tradicional a fenomenotécnica progressista/sociais, as quais os valores culturais e sociais LGBTQIA+ a partir da raça, etnia, gênero, sexualidade e classe são visualizados para promoção da atualização de seus saberes. Nesta busca de conhecimento, os(as) bibliotecários(as) progressistas/sociais veem na CI como principal aliada. Os achados dos aspectos grupais LGBTQIA+, sociais LGBTQIA+ e interdisciplinares tratados a partir das temáticas da CI servem como norteadores para os(as) bibliotecários(as), pois eles discutem Memória (LGBTQIA+), *Folksonomia*, Práticas Informacionais, Representação do conhecimento, Representação da informação, Classificação, Tratamento temático, Regime de informação, Responsabilidade social, Unidades de informação, Arquitetura da informação, Terminologia, IGS, entre outros.



REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 12676**: métodos para análise de documentos- determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.

AQUINO, M. A. **Conhecimento Prudente Para uma Vida Decente**: uma análise da temática étnico-racial na produção de conhecimento em Ciência da Informação/Biblioteconomia -período-2000-2012. Projeto de pesquisa, 2012.

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BOAVA, F. M. F. M. **O tipo ideal de estratégia**: um estudo fenomenológico social em arranjo produtivo local moveleiro. 2012. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Lavras, Lavras: UFLA, 2012.

CAPURRO, R. Epistemologia e ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

CARLOS, J. G. **Interdisciplinaridade no Ensino Médio**: desafios e potencialidades. Dissertação. (Mestrado em Ensino de Ciências) – Universidade de Brasília, 2007.

CASTRO, F. F. A sociologia fenomenológica de Alfred Schutz. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 48, n. 1, p. 52-60, jan/abr. 2012.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

PINHO, F. A. **Aspectos éticos em representação do conhecimento em temáticas relativas à homossexualidade masculina**: uma análise da precisão em linguagens de indexação brasileiras. 2010. Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTANA, S. R.; MELO, M. L. D.; SILVA, M. B. A cena Drag & DJ no contexto da pandemia: lugar de fala, informação e coletividade. *In*: Lives e olhares livres: a população LGBTQIA+ no contexto da pandemia da Covid-19, 2020, **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2020.

SANTANA, S. R.; COSTA, L. C. A.; MELO M. L. D.; SILVA, A. K. A.; SOUZA, E. D. A rede epistêmica da informação gênero-sexualidade na Ciência da Informação. **Informação em Pauta**, v. 6, n. 00, p. 1-21, 10 ago. 2021.



SANTANA, S. R.; MELO, M. L. D. Práticas Informacionais entre Bibliotecários(as) de Referência e Usuários(as) LGBTQIA+: um reflexão epistêmica sobre a construção social e coletiva da informação gênero-sexualidade em Bibliotecas. **Folha de Rosto**, v. 8, n. 1, 2022.

SANTANA S. R.; MELO M. L. D.; SOUZA, E. D. A SOMBRA KITSCH NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: concepções sobre a interdisciplinaridade identitária e epistêmica. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 2021, **Anais[...]**. 21., 2021. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021.

SANTOS, R. F.; AGUIAR, L. B. Práticas de organização e tratamento da informação em órgãos oficiais de perícia criminal: novos cenários para a atuação do profissional da informação. **Ciência da Informação em Revista**, Alagoas, v. 7, n.2, p. 33-53, maio/ago. 2020.

SANTOS, R. F.; CORRÊA, R. F. Análise das definições de Folksonomia: em busca de uma síntese. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p.1-32, abr./ jun. 2018.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**: textos escolhidos. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SMIT, J. W. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das ciências da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 8, n. 2, jul./dez. 2003.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

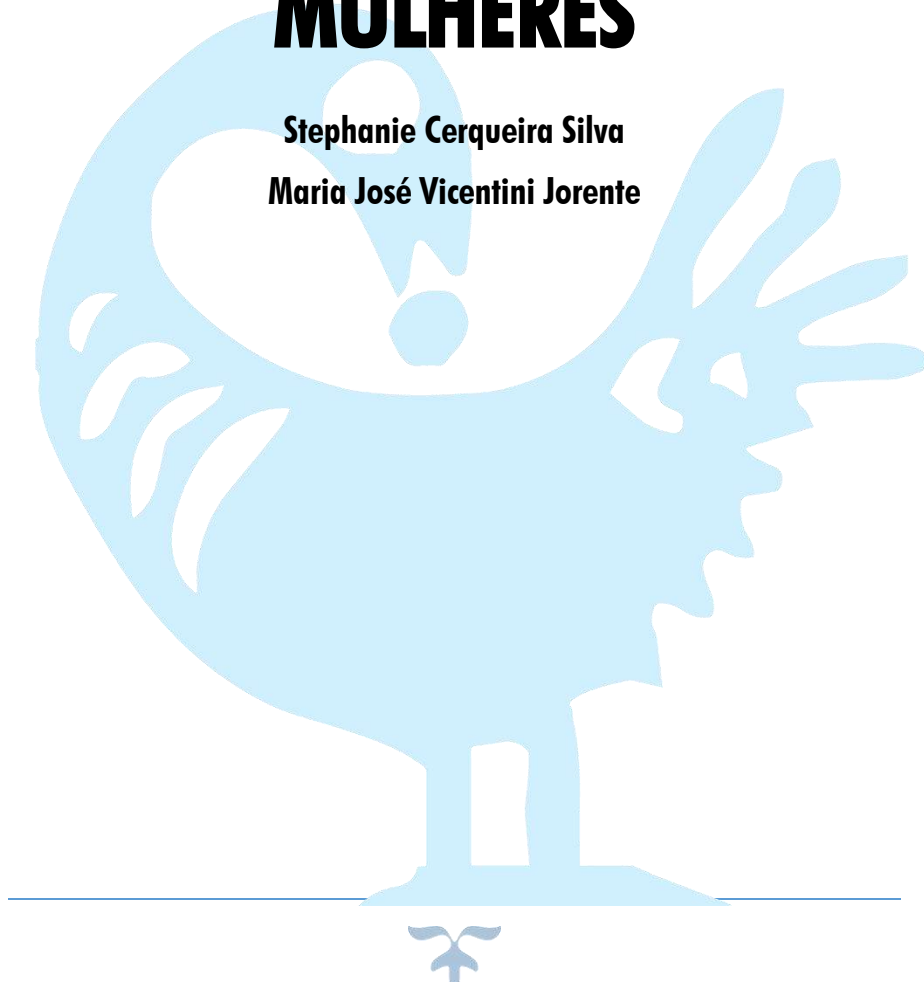
TEIXEIRA, O. A. Interdisciplinaridade: problemas e desafios. **RBPG: Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [s./l.], v. 1, n. 1, jul. 2004. DOI: 10.21713/2358-2332.2004.v1.22.





PERSPECTIVAS INTERDISCIPLINARES NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO PARA MUSEUS DAS MULHERES

**Stephanie Cerqueira Silva
Maria José Vicentini Jorente**



1 INTRODUÇÃO⁴⁰

O meio dígito-virtual apresenta convergências de múltiplas linguagens que potencializam o compartilhamento intenso de conteúdos informacionais. Os roteamentos e as aplicações facilitadas por conexões de hiperlinks, que movimentam a navegação na Web (BERNERS-LEE, 2007), intercambiam relacionamentos e interações entre os sujeitos e a informação. Nas áreas relacionadas à informação, à comunicação e à cultura, explorar e refletir os desafios gerados pelos impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) maximizam as perspectivas para que os equipamentos culturais interajam, de maneira eficiente e eficaz, com indivíduos e coletivos.

Os museus, equipamentos relacionados à memória e à cultura, são constituídos por acervos materiais e/ou imateriais – em sua grande maioria, por artefatos visuais. O compartilhamento dos seus simulacros imagéticos na Web amplia o acesso à informação e, conseqüentemente, incentiva conexões contextuais: os acervos museológicos alicerçam a comunicação institucional quando compartilhados em ambientes dígito-virtuais.

Um ambiente dígito-virtual é a confluência do digital (possui fisicidade material em sua estrutura tecnológica) com o virtual (representação que não necessita do meio físico e material); logo, necessita de aparatos e/ou dispositivos eletrônicos para representar o virtual (NASH, 2015). Em tais ambientes, um acervo pode resultar em representações conformadas por múltiplas linguagens, direcionadas para estimular narrativas visuais fundamentadas por questões socioculturais e propostas temáticas que incluam os diversos olhares das comunidades de interesse.

Nesse cenário, os museus das mulheres oportunizam discussões sociais embasadas pelos simulacros de seus acervos, ao viabilizar aspectos históricos e cotidianos da vida das mulheres. A construção de narrativas multimodais do protagonismo feminino é favorecida pela diversidade de linguagens de suas representações – pinturas, fotografias, esculturas etc. –, que se interpõe entre a materialidade dos artefatos e os internautas, na interface de

⁴⁰ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



interação. Para tanto, o tratamento adequado de acervos requer a compreensão da complexidade em seu entorno, isto é, de todas as camadas e suas relações.

Tal complexidade é traduzida como a inter-relação entre os ambientes dígito-virtuais, os sistemas de informação, os sujeitos informacionais, as comunidades de interesses e outros atores dos processos infocomunicacionais – relações articuladas das práticas informacionais com as comunicacionais, em que as estruturas sistêmicas da informação são complementares e indissociáveis às estruturas da comunicação, na contemporaneidade (COSTA; RAMALHO, 2019). Dessa maneira, surge a necessidade de alinhar os propósitos dos museus das mulheres com a multimodalidade dos seus acervos, por meio da apresentação e da representação da informação em ambientes dígito-virtuais.

A interdisciplinaridade entre o Design da Informação (DI) e a Curadoria Digital (CD) emerge como uma nova subárea na Ciência da Informação (CI) para a criação de ambientes voltados ao acesso e ao compartilhamento da informação, de modo que perspectivas diversas possam ser experienciadas nos âmbitos científico, social e cultural.

A nova subárea exerce papel significativo no planejamento e no gerenciamento de objetos digitais em ambientes na Web, pois possui interesse comum na solução de problemas infocomunicacionais complexos, que visem a efetividade, a eficiência e a eficácia da informação por todo seu ciclo de vida (JORENTE; SILVA; PADUA, 2021; JORENTE; LANDIM; APOCALYPSE, 2021). Tais afirmações incentivam, também, ações voltadas ao acesso e ao compartilhamento da informação na Web que, por sua vez, estimulam o trabalho de preservação (UNESCO, 2021).

O presente capítulo apresenta como problema a compreensão dos conceitos, dos recursos e das estratégias do DI e da CD, emergentes na CI, com vistas a propor melhorias para ambientes dígito-virtuais de museus das mulheres. O objetivo geral é identificar funcionalidades associadas ao DI, à CD e à CI para a apresentação e a representação da informação de acervos de tais museus em ambiente dígito-virtual.

Com a utilização das tecnologias, as possibilidades de explorar e extrair conteúdos informacionais desses acervos são



inúmeras. Os resultados demonstraram intersecções entre os conceitos e os recursos do DI e da CD, condizentes às propostas do paradigma pós-custodial da CI, que orientam estratégias de planejamento da informação. Tais ações propõem a reflexão de criação de acervos das mulheres de maneira dinâmica, ao atribuir funcionalidades adequadas ao processo infocomunicacional como uma oportunidade de ampliar sua visibilidade.

Considera-se que a convergência e a interdisciplinaridade das áreas oferecem recursos para promover o acesso e o compartilhamento da informação, pensados para impulsionar os objetivos e as dimensões da preservação da memória das mulheres dos museus. Recursos que, também, fomentam maior participação das comunidades de interesse na busca de fundamentos para discussões socioculturais na contemporaneidade.

1.1 Procedimentos metodológicos

O capítulo é de natureza quali-quantitativa e fundamentado no tipo de pesquisa descritiva. Para seu desenvolvimento, foram utilizadas partes das técnicas do método *Design Thinking* (DT), com seus instrumentos de coleta, análise e interpretação de dados.

O DT é uma metodologia não linear e multidisciplinar que engloba motivações inovadoras combinadas às necessidades dos indivíduos, às estratégias e às tecnologias, a fim de encontrar soluções ou oportunidades para o objetivo proposto (BROWN, 2008; NAKANO; OLIVEIRA; JORENTE, 2018). Os processos do DT se dividem em três fases: imersão (definição do problema e/ou oportunidade), ideação (geração e desenvolvimento de ideias) e implementação (aplicação da ideia) (BROWN, 2008).

Na **fase de imersão**, foi realizada uma coleta de dados sobre o contexto dos acervos e museus das mulheres no âmbito dígito-virtual. Para isso, foram utilizadas três listas de monitoramento global publicadas pela *International Association of Women's Museums* (IAWM) (Associação Internacional de Museus da Mulher, tradução livre): inicialmente, com a lista datada de janeiro de 2021 e, posteriormente, complementada com a de abril de 2022 e a de março de 2023. O levantamento quantitativo dos museus e dos ambientes dígito-virtuais foi executado com os dados das duas



primeiras listas no dia 17 de maio de 2022, e com os da terceira lista no dia 22 de maio de 2023; em relação ao quantitativo dos acervos dígito-virtuais, foram utilizados os dados da coleta realizada entre os dias 19 e 24 de março de 2023.

Na **fase de ideação**, foram identificadas funcionalidades para os acervos de museus das mulheres em ambientes dígito-virtuais e associadas com o DI e com a CD, interdisciplinares à CI. Para sintetizar a análise e reflexão, uma representação visual – infográfico – foi elaborada. Na **fase de implementação**, o método exige uma resposta para o problema, mesmo que a aplicação da ideia não seja obrigatória. Como resultado, delineou-se, para o futuro, um projeto de prototipação orientado às características funcionais e visuais para a apresentação e a representação da informação.

É importante salientar que, para o presente estudo, foram aplicadas partes das técnicas, dos métodos e das fases do DT, e não sua metodologia integral. Ressalta-se, também, que este capítulo se originou de uma pesquisa de dissertação com resultados levados para sua continuidade no doutoramento, com vistas à prototipação.

2 PANORAMA DOS MUSEUS DAS MULHERES

Diversos movimentos, em diferentes países e períodos históricos, impulsionaram discussões sobre a relação entre os museus e as mulheres, como *Women, Heritage and Museums* (WHAM) (1984, Inglaterra) e *Guerrilla Girls* (1985, Estados Unidos). Os movimentos foram relevantes para a visibilidade das questões confluentes nessa relação, que, mais, suscitaram a criação de museus das mulheres pelo mundo.

Em 1991, resultante de tais inquietações, a Unesco lançou o primeiro número da revista *Museum International* (v. 43, n. 3), com escopo voltado para a temática das mulheres em museus. O número foi coordenado por Lise Skjoth que buscou “[...] entender e visualizar as mulheres globalmente, como participantes integrais e criativas em todas as formas de desenvolvimento e, mais especificamente, como mediadoras e criadoras de cultura” (SKJOTH, 1991, p. 1, tradução nossa).



Skjoth propôs quatro indagações para a reflexão desse volume:

1. Quais imagens de mulheres são refletidas nas exposições dos museus?
2. Como as mulheres estão se saindo como profissionais nos museus?
3. Como suas perspectivas podem ser melhoradas nessas profissões?
4. Como os museus podem se tornar instrumentos na melhoria do estado social das mulheres em geral? (SKJOTH, 1991, p. 1, tradução nossa).

As questões anteriores enfatizaram a importância de espaços como os museus das mulheres e, na contemporaneidade, ainda orientam as visões entre os contextos feminino e museológico. Desse modo, tais museus fomentam panoramas temáticos sobre as mulheres que contribuam para discussões essenciais pertinentes à toda sociedade, em diversas culturas.

Com o intuito de preservar e dar visibilidade à memória das mulheres, por meio da cooperação entre instituições globais que trabalham com a temática da mulher e/ou gênero, a IAWM realiza um monitoramento anual de iniciativas e museus das mulheres. O monitoramento visa reunir o trabalho em rede internacional e promover atividades e exposições via canais oficiais, a fim de incentivar projetos colaborativos com museus associados, bem como com outras redes (IAWM, 2022).

Na lista de monitoramento publicada pela IAWM em março de 2023, foram contabilizados, ao redor do mundo, 151 museus (presenciais e não-presenciais) e iniciativas (em processo de consolidação). A Tabela 1 apresenta um comparativo quantitativo entre os anos de 2021 e 2023, dividido em seis regiões.

Os números apresentados indicam a importância dos museus das mulheres em nível global, tanto para a preservação da memória das mulheres quanto para o compartilhamento de informações relevantes em rede. É importante frisar que podem existir outros museus não incluídos no monitoramento da IAWM.



Tabela 1 – Comparativo dos números de iniciativas e museus das mulheres pelo mundo

Região	Museus presenciais	Museus não-presenciais	Iniciativas	Total
2021				
África	6	0	7	13
Ásia	13	6	4	23
Austrália	4	0	2	5
Europa	25	6	23	54
América do Norte	26	4	2	32
América Latina	5	5	8	18
TOTAL 2021	79	21	46	145
2022				
África	6	0	8	14
Ásia	13	7	4	24
Austrália	5	0	0	5
Europa	25	8	23	56
América do Norte	26	4	1	31
América Latina	4	6	7	17
TOTAL 2022	79	25	43	147
2023				
África	6	0	7	13
Ásia	14	8	5	27
Austrália	5	0	0	5
Europa	25	8	23	56
América do Norte	26	4	2	32
América Latina	5	6	7	18
TOTAL 2023	81	26	44	151

Fonte: Elaborada pelas autoras.

Nota: dados coletados dos monitoramentos de museus das mulheres (IAWM, 2021; 2022; 2023).

No comparativo, três pontos são destacados: a concentração dos museus nos Estados Unidos (do total da América do Norte, 29 se encontram no país); a soma da Europa e da América do Norte corresponde a 59% do total mundial; e a escassez em continentes



do hemisfério sul. Tais pontos indicam a emergência da criação de museus que atendam mais nações e culturas para expandir as fronteiras das conversações.

Na América Latina, existem 18 iniciativas e museus. Entre elas, duas correspondem ao Brasil: uma em Belém e outra em Brasília (IAWM, 2023). Entretanto, em busca paralela na Web, as últimas atualizações referentes ao museu de Belém, são: seu ambiente dígito-virtual, com publicações de 2010 (MUSEU DA MULHER BRASILEIRA, 2010a, 2010b) e um documento com menção à uma integrante em um congresso no ano de 2017 (PARÁ, 2017); além disso, não foram encontrados perfis em redes sociais.

Outro museu, o Museu das Mulheres (MMDas), foi fundado no início de 2022, considerado o primeiro museu brasileiro dedicado às mulheres, com caráter de organização sem fins lucrativos e com finalidade pública e social (MMDAS, 2022). Trata-se de um museu híbrido – presencial e não-presencial – que visa a inter-relação com outros museus, galerias, projetos e instituições (MMDAS, 2022).

As duas situações mostram, simultaneamente, a carência e o tardar de projetos tão necessários ao país. Uma expansão para ambientes dígito-virtuais na Web seria significativa para minimizar a ausência de museus em regiões com perfis semelhantes aos do Brasil. Complementarmente, favoreceria a elaboração e o compartilhamento de acervos dígito-virtuais para promover o acesso e ampliar o alcance da memória das mulheres, devido à flexibilidade que a Web traz para a busca de informações.

Dada a flexibilidade da Web, que não segue padrões hierárquicos, interligações entre museus e acervos ofereceriam cruzamentos e conexões informacionais benéficas para a multiculturalidade. A confluência de acervos proporcionaria uma diversidade de temas, como guerras, lutas sociais, profissões, sexualidade, entre outras temáticas emergentes das relações sociais, o que estimularia a criação de narrativas, ao viabilizar a pluralidade e os contrastes de diferentes regiões traduzidos em questionamentos socioculturais.

Dos museus e das iniciativas do monitoramento da IAMW, 109 possuem ambientes dígito-virtuais com domínios próprios e em funcionamento; porém, apenas 48 compartilham seus acervos, um número expressivo para a reflexão sobre as potencialidades do



acesso e do compartilhamento da informação. Assim, toda estrutura complexa da linguagem hipertextual resulta em conteúdos que necessitam de estratégias adequadas para compor e expandir o alcance e a integração com a sociedade, pois permite a atividade coletiva em novas interpretações, classificações e categorizações. Nesse sentido, a Web é a plataforma propícia na qual se aderem, também, possibilidades de fomentar o diálogo entre os museus e as comunidades de interesse.

Desenvolver funcionalidades em que a participação da comunidade resulte em recursos para os processos infocomunicacionais tem sido discutido na literatura da CI na pós-custodialidade. Portanto, é primordial que os fundamentos oferecidos pela interdisciplinaridade entre o DI, a CD e a CI sejam implementados, com o intuito de tornar a informação funcional, mediada pela apresentação e representação dos objetos museais nos acervos dígito-virtuais.

3 INTERDISCIPLINARIDADE ENTRE O DESIGN DA INFORMAÇÃO, A CURADORIA DIGITAL E A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

O caráter interdisciplinar da CI é constitutivo da área, a partir da sua emergência após a segunda guerra mundial. Como bem apontou Harold Borko (1968, p. 5), em sua clássica definição, “[...] é uma ciência interdisciplinar que investiga as propriedades e o comportamento da informação, as forças que governam os fluxos e os usos da informação [...]”.

Com as transformações das TIC, a área se encontrou diante de uma necessidade ainda maior de soluções e enfoques interdisciplinares e multidisciplinares, como enfatizou Tefko Saracevic (1996). Como uma área complexa, a CI possui pilares que demonstram, também, sua vocação transdisciplinar: apresenta potenciais metodológicos de investigação para sustentar e alcançar estudos de níveis mais profundos e complementares (DAHER JUNIOR; BORGES, 2021).

Assim, para este estudo, destaca-se a interdisciplinaridade da CI, bem como a sua complexidade, características por meio das quais pode-se percebê-la como uma ciência adequada a responder



os problemas da contemporaneidade. Simultaneamente, a rede compreende suas inter-relações, seus diversos atores, seus fenômenos aleatórios, suas incertezas, e tantos outros níveis que englobam o conceito de complexidade (MORIN, 2015).

A visão integrada dos sistemas de informação deve contemplar todos os componentes informacionais dos diversos agentes e contextos nos processos infocomunicacionais (MALHEIRO DA SILVA; RIBEIRO, 2012). O paradigma pós-custodial considera o acesso e o compartilhamento da informação, articulados com a participação dos sujeitos informacionais, como pontos essenciais dos procedimentos institucionais, pensados para além da sua custódia (RIBEIRO, 2002). Percebeu-se, dessa maneira, os fenômenos humanos e sociais como parte da fractalidade da estrutura complexa da CI.

Nesse sentido, encontrar soluções que se ajustem às relações entre as tecnologias e os sujeitos informacionais deve ponderar recursos e estratégias de áreas interdisciplinares e emergentes, como o DI e a CD.

Em síntese, o DI é uma área multi e transdisciplinar que aborda os métodos de planejamento e de construção de diversos tipos de informação, ao compreender seu conteúdo, sua forma, seu formato e sua linguagem, com o intuito de solucionar problemas derivados da complexidade de sistemas (GARRETT, 2010; OLIVEIRA; JORENTE, 2019). Nos sistemas, a camada do DI se encontra orientada tanto para a função e a funcionalidade – etapas envolvidas no processo de decisão – quanto para o significado informacional e seu impacto na absorção e compreensão pelos sujeitos; o que faz do DI um elemento fundamental no planejamento (GARRETT, 2010).

Por sua vez, a CD abrange diferentes ações nos processos de planejamento e gerenciamento dos objetos digitais, pelas práticas de criação, digitalização, documentação e compartilhamento para futuros acessos e reutilizações (ABBOTT, 2008; DCC, 2022). Sua implementação propõe vantagens a curto e longo prazo, como o aprimoramento da qualidade e proteção dos objetos, o estabelecimento de padrões, a permissão de acesso contínuo e a garantia de preservação (ABBOTT, 2008).



Assim, tanto o DI quanto a CD trabalham com métodos e estratégias potencializadoras para a elaboração e criação de ambientes dígito-virtuais, com perspectivas para a interação e participação dos sujeitos informacionais e das comunidades de interesse. Na ótica dos museus das mulheres, a interdisciplinaridade entre as áreas orienta o planejamento de ambientes que contemplam o compartilhamento de seus acervos, a fim de os tornarem organismos vivos e não, meramente, catálogos de objetos.

A partir dos diálogos sugeridos, as práticas associadas às funcionalidades constituem maior e melhor utilização das potencialidades oferecidas pela plataforma Web. Nessa tela, propostas que inter-relacionam aspectos da multimodalidade dos acervos com possíveis funcionalidades, juntamente com a participação dos sujeitos informacionais, convergem para o aperfeiçoamento da encontrabilidade da informação.

A apresentação dos simulacros imagéticos oferece possibilidades de expansão da dialogia no coletivo. Contudo, necessita da articulação com propriedades resultantes de ações, como são as opções de filtros de busca e de pontos de acesso. Tais funcionalidades podem ser desenvolvidas de acordo com os objetivos dos museus, ao estabelecer uma categorização mais profunda das temáticas trabalhadas, principalmente, com a participação das comunidades de interesse e suas conversações.

As camadas estruturais dos ambientes dígito-virtuais, desenvolvidas com fundamentos do DI, direcionam para funcionalidades que estejam adequadas às interações com os sujeitos por meio das interfaces (GARRET, 2010). Concomitantemente, a CD contribui para que o planejamento e o gerenciamento das informações estejam adaptados ao contexto inserido, com destaque para três ações: descrição e representação da informação (ação de planejamento e identificação do objeto digital), observação e participação da comunidade (ação de vigilância e conferência de atividades de curadoria e preservação), acesso e compartilhamento (ação de tornar a informação reutilizável) (HIGGINS, 2008).

A interdisciplinaridade, portanto, faz emergir percepções da apresentação e da representação da informação, com vistas ao



melhoramento do processo infocomunicacional, principalmente pela interoperabilidade de linguagens e sistemas oferecidos na Web. O quadro 1 apresenta propostas práticas das contribuições entre o DI e a CD, interdisciplinares à CI, para ambientes dígito-virtuais.

Quadro 1 - Contribuições do Design da Informação em ambientes digitais por meio das ações destacadas da Curadoria Digital

CONTRIBUIÇÕES DO DESIGN DA INFORMAÇÃO (1) (2) (3)	APLICAÇÕES / ENTREGÁVEIS / PRODUTOS
Práticas organizacionais e visuais (Pádua; Jorente; Semedo, 2019).	Documentação com memorial descritivo para aprimorar e criar soluções visuais contextualizadas.
Integridade de forma e conteúdo na criação e apresentação da informação (Padua; Jorente; Semedo, 2019).	Checklist com descrição das estruturas da interface e de acessibilidade aos sujeitos informacionais.
Interfaces com conexões visuais e informacionais (Padua; Jorente; Semedo, 2019).	Opções de navegação para perfis diversos (estudantes, educadores, exploradores, etc.) para promover melhor interação nos ambientes digitais.
Apresentações, contextualizações e interpretações por meio de acervos (Sayão, 2016).	Apresentação dinamizada dos simulacros dos acervos para conformar conteúdos diversos e promover interatividade.
Acervos apresentados por meio de múltiplas linguagens e para diferentes suportes (Padua; Jorente; Semedo, 2019).	Responsividade e funcionalidade na apresentação multimidiática da informação focada no acesso e no compartilhamento.
Interoperabilidade otimizada para os sujeitos informacionais (Jorente; Padua; Nakano, 2019).	Interfaces dialógicas, convergentes, conversacionais e claras para facilitação da navegação.
Convergências entre mídias e ambientes associados para o acesso e o compartilhamento da informação.	Estratégias digitais promotoras de experiências interativas entre a digitalidade e a presencialidade. Hipermídias integrativas das plataformas e recursos para aprimorar relações.
Espaço colaborativo e cooperativo para a educação e pesquisa científica (Sayão, 2016).	Elenco de opções para colaboração e dialogia entre os curadores e a comunidade de interesse, de maneira ativamente pedagógica ao convergir práticas e conteúdos.
Integração e interatividade aos potenciais grupos de internautas	Tutoriais e recursos de exploração de fontes de informação e hiperlinks para a organização e apresentação dos



CONTRIBUIÇÕES DO DESIGN DA INFORMAÇÃO (1) (2) (3)	APLICAÇÕES / ENTREGÁVEIS / PRODUTOS
para além das comunidades de interesse.	simulacros dos acervos para otimizar acesso, interação e recuperação de informações.
Coleções criadas pelos próprios internautas (Padua; Jorente; Semedo, 2019).	Recursos e funções disponíveis (comentários, etiquetas, compartilhamento, curtir, entre outros), para promover conversação a partir dos simulacros de acervos.
Atividade coletiva para estimular interpretações, classificações e categorizações como recursos estratégicos.	Funcionalidades promotoras da conversação, tais quais criação de perfis e outros incentivos ao relacionamento com a instituição.

Fonte: traduzido de Jorente, Silva e Pádua (2021, p. 12).

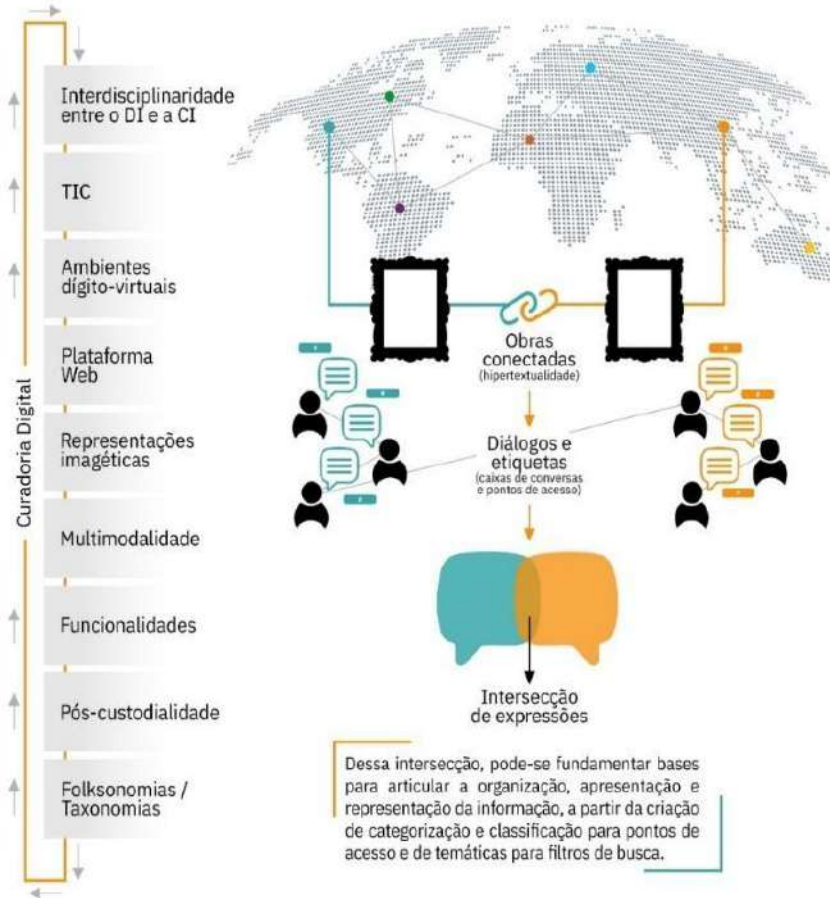
Nota: ações iterativas destacadas da CD: (1) descrição e representação da informação; (2) observação e participação da comunidade; (3) acesso e compartilhamento.

As contribuições interdisciplinares entre o DI, a CD e a CI podem servir como subsídios aos museus das mulheres para fomentar estratégias de comunicação relacionadas aos seus acervos, com ênfase na multimodalidade e nas funcionalidades. Dessa maneira, seus ambientes dígito-virtuais possuirão condições satisfatórias para a participação e a experiência dos sujeitos informacionais nas interfaces de informação.

O infográfico (Figura 1) apresenta uma síntese das possíveis relações do cenário proposto. A figura se desdobra em duas partes que se associam: do lado esquerdo estão os elementos de diversas ordens, necessários para o planejamento e a construção de um ambiente dígito-virtual eficiente para os sujeitos informacionais; do lado direito está representado um resultado almejado do acesso e do compartilhamento dos acervos com a participação das comunidades de interesse. É importante salientar que a execução dos elementos não segue uma sequência linear e, tampouco, faz parte de um processo conclusivo.



Figura 1 – Aplicações e relações em ambiente dígito-virtual na Web



Fonte: Silva (2021, p. 86).

De acordo com as propostas do paradigma pós-custodial da CI, as intersecções entre os conceitos e os recursos do DI e da CD podem orientar estratégias de planejamento para a apresentação e a representação da informação, que tornem os acervos de museus das mulheres organismos vivos. Sobretudo, por atribuir a participação dos sujeitos informacionais e das comunidades de interesse como oportunidades de promover a visibilidade dos museus e de repensar as estratégias do processo infocomunicacional.



4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As oportunidades de interligação entre os museus das mulheres e comunidades de interesse contribuem para narrativas multiculturais, devido às diversas temáticas e aos objetos que conformam seus acervos. Os museus das mulheres reforçam diálogos necessários para as importantes e crescentes pautas relacionadas a gênero e oferecem subsídios para contextualizar aspectos fragmentados da história das mulheres encontrados em seus acervos.

A partir do resgate da memória das mulheres, da facilitação do acesso e do compartilhamento, e, conseqüentemente da preservação em múltiplos cenários, os acervos podem proporcionar uma diversidade de dimensões de narrativas às comunidades de interesse e à sociedade.

Fundamentado na proposta de interdisciplinaridade entre o DI, a CD e a CI, este capítulo identificou funcionalidades práticas associadas à apresentação e à representação da informação para um acervo dígito-virtual de museus das mulheres. Tais funcionalidades são resultados das convergências entre os conceitos, os recursos e as estratégias dessas áreas complexas para o planejamento e gerenciamento da informação na Web. Desse modo, percebeu-se a emergência de novas áreas, fruto da complexidade dos diversos suportes, dos fluxos informacionais, dos atores envolvidos e dos sistemas como um todo.

No cenário conceitual e estrutural de acervos dígito-virtuais, e no seu planejamento, implementar as intersecções entre o DI, a CD e a CI amplia as dimensões dos museus das mulheres. Assim, as melhorias no processo infocomunicacional, na aproximação com as comunidades de interesse e nas oportunidades de conversações multiculturais são visualizadas como produtos do acesso e do compartilhamento, por meio de ambientes eficientes e eficazes que favoreçam as relações de memória e de uma nova cultura do feminino na sociedade contemporânea.

Tais resultados sugerem a realização de estudos futuros que busquem modelos de estruturação de planejamento e gerenciamento da informação, com vistas à prototipação de um ambiente dígito-virtual, pois não foram incorporados no presente



capítulo, dados os limites da atual publicação e da pesquisa que está em desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

ABBOTT, D. What is Digital Curation? **DCC Briefing Papers**: Introduction to Curation, Edinburgh, p. 1-3, 2008.

BERNERS-LEE, T. Testimony of Sir Timothy Berners-Lee. *In: Digital future of the United States*. Part I: the future of the World Wide Web. 2007.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.

BROWN, T. Design Thinking. **Harvard Business Review**, [s. l.], 2008.

CAMPOS, L. F.; RAMALHO, F. A. Comportamento infocomunicacional: perspectivas sobre definição, práticas e modelos de estudos. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 133- 158, 2019.

DAHER JUNIOR, F. J.; BORGES, J. Ciência da Informação: uma utopia transdisciplinar? **AtoZ**: novas práticas em informação e conhecimento, v. 10, n. 2, p. 89-96, 2021.

DIGITAL CURATION CENTRE (DCC). **History of the DCC**. DCC, Edinburgh, 2022.

GARRET, J. J. **The elements of User Experience**: user-centered design for the web and beyond. 2. ed. Berkeley: New Riders, 2010.

HIGGINS, Sarah. The DCC curation lifecycle model. **The International Journal of Digital Curation**, Bath, v. 3, n. 1, p. 134-140, 2008.

IAWM. **List of Women's Museums**. IAWM, 2021. Disponível em: https://iawm.international/?page_id=21. Acesso em: 15 maio 2021.

IAWM. **List of Women's Museums**. IAWM, 2022. Disponível em: <https://iawm.international/about-us/womens-museums/museums-list/>. Acesso em: 15 maio 2021.

IAWM. **Monitoring by the International Association of Women's Museums** (2023). Disponível em: <https://iawm.international/wp-content/uploads/2023/03/2023-03-For-Website-List-of-Members.pdf>. Acesso em: 22 maio 2023.

JORENTE, M. J. V.; LANDIM, L. A.; APOCALYPSE, S. M. Convergências entre a Curadoria Digital e o Design da Informação no contexto pós-custodial da



Ciência da Informação. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, Florianópolis, v. 26, p. 01-19, 2021.

JORENTE, M. J. V.; SILVA, S. C.; PADUA, M. C. Digital Curation and Information Design in digital environments: women's museums panorama. **Transinformação**, Campinas, v. 33, e210013, 2021.

MALHEIRO DA SILVA, A.; RIBEIRO, F. Documentation / Information and their paradigms: characterization and Importance in research, education, and professional practice. **Knowledge Organization**, [s.l.], v. 39, n.2, 2012.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MUSEU DA MULHER BRASILEIRA. **Direitos Humanos**: fundado em Belém Museu de Mulheres. 2010a. Disponível em: <https://museudamulherbrasileira.wordpress.com>. Acesso em: 17 maio 2022.

MUSEU DA MULHER BRASILEIRA. **Direitos Humanos**: fundado em Belém Museu de Mulheres 2010b. Disponível em: <http://museudamulherbrasileira.blogspot.com>. Acesso em: 17 maio 2022.

MUSEU DAS MULHERES. **Sobre**. MMDas, 2022. Disponível em: <https://www.museudasmulheres.com.br/cópia-sobre>. Acesso em: 31 mar. 2022.

NAKANO, N.; OLIVEIRA, J. A. D. B. de; JORENTE, M. J. V. Design thinking as a dynamic methodology for information science. **Information and Learning Science**, [s.l.], v. 119, n. 12, p. 743-757, 2018.

NASH, A. An aesthetics of digital virtual environments. In: **New opportunities for artistic practice in virtual worlds**. DOYLE, Denise. [S. l.]: IGI Global, 2015. p. 1-22.

OLIVEIRA, J. A. D. B.; JORENTE, M. J. V. Design da Informação e sua relevância para a Ciência da Informação. **Encontros Bibli**, [s.l.], v. 24, n. 54, p. 25-37, 2019.

PARÁ (Estado). **Ministério Público**. MPPA participa de evento alusivo ao Dia Internacional da Mulher, promovido pela SUDAM. 2017. Disponível em: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/81/ATIVIDADE%20MARCO%20TB.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.

RIBEIRO, F. **O desafio da formação profissional**: novo paradigma, novo modelo formativo. 2002.



SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SILVA, S. C. **Museus do feminino**: emergências dígito-virtuais das intersecções entre o design da informação e a ciência da informação. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2021.

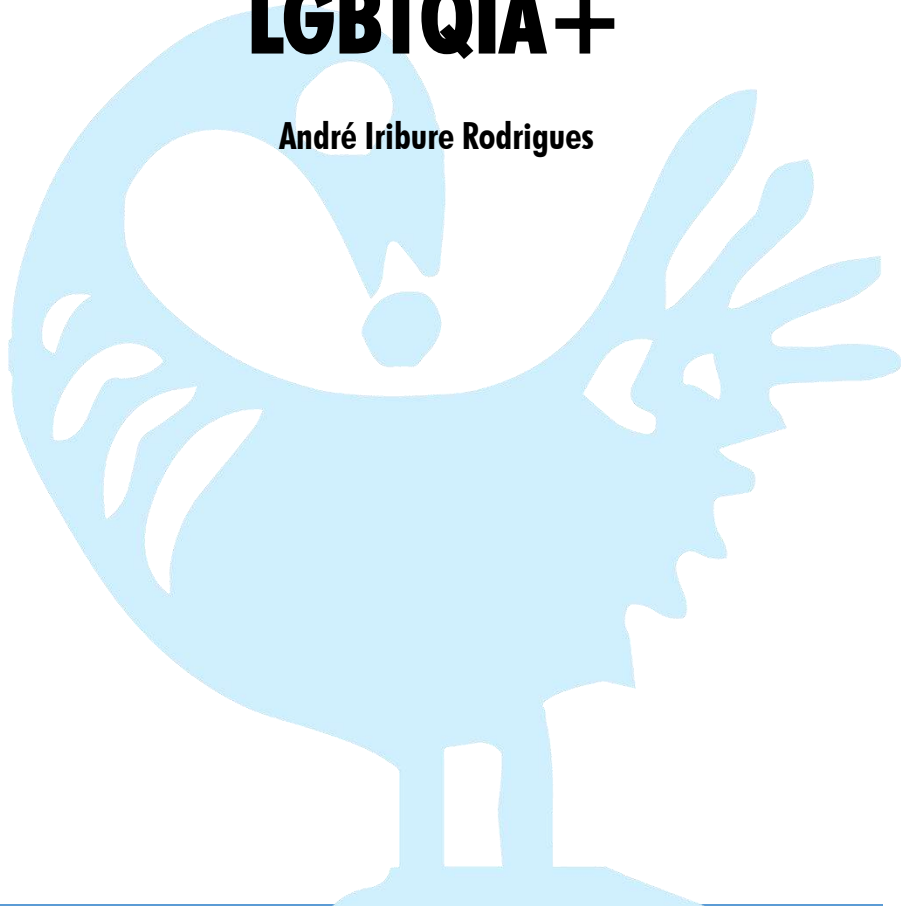
SKJOTH, L. This is a first: Introduction by the Co-ordinator of this issue. **Museum International**, [s.l.], v. 43, n. 3, p. 124-125, 1991.

UNESCO. **Memory of the World**. 2021. Disponível em: <https://en.unesco.org/programme/mow/>. Acesso em: 12 set. 2021.



JUSTIÇA DE GÊNERO E SEXUALIDADE: CAMINHOS PARA ESTRUTURAÇÃO DE OBSERVATÓRIO LGBTQIA+

André Iribure Rodrigues



1 INTRODUÇÃO

Este texto⁴¹ é, em parte, resultante da experiência em pesquisa iniciada em 2009 a problematizar sobre as representações LGBTQIA+⁴² na publicidade veiculada em televisão aberta brasileira e sua repercussão em rede social. Entre os principais objetivos situa-se o de analisar de forma sincrônica e diacrônica as representações que fogem ao modelo hegemônico heteronormativo, a partir de construções diversas de identidades sexuais e de gêneros. Interessa identificar, ressaltar e mapear as disputas de poder dessas representações com o modelo hegemônico através do texto publicitário e apontar o potencial de repercussão da temática na rede social Facebook, assim como observar de que forma se dá o engajamento entre público e marca anunciante das peças veiculadas. A possibilidade de apresentar um panorama das representações não (hetero)normalizadas de gênero e da sexualidade a partir de um levantamento e mapeamento de comerciais veiculados na publicidade brasileira em TV Aberta por Análise de Conteúdo delimita a relevância diante das desigualdades sociais e históricas que envolvem os que escapam da norma em relação às construções de gênero e da sexualidade. A pesquisa abarca mais de 04 décadas, de 1979 a 2020, com um *corpus* de mais de 120 peças publicitárias que abordam a temática LGBTQIA+.

Ainda sobre essa pesquisa, as referências teóricas e metodológicas embasam o contexto de diversidade sexual e de gênero, amparadas em conquistas por direitos civis dessa população à margem do modelo hegemônico heteronormativo. Esse grupo de representação minoritária enfrenta um histórico de invisibilidade demarcada por uma violência simbólica e física, as quais partem de grupos conservadores que tendem a questionar as conquistas políticas dessas pessoas, aquém nas relações de poder.

⁴¹ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).

⁴² A sigla refere-se a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros/Transexuais/Travestis, Queers, Intersexo, Assexuais/Agêneros e + todas as outras orientações sexuais e identidades de gênero que escapam ao modelo heteronormativo, entendidos como não (hetero)normalizados, não heterossexuais, minorias sexuais, e, em alguns momentos, tomados como sinônimos de homossexualidades no plural.



Assim, esse viés conservador demonstra sua estratégia cotidiana de práticas sociais de regulação como forma de reafirmação do modelo padrão heterossexual. É, portanto, nesse contexto, que se identifica a oportunidade de avanço de metodologia sobre abordagem da temática LGBTQIA+ com a proposição de modelo de estruturação de observatório/repositório digital da informação e comunicação LGBTQIA+ como elemento mediador e fomentador sobre as representações da diversidade na produção midiática brasileira como matriz que servirá de base para aplicação em outras plataformas.

A potência a ser apresentada de um Observatório LGBTQIA+, enquanto acervo informacional de produções da comunicação social, se ampara nas injustiças de sujeitos que se constroem à margem de modelo normatizador excludente. Uma plataforma em bases de repositório digital permitirá se delimitar como ocorrem, a partir de produtos da comunicação social, essas construções das representações, negociações e disputas de poder entre a norma e que a tensiona para outras possibilidades em direção ao contexto da diversidade. Para além desse mapeamento, como um instrumento de superação dessas desigualdades, defende-se o Observatório como estratégia alinhada à virtuosidade de uma justiça epistêmica, perfilada a proposições de políticas públicas voltadas a minorias, à promoção da diversidade e à informação e à educação da sociedade sobre pautas ainda polêmicas que envolvem os públicos LGBTQIA+.

A partir da pesquisa citada, defende-se uma proposta de construção de observatório que vislumbra possibilidades de contribuição e articulação das áreas da Ciência da Informação e da Comunicação Social. Ambas as áreas embasam o estudo de objetos relativos a temáticas que requeiram um tratamento democrático de sistematização da informação em sua potência de circulação de conteúdos permitindo a visibilidade do que extrapola o binarismo de gênero heterossexual, enquanto dispositivo de regulação para uma única possibilidade de vivência dos desejos e das práticas de gêneros. A proposição da construção de um Observatório das representações LGBTQIA+, de suas injustiças de gênero e da sexualidade, visando a superação como apoio para crítica e propostas de promoção de políticas públicas de justiça



epistêmica, permitirá se disponibilizar um espaço consolidado sobre a temática avançando enquanto objetivo específico de trabalho.

Dessa forma, parte-se do pressuposto do potencial de um observatório a fim de mapear, identificar, analisar e refletir acerca das representações LGBTQIA+ que contrariam o modelo hegemônico heteronormativo nos seguintes aspectos e questionamentos: como os conteúdos midiáticos têm visibilizado e, dessa forma, como têm contribuído para a consolidação de representações sociais de sujeitos com alteridade a partir de identidades de gênero e sexuais que, até então, eram vistas como marginais por escaparem de um modelo hegemônico heteronormativo, baseado na dualidade dos gêneros e da sexualidade? Qual o potencial da mídia ao dar suporte a uma perspectiva de representações de diversidade cada vez mais emergente e urgente em uma sociedade democrática em um estado de direito? Estes questionamentos sugerem eixos tensionadores que podem encontrar em uma estrutura de bases informacionais o suporte em observatórios de referência sobre conteúdo LGBTQIA+ aplicados na comunicação, em suas práticas e produtos, podendo extrapolar para diferentes áreas de conhecimento e de produção acadêmica.

Esta publicação avança ao incorporar aos estudos de gênero e sexualidade o aporte teórico e metodológico da Injustiça Epistêmica, ampliando a relevância social e histórica de desigualdades em seu caráter filosófico e do direito ao visar estratégias de superação em políticas públicas. Portanto, além de flagrar as disputas entre a norma e o que aponta para as diversas possibilidades de identidades de gênero e sexual, interessa identificar as recorrentes injustiças de gênero apoiadas na injustiça epistêmica. As estratégias de manutenção dessas desigualdades de gênero e de sexualidade não normatizadas em relação a uma heteronormatividade se apoiam nas injustiças testemunhal e hermenêutica como referência de leitura crítica.

Ao trazer a Injustiça Epistêmica para aporte do Observatório, questiona-se como é possível identificar e problematizar a partir de produtos da comunicação em referência teórica e metodológica à injustiça de gênero? Como a produção na área apresenta



alternativas, institucionaliza a conscientização dessa temática como parte virtuosa de contribuição acadêmica para superação de desigualdades históricas? Em que aspectos reforça padrões de desigualdades pela ausência de produção sobre o tema e o que ainda carece de conhecimento próprio no campo de produção? Como se poderia avançar com políticas públicas atinentes às construções de gênero e das sexualidades não normatizadas no que tange à produção da comunicação social e quais critérios para se considerar a contribuição desse campo de produção em suas práticas e produtos?

A perspectiva desconstrucionista social pauta a crítica em âmbito epistemológico de modelos estruturantes das performances de gênero e das identidades e práticas sexuais construídas social e historicamente. Além disso, tal postura visa desestabilizar a norma e trazer o que está à margem para o centro do debate, pois ainda padece das regulações e de disputas com o que se reveste de um caráter essencialista a delimitar e impor modelo hegemônico. Essa abordagem dialoga com as perspectivas filosóficas e do campo do Direito da Injustiça Epistêmica, entendendo a virtuosidade de alternativas para superação de desigualdades de diferentes âmbitos de sujeitos em interação social em um estado de direito civil, atinente aos direitos humanos, laico e democrático.

A estrutura deste capítulo está organizada a apresentar os desafios enfrentados por pessoas LGBTQIA+ e os resultados de luta de parte da sociedade civil organizada que reivindica uma ampliação de direitos civis e humanos ao se propor uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Essa relevância da abordagem LGBTQIA+ será ancorada em perspectiva teórica dos estudos de gênero e da sexualidade articulados à injustiça epistêmica. Na sequência, apresenta-se a pesquisa de referência como inspiração e modelo. Assim, o texto avança em uma abordagem de base informacional para se pensar em um Observatório de produtos comunicacionais das representações LGBTQIA+ de referência para sistematização de conteúdos afins a essa temática aplicados em diferentes finalidades acadêmicas, mercadológicas e da própria comunidade que busca avanços políticos no contexto da diversidade.



2 A JUSTIÇA DE GÊNERO: A MARGINALIDADE QUE PROPÕE UMA NOVA (DES)ORDEM

Desde a década de 1960 (FRY; MaCRAE, 1983; WEEKS, 2001), as lutas das minorias, que se configurariam no movimento LGBTQIA+ contemporâneo, têm desempenhado um papel fundamental na reivindicação por uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Nesse contexto, a mídia desempenha um papel central na disseminação de representações sociais, incluindo a publicidade veiculada em TV aberta, permitindo a ampliação da concepção da diversidade das identidades de gênero e sexual, o que tem se percebido mais recorrentemente a partir da década de 1990 (LOPES, 2004). O movimento de lutas que desembocam na representação midiática traz alguns dados que se mostram ainda desafiadores. De acordo com o Dossiê 2022 Mortes e Violências contra LGBTI+⁴³ no Brasil do Observatório de Mortes e Violências LGBTI+ no Brasil, o país se configura extremamente hostil a esse público, tendo atingido 273 mortes em 2022.

A população de travestis e mulheres trans foi o grupo mais violentado com 58,24%, 159 pessoas, de mortes. Os homens gays seguem a impactante e histórica estatística de grupo que sofre com tamanho grau de crueldade e tortura, tendo em vista que se trata de crimes de ódio, com práticas violentas de homotransfobia. Crimes motivados por causa das identidades de gênero e orientação sexual das vítimas, caracterizando uma prática social de desumanizar esses grupos e reforçar a hegemonia heterossexual. Esse segundo grupo foi vítima no percentual de 35,16%, num total de 96 pessoas mortas. Ainda, foram registrados casos de violência direcionados a homens trans e pessoas transmasculinas com uma incidência de 2,93%, e de mulheres lésbicas, com a mesma percentagem, atingindo 08 pessoas em cada segmento. Além disso, houve um caso de violência contra uma pessoa não binária, 0,37%, e também um caso envolvendo uma pessoa identificada como pertencente a outros segmentos, 0,37% do total de mortes. Deve-se considerar a subnotificação de casos, tendo em vista que nem todas as violências são registradas, seja pela ausência da própria vítima ou

⁴³ Esta é a sigla segundo o Dossiê citado.



a dificuldade de acesso a políticas públicas de orientação e acolhimento a essas vítimas de homotransfobia.

Esses dados demonstram o impacto do preconceito, demarcando o sofrimento como determinante social para esse público. Além das pessoas assassinadas, é preciso considerar os casos de suicídio, que vitimaram em maior percentual homens trans e pessoas transmasculinas, além de casos de ataques em espaços públicos e de exclusão social como a dificuldade de acesso à educação e ao mercado de trabalho formais que impactam as vidas de travestis e mulheres transexuais (ACONTECE..., 2023).

Sobre o termo homotransfobia, é relevante ressaltar que também é recorrente o vocábulo LGBTfobia (GONÇALVES, 2020) na intenção de ampliar o escopo de violência para a diversidade que abarque tanto identidade de gênero quanto a orientação e identidade sexuais. O Supremo Tribunal Federal (STF) enquadrou a homofobia e a transfobia como crimes de racismo, destacando a omissão inconstitucional do Congresso Nacional por não legislar sobre o tema⁴⁴. A expressão homofobia remonta a termos como sexismo, racismo, antissemitismo e, como tal, pode ser entendido como um essencialismo (HENCKEN, 1982; ALMEIDA NETO, 1999). Portanto, visa transformar em natureza o que é arbitrário e histórico, imputando diferenças sociais, sem evidências científicas (BOURDIEU, 1995), podendo ser pensado pela palavra heterossexismo. Reforçando-se, neste caso, que a questão não está vinculada, enquanto problemática social, às minorias que sofrem violência, mas aos que a praticam avalizados por um sistema heteronormativo.

Em seu livro *Society and Healthy Homosexuality* (1972), George Weinberg cunhou o termo "homofobia", que foi amplamente adotado pelo movimento homossexual e por estudiosos que se dedicam à temática. A homofobia, segundo o autor, é fundamentada em atitudes negativas e preconceituosas em relação aos homossexuais ou à homossexualidade. Hencken (1982) chama atenção para a bifurcação essencial do termo, que engloba tanto o medo quanto o preconceito. Essa distinção é relevante, uma vez que

⁴⁴ Para mais informações disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=414010>. Acesso em: 10 maio 2023.



o termo abarca uma gama diversificada de emoções, como medo consciente, ódio, desprezo, condescendência e pode até se manifestar a partir de comentários frívolos como “alguns dos meus mais estimados amigos são gays”.

Essa perspectiva se torna crucial para identificar as distintas manifestações da homofobia e da transfobia, ou LGBTfobia. Deve-se estar atento desde formas simbólicas intencionais e calculadas de desqualificação moral até os atos irracionais de violência física. Sobre esta questão do preconceito e seu desdobramento em discriminação será retomada ao se considerar as Injustiças de Gênero. Por ora, interessa qualificar o entendimento entre os termos que causam sofrimento entre pessoas LGBTQIA+ e reforçam o modelo excludente heterossexual.

Os dados estatísticos apresentados, portanto, demonstram que mesmo com os esforços de parte da sociedade civil e acolhimento do Estado, ainda há controvérsias e desafios em relação às questões LGBTQIA+. Não por acaso, alguns campos já vêm abordando essa pauta, inclusive acadêmico, a exemplo de áreas da Medicina, do Direito, da Comunicação e da Informação, a fim de contribuir com os avanços no âmbito de saúde pública, direitos civis, humanos e representatividade. Esse grupo tensiona os modelos vigentes e provoca reflexão e debate acerca dos direitos sexuais na esteira de direitos civis e humanos nos debates jurídicos no Brasil (RIOS, 2012). A livre expressão das identidades sexuais e de gêneros provocam uma discussão alinhada às reivindicações do movimento LGBTQIA+, e estabelece uma conexão entre democracia, cidadania, direitos humanos, civis e sexuais.

Em um Estado democrático e de direito, supõe-se a igualdade na aplicação e no tratamento da lei, assegurando que os cidadãos tenham acesso ao que prevê a constituição brasileira, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero (RIOS, 2006). A partir de um contexto jurídico que reconhece e legitima a busca pela inclusão dessas minorias, considera-se, pois, as demandas e conquistas como legítimas em relação à liberdade de práticas comuns a todos os cidadãos. No entanto, essas práticas ainda são socialmente estigmatizadas e consideradas inadequadas para serem, muitas delas, expostas publicamente. Por exemplo, a capacidade de expressar afeto em



público por parte desses indivíduos é uma conquista que vem sendo pleiteada com base no direito à privacidade sexual, ao prazer sexual e à expressão sexual (RIOS, 2006), considerando-se, respectivamente, as mesmas prerrogativas para a diversidade de construções de gêneros.

Em 1985, o Conselho Federal de Medicina brasileiro modificou a classificação da homossexualidade, deixando de considerá-la como uma subcategoria da categoria "Desvios e Transtornos Sexuais", anteriormente categorizada sob o código 302.0 (FRY; MaCRAE, 1983). A partir de então, passa a ser classificada como "outras circunstâncias psicossociais" código 206.9. Assim, culminou, em 1999, na Resolução n.º 1 do Conselho Federal de Psicologia que estabeleceu uma posição ética contrária à promessa de "cura" da homossexualidade, a qual vinha sendo prometida por alguns profissionais até então. Mesmo tendo se passado tantos anos, ainda é necessária uma vigilância recorrente a situações de constrangimento que se insurgem retomando essa promessa anacrônica na linha do tempo de conquistas desse público.

Nessas disputas por resguardo perante o Estado, é importante destacar que as pautas LGBTQIA+, na conjuntura social e política brasileira, têm conquistado espaços em diferentes segmentos sociais. Movimentos organizados, que partem deste grupo, possibilitaram conquistas por direitos civis. As lutas por transcendências de formas sociais e históricas de discriminação desses indivíduos, logo, consagra-se na realização do direito à igualdade consagrado pela Constituição de 1988, visando o resguardo do efetivo acesso a essa prerrogativa.

A possibilidade de adoção, protegida pela Constituição Federal de 1988, que não faz menção à orientação sexual do adotando, segue nessa linha de conquistas por igualdade. Da mesma forma, lista-se a retirada da Homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1990. Embora tenha sido um avanço significativo, certamente ainda há um longo percurso de conquista plena da cidadania desses grupos. De acordo com informações divulgadas pela Associação Internacional de Pessoas Lésbicas, Gays,



Bissexuais, Trans e Intersexuais (ILGA)⁴⁵, ainda existem muitos países onde a homossexualidade é considerada crime, resultando em prisões e até mesmo levando à condenação de pena de morte. Nessa esteira, a desclassificação da transexualidade como doença pela OMS ocorreu apenas em 2018. No contexto brasileiro, outras conquistas destacam-se como a equiparação da união civil estável entre pessoas do mesmo sexo às uniões entre homens e mulheres, aprovada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011.

Outra conquista de grande repercussão foi a criminalização da homofobia pelo STF em 2019⁴⁶. Esse avanço, ao apresentar pelo Estado uma forma de resguardo de pessoas que sofrem violência física e simbólica por suas identidades sexuais e de gênero, em um país de altos níveis de violência contra LGBTQIA+, foi alvo de disputas ao se destacar a tentativa da Advocacia Geral da União (AGU) de derrubar essa decisão sob a justificativa de que ela "atinge" liberdade religiosa⁴⁷.

Dessa forma, percebe-se como essa parcela da sociedade ainda está sob regulação de diferentes instâncias, nesse caso o embate com a bancada evangélica da câmara dos deputados, a qual, articuladamente, vêm demonstrando resistência às conquistas em direção à diversidade sexual e de gênero. Nesse caso, em específico, significaria um retrocesso frente às conquistas por direitos civis da população LGBTQIA+. Ainda, destaca-se a conquista relevante que ocorreu, em plena pandemia. Trata-se da decisão aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em outubro de 2020, que leva em consideração a autodeclaração de pessoas condenadas ao direcioná-las a presídios e cadeias, permitindo que LGBTQIA+ possam cumprir suas penas em locais adequados ao seu gênero autodeclarado⁴⁸. Aqui, percebe-se, contudo, que os avanços desse público, prioritariamente, se deram

⁴⁵ Para mais informações, disponível em: www.ilga-europe.org Acesso em: mai. de 2023.

⁴⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/06/13/stf-permite-criminalizacao-da-homofobia-e-da-transfobia.ghtml> Acesso em: 10 jan. 2021.

⁴⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/agu-pede-que-stf-esclareca-se-criminalizacao-da-homofobia-atinge-liberdade-religiosa.shtml>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁴⁸ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-out-02/cnj-reconhece-identificacao-genero-todo-sistema-prisional>. Acesso em: 15 jan. 2021.



pelo poder Judiciário, demonstrando o conservadorismo de parte do Legislativo e, conseqüentemente, a dificuldade de aplicação por parte do Executivo.

Diante de um debate contemporâneo sobre a diversidade sexual e de gênero e a ascensão a direitos civis da população LGBTQIA+, entre eles o casamento entre pessoas do mesmo sexo, que repercutem na vida social, e alteram comportamentos, como a manifestação pública de afeto, sugere-se conquistas políticas apoiadas em uma garantia democrática às diferentes identidades de gêneros e sexuais, para além de um binarismo masculino feminino (BUTLER, 2003). As pesquisas sobre gênero e sexualidade trazem novas perspectivas para a análise de diversos fenômenos, ao questionar as relações de poder presentes nos modelos sociais e históricos estabelecidos.

Desde os primórdios da primeira onda do movimento feminista (NICHOLSON, 2006) até alcançarem reconhecimento na pesquisa acadêmica no Brasil na década de 1980 (LOURO, 1999), a abordagem sobre gênero e sexualidade tem demonstrado seu poder além de uma dimensão política, enquanto uma categoria empírica e analítica (PEDRO, 2005; SCOTT, 1995). Diversas disciplinas nas áreas das ciências humanas e médicas têm enfrentado questões que permeiam o cotidiano das pessoas, abordando privilégios e subalternidades que são social e historicamente definidos através das relações de poder (BUTLER, 2008; LOURO, 2004). Não por acaso, é relevante reconhecer que um estudo que aponte para a temática central ou adjacente a pessoas LGBTQIA+ remeta, necessariamente, ao reconhecimento do impacto do movimento feminista ao longo do século XX, atravessando para estes tempos do XXI.

O movimento feminista questiona as relações de poder na sociedade patriarcal, destacando a diferença entre os sexos. Visa, portanto, combater a opressão e a marginalização das mulheres, que historicamente foram consideradas incapazes de controlar sua própria história como cidadãs, esse termo ainda não cunhado na virada do século XIX para o XX. Tal postura desafia as normas estabelecidas por várias instituições, que gradualmente se adaptam a esse novo ator social. A primeira onda do feminismo, que teve



início no final do século XIX, concentrou-se na luta por direitos políticos, civis e sociais (PEDRO, 2005).

Conforme apontado por Scott (1995), a organização social da diferença entre os sexos é baseada no conceito de gênero. Essa perspectiva estabelece um conjunto de estruturas mentais que atribuem significados às diferenças corporais, e contribuem para as leituras que identificam as desigualdades a partir dos corpos e dos desejos. A ideia de gênero permite identificar as relações sociais entre indivíduos que são moldadas pelas hierarquias de poder presentes em uma construção histórica articuladas e tensionadas em corpos físicos. É a partir dessa interação entre o corpo e as estruturas sociais que a identidade é construída.

Em termos políticos, a diferença se torna aliada para delimitar contra o que se luta ao se marcar alteridade em relação ao que se constrói em diferença à norma. O diálogo em torno das identidades sexuais tem se expandido desde as reformas liberais dos anos 1960, com uma abordagem política de autodeterminação e afirmação (WEEKS, 2001). No entanto, as diversas formas de expressar-se como mulher, homem e outras práticas de gênero e identidades sexuais, assim como as vivências de prazeres e desejos corporais, são constantemente renovadas, regulamentadas, condenadas e até mesmo negadas (LOURO, 1999). As disputas de poder que buscam normatizar e regular as orientações sexuais e as construções de gênero culminam na heteronormatividade, como uma lógica e conjunto de práticas elaboradas social e historicamente (BUTLER, 2003; LOURO, 2004).

A estrutura compulsória atua como um mecanismo regulador na opressão heterossexista. Ao considerar o indivíduo como um agente capaz de negociar suas próprias construções e políticas de identidade por meio de suas ações e práticas de gênero, a lógica compulsória cria aberturas para a subversão e deslocamentos das noções naturalizadas e reificadas de gênero que sustentam a hegemonia calcada nos binarismos de gênero e sexuais. As regras de repetição, compulsórias e naturalizadas, ao mesmo tempo em que restringem, também possibilitam variações e práticas alternativas, sugerindo novas possibilidades de construções de gênero.



Por um lado, as possibilidades de expressar prazer, desejos e devires sexuais são socialmente estabelecidas e codificadas. "As identidades de gênero e sexuais são compostas e definidas por relações sociais, elas são moldadas pelas redes de poder de uma sociedade." (LOURO, 1999, p. 11). Essas identidades, ao estarem constituídas e definidas estruturalmente no âmbito da cultura e da história, considerando a interseccionalidade (CRENSHAW, 1989) e decolonialidades (GOMES, 2018), delimitam os limites. Portanto, os corpos, assim como as identidades generificadas ou engendradas e sexualizadas, não são condicionados apenas biologicamente, mas significados pela cultura e alterados continuamente por ela (LOURO, 2004; RODRIGUES, 2019). Contudo, as possibilidades de variações de práticas divergentes da norma se insurgem. As minorias sub-representadas LGBTQIA+, alinhadas a uma perspectiva política de inclusão social, pautam a reivindicação de suas visibilidades, daquelas que poderiam ser definidas como variantes sexuais, amparadas em instituições e movimentos organizados da sociedade civil.

Em caráter teórico e metodológico, os estudos de gênero se amparam em uma crítica pós-estruturalista. Ao ser desconstrucionista e não propositiva, essa perspectiva permite que se evidencie a tensão em transição. A decisão parece estar no âmbito do olhar, da sensibilidade de perceber o objeto, sua materialidade, em suspensão para flagrar suas inconsistências. Pode-se, portanto, perceber de forma libertária as possibilidades de subversão, pelas possibilidades de construções de gênero e da sexualidade em tensionamento com os binarismos fundados na heterossexualidade compulsória. Em outra perspectiva, entender essas práticas como redundantes e reificadoras, reivindicando outras leituras do que se constrói para além desse modelo.

A abordagem crítica pós-estruturalista desconstrucionista tem desempenhado um papel acadêmico importante ao compreender movimentos políticos, como o feminismo e o LGBTQIA+, que desafiam as normas e entram em conflito com os modelos dominantes. Nesse sentido, busca-se estabelecer uma conexão entre esses estudos e a teoria da injustiça epistêmica, que propõe uma postura de justiça epistêmica virtuosa, com o objetivo de superar as desigualdades sociais e históricas. Essa abordagem



reconhece como os sujeitos marginalizados são privados de conhecimentos dentro desse sistema estabelecido, o que fundamenta a existência da injustiça de gênero.

Uma aproximação entre estudos de gênero e sexualidade à perspectiva da injustiça epistêmica já foi possível de ser ensaiada em publicação anterior (RODRIGUES; VARGAS, 2023). Busca-se neste texto uma oportunidade de avançar na proposta ao trazer essa articulação teórica e metodológica ao objeto de estudo do observatório LGBTQIA+. A injustiça epistêmica é um fenômeno abrangente, podendo ser abordada a partir das questões de gênero e sexualidade, apresentando um potencial teórico e metodológico significativo para estudos nessa área. Nesse contexto, propõe-se, ao se aproximar as desigualdades sociais e históricas das relações de gênero e sexuais às injustiças epistêmicas, a apropriação do termo Injustiça de Gêneros e das Sexualidades não normatizadas que escapam da heteronormatividade e tensionam para a pluralidade de vivências e experiências no âmbito da diversidade.

A injustiça epistêmica (FRICKER, 2007) pode ser compreendida em duas dimensões: a testemunhal e a hermenêutica. A dimensão testemunhal refere-se à injustiça sofrida por indivíduos que são desacreditados, ignorados ou mal interpretados. No caso das relações de gênero, pode-se delimitar essas práticas em função de suas construções dos gêneros e das sexualidades. Essa forma de injustiça é resultado de uma desigualdade estrutural que leva a uma falta de reconhecimento e valorização das experiências e perspectivas de sujeitos invisibilizados. Já a dimensão hermenêutica da injustiça epistêmica diz respeito à interpretação distorcida ou prejudicial das narrativas e experiências das pessoas. No recorte que nos interessa, é relevante destacar as limitações de percepção em relação a gênero e sexualidade. Isso ocorre quando concepções preconceituosas e estereotipadas são impostas, limitando a compreensão e a expressão das identidades de gênero e sexuais diversas.

Identifica-se, portanto, possibilidades de encaminhamento de leituras das desigualdades de gênero e da sexualidade sobre sujeitos LGBTQIA+, com aporte de procedimento teórico e metodológico da injustiça epistêmica. Defende-se a proposta de um Observatório LGBTQIA+ no que tange a sua contribuição de



plataforma digital que articula os campos da Informação e da Comunicação. Nesse contexto, a injustiça hermenêutica emerge como uma lacuna estrutural na produção de conhecimento sobre grupos minoritários em uma sociedade fundamentada em modelos hegemônicos. É crucial mapear o que tem sido produzido na comunicação e de que maneira tem se contribuído para superar a falta de compreensão comunicativa. A objetividade da falta de informação reforça a intrínseca incapacidade do outro marginalizado de se construir e se apresentar para aqueles que estão em posições de privilégio. Conforme apontado por Fricker (2007), um ouvinte hermenêuticamente virtuoso deve estar consciente das injustiças interpretativas que impedem uma interação comunicativa eficaz, buscando superar as desigualdades de julgamentos de credibilidade e apontando caminhos de inclusão e superação.

A falta de compreensão de si como alguém inferiorizado nas relações de poder reforça a norma dominante e exclui outras possibilidades de experiências. Consequentemente, as práticas diárias de construção de gênero que reafirmam um modelo heteronormativo delimitam um campo de conhecimento que exclui, regula e reafirma a impossibilidade de outras construções, especialmente aquelas que carecem de legitimidade devido à falta de um conhecimento autêntico que extrapole a norma. Um sujeito constantemente subestimado em cada ato performativo (BUTLER, 2003) deve estar consciente da necessidade de desconstruir o modelo estabelecido, pois é enfraquecido por uma aparente naturalização da injustiça, que se esconde de maneira perversa em uma construção social e histórica arbitrária e desigual.

A perspectiva apresentada por Fricker (2007) nos alerta para a normalidade da injustiça, destacando a importância das virtudes ético-intelectuais da justiça testemunhal e hermenêutica na superação das desigualdades. Nesse sentido, há uma convergência com a abordagem de Butler (2008), que propõe uma perspectiva desconstrucionista dos atos performativos, revelando nas suas inconsistências a fragilidade de uma construção social disfarçada como uma natureza inalterável. Ambas as autoras realizam críticas contundentes à imposição de uma normalidade sobre sujeitos marginalizados, que são privados do conhecimento sobre suas



próprias práticas, reforçando preconceitos e estereótipos em relação a grupos sociais específicos. Butler questiona vigorosamente o modelo imposto e baseado na norma, enquanto Fricker ressalta a necessidade de construção de conhecimento para aquilo que está aquém nessa ordem. Além disso, ambas as abordagens indicam que a injustiça testemunhal, juntamente com outras formas sistemáticas de exclusão, reafirma a exclusão de grupos como negros, gays e mulheres, perpetuando a marginalização e a opressão desses grupos, negando-lhes a oportunidade de serem ouvidos, compreendidos e valorizados em sua plenitude.

Dessa forma, a crítica de Butler e a proposta de Fricker convergem ao questionar a hegemonia imposta sobre sujeitos marginalizados e ao evidenciar a necessidade de reconstrução de conhecimento e de justiça para alcançar uma sociedade mais igualitária. Ambas as abordagens têm o potencial de contribuir para uma análise mais profunda das estruturas de poder e para a promoção de políticas e práticas que visam à superação das desigualdades injustas de gênero, de identidades étnico-raciais, de sexualidade e de outras formas de opressão.

Fricker ressalta a importância das experiências individuais de justiça epistêmica, mas reconhece que essas experiências isoladas não são suficientes para promover mudanças sociais e políticas em larga escala. Para tornar visíveis os preconceitos implícitos no imaginário coletivo e na construção do sujeito, é necessário um movimento coletivo que envolva discussões e compartilhamento de experiências de diversos indivíduos. Quando o preconceito não é consciente, Fricker (2010) afirma que a conscientização deve vir de fontes externas, como sanções institucionais ou desincentivos para a prática do preconceito. Isso destaca a importância de medidas institucionais e políticas para combater o preconceito e promover a igualdade. O empobrecimento hermenêutico resultante da marginalização tem um impacto coletivo, levando a uma desvantagem cognitiva de um grupo em relação a outro. Isso evidencia a dinâmica de poder presente nas relações sociais, onde alguns grupos têm mais acesso e controle sobre o conhecimento e a interpretação da realidade do que outros. Portanto, compreende-se que a luta contra a injustiça epistêmica e os preconceitos requer



esforços coletivos, tanto de pessoas quanto institucionais, visando à conscientização, à transformação das estruturas de poder e à promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao abordar a injustiça de gênero, é importante destacar o aporte de Rios (2020), que enfatiza, ao defender os direitos sexuais, o papel do preconceito e da discriminação como elementos operadores, portanto intrínsecos a essas formas de ação. A perspectiva do campo do direito de Rios traz valiosa contribuição para o debate, analisando as questões jurídicas e normativas que perpetuam a desigualdade de gênero. Segundo o autor em questão, é importante fazer uma distinção entre os termos "preconceito" e "discriminação".

O preconceito envolve percepções que desfavorecem sujeitos historicamente marginalizados, enquanto a discriminação é a materialização dessas percepções negativas, resultando na violação de direitos. Dessa forma, a desigualdade surge a partir da heterossexualidade sendo considerada a norma, o que coloca um sujeito como detentor de direitos em detrimento de outras possibilidades de construção de gênero e sexualidade. Existe uma "objetivação epistêmica" (FRICKER, 2007), um silenciamento, que se manifesta através da negação de direitos a determinados sujeitos, os quais carecem de conhecimento para uma superação virtuosa da injustiça. Nesse contexto, é relevante considerar a homotransfobia como uma forma de "racismo social", conforme discutido por Rios (2020).

Gheaus (2015) traz uma relevante contribuição para se analisar a injustiça epistêmica no contexto do gênero, pelo seu papel central em diversas instâncias, entre o público e o privado, colocando homens e mulheres em situações de desigualdades estruturais diante de privilégios políticos, econômicos e sociais. Desde a primeira onda feminista que reivindicava acesso ao espaço público da política, com direito ao voto, no movimento sufragista inglês, havia movimento de superação do confinamento feminino ao espaço privado ou religioso. Passado um século, em alguns lugares do planeta, mulheres ainda são alvos de tratamentos desiguais que já eram foco das sufragistas.

Se por um lado, as mulheres conquistaram direito ao voto, acesso ao mercado de trabalho e direito à propriedade, por outro,



ainda, são subrepresentadas na política partidária, sofrem violência doméstica, são vítimas de feminicídio, recebem menos do que os homens no trabalho, estão mais vulneráveis à exclusão econômica, e ainda padecem da objetificação de seus corpos pela indústria pornográfica e pela prostituição como forma de sobrevivência. Independente das tantas vertentes feministas, o que se tem em comum são as desigualdades resultantes de manutenções de relações de poder de uma sociedade patriarcal e heterossexual. A autora aborda dois temas centrais da filosofia política contemporânea: a justiça e a teoria democrática. A primeira se refere às demandas substantivas da justiça, incluindo teorias sobre distribuição equitativa e relações igualitárias entre os cidadãos. Já a segunda se concentra nos procedimentos pelos quais as decisões políticas legítimas podem ser alcançadas. Ambos os temas são fundamentais para compreender e buscar a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

A justiça de gênero, tema abordado pela autora Pam Spees (2012), tem como objetivo garantir a proteção e a promoção dos direitos civis, políticos, econômicos e sociais com base na igualdade entre os gêneros. É fundamental adotar uma perspectiva de gênero ao analisar os próprios direitos e, também, ao avaliar o acesso e os obstáculos enfrentados por mulheres, homens, meninas e meninos na fruição desses direitos. Para tanto, é necessário adotar estratégias sensíveis ao gênero que visem protegê-los e promovê-los. Um aspecto crucial abordado por Spees (2012) é a violência baseada no gênero, que se refere a atos direcionados a mulheres, homens, meninas ou meninos com base em seu gênero ou orientação sexual.

Essa forma de ação inclui, mas não se limita a, violência sexual, que muitas vezes é utilizada como uma ferramenta de terror e tortura em situações de conflito armado. Além disso, outras formas de violência de gênero são observadas, como o recrutamento forçado, principalmente de meninos, por grupos armados ou militares, ou o assassinato de homens e meninos como uma forma de eliminar potenciais combatentes. Mulheres e meninas são alvos de violência com base em seu sexo, seja por meio de casamentos forçados, escravidão sexual ou até mesmo como veículos para a disseminação do HIV/AIDS como uma tática



contra o "inimigo" em guerras. Diante desse contexto, a abordagem de Spees (2012) ressalta a necessidade de combater a violência de gêneros e promover a igualdade entre eles como elementos essenciais para alcançar uma sociedade mais justa e equitativa. A luta pela justiça de gênero exige ações concretas, como políticas públicas sensíveis ao gênero, a criação de leis e mecanismos de proteção eficazes, além de uma mudança de mentalidade que desafie as normas de gênero prejudiciais e promove a inclusão e o respeito por todas as pessoas, independentemente de seu gênero ou orientação sexual.

3 A PUBLICIDADE COMO BASE PARA UM OBSERVATÓRIO

A legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo pela Suprema Corte dos Estados Unidos⁴⁹, no final de junho de 2015, repercutiu na rede social *Facebook*⁵⁰ através de manifestações. Entre elas, a aplicação de um filtro com cores de arco-íris nas fotos de perfil dos internautas, que se colocavam favoráveis à legalização, demonstrou, em parte, o que as plataformas digitais acrescentam como alternativas aos processos comunicacionais contemporâneos.

No mesmo mês, no Brasil, essa rede social também foi protagonista de um embate de opiniões sobre a peça publicitária veiculada em TV aberta pelo anunciante O Boticário alusivo ao Dia dos Namorados, ao incluir dois casais homossexuais. A partir desses exemplos, percebe-se que temas ligados à temática LGBTQIA+⁵¹ vêm provocando muita polêmica, e demandam discussões

⁴⁹ Suprema Corte dos EUA aprova o casamento gay em todo o país. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/06/suprema-corte-dos-eua-aprova-o-casamento-gay-nacionalmente.html> Acesso em: 15 nov. 2015.

⁵⁰ Casamento gay ganha apoio no Facebook. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2015/06/casamento-gay-ganha-apoio-no-facebook-veja-como-mudar-seu-perfil.html>. Acesso em: 15 nov. 2015.

⁵¹ De caráter principalmente político (diferenciando-se da mercadológica sigla GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes), o acrônimo relativo às minorias sexuais vem se modificando e se estendendo: de GLBT passou a LGBT (posicionando as lésbicas no início da sigla), evoluindo para LBGT e LBGTTS, incluindo também, sob o signo do S, os simpatizantes – apoiadores dos direitos gays. Para mais informações sobre segmentação de mercado GLS, Pink Money e esse



em diversos níveis. O *Facebook* é um espaço que permite o posicionamento de seus usuários através do compartilhamento de suas ideias e opiniões. Situações de fora do mundo virtual são debatidas neste espaço, quando é possível defender ou rechaçar uma causa pela rede social, no caso, temas ligados às sexualidades não normativas. Com as alterações da publicidade no contexto multiplataforma mostra-se relevante mapear e analisar os tipos de engajamentos nas redes sociais, resultantes das representações LGBTQIA+ veiculadas em peças publicitárias na TV aberta brasileira.

A seguir se apresenta, em parte, a experiência de pesquisa base para se propor um Observatório LGBTQIA+. Os comerciais analisados da pesquisa citada, desde 1979, delineiam o que vem sendo exposto através da polarização entre estratégias estereotipadas, que reafirmam o modelo hegemônico, e desconstrucionistas, que tensionam e provocam rupturas com o modelo vigente. Interessa-nos expor, dentro das análises dos comerciais encontrados, as formas de representação LGBTQIA+. Através de recorte diacrônico de mais de 120 comerciais veiculados desde meados da década de 1970, procura-se identificar como o texto publicitário veiculado na TV aberta no Brasil aborda esses grupos de representações minoritárias.

Figura 1 - Sequência de frames de comerciais analisados na pesquisa.



Fonte: Elaborada pelo autor (2015).

O advento das tecnologias digitais se mostra como um facilitador de novas formas de se conceber a comunicação publicitária, não só por proporcionar novas plataformas como também por, através das mesmas, emergir um novo tipo de consumidor não-linear⁵² que

tensionamento entre perspectivas políticas e mercadológicas sobre a pauta LGBTQIA+ ver em Trevisan (2004) e Rodrigues (2008).

⁵² Quando falamos em "consumidor não-linear" estamos querendo frisar que esse novo público interage em diversas plataformas a fim de buscar conteúdo acerca daquilo que deseja se informar, fazendo, portanto, a utilização não-linear das mídias.



se caracteriza por demandar a sua participação nos processos de consumo e, inclusive, de produção do conteúdo, de produtos e serviços que utilizam. Portanto, o desafio atual é o de se pensar na repercussão da comunicação de marcas e de produtos nas redes sociais e, mais do que a própria repercussão, como é possível observar a interação e o engajamento desses novos públicos interagentes através dessas plataformas (RODRIGUES, 2015) de informação e de comunicação.

O objetivo dessa pesquisa acima é analisar as representações (HALL, 1997; JOVCHELOVICTH, 2000; MOSCOVICI, 2003) das minorias socialmente vulnerabilizadas LGBTQIA+ na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira, problematizando a visibilidade desses grupos em disputa com a norma heterossexual. A partir de Análise de Conteúdo (BAUER, 2002), entende-se o quanto relevante é apontar nas representações os estados de tensão e de disputas de poder com o caráter hegemônico da heteronormatividade nas práticas de identidade de gênero e de orientação sexual. Nesse processo, pode-se problematizar a negociação e a alteração das representações alinhadas com a mobilização de uma parcela da sociedade civil organizada que luta pela inclusão social e respeito à diversidade sexual.

A coleta e o tratamento dos dados da pesquisa de referência são aplicados a partir da categorização das peças publicitárias, para uma análise das representações, em dois grupos: Estereotipados, que reafirmam o modelo hegemônico; e Desconstrucionistas, que tensionam o padrão vigente (RODRIGUES, 2019). Utilizam-se as categorias como estratégia metodológica de leitura das peças publicitárias. Nesse procedimento, é realizado o registro de cada comercial de televisão, quando a peça publicitária é protocolada por uma ficha de identificação preenchida através de informações obtidas na internet ou com as próprias agências e produtoras. Após a ficha de identificação, segue-se uma descrição do comercial, um resumo da história. Seguindo a descrição, apresenta-se uma tabela com duas colunas, na qual o comercial será decupado entre imagens e textos, incluindo locuções. E, por fim, uma ficha de resumo da análise do comercial com referências que abrangem autores e autoras na perspectiva do gênero e da



sexualidade bem como acionando elementos contextuais e temporais da construção das peças em questão.

Na sequência, propôs-se um sistema de análise de engajamento em ambiente digital, adicionado à metodologia da etapa anterior. Nesta fase, considera-se, também pela análise de conteúdo, o número de visualizações das peças, as curtidas, os compartilhamentos e os comentários sobre elas em rede social durante sete dias após a veiculação do comercial da TV. Na matriz, os interagentes estão dispostos em três categorias, sendo elas: Estereotipados, Desconstrucionistas (RODRIGUES, 2019), supracitadas, e No Armário. Esta última categoria refere-se aos internautas que não referenciaram em nenhum momento a temática LGBTQIA+ ou não houve como identificar a sua intenção na interação. A partir da criação de Laços Fortes ou Fracos (RECUERO, 2014), é possível identificar se há engajamento dos interagentes/internautas/consumidores e qual o seu nível.

Nesse contexto, interessa identificar como as redes sociais permitem que anunciantes e marcas buscam engajar seus públicos a partir de uma temática como a LGBTQIA+, e como se dá esse processo. Espera-se identificar os tipos de interação com a marca em rede social, a partir da repercussão gerada pela peça publicitária veiculada em TV aberta e desdobrada para a plataforma digital. Portanto, a identificação dos processos de interação permite analisar se houve e como se dá o engajamento entre internautas e marca quando o tema abordado trata das minorias sexuais.

4 UM OBSERVATÓRIO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO LGBTQIA+

A partir do método de abordagem de dados construído e apresentado no item anterior, entende-se que uma proposta de levantamento e tratamento de dados de produtos da comunicação social, tanto em mídia massiva quanto em redes sociais, apresentam alternativas para abordar temas relevantes sobre diversidade de gênero e sexual. Portanto, ao se avançar para um repositório digital como a base tecnológica para um observatório, defende-se o potencial de armazenamento em plataformas consolidadas de mecanismos de busca e de visibilidade de temas



que precisam ser debatidos, garantindo a transparência de objetos e de fenômenos permitindo se apresentar o estado da arte daquilo que se visa compreender.

Além de se constituir como uma referência do que a informação e a comunicação social produzem, permite disponibilizar publicamente diferentes categorias de áudio, audiovisual, texto e imagem capazes de possibilitar referências para debates contemporâneos e até mesmo como elemento político relevante para a garantia da existência de públicos alijados de uma visibilidade de forma sistemática, decorrente de um conjunto estruturante de práticas sociais de exclusão. Por isso, o que se busca é uma apresentação de encaminhamentos de proposta de Observatório LGBTQIA+ com base na experiência construída com a pesquisa das representações LGBTQIA+ na publicidade brasileira. Uma experiência que contribui para se propor leituras tanto de representações midiáticas quanto de engajamentos de respectivos públicos.

Em termos metodológicos, além dos referenciais diacrônicos dos regimes de representação LGBTQIA+ sobre o gênero e a sexualidade, a proposição de um modelo estruturante de base informacional para a constituição de um observatório parte de uma análise que requer uma leitura sincrônica de cada elemento constituinte do campo ao que o observatório se reportará. Na pesquisa de referência, tem-se na publicidade um ambiente de aplicação de elementos das representações a partir da Análise de Conteúdo como técnica de coleta de dados e, também, de estruturação da arquitetura da base de dados que sustentará um observatório.

A Análise de Conteúdo é método de leitura crítica de texto desenvolvido nas Ciências Sociais. Esse tipo de tratamento de dados do que é veiculado na mídia permite consideração de categorias, tipificações, qualidades e suas distinções, estabelecendo relação entre o caráter quantitativo das reincidentes categorias. A codificação dos dados levantados por Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; BAUER, 2002) permite a exploração dos materiais selecionados em uma apropriação realizada pelo meio de regras do próprio objeto, considerando a relação entre texto e contexto.



Também, o método insere na rotina da pesquisa a relevância do aspecto qualitativo de análise das distinções, mostrando-se híbrido como técnica. "Através da reconstrução das representações, os analistas de conteúdo inferem a expressão dos contextos, e o apelo através dos contextos" (BAUER, 2002, p.192). Esse método permite analisar o que é dito, optando-se pela análise temática, pelo reconhecimento das representações das minorias sexuais. Pelo caráter persuasivo do texto publicitário, no exemplo da pesquisa citada, também é analisado o objeto em dimensões sintáticas e semânticas, considerando a imagem como texto (JOVCHELOVICTH, 2000; BAUER, 2002). Pelo que se pode observar, no que tange à proposta de um observatório, a pesquisa sobre a publicidade serve como referência pela técnica de fichamento de comerciais e de decupagem das cenas, permitindo que se aborde elementos relevantes do texto e do contexto.

Com base nesta técnica para tratamentode dados, entende-se que a constituição de um observatório seguirá protocolo de levantamento e de abordagem de dados que se atentem a categorias de análise que estruturarão a base informacional capaz de apresentar conteúdo relevante para contribuir com sistematização, armazenamento, análise e proposições críticas quando a pauta LGBTQIA+ requerer referenciais de diferentes abordagens (Figura 2).

A partir dessa experiência de sistematização de informações de produtos comunicacionais em uma plataforma digital, enquanto repositório e acervo referentes às temáticas LGBTQIA+, torna-se possível apresentar um encaminhamento de como construir um panorama que busque nas competências do campo da Informação elementos estruturantes para abordar diferentes áreas do conhecimento. Por aproximação, parte-se da produção da Comunicação que representa uma parcela da sociedade, historicamente, condenada à invisibilidade ou regulada do que pode ser veiculado na mídia em um contexto social e cultural.



Figura 2 - Exemplo de Fichamento de Comerciais

' Case Selfie - Banco do Brasil

	AGÊNCIA: WMcCann / LewLara\TBWA.
ANO: 2019	ANUNCIANTE: Banco do Brasil
PRODUTO: Aplicativo do Banco do Brasil	DIREÇÃO DE CRIAÇÃO: Fábio Ludwig
DURAÇÃO: 30"	REDAÇÃO: Fábio Ludwig, Thiago Rezende, Felipe Martins, Marcio Naz, Pedro Teixeira e Augusto Saraiva
CATEGORIA: Serviços	DIREÇÃO DE ARTE: Ana Amélie Medeiros Henriques
	PRODUTORA: Yourmama
	DIREÇÃO DE COMERCIAL: Cassu
	ATENDIMENTO: Patricia Caldas, Malaika Cipriano, Sabrina Geraissate, Kiki Eisenbraun e Giuliana Cruz
	APROVAÇÃO: Delano Valentim, Paula Sayão, Breno Fajardo e Marianne Maia
	PRÊMIOS: -

Fonte: Elaborada pelo autor (2019).

Para além dessa evidência política, a demonstrar a exclusão midiática e seus limites de visibilidade do que escapa da norma, um repositório com a produção relativa à abordagem LGBTQIA+ permitirá flagrar como se deram as disputas e negociações no contexto da comunicação, que impactam em análises nos seguintes âmbitos: sociocultural, refletido nas peças produzidas em segmentos diversos, representando todo um contexto brasileiro em que estas práticas de produção e de possíveis representações construíram parte do imaginário de diferentes públicos, além de buscar identificar um modelo de informação e de comunicação desenvolvido neste período a partir das minorias e de sua invisibilidade.

Para além dessa função de registro de construção identitária das minorias, para o âmbito econômico, o projeto é relevante ao flagrar como o investimento em informação e em comunicação contribui com avanços nas conquistas do público LGBTQIA+ e pode ser refletido nas práticas de produção e de representações da diversidade, incentivando profissionais e a própria comunidade a buscarem alternativas de visibilidade. Também, com este panorama histórico-digital, torna-se possível resgatar os limites a serem superados de uma exclusão pela produção, das práticas e das representações na informação e na comunicação de parte da sociedade que reivindica inclusão em um estado de direito



democrático (RIOS, 2012), questionando o papel da mídia e de outras plataformas de visibilidade como aliadas na superação de estigmas e de exclusões historicamente construídas (NUNAN, 2003).

Dessa forma, a partir da experiência na pesquisa sobre o papel da publicidade nas representações LGBTQIA+, aposta-se em projeto mais amplo que visa a estruturação de um repositório com potencial de se tornar um acervo de referência informacional das práticas da comunicação social. Nesse sentido, apresenta-se uma proposição como base de referência e de empoderamento para que cidadãos e cidadãs possam identificar e reivindicar da mídia o seu papel de mediadora cultural, efetivamente, democrática. O acervo permitirá a análise de uma prática profissional específica, revelando modelos próprios de exclusão ou de inclusão, avanços, disputas de poder e como o público LGBTQIA+ se percebe e, além disso, identificar quais caminhos potenciais para uma mídia inclusiva.

A experiência na pesquisa citada demonstra o potencial de se apresentar uma plataforma com a história das representações. No caso da pesquisa de referência, a análise do conteúdo dos comerciais de televisão, diacronicamente, por serem suportes relevantes de visualização do caráter histórico das relações de poder e de suas consequências políticas e sociais, permite analisar as representações da temática LGBTQIA+ no conteúdo publicitário, passando, necessariamente, pelo entendimento histórico de como as instituições e atores envolvidos vão sendo construídos e reproduzidos nas representações contemporâneas. A plataforma em formato de site apresenta possibilidade de diferentes recursos de acesso à informação e à interação, podendo ser ancorada em sistemas como o LUME⁵³, repositório digital da UFRGS.

Para além de um repositório/acervo, é importante defender a sistematização e a disponibilização públicas de um observatório a permitir o desenvolvimento de metodologias para codificar, classificar e categorizar informações (ALBORNOZ; HAERSCHMANN, 2006). No caso da pesquisa citada, obteve-se uma história de trajetória das representações LGBTQIA+. E, com esta possibilidade de avanço para uma proposta metodológica de estruturação de observatório, espera-se disponibilizar publicamente um

⁵³ Disponível em <https://www.lume.ufrgs.br> . Acesso em: 12 abr. 2022.



mapeamento de como a mídia e outras bases para produção de conhecimento vêm representando as variantes do modelo heteronormativo.

A indústria cultural e informativa não supre as demandas da sociedade civil. A partir dessa consciência surgem os observatórios (MOTTA, 2008). Os observatórios também nascem pela preocupação em que acadêmicos, pesquisadores, profissionais, no caso da mídia, em diferentes plataformas, e comunidade têm de promover reflexões e discussões sobre temas de interesse geral que tangem a um espaço público (TÉLLEZ GARZÓN, 2011).

Ao que se refere à abordagem aqui defendida, a criação de um observatório demonstra a relevância da discussão de como as representações LGBTQIA+ corroboram o registro das conquistas por direitos ou dos tensionamentos que envolvem essa população em formas de violência e exclusão. A possibilidade de leitura dos impactos das mudanças rumo a uma sociedade diversa e inclusiva, não somente como práticas, mas também de forma paradigmática, superando formas de pensar excludentes, como se defende pela injustiça de gênero, são caminhos possíveis e necessários. Justamente por isso, a sistematização da informação relevante para a potência de uma crítica e de uma consolidação do estado da arte da produção midiática é fundamental na luta das minorias por direitos civis e humanos em uma perspectiva de inclusão (RIOS, 2012).

Segundo Valentim (2002), a informação científica brasileira tem bases bastante consolidadas, contribuindo com pesquisadores a acessos qualificados a informações de diferentes campos. Contudo, quando se busca para além desses espaços, áreas de desenvolvimento estratégico como a indústria ainda carecem de bases consolidadas para tomadas de decisão devidamente embasadas em sistemas qualificados. Essa falta de referências de bases informacionais em setores fundamentais para produção, inclusive de conteúdos da indústria da cultura, padece de uma reivindicação de sistematização da informação brasileira como fonte para o desenvolvimento em diferentes setores da sociedade. Nesse sentido, a gestão de dados a partir de bases e de plataformas consistentes impactam em cultura informacional aliadas às tecnologias como diferenciais na tomada de decisões, na produção



do conhecimento, além do constante mapeamento e monitoramento de processos (RODRIGUES; BLATTMANN, 2014), de representações, de tensões e de negociações quando se trata da temática LGBTQIA+.

A proposição de uma plataforma digital pode apresentar material de referência para outras pesquisas, para práticas profissionais, como material de apoio pedagógico para diferentes áreas de formação, e, também, apoiar as tomadas de decisão de entidades públicas e privadas, podendo servir para públicos afins, assim como base para uma comunidade que deseja ser devidamente representada em diferentes setores da sociedade. Trazendo esta abordagem crítica, empreende-se um processo de retroalimentação que sustenta uma base de dados que se amplia como elemento político participativo. Alguns pesquisadores têm se debruçado sobre esta dimensão política como no caso das bibliotecas enquanto espaço estratégico de promoção de diversidades, a qual se apresenta em trecho a seguir.

Neste sentido, esta proposta teórica busca auxiliar o sujeito a identificar e compreender suas necessidades informacionais, mobilizar conhecimentos prévios e utilizar de diferentes meios para localizar, selecionar, recuperar, organizar, avaliar, produzir, compartilhar e divulgar as informações que necessite de maneira adequada, eficiente, crítica e ética, atendendo suas demandas, seus direitos e deveres e para ser pleno exercício da cidadania. E, para que enquanto cidadão, possa também contribuir para o seu bem-estar e qualidade de vida, assim como o da sua comunidade, e para a manutenção e construção de sociedades livres e democráticas. (SILVA; GARCEZ; ROMEIRO; FEVRIER; ALVES, 2021, p. 11)

A partir de um observatório midiático LGBTQIA+, é possível criar um modelo para sustentar o Estado da Arte a colaborar no papel de mapear e discutir as representações desse público, na mídia como ponto de partida, podendo avançar como modelo estruturante de informação para outras áreas, obtendo-se um registro ao longo dos anos em que o repositório conseguir avançar historicamente. Além disso, a importância da criação de um Estado da Arte dá-se pelo fato da diminuta produção no campo da



informação articulada à comunicação social, em uma perspectiva crítica das representações LGBTQIA+, em comparação a outras áreas mais avançadas nessa discussão. É de suma importância que pesquisas nessa área se tornem uma referência para fortalecer cada vez mais a produção acadêmica, a capacidade crítica e o empoderamento dos que se sentem à margem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em meio à pandemia, fomos obrigados, de forma intempestiva, a adotar práticas que indicam a direção do futuro no século XXI. Embora as tecnologias já existissem, de repente nos vimos inseridos em grupos virtuais, aulas e reuniões online, compartilhamento de plataformas, utilização de recursos auxiliares como vídeos, mapas conceituais, podcasts, enquetes em tempo real e uma infinidade de outros recursos. Nesses novos tempos remotos e virtuais, a proposição de um Observatório, como modelo de base informacional para análise de diferentes conteúdos, proporcionará uma interface que, diacronicamente, traz as representações LGBTQIA+ como memória da invisibilidade, de construção de estereótipos e como essa violência ainda tende a se perpetuar pela produção de conteúdos, como o recorte apresentado pela mídia.

Mas, além disso, ao seguir numa linha de tempo, a plataforma trará os desafios contemporâneos dessas representações em uma perspectiva sustentável, possibilitando um processo constante de dialogar com a comunidade, com o estado, com a iniciativa privada e outros atores que permitirão um panorama em constante construção, evidenciando, nesta prática digital multiplataforma, como se dão as construções da identidade de gênero e sexual, a partir de participação, de disputas de poder e de resignificação. A perspectiva virtuosa da justiça epistêmica permite se vislumbrar esse encaminhamento de observatório, qualificando sujeitos sobre si, enfrentando as injustiças que preponderam nas interpretações marcadas pelos estereótipos do que escapa da norma de gênero e sexual.

A reivindicação de minorias sub-representadas que ainda carecem de igualdade nas relações de poder urge como protagonista num espaço qualificado de fala, sugerindo que o



conteúdo de diferentes produções, como os apresentados pela publicidade e pela mídia em geral, corresponda a este tempo que vivemos. Essa base permitirá, estrategicamente, que se possa institucionalizar formas de superação de desigualdades. As demandas por políticas públicas de promoção de igualdade de gênero e sexual passam por processos que identifiquem e apontem formas de violências simbólicas, de preconceito, de discriminação e de posturas LGBTfóbicas. Além disso, que seja possível, pelo observatório, definir estratégias de mapeamento e de análise para sustentar o desafio de dialogar nas redes sociais num contexto multiplataforma. A demanda por posturas virtuosas de superação das desigualdades sociais e históricas em relação ao que tensiona a hegemonia heteronormativa desemboca em políticas de educação, de regulação de limites para o exercício pleno de cidadania em plataformas digitais.

Assim, o Observatório LGBTQIA+ nos traz a oportunidade de refletir sobre como os meios de comunicação têm abordado e representado indivíduos com identidades de gênero e orientações sexuais diversas, até, então, considerados marginais devido à sua não conformidade com o modelo heteronormativo predominante, baseado na construção de gênero e sexualidade. Esses conteúdos midiáticos têm desempenhado um papel crucial na consolidação de representações sociais que valorizam a alteridade, ampliando a visibilidade e a aceitação desses sujeitos. Reconhecemos o potencial da mídia em apoiar uma perspectiva cada vez mais emergente e urgente de diversidade, que é fundamental em uma sociedade democrática e justa. Conforme discutido no contexto da injustiça epistêmica, para superar as desigualdades, é necessária conscientização através de fontes externas, como sanções institucionais ou desencorajamento do preconceito. Isso ressalta a importância de medidas institucionais e políticas para combater a discriminação e promover a igualdade.

Ao trazer à tona a questão da Injustiça Epistêmica por meio do Observatório, concentramo-nos na possibilidade de identificar e questionar como as representações LGBTQIA+ são retratadas nos meios de comunicação, dentro de um contexto de justiça em uma sociedade democrática. A partir desse cenário, surgem reflexões sobre a avaliação da produção midiática nessa área, oferecendo



alternativas e promovendo a conscientização como uma contribuição acadêmica valiosa para a superação de desigualdades históricas. É fundamental estabelecer leis e mecanismos eficazes de proteção, juntamente com uma mudança de mentalidade que desafia as normas, a fim de promover a inclusão e o respeito por todas as pessoas, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual. Tudo isso está diretamente relacionado ao trabalho de mapeamento e questionamento realizado pelo Observatório, visando evidenciar e problematizar as representações existentes.

Dessa forma, é possível monitorar de que maneira a produção midiática reforça padrões de desigualdade através da ausência de conteúdo sobre o tema e identificar quais áreas ainda carecem de conhecimento próprio no campo da produção. Isso ressalta a importância de avançar com políticas públicas voltadas para as construções de gênero e sexualidades não normatizadas no âmbito da comunicação social. Além disso, é necessário avaliar critérios para considerar a contribuição desse campo de produção em suas práticas e produtos. Essa abordagem permitirá identificar lacunas e desigualdades na representação midiática, bem como desenvolver estratégias para ampliar a diversidade de vozes e experiências presentes nos conteúdos comunicacionais. Ao reconhecer e valorizar a importância da inclusão de diferentes identidades de gênero e orientações sexuais na produção midiática, podemos promover uma sociedade mais igualitária e justa.

A partir de um mapeamento, de uma proposta inicial e a possibilidade de justificar o avanço a diferentes produtos desta pesquisa, defende-se o modelo de um observatório, o qual permitirá manifestações em vídeos, gravados ou *lives*, *podcasts*, e tantas outras possibilidades de desconstrução libertária dos gêneros e das sexualidades, tendo a plataforma como realidade "virtual". E, o mais significativo, o projeto nasce em tempos de trabalho remoto, alinhando-se às rotinas que poderão ser executadas nesta lógica, facilitando processos, e permitindo reunir uma rede de colaboradores locais, nacionais e até internacionais.



REFERÊNCIAS

ACONTECE ARTE E POLÍTICA LGBTI +; ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSESUAIS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E INTERSEXOS. **Dossiê 2022: Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil**. Florianópolis: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2023.

ALMEIDA NETO, L. M. **Família no Brasil dos anos 90: um estudo sobre a construção social da conjugalidade homossexual**. 1999. 349 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 1999.

ADELMAN, M. Paradoxos da Identidade: a política de orientação sexual no século XX. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, n. 14, p. 163-171, jun., 2000.

ALBORNOZ, L. A.; HERSCHMANN, M. Os observatórios ibero-americanos de informação, comunicação e cultura: balanço de uma breve trajetória. **E-Compós**, v. 7, n. 11, p. 1-20, 2006. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.102>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W. Análise de Conteúdo Clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa Qualitativa com Texto: imagem e som: um manual prático**. Trad. Guareschi, P. A. Petrópolis: Vozes, 2002. P.189-217.

BOURDIEU, P. F. A Dominação Masculina. **Educação & Realidade: Dossiê Gênero e Educação**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, 1995.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, Chicago, n. 1, Article 8, 1989.

FRICKER, M. **Epistemic Injustice: Power and the Ethics of Knowing**. New York: Oxford University Press Inc., 2007.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GARZÓN, M. P. T. **Observatórios e Ouvidorias: Experiências de crítica midiática e cidadania na América Latina**. 2011. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.



GHEAUS, A. Feminism and Gender. *In*: FIALA, A. (ed.). **Bloomsbury Companion to Political Philosophy**. New York: Bloomsbury Publishing Plc, 2015. p. 167-183.

GOMES, C. M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas**, [s.l.], v. 18, n. 18, p. 65-82, jan./abr. 2018.

GONÇALVES, A. *et al.* A Violência LGBTQIA+ no Brasil. **Clínica de Políticas de Diversidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

HALL, S. **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London: Sage; Open University, 1997.

HENCKEN, J. D. Homosexuality and Psychoanalysis: toward a mutual understanding. **American Behavioral Scientist**, Boston, v. 25, n. 4, p. 435-468, 1982.

JOVCHELOVICTH, S. **Representações Sociais e Esfera Pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LOPES, D. Desafios dos Estudos Gays, Lésbicas e Transgêneros. **Comunicação Mídia e Consumo – Corpo e sexualidade na mídia**, São Paulo, Ano 1, n.1, p.63-73, 2004. DOI: <https://doi.org/10.18568/cmc.v1i1.5>

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p. 9-34.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho**. São Paulo: Autêntica, 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigações em psicologia social**. Trad. Guareschi, P. A. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTTA, L. G. Crítica da mídia: da resistência civil ao desenvolvimento humano. *In*: CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, L. G. (Org.). **Observatórios de mídia: olhares de cidadania**. São Paulo: Paulus, 2008.

MOZDZENSKI, L. **Outvertising: a publicidade fora do armário**. Curitiba: Appris, 2020.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 09-41, 2000.

NUNAN, A. **Homossexualidade**. Do Preconceito aos Padrões de Consumo. Rio de Janeiro, Caravansarai, 2003.

RECUERO, R. **Redes Sociais na Internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.



RIOS, R. R. Para um direito democrático da sexualidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p. 71-100, 2006.

RIOS, R. R. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Homossexualidade. **Amazônica – Revista de Antropologia**, Belém, v. 3, n. 2, p. 288-298, 2012.

RODRIGUES, A. I. A publicidade e Propaganda como representação GLBT e estratégia de mercado GLS. **Comunicação & Política**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 03-25, 2008.

RODRIGUES, A. I. Representações LGBTQIA+ na publicidade televisiva e suas repercussões no Facebook. *In*: OLIVEIRA-CRUZ, M. F. (Org.). **Publicidade e Gênero: representações e práticas em questão**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2019. parte 1, p.75-98.

RODRIGUES, A. I.; TOALDO, M. M. Interação e Engajamento entre Marcas e Consumidores/Usuários no Facebook. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – INTERCOM, 37, 2015, Rio de Janeiro. **Anais [...]** Rio de Janeiro, 2015. p. 1-15.

RODRIGUES, A. I.; VARGAS, A. E. A. Injustiça de gênero e sexualidade lgbtqia+: a produção de conhecimento à margem na ciência da informação na região sul. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 28, p. 1-23, 2023.

RODRIGUES, C.; BLATTMANN, U. Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 3, p. 4-29.

SPEES, P. Surfacing Rhonda. **Cuny Law Review**, New York, v. 15, n. 2, p. 308-313, 2012.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Revista Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, F. C. G.; GARCEZ, D. C.; ROMEIRO, N. L.; FEVRIER, P. R.; ALVES, A. P. M. Justiça para quem? Justiça Social, Informacional, Racial e de Gênero em Bibliotecas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 21, 2021, Rio de Janeiro. **Anais do XXI ENANCIB**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021. p. 01-16.

TREVISAN, J. S. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2004.

VALENTIM, M. L. P. A Indústria da Informação e os Produtores de Bases de Dados em C&T. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 23-37, 2007.



WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. *In*: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 37-82.

WEINBERG, G. ***Society and the Healthy Homosexual***. New York: St. Martin's Press, 1972.

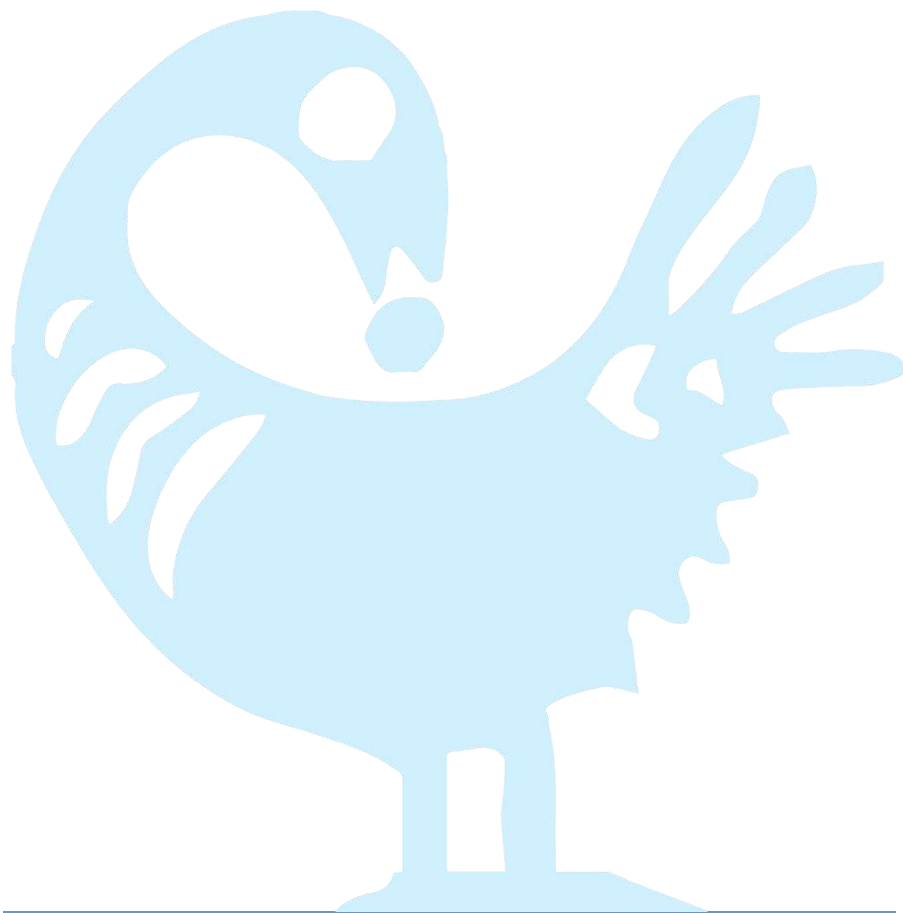




POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO PARA MULHERES ENCARCERADAS

Mayrly Aparecida Araújo Moreira

Maria Cleide Rodrigues Bernardino



1 INTRODUÇÃO⁵⁴

O sistema prisional brasileiro enfrenta problemas estruturais, marcado pela superlotação, insalubridade e por um grande *déficit* de vagas. Com essa situação, vê-se o Estado preocupado em construir mais prisões para abrigar todos os encarcerados e com incidência ínfima na atenção para o planejamento de alternativas que diminua esse número.

A situação dos presídios se encontra distante do que está evidenciado na constituição brasileira, são espaços esquecidos e desumanos, onde a população carcerária é tratada sem o mínimo de dignidade humana (BRASIL, 1988). E quando falamos de mulheres encarceradas a situação é ainda pior, pela própria estrutura dos presídios que foram construídos pensados em abrigar os homens⁵⁵, e assim as particularidades das mulheres não foram analisadas, o que faz com que estas sofrem muito mais no cárcere. Gomes (2023) ao analisar o sistema carcerário afirma que a superlotação e a precarização dos presídios incidem, conseqüentemente, no descumprimento das condições humanas mínimas previstas na Carta Magna e demais legislações nacionais e convenções internacionais. Quando esta população carcerária é compreendida por mulheres, cis ou trans, as condições se agravam em virtude de aspectos como saúde, maternidade e outros.

Para tanto, se torna necessário pensar políticas públicas de gênero que tenham um olhar minucioso para a realidade dessas mulheres e busquem assim contribuir para a garantia dos seus direitos e para a sua ressocialização. A ressocialização, que encontra na Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984) respaldo legal, consiste na reprojção das crenças, valores, preceitos e normas sociais de forma a preparar a pessoa para o convívio em sociedade.

O questionamento que norteou esta pesquisa: como a efetivação de políticas públicas no âmbito do cárcere feminino pode contribuir para a ressocialização e promoção dos direitos e dignidade da mulher presa? Que tem como objetivo geral ressaltar

⁵⁴ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).

⁵⁵ Ver: <https://exame.com/brasil/mulheres-no-carcere-os-desafios-para-politicas-de-seguranca-penitenciaria/> Acesso em: 06 jun. 2023.



a importância da efetivação de políticas públicas para mulheres encarceradas a fim de garantir direitos e dignidade humana, de modo que auxilie na ressocialização destas reclusas.

O caminho metodológico foi traçado a partir de uma pesquisa do tipo exploratória, descritiva de abordagem qualitativa e coleta de dados com delineamento de natureza bibliográfica, por fazer uso de materiais já publicados em relação ao tema de estudo que vai “desde publicações avulsas até os meios de comunicação orais”, como artigos, livros, monografias, anais de eventos etc. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183); e documental, pois segundo Gil (2012, p. 51) “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda pode ser reelaborado de acordo com os objetivos da pesquisa”. Dessa forma, o estudo deu-se em documentos que tratam do tema abordado, como leis, decretos, portarias, resoluções e entre outros.

2 O CENÁRIO DO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Há um problema estrutural no sistema prisional brasileiro. Problema este que acompanha todas as desigualdades vivenciadas no país, que envolvem desemprego, fome, machismo, misoginia, homofobia, lesbofobia e transfobia, que, geradas, gestadas e disseminadas numa sociedade com as mesmas características. O que significa que, ao adentrar no âmbito carcerário, as dinâmicas e demais questões não poderiam ser diferente do restante da sociedade. Segundo o Relatório do Sistema Prisional em Números, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a taxa de ocupação até o segundo trimestre de 2021 é de 138,16%, por gênero a taxa é de 80,80%, entretanto, sabe-se que as mulheres trans estão classificadas no gênero masculino nestas estatísticas, uma vez em que o campo a ser preenchido é por ‘sexo’, que pressupõe sexo biológico⁵⁶.

Estes dados ajudam a refletir quanto a estrutura do sistema prisional e a falta de políticas para quando o(a) apenado(a) está no cárcere e quando sai dele. Trazendo à discussão a Lei nº 7.2010, de

⁵⁶ Ver: <https://www.cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/sistema-prisional-em-numeros>. Acesso em: 9 jun. 2023.



11 de julho de 1984, conhecida como a Lei de Execução Penal, que traz logo no seu Art. 1º:

A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado (BRASIL, 1984, online).

Ora, proporcionar condições de integração social, é instituir políticas públicas que ajudem a cumprir este objetivo. Ao mesmo tempo, destaca-se o entendimento do termo ressocialização, que pressupõe a reeducação do apenado(a), a reinserção e compreensão dos preceitos e regras morais que regem o convívio social. Como pontuam Munõz Conde (1985) e Mir Puig (1989) este conceito é problemático e ambíguo. Francisco Muñoz Conde (1985, p. 96, tradução nossa) aponta a problemática do conceito ao afirmar que a ressocialização pressupõe "um processo de interação e comunicação entre o indivíduo e a sociedade que não pode ser determinado unilateralmente, nem pelo indivíduo nem pela sociedade". E Santiago Mir Puig (1989, p. 36, tradução nossa) afirma que "o próprio conceito de ressocialização começa por ser um objeto de censura por ser considerado excessivamente ambíguo e carente de especificidade".

Embora tenha de um modo geral, caráter pedagógico, não há como negar que é utópico pensar em ressocialização das pessoas apenadas, sem pensar em políticas públicas de inclusão dessas pessoas na sociedade. É preciso discutir o estigma que cada um carrega ao sair da reclusão. Pouco ou nada adianta a liberdade sem as condições mínimas adequadas para se manter em liberdade.

Políticas públicas são ações, que podem ser projetos, programas, legislação e outras, para garantir os direitos da população em qualquer instância, seja na saúde, na educação, na cultura etc. Coadunamos com Reinaldo Dias e Fernanda Matos (2015, p. 12) quando afirmam que resumidamente as políticas públicas são,

As ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir



uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana.

Melhoria da qualidade de vida e da dignidade humana sim poderia contribuir para a ressocialização. Quando estas políticas se voltam especificamente para as mulheres, não é possível pensar isoladamente sem refletir sobre a própria sociedade. Sociedade esta, atravessada por um adoecimento moral e reverberada a partir de fobias que perpassam as questões de gênero, de raça, de classe social e de orientação sexual. Às mulheres é impetrado papeis e condutas sociais que a responsabilizam pela condução da família e todas as demais ações que envolvem o convívio familiar, como trabalho doméstico, criação dos filhos e outras, como por exemplo, o sustento da família.

3 NECESSIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS MULHERES NO CÁRCERE

Políticas públicas são entendidas como a totalidade de ações, planos e metas desempenhadas no âmbito nacional, estadual e/ou municipal que visam alcançar o bem-estar da sociedade, atendendo às suas demandas e expectativas, sejam de modo geral ou de grupos específicos (LOPES; AMARAL, 2008).

Para Ana Gabriela Braga e Paula Pereira Alves (2015, p. 306):

[...] a compreensão de políticas públicas enquanto legitimidade na esfera do Estado é uma particularidade relacionada aos problemas de caráter eminentemente público, desde que respeitadas as individualidades e a apoderação de sujeitos.

Nesse caso, as políticas públicas estão vinculadas à perspectiva institucional como ação governamental, mas com permissão da participação política de toda a sociedade civil.

Quando se fala em políticas públicas brasileiras voltadas ao recorte de gênero, entende-se que essa questão ainda é considerada um tema recente, que ganhou espaço e visibilidade, mesmo de forma tímida, a partir da década de 1980 com o contexto



dos movimentos sociais e redemocratização no país (SANTOS; REZENDE, 2020).

Segundo Patrícia Souza, Clara Jaborandy e Liziane Oliveira (2019) um dos principais desafios das políticas públicas de gênero está em superar os limites estabelecidos dos programas que consolidam o caráter tradicionalista das mulheres não contribuindo para o exercício da sua autonomia, pois é preciso destacar que deve levar em conta a diversidade das mulheres para que possa conhecer e considerar as demandas e necessidades inerentes ao gênero feminino.

No entanto, é necessário trilhar esse caminho de políticas integradas de gênero, pois mesmo com seus avanços devido às trajetórias dos movimentos feministas ainda se encontra distante a sua efetivação (SANTOS; REZENDE, 2020). É fundamental a participação das mulheres nos espaços de construção e decisão dessas políticas, visto que são essenciais para que sejam compreendidas as demandas femininas e assim alcançar êxito nas ações.

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SNPM) está inserida no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e cabe a ela a,

[...] formulação, coordenação e articulação de políticas públicas para as mulheres, incluídas atividades antidiscriminatórias em suas relações sociais e o combate a todas as formas de violências contra a mulher (GOVERNO FEDERAL, online).

Conforme observa-se no Quadro 1, não se identificou nenhuma política pública voltada especificamente para as mulheres encarceradas.

Criada em 2003, a SNPM tem como objetivo “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente” (GOVERNO FEDERAL, online). Essa secretaria é responsável por tratar das ações de promoção, proteção e defesa de todas as mulheres, dando atenção a cada particularidade destas. Aqui estão inseridas também as mulheres privadas de liberdade, que requerem bastante atenção por terem as questões de



desigualdade e exclusão social ao adentrarem no cárcere agravadas.

Quadro 1 - Ações e Programas do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

AÇÕES/PROGRAMAS	DESCRIÇÃO
Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio (PNEF)	Decreto nº 10.568, de 5 de dezembro de 2020, institui o Comitê Interseccional do Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio.
Maria da Penha vai à Escola	Programa em parceria com a SNPM e as redes estaduais de enfrentamento à violência contra as mulheres, com o objetivo de divulgar a Lei Maria da Penha entre os profissionais de Educação para alcançar as crianças e adolescentes na escola.
Qualifica mulher	Projeto-Piloto, por meio da Portaria nº 3175, de 10 de dezembro de 2020 e Portaria nº 595, de 19 de fevereiro de 2021, com a finalidade de estimular ações que promovam a autonomia econômica da mulher em contribuição para o desenvolvimento econômico e social do país.
Mais mulheres no poder	Projeto-piloto, por meio da Portaria nº 2027, de 26 de agosto de 2020, que institui o projeto mais mulheres no poder.
Meninas nas Ciências Exatas, Engenharias e Computação	Projeto que visa despertar o interesse de alunas do Ensino Médio pelas Ciências Exatas, Engenharia e Computação.
Mães do Brasil	Estratégia de promoção de políticas públicas destinadas à proteção integral da dignidade das mulheres, a fim de ampará-las no exercício da maternidade, desde a concepção até o cuidado com os filhos, instituída pelo Decreto nº 10.987, de 8 de março de 2022.

Fonte: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022⁵⁷.

Em relação às políticas públicas direcionadas às mulheres em situação de privação de liberdade destaca-se que essas precisam

⁵⁷ Ver: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/acoes-e-programas>. Acesso em: 31 maio. 2023.



estar em consonância com a dignidade da pessoa humana, com o objetivo de assegurar os direitos básicos, no mínimo. Muitas são as questões que envolvem o sistema prisional feminino que acabam colocando essas mulheres em completa situação de vulnerabilidade, como exclusão, marginalização socioeconômica cultural, estigmatização da clientela pobre e negra, subsistência material da família, entre outros (BRAGA; ALVES, 2015). O que precisa ser levado em consideração são as vozes dessas próprias mulheres, pois somente elas sabem o que passam e vivenciam dentro do cárcere.

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) desenvolveu um relatório temático sobre as mulheres privadas de liberdade até junho de 2017, sendo a atualização mais recente, e trata do Infopen Mulheres que tem como objetivo traçar o perfil das mulheres presas no Brasil e a situação em que elas se encontram dentro do cárcere. Em geral, até junho de 2017, o país atingiu a marca de 37.828 mulheres privadas de liberdade, número esse em constante crescimento observando a realidade do país (SILVA, 2019).

O DEPEN, através da Portaria nº 154, de 13 de abril de 2012, criou a Comissão Especial do Projeto Mulheres, com o objetivo de elaborar mecanismos para a efetivação dos direitos das mulheres na prisão. O projeto estava voltado para: o conhecimento e à realização de pesquisas e estudos sobre a mulher no sistema prisional; a engenharia prisional feminina, voltado à adequação dos estabelecimentos penais femininos ou mistos às alterações legislativas, em consonância com as políticas penitenciárias, de saúde e educacionais; a garantia de direitos das mulheres do sistema penal, com o objetivo de fortalecer e ampliar as políticas de acesso aos direitos das mulheres privadas de liberdade; e a estruturação de rede social voltada à mulher no sistema prisional, com participação de entidades governamentais e não governamentais (DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, online).

Neste sentido, é possível perceber o quão desumano é a situação dessas mulheres no cárcere, sendo totalmente em oposição aos direitos humanos, uma vez em que ocorrências como o superencarceramento e da falta de compromisso do estado em lidar com as necessidades básicas e particulares ao gênero



feminino, contribuem para a manutenção de pouca ou nenhuma estrutura que permita a ressocialização das apenadas.

As políticas públicas para mulheres encarceradas são uma forma de garantir que os direitos das presas sejam exercidos, além de servir como parâmetro que contribua para sua ressocialização. É cogente um investimento nessas políticas que as amparem e sirvam como instrumento de reconhecimento da mulher e diminuição de exclusão social que o pós-cárcere provoca (SOUZA; JABORANDY; OLIVEIRA, 2019).

Construir políticas públicas que permitam a igualdade para as mulheres contribui para tornar o Estado mais participativo, demonstrando que se preocupa com as questões e mobilização social, reconhecendo as desigualdades econômicas, sociais e políticas entre os pares e dando maior atenção para aqueles que se encontram desamparados, que são, nesse caso, as mulheres encarceradas (SOUZA; JABORANDY; OLIVEIRA, 2019).

Dito isso, é necessário que o Estado se preocupe com essa realidade das mulheres encarceradas do país onde os números só aumentam. Souza, Jaborandy e Oliveira (2019) destacam a importância do investimento de políticas preventivas que visem a diminuição do encarceramento e do inchaço prisional, de modo que essas mulheres tenham oportunidades que as tirem da mira da violência e do crime, conseguindo impedir até o fenômeno de crianças encarceradas, quando uma mãe é presa.

Destarte, a elaboração de políticas públicas mais eficazes, razoáveis, proporcionais e preocupadas em entender as demandas e condutas das mulheres encarceradas é extremamente necessária e urgente, pois o encarceramento não pode ser compreendido somente como um espaço de punição sem que a ressocialização destas reclusas seja um objetivo (JARDIM, 2018).

Assim sendo, é preciso questionar-se sobre as possibilidades de transformação do sistema carcerário brasileiro. Jardim (2018) sugere a (re)construção de uma instituição que seja capaz de, ao mesmo tempo que reduz a criminalidade, ressocializar o preso.

[...] as políticas públicas voltadas para o sistema prisional feminino no Brasil revelam que há uma urgência pela efetivação de ações que visem a garantia de direitos fundamentais das mulheres encarceradas, resguardadas pela



dignidade da pessoa humana, fundamento básico de um Estado Democrático de Direito. Assim, necessário se faz a institucionalização, nos estados e nos municípios, de instâncias governamentais – secretarias, coordenadorias de políticas para as mulheres voltadas a essas políticas, com a finalidade de minimizar as desigualdades entre homens e mulheres (SOUZA; JABORANDY; OLIVEIRA, 2019, p. 264).

As autoras ainda recomendam que essas políticas tenham posições estratégicas que possam ampliar a participação social das mulheres, dando maior visibilidade a sua representação e controle social sobre suas possibilidades e decisões, a fim de promover uma modelagem nos projetos.

Um marco para a temática das mulheres encarceradas é a elaboração da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE) que foi criada pela Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014, tendo como "objetivo reformular as práticas do sistema prisional brasileiro, contribuindo para as garantias dos direitos das mulheres nacionais e estrangeiras" (BRASIL, 2014).

As diretrizes da PNAMPE consistem em: prevenir as violências sofridas pelas mulheres em privação de liberdade; humanizar as condições prisionais para que os direitos humanos básicos sejam cumpridos; adequar as normas prisionais de acordo com as especificidades femininas; construir e adaptar as prisões brasileiras para que atendam as particularidades das mulheres encarceradas; monitorar as condições presidiárias e fazer a divulgação de dados para que resultem em estudos; desenvolver ações e dar assistência às egressas do sistema e, entre outras (BRASIL, 2014).

Em relação aos seus objetivos, se encontram no Art. 3º, inciso do I ao V, conforme citado abaixo:

I - fomentar a elaboração das políticas estaduais de atenção às mulheres privadas de liberdade e egressas do sistema prisional, com base nesta Portaria; II - induzir para o aperfeiçoamento e humanização do sistema prisional feminino, especialmente no que concerne à arquitetura prisional e execução de atividades e rotinas carcerárias, com atenção às diversidades e capacitação periódica de servidores; III - promover, pactuar e incentivar ações



integradas e intersetoriais, visando à complementação e ao acesso aos direitos fundamentais, previstos na Constituição Federal e Lei de Execução Penal, voltadas às mulheres privadas de liberdade e seus núcleos familiares; e **IV** - aprimorar a qualidade dos dados constantes nos bancos de dados do sistema prisional brasileiro, contemplando a perspectiva de gênero; e **V** - fomentar e desenvolver pesquisas e estudos relativos ao encarceramento feminino (BRASIL, 2014, não paginado).

A PNAMPE é um documento importantíssimo para se cobrar a realização das mudanças dentro do sistema prisional feminino brasileiro que, como já citado, não atende às condições particulares das mulheres e as colocam em uma situação de total abandono e tratamento desumano que fere totalmente a dignidade da pessoa.

Sobre as metas da PNAMPE, essas são muitas e realmente necessárias para poder mudar o cenário prisional feminino que existe no país e, também poder modificar a visão internacional que se tem do Brasil, que é conhecido como o violador dos direitos de dignidade da pessoa encarcerada. Porém, destaca aqui que apesar de já ter um tempo de criação dessa política, na prática as mudanças não aconteceram. Não adianta ter uma política bem formulada estruturalmente e não ter sua efetivação para que traga os benefícios esperados às pessoas destinadas.

Algumas políticas voltadas para a educação e o trabalho digno são exemplos de iniciativas que auxiliariam no processo de ressocialização. Parcerias com Instituições de Ensino Superior e de qualificação profissional podem gerar ações, programas e projetos que contribuam para o êxito nesse processo. Outra iniciativa é a valorização da pessoa humana, através de apoio psicológico para as presas e suas famílias, fortalecendo o eixo social e familiar, essencial para sua reinserção na sociedade. Favorecer, através de políticas públicas, que essas mulheres tenham sua dignidade preservadas, certamente, oportunizará o vislumbre de uma vida melhor e mais segura, longe do sistema prisional.

Em suma, as políticas públicas voltadas para mulheres encarceradas precisam ser pensadas com urgência e colocadas em prática a fim de transformar a realidade prisional dessas mulheres. A efetivação dessas políticas contribui para um cumprimento de



pena mais humano, onde os direitos das mulheres são respeitados e assim, as possibilidades de ressocialização das apenadas são maiores.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou ressaltar a necessidade de efetivação de políticas públicas de gênero que garantam os direitos básicos e dignidade das mulheres brasileiras encarceradas. É possível perceber o quão os direitos dessas mulheres são negligenciados e como o Estado se mostra falho e despreparado para atender às suas particularidades, além de não colaborar com a finalidade do sistema prisional: a ressocialização.

As circunstâncias vividas por essas mulheres dentro do cárcere são totalmente desumanas e fere a dignidade humana. Os locais não foram construídos pensando em suas acomodações e principalmente nas suas necessidades particulares, deixando essas presas esquecidas e abandonadas, tanto pelo Estado como por suas famílias, o que ocorre na maioria das vezes.

É somente através da construção de políticas públicas voltadas para as mulheres encarceradas que contribuirá para que essa realidade seja mudada. Vale destacar que é necessário pensar em ações que atendam esse público e consiga modificar a realidade das mulheres presas, a fim de lutar para que seus direitos sejam garantidos e suas necessidades sejam respeitadas e atendidas.

O estudo evidenciou a necessidade de efetivação de políticas públicas no âmbito do cárcere feminino para a ressocialização e promoção dos direitos e dignidade dessas mulheres. E com isto atingimos o objetivo proposto inicialmente. Ressaltamos ainda que o processo de ressocialização sem políticas que garantam que essas mulheres tenham equidade de direitos, qualidade de vida e dignidade humana, não assegura a inclusão das apenadas ao convívio social.

Por fim, ressalta aqui a importância e necessidade da existência, efetivação e avaliação de políticas públicas de gênero para que elas de fato possam transformar a vida dessas mulheres, garantindo-lhes seus direitos, dando-lhes oportunidades de vida e contribuindo para sua ressocialização enquanto cidadãs.



REFERÊNCIAS

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; ALVES, Paula Pereira Gonçalves. Prisão e políticas públicas: uma análise do encarceramento feminino no estado do Ceará. **Pensar**, Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 302-326, maio/ago. 2015.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 210, de 16 de janeiro de 2014**. Institui a Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional, e dá outras providências. Brasília: Ministério da Justiça, 2014. Disponível em: <https://central3.to.gov.br/arquivo/370306/>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Brasília: Presidência da República, 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 8 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 jun. 2023.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. Coordenação de Políticas para Mulheres e Promoção das Diversidades. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/dirpp/cgpc/politica-para-mulheres-e-promocao-das-diversidades>. Acesso em: 6 jun. 2023.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas**: princípios, propósitos e processos. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

GOMES, Monique Ribeiro de Carvalho. **Políticas públicas para egressos do sistema prisional como instrumento de inclusão social**. 2023. 131 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Justiça e Cidadania) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Políticas para Mulheres**. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres>. Acesso em: 08 jun. 2023.

JARDIM, Gabriela Gadeia Brito. **Mulheres encarceradas**: políticas públicas como meio de reinserção social. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado



Profissional em Administração Pública) -Instituto Brasiliense de Direito Público, Brasília, 2018.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney. **Políticas Públicas**: conceitos e práticas. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MIR PUIG, Santiago. ¿Qué queda en pie de la resocialización? **Eguzkilore**, n. esp., out. 1989.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **Derecho penal y control social**. Jerez, Espanha: Fundação Universitária de Jerez, 1985.

SANTOS, Bruna Rios Martins; REZENDE, Vânia Aparecida. Sistema Carcerário Feminino: uma análise das políticas públicas de segurança com base em um estudo local. **Cadernos EBAPE.BR**, [s.l.], v. 18, n. 3, Rio de Janeiro, jul./set. 2020.

SILVA, Marcos Vinícius Moura. (org.). **Relatório temático sobre mulheres privadas de liberdade**: junho de 2017. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional, 2019.

SOUZA, Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de; JABORANDY, Clara Cardoso Machado; OLIVEIRA, Liziane Paixão S. Políticas Públicas para Mulheres Encarceradas no Brasil: um instrumento garantidor da dignidade. **Revista Jurídica**, Curitiba, v. 3, n. 56, p. 248-269, jul./set. 2019.



**SOB AS MÃOS
MASCULINAS:
REPRESENTAÇÕES DE
MULHERES EM
XILOGRAVURAS
PRODUZIDAS POR
HOMENS EM JUAZEIRO
DO NORTE (CE)**

Ariluci Goes Elliott

Elieny do Nascimento Silva

Vitória Gomes Almeida



1 INTRODUÇÃO⁵⁸

A xilogravura é uma prática-técnica milenar caracterizada segundo Carvalho (1995) por fazer da madeira o suporte para talhes e escavações, visando transformá-la em uma matriz que receberá tinta e após pressionada no papel gravará imagens ou textos.

Suas origens no contexto brasileiro de acordo com o mesmo autor, advém da vinda da família real ao Brasil que trouxe a maquinaria para a Impressão Régia, tecnologia que logo se interiorizou, chegando ao nordeste brasileiro e se ligando diretamente com o surgimento do folheto de cordel impresso (até então oral), hoje reconhecido como patrimônio cultural e sem o qual não se pode pensar a cultura nordestina sem mencioná-lo.

Sua complexidade abarca os atributos de ser uma expressão artística e identitária, uma fonte de informação sobre a cultura, um documento de registro da memória e um patrimônio cultural brasileiro.

No contexto da qual as autoras falam e pesquisam, Juazeiro do Norte, se sobrepõe o fato da cidade ter sido durante muitas décadas do século XX, sede da maior editora de produção de cordel e xilogravura do Brasil – a Lira Nordestina (MELO, 2010).

A partir de uma realidade local marcada por uma forte presença dessa expressão da cultura, que nos debruçamos para investigar a representação das mulheres nas xilogravuras, a partir do acervo de xilogravuras do Laboratório de Ciência da Informação e Memória (LACIM) da Universidade Federal do Cariri.

O interesse pelo tema advém do já mencionado reconhecimento do local da cultura, nitidamente rico no que tange a presença da xilogravura, bem como, pela identificação no acervo do LACIM da existência de inúmeras representações de mulheres nas xilogravuras produzidas por homens, em detrimento de pouquíssimas xilogravuras esculpidas por mulheres.

No que se refere às relações entre Ciência da Informação, memória e gênero elucidamos a partir de (ALMEIDA, 2018; 2022) como a informação se vincula duplamente à cultura e a memória: por ser resultado da produção humana, pode ser produzida,

⁵⁸ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



transmitida e consumida por ser dotada de sentido (o que acontece por meio da cultura).

Com relação à memória, o próprio ciclo da informação (produção, circulação, consumo, registro) só se torna possível através desta. Em interlocução com o gênero, aqui neste trabalho enfatizamos as mulheres como produtoras de culturas e memórias, que não somente são detentoras de tradições e saberes, como também, produtoras da renovação das culturas e identidades.

Diante dessa constatação, os questionamos sobre a representação das mulheres a partir do olhar masculino e diante do grande corpus de xilogravuras no acervo, delimitamos como objetivo analisar a partir do referencial crítico dos estudos de gênero e memória, as xilogravuras produzidas por Renato Casimiro e João Pedro selecionando três produções: 1. Amália Xavier de Oliveira, 2. Joana Tertuliana de Jesus - Beata Mocinha, e 3. Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo - Beata Maria de Araújo.

A escolha das xilogravuras que representam essas mulheres, se deu pelo fato de todas elas serem figuras relevantes para a história da cidade de Juazeiro do Norte (localizada ao sul do Estado do Ceará), no que se refere a aspectos sociais, religiosos, culturais e políticos, conforme detalharemos nas seções posteriores.

Para tanto, utilizamos como metodologia a análise documental baseada nos critérios de Smit (1997 p. 3) considerando os elementos que reúne as categorias informacionais "QUEM, ONDE, QUANDO, COMO e O QUE". Continuando com Serres (s/d) a ação de representar o conteúdo intelectual de um documento trata-se de uma operação intelectual que liga-se a duas atividades: o resumo do documento e a indexação, visando expressar seus conceitos-chave contidos.

2 QUAL O LUGAR DAS MULHERES NAS EXPRESSÕES DA CULTURA?

Historicamente silenciadas, invisibilizadas e descredibilizadas de suas atuações para a inovação, promoção e proteção das culturas e memórias, as mulheres têm sido protagonistas no âmbito dos patrimônios culturais ao serem guardiãs de memórias, saberes e tradições; ao liderarem processos



de criação e manutenção das manifestações culturais; e ao se configurarem como agentes ativas de resistências e preservação das culturas:

Em muitas partes do mundo, as mulheres têm sido vistas historicamente como tecelãs da memória – aquelas que mantêm vivas as vozes do passado e as histórias das comunidades, que as transmitem às futuras gerações e que, ao fazer isso, criam uma identidade coletiva e um profundo senso de coesão. Elas também são aquelas que passam adiante os conhecimentos adquiridos e os saberes – relativos às curas medicinais, aos problemas amorosos e à compreensão do comportamento humano, a começar pelo comportamento dos homens (FREDERICI, 2019, p. 84).

Entretanto, como já foi largamente apontado por diversas pesquisas sobre o tema de mulheres e culturas, os memoricídios enquanto ações intencionais e sistemáticas de obliteração das culturas, identidades e formas de organização social de determinados grupos/povos, tem sido utilizada como ferramenta de apagamento da contribuição sócio-científica-cultural das mulheres (ALMEIDA, 2021).

Recorrendo a uma breve revisão do tema, trazemos Aleida Assmann (2011, p.165) que ao refletir sobre a memória cultural e os aspectos de gênero, chama a atenção para conotações sexuais e sexistas no campo da memória. Citando o hebraico, através de um estudo de Jacob Taubes, ela ressalta que nesse idioma o sentido da ideia de memória é construído a partir de um princípio positivo e o esquecimento por meio de um princípio negativo: "sikaron" "memória" é relacionado a "sakar" "masculino" enquanto "nakab" que significa "perfurar" ou "peneirar" é ligado a "nkeba" "feminino".

Das reflexões de Aleida Assmann (2011) desponta-se duas observações a serem feitas: uma relativa ao apagamento das mulheres já nas palavras que nomeiam/referem-se a memória na qual há idiomas em que o esquecimento entendido como algo negativo é ligado ao feminino; e a segunda referente às formas de registro da memória, como um espaço de investigação para as tentativas de silenciamento e ações de subversão das mulheres.



Aleida Assmann (2011, p. 67) vai chamar de caso clássico de amnésia estrutural:

nos anais da história a fama nunca rima com mulher [...]. Enquanto as condições para a inclusão na memória cultural forem a grandeza heróica e a canonização clássica, as mulheres serão sistematicamente vítimas do esquecimento cultural.

Essa reflexão é importante, porque na medida em que nós mulheres enfrentamos historicamente inúmeras ações de silenciamento e apagamento, nossas representações por outro lado seguiram sendo produzidas, sobretudo pelo olhar masculino.

Nas próximas seções, nos debruçaremos então para identificar como essa representação se deu em um contexto particular: o campo da cultura popular, especificamente, no âmbito das xilogravuras, acerca de mulheres relevantes para a história de Juazeiro do Norte (CE). Se o memorícidio e o apagamento patriarcal cala nossa voz e oblitera os registros do que produzimos, o que nos conta as representações das mulheres, feita por homens?

3 LACIM ENQUANTO UM LUGAR DE MEMÓRIA: EXPERIÊNCIA DE PRESERVAÇÃO E SALVAGUARDA NA UFCA

A criação do Laboratório de Ciência da Informação e Memória (LACIM) está inserido no Projeto Político Pedagógico do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA), buscando ampliar os níveis de consciência histórica, política, cultural e social dos discentes, bem como contribuir para sua aprendizagem teórica e prática. E segundo Elliott (2014, p.65), as contribuições do LACIM podem ser vistos a partir da:

1. Mudança gradual do perfil dos discentes e docentes do Curso de Biblioteconomia da UFCA, no que concerne ao gerenciamento da informação como um todo;
2. Elevação da produção científica gerada pelo Curso, em pesquisas direcionadas a política de organização, tratamento e disseminação da informação;



3. Possibilidades de acordo de cooperação com outras Instituições de Ensino Superior (IES), pesquisadores, escritores e historiadores da Região do Cariri;
4. Atividades de extensão, envolvendo leitura e contação de histórias, onde a participação cultural interaja com o social;
5. Oportunidade da Biblioteca da UFCA beneficiar-se com o LACIM na articulação entre gestão, recuperação e disseminação.

No ano de 2011, o LACIM recebeu as doações dos pesquisadores Renato Casimiro e Daniel Walker, professores e historiadores que se dedicaram a pesquisar e transmitir a história do Padre Cícero, de Juazeiro do Norte e de seus personagens. O material inclui desde bibliografias, fotografias, jornais, xilogravuras, cordéis e esculturas de artistas da região. Em 2023, uma nova doação foi realizada, dessa vez advinda do poeta, e cantador Pedro Bandeira, incorporando ao acervo troféus, CDs e DVDs, cordéis, fotografias, só para citar alguns materiais.

3.1 Representações femininas na xilogravura: mulheres juazeirenses e o protagonismo invisibilizado

Refletir sobre a representatividade feminina em uma sociedade patriarcal, com ênfase na região do nordeste do Brasil, constitui-se desafio. Desvelar os “porquês” das vozes femininas serem silenciadas no decorrer da história, com ênfase para a região do cariri cearense, permite elencar elementos que mostra um cenário no qual o gênero masculino exerce predomínio relegando as vozes feminina as chamadas “memória subterrânea”.

Nesse direcionamento, busca-se apontar mulheres que cooperaram com a região do cariri cearense, mas que seus nomes foram invisibilizados da história oficial do município de Juazeiro do Norte.

Trazer à memória a história dessas mulheres que cooperam para o fortalecimento da cultura religiosa na região é necessário para demonstrar a atuação feminina, mesmo em um espaço predominantemente masculino.



"Beata Maria de Araújo", "Beata Mocinha" e Amália Xavier, foram escolhidas para terem suas histórias contadas, por terem sido algumas das quais acompanharam Padre Cícero Romão Batista, grande líder do catolicismo popular da região do Cariri cearense.

Nosso percurso iniciamos falando da Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo, ou, como é conhecida "Beata Maria de Araújo". Filha de Antônio da Silva Araújo e Ana Josefa do Sacramento, nasceu no povoado de Tabuleiro Grande, pertencente ao município do Crato, hoje emancipado tornando-se a cidade de Juazeiro do Norte/Ce. Nasceu em 23 de maio de 1862 e faleceu em 17 janeiro de 1914. Seu ofício foi o artesanato, que aprendeu desde criança, e que se tornou sua fonte de renda.

Órfã desde criança, passou a residir na casa de Padre Cícero, onde ensinava artesanato para as crianças. Aos 22 anos decidiu ser freira. As mulheres que optaram pela vida religiosa eram conhecidas como "Beatas", denominação que foi utilizada por anos para designar as mulheres que serviam a Igreja, mesmo sem vínculo oficial (PINTO JÚNIOR, 2002), em virtude disso tornou-se conhecida como "Beata Maria".

Maria de Araújo, mulher, preta, pobre, artesã, analfabeta, foi a protagonista do primeiro milagre registrado em Juazeiro do Norte:

durante uma comunhão, recebeu do Padre Cícero uma hóstia que se transformou em sangue, protagonizando assim o primeiro milagre do município de Juazeiro do Norte-Ce, fazendo da cidade o maior centro deromeiros do Estado. Foi responsável pela santificação de Padre Cícero, entretanto, foi perseguida e castigada pela Igreja Católica e seu nome ofuscado da história, sem menções, nem honrarias. (TEIXEIRA, 2015, p.11).

Retornando a história, destaca-se que o fato mais relevante da vida de Beata Maria - a transformação da hóstia em sangue, em sua boca, na Capela Nossa Senhora das Dores - fato esse repetido por mais de uma vez e, impactando o turismo religioso da cidade, pois muitos católicos, de diferentes lugares, vinham a Juazeiro para presenciar o "sangue de Cristo na boca da Beata Maria", proporcionando o reconhecimento do município no contexto



religioso, tornou-se seu martírio. A cultura machista, patriarcal, preconceituosa e social não permitiu que o reconhecimento do milagre fosse da Beata Maria. (TEIXEIRA, 2015).

Em abril de 1894, a Igreja envia de Roma um decreto ao Bispo de Fortaleza onde se lia: Que os pretensos milagres e quejandas coisas sobrenaturais que se divulgam de Maria de Araújo são prodígios vãos e supersticiosos, e implicam gravíssima e detestável irreverência e ímpio abuso à Santíssima Eucaristia; por isso o juízo apostólico os reprovava e todos devem reprová-los, como reprovados e condenados cumpre serem havidos. E ordenava ainda que:

Maria de Araújo, depois de imposta uma grave penitência, fosse recolhida a uma casa religiosa dirigida por um Ordinário informado de seus antecedentes; proibiu a visita de peregrinos e curiosos à Beata; ordenou que todos os escritos sobre o fato fossem recolhidos e queimados e que todas as pessoas, sacerdotes e leigos fossem proibidos de falar ou escrever sobre o acontecimento. Todos os sacerdotes que acreditavam no milagre foram proibidos de manter qualquer contato com a Beata, inclusive proibidos de orientar-lhe espiritualmente. Os panos manchados de sangue que foram usados durante a comunhão da Beata foram queimados pela Igreja. Beata Maria foi recolhida a uma casa religiosa, onde ficou até sua morte. (FORTI, 2009, p. 52).

A perseguição à Beata e aos que acreditavam no milagre foi severa. Recolhida em uma residência da Diocese, Maria que supostamente sofria de enfermidades no estômago e pulmão, foi vítima de vários castigos físicos e psicológicos e morreu em 1914 (TEIXEIRA, 2015). Após a sua morte, seu túmulo foi violado e seus restos mortais foram saqueados.

O reconhecimento do milagre da hóstia por Beata Maria de Araújo nunca foi reconhecido pela história oficial da Igreja Católica e pelo Município. Há poucos monumentos ou espaços na cidade que guardam sua lembrança em contraponto a Padre Cícero, com inúmeros espaços que retratam sua memória.

Nossa segunda figura histórica denomina-se Joana Tertulina de Jesus ou "Beata Mocinha" – nascida em 27 de janeiro de 1864. Filha da primeira professora da cidade, logo, foi alfabetizada na infância. Na adolescência passou a viver com Padre Cícero, por



conta do trabalho dos pais, que foram transferidos para outra cidade. Assim como Maria de Araújo, Mocinha não era oficialmente consagrada pela Igreja Católica, era denominada Beata por se dedicar à uma vida de castidade e oração. Beata Mocinha, teve “boa educação”, e tornou-se assistente pessoal do Padre, cuidava da casa, da capela e de sua agenda. Letrada, participava, como secretária de Cícero, de quase todas as reuniões políticas da cidade (TEIXEIRA, 2015).

Conhecida por seu zelo e dedicação aos sérvios da casa paroquial, foi uma mulher de personalidade forte e saúde frágil, colaborou nos serviços paroquiais, morreu sem deixar herdeiros e sem ter o reconhecimento da Igreja pelos serviços prestados a ela e ao Padre Cícero.

Nossa terceira personagem deste enredo chama-se Amália Xavier de Oliveira. Conforme Oliveira (1984), a cidade em plena expansão precisava criar as condições necessárias para o desenvolvimento educacional e, assim, beneficiar a população através do acesso à educação. Desse modo, a sociedade local se mobilizou para instalar a primeira Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte (ENRJN). Acreditava-se na possibilidade de um futuro promissor e via-se na educação o elemento indispensável para alcançar esse progresso.

Amália Xavier de Oliveira foi uma das sócias fundadoras responsáveis pela instalação e manutenção da instituição; concluiu o Curso Normal em Fortaleza-CE e de volta à cidade empenhou-se pela causa educacional juazeirense, unindo-se aos ideais do professor Joaquim Moreira de Sousa e Plácido Aderaldo Castelo (fundadores da Escola), e com recursos da própria comunidade fizeram funcionar a primeira ENRJN do Brasil (NOBRE, 2014, p.65).

A Escola beneficiou diversas localidades do vale cariense, com as atividades culturais desenvolvidas que possibilitavam um intercâmbio cultural importante na região. O seu objetivo consistia em formar professores para a educação do homem no campo. Desenvolvia atividades de ensino condizentes com as necessidades das zonas agrícolas e sertanejas, mas se preocupava, também, com ensinamentos literários e científicos. Foi precursora dos métodos da Escola Moderna, com a tentativa de romper com as Escolas Tradicionais, consideradas desvinculadas da realidade. Sem




descuidar de uma eficiente formação intelectual, levava, desde o curso primário, seus alunos ao campo para aulas práticas de jardinagem, horticultura, piscicultura, apicultura, avicultura, fruticultura, entre outros (A ESCOLA... 1984).

É interessante apontar que o protagonismo destas mulheres aconteceu no período pós-escravocrata, mas as consequências nas populações descendentes de negros, quilombolas, nativos estavam muito presentes, o que dificultava o reconhecimento público de algum ato oriundo de negros, mulheres, pobres, etc. Destarte, observa-se nas ruas e logradouros do município uma ínfima homenagem a essas mulheres que contribuíram com o desenvolvimento do turismo religioso no município. Em contraponto, muitos espaços (memorial, praças, ruas, comércio etc) são denominados "Padre Cícero".



Considerando esse espaço de reflexão das universidades, e o protagonismo do LACIM na salvaguarda do acervo de xilogravuras, que representam as mulheres aqui estudadas, que trazemos no quadro abaixo, a análise de como se dão essas representações:



Quadro 1 – Análise de xilogravuras de representação feminina

XILOGRAVURA	QUEM	COMO / O QUE	ONDE	QUANDO
<p>Maria Magdalena do Espírito Santo de Araújo</p> 	<p>Beata Maria de Araújo</p>	<p>Devoção; Afazeres domésticos; Fiando; Se confessando; Provocações espirituais; Milagre; Investigação; Perseguição; Leito de morte; Enterro; violação do túmulo.</p>	<p>Retratada em um álbum com 26 pranchas Juazeiro do Norte</p>	<p>Meados século XVIII e início do século XIX</p>



XILOGRAVURA	QUEM	COMO / O QUE	ONDE	QUANDO
<p>Joana Tertuliana de Jesus</p> 	<p>Beata Mocinha</p>	<p>Trabalhando como governanta; Visitando doentes com Pe. Cícero; Estudando; Lendo para crianças; Beata e Floro com o jornal O Rebate; no Orfanato Jesus Maria e José com as crianças.</p>	<p>Retratada em um álbum com 26 pranchas Juazeiro do Norte</p>	<p>Meados século XVIII e início do século XIX</p>
<p>Amália Xavier de Oliveira</p> 	<p>Amália Xavier</p>	<p>Amália e Pe. Cícero; Amália na inauguração da escola que fundou; Escrevendo livro; Aula de canto; Escola agrícola; Rezando; Amália e Juvenal Galeno; Amália no Rio de Janeiro; Lendo o jornal O Lavrador; Dirigindo Charrete; Junto com as professoras; Entre alunos; Ensinando; Tricotando no Logradouro; Na direção da Escola; Com as Formandas.</p>	<p>Retratada em um álbum com 26 pranchas Juazeiro do Norte</p>	<p>Século XIX</p>

Fonte: elaborado pelas autoras.



Nas pranchas analisadas foi possível identificar que a construção do olhar masculino sobre essas mulheres as representou a partir de algumas características: ora em posições de liderança, ousadia considerando o tempo histórico que elas viveram, ora em posições de subserviência e conformidade em relação a outros homens representados nas xilogravuras.

Figura 1 – Foto das capas das xilogravuras



Foto: acervo do LACIM.

As xilogravuras evidenciaram as diferentes posições ocupadas por essas mulheres a depender do contexto e das outras com quem se relacionavam. Apesar de estarem a frente da organização financeira, administrativa, educacional e religiosa, o que salienta seu protagonismo no desenvolvimento de Juazeiro do Norte, pouco reconhecimento é atribuído a elas na história oficial e na memória edificada da cidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo da cultura popular sob uma perspectiva histórica, sobretudo se consideramos os primeiros folcloristas e abordagens de estudos, consolidou-se enquanto um campo masculino e masculinizador. Essa afirmação pode ser observada no âmbito do cordel por exemplo, onde por muitas décadas vigorou o pensamento



de que as mulheres não produziam os folhetos/cordel, o que gerou um apagamento das mulheres enquanto produtoras de cultura.

Nesse sentido a xilogravura enquanto uma expressão da cultura fortemente ligada ao cordel, absorveu essa tradição androcêntrica e o que se observa hoje é a existência de uma dupla característica: a identificação de poucas xilogravuras produzida por mulheres e ínfima produção científica correlacionando o binômio mulheres e xilogravura.

Ao pensarmos no acervo de xilogravuras existentes no LACIM que contabilizam 200 álbuns, apenas três retratam essas mulheres que foram responsáveis por contribuir para a história e o desenvolvimento social, econômico, religioso e educacional de Juazeiro do Norte, motivadas por sua fé e devoção ao Pe. Cícero e à Igreja Católica.

Todas as xilogravuras analisadas representam a visão masculina sobre a história de vida dessas mulheres, com exceção do álbum de xilogravura da Beata Maria de Araújo que tem a contribuição da pesquisadora Maria do Carmo Pagan Forti. Assim, essa pesquisa aponta além das análises das xilogravuras analisadas, para a necessidade de investigação dos acervos e dos trabalhos produzidos por mulheres no sentido de visibilizar suas produções e contribuição para a cultura e memória, bem como, desmistificar a imagem de uma mulher produzida pelo olhar masculino, possibilitando novas percepções e representações.

REFERÊNCIAS

A ESCOLA Normal Rural de Juazeiro do Norte. Juazeiro do Norte: Gráficas do Jornal "O Nordeste", 13 jun. 1984. (Edição Comemorativa do 50º aniversário de sua Fundação: 1934- 1984).

ALMEIDA, Vitória Gomes. **Patrimônios e Matrimônios**: intersecções entre (de)colonialidades, raça, gênero e memória. 2021. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021.

ALMEIDA, Vitória Gomes. **Trânsitos de vozes e memórias**: dimensões sociais, patrimoniais e institucionais das tradições culturais do Cariri Cearense. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -



Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022

ANZALDUÁ, Glória. Como domar uma língua selvagem. **Cadernos de Letras da UFF** – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, n. 39, p. 297-309, 2009.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação**: formas e transformações da memória cultural. Campinas (SP): Editora da UNICAMP, 2011.

CAMARGO, Célia Reis. **Centros de documentação e pesquisa histórica**: uma trajetória de três décadas. CPDOC 30 Anos, Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 2003.

CARVALHO, Gilmar. Xilogravura: os percursos da criação popular. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, v. 39, 1995.

DUARTE, Constância. Arquivos de mulheres e mulheres anarquizadas: histórias de uma história mal contada. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.], n. 30, p. 63–70, 2018.

ELLIOTT, Ariluci Goes. **A Fé documentada**: perspectivas metodológicas de organização da informação fotográfica sobre romarias de Juazeiro do Norte - Ceará. 181 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

FORTI, M. C. P. **Maria do Juazeiro**: a Beata do milagre. São Paulo: Annablume, 1999.

MELO, Rosilene Alves de. **Arcanos do Verso**: trajetórias da literatura de cordel. Rio de Janeiro, 7letras, 2010.

OLIVEIRA, Amália Xavier de. **História da escola normal rural de Juazeiro do Norte**. Fortaleza: Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, 1984. Edição Comemorativa do 50º Aniversário de sua Fundação, 1934-1984.

PINTO JÚNIOR, L. A. O Padre Ibiapina: precursor da opção pelos pobres da Igreja do Brasil. **Perspectiva teológica**, Belo Horizonte, ano 24, n. 34, p. 197-222, 2002.

RIBEIRO, Quitéria Lúcia Ferreira de Alencar. **Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte**: do Museu Vilas Nova Portugal à Sala de Memória Amália Xavier de Oliveira. Dissertação (Faculdade de Educação. Programa de pós-graduação em Educação Brasileira). Fortaleza. Universidade Federal do Ceará. 2015.

SERRES, A. **Introducion à l'indexation**: lexique de l'indexation documentaire. Disponível em:



<http://www.uhbr.fr/urfist/supports/indexation/indexationlexique.html>. Acesso em 15 fev. 2022.

TEIXEIRA, Gisele de Lima Maria de Araújo. **A memória da beata de Juazeiro do Norte na literatura de cordel**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.



FEMINISMO NA LITERATURA INFANTOJUVENIL PUBLICADA NO BRASIL: PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Patrícia Mallmann

Gilda Olinto

Thaís Lamas



1 INTRODUÇÃO⁵⁹

O feminismo é um movimento plural com foco em combater a desigualdade de gênero e lutar pela autonomia e representatividade das mulheres em todos os setores da vida em sociedade, seja cultural, político, econômico, doméstico, profissional, sexual, entre outros. Como sintetiza bell hooks (2021, p. 17), o “[...] feminismo é um movimento para acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”, buscando o fim da dominação masculina e do pensamento patriarcal.

Apenas o fato de nascer homem ou mulher gera uma grande influência no exercício da autonomia; as limitações nesse sentido para as mulheres têm relação direta com a socialização e a educação diferenciada de meninos e meninas, desde a infância. Miguel e Biroli (2014) destacam para a diferença de autonomia entre os gêneros, característica da sociedade patriarcal, na divisão sexual desigual do trabalho. A dedicação ao trabalho, ao tempo livre e as experiências vividas no mundo são diferentes para homens e mulheres.

Não há dúvidas de que o debate feminista e de desconstrução de estereótipos de gênero tem se desenvolvido na sociedade. No entanto, apesar de avanços conseguidos pela luta dos movimentos feministas, a sociedade ainda é bastante marcada pelo sexismo. No Brasil, isso ocorre tanto em relação à ocupação de cargos de poder e prestígio como também em relação às questões mais básicas, como a opressão e a violência a que as mulheres são submetidas, especialmente as mais vulneráveis socioeconomicamente, as negras e indígenas e as LGBTQIAPN+.

Para a sociedade avançar em questões de justiça social para todas as pessoas, é necessário que as novas gerações, de todos os estratos sociais, sejam formadas com base em novos valores, como salientado por bell hooks (2021, p. 161): “É necessário educação feminista de base para uma consciência crítica”. A autora assinala que o pensamento feminista se tornou elitizado, e que precisa ser compartilhado em linguagem acessível e fora dos muros acadêmicos, especialmente com crianças meninas e meninos.

⁵⁹ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



Dessa forma, nos questionamos sobre como trabalhar informações de cunho feminista com crianças e adolescentes, a partir de literatura infantojuvenil que apresente essa abordagem não sexista de mundo. Ao mesmo tempo, nos questionamos sobre que informações têm chegado às crianças e adolescentes através da leitura; será que têm acesso a conteúdo feminista, que advogue a igualdade de direitos e oportunidades entre os gêneros, assim como a liberdade de escolha?

Buscamos conhecer o que há no mercado editorial em termos de literatura feminista, tornando-a acessível e adentrando-a, com foco especial em crianças em desvantagem social, a fim de torná-la objeto de atividades de mediação de leitura e informação. Esse trabalho tem sido desenvolvido no âmbito de um projeto de pesquisa que visa analisar a literatura infantojuvenil feminista publicada no Brasil no contexto da informação social, associado a um projeto de extensão universitária de biblioteca comunitária e mediação de leitura, que está formando um acervo especial a partir da aquisição desses livros.

O objetivo deste texto é apresentar alguns conceitos básicos da literatura sobre estereótipos de gênero e fazer um mapeamento da literatura infantojuvenil publicada no Brasil com temáticas que expressem perspectivas feministas e contribuam para o antissexismo e a desconstrução de estereótipos de gênero, assim como refletir sobre a elaboração de atividades de mediação de leitura e informação a partir dessas obras literárias. Partimos de algumas questões: como a literatura com essa temática, voltada para crianças e adolescentes, aborda o feminismo? Como trata o empoderamento e a representatividade de mulheres em diversas esferas da vida social? Quais são os subtemas específicos abordados? Como são tratados?

A pesquisa pode ser definida como documental, com abordagem qualitativa e quantitativa. Consideramos que, assim como a pesquisa bibliográfica, esta pesquisa documental envolve as fases de busca, seleção, pré-análise e análise, com base em Bardin (1979), conforme apresentado na seção de resultados. A coleta de dados foi encerrada em março de 2022 e foram selecionados para análise 197 livros.



2 ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: TEORIA E ALGUMAS EVIDÊNCIAS

Para procurar entender a prevalência de estereótipos de gênero, que, infelizmente, ainda se destacam na sociedade, notadamente no Brasil, podemos levar em consideração diferentes abordagens teóricas. Consideramos aqui dois grandes grupos: a) a teoria do capital cultural de Bourdieu, destacando os aspectos dessa teoria que são pertinentes à análise das diferenças de gênero na sociedade; b) abordagens que focalizam especificamente a formação dos estereótipos de gênero entre crianças e jovens. Tais abordagens foram consideradas em estudos empíricos do projeto anteriormente mencionado.

A teoria do capital cultural pode ser considerada um guarda-chuva teórico para explicações sobre diferenças de classe e gênero na sociedade. Em linguagem mais atual, a teoria do capital cultural considera que as pessoas estão inseridas em “bolhas” culturais ou informacionais a partir de sua posição na sociedade. As pessoas pertencem a uma classe social e a um gênero que determinam as características dessas “bolhas” culturais/ informacionais. Para Bourdieu (1979), capital cultural é sinônimo de capital informacional.

O capital cultural de gênero, assim como as culturas de classe, é inculcado nas pessoas e influencia seus gostos, valores, atitudes e escolhas. São as “disposições” e os “hábitos”, na terminologia de Bourdieu (1979), que promovem, entre outras características, a internalização de papéis de gênero, as escolhas profissionais e, também, a configuração de profissões femininas (BOURDIEU, 1979; MCCALL, 1992; OLINTO, 1995). Em síntese: os diferentes gêneros estão inseridos em ambientes culturais e psicossociais diferenciados com efeitos abrangentes em suas vidas.

O segundo bloco de teorias, aqueles que focaliza especificamente a formação de estereótipos de gênero, destacando que esses se desenvolvem, sobretudo, no âmbito da família e da escola. Pais e professores tendem a expressar seus estereótipos a respeito da maior afinidade e capacidade dos diferentes gêneros para algumas áreas (GUNDERSON *et al.*, 2012). O estereótipo de gênero se manifesta e é transmitido pela família e pela escola – de



pai/ mãe para filhos/ filhas; de professores/ professoras para alunos/ alunas, sendo que há a transmissão implícita, mais sutil, e a forma explícita (ENDENDIJK *et al.*, 2013; TEIXEIRA, 2021). O estereótipo implícito, sutilmente transmitido e formado, tende a contribuir para que as meninas, ao longo da sua experiência na família e na escola, que são intrinsecamente, devido ao seu sexo, mais competentes em algumas tarefas e áreas acadêmicas e menos em outras. No âmbito escolar as meninas que internalizam esse estereótipo implícito tenderiam a se sentir menos capazes nas áreas exatas em geral, gerando maior ansiedade entre elas diante das dessas matérias, afetando o seu desempenho (NOSEK *et al.*, 2009).

As teorias e os estudos empíricos sobre estereótipos e autoimagem sugerem que jovens incorporam estereótipos a respeito dos papéis de gênero, especificamente aqueles que impactam suas perspectivas ocupacionais. Sugerem ainda, esses trabalhos, que além de autoestima das mulheres mais baixa que a dos homens para as áreas exatas, especialmente a matemática, as mulheres tendem a se afastar da tecnologia de informação, área que poucas optam como carreira profissional, embora esta tecnologia possa estar sendo também utilizada para o empoderamento das mulheres. Os trabalhos aqui mencionados mostram a relevância de estudos sobre estereótipos de gênero, assim como o aprofundamento do tema do feminismo para embasamento desses estudos e para o desenvolvimento de diversos tipos de ação social voltada para o empoderamento das mulheres, especialmente entre crianças e jovens.

3 FEMINISMO

As mulheres, ao longo da história, não eram consideradas como indivíduos de direitos e, em inúmeras vezes, foram apagadas de suas próprias histórias. Embora diversas evidências mostrem que as mulheres tenham frequentemente lutado por sua liberdade e se rebelado contra opressões, o chamado movimento feminista só teve início em meados do século XIX, com a denominada "primeira onda" (PINTO, 2003, 2010), aflorando também nesta época no Brasil. Segundo Bandeira e Melo (2010, p. 11), "estas revoltas e lutas



pela igualdade contaminaram as mulheres dos Estados Unidos e da Europa e este rastro de rebeldia espalhou-se mundialmente. Também no Brasil essa inquietação se acendeu na segunda metade do século XIX", unindo mulheres na luta por direitos, contra a inferiorização, por tratamentos igualitários, por respeito, pelo direito ao voto e a serem votadas. Bandeira e Melo (2010, p. 7) ressaltam: "O movimento feminista nasceu das lutas coletivas das mulheres contra o sexismo, contra as condições de aversão e inferiorização do feminino, transformadas em práticas rotineiras de subordinação das mulheres". O movimento feminista já alcançou diversas lutas em seu caminho até os dias de hoje, e continua suas ações para derrotar o machismo, o sexismo e o patriarcalismo, que ainda prevalecem nesta sociedade.

Entre as reivindicações das mulheres que lutavam pela garantia dos seus direitos, podemos destacar: poder trabalhar fora de casa, receber salários por sua mão-de-obra e ter seu trabalho valorizado, independentemente do seu gênero. Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 597), destacam-se as questões do trabalho não remunerado, mal remunerado e invisível. A partir desses movimentos organizados "[...] torna-se então coletivamente 'evidente' que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno". Essas reivindicações não eram apenas para que as mulheres pudessem trabalhar e serem assalariadas, mas sobretudo pelo seu direito enquanto cidadãos e membros de uma sociedade.

Os estudos feministas utilizam o termo "ondas do movimento feminista" para ocupar-se do fato de que, durante séculos, o movimento vem alterando suas pautas e formas de luta. A primeira onda teve início em meados do século XIX, surgindo a partir das reivindicações por direitos das sufragistas, especialmente o direito ao voto e à vida pública. Nessa mesma época, principalmente no Brasil, um movimento de mulheres adquiriu um caráter anarquista, sendo liderado por operárias que queriam expor a situação precária das mulheres nas fábricas. Este movimento de cunho anarquista não durou muito, perdendo força em 1930 (PINTO, 2010).



A segunda onda teve início nos anos 1960, pelo mundo, e em 1970 no Brasil, em um momento difícil para a democracia. A pauta de luta foi aumentando: lutava-se pela valorização das mulheres no trabalho, contra a violência sexual e o direito ao prazer feminino, além da luta contra a ditadura militar. Foi nesse contexto que se passou a enxergar mais claramente que havia mais de um sujeito "mulher", isto é, mulheres diversas viviam realidades diversas (MATSUDA; MORAIS, 2016). A partir desse cenário se manifesta o feminismo radical.

A terceira onda se iniciou a partir de debates e discussões que já tinham se iniciado nas outras "ondas", tendo início em meados de 1990. Nesse cenário, o movimento feminista negro ganha força em suas lutas, com Angela Davis, Beverly Fisher, nos EUA, e com Lelia Gonzales no Brasil, entre outras; também surge o feminismo *queer* e o feminismo interseccional, com o grande impacto das obras da Judith Butler (2010), com a qual alavancou-se o discurso de que não existe apenas um sujeito mulher universal, e sim mulheres com especificidades diferentes, ressaltando que um discurso universal era excludente.

Dadas a multiplicidade e diversidade do movimento de mulheres, podemos mencionar as vertentes mais conhecidas do feminismo contemporâneo, que tem sido influenciado pelas diversas ondas mencionadas, notadamente a terceira onda, embora algumas abordagens prendam-se também às ondas iniciais: a) feminismo liberal; b) feminismo radical; c) feminismo negro; d) feminismo interseccional; e) feminismo marxista.

Não menos significativo, é imprescindível enfatizar a importância da inclusão dos homens como aliados na luta do movimento feminista, compreendendo que eles não são o cerne do problema, mas parte integrante dele. Bell hooks (2021, p. 104) afirma que, para efetivamente combater o sexismo, é necessário incorporá-los nessa luta: "Sem alterar a nossa crítica feroz à dominação masculina, políticas feministas foram expandidas para incluir o reconhecimento de que o patriarcado tirou certos direitos dos homens, impondo neles uma identidade masculina sexista". Portanto, é essencial o entendimento de que nenhum indivíduo, seja homem ou mulher, nasce essencialmente opressor ou oprimido e, sim, que essa dinâmica é internalizada por meio da influência de um



meio patriarcal, misógino e sexista. Essa influência negativa se dá tanto em mulheres quanto em homens.

Hooks (2021, p. 25-26) assinala que "compreender a maneira como a dominação masculina e o sexismo eram expressos no dia a dia conscientizou mulheres sobre como éramos vitimizadas, exploradas e, em piores cenários, oprimidas". Dessa forma, entendemos a importância de aprender sobre como o machismo e o sexismo são perpetuados e disseminados na sociedade.

Além disso, como mencionado, a conscientização não pode se restringir apenas às mulheres, mas deve incluir também crianças e homens. É essencial adotar uma perspectiva que compreenda a masculinidade como um conjunto de comportamentos que envolvem uma série de questões problemáticas, influenciadas por um ambiente sexista. Hooks (2021, p. 107) argumenta que "para mudar isso, homens devem criticar e desafiar a dominação masculina sobre o planeta, sobre homens menos poderosos e sobre mulheres e crianças". Reconhecemos que é desafiador combater algo que concede privilégios e confere, de certa forma, uma identidade perante a sociedade. A autora encoraja a criação de literatura infantil feminista – sendo ela própria autora desse tipo de obra – com o intuito de alcançar tanto meninas quanto meninos, proporcionando uma literatura que diga "[...] a eles como construir uma identidade que não seja fundamentada no sexismo" (BELL HOOKS, 2021, p. 107). Influenciar jovens com discursos feministas desde cedo é uma estratégia fundamental para combater o patriarcado e o sexismo em nossa sociedade.

Dessa forma, por haver essas vertentes e outras que não foram aqui descritas, entendemos o movimento feminista como "os movimentos feministas", no plural, pois o feminismo não é único, ele é composto por diversas perspectivas que concordam e discordam entre si, mas que juntas compõem a luta contra a desigualdade de gênero e pela autonomia das mulheres na sociedade.

4 RESULTADOS

A fase de busca, para formar o conjunto de obras que denominamos de literatura infantojuvenil feminista publicada no Brasil, foi realizada, inicialmente, a partir do mecanismo Google.



Partimos do termo "feminismo", e suas variantes, associado a "literatura infantojuvenil". Foram encontrados diversos blogs e listas com indicações de literatura feminista. Após, foram realizadas buscas nas editoras em que mais apareciam essas publicações, sendo vistos seus catálogos infantojuvenis na íntegra. Complementarmente, foram realizadas novas buscas no Google, com ampliação dos termos: "mulher e ciência", "heroína(s)", "mulher(es)", "menina(s)", "estereótipos de gênero", todos associados a "literatura infantojuvenil". Por último, foram realizadas buscas no Scribd e Goodreads (rede social de leitores em âmbito internacional), assim como no website da livraria Amazon, por este anunciar o conteúdo de muitas editoras e gêneros literários.

Foram selecionados livros que explicitavam uma linha editorial feminista, assim como de biografias de mulheres representativas em diversos setores da sociedade. As informações sobre os livros encontrados foram sendo registradas em planilha no Excel, com as seguintes colunas: título, autor(a), ilustrador(a), editora, ano da primeira edição, resumo, coleção (se houvesse), se é tradução ou não, nome da(o) tradutor(a) (se houvesse), nacionalidade (no caso de ser tradução), temáticas (com base nas indicações editoriais e na leitura dos títulos e resumos), indicação etária (da editora ou livraria Amazon). A seleção foi sendo realizada durante a busca e a pré-análise do material, quando foi construída uma categorização empírica: a) desconstrução de estereótipos de gênero; b) feminismo (étnico-racial, associado a classe social, LGBTQIAPN+); c) protagonismo de mulheres na ciência e tecnologia; d) protagonismo de mulheres em profissões e arte; e) mulheres ativistas; f) sororidade; g) sexualidade; h) violência (de gênero e sexual). Complementarmente a essas, apareceram outras duas, que se relacionam com as anteriores: a) biografia; b) releitura de contos de fada.

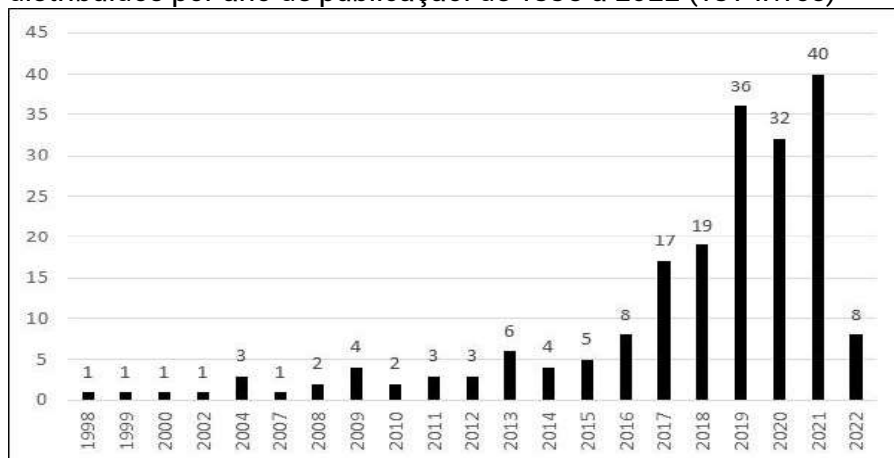
A seleção foi realizada com base nessas categorias de análise e as buscas foram encerradas quando novos títulos que satisfizessem alguma dessas categorias não mais apareceram, se constituindo em uma amostra por saturação. Apresentamos aqui análises descritivas desse corpus, considerando algumas características gerais das publicações (se é ou não tradução, ano de publicação e indicação etária) e como as obras foram



classificadas dentro das categorias temáticas definidas. Foram selecionados 197 livros. Desse total, 88 são brasileiros e originalmente escritos em língua portuguesa, e 109 são traduções de obras de outros países e em outros idiomas.

Podemos perceber, pelo Gráfico 1, que tem como amplitude os anos de 1998 a 2022, que está havendo um aumento desse tipo de publicação no país nos últimos anos, em especial a partir de 2017 e 2019, o que atribuímos ao aumento das discussões sobre feminismo e atuação de movimentos feministas. Pelo fato de ter sido finalizado o levantamento em março de 2022, esse ano aparece com menos ocorrências. No caso de traduções, consideramos a data da versão brasileira; em todos os casos, consideramos a data da primeira edição brasileira.

Gráfico 1 – Livros infantojuvenis feministas publicados no Brasil distribuídos por ano de publicação: de 1998 a 2022 (197 livros)



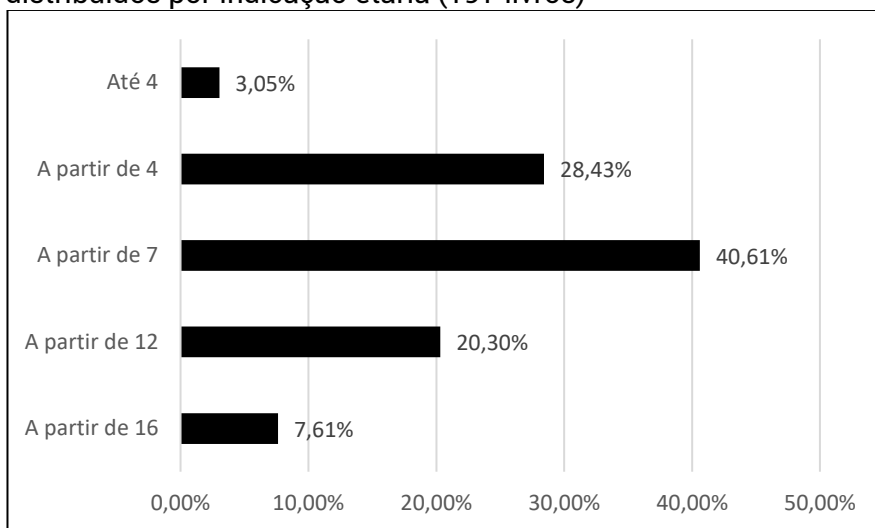
Fonte: dados da pesquisa (2022)

Em relação ao público foco, buscamos classificar os livros a partir de faixas etárias. Fazemos a ressalva de que cada criança possui seu próprio nível de desenvolvimento e que é a partir das características individuais que crianças e seus responsáveis devem escolher os livros mais adequados. Contudo, essa classificação é uma indicação geral, a fim de entendermos o público que, majoritariamente, cada livro busca alcançar.



Nos baseamos, principalmente, na indicação etária atribuída pelas editoras e pela Amazon, quando havia. No intuito de utilizar uma classificação padronizada e justificável, nos apoiamos nas fases do desenvolvimento infantil de Piaget (SCHIRMANN *et al.*, 2019), chegando a uma classificação em cinco níveis: a) até 4 anos: livros para bebês e crianças em início da linguagem oral; b) a partir de 4 anos: livros para crianças em pré-alfabetização e início de alfabetização; c) a partir de 7 anos: livros que as crianças já podem ler sozinhas; d) a partir de 12 anos: livros para adolescentes e crianças em início da adolescência; e) a partir de 16 anos: livros para adolescentes e jovens adultos; foi incorporado aqui quadrinhos, que não necessariamente tem como foco editorial adolescentes. É possível perceber, pelo Gráfico 2, que a maior parte dos livros que compõem o corpus de análise se concentra na indicação etária a partir de 7 anos, seguido da indicação a partir de 4.

Gráfico 2 – Livros infantojuvenis feministas publicados no Brasil distribuídos por indicação etária (197 livros)



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Sobre a classificação temática, na categoria “desconstrução de estereótipos de gênero” foram reunidos livros que abordam os papéis atribuídos a meninas e meninos na sociedade. As obras apresentam personagens mulheres e homens afirmando que



podem fazer o que quiserem, sem precisar se restringir a “coisas de menina” ou “coisas de menino”. Essa categoria também envolveu obras com protagonistas meninas que decidem não seguir os padrões impostos pela sociedade como o ideal a ser alcançado por uma mulher, como se casar e ter filhos, ser linda, perfeita, delicada, entre outras características; também foram incorporados livros que desconstróem os estereótipos ideias de princesas, mostrando que elas são humanas, tem defeitos e podem querer coisas diferentes do que se casar com o príncipe encantado e ser “feliz para sempre”. Em menor quantidade, há os livros que apresentam personagens meninos quebrando a ideia de que precisam ser fortes, másculos e que não podem demonstrar sentimentos.

Em “feminismo”, apesar de ser o tema geral da pesquisa, procuramos aglutinar as obras que, mais especificamente, abordam movimentos feministas, tanto sua história como biografias de expoentes feministas e debates ou movimentos iniciados pelas protagonistas. Há três subdivisões desta categoria, considerando o feminismo interseccional: feminismo étnico-racial, feminismo e classe social e feminismo LGBTQIAPN+. No primeiro caso, inserimos tanto os livros que apresentam mulheres do movimento feminista negro como os livros que apresentam protagonistas negras, indígenas e de outras etnias, enaltecendo os valores de suas culturas. Em “feminismo e classe social” classificamos os livros nos quais as protagonistas são mulheres vulneráveis socioeconomicamente lutando para vencer as discriminações sofridas. Na subcategoria “feminismo LGBTQIAPN+” agrupamos os livros que apresentam protagonistas reivindicando sua liberdade de gênero e de orientação sexual, assim como biografias.

Sob o rótulo “ciência e tecnologia” aglutinamos as obras que apresentam mulheres em posição de destaque em áreas científicas e tecnológicas (linha editorial que tem sido valorizado), envolvendo majoritariamente biografias de mulheres que foram marcantes em diferentes áreas do conhecimento, mas também protagonistas inventoras e astronautas. Também foi criada uma categoria para incorporar livros sobre mulheres que se destacam em diferentes “profissões e setores das artes”, envolvendo tanto histórias biográficas como ficcionais.



A categoria "mulheres ativistas" foi criada para incorporar os livros em que mulheres protagonizaram movimentos sociais que não necessariamente são feministas, ou que não são somente feministas. Envolveu obras com mulheres líderes revolucionárias, antirracistas, ambientalistas e trabalhadoras humanitárias. Em sua maioria, essas obras são biográficas.

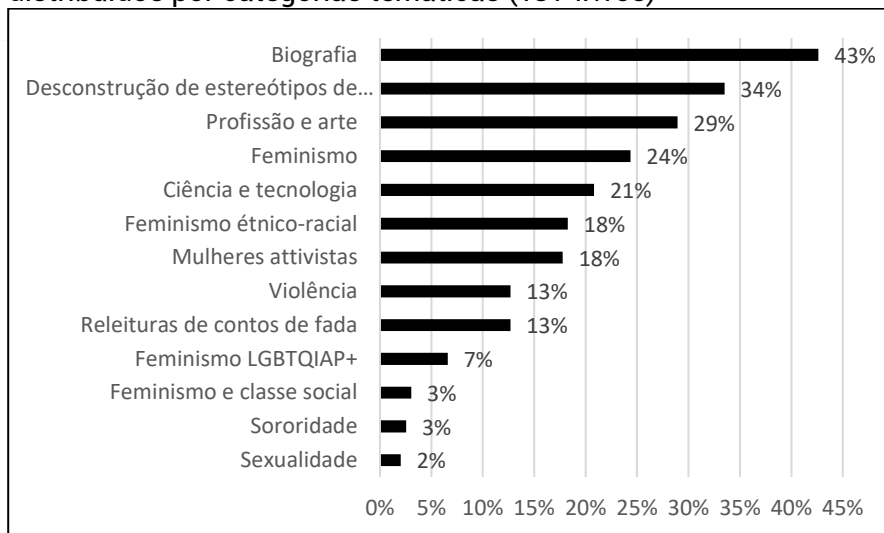
Outra categoria que surgiu empiricamente foi "sororidade", pois aparece este termo explicitamente em alguns resumos de livros, se constituindo em um valor a ser cultivado. A categoria temática "sexualidade" também foi criada para incorporar livros que traziam esse assunto; no entanto, só foi incorporado no corpus de análise as obras que abordam sexualidade sob uma perspectiva de empoderamento da mulher enquanto ser sexual.

O tema "violência" também apareceu e pode ser subdividido em duas subclasses: violência de gênero e violência sexual. Em relação à violência de gênero, foram considerados livros que apresentam situações de violência contra mulheres que, geralmente, se rebelam e lutam contra essa opressão. Essas situações aparecem tanto em biografias como em ficção. Sobre violência sexual, alguns livros abordam o assunto do assédio de forma a esclarecer sobre esse tipo de violência, e suas protagonistas aprendem a denunciar e a se defender.

As categorias complementares "biografia" e "releitura de contos de fada" estão sempre associadas a outras. Percebeu-se que muitos livros que entendemos como disseminando informações feministas são biográficos; muitos apresentam biografias de um conjunto de mulheres marcantes em diferentes atuações: científica, profissional, artística, esportista, ativista e/ou feminista; e muitos outros são biografias individuais de mulheres, também nessas atuações. Já a categoria complementar "releitura de contos de fada" está basicamente associada à categoria "desconstrução de estereótipos de gênero", englobando livros que mostram princesas que não precisam de um príncipe encantado para salvá-las, sempre na concepção de atualizar contos de fadas colocando as mulheres como protagonistas de suas próprias vidas. O Gráfico 3 apresentada as temáticas que encontramos nos livros analisados. Cada livro foi classificado em tantas categorias quantas se ajustasse.



Gráfico 3 – Livros infantojuvenis feministas publicados no Brasil distribuídos por categorias temáticas (197 livros)



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Como podemos perceber, quase metade dos livros se enquadra na categoria biografia, o que demonstra uma tentativa de resgatar nomes de mulheres marcantes em diferentes esferas da sociedade, que não são mencionadas nos livros de história e de literatura tradicionais, ficando à sombra dos homens, que são retratados como protagonistas da história. Praticamente um terço desses livros (29 de um total de 84) são biografias coletivas, apresentando entre 20 e mais de 100 nomes de mulheres marcantes para a sociedade.

A categoria complementar desconstrução de estereótipos de gênero também está bastante presente, o que novamente parece representar uma tentativa de corrigir a forma como, na maior parte das vezes, as mulheres foram e são retratadas, ou seja, a partir de uma concepção de coadjuvantes da vida em sociedade e das suas próprias vidas. Dos 63 livros com a temática de desconstrução de estereótipos de gênero, 38 apresentam estereótipos femininos desconstruídos, 16 apresentam femininos e masculinos, e 12, masculinos.



Feminismo, enquanto movimento, também aparece com uma incidência relativamente alta, o que representa um avanço na literatura infantojuvenil. As categorias profissão e arte, e ciência e tecnologia também aparecem de forma representativa.

A fim de identificar se há relação entre indicação etária e temáticas abordadas nos livros, relacionamos essas duas categorias. E foi possível notar que obras biográficas se destacam em todas as indicações etárias, exceto na faixa de até 4 anos. A temática desconstrução de estereótipos de gênero se destaca mais nos livros indicados a crianças até 4 anos (50% dos livros), a partir de 4 anos (41%) e a partir de 7 anos de idade (38%). Feminismo, enquanto movimento social, se evidencia nas obras a partir de 12 anos (48%) e a partir de 16 anos (47%). Uma questão que também se destaca é que obras com a temática violência aparecem em maior proporção na indicação etária acima de 16 anos do que nas demais e vai diminuindo conforme a indicação etária diminui.

A análise temática dos livros está sendo aprofundada de forma qualitativa a partir da sua leitura, e novas categorias e subcategorias estão sendo criadas com base na linha editorial e no discurso presente nas obras. A leitura dos livros também está conduzindo a elaboração de atividades de mediação de leitura.

A primeira atividade está sendo desenvolvida e possui como eixo "Educação: histórias inspiradoras". Foram escolhidos livros que contam histórias de mulheres que lutam pelo direito à educação, como: Malala, Rosa Parks, Michele Obama, Carolina de Jesus e Conceição Evaristo. Há diferentes livros contando as histórias dessas mulheres, voltados para diferentes faixas etárias. Estamos construindo uma atividade em que essas histórias que serão contadas para diferentes públicos de crianças e adolescentes, com adaptações das narrativas. Também está sendo utilizado o livro de ficção "A garota que não se calou", que conta a história de uma menina que usa a leitura e a educação como ferramenta para enfrentar e se libertar do tráfico humano a que foi submetida. Após contar essas histórias e mostrar os livros, serão realizadas diferentes atividades de mediação com as crianças e adolescentes, propondo que desenhem as personagens com quem mais se identificaram, puxando um debate sobre se gostam de ler e



estudar, e indagando quais os principais desafios que enfrentam, quem na sua vida lhes incentiva e auxilia nos estudos.

Posteriormente à realização de atividades, um conjunto de livros ficará emprestado por um período de em torno de dois meses para a biblioteca comunitária ou a biblioteca da escola onde a atividade será realizada. Assim como esta atividade de mediação de leitura, serão realizadas diversas outras com diferentes temáticas que envolvam um conjunto de livros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um aumento de livros feministas sendo publicados no Brasil nos últimos anos. Acreditamos e esperamos que esse aumento se mantenha nos próximos anos, pois ainda há uma baixa oferta de literatura infantojuvenil com esse viés, especialmente para crianças na primeira infância e para adolescentes a partir de 16 anos. Buscamos contribuir para mudar o cenário social, ainda bastante permeado pelo machismo e pelo patriarcalismo, instrumentalizando crianças e adolescentes a receber informações antissexistas no seu cotidiano. A disseminação e, principalmente, a mediação de literatura feminista nos parece a melhor forma dessa informação ser apropriada.

As categorias temáticas nas quais mais obras se classificam são "biografia" e "desconstrução de estereótipos de gênero". As biografias buscam apresentar mulheres que foram marcantes para a sociedade, em diferentes esferas e em diferentes tempos históricos, e que até o momento eram pouco conhecidas ou totalmente desconhecidas, assim como disseminar mais informações sobre as poucas já conhecidas. As obras com foco na desconstrução de estereótipos de gênero buscam desconstruir, de forma explícita ou implícita, um discurso marcadamente focado na supremacia dos homens em relação às mulheres e dos papéis de gênero, indo na contramão dos estímulos que são recebidos recorrentemente por crianças e jovens.

Considerando essas duas categorias temáticas, podemos inferir que a literatura infantojuvenil feminista no Brasil ainda está em fase de construção, podendo vir a se firmar nos próximos anos, se continuar avançando. Isso porque parece haver, por parte de



escritoras(es) e editoras(es) interessadas(os) em propagar perspectivas feministas através da literatura infantojuvenil, uma tentativa primeira de correção de erros e injustiças, seja trazendo à luz mulheres que ficaram inviabilizadas ao longo da história seja dizendo às crianças que elas não precisam desempenhar determinados papéis por terem nascido meninas ou meninos. Contudo, já é possível ver obras que colocam as mulheres em posições de poder sem precisar explicar que elas podem estar ali. Foi possível notar, também, que as temáticas vão se complexificando conforme vai avançando a indicação etária, e passam a aparecer temas como feminismo, de forma mais explícita, violência e ativismo feminino.

REFERÊNCIAS

- BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira. **Tempos e memórias: movimento feminista no Brasil**. Brasília: Secretaria de políticas para as mulheres, 2010.
- BARDIN, Lawrence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BOURDIEU, P. **La Distinction**. Paris: Minuit, 1979.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- ENDENDIJK, J. J. *et al.* Gender stereotypes in the family context: mothers, fathers, and siblings. **Sex Roles**, v. 68, 2013.
- GUNDERSON, E. *et al.* The role of parentes and teachers in the development of gender related attitudes. **Sex Roles**, v. 66, 2012.
- HIRATA, Helena.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 7, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 16. Ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2021.
- MATSUDA, Fernanda Emy; MORAIS, Marília Kyano. **Guia promotoras legais populares**. São Paulo: União de mulheres do Município de São Paulo, 2016.
- McCALL, L. Does gender fit? Bourdieu, feminism, and conceptions of social order. **Theory and Society**, v. 21, 1992.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.



NOSEK, B. A. *et al.* National differences in gender-science stereotypes predict national sex differences in science and math achievement. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 26, n. 106, p. 10593-10597, jun. 2009.

OLINTO, G. Capital cultural, classe e gênero em Bourdieu. **Informare**, v. 1, n. 2, p. 24-36, jul./dez. 1995.

PINTO, C. R. J. P. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, C. R. J. P. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 2003.

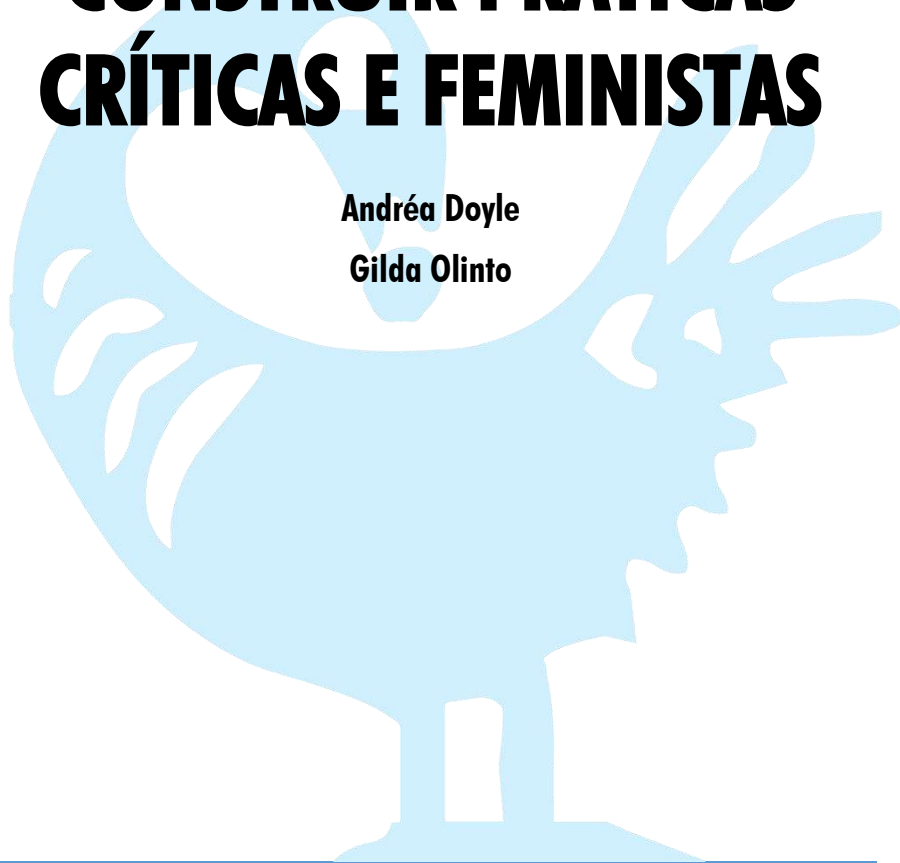
SCHIRMANN, J. K.; MIRANDA, N. G.; GOMES, V. F.; ZARTH, E. L. F. Fases de desenvolvimento humano segundo Jean Piaget. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 6., [s. l.], 2019. **Anais [...]**. Campina Grande: Realize, 2019.



ENSINO DE COMPETÊNCIAS EM INFORMAÇÃO: FORMAS DE IDENTIFICAR E CONSTRUIR PRÁTICAS CRÍTICAS E FEMINISTAS

Andréa Doyle

Gilda Olinto



1 INTRODUÇÃO

O presente capítulo⁶⁰ apresenta resultados de tese doutoral que investigou, à luz da Ciência da Informação (CI) e de teorias críticas feministas, formas de ensinar competências em informação, em mídias e em tecnologias digitais que propiciem tanto um relacionamento crítico com a informação quanto o enfrentamento às desigualdades de gênero, a partir da compreensão dos estereótipos de gênero.

Teorias feministas, abordagens educativas críticas e a literatura sobre competência em informação, educação midiática, letramento digital e suas convergências são bastante discutidas na tese (DOYLE, 2021). Destacamos, dentre diversas outras ideias e teorias que foram consideradas para a construção das categorias e das análises apresentadas, os seguintes conceitos feministas: o saber localizado (HARAWAY, 1988) que parte da premissa de que o conhecimento é produzido por uma pessoa, a partir de um corpo e uma experiência localizada no tempo e no espaço; crítica a postura universalista do saber masculino na ciência hegemônica e o deslocamento artificial do conhecimento produzido por mulheres para um lugar de particularidade; a construção colaborativa do conhecimento (HOOKS, 2019) que visa promover um ambiente de ensino-aprendizagem horizontal e inclusivo que valorize a diversidade, a partir da pedagogia crítica freiriana; o conceito das feministas comunitárias de bem viver (PAREDES, 2015; CABNAL, 2010), envolvendo ideias de luta contínua por justiça social para todas as pessoas, entre elas e com o meio ambiente, como única forma de se atingir um estado de felicidade social duradoura e sustentável.

Dentre os conceitos-chave advindos da literatura de Alfabetização Midiática e Informacional (AMI), extrapolando esse termo para considerá-lo como um guarda-chuva que englobaria as literacias da informação, das mídias e das tecnologias digitais, frisamos as ideias de aprender a aprender (ACRL, 2000), que chama a atenção para a metacognição, ou seja, o exame consciente das diferentes formas como aprendemos e que inclui avaliação e uso

⁶⁰ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



das informações que buscamos, selecionamos e produzimos; decodificação/negociação de significados (FREIRE, 1980; HALL, 2003) que entende que a leitura crítica passa pela compreensão de que mensagens são discursos, que discursos são constituídos por propagadores de ideologias, e que existem diversas gradações de decodificação desses discursos por parte da pessoa leitora, que pode se dar entre a adesão completa, parcial ou a oposição aos valores transmitidos no texto; e aprendizado ao longo da vida (DECLARAÇÃO, 2011), que coloca o aprendizado como um processo fundamental para o desenvolvimento humano, seja ele pessoal, profissional ou para o exercício da cidadania e da vida social, que nunca se completa.

A partir desse referencial teórico, o presente trabalho tem o objetivo geral de relatar os resultados da pesquisa realizada por meio da apresentação, do detalhamento e do teste do potencial analítico das categorias de análise desenvolvidas. Para tanto, na Seção 2 descreveremos cada categoria, articulando-as com os conceitos advindos tanto das teorias críticas/feministas quanto das discussões em torno da AMI.

Já na Seção 3, elegemos um trabalho de cada categoria para procedermos a uma análise, sublinhando, principalmente, o modo como cada categoria representa uma dimensão constitutiva das experiências relatadas.

2 CATEGORIAS DE ANÁLISE QUE ALIAM FEMINISMO E COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO

Em publicações anteriores (DOYLE, 2021; DOYLE, OLINTO, 2021), detalhamos as etapas de realização do levantamento bibliográfico⁶¹ a partir do método de Mapeamento Sistemático da Literatura (MSL), cujos resultados formam a base de dados para os exemplos apresentados na seção 3. Da mesma forma, já explicitamos (DOYLE; DODEBEI, 2021) o processo de construção

⁶¹ Foi um processo de busca, leitura e seleção de artigos em bases internacionais (*Web of Science*, *Scopus*, *Eric* e *Scielo*), que recuperou 353 trabalhos dos quais 65 foram considerados relatos de práticas de ensino críticas de competências em informação, sendo 23 deles exemplos de desconstrução de estereótipos a partir do ensino crítico de competências em informação.



das categorias de análise, que adapta o método de produção de conceitos interdisciplinares Mapa Teórico Conceitual (MTC) (DODEBEI, 1997), adequando-o à convergência entre teorias feministas e estudos de competência em informação, mídias e tecnologias digitais.

Aqui, descrevemos as categorias de análise, construídas para direcionar a apreciação dos resultados de pesquisa. No processo de sua construção, foram relacionados os dois grupos de referenciais teóricos desta pesquisa, a saber, os estudos de gênero e da informação, em um esforço que visa facilitar a identificação dos processos críticos nas práticas de ensino. São elas:

- **ponto de vista**
- **autocrítica**
- **colaboração**
- **desconstrução**
- **empoderamento**
- **bem viver**

O **ponto de vista** é o nosso lugar no mundo. Nas teorias feministas, se relaciona com nossa ancestralidade, com nossos corpos, com nossas parcialidades e experiências. É a partir daí que conhecemos, que falamos, que agimos. É a base dos conceitos de saber localizado e de lugar de fala. Nas teorias da informação e das mídias é o contexto: o elemento circunstancial que agrega significado, que situa a leitura e que permite a compreensão.

A **autocrítica**, no feminismo, vem da ideia de que nós, feministas, especialmente, mas também todas as pessoas, precisamos trabalhar continuamente nosso próprio machismo internalizado para podermos remodelar nossos pensamentos e comportamentos. Esse princípio tem a ver com questionar os próprios preconceitos e estereótipos de cada pessoa. Na literatura sobre competência em informação (Coinfo), o elemento mais unânime de todas as abordagens é o aprender a aprender, ou seja, a consciência dos processos de aprendizagem (metacognição). A autocrítica é o esforço de avaliarmos nossos modos de pensar, sentir e aprender.

A **colaboração** é a base da construção social. No feminismo, as noções de comunidade e coletividade são muito fortes. Ninguém faz nada sozinho. Se temos um ponto de vista localizado, é ouvindo,



trocando, incluindo e colaborando de forma horizontal com pessoas diversas, com generosidade e empatia, que temos a possibilidade de enxergar para além dos nossos próprios olhos, de ampliarmos nosso saber. Nos estudos de CoInfo, é a ideia de que a produção de conhecimento é uma conversa em uma comunidade de aprendizado. Já nos estudos de recepção de mídias, é a ideia que o significado de uma mensagem midiática é negociado pelo receptor de acordo com seu ponto de vista e não acontece de forma passiva.

Para falarmos de **desconstrução**, a partir do feminismo, começamos pela desnaturalização das opressões, especialmente a de gênero, mas também de relações étnico-raciais, sexualidade e outras. As mulheres não têm menos participação na sociedade porque não querem ou não têm capacidade: elas foram historicamente e ainda são sistematicamente diminuídas, privadas de oportunidades e tiveram seu pensamento e trabalho desvalorizados, invisibilizados ou até demonizados. Identificar os mecanismos de opressão na sociedade é um primeiro passo para reagir a ele ou desconstruir seu funcionamento. Já pelo entendimento sobre a construção social da informação, das mídias e das tecnologias, entende-se que mensagens, suportes e os usos das tecnologias tanto podem reforçar injustiças e estereótipos quanto ajudar a desmontá-los e produzir novas narrativas.

O **empoderamento**, no feminismo, é o fortalecimento da pessoa para que ela desenvolva o poder de agir, pensar e construir, por si mesma e com sua coletividade, ao mesmo tempo em que resiste a investidas de opressão. É um processo social de conscientização das subjetividades, dos pontos de vista, das potencialidades e dos desejos. A pessoa se percebe, se vê, desenvolve a autoestima, se respeita e se admira. Na literatura sobre AMI, é a autonomia de busca/leitura/manuseio da informação/mídia/tecnologia e a segurança para tomar decisões, avaliar fontes/discursos/sistemas de informação e, principalmente, produzir e compartilhar seus conhecimentos.

A partir desse fortalecimento das pessoas, elas podem contribuir para a transformação de suas comunidades: famílias, instituições de trabalho, localidades.

O **bem viver** é a busca por uma sociedade mais justa, mais empática e mais feliz. Trata-se de um esforço contínuo de



construção colaborativa e resistência à dominação. Na perspectiva da ColInfo, é o aprendizado ao longo da vida e a certeza de que a participação ética em uma comunidade de aprendizagem é uma busca constante e interminável.

Como conclusão desta seção, e justificando as categorias selecionadas para análise dos trabalhos levantados, propomos uma alegoria. Suponhamos que essas categorias fossem uma pessoa no mundo, cada um ou uma de nós, falando na primeira pessoa. Primeiro, eu me percebo no meu corpo, no meu ambiente social, com minhas experiências (Ponto de Vista). Então me pergunto como eu aprendi e como continuo aprendendo. Que imagens, estereótipos e preconceitos eu carrego e me questiono sobre minhas qualidades, limitações e privilégios (Autocrítica).

Aí, eu percebo que o aprendizado se dá no relacionamento com outras pessoas e que preciso delas para ver outras coisas, ter novas ideias e construir coisas que sozinha eu não consigo (Colaboração). Nesse processo, eu reparo que algumas pessoas aparecem mais que outras, que algumas são consideradas melhores que outras e que isso é feito de um jeito às vezes explícito, mas quase sempre sutil, o que me obriga a questionar o que estou lendo/vendo, prestar atenção nos silenciamentos e procurar essas contranarrativas (Desconstrução).

Por fim, à medida que vou conseguindo perceber os mecanismos de dominação que funcionam 'normalmente' na sociedade, eu me sinto cada vez mais capaz de fazer uma leitura crítica e sinto que minha experiência, história e meus conhecimentos também têm valor e merecem ser compartilhados. Ao melhorar minha autoestima e me orgulhar da minha trajetória, percebo que também posso agir para mudar as coisas (Empoderamento).

Quando eu consigo isso, isto é, passar por essas etapas, eu me junto a grupos de pessoas que dedicam sua vida, continuamente, a combater as inequidades e ampliar oportunidades para grupos historicamente marginalizados. Ao me juntar a esse grupo, posso colaborar para construir e manter uma comunidade ética de pessoas plenas e felizes (Bem viver).

Esse foi o método de análise que desenvolvemos para dar conta da tarefa da tese: refletir sobre a possibilidade, e procurar



exemplos práticos, de ensino crítico de competências em informação, mídias e tecnologias digitais que fossem voltados para a justiça social, mais especificamente a desconstrução de estereótipos de gênero.

3 ANÁLISE DE PRÁTICAS DE ENSINO A PARTIR DAS CATEGORIAS CONSTRUÍDAS

As seis categorias apresentadas acima serão nossas chaves para procurar entender de que forma o ensino de competências em informação, mídias e tecnologias digitais, quando informado por princípios críticos, pode se aliar à desconstrução da ideologia patriarcal e, com ela, os estereótipos de gênero. Por este motivo, ou seja, a junção de aspectos críticos e o foco em quebra de estereótipos ou questões de gênero, 23 trabalhos foram selecionados da revisão de literatura⁶², dentre os quais elegemos um representante de cada uma das seis categorias de análise.

Selecionamos uma prática de ensino que, a nosso ver, melhor representa cada uma das seis categorias, para explicitá-la e analisá-la. É evidente que cada uma dessas práticas abrange mais de uma categoria, podendo até exemplificar todas elas. Nosso esforço de classificação prioriza o aspecto que consideramos mais relevante de cada prática.

Algumas das práticas analisadas não tratam especificamente de estereótipos de gênero, mas foram selecionadas porque trabalham bem a desconstrução de outros estereótipos (pessoas com deficiência, imigrantes, lideranças, povos originários, povo russo). Consideramos que elas contribuem para mudar o nosso funcionamento mental, simbólico e emocional, em alguma etapa do processo de superação das desigualdades de gênero.

3.1 Ponto de vista

No trabalho sobre o questionamento crítico de tecnologias que se usam no corpo (*wearable technology*) de Les Hutchinson and Maria Novotny (2018), é a dimensão de corporeidade da categoria

⁶² Ver lista completa e detalhada dos trabalhos em DOYLE, 2021.



ponto de vista que se destaca. O estudo mostra que, enquanto informações de saúde obtidas por métodos tradicionais são protegidas, as informações corporais provenientes desses equipamentos e aplicativos não o são. As autoras apresentam referencial teórico sobre a relação entre vigilância e violência de gênero, assim como as respostas feministas sob a forma de cuidado e compaixão.

O projeto envolve duas disciplinas de redação técnica que culminam com o teste de um equipamento por parte de estudantes e a redação de um guia de usuários que problematiza a vigilância. O uso dos equipamentos para a redação do guia "destaca como o ensino de vigilância e sua relação com risco engendrado pela coleção de dados corporais deve ser construído a partir de experiências corporificadas" (HUTCHINSON; NOVOTNY, p. 117, tradução nossa).

A mobilização da ética do cuidado para a redação de um manual técnico exemplifica, na prática, como as questões de gênero estão implicitamente atreladas à tecnologia. Assim, o projeto promove reflexão e respostas concretas tanto à pseudoneutralidade tecnológica quanto aos direitos sobre o corpo, especialmente das mulheres, podendo contribuir para a construção de olhares mais respeitosos com esses corpos.

3.2 Autocrítica

O artigo da professora de mestrado em Educação Stephany Flores-Koulish (2010) descreve alguns debates feitos em sala de aula sobre relações étnico-raciais, gênero e sexualidades (106). A categoria autocrítica é evidenciada pela tarefa final da disciplina que envolve a produção, por parte do corpo discente, de um diário pessoal de consumo de mídias acompanhado de reflexões em torno de cinco perguntas: 1. Quem está enviando essa mensagem e por quê? 2. Que técnicas são usadas para chamar a minha atenção? 3. Que estilos de vida, valores e pontos de vista estão representados na mensagem? 4. De que outros modos outras pessoas podem entender essa mensagem? 5. O que está faltando na mensagem?

O exercício de autoavaliação do nosso consumo midiático, acompanhado por uma análise crítica de seus conteúdos desperta



reflexões sobre os possíveis impactos do convívio com essas mensagens na nossa forma de ver o mundo e nos comportarmos em sociedade. Além disso, a autora adverte sua turma sobre os efeitos positivos da conscientização, como o desenvolvimento de uma postura mais crítica em relação à informação consumida e a possibilidade de resistência e produção de contra-narrativas, mas também adverte que esse processo costuma ser um caminho sem volta, que tende a alterar seus modos de ver as mídias e a cultura popular, provocando algumas rupturas. A partir dessas resistências e rupturas, as pessoas envolvidas podem problematizar sua visão os estereótipos de gênero e, eventualmente, ajustar seu comportamento.

3.3 Colaboração

Um dos aspectos da categoria colaboração é quando profissionais de áreas diferentes se juntam para realizar um projeto: é o caso do projeto descrito no artigo de Debbie Holley e Tom Boyle (2012) que juntou pessoas bibliotecárias, docentes e técnicas em informática para produzir aplicações interativas que estimulassem estudantes a aprenderem as teorias, utilizarem os acervos e desenvolverem o pensamento crítico. Um dos exemplos apresentados no trabalho é “A Teoria das Zonas Erógenas”. Além da colaboração entre membros da universidade, o projeto teve o título modificado pelos estudantes “que clicariam imediatamente em um recurso com esse título” (HOLLEY; BOYLE, p. 4, tradução nossa). O produto explora vestidos de diferentes décadas para mostrar como a percepção sobre o corpo é culturalmente construída.

Autora e autor concluem que, por um lado o projeto foi muito positivo, melhorando muito a compreensão das teorias apresentadas (comparadas com as turmas anteriores) e a qualidade da argumentação nos ensaios finais. Por outro lado, um dos objetivos que era empoderar docentes a criar e reaproveitar artefatos feitos por outros não teve o resultado esperado.

Na nossa leitura, o projeto promove um entendimento sobre o modo como a cultura patriarcal impõe controle sobre os corpos femininos, por meio de visões sobre o que é decente ou apropriado vestir. Ao enfatizar que esses valores mudam ao longo do tempo,



principalmente graças a mobilizações sociais feministas, ele pode suavizar posturas conservadoras sobre escolhas vestimentares e até estimular experimentações.

3.4 Desconstrução

Anna Mendoza (2018), professora canadense do curso de Pedagogia, reconhecendo que as identidades de povos originários, imigrantes e minorias são construídos pelas narrativas oficiais das mídias de massa e do currículo imposto, trabalha para descolonizar o pensamento de sua turma. As aulas relatadas no artigo começaram com uma visita a uma exposição sobre a Amazônia. Antes de entrar, estudantes recebem uma lista de perguntas, como: “de que forma você imagina que sua disciplina (artes, literatura, esportes, ciências, etc.) seja ensinada no Brasil? Como os povos nativos são retratados? A exposição tem alguma mensagem política? Se você fosse dar aulas lá, como adaptaria seus conteúdos?” (MENDOZA, 2018, p. 417, tradução nossa).

Ao compilar as respostas, a autora encontrou três tipos de visão: universalidade, dualidade e multiplicidade. Para ela, tanto o discurso único hegemônico presente no primeiro tipo quanto o discurso que opõe colonizadores brancos a todos os outros tipos de pessoas dentro de caixas separadas são totalizantes. Para ela, a via da multiplicidade é aquela que consegue realizar uma mestiçagem de vozes que se cruzam em diversos nós que são os marcadores identitários e sociais.

Apesar de não tratar de gênero, a proposta decolonial estimula a reflexão sobre os discursos sobre 'o outro', o questionamento sobre mensagens políticas contidas nas imagens e o exercício de imaginação sobre outras localidades e contextos sociais. O processo de desconstrução passa pela percepção das injustiças históricas e arbitrárias, cometidas por grupos que se sentiram superiores a outros, justificando violências como invasão, escravização, estupro e genocídio a partir de argumentos de superioridade moral, religiosa, cultural ou em nome da civilização e do progresso. Essa compreensão é fundamental para a desconstrução de diversos estereótipos sobre povos originários, mas também sobre outros grupos minorizados, como as mulheres.



3.5 Empoderamento

Brian Morgan (1997) é um professor que dá aulas de inglês como segunda língua para imigrantes e abre seu artigo dizendo que sua prática é informada pelos discursos críticos, pós-modernos e feministas. Ele analisa com seus estudantes a comunicação em torno de um referendo no Canadá e usa textos nas línguas maternas junto com outros em inglês para ajudar seus alunos a entender os significados implícitos.

O autor relata o sentimento de empoderamento de seus estudantes quando percebem que não é porque não dominavam a língua que não tinham entendido o texto, mas porque ele foi construído para confundir. O trabalho coletivo em direção à autoestima é delicado e, mesmo sem tratar de relações de gênero, aborda situação semelhante de opressão: a discriminação contra pessoas estrangeiras. Ele discute a passagem da confusão para o sentimento de confiança em si por meio da leitura crítica e da generosidade no processo de ensino-aprendizagem.

Para desconstruir estereótipos em geral, é necessário perceber as manipulações de discursos e identificar os mecanismos de manutenção dos privilégios que os acompanham. Especialmente nos tempos de desinformação e pós-verdade que vivemos hoje, uma leitura crítica significa interrogar o texto, questionando as condições de produção e as intenções de quem o produziu. Quando a pessoa compreende melhor as implicações do que está lendo, não só percebe que sua opressão é produzida e reproduzida intencional e constantemente, mas também pode se sentir capaz de resistir e lutar contra ela.

3.6 Bem viver

No artigo sobre leitura crítica da mídia na formação de professores, Jamie Joanou (2017) se coloca como uma mulher branca que reconhece seus privilégios e que, levando em consideração esse seu ponto de vista, educa para a justiça social. O artigo explora o referencial teórico (teoria racial crítica, teorias críticas feministas, queer e outras) como bases para examinar questões sociais na escola. A autora diz que o engajamento crítico



"é necessário para que professores possam trazer a justiça social para dentro da sala de aula, que é um dos maiores objetivos dessa disciplina" (JOANOU, 2017, p. 45, tradução nossa).

Esse trabalho é um dos que mostra que o engajamento de estudantes com a justiça social nem sempre acontece e que, como no caso analisado, alguns até se recusam a fazê-lo. bell hooks trata disso quando diz que a criação de uma comunidade de aprendizagem é tanto responsabilidade de docentes quanto de discentes (HOOKS, 2019) e que nem toda pessoa está pronta a reconhecer seus privilégios ou renunciar a eles.

Com o objetivo declarado de ser um processo pedagógico voltado para a justiça social, parte fundamental do conceito de bem viver, o projeto contribui para a desconstrução de estereótipos na medida em que solicita, de futuras professoras e professores, que questionem seus privilégios. A identificação de privilégios diversos, inclusive o de gênero, permite que se desvelem opressões naturalizadas, podendo fomentar uma mudança de perspectiva ou até de comportamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho apresentou categorias construídas a partir de referenciais teóricos advindos das teorias feministas e das discussões sobre competência em informação, mídias e tecnologias digitais. Ponto de vista, Autocrítica, Colaboração, Desconstrução, Empoderamento e Bem viver foram as chaves usadas para analisar os artigos, recuperados na literatura internacional, que relatam experiências pedagógicas que aliam o ensino da Alfabetização Informacional e Midiática (AMI) ao combate à discriminação de grupos minorizados, especialmente aqueles inferiorizados por conta de suas identidades de gênero.

Observamos que as propostas analisadas se pautam em referenciais teóricos críticos, como as teorias feministas, a teoria racial crítica, a teoria queer, entre outras; ou em métodos de ensino-aprendizagem oriundos da pedagogia crítica; ou ainda em objetivos de estímulo à autoestima e à justiça social por meio da inclusão e valorização da diversidade. Tais elementos são mobilizados



conscientemente pelas pessoas docentes e são indissociáveis dos diversos conteúdos específicos de cada curso ou disciplina.

A partir dessa constatação, inferimos que as categorias apresentadas, se usadas desde a concepção de propostas educativas, podem informar práticas de ensino voltadas para o uso crítico da informação, das mídias e das tecnologias digitais ao mesmo tempo em que promovem não só a reflexão como também, em certos casos, atitudes de desconstrução de estereótipos de gênero e de enfrentamento às desigualdades de gênero.

Para tanto, apresentamos algumas sugestões práticas de como nós, pessoas bibliotecárias, docentes, profissionais da informação, entre outros profissionais que se propõem a trabalhar com uma perspectiva crítica na busca de justiça social, podemos começar a desconstruir nossos próprios estereótipos, pessoalmente e em nossas práticas profissionais. A seguir destacamos alguns pontos a se considerar:

- Refletir sobre nossos próprios estereótipos, as ideias de masculino e feminino, os papéis e performances de gênero e expressões de sexualidades, como por exemplo: o que eu considero uma forma apropriada ou desejável para uma mulher vestir, trabalhar, se relacionar? Será que essa visão não é carregada preconceitos ou limitações vindas do machismo? Como posso ampliar minhas formas de me comportar ou julgar outras pessoas?
- Tornar o espaço da biblioteca um lugar seguro para que pessoas com todos os tipos de corpos (pessoas todas as cores, tamanhos, idades, identidades de gênero, sexualidades, de qualquer origem social, nível de escolaridade, em qualquer situação social) sintam que aquele espaço é delas;
- Incluir atividades de leitura crítica com todo o tipo de público e optar pela escolha de textos críticos e socialmente engajados em qualquer disciplina ou programa educativo;
- Formar coleções que incorporem obras escritas por pessoas diversas e historicamente marginalizadas, já que seu ponto de vista é único e que precisamos dele para compreender outras realidades, especialmente as mais injustiçadas de modo a lutarmos por transformação social;



- Ensinar as realidades dos sistemas injustos e excludentes nos quais a informação é socialmente construída, incluindo as desigualdades de acesso, interpretação, uso, produção e compartilhamento, com foco nos privilégios de acesso das elites.

Sugerimos que pessoas bibliotecárias, docentes e demais profissionais da informação e da educação considerem as categorias **ponto de vista, autocrítica, colaboração, desconstrução, empoderamento e bem viver** de modo a integrá-las às suas práticas de ensino, para formar pessoas mais sensíveis e empáticas com as outras. Dessa forma, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação estarão no centro da construção de uma sociedade mais justa, sustentável e feliz para todas, todos e todes nós.

REFERÊNCIAS

ACRL – ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES. **Information literacy competency standards for higher education**. Chicago: ALA, 2000.

DECLARAÇÃO de Maceió sobre a competência em informação. Maceió: FEBAB, 2011.

DODEBEI, Vera. **O sentido e o significado de documento para a Memória Social**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DOYLE, Andréa. **Competências em informação, mídia e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero: práticas de ensino críticas**. 2021. 218 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, RJ, 2021.

DOYLE, Andréa; DODEBEI, Vera. Mapa Teórico Conceitual para construção de categorias em projetos transdisciplinares. *In*: Congresso ISKO Espanha-Portugal (15.º ISKO España). **Anais eletrônicos** [...] Lisboa: ISKO, 2021. p. 535-542.

DOYLE, A.; OLINTO, G. Práticas de ensino críticas de competência em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 4, p. 575-594, 2021.



FLORES-KOULISH, Stephanie. Practicing critical media literacy education developing a community of inquiry among teachers using popular culture. **American Educational Research Association**, [s.l.], p. 1-18, may. 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Centauro, 1980.

HALL, Stuart. Codificação/decodificação. *In*: SOVIK, Liv (Org.). **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. **Feminist Studies**, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988.

HOLLEY, Debbie; BOYLE, Tom. Empowering teachers to author multimedia learning resources that support students' critical thinking. **European Journal of Open, Distance and E-Learning**, [s.l.], n. 1, p. 1-8, 2012.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2019.

HUTCHINSON, Les; NOVOTNY, Maria. Teaching a critical digital literacy of wearables: a feminist surveillance as care pedagogy. **Computers and Composition**, [s.l.], v. 50, p. 105-120, dec. 2018.

JOANOU, Jamie. Examining the world around us: critical media literacy in teacher education. **Multicultural Perspectives**, [s.l.], v. 19, n. 1, p. 40-46, 2017.

MENDOZA, Anna. Preparing Preservice Educators to Teach Critical, Place-Based Literacies. **Journal of Adolescent & Adult Literacy**, [s.l.], v. 61, n. 4, p. 413-420, 2018.

MORGAN, Brian. Critical perspectives in community-based, adult ESL programs. *In*: ANNUAL MEETING OF THE TEACHERS OF ENGLISH TO SPEAKERS OF OTHER LANGUAGES, 31., 1997, Orlando. **Proceedings** [...]. Orlando: ERIC, 1997.

PAREDES, Julieta. Hilando fino desde el feminismo comunitario. *In*: MIÑOSO, Yuderkys Espinosa (coord.). **Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo latino-americano**. Buenos Aires: En la Frontera, 2010. p. 117-120.





**NARRAR A SI COMO
ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA:
INFORMAÇÃO E
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS
EM DISPUTA NO
DOCUMENTÁRIO
“APRESENTAÇÃO NOIVA DO
CORDEIRO”, UMA
PRODUÇÃO COMUNITÁRIA**

Juliana Andrade Perdigão

Fabício José Nascimento da Silveira



1 INTRODUÇÃO⁶³

Compreender esses sistemas de imagens, representações e signos que compõem o pensamento da lógica discursiva da identidade social dominante é fundamental para que os feminismos possam transformá-lo e abrir novas possibilidades de ser. Se entendermos que os feminismos abrem outras possibilidades de subjetivação e de existência para as mulheres, é necessário que levemos em conta a linguagem e o discurso, meios pelos quais se organizam a dominação cultural e a resistência (RAGO, 2013, p. 31).

A localização da comunidade Noiva do Cordeiro, no interior de Minas Gerais, atrás da Serra da Moeda e aproximadamente a 100 km de Belo Horizonte, não impediu que dezenas de equipes de jornalistas do Brasil e do exterior se deslocassem para mostrar os mais variados aspectos da vida por lá. Noiva do Cordeiro viveu sucessivos episódios de preconceito, isolamento e difamação desde sua formação. História que foi mostrada pela primeira vez em um documentário exibido no canal a cabo GNT em junho de 2008. Posterior a isso, foi a vez da imprensa estrangeira – principalmente a inglesa e a americana – tornar a comunidade internacionalmente conhecida a partir de uma série de reportagens realizadas no ano de 2014. Nelas alguns sites jornalísticos difundiram a falsa notícia de que um grupo de “belas mulheres” de uma localidade rural no interior do Brasil “estavam desesperadas para casar” e “apelavam por homens solteiros”.

Essas reportagens foram tratadas como o principal objeto empírico de uma tese de doutoramento em Ciência da Informação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da ECI/UFMG⁶⁴ no ano de 2020. Naquela investigação, a qual serve de base para o presente capítulo, objetivamos analisar as maneiras pelas quais a informação – social e simbólica –

⁶³ O presente capítulo constitui-se em uma versão substancialmente ampliada de trabalho anteriormente submetido, avaliado, aprovado e apresentado no XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), realizado entre os dias 07-11 de novembro de 2022 em Porto Alegre/RS.

⁶⁴ As informações completas para acesso à pesquisa encontram-se nas referências deste texto.



permeia o processo de elaboração das representações sociais e das narrativas midiáticas atribuídas e ressignificadas pelas mulheres da comunidade rural Noiva do Cordeiro. Contudo, em face das limitações de espaço, o foco aqui é direcionado para as narrativas desenvolvidas pelos moradores da comunidade no documentário que eles mesmos produziram em resposta aos agenciamentos representacionais mobilizados externamente no sentido de enquadrar quem são e como sua história deve ser contada.

Para isso, estabelecemos uma aproximação entre os conceitos de "representações sociais", "gênero", "informação simbólica" e "narrativas" com o propósito de problematizar como certas estratégias de representação midiática propiciam novos cenários de interação amplamente atravessados por relações de poder. Assim, a informação é visualizada, no âmbito dessa disputa representacional, tanto como mecanismo a partir do qual sujeitos e grupos sociais constroem as narrativas que expressam suas formas de ver e conhecer o mundo e, ainda, os modos como querem ser vistos, quanto como forma simbólica a partir da qual algumas representações podem ser agenciadas, ratificadas, contestadas e/ou ressignificadas.

Atentando para isso, o foco central deste capítulo gira em torno de responder à seguinte questão: *de quais maneiras a informação, social e simbólica, é utilizada no documentário "Apresentação Noiva do Cordeiro" como recurso para se tensionar as representações criadas sobre as mulheres da comunidade?*

Em termos metodológicos, recorreremos à hermenêutica dialética para estruturação das categorias de análise, conjugando-a a dois métodos operacionais: o documental e o estudo de caso. No entanto, ressalta-se que, na tese, a coleta de dados se deu por meio da realização de grupos focais, observação participante, entrevistas livres e semiestruturadas e análise do discurso. Dito isso, esclarece-se que a análise empreendida neste capítulo tem como foco o documentário produzido pelos próprios moradores de Noiva do Cordeiro, o qual é exibido no centro cultural para todos que visitam a comunidade – funcionando, pois, como uma narrativa autorizada pelo grupo – sendo, também, disponibilizado na plataforma de vídeos Vimeo⁶⁵.

⁶⁵ Disponível em: <https://vimeo.com/192367034>. Acesso: 30 de maio de 2023.



Tendo em vista esses apontamentos, convidamos nossos leitores a entrarem na comunidade Noiva do Cordeiro para conhecer, mesmo que resumidamente, sua história.

2 A HISTÓRIA CONTADA E RECONTADA DE NOIVA DO CORDEIRO

No primeiro documentário produzido sobre Noiva do Cordeiro para o canal GNT, em 2008, os moradores contaram que os boatos acerca da comunidade começaram no final dos anos 1990, quando a Igreja Evangélica Noiva do Cordeiro, criada por um pastor e morador do lugar, foi derrubada e o grupo decidiu abolir de vez a obrigatoriedade de qualquer prática religiosa. Entretanto, os moradores mais antigos dizem que o preconceito começou ainda no século XIX, quando o casal que deu origem à primeira família do lugar foi excomungado por adultério.

Isso implica dizer que os quase 350 moradores de Noiva do Cordeiro estão unidos por laços de parentesco porque descendem do mesmo casal: Maria Senhorinha e Chico Fernandes. Por volta de 1890 os dois protagonizaram o primeiro episódio de ruptura religiosa – naquela ocasião, com a Igreja Católica, fato que incide diretamente no modo de vida e nas representações sociais que marcam a comunidade. Isso porque, Maria Senhorinha ainda era casada quando se envolveu e ficou grávida de Chico Fernandes. Em função desse acontecimento, ambos foram proibidos de frequentar as celebrações religiosas e foram isolados pela própria família. Situação que levou Maria Senhorinha a fugir com Francisco Fernandes para um local próximo a Roças Novas de Cima, zona rural de Belo Vale, onde hoje está a comunidade Noiva do Cordeiro. Ali o casal construiu um casarão, que ainda existe na comunidade, e criou nove filhos.

Os moradores da comunidade dizem que a história do adultério se espalhou na região e que a Igreja teria “amaldiçoado” o casal e seus descendentes até a quarta geração. Relatam, ainda, que os irmãos de Chico Fernandes se recusavam a conviver com Maria Senhorinha. Entre as comunidades do vale do Paraopeba, no início do século XX, essa exclusão também se deu no nível social, implicando no afastamento do casal do convívio com seus vizinhos.



Indicativos de que, no contexto da comunidade que começava a se formar, a exclusão se deu por meio de marcadores sociais de diferenças, tais como impedir a participação nas celebrações religiosas e isolar os moradores do convívio público e familiar. Essa diferenciação – conjunto de práticas marcadas pelo estabelecimento de distinções – foi instituída de modo negativo, com vistas a marginalizar a família que se formou a partir de uma situação de adultério.

Como efeito desse processo de exclusão, os filhos e os netos de Maria Senhorinha e Francisco Fernandes não puderam frequentar a Igreja Católica. Em uma região marcada pela forte presença do catolicismo, o preconceito naqueles primeiros anos do século XX foi forte o suficiente para silenciar o assunto em toda família pelas décadas seguintes, até a morte do casal. Consequentemente, no contexto de uma comunidade do início do século XX, o silêncio dos adultos, o medo ou a vergonha de falar no assunto deixa-nos entrever os modos como o “selo da diferença”⁶⁶ modulou a vida de seus moradores.

Mais tarde, já na década de 1960, uma neta do casal, Delina, casa-se com um pastor evangélico que visitava a região, acontecimento que ocasionou mudanças radicais na vida dos moradores da comunidade. O pastor Anísio Pereira, com 43 anos na ocasião, se apresentou como o cordeiro que guiaria a comunidade. Delina, então com 16 anos, aceitou se casar com ele, tornando-se a noiva do cordeiro. Ao descrever seu primeiro contato com o futuro marido, Delina relembra que:

[...] primeiro veio um pessoal da Igreja Batista e fizeram aquela igreja lá em cima. Quando o Anísio chegou, colocou todo mundo pra correr e implantou a igreja dele aqui. [...] Minha mãe não queria que a gente casasse. Tudo naquela época era casar os filhos, na pureza e na santidade, mas minha mãe não queria que a gente sofresse. Ela era traumatizada com o tal do chifre. Quando apareceu o pastor pra casar e ela achou que

⁶⁶ Expressão usada por Denise Jodelet (2008) para assinalar os modos como a exclusão moral de um grupo em relação ao campo das normas aceitáveis autoriza a expressão do desprezo e do medo, justificando, em ampla medida, as penas infligidas a todos que a ele pertencem.



ele era santo, então ela deixou casar. (Delina, depoimento oral, 2018).

Uma igreja evangélica foi erguida na comunidade com o nome *Noiva do Cordeiro* e nela se deu o casamento. Pelos próximos 35 anos os moradores seriam coagidos a suportar intensa rotina religiosa. As mulheres eram proibidas de evitar filhos e todos, de forma geral, tinham que dedicar muitas horas do dia às orações e aos jejuns. Não havia tempo para o trabalho na lavoura e a terra se tornou pouco produtiva.

Com o passar dos anos, por volta da década de 1980, os jovens da comunidade começaram a questionar as imposições feitas pelo pastor Anísio Pereira. Não sem razão, a proibição de ouvir música e dançar, a extrema pobreza e a rotina intensa de orações e jejuns fizeram com que os jovens fossem se desligando da igreja. Depois de quase quatro décadas, a igreja *Noiva do Cordeiro* havia perdido muitos fiéis e com a morte do pastor, em 1995, havia chegado o momento de decidir os rumos da comunidade: a igreja foi derrubada e, em reunião, os moradores decidiram abolir qualquer tipo de religião no local. Esse episódio demarcou a retomada do trabalho coletivo na roça – em forma de mutirão – como faziam no passado, porém de modo mais organizado e sistemático. As mulheres coordenavam e se subdividiam entre as atividades, ao passo que os homens buscavam emprego nas redondezas para ampliar a renda.

Fora da comunidade, no entanto, esse foi o momento no qual a discriminação em relação ao modo de vida daqueles sujeitos se tornou mais forte. Boatos alegando que *Noiva do Cordeiro* era uma comunidade de prostitutas se espalharam pela zona rural, chegando à cidade de Belo Vale. Com isso, alguns moradores deixaram de frequentar espaços públicos e a escola, passando a viverem de maneira ainda mais isolada.

Como medidas de enfrentamento a esse quadro, a comunidade decidiu fundar uma associação e tentar eleger uma representante política. Formada majoritariamente por jovens, a nova geração da comunidade investiu, também, em buscar parcerias para montar uma escola de informática em *Noiva do Cordeiro*. Projeto viabilizado em 2006 por meio de um acordo firmado entre a ACNC (Associação Comunitária *Noiva do Cordeiro*),



o CDI (Comitê para a Democratização da Informática)⁶⁷ e a Fundação Vale, cujo principal resultado foi a criação de uma Escola de Informática e Cidadania (EIC) dentro do Centro de Inclusão e Desenvolvimento da Educação Comunitária (CIDEC). Segundo os moradores, Noiva do Cordeiro se tornou a “primeira comunidade rural a receber um projeto de inclusão digital em MG.” Em função dessa divulgação, alguns jornalistas começaram a visitar a comunidade para registrar o primeiro ponto de informática na zona rural do Estado.

Foi a partir desta aproximação que a imprensa conheceu a história de exclusão de Noiva do Cordeiro e, como, resultado um documentário⁶⁸ foi produzido para o canal de TV a cabo GNT, em 2008.

3 AS REPRESENTAÇÕES EM AÇÃO: INÚMERAS REPORTAGENS, MÚLTIPLOS MODOS DE CONTAR A HISTÓRIA DE NOIVA DO CORDEIRO

As representações sociais podem ser definidas como conhecimentos do senso comum que ganham forma e que circulam nas mais diversas modalidades de interação social. Elas são elaboradas, continuamente, pelos sujeitos visando compreender e atribuir significados a diferentes aspectos de suas experiências cotidianas. Em função disso, esse saber, que se diferencia do conhecimento científico, expressa visões de mundo que orientam a ação e o modo de interpretar a realidade social.

Por serem formas de conhecimento socialmente elaboradas e partilhadas, as representações sociais manifestam-se nas conversações diárias e concorrem para a construção de uma realidade comum a um grupo social. Não por acaso Pedrinho Guareshi (2000) e Jean-Claude Abric (2001) assinalam que, por se tratarem de senso comum criado e reproduzido nas relações

67 O CDI é uma organização não governamental apoiada por empresas como Light, Vale, Accenture e Phillips. Criado em 1995 pelo empresário Rodrigo Baggio, o CDI objetivava promover a inclusão digital a partir da formação de parcerias com a iniciativa privada.

68 O documentário “Noivas do Cordeiro” foi produzido pelo cineasta Alfredo Alves da produtora BemVinda Filmes e exibido no canal de TV à cabo GNT.



cotidianas, as representações sociais funcionam como formas de categorizar e rotular o que nos cerca, contribuindo, a partir desses movimentos, para simplificar a compreensão acerca do mundo.

Nessa mesma direção, Serge Moscovici (2012) entende que as representações sociais são uma modalidade de conhecimento particular que tem a função de elaborar comportamentos e possibilitar a comunicação entre os indivíduos, uma vez que as representações viabilizam a familiarização com aquilo que nos parece estranho ou desconhecido. Atentando para tais aspectos, o autor buscou compreender as formas pelas quais os sujeitos se familiarizam com uma novidade e a integram à vida cotidiana. Nessa mirada, para o psicólogo social, a função de toda representação é tornar familiar o que não é familiar, fazendo com que saberes estocados na memória sejam usados para facilitar a compreensão do novo, classificá-lo e nomeá-lo.

Embora as representações ocupem lugar nas práticas sociais, Moscovici (2012) identificou dois mecanismos cognitivos presentes na construção de seus significados mais gerais: a *ancoragem* e a *objetivação*. A objetivação refere-se à tentativa de transformar uma ideia em algo concreto, em uma imagem, por exemplo, para fazer algo se tornar real diante dos olhos, para se materializar uma abstração. Objetivar consiste, pois, em descobrir a qualidade icônica de uma ideia, razão pela qual se faz necessário ressaltar que é da soma de experiências e memórias comuns que extraímos as imagens, as linguagens e gestos necessários para superar o estranhamento do que não é familiar. Ao rotular, podemos avaliar um objeto ou pessoa. Ao darmos um nome ou produzirmos uma imagem mental sobre determinado assunto, nos capacitamos a falar sobre ele, a comunicarmos algo referente a ele. Naturalizar e classificar são, pois, duas operações essenciais à objetivação. A naturalização torna o símbolo real, uma abstração em um conceito "quase palpável". A classificação organiza, nomeia, introduz uma ordem que se adapta à ordem preexistente, atenuando o choque que qualquer novidade causa.

Recorrendo às palavras do autor, podemos dizer que por meio dessas operações "um diagrama é imposto permitindo nomear os diferentes aspectos do real e, assim, defini-lo. Se um diagrama diferente aparece, a nova nomenclatura associada às entidades



preexistentes ajuda a redefini-las." (MOSCOVICI, 2012, p. 103). Aspecto normativo da classificação que é marcado, ainda segundo o autor, por uma dimensão discriminativa:

A categorização não é uma operação neutra em nossa sociedade. A opinião de alguém é contaminada pela opinião sobre alguém. Quando, conforme a via ordinária dos estereótipos, afirma-se que um indivíduo é "neurótico", esforçamo-nos também para proibir seu acesso a determinada zona da vida social. Assim a armadura simbólica da representação adquire uma armadura de valores (MOSCOVICI, 2012, p. 120).

Por sua vez, a ancoragem constitui-se na tentativa de integrar o que não é familiar a um pensamento pré-existente, facilitando a compreensão e orientando o modo de agir em sociedade. Moscovici (2012) define a ancoragem como um mecanismo de contato com o que é estranho ou novo. Assim, a novidade é incorporada às práticas ou conhecimentos comuns, muitas vezes enraizados em nossa memória, podendo, entre outros aspectos, incluir todo elemento estranho ou desconhecido no ambiente social e ideacional (JODELET, 2001, p. 35).

Mecanismos sociocognitivos que, em conjunto, possibilitam a instituição de um universo consensual orientador dos modos de agir, como um sistema de pré-decodificação da realidade que determina um conjunto de antecipações e expectativas. Segundo Silveira (2012), as representações sociais emergem como resultado da experiência dos referenciais simbólicos que informam e modulam a vida cotidiana. Razão pela qual se julga pertinente apreender as representações sociais como instâncias de produção e de negociação de sentidos estruturadas no contexto das interações sociais.

Definida nesses termos, a atividade de representar configura-se como parte de um processo em que a realidade compartilhada é constantemente elaborada e recriada. Em paralelo, pode ser pensada, igualmente, como a capacidade de dar às coisas uma nova forma, de construir significados, sendo, portanto, uma ação marcadamente simbólica. Perspectiva compartilhada também por Denise Jodelet (2001), para quem representar é fazer presente



alguém ou alguma coisa ausente, inclusive uma ideia, por meio da presença de um objeto e permita estabelecer com ele uma relação de simbolização. A representação social é, então, uma reapresentação aproximada do real, não uma cópia. Representar uma coisa, um estado, não é só desdobrá-lo, repeti-lo, é reconstituí-lo, retocá-lo (MOSCOVICI, 2012).

Por essa razão é possível sinalizar que as representações sociais emergem nos processos de mediação entre o sujeito e o mundo que ele descobre e elabora por meio de construções simbólicas e a partir de diferentes formas de dar sentido ao real. Consequentemente, diferentes grupos em diferentes contextos produzem distintas visões sobre a realidade. Pela representação, indivíduos e comunidades não apenas representam um estado de coisas no mundo, mas também revelam quem são e o que consideram importante (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 38). Ou seja, as representações estão intimamente ligadas aos processos que estruturam o pensamento social. Em função disso, condensam em torno de si significados comuns, modos de compreender e de narrar o real.

Tendo isso por referência, percebemos em nossa pesquisa que, após a exibição do documentário na TV, a história de Noiva do Cordeiro foi contada e recontada muitas vezes em jornais, sites, revistas, telejornais e programas de entretenimento. A comunidade passou a viver tempos de considerável exposição midiática e de abertura a pessoas de toda parte. Era comum encontrar por lá um ou outro jornalista estrangeiro interessado em narrar não tanto a história, mas em enquadrar modo de vida estruturado por aqueles moradores.

Na maioria das reportagens, Noiva do Cordeiro foi retratada como uma comunidade de mulheres jovens que plantavam e colhiam juntas, que também trabalhavam em mutirão na fábrica de costura e no fim do dia se reuniam na casa-mãe⁶⁹. A vida em comunhão, que é o que o nome *comunidade* sugere, despertava estranhamento, curiosidade, admiração e desconfiança. Não eram raros os vídeos e publicações que romantizavam a vida em Noiva do Cordeiro.

⁶⁹ Principal edificação de Noiva do Cordeiro. Trata-se de uma casa coletiva que possui 36 dormitórios e abriga cerca de 100 moradores da comunidade.



Inscrita nesse conjunto de narrativas noticiosas, uma revista de circulação nacional com versão na internet dedicou algumas páginas ao modo de vida da comunidade com o título “A vila das mulheres⁷⁰”. Reportagem que seguiu à risca o rol de representações tradicionalmente criadas para “falar sobre” a mulher: mostrou a rotina de trabalho, de cuidado com os filhos, de vaidade com fotos das moradoras se maquiando em grupo. Além disso, acrescentou que “difícil mesmo é arrumar namorado” e concluiu dizendo que uma das mulheres “estava há um tempo sem companhia masculina”.

Em outros casos, as matérias tentavam desfazer os boatos sobre prostituição e reforçavam que aquela era uma comunidade de “mulheres trabalhadeiras”, “guerreiras”, “mães”. Representações consideradas tradicionais porque se alimentam do imaginário em que a mulher está vinculada à maternidade, ao cuidado com os outros e à espera de “companhia masculina”. Desse imaginário também deriva a narrativa da mulher “honesta”, “correta”, “virtuosa” e, por isso, digna de consideração, respeito e “apta ao casamento”.

Nos conteúdos produzidos pelas corporações de mídias, as representações sociais, ou representações de senso comum, são recursos estratégicos usados para que as histórias contadas provoquem identificação. Não são poucas as pesquisas que mapeiam o potencial desses procedimentos narrativos nas mídias. O mais conhecido deles é a simplificação, que reduz aquela sensação de estranhamento com aquilo que podemos perceber como diferente, exatamente como descrito por Moscovici (2012). Na prática, essa simplificação significa recorrer a tipificações e estereótipos, enquadramentos que facilitem a compreensão das histórias. A cientista política Flávia Biroli (2017) diz que os estereótipos estão na base do senso comum e eles são alimentados pela própria realidade social. Narrativas que comprovam isso se repetem por aí: os conteúdos que associam a mulher à maternidade, aos cuidados da casa e da família, por exemplo, não causam

⁷⁰ CIRENZA, Fernanda. **A vila das mulheres**. Rio de Janeiro: Marie Claire, 2009. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Common/0,,EMI102103-17737,00-A+VILA+DAS+MULHERES.html>. Acesso em: 30 de maio de 2023.



estranhamento porque vão ao encontro de valores tipificados como socialmente aceitos.

Não por acaso uma reportagem feita em 2014 por um jornalista estrangeiro viralizou e foi reproduzida em inúmeros veículos da imprensa britânica e americana. Em agosto daquele ano o jornalista inglês Harry Wallop havia visitado a comunidade e, durante uma gravação, perguntou a algumas mulheres se elas gostariam de se casar um dia. Muitas disseram que “sim”, contudo, a moradora Keila relata (depoimento oral, 2018) que em nenhum momento ele perguntou se havia alguma campanha relacionada à busca por homens solteiros.

Logo depois dessa visita, o jornalista fez circular uma sequência de notícias falsas por meio de matérias publicadas em diversos sites internacionais. O jornal *The Telegraph*, por exemplo, elaborou uma matéria intitulada “Comunidade de belas brasileiras buscam por homens solteiros”, a qual foi apresentada nos seguintes termos: “As mulheres de Noiva do Cordeiro, no interior do sudeste do Brasil, onde os homens são escassos ou trabalham na cidade, são obrigadas a suportar sozinhas os problemas urbanos.” (Tradução nossa) (Imagem 1).



Imagem 01 – Reportagem “Comunidade de belas brasileiras buscam por homens solteiros”



HOME » NEWS » WORLD NEWS » SOUTH AMERICA » BRAZIL

Brazil's valley of beauties appeals for single men

Women of Noiva do Cordeiro, deep in the countryside of south-east Brazil, where men are scarce or work far away in the city, are left to shoulder the town's burdens alone



Fonte: Bowater (2014).

Na sequência o conteúdo dessa matéria foi replicado, quase sem alterações, no site do jornal *Metro*, que o destacou por meio da seguinte chamada: “Alerta aos homens solteiros: essa cidade é inteiramente formada por mulheres ‘extremamente atraentes’ e elas estão suplicando por homens”.



Imagem 02 – Reportagem publicada no Jornal Metro (27/08/2014)



Alerting all single males: This town is entirely made up of 'extremely attractive' women – and they're appealing for men

Harry Readhead Wednesday 27 Aug 2014 11:12 am



Appeal: These women are looking for eligible bachelors (Picture: Facebook)

Fonte: Readhead (2014).

Posteriormente essa mesma notícia apareceu nas páginas virtuais dos jornais *The Mirror*, *Mail Online* e *Huffpost*, que contextualizou a situação em questão por meio da seguinte narrativa:

A vida é bela e doce para as mulheres de Noiva Do Cordeiro. Segundo o *Telegraph*, elas construíram uma sociedade no sudeste do Brasil que é comunitária, igualitária e quase toda feminina. Mas algumas dessas mulheres dizem que seria bom ter mais homens na comunidade. "Eu não beijo um homem há muito tempo", disse Nelma Fernandes, 23 anos, ao *Telegraph*. "Todos nós sonhamos em nos apaixonar e nos casar. Mas gostamos de morar aqui e não queremos ter que sair para a cidade para encontrar um marido. Gostaríamos de conhecer homens que deixassem suas próprias vidas para virem fazer parte da nossa, mas primeiro eles precisam concordar em



fazer o que dizemos e viverem de acordo com as nossas regras (McCORMACK, 2014, tradução nossa)⁷¹.

De acordo com os moradores, em 28 de agosto de 2014, um dia depois que as publicações começaram a circular, o telefone público da comunidade tocou, ainda de madrugada, e a partir daí foram dezenas de telefonemas atendidos ao longo de todo o dia. Pessoas de várias partes do Brasil e do exterior começaram a ligar com o intuito de confirmarem a veracidade das reportagens. Em sua narrativa, a comunidade afirma que as reportagens não correspondiam à realidade e que nunca houve ali uma campanha relacionada à busca por parceiros ou parceiras.

Afirmativa que nos permite indicar que, ao serem lidas em conjunto, faz-se evidente que o processo de (in)formação dessas narrativas buscou ancorar-se em representações cristalizadas no imaginário social tendo-se em vista alcançar dois objetivos principais: serem compreendidas rapidamente por uma ampla audiência e enquadrar o outro, recorrendo, para tanto, a uma gramática simbólica simplificadora e homogeneizadora (mulheres brasileiras que vivem em uma comunidade rural). Assim, ao objetivarem as moradoras de Noiva do Cordeiro como “belas brasileiras à procura de homens solteiros” as reportagens difundidas na imprensa estrangeira não só se valem de uma representação do feminino vinculada a uma lógica heteronormativa, como naturalizam, enquanto expressão identitária dessas mulheres, o desejo pela companhia masculina, pelo casamento, pela formação de um família e pela maternidade.

Isso confirma as proposições de Amâncio (2003), para quem representações sociais ancoradas em uma concepção binária da sexualidade não apenas produzem diferenças e assimetrias entre

⁷¹ Texto original: “Life is pretty sweet for the women of Noiva Do Cordeiro. According to the Telegraph, they have constructed a society in the southeast part of Brazil that is communal, egalitarian and almost all-female. But some of the women in the town say it would be nice to have a few more dudes in the mix. “I haven’t kissed a man for a long time,” Nelma Fernandes, 23, told the Telegraph. “We all dream of falling in love and getting married. But we like living here and don’t want to have to leave the town to find a husband. We’d like to get to know men who would leave their own lives and come to be a part of ours. But first they need to agree to do what we say and live according to our rules”.



os sexos como tencionam justificar os diferentes papéis historicamente atribuídos a homens e mulheres. Consideração que nos impele a discutir de forma mais detida como as questões de gênero modulam a “armadura de valores” a partir da qual são estruturadas as representações sociais objetivadas para falar sobre as mulheres de Noiva do Cordeiro.

4 COMO O GÊNERO (IN)FORMA DIFERENTES REPRESENTAÇÕES

Falar em gênero é, em ampla medida, fazer referência às construções sociais objetivadas para homens e mulheres. É, também, abordar inúmeros aspectos que atribuem funções sociais aos homens e às mulheres. Isso porque, o avanço das pesquisas sobre gênero promovido pelas ciências humanas e sociais ampliou as noções de masculino e feminino para além do determinismo biológico e para além de descritores pautados por características sexuais. Contudo, apreender a amplitude dos marcadores de sentido associados às questões de gênero implica, conforme salienta Louro (2003), problematizar a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas em uma dada sociedade e em um dado momento histórico. Trata-se, então, de considerar que gênero não é um atributo de homens e de mulheres, mas uma categoria analítico-discursiva estruturada por meio de concepções culturais e de representações construídas, majoritariamente, em torno do “masculino” e do “feminino”.

Nesses termos, naquilo que concerne às nossas análises, torna-se preponderante observarmos as representações criadas para as mulheres de Noiva do Cordeiro e em quais contextos históricos e sociais elas são objetivadas e ancoradas. O que implica afirmar que as representações de gênero ocupam uma posição central nos enquadramentos acionados para falar dos moradores de Noiva do Cordeiro. Enquadramentos que, em ampla medida, objetivam e fazem reverberar aspectos normativos que não apenas limitam as interpretações sobre o masculino e o feminino, posto que, também, modulam comportamentos compulsórios para aquelas mulheres.



O que quer dizer que certas representações sociais a elas atribuídas reproduzem ideais normativos não apenas prescrevendo para as mulheres de Noiva do Cordeiro determinados papéis e funções, mas designando comportamentos desejáveis, uma vez que reproduzem a crença na existência de disposições inatas e particulares para cada sexo. Por conseguinte, quando falamos da construção do gênero "mulher" estamos fazendo remissão direta ao conjunto de práticas e representações sociais instituídas e propagadas tanto em discursos do senso comum quanto em narrativas difundidas por outras esferas de enunciação como a ciência ou os meios de comunicação. Atentando para isso, Swain (2008) enfatiza que foram nesses espaços que se perpetuaram injunções que preconizavam uma imagem para a "verdadeira mulher": esposas ou filhas doces, devotadas e, sobretudo, amorosas. Associada a isso, nossa interlocutora chama a atenção, ainda, para o fato de que essas representações sociais, além de disciplinarem a identidade, elegem a heterossexualidade como norma e referência, ou seja, como fundamento do ser.

Compreender esse sistema de crenças que compõe a lógica discursiva das representações sociais dominantes é, pois, condição fundamental para se garantir às mulheres novas possibilidades de subjetivação, de enunciação de certas demandas e de existência.

Mesmo sem esses aportes teóricos, as mulheres de Noiva do Cordeiro perceberam que os boatos criados sobre elas marcaram a comunidade com um rótulo que não seria facilmente desfeito pelo tempo. Tanto em Belo Vale quanto na imprensa nacional e estrangeira foram estereotipadas como "impróprias", "desviantes" e diferentes. Para ressignificar esses enquadramentos, descobriram, igualmente, que falar de si, ou melhor, narrar a si configura-se como uma via possível para ressignificar aquelas representações e tecer, como um gesto de reação, a própria existência.

Isso porque, se a linguagem é uma engrenagem importante na produção social da diferença, informando representações sexistas, racistas e desiguais, ela também pode ser agenciada para forjar novos espaços de resistência ou mesmo desestabilizar papéis criados para organizar e controlar os modos de ser e existir. Proposições formuladas por Margareth Rago (2013) em seu livro "A



aventura de contar-se: feminismos, escritas de si e invenções da subjetividade", que tem por centralidade narrativas autobiográficas de sete mulheres militantes que enfrentaram a ditadura militar. Ao optar por contar esse episódio sombrio dando voz a quem o vivenciou, a historiadora revela a importância da reconstrução da subjetividade pelo testemunho. Em igual medida, referenda que é na linguagem e no discurso que se organizam a dominação e a resistência e que "compreender esses sistemas de imagens, representações e signos que compõem o pensamento da lógica discursiva é fundamental para abrir novas possibilidades de ser" (RAGO, 2013, p. 31).

Abertura que se dá a ver porque a produção de narrativas de si estabelece inúmeras possibilidades de se questionar os discursos identitários e representacionais construídos por terceiros. Evidentemente, para que essa potencialidade seja concretizada, Marques e Freitas (2017) advogam que pelo menos duas propriedades são fundamentais: 1ª) a construção, aprimoramento e domínio de uma linguagem e de um vocabulário particular e apropriado para moldar seu próprio mundo e as possibilidades que vêm com ele; e, 2ª) a oportunidade de exercer a autoexpressão e a escuta, situando a importância do outro na constituição do relato de si.

Além disso, é preciso não perder de vista a importância que o tensionamento de certas representações possui em termos da resignificação das formas simbólicas que agenciam as identidades e as representações sociais. Corroborando com esse pressuposto, Teresa de Lauretis (1994) pontua que existe um confronto de sentido entre as representações criadas para as mulheres (como objeto de desejo, mãe natureza, padrões de feminilidade) e, de outro lado, as representações acionadas pelas próprias mulheres para demarcarem o seu lugar como sujeitos históricos no contexto concreto das relações sociais.

Avançando nessa discussão, ao refletir sobre indivíduos posicionados dentro e fora da construção de gênero, a autora apresenta a noção de sujeito que tem consciência de seu assujeitamento, mas que poderia fazer a crítica dele no "space-off de suas representações". Movimento crítico que, em muitos aspectos, pressupõe a produção e uso da informação a fim de se



edificar:

[...] espaços nas margens dos discursos hegemônicos, espaços sociais entalhados nos interstícios e nas fendas e brechas dos aparelhos de poder-conhecimento. É aí que os termos de uma construção diferente de gênero poderão ser colocados – termos que tenham efeito e que se afirmem no nível da subjetividade e da auto-representação: nas práticas micropolíticas da vida diária e das resistências cotidianas que proporcionam agenciamento e fontes de poder ou investimento de poder; e nas produções culturais das mulheres feministas, que inscrevem o movimento dentro e fora da ideologia, cruzando e recruzando as fronteiras – e os limites – da(s) diferença(s) sexual(ais) (LAURETIS, 1994, p. 237).

Para tanto, uma exigência se coloca: mais que conceber a informação como um fenômeno ou um produto oriundo das relações sociais, faz-se necessário tratá-la – conforme desenvolvemos abaixo – como uma forma simbólica que agencia representações capazes de (in)formar narrativas e enquadramentos no âmbito da vida coletiva em suas mais distintas dimensões.

5 A INFORMAÇÃO COMO FORMA SIMBÓLICA E OS MODOS DE SE (IN)FORMAR AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Conforme já enfatizado, no presente estudo abordamos a história de Noiva do Cordeiro a partir de um aspecto específico da realidade social daquela comunidade, qual seja: os modos de representar o outro e a si mesmo e como essas representações acabam por instituir situações reais de desigualdade e opressão. O fato dessas representações serem agenciadas e materializadas no campo das narrativas, sobretudo as midiáticas, impõe o desafio de pensarmos como a informação permeia as representações do outro no campo das interações cotidianas.

Uma possível via interpretativa dessa problemática nos é oferecida pelos estudos contemporâneos da Ciência da Informação, os quais, em ampla medida, têm se afastado da busca por uma definição geral para o conceito de informação e priorizado o debate



acerca das funções da informação em contextos histórico e socialmente específicos. Guinada que nos autoriza a pensar o fenômeno informacional como elemento estruturante das nossas interações sociais, movimento que, nas palavras de Nascimento e Marteleto (2004), deve sempre ser referenciado

[...] à historicidade dos sujeitos, ao funcionamento das estruturas e das relações sociais e aos sujeitos que executam ações. Isto é, a potencialidade de se ver a informação constituída como problema da sociedade, configurado como um fenômeno da ordem cultural e da humanidade (NASCIMENTO; MARTELETO, 2004, p. 4).

Para além dessa demarcação e seguindo o percurso traçado por Martins (2015), recorreremos às reflexões de Thompson (2000) para pensarmos o termo cultura por meio processos historicamente específicos nos quais suas formas simbólicas – palavras, gestos, textos, expressões – são produzidas e transmitidas. Nesse caso, a informação é entendida aqui como forma simbólica compartilhada entres os sujeitos em seus processos de comunicação, enfatizando que “o processo de emissão e recepção da informação não ocorre de forma neutra, mas reflete uma visão de mundo e, conseqüentemente, um posicionamento na sociedade.” (ALVES, 1997, p. 13 *apud* MARTINS, 2015a, p. 20).

Isso implica ressaltar, ainda na esteira de Thompson (2000) e Martins (2015), que os indivíduos não absorvem passivamente as formas simbólicas, eles objetivam e buscam ancorar certos significados ao longo de todo o processo de recepção e interpretação, atuando criativamente e constituindo os significados de acordo com as condições que possuem e a posição que ocupam. Assim, a dinâmica informacional está ligada ao poder de instituir a realidade, na medida em que a apropriação e a produção da informação articulam sentidos e modulam as maneiras pelas quais as formas simbólicas são recebidas, assimiladas e ressignificadas. Ademais, Thompson (2000) explicita o caráter ideológico das formas simbólicas que ocorre quando elas são mobilizadas para criar ou reproduzir relações de dominação.

Em face desses apontamentos, a informação é tratada aqui como construção social e simbólica situada no universo das



“formas simbólicas” (THOMPSON, 2000) que compartilhamos face a face ou, também, por meio de dispositivos e de narrativas midiáticas. Ao destacar isso, fazemos coro às proposições de Martins (2015), para quem as trocas simbólicas dão forma às representações sociais, entendidas como sistemas de pensamento compartilhados socialmente – uma espécie de senso comum – e que incide nos nossos modos de agir e de conferir sentido ao outro e ao ambiente ou contexto que nos cerca.

Por conseguinte, perceber as formas simbólicas no contexto do discurso é dar atenção aos processos, instituições, contextos sociais e representações a partir dos quais o discurso é pronunciado, transmitido e recebido. Assim, podemos inferir que as narrativas informam e incidem diretamente no modo como as representações sociais são objetivadas, ancoradas e reproduzidas, uma vez que, como demonstrou Serge Moscovici (2003), as conversações (os discursos) criam, a longo prazo, nós de estabilidade e recorrência que sedimentam uma base de significados compartilhados entre seus praticantes. O que fica mais claro quando percebemos, e o próprio Moscovici nos ajuda a visualizar isso, que os sujeitos estão constantemente reagindo às mais diversas situações de comunicação em que as representações são criadas e reproduzidas:

Elas (as representações) são, sobretudo, o objeto de um permanente trabalho social no e através do discurso, de tal modo que cada novo fenômeno pode sempre ser reincorporado dentro de modelos explicativos e justificativos que são familiares e, conseqüentemente, aceitáveis (MOSCOVICI, 2003, p. 216).

Ampliando sua argumentação, Moscovici (2003) propõe considerarmos as representações sociais como certo modelo compreensivo de imagens, crenças e comportamentos simbólicos que capacitam os sujeitos a compartilharem estoques de ideias, visões de mundo mutuamente aceitas e que significam algo justamente porque são compartilhados por meio de uma linguagem, uma gramática simbólica comum, daí a importância de sempre tensionarmos os fenômenos, práticas, dispositivos e narrativas informacionais.



Não é sem razão, pois, que na esfera midiática as narrativas podem ser tratadas como operações de linguagem e discurso criadas para tornarem os enunciados compreensíveis para públicos amplos. Gomes e Lobato (2016) explicitam isso ao afirmarem que quando se trata de produzir ou agenciar narrativas sobre o outro, a alteridade, as representações sociais são mobilizadas de modo que as narrativas produzam identificação. Dialogando com os estudos de Moscovici (2003), as autoras defendem que as narrativas da alteridade pressupõem a produção de consensos que prescrevem o ambiente exterior, a redução do estranhamento e da diferença, gerando processos contínuos de identificação. (GOMES; LOBATO, 2016, p. 237).

Sem perder isso de vista, defendemos que investigar fluxos de informação e processos comunicativos pressupõe considerarmos: 1º) os diferentes recursos materiais e simbólicos utilizados na produção e difusão das representações sociais; 2º) o acesso desigual aos dispositivos midiáticos e ao poder de dar visibilidade a temáticas, grupos ou sujeitos; e 3º) os processos que garantem que determinados valores ou crenças sejam considerados socialmente adequados, adquirindo, assim, o status de “padrões de comportamentos”.

Em outras palavras, descrever e estudar fluxos de informação e processos comunicativos como instâncias produtoras, mediadoras e de agenciamento de certas representações sociais exige refletir constantemente sobre o peso que os dispositivos e as narrativas midiáticas têm nos processos de agenciamento das formas simbólicas que circulam no mundo social. Com isso, queremos dizer que as relações que estabelecemos com as mais diversas dimensões da realidade social são atravessadas pelo contato que mantemos com as formas simbólicas organizadas e compartilhadas em diferentes fluxos info-comunicacionais, os quais, mesmo não tendo poder para definir como pensam os indivíduos, propiciam que as suas opiniões ou preferências possam interferir nos temas que ganham espaço no debate público e no modo como certos discursos representacionais chegam até eles.

É em consequência disso que analisamos o documentário “Apresentação Noiva do Cordeiro”, produzido pelos moradores da própria comunidade, como uma estratégia de resistência que, por



meio de uma contra narrativa, instaura um movimento de ressignificação das representações sociais criadas e difundidas para falar sobre as mulheres de Noiva do Cordeiro no contexto da esfera midiática.

6 PERCURSO METODOLÓGICO: DIRECIONAMENTOS CENTRADOS EM ASSINALAR A CONTESTAÇÃO DE REPRESENTAÇÕES ATRIBUÍDAS POR MEIO DA AUTORREPRESENTAÇÃO

Em termos de desenho metodológico, este texto sintetiza uma pesquisa delineada em um estudo de caso operacionalizado com aporte de pesquisa documental. Para a análise dos dados recorreu-se à hermenêutica dialética. Para reconstituição da história da comunidade foram realizadas entrevistas livres e semiestruturadas, observação participante, grupos focais e análise de discurso. Estratégias concretizadas ao longo dos três primeiros anos do doutorado a partir de visitas constantes à comunidade Noiva do Cordeiro.

A hermenêutica-dialética foi definida como aporte interpretativo dos dados coletados por considerarmos sua pertinência ao exercício de interpretação tanto de textos quanto de imagens. A hermenêutica pode ser definida como a arte da compreensão de textos, um movimento abrangente e universal do pensamento humano que, segundo Gadamer (1999), tem como traço essencial o entendimento do contexto. Por sua vez, a dialética possui relação direta com as ideias de crítica, oposição, contradição, movimento.

Dentre as reportagens principais sobre o tema, as quais foram analisadas na tese, destacamos que o documentário produzido pelos próprios moradores em 2014, e atualizado ao longo dos anos seguinte, constitui-se no principal objeto empírico deste capítulo. Por meio dele, buscamos identificar o modo como essa “narrativa de si” produzida pela comunidade é convertida em estratégia enunciativa e informacional de produção de sentidos capaz de tensionar e ressignificar certas representações sociais compulsoriamente atribuídas aos seus moradores, especialmente às mulheres.



7 AS NARRATIVAS DE SI E O CAMPO DE DISPUTA PELAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DO DOCUMENTÁRIO "APRESENTAÇÃO NOIVA DO CORDEIRO"

As narrativas criadas sobre Noiva do Cordeiro pela imprensa brasileira e estrangeira foram construídas, em um primeiro momento, por sujeitos que não pertencem à comunidade. Ancoradas em relações assimétricas de poder, essas narrativas, na maioria dos casos, produziram e agenciaram discursos que nitidamente reforçam processos de dominação – econômica, ideológica e de gênero –, constringido aqueles que não conseguem, em virtude desses mesmos processos, dar visibilidade aos seus próprios discursos de representação.

Julgamos ser necessário demarcar aqui, como o fez Margareth Rago (2013), que no caso das mulheres (pensadas agora como uma categoria geral) conseguir produzir e enunciar publicamente contra narrativas representacionais que expressem o modo como querem ser percebidas implica, muitas vezes, desestabilizar discursos de significação ancorados em códigos e valores objetivados e referenciados no universo masculino.

Nesse sentido, no caso de Noiva do Cordeiro, a primeira contra narrativa formalizada por seus moradores foi a produção de um documentário: "Apresentação Noiva do Cordeiro", o qual foi finalizado em 2014 e reeditado em 2015 com vistas a inserir informações e depoimentos que desmentem as notícias publicadas na imprensa internacional. O vídeo começa apresentando imagens gerais da comunidade, enfocando, em seguida, a rua principal e algumas casas em particular. Enquadramento que é acompanhado, em locução em off, pelo seguinte texto: "Em Noiva do Cordeiro escolhemos viver em liberdade, amor e respeito. Acreditamos que esta é a receita da felicidade".

O depoimento inicial é enunciado por Dona Delina, matriarca da comunidade que, reconhecendo sua autoridade, institui o primeiro grande movimento de ruptura no modo como Noiva do Cordeiro tem sido representada, uma vez que, em sua fala, deixa claro que agora são eles mesmos que falarão por si: "Agora a gente quer falar da Noiva do Cordeiro. Eu queria que o mundo vivesse nossa vida. Vivemos em um paraíso, onde não existe briga, nem



egoísmo." (APRESENTAÇÃO..., 2014). Em seguida outras duas moradoras narram alguns fatos que, segundo elas, sintetizam a história da comunidade:

[...] Mas nem sempre foi assim. Já teve dias difíceis. Foi quando minha avó, Maria Senhorinha se apaixonou pelo meu avô Chico Fernandes. Foi muito sofrimento. O amor deles foi proibido porque ela era casada e naquele tempo separação era um grande pecado (Depoimento de Hellen Fernandes apud APRESENTAÇÃO..., 2014).

[...] Mas nossa história não se resume a isso. Nos anos 50 veio mais sofrimento quando o pastor Anísio fundou a igreja Noiva do Cordeiro: a gente vivia 24 horas pra deus, orava o dia inteiro, jejuava 3 vezes por semana, tinha vez que o jejum era de 24 horas e não podia evitar filho (Depoimento de Vilma Fernandes apud APRESENTAÇÃO..., 2014).

Devido à sua importância, sobretudo simbólica, o fim da igreja é descrito por Dona Delina:

[...] Além de toda privação, cada dia aumentava mais o fanatismo. Com o passar dos anos, os filhos foram ficando grandes e jovens e eles começou a descobrir e começou a convencer uns aos outros que aquela religião não estava com nada. Uma turma conseguiu fazer isso. Os outros, vendo que a vida deles estava feliz, aí todo mundo desanimou com a igreja (Depoimento de Delina apud APRESENTAÇÃO..., 2014).

Acontecimentos que se seguiram à morte do pastor e que ainda não haviam sido mencionados nem pelo documentário da GNT nem pelas reportagens são revelados por outras duas moradoras:

Foi uma fase de descobertas, os jovens só pensavam em curtir. Era beber, dançar e festejar. Isso causou muita preocupação na mãezona Delina. Alguns estavam eufóricos, doidos, levando a vida na bagunça (Depoimento de Tatiana Fernandes apud APRESENTAÇÃO..., 2014).



Aqueles que assistem ao documentário não encontram nele menção de nenhum morador aos episódios de discriminação que também marcaram a história da comunidade, sobretudo após a derrubada da igreja. Optando por não reforçar representações pejorativas (prostitutas, mulheres sem religião) nem narrativas constrangedoras (belas mulheres à procura de marido), os moradores que se pronunciam jogam luzes sobre as conquistas responsáveis por conferir à comunidade, particularmente às mulheres, certo reconhecimento, tanto em Belo Vale quanto em outras regiões do Brasil e de fora do país, de seu protagonismo social, econômico, político e cultural. Os moradores falam sobre a associação comunitária, sobre a chegada da internet, como se deu a luta pela posse da terra, da implantação da antena de celular e de outros inúmeros projetos educacionais e culturais – como a dupla sertaneja e o grupo cover da cantora Lady Gaga – que, além de manterem os moradores unidos, reorientam o modo como eles vinham apresentando/representando a si mesmos até então.

Conforme podemos observar, o documentário “Apresentação Noiva do Cordeiro”, além de instaurar uma ruptura no modo como a história da comunidade vinha sendo contada – o centro da narrativa não é mais o passado de isolamento e de estigmatização social mas, sim, a vida comunitária, a decisão de permanecer sem igreja, as conquistas do presente e as projeções futuras, demarca um movimento de reposicionamento identitário por parte daqueles moradores a partir de uma “conscientização coletiva” da importância que narrar a si mesmo possui no cerne dos processos representacionais.

Embora inúmeras outras reportagens, programas televisivos e documentários tenham sido produzidos no Brasil e fora do país sobre Noiva do Cordeiro, o ato de contar a própria história em primeira pessoa e a partir de seus protagonistas nos revela que (in)formar as narrativas de si é uma ação a um só tempo política, simbólica, discursiva e posicional extremamente potente. Potência empregada pelos moradores da comunidade para dar visibilidade ao modo como querem ser vistos enquanto grupo e para agenciar quais marcadores de sentido devem ser evocados quando o que se pretende é enquadrá-los identitária e representacionalmente enquanto sujeitos. Não por acaso o depoimento que abre o



documentário é o da matriarca Delina Fernandes que, além de demarcar que “agora a gente quer falar da Noiva do Cordeiro” (Depoimento de Delina apud APRESENTAÇÃO..., 2014), um gesto claro de tomada da palavra para falar de si, pontua a matriz representacional que “melhor” define tanto o modo de vida quanto o elemento unificador daquela comunidade: “em Noiva do Cordeiro vivemos em um paraíso onde não existe briga, nem egoísmo.” (Depoimento de Delina apud APRESENTAÇÃO..., 2014).

Nesses termos, a percepção da informação tanto como forma simbólica quanto como ação e (in)formar narrativas nos permite assinalar que os enunciados representacionais evocados e performados pelos moradores no documentário configuram-se como modos de demarcar quais valores devem nortear a percepção dos outros (os de fora) acerca da vida em comunidade. Daí a opção por enfatizarem os projetos presentes e futuros da comunidade e não mais os episódios que, por longa data, suscitaram situações de constrangimento e enquadramentos estereotipados para os moradores da comunidade, em especial para as mulheres. Isso fica muito evidente na fala de Tânia ao referendar que: “A partir daquele dia [o dia da derrubada da igreja] Noiva do Cordeiro renasceu com trabalho e força de vontade. As mulheres se tornaram protagonistas.” (Depoimento de Tânia apud APRESENTAÇÃO..., 2014).

Nessa busca por reposicionamento representacional é importante notar, ainda, a ausência de qualquer menção dos depoentes às reportagens que circularam na imprensa estrangeira em 2014, embora essas reportagens referindo-se a elas sejam mostradas. Compreendendo que o não dito também significa (ORLANDI, 2012), razão pela qual observamos que houve uma decisão deliberada de não retomar os problemas entre a comunidade e os vizinhos, bem como os episódios ligados às narrativas distorcidas agenciadas pelos jornais ingleses. Para a comunidade, mais que dar voz aos que vêm de fora, era estratégico comunicar o desejo de implementar em Noiva do Cordeiro uma escola de nível fundamental e médio, objetivo alcançado em fevereiro de 2016.

Assim observado, compreendemos que as narrativas agenciadas pelos moradores de Noiva do Cordeiro para *falarem de*



si mesmos expressam-se como uma estratégia de resistência, um ato de caráter marcadamente ideológico a partir do qual tomam a voz com o intuito de demarcarem o modo como querem serem vistos e representados. É, pois, para conferir força a esse movimento de ressignificação que eles não focam tanto o passado de opressão e isolamento ao qual foram submetidos, preferindo (in)formarem suas narrativas a partir das conquistas presentes e dos anseios futuros que chamam a atenção de outros sujeitos para a história e o modo de vida daquela comunidade.

Esse deslocamento de uma *representação atribuída* para uma *autorrepresentação de si* certamente contribuiu para o fortalecimento coletivo da comunidade, tanto quanto para a qualidade de vida das mulheres que ali vivem, já que agora são elas que gerenciam por meio de suas próprias narrativas o modo como querem ser percebidas e representadas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do nosso estudo observamos que as informações foram organizadas tendo-se em vista (in)formar o modo como os moradores de Noiva do Cordeiro querem ser percebidos; como a história coletiva deve ser enunciada; e, quais são os avanços presentes e os projetos futuros do grupo. Marcadores representacionais que postam como estratégias enunciativas para se conferir visibilidade às demandas e reivindicações de cada indivíduo e da comunidade como um todo.

Embora os moradores não confrontem diretamente as narrativas produzidas para e sobre eles pelas mídias comerciais, a comunidade referenda a importância de se falar por si e para si, instaurando, em decorrência disso, uma disputa pelo poder e pelo direito de narrar (de narrar a si mesmo). Não por acaso, a (in)formação das representações de si nessas narrativas também se orienta tendo em vista o contrato simbólico que envolve quem narra, o que se conta e para quem se conta (os públicos), o que quer dizer que ora as informações se organizam para enfatizar aspectos e interesses claramente demarcados, ora para silenciar o que “não pode ou não deve” ser enunciado publicamente em dada narrativa.



De todo modo, as narrativas tessidas no e a partir do documentário “Apresentação Noiva do Cordeiro” claramente instauram uma tensão, uma forma de resistência ao controle das representações. Isso se dá, sobretudo, depois que o grupo decide contar a própria história e ressignificar as muitas narrativas criadas sobre e para a comunidade. No entanto, essa tomada de posição, ou melhor, essa guinada enunciativa encerra em si uma estratégia dialética: ao mesmo tempo em que tomam a palavra para dizer como querem ser representados, os moradores de Noiva do Cordeiro silenciam aspectos significativos de sua memória e história coletivas. O problema não recai no fato de a dinâmica narrativa do documentário buscar realçar certos marcadores de sentido que garantirão àqueles sujeitos, especialmente às mulheres, seu reconhecimento público, mas na possibilidade de essa busca por visibilidade acabar perfigurando novas formas de assujeitamento tanto individual quanto coletivo justamente pelo negligenciamento de uma história e uma memória enraizadas.

Mesmo em face disso, é preciso assinalar que os moradores de Noiva do Cordeiro só conseguiram ressignificar as representações produzidas para eles a partir do momento que tiveram acesso aos recursos materiais e simbólicos – acesso à internet, oficinas de vídeo, a criação da escola comunitária, a eleição de uma vereadora, entre outros – que lhes possibilitaram criar e difundir as próprias narrativas de si. O que não quer dizer que as narrativas criadas pelos moradores alcancem a mesma visibilidade que as narrativas produzidas pela imprensa sobre eles. Isso ocorre porque os fluxos de informação e os processos comunicativos também são amplamente pautados por diferentes instâncias materiais e simbólicas destinadas à produção, reprodução e difusão de conteúdos e, também, por formas desiguais de acesso aos dispositivos midiáticos e informacionais. Condições que contribuem para que certas representações sejam naturalizadas e determinados sujeitos e/ou grupos sejam invisibilizados em função de estarem desigualmente posicionados no cerne dessa estrutura social.

Em virtude disso, reforçamos que o documentário produzido pelos moradores de Noiva do Cordeiro expressa-se como uma estratégia de resistência também de caráter ideológico a partir da



qual tomam a voz para demarcar o modo como querem ser vistos e representados. É, pois, para conferir força a esse movimento de ressignificação que eles não focam tanto o passado de opressão e isolamento ao qual foram submetidos, preferindo (in)formarem suas narrativas a partir das conquistas presentes e dos anseios futuros que chamam a atenção de outros sujeitos para a história e o modo de vida daquela comunidade. A força simbólica dessa ruptura representacional está, portanto, na ação deliberada dos moradores de “tomarem a palavra” a fim de agenciarem o modo como querem ser percebidos, conhecidos e compreendidos.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J.-C. (org.) **Prácticas sociales y representaciones**. México: Ediciones Coyoacán, 2001.

ALVES, A. **Noivas do Cordeiro**. Bem-vinda Filmes: GNT, 2008. (43m44s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cVmjlhORxso>. Acesso em: 30 de maio 2023.

AMÂNCIO, L. O gênero no discurso das ciências sociais. **Análise Social**, [s.l.], v. 38, n. 168, p. 687-714, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41011822> Acesso em: 30 maio 2023.

APRESENTAÇÃO Noiva do Cordeiro. Direção: Comunidade Noiva do Cordeiro. Vimeo. 2014. Duração: 35'54". Disponível em: <https://vimeo.com/192367034>. Acesso em: 30 maio 2023.

BIROLI, F. A reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. In: BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. (org.) **Notícias em disputa: mídia, democracia e formação de preferências no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2017. p. 115-146.

BOWARTER, D. **Brazil's valley of beauties appeals for single men**. Londres: The Telegraph, 2015. Disponível em: <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/southamerica/brazil/11060282/Brazils-valley-of-beauties-appeals-for-single-men.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

CIRENZA, F. **A vila das mulheres**. Rio de Janeiro: Marie Claire, 2009. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Revista/Commo n/0,,EMI102103-17737,00-A+VILA+DAS+MULHERES.html>. Acesso em: 30 maio 2023.



GADAMER, H.-G. **Verdade e método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

GOMES, M. R., LOBATO, J. A. M. A Primavera árabe e o enquadramento do outro: a captação da alteridade na narrativa jornalística. *In*: JESUS, E. [et al]. **Reinvenção comunicacional da política**: modos de habitar e desabitatar o século XXI. Salvador: EDUFBA; Brasília, DF: Compós, 2016, p. 233-249.

GUARESCHI, P. A. Representações sociais e ideologia. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 2, p. 33-46, 2000.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. *In*: SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, Vozes, 2008. p. 53-66.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. *In*: JODELET, D. (org.). **As representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 2001. p.17-44.

JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis, Vozes, 2008.

LAURETIS, T. de. A tecnologia do gênero. *In*: HOLLANDA, H. B. de (org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 123-132. (Gênero plural).

LOURO, G. L. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MARQUES, Â. C. S.; FREITAS, V. G. Gênero, autonomia e subjetivação. **Líbero**, São Paulo, ano 20, n. 40, p. 16-28, 2017.

MARTINS, A. A. L. **Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da Ciência da Informação**: uma análise a partir da Marcha das Vadias. 175 f. 2015. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

McCORMACK, S. **Residents of Noiva do Cordeiro, Almost All-Woman Town, Seek Bachelors**. Nova York: HuffPost, 2020. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/entry/noiva-do-cordeiro_n_5730014?ri18n=true. Acesso em: 10 mar. 2020.

MOSCOVICI, S. **A psicanálise, sua imagem e seu público**. Petrópolis: Vozes, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.



NASCIMENTO, D. M., MARTELETO, R. M. Informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu. **DataGramaZero** - Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 1-9, 2004.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 10. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PERDIGÃO, Juliana Andrade. **Informação simbólica, representações sociais e identidade**: confronto de sentidos nas narrativas que (in)formam as mulheres de Noiva do Cordeiro. 237 f. 2020. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

READHEAD, M. **Alerting all single males**: This town is entirely made up of 'extremely attractive' women – and they're appealing for men. Londres: METRO, 2006.

SILVEIRA, F. J. N. da. Biblioteca pública, memória e representações sociais: o depoimento de um grupo de usuários acerca da Mário de Andrade. **Investigación bibliotecológica**, Cidade do México, v. 26, n. 57, p.199-231, maio/ago. 2012.

SWAIN, T. N. **A construção dos corpos**: perspectivas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 2000.

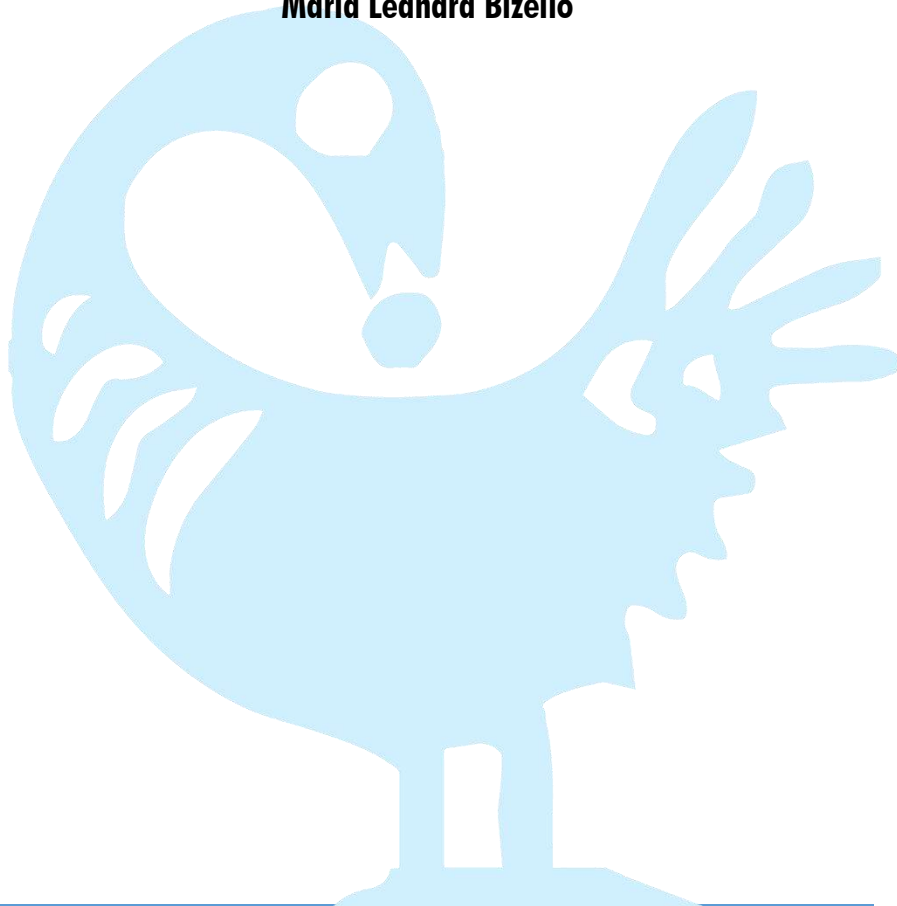
WALLOP, Harry. Inside the Brazilian all-woman village desperate for men. **The Telegraph**, Londres, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X-6m73iuafo>. Acesso em: 30 maio 2023.



A INSTITUCIONALIDADE DOS ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES

Elisa Maria Lopes Chaves

Maria Leandra Bizello



1 INTRODUÇÃO⁷²

Um número diminuto de arquivos, documentos e/ou fontes sobre mulheres são identificados ao pesquisarmos em instituições arquivísticas. Ao questionarmos essa ausência nos deparamos com uma história tradicional contada a partir da perspectiva masculina pautada no mundo público, político e econômico dos homens. Nesse cenário historicamente a mulher ficou restrita ao ambiente privado. Desta maneira temos mais chances de encontrar vestígios da história das mulheres em documentos e arquivos pessoais.

Este texto volta-se à reflexão da ausência de tais fontes e aprofunda as questões que envolvem a institucionalização de acervos (entendido como documentos e arquivos) de mulheres nas instituições arquivísticas. Este texto não tem a pretensão de encerrar as discussões acerca do tema, mas contribuir para novas reflexões. A metodologia deste trabalho caracteriza-se pelo levantamento bibliográfico sobre a ausência de fontes sobre mulheres tendo como referencial teórico as reflexões de Michelle Perrot, estudiosa da história das mulheres e por uma pesquisa documental realizada por meio da legislação vigente que trata os arquivos privados e sua institucionalização.

Conceituaremos ao longo do texto os arquivos privados e sua subcategoria os arquivos pessoais, especificamente os arquivos pessoais de mulheres. Trataremos da institucionalização desses arquivos com um breve relato desse processo na legislação brasileira e pôr fim a institucionalização, ou a falta dela, dos arquivos pessoais de mulheres em instituições arquivísticas e nos arquivos declarados como de interesse público e social pelo Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ.

2 ARQUIVOS PRIVADOS

Na literatura arquivística muito se debateu sobre os arquivos privados se constituírem como arquivos. Bastante se avançou nessa discussão e hoje de acordo com a literatura arquivística os

⁷² Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



arquivos pessoais constituem uma subcategoria dos arquivos privados. De modo que são considerados arquivos privados “arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 35) e arquivos pessoais “arquivo de pessoa física” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 34). Bellotto (2012, p. 254) complementa que se deve distinguir os arquivos privados institucionais, dos arquivos familiares ou pessoais.

Para a autora Oliveira (2012, p. 33) os arquivos pessoais são arquivos e precisam ser preservados, assim como os arquivos públicos:

Entendo o ‘arquivo pessoal’ como um conjunto de documentos produzidos, ou recebidos, e mantidos por uma pessoa física ao longo de sua vida e em decorrência de suas atividades e função social.

Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo.

Cumpra ainda notar que os documentos que constituem os arquivos pessoais apresentam as cinco características dos documentos de arquivo: autenticidade, imparcialidade, organicidade, naturalidade e unicidade.

A autora reforça a importância da definição do arquivo pessoal como arquivo quando cumpre as características do documento arquivístico sendo produzido e/ou recebido por uma pessoa em decorrência de suas atividades em vida.

Deste modo, compreendemos o arquivo pessoal como arquivo e consideramos as relações que a documentação estabelece entre si e entendemos as particularidades deste tipo de arquivo.

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PRIVADOS

Os arquivos privados historicamente tiveram uma inserção no mundo público mais tardia. No excerto abaixo um pequeno histórico sobre a entrada dos arquivos pessoais em países como a França e a Inglaterra (OLIVEIRA, 2013, p. 32-33):



No século XIX, os arquivos pessoais ganharam espaço na prática arquivística francesa, inglesa e americana. Esse movimento foi impulsionado pelas sociedades históricas que passaram a reconhecer os papéis produzidos na vida privada como fonte para a pesquisa do historiador. Ao longo do século XX, a posição desses arquivos se fortaleceu principalmente como resultado das grandes guerras e do receio da evasão ou perda desses registros. Um dos mecanismos encontrados pela sociedade para a preservação desse legado produzido no âmbito privado – e considerado de relevância para a memória – é a sua institucionalização, seja em bibliotecas, museus, arquivos de sociedades históricas, de universidades, centros de documentação, instituições arquivísticas etc.

Como vimos, nem sempre foi uma prática recolher documentos pessoais nos arquivos, após as duas grandes guerras mundiais do século XX, como tentativa de preservar a documentação de âmbito privado ganha ênfase o recolhimento de arquivos privados institucionalizados em instituições arquivísticas.

Na década de 1990, no Brasil, há menção aos arquivos privados na lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Esta lei dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

O Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002 regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 e atualiza que arquivos privados são como “conjuntos de fontes relevantes para a história e desenvolvimento científico nacional” para “documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional”. Este decreto teve parte do texto atualizado pelo Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019.

Na legislação citada não existe qualquer menção a inclusão de arquivos de mulheres, negros, minorias e grupos socialmente subjugados, principalmente na regulamentação do Decreto nº 4.073 (2002) e da atualização dada pelo Decreto nº 10.148 (2019). De modo que a legislação acaba por ser abrangente com os termos “história, cultura e desenvolvimento nacional” e pouca inclusiva já que não problematiza esses grandes eixos.

Assim sendo, ações de sensibilização para a importância da preservação da documentação privada se faz necessária, como políticas de aquisição nas instituições arquivísticas que considerem e incentivem o ingresso de arquivos privados e sobretudo de



mulheres. Os arquivos e seus profissionais devem incentivar mais a preservação dessa documentação. De acordo com Oliveira (2014, p. 64):

Nos arquivos pessoais, excetuando-se os documentos necessários para a integração e reconhecimento do cidadão em sociedade (...), existe um conjunto vasto de documentos produzido à margem de instrumentos formais reguladores, mas que, por outro lado, são igualmente controlados no convívio social, de acordo com a classe social ou segmento social ao qual o produtor do arquivo se insere. Estudar o comportamento social desse segmento no período histórico da produção do arquivo auxilia na análise dos documentos, inclusive na compreensão dos conteúdos. É importante ressaltar que a Arquivologia precisa investir mais na produção de conhecimento desses tipos documentais, criados na privacidade do produtor e dos que fazem parte de seu convívio.

A autora cita a importância dos arquivos pessoais que podem ser usados por si só ou serem complementares aos documentos públicos e institucionalizados. Os arquivos privados institucionalizados são preservados e potencializados ao serem difundidos, contribuindo com a análise de demais documentos e entendimento de períodos históricos, além de reforçar a compreensão de aspectos sociais, culturais e políticos.

Documentos institucionalizados, públicos e administrativos possuem parâmetros adotados pela gestão documental claros, bem estudados e definidos. Para Troitiño (2016, p. 29), os referenciais adotados para avaliar e valorar documentos provenientes de arquivos pessoais/familiares normalmente não possuem regras ou procedimentos metodológicos tão rígidos quanto os de arquivos institucionais.

Para os autores Borges e Murguía (2014, p. 29), o processo de institucionalização de um arquivo não se faz de forma neutra. O arquivo privado/pessoal ao transpor essa barreira pode potencializar sua preservação comparado a outros não institucionalizados já que passa a ser um bem do Estado e que também contribui com sua a visibilidade do titular do arquivo e dos seus feitos.



De maneira que os documentos que compõem os acervos e arquivos não são constituídos de processos involuntários e orgânicos. Ao ingressarem nos arquivos, a institucionalização e preservação é reflexo de processos políticos e humanos que ao longo da história não se mostraram inclusivos. De acordo com Bloch (2001, p. 82):

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.

Cabe assinalar que um arquivo para produzir um legado, ou mesmo um lugar de memória, depende de ações externas, ou seja, esse acervo precisa ser identificado como necessário e importante na recuperação da "memória". Esse processo de produção e institucionalização de legados pressupõe o lugar ocupados por esses sujeitos, o produtor do arquivo, e das adesões mobilizadas, pelos mesmos, a partir de estratégias discursivas, tais como argumento acadêmico, ou homenagens e ações de preservação, e políticas, por meio de relações de seus produtores com esferas principalmente públicas (HEYMANN, 2005, p. 2).

Historicamente, por não se tratar de um processo involuntário, mas que sofre intervenções políticas, culturais e econômicas, observa-se que arquivos pessoais de mulheres podem sofrer mais barreiras para transpor limites e ingressar nos arquivos como veremos na seção a seguir.

4 ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES

Arquivo pessoal para Bellotto (2012, p. 266) entende-se o conjunto de documentos textuais, audiovisuais, iconográficos resultantes da vida e das atividades de estadistas, políticos,



administradores, cientistas, artistas, líderes profissionais etc. Nesta definição podemos nos confrontar com questões que historicamente retiraram as mulheres dos espaços de poder, produção científica, cultural, entre outros.

A autora complementa: "*peessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possam ter interesse para as pesquisas*" (BELLOTTO, 2012, p. 266). Nesta perspectiva, mais abrangente, pensando na importância do ingresso de documentos de mulheres nos arquivos, observa-se a necessidade de inserção desses documentos nos arquivos, pois são acervos que são relevantes para compreensão de aspectos sociais, culturais e até mesmo científicos.

É mais difícil encontrar documentos de mulheres em arquivos públicos, deste modo, há mais chances de encontrar vestígios das mulheres nos arquivos privados. No entanto, por definição, o *status* desses arquivos foi e continua a ser necessariamente incerto. Os arquivos públicos, nacionais ou departamentais destinam-se a receber documentos administrativos e acabam por ocupá-los excessivamente. Consequentemente os arquivos privados são recolhidos com reservas, a conta-gotas e de maneira seletiva. Documentos pessoais e institucionais que perfazem a vida pública e econômica como de escritores, políticos e empresas por vezes transpõem a barreira. No entanto, é muito mais difícil para as pessoas comuns, e ainda mais para as mulheres, superar esses obstáculos (PERROT, 2007, p. 27).

Nos arquivos pessoais a presença de mulheres é mais perceptível, sob o olhar privado e muitas vezes íntimo, esses arquivos acabam oferecendo novas perspectivas através de discursos menos oficiais e institucionalizados. Curiosamente os registros individuais ganham notoriedade pessoal de forma coletiva quando inseridos na institucionalidade, ou seja, quando ingressam nos arquivos, deste modo se constituem como fontes na construção da memória de uma sociedade (OLIVEIRA, 2013, p. 48).

A escassez de fontes sobre mulheres perfaz questões relacionadas à dificuldade de institucionalização de seus arquivos pessoais, mas também da carência de seus vestígios. Segundo Michelle Perrot as próprias mulheres apagam seus registros denominado o "silêncio das fontes":



O *silêncio das fontes*. As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra (PERROT, 2007, p. 17).

Virginia Woolf (2014, p. 24) também relata a dificuldade de encontrar obras de mulheres comparadas às de homens nas bibliotecas universitárias inglesas. De acordo com a autora, as mulheres não escrevem sobre a própria vida e raramente mantêm um diário, restando por vezes apenas um punhado de cartas. A autora complementa que não deixaram obras, poemas e escritos preservados.

Até o começo do século XIX na classe média poucas mulheres alcançaram posições de destaque e dificilmente possuíam uma vida pública. Viviam por meio de casamentos, criavam seus filhos sem privacidade, sem renda, sem educação, mas com muitas convenções para seguir. Sem grandes afazeres, sempre interrompidas, com bastante tempo ocioso, com poucos momentos para si mesmas, sem nenhum dinheiro próprio. (WOOLF, 2017, p. 53-56).

Woolf trouxe considerações sobre a ausência de obras de mulheres, ao mesmo tempo em que justifica o porquê desta ausência ao analisar que o papel da mulher sempre foi destinado ao aspecto privado.

Em pesquisa realizada sobre "A presença – ou a ausência feminina nos arquivos pessoais e coleções da Seção de Manuscritos, da Fundação Biblioteca Nacional" Medeiros relata (2020, p. 383) que o acervo é formado majoritariamente por homens, comparado ao de mulheres, com destaque para a falta de informações sobre a atuação profissional delas, diferentemente deles. Esta afirmação vai de encontro ao exposto por outras autoras ao longo deste texto em que as mulheres são apresentadas a partir de suas relações privadas "familiares e conjugais".



A ausência de fontes documentais sobre mulheres é percebida no processo de divisão do trabalho entre homens e mulheres, onde entende-se que aos homens vincula-se a esfera de produção, da vida pública e como "chefes de família" e as mulheres vinculam-se à esfera doméstica, da vida privada, como mães. Para Mary Del Priore (1997, p. 388-389) "os homens aparecem inseridos nas relações de produção e as mulheres nas de reprodução, que são diretamente dedutíveis das primeiras".

O papel vinculado ao feminino na figura materna aprisionou as mulheres nas famílias. Para a autora Aronovich (2019, p. 22-23) "a História das mulheres é uma história de exclusão, de apagamentos, de sabotagens e de desvalorizações", por isso a relevância a conhecer a história das mulheres, para minimizar a tentativa de diminuir o protagonismo de suas lutas. A inclusão e o incentivo de ingresso de arquivos pessoais de mulheres auxiliarão no processo de sua valorização na história.

5 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES

A incorporação e/ou resgate de fontes das trajetórias femininas e sobre mulheres nas instituições de guarda, como os arquivos, é urgente e necessária. Os investimentos na memória, segundo Heymann (2005, p. 3) são eles projetos institucionais, homenagens, comemorações, tem por objetivo fixar no passado as posições dos protagonistas, produtor do arquivo, ou herdeiros, ocupados no presente ou que almejam projeções para o futuro.

Deste modo, um processo de resgate das trajetórias de mulheres visa inverter a lógica até então posta. Como dito anteriormente uma das formas de inclusão desses acervos pode se dar por meio da inserção de arquivos privados nas instituições arquivísticas e até mesmo culturais. No entanto, assim como nos arquivos públicos, existe uma dificuldade enorme na constituição desses acervos, devido a autodestruição da memória feminina pelas próprias mulheres de seus papéis pessoais convencidas de sua insignificância. Como escreve Perrot (2007, p. 22), todos esses pontos justificam a falta de fontes sobre a existência da mulher,



assim como sua existência, história e trajetórias “no teatro da memória, as mulheres são uma leve sombra”.

A falta de fontes documentais de mulheres e sobre mulheres nos arquivos enfatizada por Perrot ressalta a dificuldade da entrada de arquivos privados em arquivos públicos, no entanto para homens políticos e escritores sempre foi mais fácil transpor esse obstáculo.

A carência de fontes sobre mulheres em instituições de guarda potencializa a ausência de mulheres também na história. Por isso a importância da introdução de arquivos pessoais de mulheres entendidos e valorizados como patrimônio documental.

Os arquivos pessoais, ao representarem uma parcela da memória coletiva, contribuem ao lado dos arquivos de origem institucional para a salvaguarda do patrimônio documental e a compreensão das sociedades modernas. Interessam como fonte de pesquisa e são dotados de uma singularidade. Não se criam com uma finalidade histórica e cultural inicial, mas são formados por homens e mulheres ao longo de uma vida, e adquirem valor testemunhal por um gesto de quem os produziu e/ou de quem os identificou e lhes atribuiu significado social e cultural (SANTOS, 2012, p. 49).

Os arquivos pessoais de mulheres inseridos em um contexto público, junto aos demais arquivos, constituem importantes fontes de pesquisa. Deste modo, esta inserção contribui para potencializar e ampliar as pesquisas que considerem mulheres no ambiente público.

Neste sentido foram e têm se desenvolvido iniciativas de mulheres, e principalmente feministas, para que mudanças importantes fossem realizadas na estrutura hierarquizada de nossa sociedade. Como afirma a autora (VASSALO, 2018, p. 81):

El feminismo cuestionó la forma androcéntrica de la organización de archivos, bibliotecas, centros de documentación, librerías y museos. Interpeló la invisibilización, dispersión y hasta la falta de interés en la preservación, conservación y difusión de documentos, otras fuentes de información y un sinnúmero de bienes culturales producidos por/con mujeres o sobre mujeres. En esta dirección, las académicas que se abocaron a los estudios de



historia de/con mujeres y de género debieron visitar, releer y reinterpretar las fuentes que utilizaban para sus estudios, entre las que se hallaban, obviamente, los documentos de archivo.

O olhar androcêntrico que considera o masculino como o único modelo de representação coletiva é refletido também no arquivo. Questionando esta lógica nas instituições de salvaguarda, o feminismo indaga sobre a carência de fontes sobre mulheres tentando subverter esse cenário. A colocação das feministas e de pesquisadores e pesquisadoras interessadas em difundir a história sob a perspectiva feminina reforça a importância das fontes documentais nos arquivos e demais instituições de salvaguarda. Sem a inquietação para mudar a forma como os arquivos e as pesquisas são conduzidas continuaremos com uma história tradicional vista por um único olhar. De acordo com (ACKELSBURG, 1997, p. 47-48).

À medida que as feministas e outros repetidamente levantavam tais questões, a escrita da história social da história do trabalho (mais lentamente, talvez) têm gradualmente se transformado. Temos encontrado, pelo menos em alguns estudos, mais atenção voltada à interação entre o local de trabalho e a comunidade e esforços para explorar aquele contexto mais amplo. Há importantes lições aqui para arquivistas: para que se reflita inteiramente as experiências de um movimento, é necessário que se olhe-e, portanto, que se colecionem - consideravelmente para além dos documentos e registros tradicionais do "movimento trabalhista".

De acordo com a autora é necessário, colocando como exemplo a história do trabalho, "coleccionar" os documentos além dos registros ditos tradicionais.

No texto *Arquivos, história social e história das mulheres*, a autora indaga "História é sobretudo narrativa" de modo que "Como se pode fazer história social sem arquivos? Sem documentos que possam ser ligados para que se conte uma história?" (ACKELSBURG, 1997, p. 40). Deste modo, sem fontes sobre mulheres, como escrever uma história que também as contemple?



Os arquivos são depositários de fontes documentais que possibilitam que os historiadores e historiadoras recriem narrativas. Sem fontes documentais sobre mulheres dificilmente novas perspectivas dadas a história sob um viés masculino será mudada. Para isso, as narrativas particulares também merecem ser estudadas. As fontes sobre mulheres disponibilizadas ampliam o contexto de pesquisa e dão suporte a acervos e documentos já institucionalizados.

O arquivo é uma importante ferramenta como fonte primária na geração de narrativas históricas e culturais, no processo de conformação e sustentação das memórias e identidades, ao preservar e disponibilizar aos cidadãos o patrimônio documental de uma comunidade. Por esta razão os documentos arquivísticos devem refletir e/ou expressar de alguma forma a reunião dessas memórias, desta forma facilitará a emergência de novos discursos e ações educativas, políticas e midiáticas com o objetivo de alcançar a equidade de gênero em todos os níveis da vida social e cultural (ACEVEDO, 2016, p. 57).

Diante de tudo que foi exposto e em consonância com a autora acima citada, sendo o arquivo uma importante ferramenta como fonte para narrativas históricas e culturais, veremos a seguir como está o cenário dos arquivos pessoais de mulheres na página do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ dedicada aos arquivos declarados de interesse público e social.

6 ARQUIVOS PESSOAIS DE MULHERES COMO INTERESSE PÚBLICO E SOCIAL

A *Lei nº 8.159*, de 8 de janeiro de 1991, “dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”. A lei delimita que os arquivos privados, pessoais ou institucionais podem ser declarados de interesse público e social.

A Lei trata “Dos Arquivos Privados”, mas não define quais arquivos privados podem ser declarados como de interesse público e social. Esta regulamentação é dada pelo *Decreto nº 4.073* (2002) e atualizada pelo *Decreto nº 10.148* (2019). O *Decreto nº 10.148* (2019) delimita a “Declaração de interesse público e social de arquivos privados”:



Art. 22. Os arquivos privados de pessoas físicas ou jurídicas que contenham documentos relevantes para a história, a cultura e o desenvolvimento nacional podem ser declarados de interesse público e social por ato do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

Ao pesquisarmos na página do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ dedicada aos arquivos declarados de interesse público e social verifica-se um número pequeno, ou quase inexistente de arquivos pessoais de mulheres. Apenas um arquivo de mulher é declarado, do total de 20 arquivos privados declarados atualmente⁷³, dez arquivos pessoais são arquivos pessoais de homens e nove são arquivos privados institucionais. O único arquivo pessoal de uma mulher é da Berta Gleizer Ribeiro.

No entanto o arquivo de Berta não foi declarado a princípio pela validade do seu arquivo em si. O arquivo de Berta estava mesclado ao arquivo pessoal de Darcy Ribeiro, ao submeterem o arquivo de Darcy Ribeiro para declaração de interesse público e social verificou-se a necessidade de desmembrar os arquivos.

Deste modo, até o momento, o único arquivo pessoal de mulher declarado foi desmembrado de um arquivo pessoal de homem. De maneira que o arquivo pessoal de Berta Gleizer Ribeiro não foi submetido inicialmente para obtenção da declaração pelo seu potencial e nem da sua produtora, mas em decorrência da submissão do arquivo pessoal de Darcy Ribeiro.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decurso deste texto identificamos a ausência dos arquivos pessoais de mulheres e para isso trouxemos questões referente à própria problemática do arquivo privado em si e sua institucionalização nos arquivos.

A institucionalização de arquivos privados no Brasil por meio de legislação ainda não satisfaz as necessidades e complexidades dos acervos e da sociedade. A legislação principalmente o *Decreto nº 4.073* (2002) e sua atualização com o *Decreto nº 10.148* (2019) não incentivam políticas de aquisição que considerem as

⁷³ Pesquisa atualizada na página do CONARQ em maio de 2023.



particularidades dos arquivos pessoais de mulheres considerando a maior dificuldade de encontrá-los hoje nos acervos.

Se a ausência de arquivos pessoais de mulheres é sentida nas instituições de salvaguarda, a legislação poderia abarcar e incentivar a institucionalização e preservação deste tipo de arquivo.

No entanto, a legislação que trata da declaração de interesse público e social é abrangente, e não incentiva a nomeação de arquivos de mulheres. Nota-se pela falta de arquivos pessoais de mulheres que a ausência na legislação é retratada na quase inexistência de declarações de interesse público e social na página do CONARQ.

Considerando que a regulamentação da lei de arquivos públicos e privados não trata e tampouco incentiva a aquisição desses arquivos, conclui-se que a sensibilização também deve se dar por meio da população civil e dos profissionais da área.

A teoria arquivística atualmente propõe resoluções práticas para os desafios de seus profissionais na organização e difusão desses acervos, mas até o momento não tem se aprofundado em questões políticas, sociais e culturais e desta forma não tratam de dar maior visibilidade e inclusão dos arquivos de mulheres nas instituições arquivísticas. Para mudar o cenário serão necessárias proatividade e obstinação nas ações também de tratamento arquivístico.

A relevância da inclusão de documentos de mulheres e sobre mulheres na institucionalidade do ambiente público visa preservá-los e difundi-los e deste modo transpor o abismo que hoje temos com relação aos arquivos pessoais de mulheres comparados ao maior número de arquivos pessoais de/sobre homens.

A escrita da história das mulheres e principalmente a história social nesse tema tem avançado, ainda que com fontes escassas. Há muitos trabalhos realizados e outros em andamento, sendo assim aparentemente o "gargalo" está na ausência dos documentos que deveriam servir de fontes para as pesquisas nos arquivos. É neste cenário que deve se voltar a atenção de pesquisadores e profissionais que trabalham nos arquivos para inclusão e preservação dos arquivos de mulheres.



REFERÊNCIAS

ACEVEDO, E de R, *et al.* La creación del Archivo mujeres y géneros en el Archivo Nacional de Chile. *In: La memoria femenina: mujeres en la historia, historia de mujeres.* Madrid: Secretaria General Técnica - Subdirección General de Documentación y Publicaciones, 2016, p. 55- 63.

ACKELSBERG, M. Arquivos, história social e história das mulheres. **Cadernos AEL**, São Paulo, n. 5/6, p. 37-50, 1996/1997.

ARONOVICH, L. Prefácio. *In: LERNER, G. A Criação do Patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens.* São Paulo, Cultrix, p. 19-25, 2019.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

BLOCH, M. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, R. S; MURGUIA, E. I. Aquisição de Arquivos pessoais. *In: YÁRRITU ABELLÁS, J. B; FRADE, E. P; SILVA, M. C. de M. (Org). Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos.* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, v. 13, p. 7-32, 2014.

BRASIL. **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, DF, 8 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm Acesso em: 02 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.073**, de 3 de janeiro de 2002. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Brasília, DF, 03 jun. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/2002/D4073.htm. Acesso em: 02 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.148**, de 2 de dezembro de 2019. Institui a Comissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal, dispõe sobre a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, as Subcomissões de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da Administração Pública Federal e o Conselho Nacional de Arquivos, e dá outras providências. Brasília, DF, 02



dez. 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10148.htm. Acesso em: 12 maio. 2023.

CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos). **Arquivos privados declarados de interesse público e social**. Rio de Janeiro: Conarq, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/servicos-1/declaracao-de-interesse-publico-e-social/arquivos-declarados>. Acesso em: 27 maio. 2023.

DEL PRIORE, M. História do Cotidiano e da vida privada. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

HEYMANN, L. **De "arquivo pessoal" a "patrimônio nacional": reflexões acerca da produção de "legados"**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005.

MEDEIROS, L. S. A presença – ou ausência – feminina nos arquivos pessoais e coleções da Seção de Manuscritos, Fundação Biblioteca Nacional. In: CAMPOS, J. F. G. (org.). **Arquivos pessoais: fronteiras**. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo - ARQ-SP, p. 375-395, 2020.

OLIVEIRA, L. M. V. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

OLIVEIRA, L. M. V. Descrição arquivística e os arquivos pessoais: conhecer os arquivos pessoais para compreender a sociedade. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 28-51, jul./dez. 2013.

OLIVEIRA, L. M. V. A descrição arquivística e os arquivos pessoais: o desafio da representação. In: YÁRRITU ABELLÁS, J. B; FRADE, E. P.; SILVA, M. C. de M. (org.). **Arquivos pessoais: constituição, preservação e usos**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, v. 13, p. 55-70, 2014.

PERROT, M. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

SANTOS, P. R. E. dos. **Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização**. São Paulo: ARQ-SP, 2012.

TROITIÑO, S. Avaliar para incorporar: políticas institucionais de formação de acervo. **Resgate - Rev. Interdisciplinar. Cult.**, Campinas, v. 24, n. 32, p. 27-46, jul./dez. 2016.

VASSALO, J. Mujeres y patrimonio cultural: el desafío de preservar lo que se invisibiliza. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, [s.l.], n. 71, p. 80-94, dez. 2018.

WOOLF, V. **Um teto todo seu**. São Paulo: Tordesilhas, 2014.



WOOLF, V. **Profissões para mulheres e outros artigos feministas**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2017.

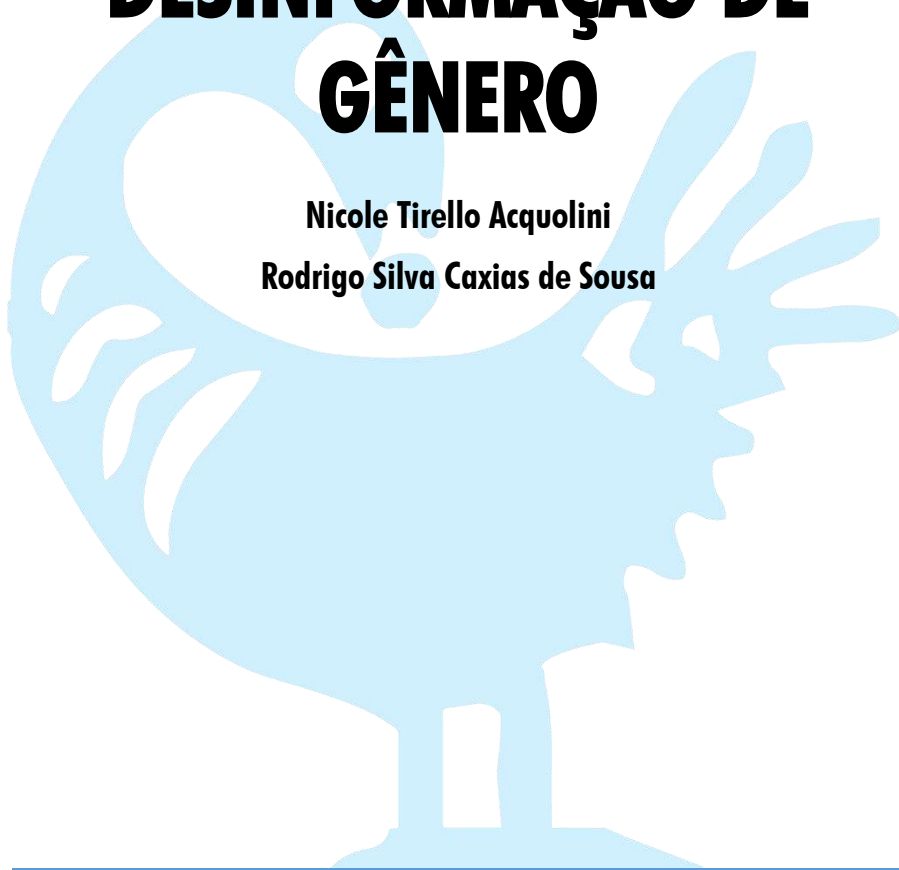




PRÁTICAS INFORMACIONAIS NO INSTAGRAM: INVESTIGANDO DESINFORMAÇÃO DE GÊNERO

Nicole Tirello Acquolini

Rodrigo Silva Caxias de Sousa



1 ASPECTOS INICIAIS⁷⁴

Estudo se constitui na parte exploratória de uma dissertação de mestrado defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por intermédio de uma pesquisa bibliográfica, o texto aborda conceitos sobre desinformação e suas variações, desinformação de gênero e por fim práticas informacionais na *web*.

Designadamente no Instagram, por meio de conteúdos informativos sobre feminismo e empoderamento feminino, as práticas informacionais podem desvelar desinformações de gênero, que quando exercidas perante o gênero feminino⁷⁵, são caracterizadas também como violências contra as mulheres. Pensando o conceito de mulher "cujo sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características." (NICHOLSON, 2000, P.35). Englobando diversas identidades e formas de expressão com as quais as pessoas do gênero feminino podem se identificar, sem restrições quanto à sua orientação sexual, tais como: cisgênero, transgênero, gênero fluído ou ainda conforme Butler (2000) performatividades de gênero.

Assim, metodologicamente, diante da observação espontânea e da análise de conteúdo (AC) relativa a práticas informacionais identificadas em postagens de 04 (quatro) perfis no Instagram, emergiu-se 09 (nove) tópicos que de maneira latente dialogam com o mote da desinformação de gênero.

Por sua vez, a desinformação de gênero consiste em um conjunto de ações de informação estruturadas de forma ilegítima e

⁷⁴ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).

⁷⁵ A palavra "feminino" será adotada aqui como categoria de análise relacionada a mulheres com o propósito de diferenciação de outros (plurais) gêneros, descartando a possibilidade de reforçar estereótipos tradicionais de fragilidade, passividade, delicadeza, ou algum outro feminino relacionado a aspectos "sagrados" e religiosos frequentemente presentes nas representações convencionais. Pelo contrário, pretende-se empregar o termo "feminino" de maneira a contribuir para avançar nas discussões sobre seu uso, confrontando o apagamento velado do termo promovido pela cultura patriarcal hegemônica, que muitas vezes o envolve com preconceitos e estigmas.



deturpada que incidem sobre determinados grupos sociais, com a intenção de acometer e prejudicar pessoas com base em seu gênero, buscando alcançar objetivos políticos, ideológicos, sociais ou econômicos. Além da temática ter se mostrado contemporânea no campo da Ciência da Informação, também se concretiza como uma pauta central no debate público em âmbito nacional, considerando que o país ocupa o 92º lugar no ranking da igualdade de gênero de acordo com o Fórum Econômico Mundial (CARVALHO, 2019). Dessa forma, intencionamos neste capítulo apresentar relações conceituais com o termo desinformação de gênero.

2 DESINFORMAÇÃO: DAS VARIAÇÕES TERMINOLÓGICAS AO QUALIFICADOR GÊNERO

A desinformação se afigura como uma alarmante ocorrência mundial, que dentre suas variadas ações, gera impactos (negativos) diretos ou indiretos em diferentes esferas e atores. Um número expressivo de estudiosos resgatam a possibilidade de que a desinformação se constitua no mal do século (MARRES, 2018; ANDERSEN; SØE, 2019; ANDERSON, 2020; CABAÑES, 2020), capaz de danificar as formas de aquisição de conhecimento humano (LEVY, 2017) em virtude de distorcer e manipular a verdade, dificultando a obtenção de informações precisas e confiáveis, levando a crenças errôneas e tomadas de decisão equivocadas.

Suas consequências podem alcançar inclusive as competências cognitivas dos indivíduos (BROWN, 2019; MCKAY; TENOVE, 2020) e produzir vícios intelectuais (MEYER, 2019) que influenciam também em temas morais e éticos que são amplamente debatidos e transcorrem por nossa sociedade.

Com o propósito de dispor uma adequada compreensão do assunto, se faz necessário trazer variações conceituais em relação ao termo desinformação. Para caracterizar o ato de desinformar, um conceito bastante completo diz que:

Desinformação envolve informação descontextualizada, fragmentada, manipulada, retirada de sua historicidade, tendenciosa, que apaga a realidade, distorce, subtrai, rotula ou confunde. A desinformação não é necessariamente falsa;



muitas vezes, trata-se de distorções ou partes da verdade. (BRISOLA; BEZERRA, 2018, p. 3319).

Na língua inglesa são empregados dois termos que correspondem à noção de desinformação, sendo eles: *misinformation* e *disinformation*. Ambos significam informações falsas, entretanto, *misinformation* pode ser entendida como falsidade contingente e *disinformation* pode ser assimilada a falsidade intencional (STAHL, 2006), quando a informação é falseada propositalmente. Por sua vez, Karlova e Fisher (2013) compreendem *misinformation* como informação imprecisa e *disinformation* como informação enganosa, sendo as duas apontadas como subcategorias de informação, podendo conter algum tipo de informatividade⁷⁶ (em diferentes graus), mesmo que de maneira involuntária.

Merece destaque um tipo específico de desinformação, a desinformação sobre o qualificador gênero, onde se faz indispensável considerar a problematização do gênero como uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1999), e a estrutura moral no qual se situam certas normatividades que conduzem o gênero e a sexualidade. Atraiam-se a isso convenções socioculturais que determinam normas e princípios morais constantemente disputados e reiterados, interferindo na constituição das identidades e expressões de indivíduos sexualizados e generificados. (BUTLER, 1990; LELO; CAMINHAS, 2021).

Por essa razão, considerando o pressuposto de que a partir das desinformações ecoam valores morais, é ponderoso entender que as normas em torno de gênero também podem abarcar e figurar em histórias falsas acerca dessas temáticas. Quanto à desinformação sobre o gênero feminino, percebem-se essas sensibilidades morais acionadas por meio de histórias infundadas que foram enraizando-se em nossa estrutura social, especificamente quanto a questões com estereótipos de gênero e subestimação feminina, que atualmente, com a explosão informacional na web e a vigente onda conservadora mundial, vem sendo disseminadas em grande escala, comprometendo de certa

⁷⁶ O conceito de informatividade aponta ao fato de que a percepção de um texto depende do conhecimento de outros textos. (LARA, 2008).



forma a luta feminista e de equidade de gênero. No entanto, paradoxalmente, isso também pode potencializar os esforços desse movimento.

Especificamente em relação a esse tipo de desinformação, é preciso destacar que abrange não só as atividades desinformativas direcionadas ao gênero feminino, mas também afeta outros gêneros, atacando majoritariamente minorias sociais, ou seja, grupos que enfrentam desvantagens sociais.

Consequentemente, consonante a disputas de poder mencionadas, a desinformação de gênero pode ser definida conforme o Relatório Engendered Hate:

Como tal, usamos "desinformação de gênero" como um termo guarda-chuva e apresentamos a seguinte definição: desinformação de gênero refere-se a atividades de informação (criação, compartilhamento, disseminação de conteúdo) que: Ataca ou prejudica as pessoas com base em seu gênero; Armam narrativas fraudulentas fundadas geralmente em estereótipos de gênero para promover objetivos políticos, sociais ou econômicos. (JUDSON *et al.*, 2020, p.12, tradução nossa).

Na esfera virtual, a desinformação de gênero, se constitui na intersecção da desinformação com a violência *online* (que se manifesta através de espaços na *web*), revelando abusos e assédios; buscando impactar geralmente no nível político/público, embora também possa causar sérios danos em nível pessoal/privado. Basicamente ela consiste na conjunção de informações que carregam boatos e estereótipos com narrativas falsas, enganosas ou odiosas, muitas vezes em linguagem abusiva, apelando a juízos de valores que buscam depreciar a imagem de mulheres ou pessoas em relação a seu gênero ou a sua identidade de gênero. (CURZI, 2021). Ainda segundo os autores:

Desinformação de gênero é a disseminação de informações enganosas ou imprecisas contra mulheres líderes na política, jornalistas e figuras públicas femininas, seguindo linhas de história que se baseiam na misoginia, bem como estereótipos de gênero em torno do papel da mulher para minar suas



percepções de sua participação em vida pública. (CURZI, 2021, p. 147, tradução nossa).

Isto posto, entende-se que a desinformação sobre o gênero feminino se configura também como uma grave forma de violência contra a mulher fundamentada na produção, disseminação, compartilhamento e reuso de conteúdos informacionais deturpados e manipulados com o propósito de prejudicá-las. Em síntese, a violência contra a mulher se transpõe como um lado perverso das relações de poder tomadas pela própria definição do conceito de gênero.

Segundo a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (BRASIL, 2011), este tipo de violência é uma manifestação que atinge todos os âmbitos de atuação das mulheres, e conforme Campos e Almeida (2017):

Carrega a marca distintiva da categoria social de gênero e assume formas diferenciadas, constituindo-se como toda ação ou conduta que cause não apenas o sofrimento ou dano físico à mulher, mas também psicológico, moral, patrimonial, sexual e inclusive danos causados por crime doloso, atos que se constituem como violações de direitos. (CAMPOS; ALMEIDA, 2017, p. 353).

Essas violações se fazem vigentes no cotidiano de distintas mulheres, independente de raça, orientação sexual, origem, idade, classe social, escolaridade e estado civil. Tendo em vista que a violência toma outras feições, alguns componentes começam a surgir como esforços explicativos para a dificuldade de que seus tipos sejam percebidos para além da violência física. (CAMPOS; ALMEIDA, 2017). Isso acontece devido à construção social de valores e comportamentos patriarcais que naturalizam as violências de gênero, e que mesmo de maneira constante, é marcada pela banalização, invisibilidade e aceitação cultural (SCHRAIBER *et al.*, 2009).

Enfatiza-se que tais construções, ao se fundamentarem em práticas sociais balizadas pela socialização de informações, possibilitam também desvelar e investigar desinformações de



gênero, por vezes "camufladas" em violências exercidas contra as mulheres.

Para podermos averiguar as práticas informacionais dos perfis no Instagram que possivelmente expõem desinformações de gênero, é essencial contextualizar o assunto que será abordado no item a seguir.

3 PRÁTICAS INFORMACIONAIS

No campo de estudo de usuários, na década de 1990, uma ampliação de aspectos das abordagens anteriores foi se desenvolvendo: os estudos das práticas informacionais, ou seja, "[...] o estudo do movimento por meio do qual os indivíduos agem no mundo, conformados pela cultura, e ao mesmo tempo constituem essa cultura que os influencia e a realidade em que atuam." (ARAÚJO, 2017, p. 21).

Em seu princípio, essa abordagem concentrava-se em estudos de usuários na vida cotidiana, ao contrário da vertente tradicional e alternativa. Subsequentemente, sua constituição transformou-se numa perspectiva que abarcava todas as categorias informacionais da vivência dos indivíduos.

Uma importante contribuição dessa vertente é a compreensão de que não existe uma realidade externa independente dos sujeitos e seus atos, pois são os indivíduos, a partir de seus próprios atos que geram e renovam as regras e normas sociais. Além disso, estes estudos progrediram quanto ao entendimento da informação não como um processo vivenciado exclusivamente na perspectiva individual cognitiva, mas sim a partir de uma concepção informacional que englobe também processos de apropriação, imaginação e questionamentos concebidos a partir da construção social (ARAÚJO, 2017).

Isto é, conforme estas disposições, entende-se que a manutenção do *status quo* que abriga as práticas informacionais se dá através dos sujeitos e suas ações de informação dentro de uma comunidade ou meio social. Desta maneira, podemos refletir também em um sujeito do "conhecimento", conforme suas práticas sociais, "[...] entendido como aquele que interage com outros sujeitos na construção da informação." (FREIRE; AQUINO, 2000, p.



76). Este indivíduo do “conhecimento” é encarregado da recepção, transmissão, usabilidade, comunicação, geração, acessibilidade e socialização da informação. Enfim, todo o processo de cidadania que pode se fazer através do uso e acesso à informação (ARAÚJO, 2001).

Portanto, optou-se por desempenhar o presente estudo através de práticas informacionais pois elas se constituem em ações de informação fundamentadas na produção, uso, compartilhamento e reuso de conteúdos influenciados pelas interações sociais; interações essas que se mostram presentes na web, e substancialmente no Instagram.

Percebendo ações de informação executadas com eixos plurais e com diferentes intencionalidades, é possível observar estratégias de comunicação características da plataforma Instagram que se referem à adoção de “[...] uma linguagem informal, com textos, imagens e vídeos, visando uma fácil viralização, tendo por base uma ideia de comunicação humanizada.” (CARVALHO et al., 2020, p. 3).

Os perfis no Instagram escolhidos para a análise trazem uma diversidade de práticas informacionais que buscam rearticular as relações de poder referentes ao gênero feminino. Nesse sentido, eles passam a se constituir como manifestações que oportunizam a integração entre diferentes atores sociais, possibilitando através de um conteúdo que rompe barreiras morais e estereótipos de gênero, maneiras de se combater e evitar as desinformações de gênero, percebidas através das violências contra as mulheres.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Pesquisa aplicada, exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa que analisa 04 (quatro) perfis do Instagram que trazem questões relativas às ações e práticas informacionais sobre feminismo e empoderamento feminino buscando dialogar com as desinformações de gênero presentes em nossa sociedade. Os perfis foram selecionados conforme as inclinações da pesquisa e atenderam aos seguintes critérios: número de seguidores - acima de 90 mil; regularidade de postagens (perfil ativo); temática geral - feminismo. Os referidos perfis estão apresentados no Quadro 1.



Quadro 1 - Perfis feministas no Instagram.

PERFIL	COMPOSIÇÃO	TOTAL DE POSTAGENS AVERIGUADAS	Nº DE SEGUIDORES ATÉ ABRIL DE 2022
Think Olga ⁷⁷	Categoria informada no perfil: não informada. Descrição informada no perfil: laboratório de inovação social que educa e cria soluções para a desigualdade de gênero. Combate à Violência, Economia do Cuidado.	6	91,7 mil seguidores
Arquivos feministas ⁷⁸	Categoria informada no perfil: comunidade. Descrição informada no perfil: plataforma de informação e formação feminista.	16	274 mil seguidores
Clara Fagundes ⁷⁹	Categoria informada no perfil: criadora de conteúdo digital. Descrição informada no perfil: sergipana em SP, pesquisadora, futurologista e comunicóloga. Formada e pós-graduada na USP. - Feminismo	8	147 mil seguidores
Planeta Ella ⁸⁰	Categoria informada no perfil: comunidade. Descrição informada no perfil: rede Internacional de Feminismos.	30	269 mil seguidores

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

⁷⁷ <https://www.instagram.com/think.olga/>

⁷⁸ <https://www.instagram.com/arquivosfeministas/>

⁷⁹ <https://www.instagram.com/clarafagundes/>

⁸⁰ <https://www.instagram.com/planetaella/>



Os 04 (quatro) perfis analisados trazem autodescrições relativas aos seus propósitos, em que apenas 03 (três) perfis apresentam em suas páginas informações sobre categorias pré-estabelecidas pela própria plataforma Instagram. Com o intuito de verificar apenas publicações, o montante de postagens analisadas deu-se conforme o número de publicações de cada perfil durante o mês de abril de 2022, totalizando 60 (sessenta) postagens entre os 04 (quatro) perfis.

Após a coleta dos dados, identificou-se que das 60 (sessenta) postagens, 29 (vinte e nove) não são conteúdos próprios criados pelas proprietárias dos perfis, mas sim conteúdos repostados de outros perfis. Porém, devido serem assuntos pertinentes e com fontes comprovadas, decidiu-se por manter essas postagens nas análises. As postagens agrupadas para análise constituem-se em publicações com imagens, fotos, desenhos em quadrinhos, problematizações, ilustrações, relatos, notícias e vídeos curtos. Todas com legendas que trazem textos informativos relativos ao assunto da postagem.

5 ANÁLISE E DESDOBRAMENTO DOS DADOS

Posteriormente o processo se constituiu com a observação espontânea dos perfis e a partir da leitura flutuante das postagens (nos *feeds* de notícias) foi realizada a coleta sistemática (SILVA, 2013) do *corpus* durante o mês de abril de 2022, através da inserção dos dados juntamente com *prints* das postagens em uma planilha no Google Drive e um diário de campo.

Depois, realizou-se releituras do material, permitindo a composição de 09 (nove) tópicos emergidos conforme a Análise de Conteúdo de Bardin (2011) relativos ao *corpus* total de 60 (sessenta) postagens, sendo eles: violência contra a mulher; empoderamento feminino; representatividade do gênero feminino; mulheres indígenas; gordofobia; diversidade sexual; liberdade feminina; misoginia; machismo.

Perante esses tópicos abordados, identificou-se inicialmente que a maioria das postagens expõem algum tipo de violência contra mulheres, assim identificadas: violência política contra mulheres, violência obstétrica, abuso sexual, feminicídio, violência contra



mulheres indígenas, violência judicial contra mulheres e violência doméstica. Algumas dessas violências, como a judicial, política e contra mulheres indígenas, conforme o conteúdo apresentado nas postagens, têm suas raízes em desinformações quanto ao gênero feminino, pois abordam relatos de violências baseadas em estereótipos, difamação e deturpação de elementos.

Constatou-se também que os conteúdos informativos abordados nos perfis escolhidos, apesar de não sinalizarem explicitamente desinformações de gênero, atuam de maneira preventiva e influente na contribuição ao combate à desinformação quanto ao gênero feminino, pois expõem testemunhos e trazem notícias com fontes fidedignas sobre essa temática tão preocupante e urgente enraizada através de percepções morais em nossa sociedade.

5.1 Ampliação do estudo

Com base nas descobertas preliminares, constatou-se a necessidade de expandir o estudo em direção às práticas informacionais como ações de informação (GÓMEZ, 1999), a partir das concepções de produção, compartilhamento e reuso dos *posts* no *feed*.

Para tal, em virtude da expressiva quantidade de práticas informacionais no perfil Planeta Ella, que se distingue por não apresentar conteúdos com anúncios ou parcerias pagas e por oferecer mais de uma publicação diária, ao contrário dos outros perfis que apresentaram menos postagens do que o esperado, optou-se por ser este o perfil a realizar a segunda etapa da pesquisa.

A "produção" da informação está relacionada ao processo de elaboração e geração de informações ou dados. O "compartilhamento" da informação implica em disponibilizar e facilitar o acesso às informações para outras pessoas. Já o "reuso" da informação é relativo à utilização de informações já existentes para propósitos distintos dos quais foram inicialmente geradas. Isso envolve a aplicação de dados ou conhecimentos pré-existentes em novos contextos, análises ou estudos, permitindo a reutilização de informações ou conhecimentos anteriormente produzidos.



O reuso da informação contribui para a expansão do conhecimento, a criação de novas perspectivas e o estímulo à pesquisa interdisciplinar. O princípio do reuso é amplamente empregado no âmbito da investigação científica, onde dados e outros recursos são examinados por diferentes perspectivas, analisados em contextos e disciplinas distintas daquelas em que foram inicialmente gerados. (SAYÃO, 2016). Durante esta fase, ao examinar a literatura (Quadro 2), o objetivo foi de explorar a dimensão da intencionalidade, assim como o arranjo das 30 postagens coletadas no perfil.

Quadro 2 - Categoria/subcategoria fundamentada na literatura.

CATEGORIA/DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIA/DESCRIÇÃO
<p>AÇÕES DE INFORMAÇÃO - PRÁTICAS INFORMACIONAIS: processos que possuem o propósito de informar algo. (GÓMEZ, 1999, ARAÚJO, 2017).</p>	<p>Compartilhamento e reuso da informação: repostagem de conteúdo produzido por outras pessoas no próprio Instagram ou em outras plataformas, seguido ou não pela adição de informações para reforçar a validação da informação ou atribuir-lhe um novo significado.</p> <p>Produção de informação: criação própria do conteúdo pelo perfil Planeta Ella.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Para tanto, verificou-se a incidência de ações de informações manifestadas em produção, compartilhamento e reuso dos *posts* no *feed* (Quadro 3). Observou-se que todos os *posts* que compartilharam um determinado conteúdo também reutilizaram o material, acrescentado informações mesmo que apenas na legenda. Portanto, levando em conta que a legenda foi incluída na análise, apesar das diferenças entre compartilhamento e reuso, essas duas subcategorias foram agrupadas devido a questões operacionais.



Quadro 3 - Ações de informação - práticas informacionais conforme incidência (número de ocorrências).

PRODUÇÃO DA INFORMAÇÃO	COMPARTILHAMENTO E REUSO DA INFORMAÇÃO
21 (70%)	9 (30%)
Variantes do conteúdo: notícias, celebrações, denúncias, reivindicações, história em quadrinhos, relatos, representações humorísticas, reflexões, charge, poesia, sátira.	Variantes do conteúdo: notícias, relatos, reportagem, ensinamentos, divulgação, ensaio fotográfico, cobertura de evento.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Evidenciou-se que o perfil apresenta uma frequência maior de compartilhamento e reuso de informações em comparação com a produção de conteúdo original. Essa abordagem pode ser atribuída a diversos motivos, incluindo a intenção de fornecer valor aos seguidores, selecionando criteriosamente postagens de outras fontes que são consideradas relevantes, interessantes e informativas. Nesse contexto, o perfil desempenha também um papel de curador de conteúdo, “ferramenta que aumenta drasticamente os níveis de eficiência e assertividade da navegação” (GORDON, 2014, p. 152), com o objetivo de disponibilizar uma diversidade de informações e perspectivas aos seus seguidores.

Desta forma, a partir de releituras dos dados, percebeu-se que os *posts* oferecem uma ampla gama de conteúdos que trazem visibilidade e estimulam o envolvimento em questões feministas, contribuindo para aumentar a conscientização, promover o diálogo e fomentar a reflexão crítica entre suas seguidoras. O perfil informa, educa e inspira mulheres, embora também conte com seguidores de outros gêneros e/ou características. Além disso, por meio das postagens, cria-se um ambiente de solidariedade, construindo uma rede de apoio e encorajamento para as mulheres enfrentarem os desafios e opressões impostas pela sociedade.

Esse perfil em específico, assim como os outros analisados na primeira fase, não tem como objetivo principal combater a



desinformação de gênero como mencionado anteriormente, porém oferecem oportunidades de letramentos que têm impacto na capacidade dos indivíduos de reconhecer e resistir a discursos falsos, enganosos e prejudiciais. Ademais, podem capacitar as mulheres a se tornarem agentes ativas na busca pela igualdade de gênero, na desconstrução de estereótipos e na defesa de seus direitos. Isso inclui exigir políticas públicas que promovam a equidade de gênero e desafiar as estruturas de poder opressivas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico, constatou-se até o momento que o termo desinformação de gênero advindo da desinformação, quando exercido sobre o gênero feminino, constitui-se também como um tipo de violência contra as mulheres, trazendo distintas possibilidades interpretativas quanto a sua gênese e seus fins.

Observou-se também, por meio da AC, o quanto esses perfis do Instagram que abordam seus conteúdos de maneira dinâmica e séria, se fazem necessários e potentes ao combate a esse tipo específico de desinformação, por vezes sutil, porém não menos prejudicial para o avanço da equidade de gênero que carecemos em nossa sociedade.

Além disso, partindo da premissa que a desinformação de gênero é extremamente nociva para a sociedade, uma vez que perpetua as relações desiguais de poder, reforçando a marginalização da mulher como segundo sexo, é de extrema importância buscar meios que possam efetivamente combater essa problemática.

Em virtude dessas constatações, sugerimos estudos que possam contribuir acerca de discussões sobre o tema no âmbito da Ciência da Informação, preferivelmente no que se refere à letramento de gênero, feminismos, regimes de ética da informação, assim como os limítrofes da moralidade e estrutura social.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. Fake news is not a virus: On platforms and their effects. *Communication Theory*, [s. l.], v. 3, n.1, p. 42-61, 2020.



ANDERSEN, J.; SØE, S. Communicative actions we live by: The problem with fact-checking, tagging or flagging fake news: The case of Facebook. **European Journal of Communication**, [s. l.], v. 35, n.2, p. 126-139, 2019.

ARAÚJO, E. A. Informação, sociedade e cidadania: práticas informacionais de organizações não governamentais - ONGs brasileiras. **Informação e Informação**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 31- 54, jan./jun. 2001.

ARAÚJO, C. A. V. Uma história intelectual da ciência da informação em três tempos. **RACIn - Revista Analisando em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 10-29, jul./dez. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Brasília: Presidência da República/SPM, 2011.

BRISOLA, A.; BEZERRA, A. C. Desinformação e circulação de "fake news": distinções, diagnóstico e reação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: ANCIB, 2018.

BROWN, E. Propaganda, misinformation, and the epistemic value of democracy. **A Journal of Politics and Society**, [s. l.], v. 30, n. 3-4, p. 194-218, 2019.

BUTLER, J. **Gender trouble: Feminism and subversion of identity**. London: Routledge, 1990.

BUTLER, J. Corpos que Pesam: sobre os limites discursivos do "sexo". *In*: LOURO, G. L. (Org.) **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CABAÑES, J. Digital disinformation and the imaginative dimension of communication. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, [s. l.], v. 97, n. 2, p. 435-452, 2020.

CAMPOS, M. L.; ALMEIDA, G. H. M. D. Violência contra a mulher: uma relação entre dimensões subjetivas e a produção de informação. **Rdbci: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, [s. l.], v. 15, n. 2, 2017.

CARVALHO, M. **Brasil sobe em ranking de igualdade de gênero, mas ainda ocupa a 92ª posição**. Estadão. 2019.

CARVALHO, L. M.; ARAUJO, G. M. de; WELZEL, V. M.; SILVA, L. H. da. Comunicação humanizada nas mídias sociais digitais das organizações



jornalísticas: estratégias de combate à desinformação. *In: ENCONTRO VIRTUAL DA ABCIBER*, 2020. **Anais[...]**. São Paulo: ABCiber, 2020.

CURZI, Y. Disinformation (Gendered). *In: BELLI, L.; ZINGALES, N.; CURZI, Y. Glossary of platform law and policy terms*. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

FREIRE, B. M. J.; AQUINO, M. A. Ciência da Informação: buscando abrigo para um sujeito. **Transinformação**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 71-79, jul./dez. 2000.

GÓMEZ, M. N. G. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-30, jul./dez. 1999.

GORDON, L. Paralelos entre a Curadoria de Conteúdo em Redes Sociais e a Gestão do Conhecimento. **Human Factors in Design**, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 147-157, 2014.

JUDSON, E.; ATAY, A.; KRASODOMSKI-JONES, A.; LASKO-SKINNER, R.; SMITH, J. **Engendering hate: the contours of state-aligned gendered disinformation online**. London: Demos, 2020.

KARLOVA, N. A.; FISHER, K. E. A social diffusion model of misinformation and disinformation for understanding human information behaviour. **Information Research**, [s. l.], v. 18, n. 1, 2013.

LARA, M. L. L. G. Informação, informatividade e linguística documentária: alguns paralelos com as reflexões de Hjørland e Capurro. **DataGramZero**, [s. l.], v. 9, n. 6, 2008.

LELO, T. V.; CAMINHAS, L. R. P. Desinformações sobre gênero e sexualidade e as disputas pelos limites da moralidade. **MATRIZES**, [s. l.], v. 15, n. 2, p. 179-203, 2021.

MARRES, N. Why we can't have our facts back. **Engaging Science, Technology, and Society**, [s. l.], v. 4, p. 423-443, 2018.

MCKAY, S.; TENOVE, C. Disinformation as a threat to deliberative democracy. **Political Research Quarterly**, [s. l.], v. 74, n. 3, p. 703-717, 2020.

MEYER, M. Fake news, conspiracy, and intellectual vice. **Social Epistemology Review and Reply Collective**, [s. l.], v. 8, n.10, p. 9-19, 2019.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

SAYÃO, L. F. Digitalização de acervos culturais, reuso, curadoria e preservação. *In: SEMINÁRIO SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E MUSEUS*, 4., São Paulo, 2016. **Anais [...]**, São Paulo, 2016.



SCHRAIBER, L. B. *et al.* Violência de gênero no campo da Saúde Coletiva: conquistas e desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 14, n.4, p. 1019-1027, 2009.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação & realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SILVA, M. A. da. A técnica da observação nas ciências humanas. **Educativa – Revista de Educação**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 413-423, jul./dez. 2013.

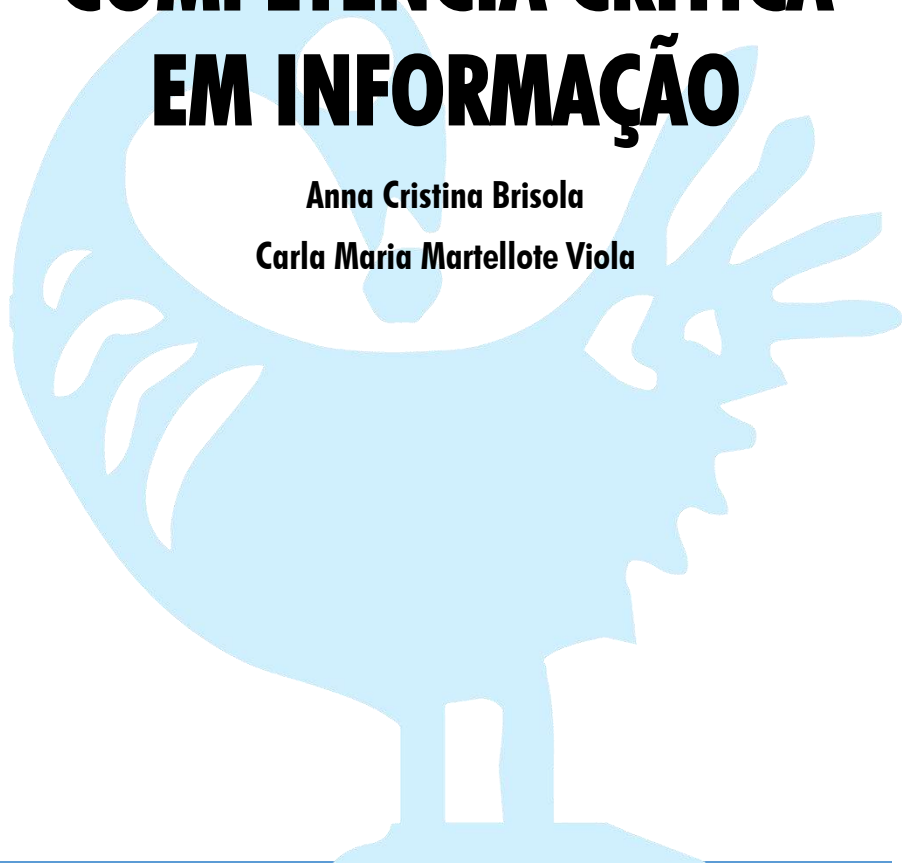
STAHL, B. C. On the difference or equality of information, misinformation, and disinformation: a critical research perspective. **Informing Science**, [s. l.], v. 9, p. 83- 96, 2006.





GÊNERO, FEMINISMOS E SEXUALIDADE: APROFUNDAMENTOS DA NONA DIMENSÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

**Anna Cristina Brisola
Carla Maria Martellote Viola**



1 INTRODUÇÃO⁸¹

A Competência Crítica em Informação (CCI), desde 2015, vem sendo amplamente estudada no campo da Ciência da Informação (CI) brasileira. No XVIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), Brisola, Schneider e Silva Júnior (2017) apresentaram 5 (cinco) níveis da CCI, posteriormente ampliados por Schneider (2019) para 7 (sete), Bastos (2020) acrescenta mais um nível. Os níveis assinalados por esses autores refletem estudos aprofundados sobre o tema da CCI, mas somente a autora Brisola (2021) traz uma nova abordagem para o debate com a ideia de dimensões.

Dessa forma, Anna Brisola (2021), em sua tese de doutorado, adiciona mais duas dimensões. O termo dimensão estava de acordo com a pretensão da autora em demonstrar as várias grandezas de uma enorme potência que é a Competência Crítica em Informação, e não uma hierarquia, nem sempre presente ou necessária, como a palavra níveis sugere.

As dimensões atendiam a seguinte ordem: (1) Concentração ou suspensão da cotidianidade; (2) Competência instrumental; (3) Reflexão sobre as necessidades/gostos informacionais; (4) Atitude questionadora diante da informação em si/relevância; (5) Atitude questionadora diante das fontes de informação/credibilidade; (6) Estudo da ética em informação na acepção profunda do termo; (7) Conhecimento das teorias sociais críticas e das teorias críticas da informação; (8) Política de engajamento; (9) Gênero, feminismo, sexualidade e (10) Relações étnico-raciais (BRISOLA, 2021).

Neste enquadramento, e delimitando o corpus do estudo para o interesse desta pesquisa, questiona-se: Como a nona dimensão, que aborda a questão gênero, feminismo e sexualidade na Competência Crítica em Informação, pode contribuir para a luta e resistência das mulheres? Em busca de respostas, o objetivo geral desta pesquisa é aprofundar os debates da Competência Crítica em Informação, com foco nas teorias feministas e nas questões de gênero, feminismo e sexualidade.

⁸¹ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



A pesquisa se justifica pela necessidade de se abordar as questões da nona dimensão que tangenciam a CCI, a fim de colaborar com as disputas contra as opressões hegemônicas do patriarcado branco, cisgênero e burguês, que se perpetua. Essa dominação firmada na classe e alicerçada pelo patriarcado, promove com força dupla o apagamento das mulheres.

Adotou-se como metodologia a natureza descritiva-exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica, por expor reflexões teóricas sobre CCI, Teorias Críticas e Teorias Críticas de Gênero, Feminismos e Sexualidade. Quanto à abordagem, o estudo é qualitativo em razão da apreciação dos achados, resultando em um juízo crítico da situação, a partir dos fundamentos da CCI. Atenta-se para os fundamentos da Ciência da Informação (CI) aplicados neste estudo, um campo voltado “[...] para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos” (SARACEVIC,1996, p. 47).

2 O GÊNERO NA EDUCAÇÃO E NO TRABALHO

De acordo com o professor Luis Felipe Miguel (2015), os primórdios do feminismo são atribuídos a Wollstonecraft, intelectual libertária, por seu pensamento marcar a primeira elaboração sistemática de um entendimento das raízes da opressão sofrida pelas mulheres.

Wollstonecraft (2016), em seus preceitos, orientava que a educação e os direitos fossem iguais para ambos os sexos, assegurando que em se deixando a mulher compartilhar dos direitos, ela emularia as virtudes do homem. Alicerçadas em seus pensamentos, infere-se que o acesso à educação, ao conhecimento e à informação permitiriam o desenvolvimento progressivo das mulheres em diversos campos, redundando em ganhos consideráveis em sua Competência Crítica em Informação.

Para a mulher, além das questões inerentes à própria educação, ainda existem as disparidades entre os sexos desde a fase infantil, convidando a menina à imanência do lar e o menino à transcendência de novos desafios. A mulher usualmente começa a trabalhar desde menina, tornando-se responsável pelos afazeres domésticos, pelo cuidado de irmãos menores e parentes idosos.



Mais tarde, torna-se esposa e dona de casa e, aliciada pela segurança do matrimônio, feliz, ou infeliz, passa a ser serva de seu marido e filhos.

De acordo com Delphy (2015, p. 102), independentemente do tipo de sociedade, as relações de que as mulheres participam “repousam, no que diz respeito à criação dos filhos e aos serviços domésticos, no trabalho gratuito das mulheres”, fazendo um alerta que “esses serviços são fornecidos apenas no âmbito de uma relação particular com um indivíduo (marido), são excluídos do domínio da troca e, conseqüentemente, não têm valor”.

Razão esta que motivou, na primeira onda do feminismo, entre o fim do século XIX e o início do XX, o foco na natureza privada do patriarcado e não na pública. Neste interregno, as mulheres casadas não podiam exercer trabalho remunerado, configurando o domínio patriarcal no seio da família daquela época.

Além de que, a violência dos maridos era protegida por lei. A mulher foi explorada e subjugada por anos, ora pela condição física e confinamento ao lar, ora por sua forjada impossibilidade cultural e intelectual, é assim que as “classes dominantes obrigam as classes que elas subjugam a efetuar o trabalho produtivo” (DELPHY, 2015, p. 103).

Fraser (2009) alerta que a segunda onda do Feminismo desaprovou o economicismo, rejeitando a identificação exclusiva de injustiça com má distribuição entre classes, as feministas da segunda onda se uniram a outros movimentos emancipatórios para romper o imaginário restritivo e economicista do capitalismo organizado pelo Estado. Politizando “o pessoal”, elas expandiram o significado de justiça, reinterpretando como injustiças as desigualdades sociais que tinham sido negligenciadas, toleradas ou racionalizadas desde tempos imemoráveis (FRASER, 2009, p. 18).

Fraser (2009) chama atenção para este aspecto, evidenciando a preocupação das feministas não mais apenas focadas “no gênero, mas também na classe, na raça, na sexualidade e na nacionalidade” apresentando vertentes interseccionistas. A autora também alerta que “as feministas da segunda onda ampliaram o campo de ação da justiça para incluir assuntos anteriormente privados como sexualidade, serviço doméstico, reprodução e violência contra mulheres” (FRASER, 2009, p. 18).



Se a segunda onda tinha como proposta teórica o entendimento das estruturas que oprimiam as mulheres, assim como suas origens e as relações de poder intrínsecas a essas estruturas e instituições, a terceira onda busca pela destruição de pensamentos categóricos e a crítica às prévias narrativas de liberação e de vitimização, características da segunda e da primeira onda.

A partir de tais conjecturas, segue-se com os postulados sobre a nona dimensão da Competência Crítica em Informação, com foco em gênero, feminismos e sexualidade.

3 APROFUNDANDO ASPECTOS DA NONA DIMENSÃO DA COMPETÊNCIA CRÍTICA EM INFORMAÇÃO

As pesquisas de gênero no Brasil, no campo da Ciência da Informação, se estendem e crescem ao longo dos anos. Como exemplos temporais citamos Gilda Olinto (1993), tendo como referência sua tese de doutorado "Reprodução de classe e produção de gênero através da Cultura", e o selo Nyota, inaugurado em 2018, com uma proposta militante e interseccional (SILVA; ROMEIRO, 2021).

Consonante a esta realidade, era necessário pensar a CCI sob o olhar das interseccionalidades sem reduzir tudo a uma única dimensão que considera as Teorias Críticas.

Ainda que as questões de gênero estejam submetidas e interligadas às questões sociais, históricas, culturais, políticas, econômicas, e associadas diretamente à opressão, não foram diretamente abordadas pelos autores anteriores nos níveis particionados da CCI. A nona dimensão, proposta por Brisola (2021), carecia de destaque nos estudos sobre a CCI com sua devida complexidade, sublinhando as particularidades de gênero, feminismos e sexualidade que se sobrepõem para além das questões de classe. Os fundadores da Teoria Crítica, homens brancos, europeus, abordaram o preconceito impresso às mulheres, enraizado na dominação patriarcal, mas de maneira perpendicular e negligente, a partir dos conceitos filosóficos de Platão e Aristóteles do mundo universal que "refletiam com a mesma pureza das leis da física a igualdade dos cidadãos plenos e a inferioridade



das mulheres, das crianças e dos escravos” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 14).

Contudo o patriarcado estendia suas forças no Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Ainda que contando com pesquisadoras mulheres como Olga Lang, Käthe Leichter, Monika Pressle e Gretel Adorno (que colaborou com algumas escritas do marido), elas não tinham o devido reconhecimento, como de costume na época, mesmo diante de exemplos ressonantes de autoras mulheres críticas e engajadas, na própria Berlin, como Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin (TORRE, 2020).

Angela Davis, aluna de Adorno, autora fundamental da Teoria Crítica Feminista, traçou seu caminho sem o devido reconhecimento e suporte do Instituto. Este é um padrão histórico, repetido em várias partes do mundo, que até hoje apaga ou diminui as mulheres. Foram as lutas feministas que colocaram em xeque a naturalização das opressões e exclusões de gênero que incluem feminismos e sexualidade, a que as mulheres estiveram submetidas ao longo da história mundial e que se perpetuam até nossos dias.

Obviamente, a questão de classe também se impõe sobre as mulheres, contudo não representa, sozinha, as questões deste grupo, no qual as opressões são distintas conforme se acumulam. É o caso da interseccionalidade que estuda as sobreposições e consequências da interação entre as múltiplas formas de dominação e subordinação ou intersecção de identidades sociais e sistemas relacionados de opressão, dominação ou discriminação, relacionadas não apenas ao gênero, mas também, conforme destaca Brisola (2021), às sexualidades, raça e etnias.

Entre as mulheres, nas primeiras lutas feministas, já havia distinções entre os pleitos das mulheres predominantemente intelectuais, brancas e da burguesia, que queriam independência dos homens no que dizia respeito ao casamento, voto, trabalho, estudos e finanças, e das mulheres da classe trabalhadora, que contribuía com o sustento de suas famílias com seu salário. Estas recebiam menos, não tinham ingerência sobre o dinheiro, filhos e propriedades, as quais pertenciam ao homem-marido-pai. Quando se separavam ou eram rejeitadas pelos maridos, a guarda dos filhos ficava com o pai-proprietário. Cada grupo lutava por questões distintas (COLLING, 2000; SERRO, 2010). Além das distinções



relacionadas às raças e etnias que muitas vezes sequer eram consideradas no movimento feminista.

Embora a divisão de classe afetasse a vida dessas mulheres, a opressão se impunha a ambos os grupos. A mulher burguesa estava sujeita às determinações patriarcais, mesmo em seu suposto conforto de classe, e a mulher proletária e pobre acumulava opressões de gênero e classe, além de étnicas e de raça. A mulher pobre, negra, periférica, homoafetiva e transgênero, acumula opressões, discriminações e violências que nem minimamente recaem sobre um homem, branco, cisgênero, heterossexual, de classe média alta e morador de bairro nobre (COLLING, 2000; SERRO, 2010).

Neste enquadramento, defende-se que não existe possibilidade de reduzir todas as opressões apenas à de classe. As particularidades e camadas de opressão perpassam as classes, se acumulando nas camadas mais pobres, de acordo com a etnia e excluídas, mas sem desaparecer a classe dominante. As mulheres privilegiadas ainda sofrem com opressões, funções distintas, salários menores, objetificação e rótulos. As diferenças continuam ressaltadas e reforçadas na sociedade, a fim de manter o domínio (COLLING, 2000; SERRO, 2010; HOOKS, 2013).

Paulo Freire (1997, p. 34) explica e retoma seus escritos a partir de críticas que recebeu, uma delas sobre linguagem sexista. “Falar um pouco da linguagem, do gosto das metáforas, da marca machista com que escrevi *Pedagogia do Oprimido* e, antes dela, *Educação como Prática da Liberdade*, me parece não só importante, mas necessário”.

Já consagrado, Freire assume a linguagem machista que marca todo o livro e sua dívida com as muitas mulheres que lhe enviaram cartas alguns meses depois do lançamento do livro em Nova York, entre o fim de 1970 e início de 1971.

Sobre as cartas, Freire (1997, p. 35) relata que traziam comentários positivos sobre a contribuição às lutas dos oprimidos, contudo, apontavam uma grande contradição. “Discutindo a opressão, a libertação, criticando com justa indignação as estruturas opressoras, eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres” A naturalização do uso genérico da palavra homem, excluía as



mulheres, e estava condicionado pela ideologia autoritária machista. A princípio, a reação de Freire, segundo ele mesmo, era achar que quando falava “homem”, a “mulher” estaria incluída, contudo, a partir dos alertas que foram feitos aos seus discursos, ele passa a usar sempre homens e mulheres, mulheres e homens ou seres humanos, nunca homem de maneira genérica.

Bell Hooks (2013) é influenciada pelos escritos de Paulo Freire, mas a autora é lúcida, crítica e angustiada a respeito da linguagem sexista, branca e da construção falocêntrica da libertação (não só dele, mas como de outros grandes escritores) – “onde a liberdade e a experiência da masculinidade patriarcal estão ligadas como se fossem a mesma coisa”. Para Hooks (2013), este é “um ponto cego na visão de homens que têm uma percepção profunda”. Ainda assim, a autora afirma que isso não deve ser impedimento para ler estes mesmos homens e que “o próprio modelo de pedagogia crítica de Freire acolhe o questionamento crítico desta falha na obra. Mas questionamento crítico não é rejeição” (HOOKS, 2013, p. 69-70).

Como menina negra criada em terras rurais, Hooks encontra na obra de Paulo Freire identificação com os camponeses brasileiros e com o movimento de ser objeto e tornar-se protagonista. Essa transição de objeto para sujeito é fundamento e protagonismo necessário para a Teoria Crítica, a Pedagogia Crítica e, conseqüentemente, para a CCI.

É preciso atentar para duas sutilezas agregadas no termo indivíduo. A primeira, é que o sujeito não é individualista, subsumido à ideologia que aparta para enfraquecer o ato de ser realmente sujeito, porque só se é sujeito ante a percepção de que mudanças sociais só são possíveis coletivamente, mas com respeito às diversidades e singularidades. A segunda, é um incômodo causado pela palavra sujeito, em função da compreensão de que, semanticamente e historicamente, homens são sujeitos da história e mulheres sujeitas a seus destinos, grifando a naturalização do uso dos termos sujeito e sujeita. Grifa-se aqui que o uso dos termos sujeito ou sujeita nesta pesquisa significa aquele ou aquela que se torna sujeito da ação, da sua história e da sua própria vida.

Leyde Klebia Silva (2019, p. 113) aponta que “numa sociedade machista e racista como a brasileira, ser mulher negra é receber



dupla carga de preconceito". Corrobora o prefácio brasileiro do livro "Mulheres, raça e classe", de Angela Davis, escrito por Djamila Ribeiro, que indica a obra como "fundamental para se entender as nuances das opressões" (RIBEIRO, 2016, p. 19), por começar com a abordagem de como a mulher negra foi desumanizada pela escravidão. Segundo a autora, é impossível pensar em um projeto de nação sem considerar a centralidade da questão racial. É preciso considerar a intersecção de raça, classe e gênero, para possibilitar um novo modelo de sociedade (RIBEIRO, 2016).

Melo (2019, p. 63) afirma a importância das organizações civis de mulheres negras como "espaços políticos e de resistência contra várias formas de opressão da sociedade, tais como racismo, sexismo, heterossexismo, discriminação de classe, intolerância religiosa e cultural, dentre outras".

Durante muito tempo, as ciências naturais foram utilizadas para a construção do conceito de gênero, associando-o aos aspectos biológicos (sexo) e sociais (gênero), sem considerar que as duas perspectivas estão social e historicamente imbricadas. Também é histórica e social a incidência das hierarquias e estruturas de poder sobre as questões sexualidade e gênero. Por isso é preciso desconstruir criticamente os preconceitos que ditam a hierarquia entre gêneros.

Ao se pensar na falta de representatividade histórica da mulher, recorre-se à Daniella Alves de Melo (2019), de maneira muito resumida. Melo não utiliza a divisão do feminismo em ondas, aderindo às críticas de que esta divisão não representa as lutas das mulheres negras, preferindo uma abordagem histórica. Destaque-se o texto "mulheres se dirigiram ao Senado Romano para protestar contra sua exclusão dos transportes públicos, visto que eram obrigadas a se deslocarem andando em Roma" (MELO, 2019, p. 21).

A reação do senador romano Márcio Pórcio Catão foi se preocupar com a manutenção da docilidade e exclusão das mulheres a fim de não ameaçar o domínio dos homens. Esta mesma perspectiva é encontrada em Aristóteles (1991, p. 13) "em todas as espécies, o macho é evidentemente superior à fêmea: a espécie humana não é exceção".

Segundo Melo (2019, p. 22), durante o feudalismo e a Idade Média a mulher conquistou participação política e acesso a muitas



profissões, mas sem prestígio social, o que culminou em perseguições religiosas e sociais. No período renascentista, perderam estes espaços e os direitos civis das mulheres diminuíram; atividades profissionais e ou de status passaram a ser exclusivas dos homens e elas não podiam gerir heranças, bens ou apresentarem-se juridicamente.

O pensamento determinista e positivista eurocêntrico inscreveu o homem dominador da Terra, superior às demais criaturas, incluindo outros humanos, e deveriam “civilizar o mundo”, impondo a noção ocidental às outras sociedades. Dessa maneira, “o homem” adquire o caráter universal de categoria e inclui a mulher na categoria outros, assim como os negros que escraviza e outras etnias que dizima ou “civiliza”, reforçando e naturalizando o patriarcado. A naturalização hegemônica do que é “ser mulher” e dos papéis que cabem a ela, não nasce nesta época, mas é reforçada nela. Simone de Beauvoir (1967, 1970) rechaça esse conceito mais tarde.

Assim, atribui-se o fortalecimento do feminismo a alguns acontecimentos sucessivos do século XX que foram tirando as mulheres das sombras: (1) o movimento sufragista, iniciado em 1897, na Inglaterra, que refletia mais os interesses das mulheres brancas da classe média, e que só conseguiu o direito ao voto em 1918, ano do fim da Primeira Guerra Mundial; (2) duas Guerras Mundiais, que levaram as mulheres para o *front* e para os postos de trabalho, deixados vagos pelos homens que foram lutar, deixando as mulheres que também participaram das reconstruções em posição de não aceitarem retornar para as suas posições subalternas e desprestigiadas; (3) além de outras que, sem homens, precisaram assumir suas vidas (LEVI, 2007).

De acordo com Melo (2019), o movimento político das mulheres perdeu força entre os anos 1930 e 1960, apesar da Segunda Guerra Mundial. No pós-guerra, em muitos países, principalmente nos vencedores, os homens retomaram suas posições e reforçaram o lugar doméstico das mulheres, as “gloriosas rainhas do lar”, mães dos *babies boomers* (pessoas nascidas entre 1946 e 1964). Neste mesmo período, Simone de Beauvoir escreve seu livro “O segundo sexo” – “Volume I – fatos e mitos” e “Volume II – a experiência vivida” (publicados em 1949).



No livro, Beauvoir (1970) coloca em xeque o papel naturalizado do “ser mulher”, e conseqüentemente dos estereótipos de gênero. Afirma que o conceito foi construído histórica e socialmente e não é natural ou biologicamente determinado. A autora sublinha a construção e mito do patriarcado e do enquadramento da mulher à vontade e ótica masculina, de acordo com o seu poder e vontade/desejo. Abrindo o segundo volume está uma das máximas que reforça o movimento feminista:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais, que apreendem o universo (BEAUVOIR, 1967, p. 9, grifo nosso).

A respeito do patriarcado, Nathália Lima Romeiro (2019) recorre à Simone de Beauvoir, Heleieth Saffioti e Pierre Bourdieu para explicar a violência e a dominação masculinas. A autora posiciona o locus de opressão, que põe o homem como sujeito de “privilégios”, ao escrever “elencamos, como sujeito central desses privilégios no mundo ocidental, o homem branco, cisgênero, heterossexual e de situação econômica abastada (classe média e ricos). Identificamos estes como os principais (não exclusivos) atores e opressores do patriarcado” (ROMEIRO, 2019, p.25). Associa a violência contra a mulher como reflexo cultural da dominação patriarcal e aborda a noção socialmente normalizada de poder que o patriarca tem em relação à mulher, o direito de posse que confere o uso dos seus corpos como bem entender, afiliado ao “conceito de dominação masculina, que diz respeito a um tipo de violência simbólica naturalizada socialmente, na qual suas vítimas por vezes sequer sabem que as vivenciam” (ROMEIRO, 2019, p. 25). A autora traça a trajetória das leis brasileiras, que ao longo da história, estiveram preponderantemente atreladas ao patriarcado. Do Brasil



Colônia aos dias de hoje, a autora revisa as leis relacionadas à violência sexual, mulher e sexualidade.

A respeito da violência contra a mulher, Viola (2018 p. 23) defende que “por se encontrarem sempre entre dominação e resistência em sua jornada cotidiana, o conhecimento de seus direitos e o desenvolvimento de sua competência em informação se tornam fatores indispensáveis para o combate à discriminação e maus-tratos”.

Dessa forma, entende-se que não somente a Competência em Informação (Coinfo) é fundamental para o combate aos maus-tratos, mas principalmente a criticidade em relação às informações e naturalizações que recaem sobre ela. A mulher que desenvolve sua CCI, também se desenvolve como sujeita de sua história.

Entretanto, compreende-se que a questão não é somente o desenvolvimento da crítica e também da CCI, na mulher, mas também nos homens, com a tomada de consciência de que a opressão imposta pelo patriarcado justifica e naturaliza a violência da sociedade como um todo, para que, através de uma consciência crítica, não seja mais tolerável qualquer violência, maus tratos ou abusos contra as mulheres ou pessoa LGBTQI+, baseados na discriminação e subalternidade.

Mais do que apenas compreender a opressão e violência, a perspectiva da interseccionalidade e do lugar de fala deve perpassar criticamente pelos estudos críticos e pela CCI. É preciso pensar, como Melo (2019), na CCI como um meio de fomentar a emancipação das mulheres e seu empoderamento, reforçando e valorizando sua identidade, proporcionando conhecimento em saúde reprodutiva e direito sexual/reprodutivo, capacitar liderança de grupos de mulheres, ampliando e fortalecendo a atuação política destes grupos para que lutem por suas demandas.

Melo (2019, p. 76), através da análise temática de conteúdo consegue “entender a construção da Competência Crítica em Informação por parte dessas mulheres e observar sua utilização nos processos diários de enfrentamento das relações de poder”. A autora destaca pontos de convergência com a CCI presentes nos discursos das mulheres entrevistadas. São eles: aprendizado ao longo da vida, subdividido em questionamento das necessidades informacionais, uso de espaços informacionais alternativos, senso



crítico informacional e contribuições para o enfrentamento diário, subdividido em fortalecimento mútuo e uso da informação construída. E segue seu pensamento crítico explicando que “a Competência Crítica em Informação, por sua vez, tem a ver com o posicionamento do sujeito frente a informação que lhe é imposta, portanto, diz respeito aos enfrentamentos diários desses sujeitos, podendo ser vista, então, como uma postura contra ideologias” (MELO, 2019, p. 95).

Assim, a Competência Crítica em Informação se apresenta como fator fundamental de luta e não como mera ferramenta. Esse fator-chave de resistência contribui para a evolução e o desenvolvimento humano das mulheres. A ferramenta aponta o caminho, mas são os elementos fundacionais teóricos-críticos da CCI e das questões de gênero, feminismos e sexualidade que permitem o debate contundente contra todo o montante situacional que aflige a vida das mulheres.

É através da CCI que as mulheres questionam as relações de poder, se empoderam nos seus lugares de sujeitas e não de subalternas, através do pensamento, conhecimento e comportamento críticos, se colocando em posição de luta e resistência, a partir da criticidade e da informação.

Avulta-se a importância de espaços informacionais alternativos como terrenos caros de construção, fomento e de notabilidade da CCI para o empoderamento, fortalecimento e embasamento dos argumentos sobre gênero, feminismos e sexualidade, bem como, para a emancipação e transformação social que diluam as naturalizações e culturas que oprimem as mulheres.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como coloca Freire (1996, p. 39), “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

Sob a determinação, coincidente com a freiriana e, portanto, da CCI, de rejeitar os preconceitos, encontra-se a abertura para as



semelhanças e não para as diferenças, evidenciada no texto de um aluno de Bell Hooks, uma vontade, um sonho, que rompe a expectativa geral de que, para os acadêmicos, importam mais as diferenças. O aluno declara que a autora-professora o ensinou “principalmente sobre as semelhanças, sobre o que eu, como negro, tenho em comum com as pessoas de cor, com as mulheres, os gays, as lésbicas, os pobres e qualquer outro que queira entrar” (HOOKS, 2013, p. 33).

A hegemonia que está presente na informação e que se reflete nas distinções de gênero, feminismos e sexualidade, com tendências a reforçar e consolidar as binaridades, papéis, performances e posição na sociedade, mantém as opressões. Nesse sentido, a informação não é neutra. Contudo, é através da resistência e luta destes corpos, não sem dor, que vai se formando, ainda que lentamente, uma nova maneira de pensar, uma nova hegemonia.

Em consonância com Freire, é preciso abraçar a diversidade, mais ainda as características singulares (não individualistas) de cada sujeito. Freire (2000) afirma que a mudança faz parte da experiência cultural e é preciso entendê-la, compreendê-la, na ou nas suas razões de ser. Para ele “uma educação crítica, radical, não pode jamais prescindir da percepção lúcida da mudança que inclusive revela a presença interveniente do ser humano no mundo”. Desta percepção lúcida advém a nossa posição política e ideológica.

Através do pensamento crítico, do desenvolvimento da percepção de gênero, feminismos e sexualidade da nona dimensão da CCI, a relação com a informação se transforma, transformando também as atitudes e as demandas por mais informação e desenvolvimento humano. Assim, as mulheres vitimadas pela opressão (ou pelo acúmulo delas) têm, através do aprimoramento da CCI, o reconhecimento do seu lugar no mundo, promovendo o empoderamento de seus grupos e fortalecendo suas lutas.

Quando se pensa no desenvolvimento da CCI no concernente a um grupo e no empoderamento deste grupo, facilita-se os avanços da transformação social. Sob esta perspectiva, a CCI, ao transformar a relação com a informação, propicia a transformação



das mulheres, dos grupos de mulheres e, por fim, da sociedade de mulheres e homens, cumprindo o papel a que se propõe.

O estudo da CCI em gênero, feminismos e sexualidade, apresentado neste artigo, não esgota o tema, e sim apresenta novas propostas para serem somadas em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Fragmentos Filosóficos. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 254 p.

ARISTÓTELES. **A Política**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

BASTOS, Pablo Nabarrete. Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito. **Matrizes**, v. 14, n. 1, 2020.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo I: Fatos e Mitos**. 4. ed. Tradução: Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II: a experiência vivida**. 4. ed. Tradução: Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRISOLA, Anna Cristina C. de A. S. **Competência crítica em informação como resistência à sociedade da desinformação sob um olhar freiriano: diagnósticos, epistemologia e caminhos ante as distopias informacionais contemporâneas**. Orientador: Marco André Feldman Schneider. 2021. 295 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicação, UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2021.

BRISOLA, Anna Cristina C. de A. S.; SCHNEIDER, Marco André Feldman; SILVA JUNIOR, Jobson F. Competência crítica em informação, ética intercultural da informação e cidadania global na era digital: fundamentos e complementaridades. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18. **Anais eletrônicos...** Marília: UNESP, 2017.

COLLING, Ana Maria. **A construção da cidadania da mulher brasileira: a questão da igualdade e da diferença**. 2000. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política** [on-line], n. 17, p. 99-119, 2015.

FRASER, Nancy. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. **Mediações**, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, jul./dez. 2009.



FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança.** São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** São Paulo: Editora UNESP, 2000.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEVI, Joseph Abraham. Estudos de Mulher e de Gênero nos Estados Unidos da América. Séculos XIX-XXI: Temáticas e Abordagens. **Campus Social: Revista Lusófona de Ciências Sociais**, n. 3/4, p. 63-76, 2007.

MELO, Daniella Alves de. **Práticas informacionais e a construção da competência crítica em Informação: um estudo na Bamidelê – Organização de Mulheres Negras da Paraíba.** Orientador: Edvaldo Carvalho Alves. 2019. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. Mary Wollstonecraft e as origens do feminismo. **Blog da Boitempo** [online], 27 abr. 2015.

OLINTO, Gilda. **Reprodução de classe e produção de gênero através da Cultura.** Orientador: Aldo Albuquerque Barreto. 1993. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro – ECO/UFRJ.1993.

RIBEIRO, Djamilia. Prefácio. *In*: DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo. 2016.

ROMEIRO, Nathália Lima. **Vamos fazer um escândalo: a trajetória da desnaturalização da violência contra a mulher e a folksonomia como ativismo em oposição a violência sexual no Brasil.** Orientador: Arthur Coelho Bezerra. 2019. 168 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Escola de Comunicação, UFRJ/IBICT. Rio de Janeiro, 2019.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectiva da Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, 1996.

SCHNEIDER, Marco André Feldman. CCI/7: Competência crítica em informação (em 7 níveis) como dispositivo de combate à pós-verdade. *In*: BEZERRA, Arthur Coelho; SCHNEIDER, Marco André Feldman; PIMENTA, Ricardo; SALDANHA, Gustavo (org.). **iKritika: estudos críticos em informação.** Rio de Janeiro: Garamond, 2019.



SERRO, Divina Aparecida Caumo. **A mulher no mundo do trabalho: peculiaridades, conquistas e perspectivas.** Orientador: Darcísio Corrêa. Dissertação (Mestrado) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Campus Ijuí). Ijuí, 2010.

SILVA, Franciéle C. Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima. **Selo Nyota.** Belo Horizonte, 2021.

SILVA, Leyde Klebia Rodrigues da. BAMIDELÊ: trajetória histórica e informacional da organização das mulheres negras da Paraíba. *In*: SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da (org.). **Mulheres negras na Biblioteconomia.** Florianópolis: Rocha Gráfica e Editora, 2019. p. 105-142.

TORRE, Bruna Della. A escola de Frankfurt e as mulheres ou, por uma teoria crítica feminista. **Marxismo Feminista**, 14 set. 2020.

VIOLA, Carla Maria Martellote. **Informação, transparência e política: reflexões sobre a mulher brasileira na Câmara dos Deputados.** Orientador: Marco André Feldman Schneider. 2018. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, UFRJ/IBICT, Rio de Janeiro, 2018.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos Direitos da Mulher.** São Paulo: Boitempo, 2016.

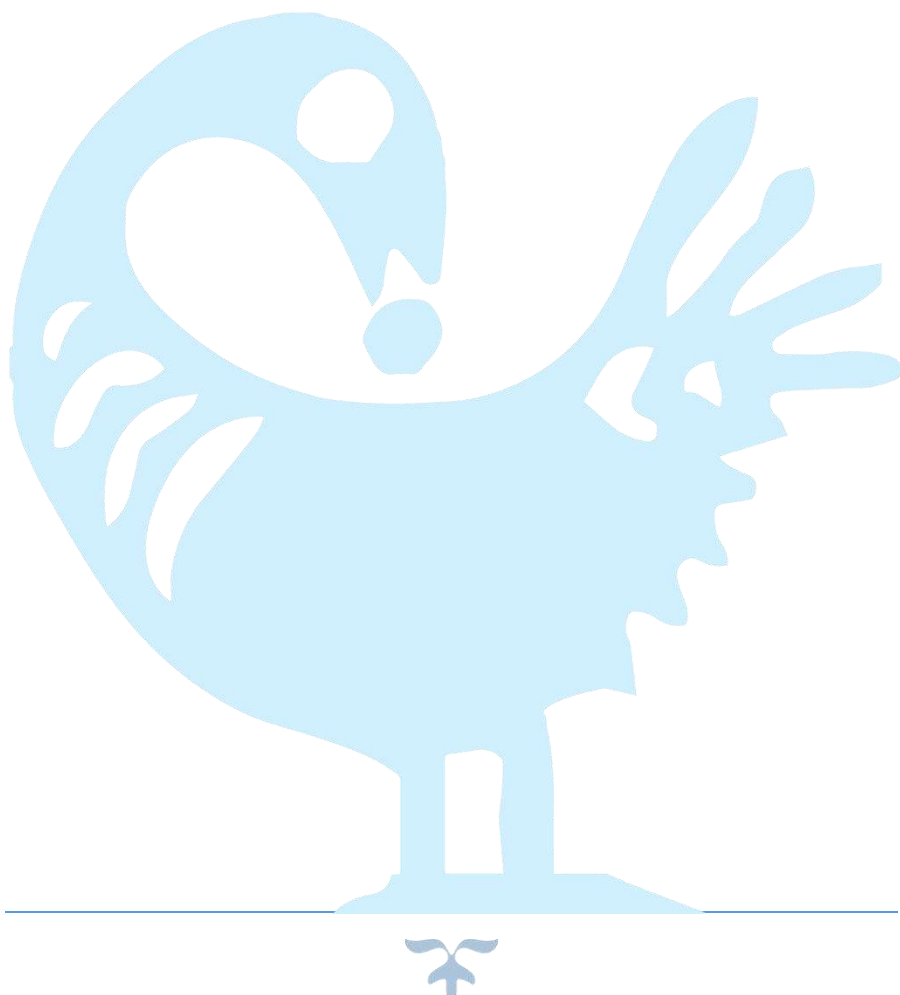




FEMINISMO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: ANÁLISE DE TESES E DISSERTAÇÕES

Caroline Corrêa Pinheiro

Danielly Oliveira Inomata



1 INTRODUÇÃO⁸²

Historicamente, o feminismo surgiu com o desafio sociopolítico de mudança na situação da mulher – no mercado de trabalho, vida pública e privada e na educação, buscando também uma nova forma de relação entre homens e mulheres, principalmente, a liberdade e autonomia feminina na decisão sobre sua vida e corpo. O movimento feminista vem galgando espaço e sendo centro de debates na construção do conhecimento científico e acadêmico.

Em análises feministas sobre o processo de construção da ciência é possível encontrarmos evidências de que a produção e a estrutura do conhecimento são pautadas sob parâmetros sexistas e antropocêntricos, onde a ciência é neutra e objetiva, reverberando assim: em disparidades entre homens e mulheres, perpetuação de preconceitos e estereótipos de gênero (SCHIEBINGER, 2001; SARDENBERG, 2007). Diante do cenário apresentado, surge o interesse das diversas áreas do conhecimento de análise sob a perspectiva feminista, com a finalidade de aferir como as práticas e concepções estariam colaborando para a reprodução e das relações desiguais de gênero.

A autora Pinheiro (2009) nos faz refletir sobre a responsabilidade social da Ciência da Informação (CI) em relação às desigualdades sociais na ciência, apontando a quebra e abandono de antigos conceitos, paradigmas e práticas que distanciaram a ciência da sociedade. Provas disso estão na produção científica e nas iniciativas das políticas públicas e nas práticas dos profissionais da área. Assim, o presente estudo justifica-se pela necessidade de levantamentos sobre a produtividade da área e das temáticas pertinentes, sob uma perspectiva feminista, mas principalmente por examinar o quanto a Ciência da Informação necessita avançar para a desconstrução dos preconceitos e estereótipos de gênero que transpõem a área.

⁸² Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022) com o título "O feminismo na produção científica da Ciência da Informação: análise de teses e dissertações".



Pontua-se que as pesquisas com foco nas temáticas sobre gênero, feminismo e mulheres contribuem com o protagonismo, haja vista que dão visibilidade às mulheres. Do exposto, este capítulo tem como objetivo verificar a ocorrência da produção científica sobre feminismo e temáticas relacionadas (mulher e gênero), nos Programas de Pós-graduação em Ciência da Informação, no período de 2010 a 2022 e averiguar o desenvolvimento do assunto na comunidade científica da Ciência da Informação no Brasil. Para isso, buscou-se identificar o quantitativo das teses e dissertações e mapear as temáticas mais frequentes na produção dos programas. Este estudo complementa as pesquisas de Scartassini e Barros (2021) e Passos (2019) que investigaram a temática feminismo e estudo de gêneros na CI, no que se refere à produção de artigos científicos, e de Nascimento e Oliveira (2019) sobre a produção de dissertações e teses.

2 PERSPECTIVA FEMINISTA NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Com a luta do movimento feminista⁸³ também acompanhamos o crescimento de estudos sobre críticas à ciência tradicional e à pesquisa acadêmica, traçando questionamentos sobre concepções, teorias e métodos, sob perspectivas feministas de ciência, contribuindo com temáticas feministas, e sendo nova forma de comprometimento científico com a igualdade de gênero⁸⁴. Esse progresso teórico tem possibilitado a abertura de novos espaços para discursos, além de refletir, analisar e repensar “mulher” em novas bases. (COSTA; SARDENBERG, 2002).

Francelin e Rodrigues (2019) realizaram a análise das concepções epistemológicas da CI sob a perspectiva feminista, a

⁸³ As autoras Lima e Cruz (2021) explicam o importante papel dos estudos feministas em promoverem debates significativos, porém, não abrangiam de maneira eficiente as discussões realizadas. Dessa forma, são introduzidos os estudos de gênero, os quais possibilitaram a compreensão das relações sociais e as relações de poder que estão inerentes à sociedade.

⁸⁴ De acordo com Scott (1995), o conceito de gênero é essencial para compreensão do homem e da mulher como seres sociais, e não como seres biológicos, diferenciando-os para conhecer e definir as características que implicam a identidade do feminino e do masculino.



partir da produção científica da área. Constataram que a visão feminista tem permeado o escopo da CI por intermédio das discussões da inclusão feminina como pesquisadora e nas temáticas de gênero. O valor agregador da análise da CI sobre uma perspectiva feminista, ao movimento inicial de incorporações de temática feministas e de gênero nas produções acadêmicas deve ampliar suas discussões para questões de abordagens teóricas, metodologias e análises propostas, que estão para além da discussão hierárquica de gênero (FRANCELIN; RODRIGUES, 2019).

Os estudos sobre produção científica caracterizam-se pela compreensão dos progressos da ciência em suas múltiplas áreas disciplinares e temáticas, por meio de mapeamento e análise dessa produção. Além de auxiliar na tomada de decisões, na execução e no gerenciamento de novas pesquisas (MACIAS- CHAPULA, 1998). A produção científica é a forma como as universidades e instituições de pesquisa se fazem presentes no "saber-fazer-poder ciência" (WITTER, 1997).

Na CI, observa-se uma expansão dos estudos de investigação da produção científica relacionados à mulher e gênero (SILVA; ROMEIRO, 2018). Ainda assim, constatou-se que há um *déficit* de pesquisas sobre uso, acesso e produção da informação pela mulher. Portanto, existe a necessidade de direcionar investimentos em estudos que possam expor as discussões sobre as desigualdades de gênero e sondar caminhos que modifiquem esse cenário (ESPÍRITO SANTO, 2008; BUFREM; NASCIMENTO; 2012; DIAS; LIMA, 2013; SICILIANO; SOUZA; METH, 2017).

No âmbito da pós-graduação em CI no Brasil, na produção de teses e dissertações, na produção de artigos registrados nos anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), considerando o recorte temporal de 2007 a 2018, foi detectado um baixo quantitativo de estudos pertinentes à temática gênero e mulher (NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2019).

Adicionalmente, com dados do estudo de Luciano, Cortês e Silva (2022), considerando o período de 1994 a 2019, identificou-se 58 trabalhos referentes aos termos 'mulheres', 'gênero' e 'feminismo' na CI, aumentando significativamente na década dos anos 2000, principalmente em 2019, com 14 trabalhos apresentados no ENANCIB.



Como visto, é notório que embora registre-se o crescimento da produção científica relacionado a temática da mulher e gênero nos últimos tempos, verifica-se a necessidade de pesquisas que busquem discutir e analisar as questões envolvendo gênero e mulher com abordagem feminista, pautados na elaboração de políticas públicas, informacionais, questões trabalhistas e distinções nos papéis sociais entre homens e mulheres.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo consiste em uma pesquisa descritiva, de natureza quantitativa e qualitativa, pois busca analisar, contextualizar e relacionar os dados. As técnicas e os procedimentos foram: levantamento bibliográfico, por meio da coleta de dados nos repositórios de teses e dissertações dos Programas de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) das universidades do Brasil. O recorte temporal da pesquisa foi 2010 a 2022.

O levantamento nos repositórios institucionais das 19 universidades⁸⁵ brasileiras que contam com programas de pós-graduação em Ciência da informação.

Os trabalhos foram recuperados com a busca isolada dos termos “feminista”, “feminismo”, “gênero”, e “mulher”, com a finalidade de obter máxima cobertura na identificação da produção científica, além dos termos “feminista” e “feminismo”, também: “gênero” e “mulher” na identificação dos títulos e subtítulos dos trabalhos. Para localizar qual a temática de cada tese e dissertação, foi necessário consultar o título e as palavras-chave de cada documento. Em alguns casos em que essas informações não eram suficientes, foi necessário estender a leitura até o resumo, sendo recuperado 79 documentos.

⁸⁵ Fundação Universidade Federal de Sergipe-UFS; Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia – IBICT –UFRJ; Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC; Universidade do Estado de Londrina – UEL; Universidade Federal do Ceará – UFC; Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; Universidade Federal Fluminense – UFF; Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG; Universidade Federal do Pará – UFPA; Universidade Federal da Paraíba – UFPB; Universidade Federal de Pernambuco – UFPE; Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.



Os dados coletados foram inseridos em uma planilha do *Microsoft Excel*, formando duas tabelas para a identificação dos seguintes metadados: ano, autor, título, objetivo e palavras-chave de cada tese e dissertação. Considerando a quantidade de dados gerados e o espaço desta publicação, optou-se por apresentar o detalhamento das teses por se tratar de pesquisas mais densas (autorias, títulos e objetivos).

4 RESULTADOS

O escopo de análise é composto por 79 documentos, sendo: 56 dissertações e 23 teses. O Quadro 1 apresenta o detalhamento do quantitativo de documentos identificados por programas.

Quadro 1 – Dissertações e teses sobre feminismo e temas relacionados defendidas em PPGCIs de 2010 a 2022

PPGCI	D	Total *	T	Total *
PPGCI/IBICT/UFRJ	7	114	4	107
PPGCINF/UNB	3	212	2	145
PPGCI/USP	2	60	2	37
PPGCI/UEL	1	86	-	-
PPGCI/UNESP	7	219	1	171
PPGCI/UFBA	2	143	1	44
PPGCI/UFPB	12	90	5	57
PPGCI/UFMG	3	249	5	137
PPGCI/UFPE	3	163	-	-
PGCIN/UFSC	5	190	3	51
PPGCI/UFS	1	56	-	-
PPGCI/UFAL	2	19	-	-
PPGCI/UFES	1	18	-	-
PPGCI/UFPA	2	43	-	-
PPGCIN/UFGRS	3	36	-	-
PPGCI/UFSCAR	2	47	-	-
TOTAL	56	1745	23	749

Fonte: Elaborado pelas autoras (2022).

Nota: *Total de trabalhos defendidos no programa.



da informação, (ii) estudos de gênero em estudos sobre mulheres, exclusão de gênero, produção científica.

A análise revela também que a maioria das autorias das dissertações são femininas, sendo 44 autoras e 12 autores. Ao observar as publicações por ano, é notório que o espaço temporal da abordagem das dissertações demonstra uma ausência de continuidade nos estudos: 2022 (9), 2021 (14), 2020 (4), 2019 (11), 2018 (9), 2017 (1), 2016 (2), 2015 (3), 2014 (2), 2010 (1). No entanto é muito evidente que a produção de conhecimentos nesta modalidade tem crescido nos últimos anos, com maior intensidade de defesas no ano de 2021.

Nos programas da UEL, UFF, UFPE, e UNESP, embora ofereçam mestrado e doutorado, ainda não possuem teses defendidas e disponibilizadas em seus repositórios institucionais sobre o tema. Foram identificadas 23 teses de doutorado com título, tema e resumo relacionado ao feminismo no período analisado. De acordo com o estudo de Nascimento e Oliveira (2019), é possível observar o aumento de pesquisas referentes a temática mulher e gênero que está estritamente relacionada ao feminismo, pois em sua análise entre 2007 e 2018, somente uma tese foi identificada na produção do PPGCI do IBCT/UFRJ, nossos dados demonstram que avançou para 4 teses defendidas (Quadro 2).

Quadro 2 – Características das teses mapeadas, por autor, ano, título e objetivo do estudo.

PPGCI/IBICT
Andrea Doyle (2021). Competências em informação, mídias e tecnologias digitais e a desconstrução de estereótipos de gênero: práticas de ensino críticas. Objetivo: Mapear e analisar a literatura sobre o ensino competências em informação, mídias e tecnologias digitais a partir de uma postura crítica e destacar de que forma essas competências podem subsidiar propostas de desconstrução de estereótipos de gênero.
Leyde Klebia Silva (2020). Feminismo negro e epistemologia social: trajetórias de vida de pesquisadoras negras em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Objetivo: (re)contar as trajetórias de vida de pesquisadoras negras do campo da Biblioteconomia e Ciência da Informação e suas tranças intelectuais, tendo como base o fundamento da epistemologia social.



Nádia Bernuci dos Santos (2019). Diferenças de gênero na apropriação das Tecnologias de Informação e Comunicação: um olhar a partir do ambiente do ensino médio do Colégio Pedro II. Objetivo: Analisar os condicionantes socioculturais que parecem influenciar as diferenças de gênero no uso e apropriação das TIC.

Ariane Durce Maciel (2015). Gênero e inclusão digital: uso e apropriação das TICs pelos usuários do programa federal GESAC. Objetivo: Identificar as diferenças de gênero no uso e apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TICs) disponíveis aos usuários do programa de inclusão digital do Governo Federal, Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão – GESAC, utilizando-se os dados da Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa - PNAG.

PPGCINF/UNB

Maria Ivonete Gomes do Nascimento (2020). Desvendando o véu da opacidade: a representação da mulher nos arquivos públicos brasileiros. Objetivo: Analisar os instrumentos de pesquisa produzidos nos arquivos públicos brasileiros para verificar em que medida eles reforçam (ou tendem a reforçar) a invisibilidade da mulher na vida política do País.

Mara Cristina Salles Correia (2017). A informação como o conhecimento registrado. Objetivo: Mapear a identificação dos/das elaboradores/as, de onde são, o que sabem e analisar o enfoque para a temática de gênero relativa à produção intelectual.

PPGCI/USP

Valmir Batista Prestes de Souza (2021). Dados massivos como apoio na identificação de informação institucional: estudo de caso na Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Objetivo: Identificar os artigos científicos publicados e que posteriormente foram registrados no Currículo Lattes pelas pesquisadoras e pesquisadores, a fim de contribuir com o acesso a essas informações de resultados de pesquisas que permeiam ações da ciência e institucionais.

Bianca Maria Santana de Brito (2020). A escrita de si de mulheres negras: memória e resistência ao racismo. Objetivo: A hipótese deste trabalho é que a escrita de mulheres negras, de formulação estética de sua própria existência e trabalho de memória, possibilita a constituição de subjetividades e de sujeitos coletivos que permitem resistir ao racismo.

PPGCI/UNESP

Francisco Arrais Nascimento (2021). Nomear, classificar, existir: um estudo das práticas discursivas como contribuição para a organização do conhecimento produzido por comunidades LGBTQIAP+. Objetivo: Identificar os termos êmicos utilizados no domínio das dissidências



sexuais e de gênero, sob o recorte das comunidades discursivas LGBTQIAP+ que podem fundamentar de forma ética e atuar como garantia autopoiética na prática de organização do conhecimento, para além de, colaborar para a criação de sistemas de organização e representação do conhecimento mais eficientes acerca de tal domínio.

PPGCI/UFBA

Cleyciane Cássia Moreira Pereira (2018). Necessidades informacionais das mulheres da Comunidade Quilombola de Itamatatiua – Maranhão. Objetivo: Analisar as necessidades informacionais dessas comunidades, relativas à otimização da produção, ao acesso e uso da informação pelas mulheres quilombolas.

PPGCI/UEPB

Kaliandra de Oliveira Andrade (2022). A lei Maria da Penha e o regime de informação das delegacias especializadas de atendimento às mulheres na Paraíba. Objetivo: Analisar a interveniência da Lei Maria da Penha, enquanto política pública no regime de informação das DEAMs da Paraíba.

Vitória Almeida (2021). Patrimônios e matrimônios: intersecções entre (de) colonialidades, raça, gênero e memória. Objetivo: Ressemantizar o conceito de matrimônio por meio de contributos do pensamento decolonial e dos estudos de gênero e étnico-raciais.

Raimundo Nonato Santos (2020). Regime de informação das políticas públicas LGBTI+ no Brasil. Objetivo: Analisar o regime de informação emergente das políticas públicas voltadas para a população LGBTI+ no Brasil.

Geysa Flávia Nascimento (2019). Entre linhas, agulhas e almofadas: os processos memoriais das mulheres rendeiras de pós-graduação em ciência da informação Camaláu-PB, a partir da renda renascença. Objetivo: Compreender como as memórias individuais e coletivas das rendeiras de Camaláu, PB auxiliam a construção das identidades locais e fortalecem as identidades nacionais na construção artística da produção de rendas renascença.

Claudialyne da Silva Araújo (2019). Políticas de informação de gênero e protagonismo das mulheres em situação de violência doméstica. Objetivo: Analisar a interface das políticas de informação de gênero com o empoderamento e o protagonismo social de mulheres que vivenciaram a violência doméstica durante seus relacionamentos.

PPGCI/UFMG

Samanta Coan (2022). A performance da memória e as trabalhadoras domésticas: um estudo entre Antropologia e Ciência da Informação na



exposição de longa duração do museu Muquifu. Objetivo: Evidenciar a importância do projeto de museus comunitários e de territórios, como o Muquifu, que assumem o compromisso de salvaguardar e divulgar as representações de memórias (objetos valorizados como acervo e patrimônio museal).

Flávia Virgínia Melo Pinto (2020). Transformando normas e Padrões: as práticas informacionais de pessoas trans na "reinvenção do corpo". Objetivo: Identificar as demandas de informação de pessoas transexuais na construção de suas identidades, a partir de seus relatos de vida.

Ilemar Christina Lansoni Wey Berti (2018). Práticas e regime de informação: os acontecimentos "Carta de Temer a Dilma" e "Marcela Temer: bela recatada e do lar". Objetivo: Compreender as práticas informacionais dos sujeitos no Facebook, a partir da perspectiva de regimes de informação formados no contexto dos acontecimentos "carta de Temer a Dilma" e "Marcela Temer: bela, recatada e do 'lar'".

Ana Amélia Lage Martins (2015). Informação e movimentos sociais sob a perspectiva do campo social da ciência da informação: uma análise a partir da Marcha das Vadias. Objetivo: Busca-se apreender os aspectos que perpassam as informações divulgadas pelas Marchas das Vadias em suas páginas da Internet.

Patrícia Espírito Santo (2012). O que informam as cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: os casos do Estado de Minas e do Le Monde. Objetivo: Analisa o que informam as cartas de leitores e leitoras de jornais impressos, sob o enfoque da ciência da informação, linha de pesquisa Informação, Cultura e Sociedade.

PGCIN/UFSC

June Marize Castro Silva (2022). Mulheres empreendedoras em tempos de pandemia da covid-19 no município de Montes Claros, MG. Objetivo: Analisar os efeitos da Pandemia da COVID-19 para o empreendedorismo feminino no município de Montes Claros, MG.

Eliane Pellegrini (2022). Princípios para o desenvolvimento da competência em informação de mulheres rurais sob a perspectiva do empoderamento. Objetivo: Estabelecer princípios para o desenvolvimento da competência em informação das mulheres rurais sob a perspectiva feminista do empoderamento.

Guilherme Goulart Righetto (2022). Competência em informação às minorias sociais: conjecturando princípios. Objetivo: Propor princípios de competência em informação às pessoas em vulnerabilidade social/minorias sociais com o respaldo no pensamento decolonial.

Fonte: Elaborado pelas autoras.



Com relação às autorias das teses defendidas, é possível inferir que 21 são mulheres e 4 são homens. Estas teses foram defendidas nos seguintes anos 2022 (5), 2021 (4), 2020 (5), 2019 (4), 2018 (2), 2017 (1), 2015 (2) e 2012 (1). Com o intuito de evidenciar as temáticas relacionadas com o feminismo, mulher e gênero, na Figura 3, apresenta-se as características das teses quanto aos títulos, autorias e os objetivos da pesquisa.

Baseado nos dados encontrados, a produção de Teses com foco em Ciência da Informação e feminismo ainda são incipientes nos programas de pós-graduação da área. Se observa que a autoria é majoritariamente feminina, ou seja, 19 teses foram escritas por mulheres e quatro teses defendidas por homens.

Como visto, as temáticas dos estudos apesar de serem bastante diversificadas estão centradas principalmente em: Análises de relações de Gênero de pessoas trans; Diferenças nas apropriações das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); Políticas públicas e informacionais para movimentos sociais e LGBTQI+; e, estudos sobre o Feminismo negro. Além disso, os estudos timidamente exploram acerca da Violência doméstica contra mulheres; Análises de discursos e cartas relacionados a questão feminina e Patrimônio cultural no resgate de memórias individuais e coletivas de mulheres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No que se refere ao feminismo na produção científica da Ciência da Informação, em teses e dissertações, observou-se que vem crescendo as pesquisas nos PPGCIs. Considerando o recorte temporal entre 2010 a 2022, as maiores evidências de dissertações defendidas são nos anos de 2021 (14) e 2019 (11), no caso das teses defendidas, viu-se um número muito próximo de defesas: 2022 (5), 2021 (4), 2020 (5) e 2019 (4). Demonstrando que houve um avanço de pesquisas com essa pauta na CI, principalmente no âmbito das dissertações de mestrado. Portanto, o desenvolvimento de teses é inferior ao de dissertações, além de ser reduzido o número de trabalhos desenvolvidos, se comparado ao quantitativo da totalidade das teses defendidas nos programas.



No que se refere às temáticas das pesquisas, os dados revelam que os assuntos com maior ênfase são: Empoderamento feminino por meio de políticas informacionais; Mulheres na Ciência e relações de gênero com análise da produção científica; A Interseccionalidade do feminismo, abordando a questão racial; Tecnologias da informação e comunicação (TIC) e exclusão digital de gênero; estudos de violência contra mulher e mulheres com privação de liberdade; Direitos reprodutivos e saúde feminina; Representação política feminina e Políticas públicas e informacionais para movimentos sociais e LGBTQIA+ .

Evidencia-se que a ampliação de pesquisas é um mecanismo para o estímulo e construção de uma Ciência da Informação mais inclusiva e diversificada, podendo ser potente para se desvencilhar dos estereótipos de gênero. Para isso, é indispensável a inclusão de disciplinas, debates e atividades acadêmicas com foco em Gênero e Feminismos que fomentem uma contribuição significativa que possa ampliar o conhecimento dos pós-graduandos nesse quesito e dar maior visibilidade as temáticas sobre feminismo, mulher e gênero. Além disso, da inclusão de temas envolvendo outras minorias como indígenas e quilombolas.

Nesta perspectiva, estudos dessa natureza devem ser encorajados, haja vista que envolvem análises sobre as relações de poder, pelas quais se percebe a informação como grande fator de empoderamento para mulheres viabilizando consciência e luta por seus direitos, bem como obstruir as desigualdades e expandir o reconhecimento diante das possibilidades políticas, tanto de diminuição dos desequilíbrios sociais, quanto da ruptura da tradição do modelo binário de gênero no campo da política, das instituições e das organizações.

REFERÊNCIAS

BUFREM, Leilah Santiago; NASCIMENTO, Bruna Silva. A questão do gênero na literatura em Ciência da informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 18, Edição Especial, p. 199-2014, dez., 2012.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria Bacelar (org.). **Feminismo, ciência e tecnologia**. Salvador, Bahia: Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero



(REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2002.

DIAS, Karla Cristina Oliveira; LIMA, Francisca Rosimere Alves de. Levantamento das produções sobre mulheres e relações de gênero nos artigos de periódicos em Ciência da Informação. *In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO*. 15., 2012. Cariri. **Anais [...]**. Cariri: UFC, 2012. Não paginado.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 317-332, 2009.

LIMA, Bianca Gonçalves Santos; CRUZ, Maria Helena Santana. Notas sobre feminismo e gênero: compreendendo a relação das categorias com as políticas públicas no Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 265-279, 2021.

LUCIANO, Maria Cristiana Felix; CORTES, Gisele Rocha; SILVA, Aurekelly Rodrigues da. Protagonismo social das mulheres na produção científica dos encontros nacionais de pesquisa em ciência da informação (1994-2019). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 22, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre, RS, 2022.

MACIAS-CHAPULA, Cesar A. O papel da infometria e da cientometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2. p. 134-140, maio/ago. 1998.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Mulher e gênero na produção científica da Ciência da informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: UFSC, 2019. Não paginado.

PASSOS, Mariana Faustino dos. **Estudos de gênero na ciência da informação: Análises dos anais do ENANCIB**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Ciência da informação e sociedade: uma relação delicada: Entre a fome de saber e de viver. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 10., 2009, João Pessoa. **Anais...** Conferência da Abertura. João Pessoa: UFPB, 2009.



RODRIGUES, Iraci Oliveira; FRANCELI, Marivalde Moacir. A ciência da informação pela perspectiva feminista. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 20., 2019, Florianópolis. **Anais[...]** Florianópolis: UFSC, 2019. Não paginado.

SARDENBERG, Cecília. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista? **Çabrys: Estudos Feministas**, v. 11, p. 45, 2007.

SCARTASSINI, Verônica Barboza; BARROS, Thiago Henrique Bragato. Feminismo e Ciência da Informação: uma abordagem a partir da análise de discurso. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 450-477, jul./set. 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

SCHIENBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota; METH, Clara de Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos de gênero na Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 2, p. 144-165, maio/ago., 2017.

SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da; ROMEIRO, Nathália Lima (org.). **O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Florianópolis: ACB, 2018.

WITTER, Geraldina Porto. **Produção científica**. Campinas, SP: Átomo. 1997.





A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE LGBTQIAP+ NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Aderlon dos Santos Geronimo

Gracy Kelli Martins

Henry Poncio Cruz de Oliveira

Aurora Cuevas Cerveró



1 INTRODUÇÃO⁸⁶

Os grupos socialmente minorizados fazem parte de contextos sociais em que a separação por classes, raça e/ou sexualidade contribui para manter estereótipos criados ao longo da história humana. Milani (2014) questiona a falta de estudos sobre esses grupos e o silenciamento da comunidade nos grandes debates por não atenderem aos padrões pré-determinados, especificamente nos processos de representação da informação. Nesse contexto, se pensamos que toda representação da realidade é reducionista e parcial, ao direcionarmos os estudos para a área de representação da informação, nos depararemos com uma representação ainda mais turva e limitada, considerando todo processo de construção dos instrumentos de padronização terminológica e suas interferências sociais e institucionais.

Segundo o Comitê de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade (2021), a sigla⁸⁷ LGBTQIAP+ pode ser representada da seguinte forma: (L) Lésbica - Mulher cisgênero, transgênero ou não binária que se sente atraída sexualmente por outra mulher; (G) Gay - Homem cisgênero, transgênero ou não binário que se sente atraído sexualmente por outro homem; (B) Bissexual - Mulher ou homem cisgênero, transgênero ou não binário que sente atração sexual por homens ou mulheres; (T) Transgênero - pessoa que não se identifica com os gêneros masculino e feminino atribuídos com o nascimento ou através dos órgãos sexuais; (Q) Queer - pessoa que transita entre os gêneros - do inglês, 'queer' significa 'estranho' e pode representar qualquer um que fuja do padrão e que se identifique necessariamente com um gênero; (I) Intersexual - pessoa cujo desenvolvimento sexual - expresso por hormônios, genitais, cromossomos - não se encaixa no padrão binário masculino x feminino; (A) Assexual - pessoa que afirma não sentir atração sexual por outras pessoas, independentemente do gênero, mas que pode sentir afeto por outras pessoas; (P) Pansexual -

⁸⁶ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).

⁸⁷ LGBTQIAP+: Você sabe o que essa sigla significa?, 2021. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/trt4/modulos/noticias/465934> Acesso em 10 jun. 2022.



pessoa que se sente atraída afetivamente/sexualmente por outras pessoas, independentemente do gênero; (+) – abriga as demais possibilidades de sexualidades, identidades e expressões de gênero, além de aliadas/es/os.

Nesse contexto, a comunidade LGBTQIAP+ é atravessada por estereótipos, assim como os demais grupos socialmente minorizados. Cândido e Feres Júnior (2019) asseveram que “estereótipos são práticas de representação, portanto, adquirem sentido no interior dos contextos culturais, sociais e políticos em que são produzidos” (CANDIDO; FERES JÚNIOR, 2019, p. 2).

Na prática de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, o conceito é a unidade de representação do conhecimento ordenado em estruturas classificatórias. Para Hjørland (2008), o conceito é uma construção cultural e social movente na sociedade. García-Gutiérrez (2011, p. 6) entende que o ato de classificar é direcionado por uma tradição que não se orienta apenas por um conjunto de regras explícitas e tecnicistas, “mas também cognitivas, inconscientes e de padrões comportamentais automáticos ligadas à ideologia, à cultura, à identidade e à memória que confinam pluralismo e interpretação”. Corroborando García-Gutiérrez (2011), coadunamos com Hope Olson (2002, p. 6, tradução nossa) quando a autora define que “Nomear informação, então, não é simplesmente representação da informação, mas também é a construção daquela informação”, e esta construção pauta-se nas relações estabelecidas social e institucionalmente, principalmente em espaços de pesquisas científicas e práticas profissionais.

Assim, estabelecemos como problema de pesquisa: como a comunidade LGBTQIAP+ está sendo social e tematicamente representada na literatura científica no Brasil? O objetivo deste estudo é analisar como a comunidade LGBTQIAP+ tem sido representada, por meio das palavras-chave atribuídas, em artigos indexados na plataforma de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), nos últimos cinco anos (2018-2022), em âmbito nacional.

A execução deste trabalho se justificativa no campo da CI, por se alinhar e se amalgamar a um conjunto de pesquisas na área que tratam de questões informacionais, atravessadas pelo paradigma social descrito por Capurro (2003) e ampliado por Natália Duque



Cardona (2020), com o paradigma intercultural. Do ponto de vista temático, trata-se de um estudo teórico direcionado ao campo aplicado da representação social e do conhecimento que contempla as questões de gênero, as questões *queer*, as sexualidades e a noção de diversidade, abrigadas sob a sigla LGBTQIAP+, e a desclassificação do conhecimento na perspectiva alternativa de pensamento, de forma complementar, ao invés de substitutiva, de García-Gutiérrez (2011). Do ponto de vista social, potencializa reflexões sobre justiça social e informacional, no contexto da produção de conhecimentos sobre a comunidade LGBTQIAP+, e como ela é representada na literatura científica sob o viés social e terminológico.

2 A COMUNIDADE LGBTQIAP+

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2010), a sigla LGBTQIAP+ engloba aspectos da orientação sexual, de identidade de gênero e de padrões biológicos que se desviam de regras normativas e ficam expostos aos estereótipos sociais. Durante muitos anos, o termo homossexualismo foi adotado em sistemas de classificação sob a influência do Código Internacional de Doenças (CID), que associava a homossexualidade a uma patologia evidenciada pelo sufixo 'ismo' e classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), até os anos de 1990, como um transtorno mental (GUIMARÃES; PINHO, 2007; SULLIVAN, 2015). Tais associações evidenciam que a falta de um olhar crítico, da problematização, de um amplo debate sobre a representação de grupos ou sujeitos na produção científica podem contribuir para manter estereótipos sociais e silenciar as produções sobre o tema, uma vez que, "subentende-se que está ocorrendo uma mudança, um afastamento ao tratamento igualitário que essa atividade ou produto deve representar" (PINHO; GUIMARÃES, 2011, p. 3).

Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil é um dos países que mais mata pessoas LGBTQIAP+ no mundo, ao lado do México e dos Estados Unidos (OLIVEIRA; MOTT, 2022). O relatório publicado em 2022 revela que houve um aumento de 8% de mortes violentas em 2021 em relação ao ano anterior. Ainda segundo o relatório, uma pessoa LGBTQIAP+ é assassinada a cada 29 horas no Brasil. Os



dados da pesquisa mostram que o aumento da violência contra a pessoa LGBTQIAP+ cresce no país, o que corrobora a tese de que as políticas públicas implementadas são insuficientes.

Evidenciamos que a representação social não é o fato, mas as percepções dos sujeitos por meio de construções coletivas (CARVALHO, 2001). Em uma estrutura de retroalimentação, o silenciamento e a omissão influenciam as percepções dos sujeitos sobre a comunidade LGBTQIAP+ e mantêm o preconceito assegurado a uma cultura que inferioriza uns e prioriza outros, o que se reflete nas várias formas de representação. Tais colocações incitam a importância e necessidade de estudos que se debrucem sobre as teorias das representações sociais, tendo em vista que na Ciência da Informação o conhecimento é estudado em seu aspecto representacional, e a prática da representação da informação está envolta em modelos da realidade que agregam "representações simplificadas e inteligíveis do mundo, permitindo vislumbrar as características essenciais de um domínio ou campo de estudo" (DODEBEI, 2001, p. 12). Nos estudos da Ciência da Informação Guimaraes, Milani e Pinho (2008, p. 128) apontam os problemas que afetam de maneira contundente as atividades de ORIC, especificamente a partir do exercício profissional, sendo eles:

Vigilância, Censura, Falta de garantia cultural, Negligência, Direcionamento informacional, Ineficiência profissional, Má-representação, Racismo, Falta de clareza, Marginalização, Crença na neutralidade, Difamação, Idiossincrasia, Inacessibilidade informacional, Terminologia preconceituosa e Traduções inadequadas".

Diante de tais evidências, é necessário que não discutamos apenas os procedimentos ligados à prática profissional, mas que pesquisas, teóricas ou metodológicas, reconheçam o contexto e as subjetividades não só de quem produziu conhecimento, mas também das pessoas e grupos que são representados nessas produções e daquelas/es para quem os objetos informacionais serão representados.



3 REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E REPRESENTAÇÃO SOCIAL

A representação do conhecimento (RC) pode ser definida como um processo fundamental para a organização do conhecimento (OC) em sociedade. Segundo Denise Jodelet (2001, p.31), precisamos entender “o que temos a ver como o mundo que nos cerca. É necessário ajustar-se, conduzir-se, localizar-se física ou intelectualmente, identificar e resolver problemas que ele põe”. As análises que fazemos sobre o que está a nossa volta, as metodologias registradas e as diretrizes implementadas nos colocam em um lugar que se constrói de acordo com a classificação que nos é dada pela “universalização que ressalta um padrão hegemônico, socialmente aceito [...] que silencia estruturalmente as experiências, as produções intelectuais, saberes e vozes de grupos considerados subalternos” (MARTINS; CÔRTEZ, 2019, p. 175).

Segundo Guimarães e Pinho (2007, p. 27), “os problemas de tendenciosidade na representação do conhecimento são encontrados desde o momento da criação de instrumentos e ferramentas de representação”. Isso pode explicar como a origem do processo de classificação e representação influencia estereótipos que são dificilmente alterados ou combatidos. Fernandes e Souza (2016, p.4) entendem que,

na sociedade brasileira, [...] as representações que prevalecem são construídas por narrativas hegemônicas, capazes de representar um grupo social em detrimento de outros. Essas representações foram construídas mediante a óptica eurocêntrica, que institui sentidos de ‘normalidade’ e ‘anormalidade’ estabelecendo como norma padrão o homem, branco, heterossexual, cristão.

A representação da informação é definida como um instrumento por meio do qual a linguagem teria a função de estar no lugar da outra coisa para representar modelos de conhecimento da realidade. Compreendemos que esse processo pode se apresentar como um modelo de exclusão e silenciamento ao priorizar componentes representativos e ocultar outros. Novellino (1996, p. 38) explica que “a principal característica do processo de



representação da informação é a substituição de uma entidade lingüística longa e complexa por uma representação abreviada".

Dodebei (2002) entende que os modelos de representação precisam refletir a realidade e possibilitar o aparecimento de aspectos relevantes da sociedade. Duque-Cardona (2020) defende que esses modelos devem ser analisados por um paradigma intercultural, que não reproduza o conhecimento científico baseado na cultura hegemônica ocidental, mas em conhecimentos locais, contextualizados com a história e a memória, buscando epistemologias não hegemônicas para que a sociedade seja representada conforme as demandas e as reivindicações próprias de cada grupo.

Se entendermos que toda representação perpassa por uma classificação, podemos dizer que, ao classificar algo, estamos identificando e atribuindo características a fim de compreender bem mais um objeto/aspecto da realidade. Portanto, os processos de representação se apresentam como parte do social e devem respeitar valores sociais e particularidades do sujeito (JAPIASSU, 1979, *apud* MORAES; ARCELLO, 2000).

Podemos afirmar que a representação do conhecimento carrega traços saussurianos (RODRIGUES, 2008), já que se espera que os termos escolhidos representem os conceitos atribuídos, considerando que a linguagem é um fator social, "multiforme e heteróclita" e está centrada em aspectos físicos, fisiológicos e psíquicos pertencentes aos domínios individuais e coletivos (SAUSSURE, 2006).

O processo de representação da informação pauta-se em uma prática arbitrária que define o que será evidenciado e o que não deve aparecer. Podemos dizer que os procedimentos classificatórios de redução metonímica, dicotômica e analógica (GARCIA- GUTIERREZ, 2011) abrem caminho para a exclusão quando definem o que deve ser prioridade, tendo em vista que "a representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais [as pessoas] tornam inteligível a realidade física e social". (MOSCOVICI, 1978, p. 28). Nesse contexto, a representação social impacta nas atividades de representação da informação que, pautadas na naturalização de preconceitos, reforça no imaginário social uma estrutura simbólica



que hegemoniza determinados grupos e, conseqüentemente, subalterniza e faz uma sub-representação de outros.

Pinho e Guimarães (2011), em uma pesquisa sobre a especificidade terminológica de linguagens de indexação brasileiras para termos relativos à homossexualidade masculina, evidenciam a imprecisão terminológica com indícios de preconceitos disseminados através do viés do politicamente correto. Isso nos suscitou esta investigação, limitada ao Portal de Periódicos da Capes, por este ser o principal repositório utilizado nas instituições públicas de ensino superior, e espaços de maior concentração de pesquisas científicas no Brasil, em busca de uma primeira análise sobre o reflexo das representações sociais nos processos de representação e recuperação da informação em ambientes científicos.

4 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Do ponto de vista metodológico, classificamos esta pesquisa como bibliográfica, com faceta metodológica descritiva e de abordagem analítica qualitativa, visto que se propôs a analisar como a comunidade LGBTQIAP+ está sendo representada na literatura científica. Para executar a investigação, escolhemos o Portal de Periódicos CAPES, tendo em vista as possibilidades de acesso à produção científica em diversas áreas do conhecimento e a flexibilidade para recuperar a informação, a partir da combinação de termos e campos de busca e da utilização de filtros. Como recorte temporal, optamos pela análise de artigos publicados nos últimos cinco anos (2018-2022), a fim de desenhar uma compreensão mais atual sobre as representações da comunidade LGBTQIAP+.

Para realizar a pesquisa bibliográfica, usamos o Portal de Periódicos da Capes (PPC) logado via Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) – que possibilita o acesso a todos os serviços e conteúdos assinados do Portal. Como expressão, estabelecemos, no sistema do Portal de Periódicos da Capes, a combinação dos termos 'representações' (*qualquer campo*) + 'LGBT' (*qualquer*



campo)⁸⁸, a partir da combinação dos termos e campos, foi possível recuperar 42 artigos. Empreendendo uma triagem dos artigos recuperados identificamos que: nove apresentavam os termos, mas não estavam alinhados à temática abordada neste estudo; três encontravam-se indisponíveis para acesso; e dez eram artigos duplicados. Após a checagem minuciosa e a exclusão descrita, o corpus de análise resultou em 20 artigos, como mostra o Quadro 1.

Para analisar os artigos selecionados, os textos foram lidos integralmente, a fim de observar sob quais perspectivas investigativas, de âmbito social e temático, a comunidade LGBTQIAP+ vem sendo descrita na produção científica no país. Com esse recorte, aproximamo-nos de uma netnografia, como forma especializada de etnografia, usada no contexto das informações e comunicações mediadas por tecnologias digitais e que se apresenta como fonte de dados para compreender e representar um fenômeno cultural (KOZINETS, 2014).

Nessa aproximação netnográfica, apoiamo-nos em Kozinets (2014), que classifica a netnografia e a etnografia como: a) naturalistas, pois possibilitam o estudo das manifestações sociais que surgem nos contextos digitais; b) imersivas, por meio das quais se pode compreender/descrever profundamente o objeto de estudo; e c) descritiva, que possibilita analisar, com significativa exaustão, a realidade pesquisada e seus significados.

⁸⁸ As escolhas supracitadas se justificam em função de uma melhor recuperação/revocação quando comparadas com o resultado com descritores como 'representação' e 'representações sociais'. O mesmo ocorreu com a sigla 'LGBTQIAP+', que foi adequada na busca pela utilização da sigla mais ampla, 'LGBT', que resultou em uma melhor recuperação/revocação para esta pesquisa.



Quadro 1 - Artigos selecionados para analisar a representação da comunidade LGBTQIAP+.

	Título	Autoria	Palavras-chave	Ano
01	A liberdade também passou por aqui: Cineground, memória de uma cinematografia queer dos anos de 1970 em Portugal	GONÇALVES	Cinema amador; performance travesti; direitos LGBT; Cineground	2019
02	Memes de natureza cômica como estratégia de resistência a discursos hegemônicos: análise das reações à campanha #GaysNoMerecenMedallas no Twitter	OLIVA	LGBT; ator social; memes; humor; resistência	2018
03	Relação entre representação descritiva e substantiva: o caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)	VIEIRA	ALMG; Grupos minoritários; representação descritiva; representação substantiva.	2020
04	Enviadescer no ciberespaço: Linn da Quebrada e representação Trans no Youtube	SANTOS; SILVA	Transexualidade; travestilidade; ciberespaço; representação; Enviadescer.	2018
05	Construindo uma Grounded Theory sobre famílias brasileiras e consumos de anúncios com casais LGBT: inquietações metodológicas e interseccionalidade	LEITE	Grounded theory; consumo; publicidade; casais LGBT; interseccionalidade	2020
06	Revisão sobre a utilização da teoria das representações sociais nos estudos sobre homofobia no Brasil	SILVA; ALÉSSIO	Psicologia social; representações sociais; preconceito; homofobia; homossexualidade	2019
07	Mulheres no contexto do trabalho: representações sociais a	ALVES <i>et al.</i>	Representações sociais;	2020



	partir da orientação sexual		mulher; lésbica; preconceito; trabalho.	
08	Personagens LGBT nas telenovelas da Rede Globo de 2014 a 2016: uma reflexão a partir dos Estudos Queer	SANTOS; MATTOS	Estudos Queer; Judith Butler; telenovela	2019
09	Concepções psicossociais da velhice LGBT entre universitários brasileiros	SANTOS <i>et al.</i>	Velhice; universitários; velhice LGBT; sexualidade; representações sociais.	2021
10	A Genealogia em uma analítica do poder: articulações e contrastes na representação LGBT publicitária	SCHERER; PETERMANN	Genealogia; relações de poder; publicidade; LGBT.	2018
11	Envelhecimento de homens gays brasileiros: representações sociais acerca da velhice LGBT	GOMES <i>et al.</i>	Representações sociais; velhice LGBT; homens gays brasileiros	2020
12	Investigando representações de masculinidades em capas de revistas para o público LGBT	BEZERRA; FERREIRA	Multimodalidade; análise crítica do discurso; masculinidades; capas de revistas.	2020
13	Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT	SILVA; FINKLER; MORETTI-PIRES	pessoas LGBT; representações sociais; serviços de saúde; ética; bioética	2019
14	Velhice LGBT e pessoas espíritas: um estudo das representações sociais	JESUS <i>et al.</i>	representações sociais; velhice LGBT; espíritas.	2019
15	Representações sociais da velhice LGBT entre os profissionais do Programa Estratégia da Família (PEF)	JESUS <i>et al.</i>	Representações Sociais; profissionais da saúde; idosos LGBT	2019



16	Representações sociais da velhice LGBT: estudo comparativo entre universitários de Direito, Pedagogia e Psicologia	CARLOS; SANTOS; ARAÚJO	Velhice; LGBT; representações sociais	2018
17	Velhice LGBT e facilitadores de grupos de convivências de idosos: suas representações sociais	FONSECA <i>et al.</i>	Velhice LGBT; representações sociais; idosos; LGBT; Cras	2019
18	Do vermelho ao arco-íris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do MST	DUARTE; DOULA; SILVA	Movimentos sociais; homossexualidade; representações sociais	2019
19	Representações sociais da velhice LGBT entre agentes comunitários de saúde	ARAÚJO <i>et al.</i>	Velhice; representação social; sexualidade; profissionais da saúde	2019
20	O que os brasileiros pensam acerca da velhice LGBT? Suas representações sociais?	SANTOS <i>et al.</i>	Envelhecimento; velhice LGBT; representações sociais.	2020

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.



A netnografia é uma metodologia de pesquisa que se desenvolveu no contexto do crescente uso da internet e das interações online. É um método qualitativo que busca compreender as práticas sociais e culturais dos indivíduos e grupos em ambientes virtuais. Através da observação e da análise, a netnografia permite aos/às pesquisadores/as explorarem a dinâmica das comunidades online, capturando as interações, comportamentos e significados compartilhados. Além disso, a netnografia é capaz de revelar informações valiosas sobre identidades digitais, processos de formação de grupos, redes de comunicação e outras dimensões relacionadas ao comportamento humano no ambiente online.

A netnografia parece ser pertinente em relação a outros métodos de pesquisa, especialmente quando se trata de estudar a cultura digital. Ao adotar uma abordagem imersiva e participativa, pesquisadores/as podem adquirir uma compreensão mais profunda dos padrões comportamentais e simbólicos. A diversidade de informações possíveis de ser estudadas via netnografia possibilita uma análise abrangente e contextualizada dos fenômenos, contribuindo para o avanço do conhecimento sobre a sociedade digital e suas interações.

5 ACHADOS ANALÍTICOS

Para procedermos com as análises é preciso fazer duas observações: a primeira reside no fato de que as palavras-chave, em geral, são atribuídas pelas pessoas responsáveis pelas autorias em periódicos científicos. Estas pessoas hipoteticamente são conhecedoras do objeto de investigação e tecem sobre este, suas análises, fundamentadas nas representações sociais obtidas por meio da pesquisa. Para representar suas produções, definem as palavras-chave como assuntos principais abordados nos textos, auxiliando e garantindo assim a legitimidade da forma que representam suas produções. Nesse contexto, as palavras-chave são descritores que recuperam a produção científica, e se configuram como um princípio da garantia literária. "Esta garantia não parte de uma organização do conhecimento apriorística ou baseada em aspectos formais da teoria da classificação [...], pois o



que se classifica e se indexa são temas presentes nos documentos" a partir da visão dos autores (BARITÉ, et al. 2010, p. 125). Nossa segunda observação se direciona à fragilidade na representação da informação guiada apenas pela garantia literária. Nesse sentido, reconhecemos, a priori, que uma análise baseada na garantia literária tem como foco a visão de quem produziu a pesquisa e nem sempre considera questões voltadas aos usuários (garantia de uso) das bases de dados e às questões culturais da produção de conhecimentos (garantia cultural)⁸⁹. Feitas tais observações, debruçamo-nos à discussão do *corpus* selecionado para apontar as percepções analíticas aqui propostas.

Dentre os artigos recuperados, empreendemos a leitura dos selecionados para análise, iniciando pelo artigo nº 1 – 'A liberdade também passou por aqui: Cineground, memória de uma cinematografia queer dos anos de 1970 em Portugal'. Neste artigo Gonçalves (2019) expõe que filmes com temas LGBTQIAP+ incomodavam a classe política de Portugal, na década de 1970, por se tratar de abordagens que não eram reconhecidas pela legislação e pela opinião pública da época. Nota-se que a representação da comunidade LGBTQIAP+ pode ser identificada no movimento de resistência associado ao rompimento da cultura tradicional vigente. Essas possibilidades de transformação apontam para um momento histórico em que a repressão às minorias tentava impedir suas manifestações. Gonçalves (2019) compreende que um dos aspectos relevantes na representação da pessoa LGBT é sua identidade sexual, e a preocupação com a categorização da sexualidade na sociedade moderna é algo recente. Nesse caso, o processo histórico da invisibilidade, as repressões às atividades artísticas e os estudos iniciais sobre sexualidades contribuíram para a representação que temos da comunidade LGBTQIAP+ no século XXI. Por se tratar da temática central, Cinematografia queer e manifestações de resistência, as palavras-chave "performance travesti" e "direitos LGBT", dão visibilidade às questões abordadas

⁸⁹ A garantia de uso parte do princípios de identificação e acompanhamento da linguagem que os usuários utilizam nos sistemas de recuperação da informação em busca por produções do conhecimento; A garantia cultural evidencia a necessidade de adoção de metodologias alternativas para a organização do conhecimento e representação da informação, mediante seu viés social (BARITÉ, 2011).



no artigo tendo em vista a utilização de descritores representativos para a comunidade LGBTQIAP+, uma vez que destaca como principais temáticas a performatização artística e social das pessoas travestis e aponta os direitos de vivência e sobrevivência dessa comunidade.

No artigo 2, intitulado 'Memes de natureza cômica como estratégia de resistência a discursos hegemônicos: análise das reações à campanha #GaysNoMerecenMedallas no Twitter', Oliva (2018) aborda como a comunidade LGBT foi atacada por discursos heterossexistas e religiosos na rede social Twitter, em agosto de 2016, quando aconteciam os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. O trabalho em questão detalha uma batalha de memes que são publicados, na tentativa de deslegitimar as causas LGBTQIAP+ por meio de discursos de ódio e religiosos. A representação da comunidade pode ser identificada na concepção imagética da sociedade que foi construída, ao longo dos anos, por predefinições religiosas e culturais estabelecendo limites, julgamentos e separações dicotômicas. As palavras-chave LGBT e resistência possibilitam que as temáticas centrais sejam representadas informacionalmente, no entanto a palavra resistência, enquanto um substantivo polissêmico, se isolado, sem relação com o descritor LGBT, não promoverá uma recuperação da informação que reflita uma busca sobre tais temáticas.

No artigo 3 – 'Relação entre representação descritiva e substantiva: o caso da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)' - Viera (2020) investiga se existe ou não uma relação entre a representação descritiva e a representação substantiva voltada para as minorias. Os resultados apontaram que representantes de minorias não as representam substantivamente, pois existe uma lacuna em relação às políticas públicas voltadas para elas. Podemos dizer que, nesse caso, o discurso de representação está sendo utilizado para garantir a manutenção de pessoas que, por falta de apoio ou de interesse, não estão priorizando as pautas LGBTQIAP+. O título não indica que tem em sua temática a pesquisa voltada aos grupos minoritários. Este termo, grupos minoritários, é utilizado apenas entre as palavras-chave e em conjunto com termos mais técnicos, que possibilitará uma recuperação da informação de interesse para os estudos terminológicos da área da



Biblioteconomia. Cabe destacar que, dentre os artigos analisados, esse é o único oriundo do campo da Ciência da Informação.

No artigo 4, 'Enviadescer no ciberespaço: Linn da Quebrada e a representação Trans no Youtube', Santos e Silva (2018) analisam as formas de comunicação, representação, protagonismo e recepção de travestis e transexuais no contexto digital. Os autores compreendem que o ciberespaço é um lugar onde sujeitos marginalizados socialmente têm a oportunidade de exercer o protagonismo no âmbito cultural e que existem movimentos para desconstruir estereótipos negativos da comunidade LGBTQIAP+, porém a prevalência de preconceitos inibe o avanço desse processo. No caso em questão, a representação da comunidade LGBTQIAP+ está posta na figura da Linn da Quebrada, que, como pessoa pública, está sujeita a adjetivações, ao mesmo tempo em que tenta combatê-las. Esse artigo se diferencia por trazer palavras-chave representativas da comunidade LGBTQIAP+, como transexualidade, travestilidade e enviadecer, e apontar o alcance na desclassificação de García-Gutiérrez (2012), que não visa ser substitutiva, mas ampliar as possibilidades de representação conforme a identificação das comunidades, que não apresentam prejuízos para a representação e consequente recuperação da informação.

No artigo de número 5, intitulado 'Construindo uma *Grounded Theory* sobre famílias brasileiras e consumos de anúncios com casais LGBT: inquietações metodológicas e Interseccionalidade', Leite (2020) investigou o sentido de anúncios produzidos sobre a representação de casais LGBT e concluiu que os espaços publicitários priorizam casais LGBT de cor branca, em detrimento de pessoas racializadas. Entendemos que esses dados revelam um tipo de "hierarquia da diferença dentro da diferença" (ALEXANDER, 2018, p. 502). Nota-se que a representação da comunidade LGBTQIAP+ está sendo pautada em um contexto de dominação social que dita padrões de comercialização. Tais representações revelam que a concepção imagética da sociedade, ancorada em padronizações hierárquicas, contribui para manter estereótipos predominantes.

No artigo de número 6, 'Revisão sobre a utilização da teoria das representações sociais nos estudos sobre homofobia no Brasil',



Silva e Aléssio (2019) afirmam que as expressões preconceituosas se ancoram na função justificadora das representações sociais. Segundo os autores, os dados provocados – entrevistas, escalas, questionários – possibilitam ao pesquisador criar um panorama sobre como essas representações são passadas adiante pelo fator cultural. No artigo 7, 'Mulheres no contexto do trabalho: representações sociais a partir da orientação sexual', Alves *et al.* (2020) concluíram que, apesar de as mulheres conquistarem lugar de poder, a masculinidade prevalece na maioria das relações sociais. "As palavras evocadas sobre lésbicas, no contexto de trabalho, apresentaram uma centralização de exclusão" (ALVES *et al.*, 2020, p. 435). O artigo evidencia os estudos acerca das Representações sociais, e traz marcadores sociais como mulher e lésbica dando precisão à representação da informação com recorte para gênero e sexualidades. A palavra-chave preconceito também é atribuída ao artigo, apontando, em relação aos demais descritores as discussões que evidenciam os preconceitos sofridos por mulheres lésbicas.

No artigo 8 – 'Personagens LGBT nas telenovelas da Rede Globo de 2014 a 2016: uma reflexão a partir dos Estudos Queer', Santos e Mattos (2019) dialogam sobre a representação de personagens LGBT nas telenovelas da Rede Globo. Os autores compreendem que a construção da representação da comunidade LGBT nas telenovelas acontece de forma negociada: aumenta a visibilidade, ao mesmo tempo em que mantém padrões heteronormativos (dicotômicos). Nesse caso, as representações apontam para a manutenção de normas que permitem a comercialização do produto televisivo pautadas nas diretrizes editoriais. Essas estratégias que visam ao lucro, atentando para precauções com o público conservador, indicam um avanço gradual para socializar os grupos minorizados no contexto social.

O artigo 9 - 'Concepções psicossociais da velhice LGBT entre universitários brasileiros' - analisou a percepção de universitários dos Cursos de Psicologia, Direito e Pedagogia acerca do envelhecimento da pessoa LGBT (SANTOS *et al.*, 2020) e revelou que os idosos se sentem excluídos, solitários e não assumem sua sexualidade por medo de não serem aceitos por familiares e amigos. Nesse caso, as representações estão divididas em duas



partes: na capacidade de provocar mudança no entendimento social a respeito da velhice LGBT, pois o posicionamento construído aponta para a exclusão; e a resiliência da pessoa idosa em enfrentar o processo do envelhecimento.

No artigo nº 10, intitulado 'A Genealogia em uma analítica do poder: articulações e contrastes na representação LGBT publicitária', os autores discutem sobre o conceito das relações de poder na obra de Michel Foucault e a representação da comunidade LGBTQIAP+ como peça publicitária. Para Scherer e Petermann (2018), o mercado usa as pautas das causas LGBTQIAP+ apenas com fins comerciais.

Nesse caso, a comunidade LGBTQIAP+ está sendo representada como um bem de consumo. Essa pesquisa tenta provocar uma discussão acerca desse universo a ser explorado apontando desafios para a representação social da comunidade LGBTQIAP+.

O artigo nº 11 – 'Envelhecimento de homens gays brasileiros: representações sociais acerca da velhice LGBT' - Gomes *et al.* (2020) apresentam uma análise sobre as representações sociais de homens gays brasileiros no contexto da velhice e concluíram que os aspectos negativos caracterizados pela velhice e a negação da sexualidade reforçam preconceitos e contribuem para uma dupla discriminação. As palavras solidão, preconceito e medo corroboram a tese da representação negativa da velhice LGBT. Assim, social e empiricamente (entrevista com 101 homens gays), essa pesquisa mostra como os gays são representados e se sentem.

No artigo nº 12 – 'Investigando representações de masculinidades em capas de revistas para o público LGBT' - Bezerra e Rocha (2020) compreendem que as capas de revistas são produzidas com o intuito de despertar curiosidade e desejo a partir de uma visão hegemônica de masculinidade. Esse recurso, segundo os autores, ajuda a manter uma política editorial que favorece a disseminação desses valores. Nesse caso, a comunidade LGBTQIAP+ está representada como um público que consome imagens de corpos masculinos perfeitos. O trabalho abre margem para a discussão sobre o marketing a partir do desejo.

O estudo de nº. 13, intitulado 'Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT', os



autores Silva, Finkler e Moretti-Pires (2019) entrevistaram 15 profissionais. Segundo os pesquisadores, os entrevistados apresentaram traços religiosos pautados na moralidade e nos bons costumes, que evocaram discursos pejorativos sobre a comunidade LGBT. Os profissionais da saúde associaram a pessoa LGBT ao risco de doenças sexualmente transmissíveis e não sabem discernir questões de gênero e sexualidade. No caso em análise, as representações indicam que o discurso que inferioriza a pessoa LGBT ante outros grupos prevalece nas unidades de atendimento básico. Isso mostra que até os profissionais voltados para a comunidade estão propícios a manter estereótipos adquiridos provenientes de uma tradição arcaica.

No artigo 14, que traz como título 'Velhice LGBT e pessoas espíritas: um estudo das representações sociais', Jesus *et al.* (2019) questionam como as pessoas espíritas entendem a velhice LGBT. Os resultados mostraram as dificuldades, os preconceitos e a pouca aceitação familiar enfrentados pela pessoa LGBT. Por outro lado, destaca a coragem de se assumir e se relacionar com outra pessoa do mesmo sexo em um contexto heteronormativo. A representação da comunidade LGBTQIAP+, nesse contexto, ancora-se na invisibilidade de um grupo dentro de outro grupo, que deveria ter uma atenção voltada para o cuidado e o afeto diferenciado. Os pesquisadores afirmaram que, nesse estudo, a orientação sexual foi representada como uma escolha, e não, uma construção social. Esses apontamentos indicam como a pessoa LGBTQIAP+ está sendo representada no imaginário social. Essas lacunas devem ser problematizadas para que novas conquistas aconteçam.

No artigo de nº. 15 - 'Representações sociais da velhice LGBT entre os profissionais do Programa Estratégia da Família (PEF)' - Jesus *et al.* (2019) indagaram 50 profissionais do PEF por meio de um questionário socioeconômico a respeito da velhice LGBT. A comunidade LGBT foi caracterizada pela representação social que circunda na invisibilidade, em preconceitos e em estereótipos negativos, mas também como uma velhice feliz e autônoma. Segundo os autores, alguns participantes da pesquisa passaram a refletir sobre o tema durante o experimento. Isso implica dizer que tais representações podem ser moldadas de acordo com o interesse social.



O trabalho de nº 16, intitulado 'Representações sociais da velhice LGBT: estudo comparativo entre universitários de Direito, Pedagogia e Psicologia', Carlos, Santos e Araújo (2018) entrevistaram 300 universitários, a fim de compreender como eles observam a velhice da pessoa LGBT. Os resultados revelaram como o preconceito e a discriminação sofrida pelos idosos estão evidenciados nas representações assim como os direitos e os deveres pautados no exercício da cidadania são refletidos como forma de resistência.

O trabalho de nº. 17 - 'Velhice LGBT e facilitadores de grupos de convivências de idosos: suas representações sociais' - Fonseca e colaboradores (2020) fizeram uma pesquisa com 20 facilitadores a partir de um estudo exploratório e descritivo com dados transversais, cujos resultados apontaram para representações da comunidade LGBT que permeiam pela sociedade preconceituosa, indivíduos sem preconceito, falta de informação e naturalização do envelhecimento. Nota-se que os indivíduos que se dizem sem preconceito evidenciam um momento de ruptura nas estruturas sociais predominantes, assim como a falta de informação pode indicar que os preconceitos solidificados se mantêm.

O artigo 18 - 'Do vermelho ao arco-íris: as representações sobre o movimento LGBT nas mídias do MST' - fala de um movimento social amplamente conhecido. Os autores analisam como as pautas de representação da comunidade LGBTQIAP+ são incorporadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Duarte; Doula e Silva (2019) chegaram à conclusão de que a comunidade LGBTQIAP+ não teve espaço nos primeiros anos das edições do *Jornal Sem Terra*, mas esse lugar foi sendo conquistado ao longo dos anos devido à politização dos movimentos feministas e das causas LGBTQIAP+. Assim, a comunidade LGBTQIAP+ passou a ser vista como um movimento que "coloria" com suas bandeiras o MST.

No trabalho 19 - 'Representações sociais da velhice LGBT entre agentes comunitários de saúde' - os autores desenvolveram uma pesquisa com 50 profissionais da Região Nordeste do Brasil, com o intuito de identificar as representações sociais na velhice LGBT (ARAÚJO *et al.*, 2020). Os resultados revelaram que o idoso é visto como um ser de luta em um cenário excludente. As



representações sociais dos idosos LGBT, por meio dos agentes comunitários de saúde, possibilitam visualizar políticas que podem ser assistidas com eficiência, promovendo equidade no atendimento da comunidade LGBT. Nessa pesquisa, o idoso é tratado com empatia pelos profissionais da saúde por existir uma compreensão acerca dessa exclusão social.

No artigo de nº. 20, intitulado 'O que os brasileiros pensam acerca da velhice LGBT? Suas representações sociais?', Santos e colaboradores (2020) realizam um experimento por meio de entrevista estruturada com uma amostra de 1000 pessoas adultas com média de idade de 27,5 anos, sendo 64,9%, mulheres. Os resultados apresentaram a velhice LGBTQIAP+ como uma fase de solidão e de sofrimento; discussões baseadas no respeito, no cuidado e na atenção com a comunidade LGBTQIAP+; a velhice como uma conquista atribuída à felicidade e o preconceito com práticas sexuais. Em suas palavras-chave, evidenciamos a sigla reduzida LGBT como um elemento informacional representativo, no entanto, observando a data da publicação, questionamos novamente o porquê de não se usar a sigla mais atual.

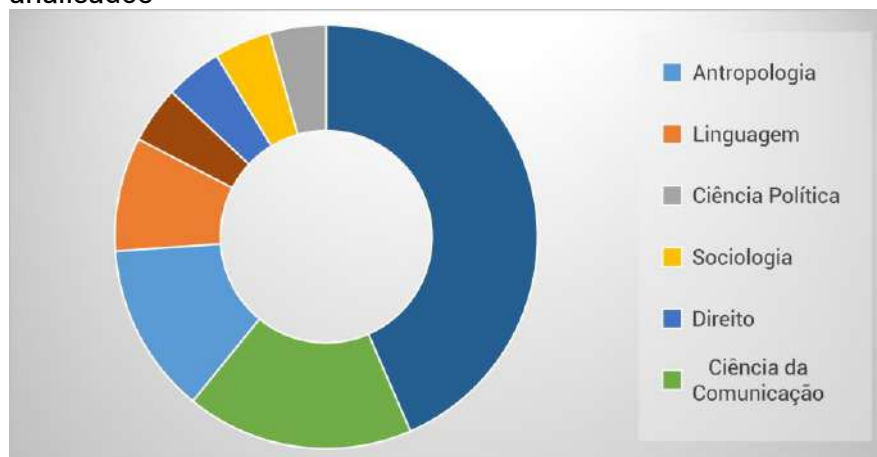
Cabe destacar que os artigos aqui selecionados foram analisados na perspectiva temática das representações sociais sobre a comunidade LGBTQIAP+ e, nesse contexto, observamos como foram representados por meio das palavras-chave, que também apontam indícios para a análise aqui proposta, sobretudo como a representação da informação pode potencializar uma boa recuperação da informação ou promover uma invisibilização de produções que aludem à falta de publicações.

Em uma estratégia de busca, o processo de representação da informação impacta na recuperação da informação por relacionar diretamente os textos aos descritores atribuídos. Assim, ao analisar as palavras-chave dos artigos em questão, evidenciamos que a utilização de termos como "Performances travesti", "Masculinidades", "Preconceito", "Homofobia", "Lésbica", "Transexualidade", "Travestilidade", "Homens gays" e "Casais LGBT" visibilizam não só formas próprias de representação da comunidade LGBTQIAP+ mas também os problemas enfrentados e as práticas e os comportamentos opressores e excludentes. A palavra LGBT, empregada na maioria dos textos, indica uma



Observa-se na Figura 1 alguns termos como: idoso, saúde, direito e social que se relacionam com a preocupação dos/as cientistas em pautarem o debate sobre a velhice da comunidade LGBTQIAP+ e seus direitos; corpo, poder, imagem, sexual, mídia e relação indicam a adoração ao corpo perfeito sexualizado pelo mercado do audiovisual; gênero, pessoa, sociedade, gay, política, processo, trabalho e sexualidade são termos utilizados pelos pesquisadores que tendem a inserirem a comunidade LGBTQIAP+ em contextos dominados por padrões normativos (heteros, cis, brancos, cristãos). Nota-se que existe uma preocupação com a saúde, sexualidade, corpo e inclusão. Os demais termos, apontam para pautas da comunidade LGBTQIAP+ que carecem de debates no âmbito científico. Na Figura 2 apresenta-se as áreas do conhecimento em que os artigos publicados estão inseridos.

Figura 2 – Divisão das áreas do conhecimento dos artigos analisados



Fonte: Elaboração própria, 2023.

Como constatado anteriormente, os estudos sobre a representação da comunidade LGBTQIAP+ no campo da Ciência da Informação ainda parecem escassos. Comprovou-se com este estudo que a psicologia é um campo com significativa presença nos estudos sobre a comunidade LGBTQIAP+, como mostra a Figura 2.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já dito, o objetivo desta pesquisa foi de analisar a representação social da comunidade LGBTQIAP+ a partir dos temas e de seus descritores nos artigos indexados na plataforma de Periódicos CAPES nos últimos cinco anos (2018-2022). Ao analisar os artigos encontrados, constatamos um crescente interesse dos pesquisadores em estudos referentes ao envelhecimento da comunidade LGBTQIAP+ e a falta de pesquisas sobre a representação da informação e do conhecimento da comunidade LGBTQIAP+ no campo da Ciência da Informação. Entendemos que, apesar de o recorte temporal e o Portal de Periódicos da CAPES poderem contribuir para tais conclusões, é necessário aprofundar bem mais os estudos acerca desse tema, como prognóstico desta investigação.

Podemos dizer que as representações acerca dos grupos socialmente minorizados ainda refletem uma lacuna de estudos mais efetivos e direcionados ou que as formas de representação da informação, pouco representativas ou inadequadas, não possibilitaram recuperar artigos por meio das estratégias adotadas, porquanto a prioridade foi dada para a busca por termos que indicassem uma representação, como, por exemplo, o uso da sigla LGBTQIAP+. Nesse sentido, a interferência de profissionais da informação na indexação de documentos e produções científicas, em base de dados de amplo acesso, configura-se como uma estratégia que assegurará representação temática pautada na justiça informacional e social. No entanto, tais profissionais deverão assumir um compromisso social de representação e consequente, mediação das informações, adotando princípios metodológicos da garantia de uso e da garantia cultural, que vise a representação de quem produz, de quem é representado e para quem se representa.

Nessa perspectiva, a autorrepresentação pode ser um caminho para que o sujeito ou o grupo decida qual a melhor forma de ser representado. No entanto, essa também precisa ser uma responsabilidade de quem produz e pesquisa sobre os temas e de profissionais da informação. Isso significa dizer que o imaginário popular pode ser reconstruído a partir de produções científicas e



políticas informacionais que visem melhorar a percepção do outro na sua forma legítima de representação social.

REFERÊNCIAS

BARITÉ, M. *et al.* Garantia literária: elementos para uma revisão crítica após um século. **Transinformação**, Campinas, v. 22, n. 2, p.123-138, maio/ago., 2010.

CANDIDO, M. R.; FERES JÚNIOR, J. Representação e estereótipos de mulheres negras no cinema brasileiro. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n.2, 2019.

CARVALHO, M. do R. O constructo das representações sociais: implicações metodológicas. *In*: MOREIRA, A. P. (org.). **Representações sociais: teoria e prática**. João Pessoa, Editora daUFPB, 2001.

CAPURRO, R. Epistemologia e Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2003, Belo Horizonte. **Anais [...]** Belo Horizonte: ENANCIB, 2003. p. 1-21.

DODEBEI, V. L. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Intertexto, 2002.

DUQUE-CARDONA, N. ¿Ciencia de la Información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia e de la información em el contexto universitario. *In*: CARDONA, N. D; SILVA, F. C. G. da. **Epistemologias Latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. (Selo Nyota). p. 45-72.

FERNANDES, B. V.; SOUZA, C. C. C. M. Identidade negra entre exclusão e liberdade. **Revistado Instituto de Estudos Brasileiros**, n.63, abr. 2016. p.3-20.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. Desclassification in Knowledge Organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011.

GUIMARÃES, J. A. C.; PINHO, F. A. Desafios da representação do conhecimento: abordagem metálica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. 1, p. 19-39, 2007.

GUTIÉRREZ, A. G. Desclassification in knowledge organization: a post-epistemological essay. **Transinformação**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 5-14, jan./abr., 2011.



HJØRLAND, B. J. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**: international journal devoted to concept theory, classification, indexing, and knowledgerepresent ation, Frankfurt, v. 35, n. 2/3, p. 86-101, 2008.

JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

KOZINETS, R. V. **Netnografia**: realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MARTINS, G. K.; CÔRTEZ, G. R. Representação da informação e do conhecimento e as representações sociais: intersecções e limites. *In*: ALBUQUERQUE, M. E. B. C.; MARTINS, G. K.; MOTA, D. A. R. **Organização e representação da informação e do conhecimento**: intersecções teórico-sociais. João Pessoa: Editora UFPB, 2019.

MILANI, S. O. **Bias na representação de assunto**: uma discussão de oposições binárias nos Functional Requirements for Subject Authority Data (FRSAD). 2014. 134 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

MORAES, A. F.; ARCELLO, E. N. O conhecimento e sua representação. **Informação & Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação e Informação**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

OLIVEIRA, D. M. J.; MOTT, L. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil**: relatório 2021. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2022.

PINHO, F. A.; GUIMARÃES, J. A. C. A precisão nas linguagens de indexação: um estudo com a temática da homossexualidade masculina. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 12, 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília, Distrito Federal: UnB, 2011.

RODRIGUES, R. S. V. Saussure e a definição da língua como objeto de estudos. **ReVEL**, n. 2, edição especial, 2008.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2006.



SULLIVAN, D. **Uma breve história da homofobia na Classificação Decimal de Dewey**. Medium.com. 29 Jul 2015.

UNFPA. Fundo das Nações Unidas. **Adolescente e jovens para a educação entre pares: saúde e prevenção nas escolas**. Brasília, n. 69, 2010.

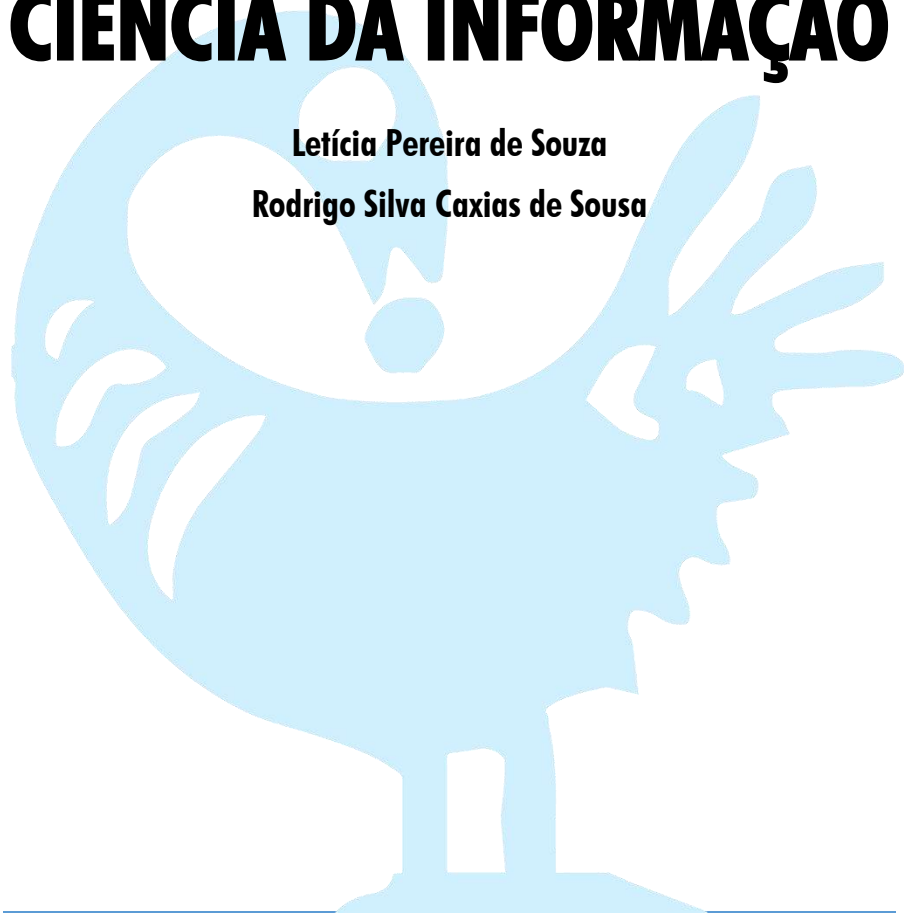




REFLEXÕES SOBRE DESIGUALDADES NA CIÊNCIA: A PERSPECTIVA DOS PESQUISADORES DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Leticia Pereira de Souza

Rodrigo Silva Caxias de Sousa



1 CONTEXTUALIZAÇÃO⁹⁰

A partir das desigualdades presentes no nosso cotidiano e no espaço acadêmico, o presente estudo tem como objetivo discutir as disparidades étnico-raciais na ciência atreladas à perspectiva de gênero a partir da percepção de pesquisadores da Ciência da Informação. Primeiramente, merece destaque que este trabalho está relacionado com o aspecto social da Ciência da Informação (C.I), o qual o pesquisador e professor Araújo (2018), pontua como sendo um dos movimentos epistemológicos da área. De acordo com o autor, a C.I passou por diferentes movimentos epistemológicos ao longo de sua constituição, desde sua origem relacionada ao término da Segunda Guerra Mundial e ao início da Guerra Fria, quando possuía um caráter fisicista mais voltado para o desenvolvimento científico. Com o passar dos anos, a Ciência da Informação se abriu para outras perspectivas até a virada sociológica atribuída ao quinto movimento epistemológico ao longo do século XX. Essa ampliação epistemológica abriu espaço para a inclusão de temas sociais relevantes no campo da CI, como as relações étnico-raciais e os estudos de gênero, que são abordados neste trabalho.

Um aspecto crucial a ser discutido é o preconceito de identidade sofrido por mulheres negras na ciência, tendo como referência o racismo enfrentado por elas. O debate sobre o racismo no meio acadêmico frequentemente ocorre sob uma perspectiva eurocêntrica, que negligencia sua carga política e histórica, reduzindo-o a uma discussão centrada no indivíduo (ARAÚJO; MAESO, 2019, p. 476).

Essa abordagem minimiza a importância das ações institucionais necessárias para promover uma maior igualdade de oportunidades de acesso e permanência para pessoas negras, especialmente mulheres, no espaço acadêmico, perpetuando assim o perfil dominante branco e masculino no campo científico. Isso se imbrica a uma estrutura também racista consolidada historicamente no âmbito acadêmico que pouco se altera ao longo do tempo, sendo continuamente mantida por aqueles que ocupam

⁹⁰ Capítulo desenvolvido a partir de texto submetido, avaliado e aprovado no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB, 2022).



posições de poder nesse campo. Esses indivíduos são identificados pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983) como agentes dominantes. De acordo com o autor, os agentes dominantes são aqueles que ocupam posições privilegiadas na estrutura do campo científico, estabelecendo as normas e mantendo o *status quo* consolidado desse campo.

Neste estudo, o termo “gênero” é utilizado para desvelar as relações de poder associadas às estruturas da sexualidade (MITCHELL, 1973). É importante ressaltar que “gênero” é algo socialmente construído e envolve processos individuais, sociais e institucionais em constante evolução, que estão intrinsecamente ligados à cultura e às relações de poder (MEYER, 2003). Em virtude dessa peculiaridade serão discutidas questões sociais que são reproduzidas no ambiente acadêmico, como o racismo estrutural, que marginaliza e exclui pessoas negras, pardas e indígenas da academia, além de desvalorizar o conhecimento produzido por e sobre esses grupos (ARAÚJO; MAESO, 2019; ALMEIDA, 2021).

O estudo aqui apresentado caracteriza-se como exploratório-descritivo de abordagem quanti-qualitativa e foi constituído por três fases. Na primeira fase, realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre o racismo institucional e estrutural, bem como as disparidades de gênero na Ciência, a fim de fundamentar a parte teórica do estudo. As buscas nas bases de dados Google Scholar, *Web of Science*, Scopus e *Dimensions* foram realizadas em maio de 2021. Em relação à segunda fase, após selecionar os trabalhos que serviram como base teórica para o estudo, elaborou-se um questionário contendo perguntas abertas e fechadas que obteve 93 respostas, objetivando compreender como os pesquisadores dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação percebem as disparidades de gênero e raça na ciência.

Posteriormente, na terceira fase da composição do estudo, disponibilizamos o instrumento de pesquisa em agosto de 2021 por meio do *Google Forms* e enviamos aos coordenadores e às secretarias dos cursos de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. Os dados foram organizados em uma planilha .xls para posterior interpretação dos resultados.

Na seção seguinte, apresentamos o contexto do ensino superior e da pós-graduação no Brasil, com o intuito de



compreender questões sociais que impactam o campo científico, tais como o racismo estrutural e institucional e as determinações de gênero.

2 O RACISMO INSTITUCIONAL: UM BREVE PANORAMA DO ENSINO SUPERIOR E DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Silvio Almeida aborda em sua obra "Racismo Estrutural" três concepções de racismo: o racismo individualista, o racismo institucional e o racismo estrutural. De acordo com o autor, na concepção individualista o racismo é visto como uma patologia ou anormalidade, sendo compreendido como um fenômeno ético ou psicológico de caráter individual.

Por sua vez, o racismo institucional (ARAÚJO; MAESO, 2019; ALMEIDA, 2021) vai além dos comportamentos individuais e é entendido como o resultado do funcionamento das instituições que operam de forma a conferir, ainda que indiretamente, vantagens e desvantagens com base na raça. Indo ao encontro desta perspectiva Santos (2015) ressalta que o racismo institucional no Brasil é caracterizado por práticas de discriminação indiretas perpetuadas por instituições governamentais, escolas, universidades e outras entidades. Essas práticas incluem ações políticas que contribuem para a manutenção da discriminação racial.

É importante compreender que as ações discriminatórias não são necessariamente intencionais ou explícitas. Em vez disso, elas são manifestadas por meio de políticas, normas e práticas que, muitas vezes, parecem neutras e objetivas, mas que, na realidade, têm um impacto negativo desproporcional sobre grupos marginalizados. Em outras palavras, o racismo transcende a esfera individual e é incorporado pelas instituições, as quais refletem os conflitos existentes na sociedade. Enquanto o racismo individualista está relacionado a ações individuais, como ofensas, agressões e até mesmo homicídios, sendo facilmente identificável, o racismo institucional e o racismo estrutural ocorrem de forma velada e difícil de identificar, uma vez que há uma incapacidade de que essas instituições reconheçam que se estruturaram a partir de uma lógica racista.



O racismo institucional é, portanto, uma manifestação do racismo estrutural ambos herança da escravidão e do período pós-abolição da escravatura no Brasil. Desde esse período é possível identificar a perpetuação de um despreparo e descuido no sentido de estabelecimento de políticas públicas, uma vez que não houve a inserção adequada das pessoas libertas após a abolição da escravatura, em todos os setores sociais (GONÇALVES; AMBAR, 2015). Além disso, o acesso das pessoas negras à educação também foi tardio, embora a primeira constituição brasileira (1824) afirmasse que a educação seria um direito de todos os cidadãos brasileiros, em 1937, o presidente da província do Rio de Janeiro, Paulino José de Souza, sancionou a Lei nº 1 que traz o seguinte artigo: "Art. 3º. São proibidas de frequentar as escolas públicas: 1º todas as pessoas que padecem de moléstias contagiosas. 2º Os escravos e os pretos africanos ainda que sejam livres ou libertos." Dessa forma foi negligenciado historicamente o direito das pessoas negras de terem acesso à educação naquele período (OLIVEIRA, 2016).

Os resultados dessas políticas fundamentadas no racismo estrutural são evidentes e perduram até os dias de hoje, especialmente quando analisamos a realidade atual das Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras, como veremos a seguir.

Além dos desdobramentos do racismo estrutural em âmbito institucional discutidos até então, é fundamental considerar também o recorte de gênero. Em relação às mulheres negras nos espaços acadêmicos, é importante ressaltar que, apesar de haver uma predominância de mulheres no ensino superior e na pós-graduação, ainda existem disparidades significativas entre as estudantes (IBGE, 2021), sendo as mulheres brancas a maioria nestes espaços.

Embora exista literatura datada que tenha desvelado os preconceitos e dificuldades enfrentados pelas mulheres no ambiente acadêmico, como os de Bayer e Astin na década de 70 e o de Elena Orozco em 1998, que aborda, inclusive, as injustiças no



sistema de recompensa na ciência⁹¹, pouco se falou especificamente sobre as experiências das mulheres negras.

Em 2019, as mulheres pretas ou pardas entre 18 e 24 anos apresentaram uma taxa ajustada de frequência líquida ao ensino superior⁹² de apenas 22,3%, quase 50% inferior à taxa registrada entre as mulheres brancas (40,9%) e quase 30% menor do que a taxa verificada entre os homens brancos (30,5%) (IBGE, 2021). Cabe ressaltar que as mulheres negras representam 41 milhões de pessoas no Brasil, desse grupo, apenas 9,9% concluíram o Ensino Superior (IPEA, 2011).

A Secretaria de Comunicação Institucional da UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira) publicou uma matéria em 2014 sobre os temas étnico-raciais nas universidades brasileiras, destacando que a presença de estudantes negros tem aumentado nos últimos anos, embora esteja proporcionalmente distante da quantidade de estudantes brancos. Conforme indicado na matéria, o número de pessoas brancas matriculadas no ensino superior presencial e à distância é 11,8 vezes maior do que o de pessoas negras, totalizando 3,9 milhões de estudantes brancos em comparação com 330,1 mil estudantes negros e 1,8 milhões de estudantes pardos (CENSO IBGE, 2010).

Sobre a desigualdade na pós-graduação, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2015) demonstram que houve um crescimento em relação à presença de estudantes negros na pós-graduação, somando 28% do total de mestrandos e doutorandos até a data em que foi realizada a pesquisa. Indo ao encontro desta realidade, o estudo de Artes (2018) aborda que as maiores disparidades na pós-graduação ocorrem no acesso e na conclusão dos cursos, especialmente para pessoas negras. A autora ressalta ainda que as docentes mulheres tendem a ocupar cargos em faculdades de menor prestígio, enquanto os docentes do sexo masculino recebem salários mais altos e progridem mais rapidamente para posições acadêmicas mais elevadas. O que nos leva a concluir que, embora haja um movimento de crescimento dos

⁹¹ Merton (1973) apresentou sua ideia de que os cientistas, interessados no progresso do conhecimento, também procuravam obter reconhecimento acerca dos seus feitos e contribuições, por vias institucionais.

⁹² Proporção de pessoas de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior.



estudantes negros nas Universidades, as decisões políticas e institucionais nestes espaços ainda estão alinhadas ao interesse daqueles que ocupam cargos de maior autoridade, como reitores, chefes de departamento e outras posições relacionadas à tomada de decisões no campo científico: os homens brancos.

No próximo tópico, serão apresentadas as análises detalhadas dos dados coletados por meio do instrumento de pesquisa, estabelecendo uma conexão entre a teoria e as respostas obtidas.

3 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Com o objetivo de fornecer uma exposição clara dos resultados, primeiramente serão apresentados detalhes sobre o perfil dos pesquisadores, abordando seu vínculo institucional, autodeclaração de gênero, autodeclaração étnico-racial e nível de formação. Em seguida, serão discutidas as questões relacionadas às percepções dos pesquisadores sobre as disparidades de gênero e raça.

Em relação ao vínculo institucional, a maioria da amostra foi composta por discentes, totalizando 66 participantes (71%), enquanto os docentes correspondem a 28 participantes (30,1%). É importante ressaltar que nesta pergunta os respondentes tinham a opção de selecionar mais de uma alternativa.

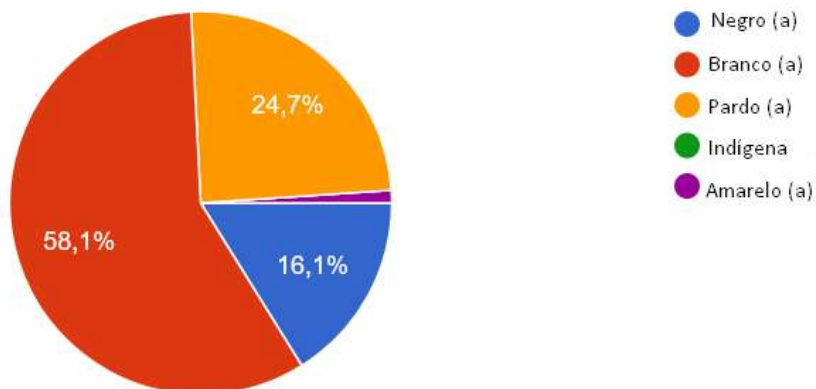
No que diz respeito ao gênero, 66 participantes (71%) se identificaram como mulheres, enquanto 27 participantes (29%) se identificaram como homens. Cabe destacar que a pergunta também incluía as opções "não-binária" e "prefiro não responder", porém não houve nenhum registro nessas opções.

Quanto à autodeclaração étnico-racial, a amostra se dividiu da forma apresentada no Gráfico 1. Em relação a esta questão, as opções dadas no questionário foram elencadas de acordo com as categorias de classificação de cor ou raça do IBGE. No Gráfico 1, fica evidente a predominância de participantes autodeclarados como brancos no contexto da pós-graduação em Ciência da Informação, totalizando 54 respondentes (58%). Por outro lado, há 15 participantes (16,13%) autodeclarados como pretos, 23



participantes (24,73%) autodeclarados como pardos e apenas 1 participante (1%) autodeclarado como amarelo.

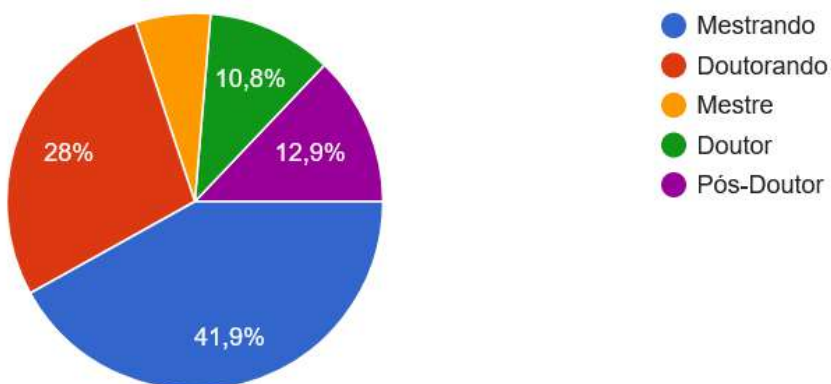
Gráfico 1 - Autodeclaração étnico-racial



Fonte: Dados da pesquisa coletados pelo Google Forms.

No que concerne ao nível de formação dos pesquisadores que participaram do estudo, percebemos um público diverso, sendo a maioria composta por mestrandos, como demonstrado pelo Gráfico 2.

Gráfico 2 - Nível de formação dos pesquisadores



Fonte: Dados da pesquisa coletados pelo Google Forms.



Os dados acerca do vínculo institucional dos respondentes corroboram com as informações apresentadas. Como observado no Gráfico 2, a maioria dos participantes são discentes, com destaque para mestrandos e doutorandos, que possuem as maiores porcentagens. No entanto, também houve respostas significativas provenientes de docentes doutores e pós-doutores.

Agora, observe a Tabela 1 abaixo que intersecciona as informações de gênero, pertencimento étnico-racial e nível de formação:

Tabela 1 - Pesquisadoras e nível de formação acadêmica.

	Mulheres autodeclaradas brancas	Mulheres autodeclaradas pardas	Mulheres autodeclaradas negras
Pós-doutorado	<u>9</u>	0	0
Doutoras	<u>5</u>	1	0
Doutorandas	11	5	2
Mestres	1	1	2
Mestrandas	16	8	5

Fonte: Elaborado pelos autores.

Percebe-se pelas informações em destaque que, a nível de pós-doutorado encontram-se majoritariamente mulheres brancas, sendo que as mulheres negras e pardas concentram-se em sua maioria como discentes de mestrado. Esses dados corroboram com teorias previamente mencionadas, que apontam que quanto maior é a ascensão acadêmica, maior também é a desigualdade, especialmente em relação à raça.

Na questão de número 11, os participantes responderam se consideravam a existência ou não de desigualdades raciais e de gênero no meio acadêmico. As respostas foram agrupadas de acordo com as categorias listadas na Tabela 2:



Tabela 2 – Desigualdades raciais e de gênero

Você considera que existem disparidades de gênero e raça no meio acadêmico?	Quantidade de respostas	Quantidade de respostas (%)
Considero que existe	85	91,40%
Não considero que existe	6	6,45%
Não sei/Não quero opinar	2	2,15%
Total	93	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

As respostas desta questão apresentam um panorama de como os pesquisadores da Ciência da Informação enxergam o racismo e o machismo no espaço acadêmico, e, principalmente, se conseguem percebê-lo ao seu redor.

Observa-se que a maioria dos pesquisadores (91,4%) consideram que as desigualdades existem no meio acadêmico, uma vez que elas também existem na sociedade como um todo. Grande parte dos pesquisadores mencionou que as desigualdades raciais começam pelo acesso de pessoas pretas, pardas e indígenas à universidade, pois observam que entre colegas docentes e discentes há a predominância de pessoas brancas, principalmente na pós-graduação. Também houve respostas significativas que mencionaram perceber a falta de mulheres em cargos de liderança na ciência. A seguir, apresentam-se as respostas mais representativas dessa questão:



Quadro 1 - Percepção sobre as desigualdades na academia.

Claro que sim. A observação cotidiana já mostra grandes disparidades em relação a gênero e raça no meio acadêmico. Cito duas: há um número significativo de mulheres na academia, mas elas são maioria em cursos com menor prestígio social, enquanto os homens ocupam mais posições de destaque e de comando; há um número muito pequeno de professores que não são da raça branca na academia.

Sem dúvida. O volume % de alunos de graduação é mais ou menos o mesmo, no entanto, ao subir para níveis mais altos (alunos de pós, carreira docente, cargos na universidade, bolsa de pesquisa do CNPq), a proporção de mulheres vai reduzindo demais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

É crucial levar em consideração que questões profundamente enraizadas na sociedade, como o patriarcado e o racismo, possuem impacto no meio acadêmico. Conforme ressaltado por Bourdieu (2004), é importante reconhecer que a ciência não é neutra. A noção de uma ciência neutra é uma ficção, uma vez que ela está sujeita a interesses e é influenciada pelos preconceitos presentes na sociedade em que está inserida. É importante ressaltar que as seis pessoas que afirmaram não perceber disparidades de gênero e raça no meio acadêmico se autodeclararam como brancas, sendo três mulheres e três homens. Esse dado suscita reflexões sobre a importância da perspectiva e vivência pessoal na percepção das desigualdades presentes.

Posteriormente foi perguntado com que frequência os participantes percebem que as disparidades acontecem. Na Tabela 3 elencada abaixo interseccionamos a autodeclaração do pertencimento étnico-racial dos participantes (primeira coluna à esquerda) com as respostas dadas por eles.



Tabela 3 – Com que frequência as disparidades acontecem no meio acadêmico

Autodeclaração étnico-racial	Participantes (total)	Nº de participantes que selecionou com muita frequência	Nº de participantes que selecionou com razoável frequência	Nº de participantes que selecionou com pouca frequência	Nº de participantes que selecionou a opção com nenhuma frequência
Branca	54	26	21	3	4
Preta	15	9	4	1	1
Parda	23	11	9	2	1
Amarela	1	1	0	0	0
Total	93	47	34	6	6

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme os dados supracitados, nesta questão 47 respondentes (50,54%) afirmaram considerar que, em suas perspectivas, as disparidades estão presentes com muita frequência no meio acadêmico. Desta parcela de respostas, 26 pesquisadores se autodeclaram como brancos, 9 como negros e 11 como pardos, há ainda uma pessoa que se autodeclara amarela.

Ainda que grande parte dos pesquisadores estejam em comum acordo de que as desigualdades estão presentes e acontecem frequentemente no âmbito acadêmico, é interessante olhar para o perfil daqueles que afirmam que há pouca (6 pessoas, 6,45%) ou nenhuma (6 pessoas, 6,45%) desigualdade na academia, sendo estas pessoas predominantemente brancas, doutorandas ou doutoras. Estes dados demonstram, mais uma vez, que são as pessoas que vivenciam essas disparidades que as percebem com mais intensidade.

Não obstante, os participantes também responderam a respeito de como eles percebem o impacto das disparidades étnico-raciais e de gênero na progressão acadêmica dos pesquisadores, resultando em variadas percepções, como por exemplo a



dificuldade econômica, a desigualdade social, a maternidade em relação às disparidades ligadas a papéis de gênero e a violência simbólica advinda de uma visão machista por parte dos avaliadores de revistas e eventos acadêmicos. Um desses aspectos é a presença predominante de homens em posições de poder, o que perpetua a ocupação desses cargos por outros homens. Além disso, os respondentes relataram que o trabalho dos homens é sobrevalorizado em relação ao das mulheres. Isso reflete uma mentalidade machista que questiona a capacidade das mulheres na academia e prejudica a sua credibilidade.

As respostas mais representativas desta questão estão elencadas abaixo:

Quadro 2 - Percepção sobre disparidades e progressão acadêmica

É a fraca presença de pesquisadores negros e indígenas na academia, que tem como origem a dificuldade social e econômica para que tais grupos sociais progridam academicamente. A política de cotas (por gênero, raça e condições sócio-econômicas) progride, mas com muitos problemas e dificuldades.

Há uma disparidade quantitativa em relação ao acesso de brancos e heterossexuais no meio acadêmico. Consequentemente, ocorre maior incidência de publicações dessa maioria. Se trata de um modelo cíclico, isto é, a maioria predomina em todos os âmbitos.

As pesquisas acadêmicas são constituídas por prestígios e esses ainda são convertidos no padrão de gênero. Até porque quem mais tem "tempo" fora da academia são os homens e consequentemente os mesmos publicam com mais frequência e em grande escala. Poucas mulheres pretas chegam a uma pós-graduação, com isso a diminuição de publicação fica visível. Além de muitas mulheres estarem alicerçadas no sistema patriarcal de gênero. Que necessita se esforçar o triplo para conseguir chegar no mesmo "patamar" das publicações masculinas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Diante desse cenário, é imprescindível que consideremos a relação entre o campo científico e a sociedade, uma vez que se percebe, na observação dos pós-graduandos, a existência de uma dinâmica de poder estabelecida na ciência. Nessa dinâmica, os



pesquisadores homens privilegiam seus pares do mesmo gênero, ao mesmo tempo em que se beneficiam das facilidades proporcionadas pelo fato de não serem os principais responsáveis pelos cuidados domésticos ou pela criação dos filhos. Essa realidade reflete a estrutura machista presente na sociedade e na ciência.

Além disso, é importante ressaltar que as pesquisadoras negras enfrentam uma desvantagem ainda maior nesse sistema, pois além do preconceito de gênero, elas também enfrentam o preconceito racial. Um exemplo disso é o estudo realizado pelo grupo *Parent in Science* durante a pandemia, que revelou que neste período apenas 45% das pesquisadoras negras conseguiram manter sua produção científica, enquanto 50% das mulheres brancas e 70% dos homens conseguiram manter sua rotina de trabalho acadêmico. Esses números evidenciam a disparidade e as barreiras adicionais enfrentadas pelas pesquisadoras negras, que precisam lidar simultaneamente com a discriminação racial e de gênero, dificultando seu progresso na carreira científica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação apresentada teve como objetivo elencar o perfil dos pesquisadores da Ciência da Informação (C.I) e suas percepções acerca das disparidades em relação ao gênero e à raça na ciência, conforme relatado por docentes e discentes dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação no Brasil. A amostra analisada foi composta primordialmente por pesquisadoras mulheres (71%), discentes (71%) e autodeclarados brancos (58,1%).

As análises permitiram identificar, a partir da pluralidade de características relativas aos respondentes, docentes e alunos de pós-graduação em Ciência da Informação, com idades entre 20 e 61 anos, de diferentes regiões do Brasil, suas percepções a respeito das desigualdades presentes no meio acadêmico, do qual fazem parte.

Os resultados obtidos destacam que os pesquisadores da Ciência da Informação, de maneira geral, reconhecem a existência de disparidades que se manifestam de várias formas no meio



acadêmico. Isso inclui a observação do expressivo número de pessoas brancas ocupando os programas de pós-graduação e as posições de maior poder e prestígio na ciência, bem como as dificuldades enfrentadas por pretos, pardos e indígenas no acesso, permanência e ascensão acadêmica, como exemplo deste último, na amostra analisada os pesquisadores autodeclarados pretos ou pardos, somados, correspondem a 40,8% do total de participantes, e se concentraram principalmente entre os discentes.

Cabe ressaltar também que, embora a maioria dos pesquisadores percebam as desigualdades, fica evidente, por meio das respostas, que os pesquisadores autodeclarados pretos ou pardos são aqueles que mais percebem a estrutura rígida e predominantemente alinhada aos interesses masculinos e brancos, tal qual o perfil dos que possuem maior poder político e institucional nos espaços científicos. Essas disparidades são apenas alguns exemplos de um sistema consolidado de poder que precisa ser desafiado.

Embora romper com uma estrutura consolidada de poder no meio acadêmico não seja uma tarefa fácil, é fundamental que os pesquisadores estejam conscientes dessa realidade. Essa conscientização é um passo crucial para promover mudanças que tragam maior igualdade de oportunidades e abram espaço para ampliar os debates sobre o racismo institucional e o machismo no espaço acadêmico.

O estudo também destaca a importância da intersecção entre os estudos da informação e os estudos sociais. Isso ocorre porque toda informação gerada parte de indivíduos que estão inseridos em uma estrutura social e institucional, onde existem relações de poder e tensionamentos que afetam a produção científica. As desigualdades mencionadas anteriormente têm um impacto negativo no desenvolvimento científico, uma vez que a diversidade de atores enriquece as pesquisas e as perspectivas dentro do campo científico.

Em suma, os resultados deste estudo ressaltam a necessidade de uma mudança consciente e estrutural no meio acadêmico. A igualdade de oportunidades e a diversidade são elementos essenciais para promover o avanço científico e garantir



que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas no campo da Ciência da Informação e em todas as áreas do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Movimentos epistemológicos da ciência da informação. **Códices**, v. 14, n.1, p. 61-78, 2018.

ARAÚJO, Marta; MAESO, Silvia R. O poder do racismo na academia: produção de conhecimento e disputas políticas. *In: O pluriverso dos Direitos Humanos: a diversidade das lutas pela dignidade*. Lisboa: Edições 70, 2019.

ARTES, Amélia. Dimensionando as desigualdades por sexo e cor/raça na pós-graduação brasileira. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-23, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698192454>

BAYER, Alan E.; ASTIN, Helen S. Sex differentials in the academic reward system. **Science**, v.188, p. 796-802. 1975.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In: ORTIZ, Renato (org.). Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2004.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. **Só 1 em cada 4 matriculados em programas de mestrado e de doutorado no Brasil é negro**. CRUB, 2020.

CUNHA, L. A. Ensino superior e hierarquização social. **Educação Brasileira**, ano V. n. 11, p. 41-46, 2º semestre, 1983.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 38, p. 12, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 10 maio 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em:



<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html>. Acesso em: 30 maio 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4.ed. Brasília, DF: IPEA, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

OLIVEIRA, Iolanda. **O Negro No Sistema Educacional Brasileiro**: alguns aspectos históricos e contemporâneos. [S. l.: s. n.], 2016.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. Racismo institucional: uma análise a partir da perspectiva dos estudos pós-coloniais e da Ética. **Ensaios Filosóficos**, [s.l.], v. 11, p. 1-21. jul. 2015.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Temas raciais ganham fôlego nas universidades brasileiras**. Ceará: UNILAB, 2014.





SÍNTESE BIOGRÁFICA DAS PESSOAS AUTORAS

Aderlon dos Santos Geronimo

Doutorando em Ciência da Informação no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Desenvolve pesquisa no campo da informação, desinformação e discurso de ódio nas mídias digitais. Jornalista, Mestre em Práticas e Produtos Jornalísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo (PPJ) da UFPB.

E-mail: aderlonamorim@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5496-4011>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5995664799511105>

Ana Isabel Ferreira Wanderley

Doutoranda em Ciência da Informação, pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Mestre em Ciência da Informação, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Bacharela em Arquivologia, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Arquivista da Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: anaisabelfw@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7463-6605>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6547802768016464>

Ana Paula Meneses Alves

Doutora em Ciência da Informação pela Faculdade de Filosofia e Ciências - Unesp - Campus Marília em regime de cotutela com a Universidade de Granada - Espanha, na qual recebeu o título de Doutora em Ciências Sociais. Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação. Departamento de Organização e Tratamento. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2434972394883934>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1137-2139>

e-mail: apmeneses@eci.ufmg.br



Anna Cristina Brisola

Ganhadora do Prêmio Capes de Teses na área de Comunicação e Informação 2022. Doutora e Mestre em Ciência da Informação. Pós Doutoranda em Ciência da Informação no PPGCI da UFPB. Integrante dos Grupos de Pesquisa: GEPSI - Grupo de Estudo e Pesquisa em Sociologia, Comunicação e Informação, vinculado ao PPGCI-UFPB e ao PPGC-UFPB; RESILICOM, Perfil-i, Escritos, RNCD. Vice-presidente da RECIDES. Jornalista e Publicitária. Professora de Comunicação e Marketing na UNISUAM. Especialista em Desinformação, Competência Crítica em Informação e Pedagogia Crítica para a Ciência da Informação.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4349-128X>

Lattes: 9619844034107824

e-mail: annabrisola@gmail.com

Andréa Doyle

Professora do Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). É também pesquisadora da Cotec/IBICT. É mestre e doutora em Ciência da Informação pelo PPGCI IBICT/UFRJ. É mãe, empolgada e se interessa por pesquisar, aprender/ensinar habilidades informacionais que ajudem as pessoas a desenvolver seu pleno potencial, combater injustiças, especialmente de gênero e praticar o bem viver.

E-mail: andrea.doyle@unir.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0261141207039352>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2387-5438>

André Iribure Rodrigues

Doutor, Professor Associado do Departamento de Comunicação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico), Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), Professor Colaborador no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN) de setembro de 2021 a dezembro de 2022, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Graduação em Comunicação Social – habilitação publicidade e propaganda - Fabico/UFRGS, Mestrado e Doutorado em Comunicação e Informação PPGCOM/UFRGS – doutorado-sanduiche PPGCOM/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Secretário de Comunicação da UFRGS 2016/2020, Coordenador Regional Sul do Colégio de Gestores em Comunicação da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior 2018/2020, Coordenador de Comunicação da Aliança para Inovação – UFRGS/PUCRS/Unisinos, 2018/2020, Coordenador de Comunicação do Pacto Alegre – Aliança e PMPA – 2018/2020, Chefe do



Departamento de Comunicação– 2009/2012, Vice-diretor da Fabico/UFRGS 2012/2016.

E-mail: iribure@ufrgs.br

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-2234-1231>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3757312326560703>

Anna Raquel de Lemos Viana

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB), Especialista em Ciência de Dados e Big Data Analytics pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (FAMEESP). Graduada em Relações Públicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista CAPES. Membro do grupo de pesquisa Estudos Epistemológicos em Informação EEI- Atualmente tem interesse de pesquisa nos seguintes temas: Empoderamento feminino, Igualdade de gênero, Memória e identidade, Redes sociais, Competência Crítica em informação, Desinformação e Humanidades Digitais.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2376546049878643>

E-mail: annaraquelllemoss@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0376-5725>

Ariluci Goes Elliott

Possui Pós-Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP-Marília). Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP-Marília). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Educação de Jovens e Adultos pela Universidade de Brasília (UNB) e Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora Associada do Centro de Ciências Sociais Aplicadas: Curso de Graduação e Pós-Graduação Stricto Sensu em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Desenvolve docência em disciplinas relacionadas à Organização e Tratamento da Informação. Pesquisadora na área de Ciência da Informação com ênfase em temáticas relacionadas a Organização e Tratamento da Informação, Memória e Patrimônio.

E-mail: ariluci.goes@ufca.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9873581625743462>

ORCID: 0000-0002-7019-3253



Aurora Cuevas Cerveró

Docente titular na Universidad Complutense de Madrid (UCM). Docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Realiza pesquisa científica nas temáticas relacionadas à alfabetização informacional, com especial ênfase nas competências em informação, na inclusão social, na cooperação para o desenvolvimento, nas bibliotecas educativas, leitura e memória. Tem promovido e coordenado o Seminário Hispano Brasileiro de Pesquisa em Informação, Documentação e Sociedade realizado anualmente no Brasil e na Espanha desde o ano de 2010.

E-mail: macuevas@ccinf.ucm.es.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0928-0403>

Beneildo Rodrigues Oliveira Pereira

Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação pela Universidade Federal de Alagoas e Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela Faculdade Estácio de Alagoas. Servidor Público na Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: beneildo.rodrigues@iqb.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6210-0408>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9901014251051264>

Brenda de Souza Silva

Bacharel em Biblioteconomia (UFC) e Mestranda em Ciência da Informação (UFPE). Bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco da FACEPE.

E-mail: brenda.ssilva@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9448-4856>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7732815985816420>

Carla Daniella Teixeira Girard

Bibliotecária na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB) e Doutoranda em Educação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA/Canoas).

Carla Maria Martellote Viola

Advogada e Publicitária. Autora do livro *A Voz e a Vez das Mulheres: Informação, política e direitos*. Doutoranda e Mestra em Ciência da Informação (PPGCI/IBICT/UFRJ), graduada em Comunicação Social/Propaganda e Publicidade (FACHA) e em Direito (Universidade



Santa Úrsula). Pós-graduada em Gênero e Direito (EMERJ), em Gestão Estratégica da Comunicação (IGEC/FACHA) e Direito do Consumidor Responsabilidade Civil (AVM/Candido Mendes) com complementação em Didática do Ensino Superior. Integrante do grupo de pesquisa Perspectivas Filosóficas em Informação - Perfil-i (IBICT/UFRJ), pesquisadora-colaboradora do projeto de pesquisa FARMi, do IBICT/UFRJ, integrante do grupo de pesquisa BRIET: Biblioteconomia, Representação, Interoperabilidade, E-science e Tecnologia (IBICT/UFRJ), associada da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB), membra da Comissão da Mulher Advogada, da Comissão de Direito Digital e da Comissão da Diversidade do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), da Comissão Nacional de Estudos em Direitos Sociais e Inclusão da Associação Brasileira de Advogados (ABA), membra da *International Society Knowledge Organization* Brasil (ISKO-Brasil), da *Human Development & Capability Association* (HDCA) e da *Women in Nuclear* (WIN) Brasil, representante titular da ABA na Câmara Setorial de Tecnologia da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e representante suplente da ABA na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0895-8163>

Lattes: 3133945606177771

e-mail: viola.carla@gmail.com

Caroline Corrêa Pinheiro

Bibliotecária-Documentalista da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Ciência da Informação (2022) pela (UFPA). Especialista em Gestão de Bibliotecas Públicas pela UNYLEYA (2018). Bacharel em Biblioteconomia (2014) pela UFPA. Pós-graduanda em Inovação em Unidades de Informação, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Possui experiência profissional na área de Biblioteconomia, com ênfase em representação descritiva e temática dos materiais informacionais bibliotecas universitárias; desempenhando atividades técnicas, de gestão e mediação da informação.

ORCID: 0000-0002-4075-4451

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2398130257397359>

Daniella Camara Pizarro

Professora adjunta do Departamento de Biblioteconomia e Informação (DBI /FAED) da Universidade Estadual de Santa Catarina - UDESC. Atua no ensino de Biblioteconomia com habilitação em Gestão da Informação e no Programa de Pós-Graduação em Gestão de Unidades de Informação (PPGINF/FAED) da UDESC. Doutora em Ciência da Informação e está vinculada ao Grupo de Pesquisa em Cultura Impressa e Digital (GP-CiDi).



Tem como enfoque de pesquisa e extensão o ensino de Biblioteconomia, a formação e atuação ético-política do Bibliotecário, bem como suas representações sociais coletivas a partir da perspectiva da sóciofenomenologia; e ainda, com questões relacionadas às bibliotecas no cárcere e à mediação da informação como promotora de uma educação para a liberdade e emancipação cidadã.

E-mail: daniella.pizarro@udesc.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9018524527620180>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3544-8529>

Danielly Oliveira Inomata

Professora do Curso de Biblioteconomia, Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Doutora e Mestre em Ciência da Informação (2017; 2015) pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC/ PGCIN), Especialista em Planejamento e Gerenciamento de Águas (2007) pela UFAM, Graduada em Biblioteconomia (2005) pela UFAM. Também é Professora permanente, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Pesquisadora e vice-líder do grupo de pesquisa Gestão da Informação e do Conhecimento na Amazônia (UFAM). Interesse de pesquisa: Ciência da Informação; Gestão da informação e do Conhecimento; Fluxos de informação; Inovação: Parque Tecnológico e startup; Mulheres na Ciência.

ORCID: 0000-0001-5657-2137

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6976397161261491>

Dávila Maria Feitosa da Silva

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. Mestra em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Cariri. Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará - Campus Cariri. Faz parte do Laboratório de pesquisa em informação antirracista e sujeitos informacionais na Biblioteconomia e Ciência da Informação (Alaye). Integra o Grupo de Trabalho Relações étnico-raciais e Decolonialidades, vinculado à FEBAB. Foi integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo Brasileiro Latino-Americano e Caribenho de Estudos em Relações Raciais, Gênero e Movimentos Sociais. Ativista, feminista Negra. Foi integrante do Grupo de Mulheres Negras do Cariri Cearense - Pretas Simoa. Foi Chefe de Divisão de Estudos e Pesquisas do Centro Nacional de Informação e Referência da Cultura Negra/CNIRC/Fundação Cultural Palmares. Áreas de pesquisa: Informação antirracista, relações étnico-raciais e de gênero, Formação social do bibliotecário.



Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1916211110363636>

E-mail: davillafeitosa@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0427-7624>

Dirnele Carneiro Garcez

Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com bolsa CAPES - Código de Financiamento 001. Mestra em Ciência da Informação pelo mesmo Programa. Compõe o quadro de integrantes dos grupos de pesquisas: Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes, Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S²sat), Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação e grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC) e Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI-UFMG). Temas de estudo: comunicação científica, gestão da informação, organização dos saberes, organização do conhecimento, feminismo negro e mídias sociais.

ORCID: 0000-0002-3061-9352.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8655722474715647>

E-mail: dirnele.garcez@yahoo.com.br

Edivanio Duarte de Souza

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba, Graduado em Direito pela Faculdade Estácio de Alagoas e em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba. Professor Associado do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas.

E-mail: edivanio.duarte@ichca.ufal.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7461-828X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5646522403599369>

Elieny do Nascimento Silva

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialização em Metodologias para o Ensino de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira pela Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM/UECE). Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora da graduação em Biblioteconomia e do Mestrado Profissional em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Coordenadora do curso de Biblioteconomia (2019-2021); coordenadora da especialização Gestão em



Ambientes de Informação (2018). Líder do grupo de pesquisa Biblioteconomia, extensão universitária e mediação da informação (BEM). Áreas de interesse: Gestão em Unidades de Informação; Marketing em Unidades de Informação; Empreendedorismo; Gestão de Recursos Humanos; Planejamento Bibliotecário; Bibliotecas Públicas, Escolares e Comunitárias; Representação Temática da Informação: Indexação; Leitura e formação de leitor; Currículo; Responsabilidade Social Universitária; Extensão Universitária; Mediação da informação.

E-mail: elieny.silva@ufca.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1365092858604074>

ORCID: 0000-0001-6005-4084

Elisa Maria Lopes Chaves

Possui bacharelado e licenciatura em História pela Universidade de São Paulo (2008). Cursou a maestria Gestión Documental y Administración de Archivos pela Universidad Internacional de Andalucía (bolsista) (2010). Participou do Programa de Treinamento: Documentação Museológica, Princípios e Prática (2013 - 2014) pelo ICOM-CIDOC. Foi bolsista no curso Documentación y escritura: paleografía, diplomática y archivística (2018) pela Universidad Complutense de Madrid. Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de São Paulo (2018). Atualmente é doutoranda em Ciência da Informação na UNESP (Marília).

Desde 2008 trabalha em instituições culturais e acadêmicas em organização e preservação de acervos físicos e digitais.

E-mail: elisachaves8@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6169-7740>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2269781987934452>

Fabio Assis Pinho

Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação (UFSCar), Mestre e Doutor em Ciência da Informação (UNESP). Professor e Pesquisador no PPGCI-UFPE. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-mail: fabio.assis@ufpe.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1346-3808>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4220711855480007>

Fabício José Nascimento da Silveira

Professor do curso de Biblioteconomia e do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG. Doutor e mestre em Ciência da Informação pela UFMG. Graduado em Biblioteconomia pela UFMG. Foi coordenador e subcoordenador do PPGCI/UFMG, e, atualmente, coordena o GT-10 (Informação e Memória) da ANCIB. Em 2021 recebeu o prêmio de



melhor tese (orientação) pela ANCIB. Temáticas privilegiadas de pesquisa: bibliotecas públicas – história, especificidades e funções sociais; biblioteca pública e públicos subalternizados; representações sociais, memória e identidade; história do livro e das bibliotecas; história da leitura e formação do leitor; informação e questões de gênero; ensino de Biblioteconomia e a formação do bibliotecário no Brasil.

E-mail: fabrisilveira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0446-3913>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8840124188505402>

Franciéle Carneiro Garcês da Silva

Doutora em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Idealizadora e gestora do Quilombo Intelectual e Coordenadora do Selo Nyota. Professora colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Informação (PPGInfo), na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Vice-líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI) e é integrante do ECCE-LIBER/IBICT e NEPPAMCS/UFMG.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2828-416X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2805777083019311>

e-mail: francigarces@yahoo.com.br

Geisa Fabiane Ferreira Cavalcante (UFPB)

Sertaneja, Paraibucana de Taperoá/Paraíba/Brasil, mulher, evangélica, pessoa com deficiência e pessoa acometida pela Doença de Behçet. Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre em Gestão de Organizações Aprendentes pela Universidade Federal da Paraíba (2018), Especialista em Ciência de Dados e Big Data Analytics pela Faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo (2021) e Bacharela em Administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (2015). Exerce a função de Auxiliar em Administração no Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/CCSA/UFPB).

geisa.cavalcante@academico.ufpb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0905-9012>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2435902520874450>

Gilda Olinto

Membro do corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do IBICT/ECO-UFRJ. É doutora em Ciência da Informação pela



ECO/UFRJ e mestre em Ciência Política pela Universidade de Michigan. Seu principal tema de pesquisa é sobre aspectos socioculturais e técnico-informacionais das diferenças de gênero na sociedade.

E-mail: gildaolinto@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8439-1971>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9123225715599547>

Giulianne Monteiro Pereira

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui graduação em Gestão de Recursos Humanos (2019) pela Faculdade Rebouças, Graduação em Biblioteconomia (2013) e mestrado em Ciência da informação (2016) ambos pela UFPB. É bibliotecária na Biblioteca Setorial Profa. Maria Lucia da Costa Bezerra, Campus Caicó, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (BS CERES/UFRN).

E-mail: giulianne.monteiro@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7395131588233093>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8400-0715>

Gracy Kelli Martins

Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Marília/SP, Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora associada do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, Professora Permanente no Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB/UFCA) e no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Mediação da Informação, Representação e Marcadores Sociais da Diferença (GeMinas/UFPB)

E-mail: gracykelli@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1805-9292>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/743149833312292>

Henry Poncio Cruz

Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Presidente da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - ANCIB (Gestão 2020-2022 e gestão 2022-2023). Realiza pesquisa científica nas temáticas relacionadas à Informação e às Tecnologias no contexto da Ciência da Informação, com especial ênfase na Arquitetura da Informação, nas Ecologias Informacionais Complexas,



na Ansiedade de Informação Digital e Stress Digital, na Pós-Verdade e nas Fake-News.

E-mail: heny.poncio@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2330-2442>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4231993792347599>

Isledna Rodrigues de Almeida

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui graduação em Bacharelado Em Ciência da Computação pela Universidade Federal da Paraíba (1999) e mestrado em Ciências da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). Professora Adjunta da Unidade Acadêmica de Serra Talhada / Universidade Federal Rural de Pernambuco.

E-mail: isledna@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8142534647575696>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0640-0593>

Izabel França de Lima

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), mestre em Educação (2007), especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), graduada em Biblioteconomia (1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, líder do grupo de Pesquisa inclusoS da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Editora do Periódico Científico Informação & Sociedade: Estudos (ISSN: 1809-4783) vinculado ao PPGCI/UFPB.

E-mail: belbib@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2774920113255079>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2701-5432>

Juliana Andrade Perdigão

Jornalista especializada em cultura, comunidades e meio ambiente. Professora convidada da Puc-Minas no curso de Jornalismo Digital. Doutora em Ciência da Informação pelo PPGCI/UFMG. Graduada em Jornalismo pela Uni-BH. Em 2021 recebeu o prêmio de melhor tese pela ANCIB.

E-mail: juliana@julianaperdigao.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1703118217705803>



Kariane regina Laurindo

Possui graduação em Biblioteconomia com habilitação em Gestão da Informação e é mestra em Gestão da Informação, ambas realizadas na Universidade do estado de Santa Catarina (UDESC). Atualmente é doutoranda no programa de Pós-graduação em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

E-mail: karianeregina@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9291962059362955>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4788-3317>

Letícia Pereira de Souza

Mestranda em Ciência da Informação e Graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Técnica em biblioteconomia pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Possui experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Biblioteconomia.

E-mail: leticiasouza.rs@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1872733281003557>

Leyde Klebia Rodrigues da Silva

Professora Adjunta do Departamento de Documentação e Informação do Instituto de Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (DDI/ICI/UFBA). Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB) da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia-IBICT. Mestre em Ciência da Informação e graduada em Biblioteconomia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É integrante representando o nordeste do GT de Relações Étnico-raciais e Decolonialidades (GT RERAD) ligado à Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB). Integra o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Informação, Educação e Relações Étnico-raciais (NEPIERE), o Grupo de Estudos Integrando Competências, Construindo Saberes, Formando Cientistas (GEINCOS) e o Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Linguagem, Filosofia e Saberes e o Grupo de estudos e Pesquisa em Mediação e Comunicação da Informação (GEPEMCI).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9855397515537899>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7224-4456>

E-mail: leyklebia@gmail.com



Marco Antônio de Almeida

Sociólogo, doutor em Ciências Sociais e livre-docente em Ciência da Informação e professor titular da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP), campus Ribeirão Preto, onde exerce atualmente o cargo de presidente da Comissão de Cultura e Extensão. Também leciona e orienta no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da ECA-USP. Coordenou o GT "Mediação, Circulação e Apropriação da Informação" (2011-2012) e é coordenador adjunto do GT "Política e Economia da Informação", ambos da ANCIB (Associação Brasileira de Ciência da Informação e Biblioteconomia). Realizou período de pós-doutorado junto à Universidade Carlos III de Madrid (2013-2014). Líder do PRACTIC - Grupo de Pesquisa de Práticas Culturais e Tecnologias de Informação e Comunicação. É bolsista de produtividade do CNPq - Nível 2, e pesquisa e trabalha principalmente nas seguintes áreas: teoria social da comunicação e da informação; mediação e ação cultural; sociologia da cultura, sociabilidade e novas tecnologias; políticas culturais e da informação.

E-mail: marcoaa@ffclrp.usp.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1950508075947990>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2481-8571>

Maria Aparecida Jacques Arruda

Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) UNESP/Marília. Mestrado em Biblioteconomia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP). Possui Graduação em Biblioteconomia pelo Instituto de Ensino Superior da FUNLEC; Graduação em Pedagogia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). É Bibliotecário/Documentalista da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Estuda gestão e mediação cultural de saberes de povos indígenas de Mato Grosso do Sul.

Maria Cleide Rodrigues Bernardino

Professora do Curso de Biblioteconomia e Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Cariri (UFCA); Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Doutora em Ciência da Informação, pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Linguística, pela UFPB. Bacharela em Biblioteconomia, pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica (BPI/2020-2022) da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Atualmente desenvolve projeto de pesquisa de pós-doutorado



junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia (PPGCI/UFBA).

E-mail: cleide.rodrigues@ufca.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5619979866984830>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3812-3167>

Maria José Vicentini Jorente

Professora convidada na Universidad Carlos III de Madrid pela Capes-PrInt. Professora Associada em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) - Campus de Marília, Departamento de Ciência da Informação. Livre docente em Cultura Digital e Informação Pós Custodiada em Redes de Colaboração. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Unesp. Licenciada em Artes pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) e em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Membro do Grupo de Novas Tecnologias na Informação (GPNTI) da Unesp. Coordenadora do Laboratório de Pesquisa em Design e Recuperação da Informação (Ladri). Pesquisadora nas áreas de Informação e Tecnologia, Curadoria Digital, Meios de Comunicação, Intersemiótica, Design da Informação e temas de gênero relacionados com as Tecnologias da Informação e Comunicação.

E-mail: mj.jorente@unesp.br

ORCID: 0000-0002-0492-0918

<http://lattes.cnpq.br/5073860126319285>

Maria Leandra Bizello

Possui graduação em História pela Universidade Estadual de Campinas (1989), mestrado em Mídias pela Universidade Estadual de Campinas (1995), é doutora em Mídias pela Universidade Estadual de Campinas; fez estágio doutoral na Sorbonne Nouvelle - Paris III (2006) sob orientação do Prof. Michel Marie; pós-doutorado em Ciência da Informação pela Universidade do Porto - Porto - Portugal, onde desenvolveu o projeto Arquivo e Memória Científica: produção e avaliação de documentos no ambiente das universidades, sob a supervisão da profa. Fernanda Ribeiro. Atualmente é professora do Curso de Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na UNESP, campus Marília.

Contato: ml.bizello@unesp.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6009-2635>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5460972179410597>



Mayrilly Aparecida Araújo Moreira

Mestra em Biblioteconomia, pelo Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Bacharela em Biblioteconomia, pela UFCA. Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) de Biblioteconomia, onde coordenava os projetos Seminário de Vivências Profissionais e Bibliocine Kids. Atua como Bibliotecária da Rede Sesc de Bibliotecas na Unidade Sesc Crato-CE. Tem interesse nas temáticas: Biblioteconomia Social, Bibliotecas Prisionais, Bibliotecas Escolares, Mediação da Informação e Leitura, Formação de Leitores e Gestão de Bibliotecas.

E-mail: mayrillyaraujo@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3688820055488720>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7541-5831>

Maytê Luanna Dias de Melo

Doutora e Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Especialista em Desenvolvimento e Meio Ambiente pelo Centro Universitário de João Pessoa. Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Graduanda em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Nathália Lima Romeiro

Doutoranda em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT-UFRJ). Coordenadora do Selo Nyota. Integrante do ECCE-LIBER/IBICT, NERSI/UFMG.

ORCID Id: <https://orcid.org/0000-0002-6274-4836>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8114379946904948>

E-mail: ntromeiro91@gmail.com

Nicole Tirello Acquolini

Mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCIN/UFRGS).

E-mail: nacquolini@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3451-737X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8545707400153773>

Patrícia Mallmann

Professora adjunta do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É doutora em Comunicação e Informação pela UFRGS e mestre em Ciência da Informação pelo então convênio IBICT/UFF. Tem como temas de pesquisa informação social, biblioteconomia social, estudo de comunidade, mediação e apropriação de



informação e leitura, biblioteca comunitária e feminismo, buscando aliar teoria e prática, atuando em atividades de pesquisa e de extensão universitária.

E-mail: patriciamall@facc.ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8424-4448>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1325151429029790>

Priscila Rufino Fevrier

Doutoranda em Ciência da Informação (IBICT/UFRJ). Mestra em Ciência da Informação (PPGCIN/UFSC). Bacharela em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Estudos Intelectuais Negras na Ciência da Informação. Membro do Grupo de Trabalho "Relações Étnico-Raciais e Decolonialidades", vinculado à FEBAB. Compõe o quadro de integrantes do Grupo de Pesquisa Ecce Liber: Filosofia, linguagem e organização dos saberes e é membro do Satélites em Organização Ordinária dos Saberes Socialmente Oprimidos (O²S².sat) vinculado ao Grupo de Pesquisa Ecce Liber - IBICT/UFRJ e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Recursos, Serviços e Práxis Informacionais (NERSI).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3641-5200>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1804754081319302>

E-mail: priscila.fevrier@gmail.com

Raimunda Fernanda dos Santos

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCI/UFPB). Mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (PPGCI/UFPE). Docente do Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CBG/UFRJ). Professora permanente externa do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina (PPGCI/UEL).

Rodrigo Silva Caxias de Sousa

Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCIN/UFRGS). Professor adjunto III do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

E-mail: rodrigo.caxias@ufrgs.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6872-4054>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0569672544113959>



Rodrigo de Sales

Professor Associado do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Marília). Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Membro da *International Society for Knowledge Organization* (ISKO). Pesquisador do grupo de pesquisa Representação e Organização do Conhecimento (ROC-UFSC) e do grupo de pesquisa Ecce Liber: filosofia, linguagem e organização dos saberes (IBICT/UFRJ). Temas de estudo: organização do conhecimento, sistemas de organização do conhecimento e epistemologia da Ciência da Informação.

ORCID: 0000-0002-8695-9807.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0144377022254487>.

E-mail: rodrigo.sales.s@gmail.com

Ronnie Anderson Nascimento de Farias

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba (2023). Possui graduação em odontologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998) com especialização em periodontia e graduação em biblioteconomia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2011). É mestre pelo em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco (2015).

E-mail: ronniefarias@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3613924066310073>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8239-4936>

Rosângela Formentini Caldas

Nasceu na cidade de Campinas/SP e estudou em universidades como: Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC) e Unicamp. Com o apoio da CAPES, realizou o seu doutorado pleno na Universidade do Minho em Portugal e por meio de projetos selecionados pela Fundação Gulbenkian, realizou pesquisas em reconhecidas instituições e universidades da Europa. Atuou no Ministério do Exército brasileiro e é docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e Departamento de Ciência da Informação. É membro da Rede Impacta de Inovação da UNESP, do Instituto de Políticas Públicas da UNESP e do grupo de pesquisa/CNPq - "Informação, Conhecimento e Inteligência Organizacional". Auxiliou na criação e coordenação do Centro Referencial de Propriedade Intelectual em Ciência da Informação (CERPII) e participou na idealização de propostas de estruturação e reestruturação de cursos da



UNESP. Escreveu livros na temática de Cidades Inteligentes que alcançaram premiação nacional e na esfera pública regional, foi presidente de Conselho Municipal de Cultura e representante titular do Sistema Estadual de Museus/SP - SISEM.

<https://www.marilia.unesp.br/#!/instituicao/docentes/rosangela-formentini-caldas/>

E-mail: r.caldas@unesp.br

Sérgio Rodrigues de Santana

Doutor e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI/UFPB). Graduado em Biblioteconomia e graduando em Arquivologia e Museologia (Uniassselvi). Especialista em Arquivologia (Faculdade Domínios), e membro do Grupo de pesquisa Observinter - Observatório de Estudos Interdisciplinares da Informação (UFAL).

Thais Pereira da Silva

Jornalista, mestra e doutoranda em Ciência da Informação Professor pela Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP).

E-mail: thaisps79@outlook.com

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7108980422036422>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6376-5324>

Stephanie Cerqueira Silva

Doutoranda e Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, na Universidade Estadual Paulista "Júlio Mesquita Filho" (Unesp), na linha de pesquisa de Informação e Tecnologia. Com período de doutorado-sanduíche e de cotutela na Universidad de Salamanca (Espanha), por meio do programa Capes - PrInt. Bacharela em Biblioteconomia pela Unesp e em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Paulista (Unip). Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Design e Recuperação da Informação (Ladri). Desenvolve pesquisas relacionadas com os temas sobre o Design da Informação, linguagens multimodais em ambientes dígito-virtuais, museus das mulheres e perspectivas de gênero relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação.

E-mail: stephanie.cerqueira@unesp.br

ORCID: 0000-0001-7533-496X

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4165606082008831>



Thaís Lamas

Coordenadora e bibliotecária da Biblioteca Cial Brito de Nova Iguaçu, Rio de Janeiro. É mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) e graduada em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisa teoria política feminista e desigualdade de gênero.

E-mail: thaisalmeidalamas@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2458-2151>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3118305657130735>

Vitória Gomes Almeida

Professora do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Cariri (UFCA). Doutora e mestra em Ciência da Informação pela Universidade Federal da Paraíba. Especialista em Estudos Diplomáticos. Graduada em Biblioteconomia pela UFCA. Capacitada em Gestão Cultural pelo Ministério da Cultura - Universidade Federal do Cariri. Atualmente é tutora do Laboratório de Ciência da Informação e Memória (LACIM) da UFCA. Líder do Grupo de Pesquisa SABERES - Informação e cultura, Patrimônio cultural e Sustentabilidade. Tem experiência na área de memória e patrimônio cultural, com ênfase em patrimônio intangível. Nos últimos anos tem atuado pesquisando principalmente nos seguintes temas: pensamento decolonial, patrimônios e matrímônios, mulheres e culturas.

E-mail: vitoria.gomes@ufca.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4183194001947492>

ORCID: 0000-0003-2663-4936





SOBRE AS ORGANIZADORAS

Izabel França de Lima

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas Gerais (2012), mestre em Educação (2007), especialista em Gestão de Unidades de Informação (2006), graduada em Biblioteconomia (1989) e em Administração (1999) pela Universidade Federal da Paraíba. Atualmente é professora do Departamento de Ciência da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, líder do grupo de Pesquisa inclusoS da Universidade Federal da Paraíba. Coordenadora do GT 12 - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ANCIB). Editora do Periódico Científico Informação & Sociedade: Estudos (ISSN: 1809-4783) vinculado ao PPGCI/UFPB.

E-mail: belbib@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2774920113255079>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2701-5432>

Maria Aparecida Moura

Professora Titular da Universidade Federal de Minas Gerais. Possui graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1993), mestrado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (1996), doutorado em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2002) e Pós-doutorado em Semiótica Cognitiva e Novas Mídias pela *Maison de Sciences de l'Homme* (2006-2007). Realiza atualmente um doutorado em Sociologia pela UFMG. É a atual Diretora de Gestão de Documentos e Arquivos do Arquivo Nacional no Ministério de Gestão e Inovação do Serviço Público (MGI). Coordena o Museu virtual - Saberes Plurais e o Laboratório de Culturas e Humanidades digitais (LabCult/PPGCI/UFMG). É a Coordenadora adjunta do GT 12 da ANCIB - Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades. Atua nos programas de pós-graduação em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG) e Ciência da Informação (PPGCI/UFMG) como membro



permanente. Integra a Rede de Direitos Humanos da UFMG e a Comissão coordenadora da Formação Transversal em Saberes Tradicionais da UFMG.

E-mail: cidamoura@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3179079966117749>

Site: <http://mamoura.online>

Esta obra foi elaborada com as fontes Roboto e Futura BdCn BT.
Tamanho especial 16x23cm, Impressa em papel Off-set LD 75g, Miolo
P&B e capa Triplex Duo LD 250g.



Este livro, na forma de coletânea, se insere em um processo mais amplo de reflexão sobre as temáticas abordadas no seio do GT 12 da Associação de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (Ancib), que vêm sendo desencadeadas na Ciência da Informação nas duas últimas décadas do século XXI. Constituído-se em um importante ponto de inflexão nesse processo de sistematização e produção de conhecimentos, tem por objetivo aprofundar pesquisas em informação com foco em raça, classe, gênero, sexualidades e culturas a partir das perspectivas interseccionais e sociocríticas. A coletânea é composta por 25 textos revisitados e ampliados de trabalhos aprovados e apresentados no GT 12 de Informação, Estudos Étnico-Raciais, Gênero e Diversidades durante o XXII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (XXII ENANCIB) de 2022.

Izabel França de Lima
Maria Aparecida Moura
Organizadoras

